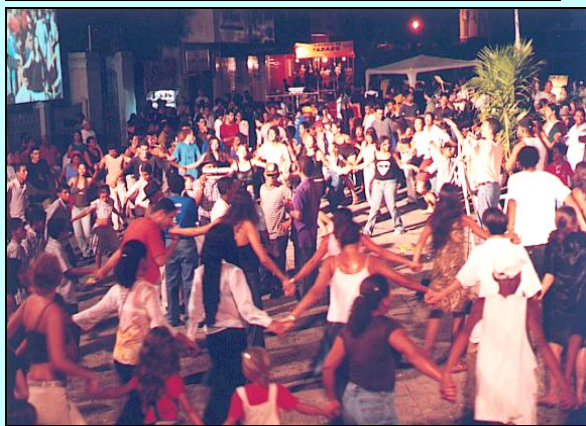




**SOCIABILIDADES,
ESPAÇO PÚBLICO
E CULTURA: usos
contemporâneos do
patrimônio na cidade
de João Pessoa**

Jovanka Baracuhy C. Scocuglia



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de Ciências Sociais
Programa de Pós-Graduação em Sociologia
Doutorado em Sociologia

Tese de doutorado

**SOCIABILIDADES, ESPAÇO PÚBLICO
E CULTURA: usos contemporâneos do patrimônio
na cidade de João Pessoa**

Jovanka Baracuhy Cavalcanti Scocuglia

Recife, fevereiro de 2003

Jovanka Baracuhy Cavalcanti Scocuglia

**SOCIABILIDADES, ESPAÇO PÚBLICO E
CULTURA: usos contemporâneos do patrimônio
na cidade de João Pessoa**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco, sob a orientação do Prof. Dr. Breno Fontes Souto Maior e co-orientação do Prof. Dr. Paulo Henrique Martins.

Exemplar correspondente à tese defendida e aprovada pela Banca Julgadora, em 27 de fevereiro de 2003:

Prof. Dr. Paulo Henrique Martins de Albuquerque – presidente e co-orientador (em substituição ao orientador Prof. Dr. Breno Augusto Souto Maior Fontes) – UFPE

Prof. Dra. Linda Maria de Pontes Gondim - UFC

Prof. Dr. Antonio Paulo Rezende - UFPE

Prof. Dra. Lilia Maria Junqueira - UFPE

Prof. Dra. Anita Aline de Albuquerque - UFPE

Dedico esta tese a Afonso, meu amor e companheiro de todos os momentos, a André, Lucas e Alice, nossos filhos. Dedico, também, aos meus pais, Assis (em memória) e Yara, aos meus irmãos Fátima (e Domenico) e Assizinho/Yana (e filhos). Dedico, ainda, ao Sr. Afonso, D. Doralice e Oswaldo/Sandra (e filhos), Newton/Jaqueline (e filhos).

AGRADECIMENTOS

Agradeço àqueles que, direta ou indiretamente, tiveram participação ou influência nesta tese, em especial, aos meus orientadores, os professores Paulo Henrique Martins e Breno Fontes. Agradeço ao Prof. Paulo Henrique pelas interlocuções que mantivemos, ao longo dos dois primeiros anos de convivência, em sala de aula e em reuniões de orientação/grupos de estudo. Foi fundamental, também, o apoio do Prof. Breno Fontes durante os dois últimos anos de curso, quando assumiu os trabalhos de orientação.

Nestes quatro anos de estudos, foram importantes os debates com os colegas do Curso de Doutorado, em especial, a convivência com Maria Auxiliadora, Dalva, Carla, Jean, Ratton, Andréa, Alice, Rosemberg, Aurenea e Remo.

Tive a oportunidade de, durante o Exame de Qualificação, manter uma aproximação intelectual com alguns professores que me ajudaram a pensar melhor o tema desta tese. A eles sou grata pelas conversas e pelo apoio: Silke Weber, Josimar Jorge Ventura e Eliane Veras Soares.

Agradeço aos coordenadores, técnicos e funcionários das seguintes entidades: Comissão de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa; Oficina-Escola de Revitalização do Patrimônio Cultural de João Pessoa; Agência Espanhola de Cooperação Internacional; Secretarias de Finanças e de Planejamento da Prefeitura Municipal de João Pessoa; Fundação de Cultura de João Pessoa – Funjope; Associação Folia de Rua; Fundação Casa de José Américo; Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba; Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba; Biblioteca Central, Seção Paraíba - Universidade Federal da Paraíba; Biblioteca Central da Universidade Federal de Pernambuco; Biblioteca Setorial do CAC e do CFCH - UFPE, e a todos aqueles que contribuíram com seus depoimentos, com informações e com a atenção e seriedade dispensadas durante a fase de pesquisa de campo.

Agradeço, também, aos estagiários/alunos do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal da Paraíba: Arthur, Fabiana e Maja, que participaram da aplicação e análise dos questionários.

Agradeço ao Prof. Félix de Carvalho, pela revisão de linguagem, e aos professores Timothy Ireland e Simone Maldonado, pela tradução do resumo, respectivamente, para a língua inglesa e francesa.

Dedico um agradecimento especial aos moradores da comunidade do Porto do Capim, aos usuários/consumidores e aos comerciantes do centro histórico da cidade de João Pessoa, bem como aos alunos e professores da Oficina-Escola de Revitalização do Patrimônio Cultural de João Pessoa e do Projeto Folia Cidadã e aos membros da Associação Centro Histórico Vivo – Acehrvo, que participaram das entrevistas com paciência e disponibilidade de seus tempos.

Finalmente, agradeço ao PICDT - CAPES, pelo apoio à pesquisa.

SOCIABILIDADES, ESPAÇO PÚBLICO E CULTURA: usos contemporâneos do patrimônio na cidade de João Pessoa

RESUMO

Esta tese analisa as interações sociais constituintes e resultantes das práticas culturais e sociais que se desenvolvem nas áreas de revitalização urbana, bem como a dinâmica da relação entre as políticas de *gentrification* e as práticas de preservação no Brasil, tendo como referencial empírico a revitalização do centro histórico da cidade de João Pessoa. A premissa central refere-se à possibilidade de que estes espaços componham lugares públicos cujas interações, apesar de baseadas no consumo e nos interesses de grupos específicos, também expressam sociabilidades e a construção de espaços a partir dos quais se podem conquistar direitos culturais e sociais. O argumento deste estudo desenvolve-se no sentido de mostrar a existência de formas de interação social e propostas concretas por parte dos sujeitos e dos grupos voltados para o envolvimento e o interesse coletivos. O trabalho concentra-se nas formas de uso e de participação ligadas às disputas por reconhecimento político e visibilidade pública associadas à memória da cidade e ao seu patrimônio cultural. Os usos e as participações (associações/dissociações, aproximações e afastamentos) foram identificados e analisados a partir da pesquisa com questionários e entrevistas, objetivando, com os primeiros instrumentos, caracterizar a população do Centro Histórico de João Pessoa, suas práticas e os significados atribuídos ao patrimônio cultural. Já nas entrevistas foram aprofundadas estas e outras questões incorporadas na investigação sócio-histórica realizada em arquivos públicos e privados e nos principais jornais da capital paraibana entre 1996-2002. Procurou-se identificar os fundamentos sócio-históricos e a dinâmica do processo de revitalização na cidade, bem como os principais atores sociais. Identificaram-se outros atores incorporados e interagindo nos espaços revitalizados na década de 1990, não apenas os gestores das políticas estatais, mas também os moradores, os usuários/consumidores, as associações não-governamentais, os grupos de artistas plásticos, os músicos, os estudantes, os intelectuais, os comerciantes e as prostitutas. Resultaram, desta experiência de *gentrification* do patrimônio cultural da cidade de João Pessoa, práticas e sociabilidades, espontâneas ou formalizadas, que não se restringiram nem resultaram apenas numa mesma lógica econômico-funcional. O estudo demonstra que esses fenômenos sociais são importantes de serem analisados e compreendidos, justamente por obedecerem a lógicas não-economicistas como a da reciprocidade e da participação popular que favorecem a circulação de bens simbólicos e materiais e o desdobramento de interações sociais baseadas em laços de solidariedade, amizade e associação, bem como reforçam as raízes culturais locais.

**SOCIABILITIES, PUBLIC SPACE AND CULTURE – contemporary uses of the
patrimony in the city of João Pessoa**

ABSTRACT

This thesis analyses the constituent social interactions resulting from social and cultural practices, which are developed in areas of urban revitalisation, as well as the relation between policies of gentrification and practices of preservation in Brazil, taking the revitalisation of the historical centre of the city of João Pessoa as its empirical reference. The central premise relates to the possibility that these spaces make up public places whose interactions, despite being based on consumption and on the interests of specific groups, also express sociabilities and the construction of spaces that can serve as the basis for the conquest of social and cultural rights. Our argument seeks to demonstrate the existence of types of social interaction and concrete proposals by subjects and groups directed at collective involvement and interests. We concentrate on the types of use and participation linked to disputes for political recognition and public visibility associated with the memory of the city and its cultural patrimony. The uses and forms of participation (associations/dissociations, approximations and distancing) were identified and analysed based on research using questionnaires and interviews. With the first instruments we sought to characterise the population of the historical centre of João Pessoa, its practices and the meanings attributed to cultural patrimony, whilst in the interviews we sought to examine more closely these and other questions incorporated in the socio-historical investigation carried out in public and private archives and in the principal newspapers of the state capital between 1996 and 2002. We seek to identify the socio-historical foundations and the dynamic of the process of revitalisation of the city, as well as the principal social actors. We identify other social actors incorporated into and interacting with the revitalised spaces in the decade of 1990, not only as managers of state policies but also as inhabitants, users/consumers, non-governmental associations, groups of artists, musicians, students, intellectuals, tradesmen and prostitutes. The results of the experience of gentrification of the cultural patrimony of the city of João Pessoa were spontaneous and formalised practices and sociabilities, which were not restricted nor resulted in the same functional economic logic. We demonstrate that it is important to analyse and understand these social phenomena exactly because they obey a non-economic logic embedded in reciprocity and popular participation which favours the circulation of symbolic and material goods and the development of social interactions based on ties of solidarity, friendship and association as well as reinforcing local cultural roots.

SOCIABILITÉS, ESPACE PUBLIC ET CULTURE, utilisation contemporaine du patrimoine dans la ville de João Pessoa

RÉSUMÉ

Cette thèse analyse, d'une part, la nature des interactions qui constituent des pratiques socio-culturelles dans des lieux de revitalisation urbaine, d'autre part, la dynamique du rapport entre les politiques de *gentrification* et les pratiques de préservation du patrimoine au Brésil. La référence empirique a été le processus de revitalisation du centre historique de la ville de João Pessoa. Le pressupposé central est vérifier la possibilité de que ces espaces deviennent des lieux publics. Les interactions y existantes, bien que basées sur la consommation et les intérêts de groupes donnés, sont aussi l'expression de sociabilités et de la construction d'espaces où des droits culturels et sociaux peuvent être acquis. Ma discussion centrale se centre sur la possibilité de faire de ces espaces des lieux publics où les interactions - bien qu'appuyées sur la consommation et sur les intérêts de groupes donnés -, puissent exprimer d'autres intérêts: des sociabilités et des espaces ouverts à la création de nouveaux droits culturels et sociaux. Mon approche rend évident l'existence de formes d'interaction sociale et de propositions d'action de la part de sujets et de groupes voués aux intérêts collectifs. J'ai centré l'attention aussi bien sur les formes d'utilisation que de participation des usagers, qui disputent la reconnaissance politique et la visibilité publique qui sont données par la ville et par son patrimoine culturel. L'utilisation des ressources de la ville et la participation des usagers (associations/ dissolutions, approches, éloignements) ont été identifiés et analysés à partir d'un travail de recherche ayant comme but caractériser la population du centre historique, ses pratiques et les significés octroyés au patrimoine culturel. Par des entretiens, j'ai pu approfondir certaines questions: la recherche socio-historique, la dynamique du processus de revitalisation en ville et l'identification des acteurs sociaux les plus importants. Parmi ceux-ci, il y en a des gestionnaires mais aussi d'autres acteurs: habitants, artistes plastiques, musiciens, intellectuels, usagers/ consommateurs, commerçants et prostituées. A partir de cette expérience de *gentrification* du patrimoine culturel de la ville de João Pessoa, il sont nés des pratiques et des sociabilités, spontanées ou formelles, qui ne se limitent à une même logique économique et fonctionnelle. L'étude de ces phénomènes sociaux est remarquable du fait qu'ils sont régulés par des logiques non économiques telles que celles de la réciprocité et de la participation populaire. Ces logiques favorisent la circulation de biens symboliques et matériels et le développement de socialités appuyées sur des liens de solidarité, d'amitié et d'association qui renforcent les racines culturelles locales.

SUMÁRIO

ÍNDICE DE TABELAS	xi
INTRODUÇÃO	01
1. Referencial teórico-metodológico e empírico	
1.1. Inspirações teóricas	03
1.2. Sociabilidades, cultura e estilo de vida moderno.....	15
1.3. <i>Gentrification</i> do patrimônio cultural e sociabilidades.....	31
2. O lócus empírico da pesquisa.....	38
3. Procedimentos de pesquisa.....	48
3.1. Critérios e coleta de informações	48
3.2. Análise das informações.....	53
CAPÍTULO 1 - PATRIMÔNIO E CONSUMO CULTURAL.....	60
1.1. Antecedentes históricos e conceituais das atuais políticas de <i>gentrification</i>	60
1.2. Da preservação dos monumentos às práticas de <i>gentrification</i> do patrimônio cultural urbano.....	63
1.3. A política do patrimônio cultural e as experiências recentes de revitalização urbana no Brasil.....	78
CAPÍTULO 2 - O CENTRO HISTÓRICO DA CIDADE DE JOÃO PESSOA.....	102
2.1. Usos do patrimônio cultural e reformas urbanísticas	102
2.2. Gênese urbana e reformas urbanísticas no Centro Histórico de João Pessoa: início e fim do século XX.....	112

CAPÍTULO 3 - PLANOS E AÇÕES DE REVITALIZAÇÃO DO CENTRO

HISTÓRICO DE JOÃO PESSOA	135
3.1. A invenção do Centro Histórico de João Pessoa (1987 – 1996).....	141
3.2. <i>Gentrification</i> e reinvenção do lugar: usos e contra-usos do patrimônio no Centro Histórico de João Pessoa (1996-2002).....	179
3.3. A participação popular e o surgimento de novas formas de interação social.....	215
CAPÍTULO 4 - USOS DO ESPAÇO PÚBLICO E INTERAÇÃO SOCIAL NO	
CENTRO HISTÓRICO DE JOÃO PESSOA	224
4.1. Revitalização, espaço público e lugar.....	231
4.2. A Oficina-Escola de Revitalização do Patrimônio Cultural de João Pessoa: o <i>saber-fazer</i> e a memória do patrimônio.....	245
CAPÍTULO 5 - A ASSOCIAÇÃO CENTRO HISTÓRICO VIVO (ACEHRVO) E O	
PROJETO FOLIA CIDADÃ.....	282
5.1. As novas formas participativas a partir da Acehrvo.....	282
5.2. Novos atores e formas de interação: o Projeto Folia Cidadã.....	297
5.3. Consumo cultural e entretenimento: outras formas de uso e de contra-uso do patrimônio cultural.....	313
6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS	334
7 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E FONTES DE PESQUISA.....	358
7.1. Referências bibliográficas.....	358
7.2. Fontes documentais.....	374
7.3. Jornais.....	378
7.4. Entrevistas.....	392

7.5. Reuniões da Acehrvo.....	393
8 – ANEXOS.....	393
8.1. Arquivo de fotos em CD-ROM.....	393
8.2. Principais temas dos questionários.....	393

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela nº 01 - Principais reivindicações da população residente – Centro histórico de João Pessoa (1987).....	159
Tabela nº 02 - Evolução da população residente no bairro do Varadouro – Centro histórico de João Pessoa (1980-1987).....	162
Tabela nº 03 - População residente, por nível de renda familiar - Centro histórico de João Pessoa (1987).....	162
Tabela nº 04 - População residente, por tipo de ocupação/trabalho - Centro histórico de João Pessoa (1987).....	162
Tabela nº 05 - Dados estatísticos gerais - Centro histórico de João Pessoa.....	164
Tabela nº 06 - Dados estatísticos sobre as edificações – Uso do solo.....	164
Tabela nº 07 - População residente, por tipo de ocupação/trabalho e localização do trabalho (1987).....	165
Tabela nº 08 - População residente no centro histórico de João Pessoa, por faixa etária, nos anos 1980 e 1987.....	166
Tabela nº 09 - População residente, por nível de escolaridade (1987).....	166
Tabela nº 10 - Tempo de moradia no centro histórico de João Pessoa, por número de famílias	167
Tabela nº 11 - Domicílios pesquisados no centro histórico de João Pessoa, por regime de ocupação e padrão habitacional.....	167
Tabela nº 12 - Domicílios pesquisados no centro histórico, por interesse de permanência das famílias e regime de ocupação da habitação.....	167

Tabela nº 13 - Principais eventos realizados no centro histórico (1997).....	184
Tabela nº 14 - Revitalização de praças.....	206
Tabela nº 15 - Recuperação de monumentos históricos.....	207
Tabela nº 16 - Caracterização dos alunos da Oficina-Escola.....	253
Tabela nº 17 - Dados referentes ao início das atividades na Oficina-Escola.....	253
Tabela nº 18 - Atividades dos participantes antes de ingressarem na Oficina – Escola....	253
Tabela nº 19 - Local de origem dos alunos da Oficina-Escola.....	254
Tabela nº 20 - Pretensão dos alunos, após concluírem os estudos na Oficina-Escola.....	261
Tabela nº 21 - Mudança de vida dos alunos como resultado do trabalho na Oficina-Escola.....	266
Tabela nº 22 - Elementos associados, pelos alunos, ao trabalho/estudo na Oficina-Escola de João Pessoa.....	272
Tabela nº 23 - Valores que justificam esta valorização do trabalho/estudo na Oficina-Escola de João Pessoa.....	272
Tabela nº 24 - A importância de estudar na Oficina-Escola.....	273
Tabela nº 25 - Elementos identificados, pelos alunos, como pontos negativos de suas experiências na Oficina-Escola de João Pessoa.....	276
Tabela nº 26 - Razões do gostar do centro histórico de João Pessoa.....	278
Tabela nº 27 - Razões do não gostar do centro histórico de João Pessoa.....	278
Tabela nº 28 - Prédios do centro histórico de João Pessoa mais valorizados pelos alunos da Oficina-Escola	279

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem a intenção de compreender as interações sociais, mediante as quais se constituem as referências espaço-temporais na cidade contemporânea. A idéia inicial é a de que parte significativa dessas referências pode ser encontrada nas formas e nos conteúdos que essas interações assumem nos espaços urbanos e, também, nas experiências cotidianas eivadas de conflitos e ambigüidades. Para investigarmos esta idéia, tomamos como objeto de análise empírica as sociabilidades nos espaços de lazer e de cultura do centro histórico da cidade de João Pessoa,¹ nos últimos anos do século XX e no início do século XXI.

Nossas análises focalizam as interações sociais nos centros históricos das cidades em processo de revitalização² econômica e cultural, acentuando as formas como a noção de patrimônio e a própria idéia de preservar bens culturais urbanos se incorporaram às práticas sociais cotidianamente construídas. Ou seja, como os moradores da cidade *revitalizada* vêm e participam da construção dessa idéia. Nesse aspecto, destacamos os segmentos das camadas médias urbanas - consumidores e comerciantes dos bares, editoras, ateliês e demais atividades culturais do centro histórico da cidade de João Pessoa – e os moradores da favela Porto do Capim, lugar de origem da cidade.

O fato de existirem outras experiências em diferentes cidades do Brasil e do mundo possibilita-nos tomar como pano de fundo dessas interações a cidade

¹ A cidade de João Pessoa foi fundada em 1585 com o nome de *Cidade de Nossa Senhora das Neves*. Logo em seguida, chamou-se *Filipéia*, quando da União das Coroas Portuguesa e Espanhola, e *Frederickstadt* ou *Frederica* durante a ocupação holandesa na Paraíba. Posteriormente, passou a denominar-se *Parahyba* e, a partir de 1930, João Pessoa.

² Este termo será utilizado várias vezes nesta tese, em razão do próprio nome do projeto original resultante do Convênio Brasil/Espanha: Projeto de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa (1987). O termo *revitalização* foi, também, utilizado nos planos e estratégias de intervenção posteriores que complementaram as propostas gerais apresentadas em 1987. Atualmente, a expressão continua sendo usada nos documentos e referências oficiais e não-oficiais.

contemporânea e as mudanças mais recentes nas concepções de patrimônio cultural, que em geral vêm sendo marcadas por práticas de *gentrification*³ desse patrimônio e pela gestão pública e privada desses bens e dos espaços urbanos em que eles se inserem. Em especial, buscamos os elementos que constroem e reforçam as sociabilidades e as formas associativas que surgiram a partir da experiência de revitalização do centro histórico da cidade de João Pessoa, explicitando as contradições entre a lógica social e a lógica mercantilista presentes nas práticas atuais de revitalização urbana.

Os usos contemporâneos e as interações sociais constituintes e resultantes da processualidade das práticas de revitalização, observadas no centro histórico da cidade de João Pessoa, permitem-nos apreender as interações, os aspectos simbólicos e os conflitos sociais que se estruturaram na disputa dos lugares e que permitiram formas

³ Esse termo vem do inglês *gentry*, traduzido no Brasil por *enobrecimento* por alguns autores como Pedro Maia Soares e Silvana Rubino, tradutores de Sharon Zukin no Brasil na coletânea de textos *O Espaço da Diferença* (Campinas, Papyrus, 2000), organizada por Antonio Arantes. Na tradução do livro de Mike Featherstone *Consumer culture & postmodernism*, Julio Simões manteve o original em inglês. Rogério Proença Leite, quando analisa o caso do Bairro do Recife (*Espaço Público e Política dos Lugares – usos do patrimônio cultural na reinvenção contemporânea do Recife Antigo*, tese de doutorado em Ciências Sociais/IFCH/ UNICAMP, Campinas, 2001), mantém também *gentrification*. Qualquer um dos termos requer considerações quanto ao neologismo. Entretanto, apesar das particularidades dos referenciais empíricos diferentes, estes se entrecruzam no interior de um mesmo debate que se caracteriza por práticas de *gentrification* e de requalificação urbana em áreas centrais das cidades: a reconstrução da região das docas e dos *pubs* transformados em *reliquias* em Londres (Giddens, 1997; Featherstone, 1997); a *disneyficação* do *Times Square* e do *Harlem*, na visão de Zukin, em Nova York, 2000; Fortuna e Santos Silva (“A cidade do lado da cultura: espacialidades sociais e modalidades de intermediação cultural”, in: Souza Santos, Boaventura, org., *A Globalização e as Ciências Sociais*, São Paulo, Cortez, 2002, pp.419-474) referem-se aos processos em Lisboa e Porto como “realizações culturais de projeção internacionais (...), patrimonialização e concomitante turistificação dos conjuntos urbanos e monumentais”, “globalização simbólica dos patrimônios históricos edificados das cidades”. Enfim, são várias referências empíricas. Podemos citar ainda: A revitalização do Pelourinho, em Salvador, do Centro Histórico de São Luís, no Maranhão, do bairro antigo de *La Boca* e o cais denominado *Puerto Madero*, em Buenos Aires, a revitalização, *gentrification* do Bairro do Recife, em Pernambuco, tema da tese de doutorado defendida na Unicamp, de Rogério Proença S. Leite (2001). Temos ainda Júlia Morin, em trabalho de conclusão da graduação em Antropologia (2001), entre outros, e por fim as duas fases do processo de implantação do Projeto de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa: a criação e implantação do Projeto de Revitalização (1987-1996) institucionalmente e no imaginário da população da capital e do Estado, seguida da fase de *gentrification*, a partir da revitalização da Praça Anthenor Navarro e do Largo de São Frei Pedro Gonçalves (1997-2001). Em todos esses trabalhos, o termo *gentrification* é utilizado direta ou indiretamente.

segregadas de apropriação dos espaços, sob os impactos que as intervenções urbanas tiveram na construção dos usos cotidianos do espaço da cidade. Estas disputas, talvez menos presentes caso o processo da revitalização já estivesse concluído, permitiram-nos embasar a parte central da metodologia e das categorias utilizadas em nossas análises mais na noção de *usos* e nos elementos dos discursos dos usuários do que na concepção do patrimônio em si, produto físico de intervenções urbanísticas (Featherstone, 1995, Canclini, 1989, Certeau, 1994, 1994a, 1996; Arantes, 2000; Leite, 2001).

Não se trata, portanto, de uma avaliação do desempenho das políticas de *gentrification*. Trata-se de uma abordagem que entende o patrimônio como resultante de escolhas, seletividades e processos políticos, o que implica compreender as interações e processos sociais que constituem as práticas de preservação mais do que os atributos das paisagens e das coisas preservadas.

1. Referencial teórico-metodológico e empírico

1.1. Inspirações teóricas

A cidade trabalhada como categoria *espaço-tempo* vai além da projeção de uma estrutura social no espaço (Lefebvre, 1978), na medida em que revela formas, conteúdos e interações sociais diversas. Os diferentes usos do espaço e os ritmos desiguais que caracterizam a dinâmica dos grupos e das gerações, as relações entre gêneros, a vida no trabalho, na família e no lazer, tudo isso é o reflexo e sofre influências da produção, da socialização, do consumo e das práticas culturais (Sposito, 1993:161). Por isso, estudar a cidade como um conjunto de relações intensas que projetam no presente diversas temporalidades pode tornar-se, também, expressão de

conflitos sociais que muitas vezes promovem novas possibilidades de apropriação do espaço urbano⁴.

No início do século XX, Simmel, no ensaio *The metropolis and mental life* (1973, 2000a), já apontava a *cidade grande*⁵ como o lugar histórico do moderno estilo de vida, das questões-chave da sociedade moderna. Para ele, “a cidade não é uma entidade espacial com conseqüências sociológicas, mas uma entidade sociológica que é formada espacialmente” (Frisby e Featherstone, 2000:11). A heterogeneidade, a frequência e a intensidade dos estímulos produzem uma experiência-limite de ameaça à própria identidade individual. Atitudes como a do individualismo *blasé*⁶ são os reflexos dessas pressões e demandas em uma sociedade numerosa e diferenciada. O maior problema da *vida moderna* estaria, assim, circunscrito ao conflito entre individualismo e sociedade, entre cultura interior e cultura exterior, cultura subjetiva e cultura objetiva.

Vivemos, hoje, nas cidades brasileiras, o desafio de transitar entre mundos e realidades diferentes, complexos e contraditórios. A desigualdade social, os contrastes, a violência e a ameaça permanente de conflitos sublinham uma desestruturação dos

⁴ Destacamos nesse sentido os estudos do Laboratório de Análises de Sociabilidade Contemporânea – LASC, do FFLCH-USP - em especial, sua publicação recente *Sociabilidades*. LASC, São Paulo, outubro de 1996. São artigos que abordam o conceito de *sociabilidades* na obra de Georg Simmel, Tönnies, Durkheim e autores contemporâneos, como Nestor Garcia Canclini. Destacamos os textos de Wailbort, Cetrulo Neto, Souza, Costa Júnior, Vecchia, entre outros que compõem esse volume.

⁵ A denominação de *cidade grande* era atribuída, na Alemanha do final do século XX, às cidades com mais de 100.000 habitantes (Waizbort, 2000:317).

⁶Essa atitude, segundo Simmel, é o fiel reflexo da economia do dinheiro completamente interiorizada. *Blasé* significa fatigado, indiferente, insensível, saturado, lasso. Um tipo de comportamento evidenciado nos cidadãos, em especial, nos metropolitanos, marcado pela reserva e por uma espécie de incapacidade de reagir aos estímulos com a mesma intensidade. Simmel conclui: “o que aparece no estilo metropolitano de vida diretamente como dissociação na realidade é apenas uma de suas formas elementares de socialização” (1973:18). E mais, uma reserva e uma redução da sensibilidade aparecem, por vezes, sob a forma ou a capa de um fenômeno mais geral da metrópole: confere ao indivíduo uma qualidade e quantidade de liberdade pessoal que não tem analogias sob outras condições, acentuando a individualidade no interior da vida urbana. A nosso ver, esses traços da base psicológica do tipo metropolitano de individualidade descrita por Simmel (1973), no início do século XX, são ainda evidentes na nossa contemporaneidade, sobretudo quando assistimos à crença no mercado como instrumento primeiro de vínculo social, ampliada pelas políticas neoliberais.

espaços públicos e privados⁷. A sensação de mudança rápida e da possibilidade de perda de códigos tradicionais, associada à fragmentação de modelos modernos, conduz diversas camadas sociais, inclusive populares, a buscarem caminhos para organizar suas visões de mundo e identidades.

Essas ações são realizadas por diversos grupos sociais, inclusive, grupos informais, voluntários particulares, grupos religiosos, organizações não-governamentais que, cada vez mais, interagem na cidade. A religião e a formação de *tribos* urbanas, estas últimas, sobretudo, entre os jovens (Sposito, 1993; Maffesoli, 1998), são alguns dos caminhos tomados por esses segmentos. Ao mesmo tempo, setores das camadas médias e das elites ampliam os espaços de consumo criando áreas de lazer e cultura – cenários urbanos isolados por muros visíveis e invisíveis.

⁷A clássica interpretação de Hannah Arendt (1987) constrói tipos ideais das esferas pública e privada importantes para se compreender o debate central que cerca o espaço público da cidade. Partindo de sua tipologia, afirma-se que o espaço da cidade hoje não é nem público nem privado – ele é um fenômeno social que confunde a distinção clássica entre os dois. Os espaços públicos da cidade moderna em geral confundem os papéis dos usuários. Não são fóruns públicos para ação política, nem são também esferas puramente privadas. Neste sentido, Arendt reflete sobre a *polis grega* e a política dos antigos, na qual a vida privada possuía justamente o caráter de um espaço privativo, restrito à satisfação das necessidades familiares de sobrevivência, enquanto no espaço público a dimensão individual da liberdade grega se externava. Desta contraposição entre *liberdade e necessidade*, da qual Arendt (1987) retira as bases da análise sobre o *labor* na condição humana, é possível identificar os primeiros nexos que delimitaram as esferas da vida privada e pública gregas. Ao contrário da individualidade iluminista, cuja liberdade se circunscrevia ao âmbito da esfera privada com base no direito inalienável de propriedade, a concepção grega antiga reservava ao âmbito da esfera pública o exercício da liberdade e da igualdade (pelo menos entre os homens, pois às mulheres não era permitido exercer esses direitos). A inversão dessa relação entre público e privado só aconteceria ao longo do complexo percurso histórico da modernidade, quando a propriedade entra na esfera pública que a institui e garante, estendendo-se até a concepção do Estado Nacional. Esfera privada é vista então como o âmbito da individualidade realizadora e da privacidade do indivíduo, e a esfera pública é associada à impessoalidade. E é nesse sentido que Arendt (1987) faz a crítica à natureza intimista da sociedade moderna e retoma a defesa da esfera pública enquanto lugar fundamental da igualdade e da liberdade. Em *The human condition* (1987), Arendt defende essa liberdade humana traduzida na existência de um espaço público da visibilidade, do discurso e da ação política. Para Arendt, as experiências públicas compartilhadas num *mun-do comum* são constitutivas da noção de vida pública como local da *excelência humana*, pois permite ao homem se conhecer e firmar sua existência através da possibilidade do reconhecimento recíproco das diferentes experiências da vida. A vida social e a ação humana são os elementos centrais dessa concepção que considera que “estar isolado é estar privado da capacidade de agir” (Arendt, 1987:201). Assim, o aspecto que diferencia as sociabilidades públicas e privadas seria o caráter interativo ou privativo de cada uma delas. A esfera pública se caracterizaria pela experiência socialmente compartilhada que resulta nas ações humanas, independentemente do lugar onde essas ações se estruturam. Seriam relações de poder. Arendt retoma a diferença entre ação e espaço reafirmando o princípio da interação sobre o da localização. O que definiria o caráter público da vida seria a possibilidade de as pessoas tornarem visíveis suas *falas*.

No campo das ciências sociais, vários autores analisam a cidade e a vida urbana tendo como tema central as práticas culturais e as interações sociais geradas a partir destas, dentre eles, Canclini (1989, 1995) e Featherstone (1995, 1997)⁸. Ambos voltam-se para a tarefa de decifrar como os diversos grupos e atores sociais interagem no espaço urbano.

Sob a perspectiva de Canclini (1989), são enfatizadas as contradições e conflitos expressos no urbano - o moderno e o arcaico, o sagrado e o profano - tendo como cenário a América Latina. Na sua análise sobre o consumo cultural, ressalta os desequilíbrios gerados pela urbanização irracional e especulativa frente à eficácia comunicativa das redes tecnológicas. Canclini (1995) propõe uma vinculação entre os conceitos de cidadania e consumo, através de uma análise da reinvenção dos laços culturais gerados pelos meios de comunicação (*vínculos invisíveis da cidade*), das resultantes dos desequilíbrios da urbanização especulativa compensados, em parte, pela eficácia comunicativa das redes tecnológicas.

Featherstone (1995), por seu turno, destaca a simbiose entre cidade e cultura, localizando sua gênese nos países ocidentais dos anos 1960. Para ele, o destaque para as diferenças locais, a quebra da distinção entre alta cultura e cultura popular e a maior valorização da imagem afetam as interações sociais presentes na cidade contemporânea. Trata-se de uma cultura que se torna vendável, o *marketing* assumindo papel importante num mundo repleto de apelos à imagem, à simulação, ao consumo. Segundo Featherstone (1995), a vida tornou-se um faz-de-conta e a cidade um centro

⁸ Dentre os autores contemporâneos, podemos destacar, também, Bourdieu (*La Distinction*, 1987), em especial, os conceitos de *espaço simbólico* e de *capital cultural*, bem como suas análises dos estilos de vida. Embora seus estudos se concentrem empiricamente na França, são referências importantes tanto para as pesquisas com populações de camadas médias urbanas como para análises dos mecanismos de distinção como gosto e estilo de vida.

de consumo, um lugar para o espetáculo das várias culturas e estilos de vida, estes últimos não mais definidos por classes.

O importante para o nosso trabalho é que, nos autores citados (Canclini, 1995, Featherstone, 1995), a valorização do patrimônio cultural, ou melhor, do acervo dos bens culturais, em especial dos lugares de memória, é apontada como uma das expressões resultantes das mudanças nas interações sociais e nos espaços públicos da cidade contemporânea. Além disso, constituem uma das prioridades das políticas culturais e de desenvolvimento turístico, em escala mundial, e expressão mais acabada dessa generalização. Ganham relevo as associações simbólicas, referências às práticas e tradições locais e à memória coletiva. Valores e usos dos espaços públicos esquecidos são reativados e parecem estimular interações sociais múltiplas⁹. Sintonizada com o processo de mundialização e, ao mesmo tempo, carregada de suas particularidades e singularidades, parece-nos que este é justamente o caso do centro histórico da cidade de João Pessoa, lócus empírico de nossa pesquisa.

⁹ No Brasil, na década de 1970, alguns estudos sociológicos analisaram as cidades, seu centro e as periferias sob o ponto de vista dos conflitos e da ação coletiva, que envolveram a constituição dos atores sociais. A cidade foi concebida a partir das suas novas formas de organização, além do mundo das fábricas e das empresas. Os movimentos populares de base urbana protagonizaram modos diferenciais de percepção de necessidades não satisfeitas, concepções particulares sobre o uso do espaço, exprimiram potencial de inovação cultural, exigindo reconhecimento dos direitos e um outro patamar na qualidade de vida urbana. Entretanto, a partir da década de 1980, eram notórias as presenças de outros atores, formas de apropriação e uso do espaço urbano, redes de sociabilidades e novas imagens da conflitividade social na cidade. A partir de meados da década de noventa, o cenário dos estudos urbanos voltados para as ações sociais se alterou no Brasil, multiplicando-se as análises sobre os problemas da violência, da exclusão social e para novas práticas civis, a cidadania coletiva, além de se concentrarem nas redes de organizações não-governamentais-ONGs, organizações voluntárias e nos mecanismos institucionais da democracia participativa (Gohn, 1997:304). A política retomava sua centralidade enquanto uma dimensão da vida de indivíduos e grupos que abarcava todas as práticas sociais, sendo, inclusive, mais utilizada para análises no âmbito das relações microssociais e culturais. Dentre as quais destacamos o livro de José de Souza Martins - *A sociabilidade do homem simples*, 2000, e uma pesquisa de Marília Sposito, publicada na *Revista Tempo Social* V.5, 1993, sobre conflitos entre grupos de jovens das ruas e praças da cidade de São Paulo.

No contexto dos novos movimentos sociais,¹⁰ nos recentes anos de 1980 e 1990, o tema da revitalização dos centros históricos, lugares de memória das cidades, ganha maior visibilidade revestida de novas indagações. A prática da revitalização aparece associada à memória de indivíduos e grupos sociais, à busca de identidade e à formação de vínculos sociais fundamentados na identidade cultural e na cidadania¹¹. Surge, sobretudo, articulada a usos e relações sociais fundadas no mercado de consumo cultural. Apresenta-se, portanto, como fenômeno paradoxal, de um lado, associado ao desenvolvimento econômico e turístico das cidades brasileiras e, de outro, ao sentimento de resgate cultural e de preservação das paisagens urbanas de valor histórico e ambiental que guardam antigos espaços e suas populações.

Nos centros históricos das cidades contemporâneas, as áreas de lazer, as práticas culturais e as diferentes formas de associação destacam-se como *lugares* a partir dos quais se constroem formas de *sociabilidades públicas* para além do modelo liberal-burguês marcado pelo privatismo e pelos interesses pessoais. Nessa construção, evidenciam-se diversas práticas de interação social e cultural que constituem os

¹⁰ Os primeiros estudos urbanos que surgiram, no Brasil, analisando processos de ações coletivas tinham filiação teórica ligada a dois autores, em especial: Jordi Borja e Manuel Castells. Eram estudos de matriz teórica marxista, enfatizando as contradições sociais. Os pioneiros nacionais foram José Álvaro Moisés (1978) e Maria da Glória Gohn (1979) cujas obras acentuaram, respectivamente, o papel emancipatório dos movimentos políticos ligados aos operários e às sociedades de amigos de bairros. Ressaltam-se, ainda, os estudos de Francisco de Oliveira (1972); Paul Singer (1973); Florestan Fernandes (1975) entre outros. Para uma análise dos antigos e novos movimentos sociais, ver Maria da Glória Gohn, *Teorias dos Movimentos Sociais – paradigmas clássicos e contemporâneos*, 1997. Tivemos, ainda na década de 1980, mudanças nas análises dos espaços urbanos diante do surgimento de movimentos e formas organizativas populares, como o trabalho de Lúcio Kowarick (1980, 1988), com o conceito de espoliação urbana e a crítica à teoria da marginalidade; Lícia Valladares (1977, 1981) analisando habitação popular e associações voluntárias de bairros. Destacamos ainda Teresa Pires Caldeira (1985), Eunice Durhan (1984), entre outros, com estudos sobre moradores da cidade de São Paulo e novos atores sociais, utilizando abordagens que incorporavam conceitos e noções da antropologia como identidade e o esquema referencial dos trabalhos de Henri Lefèbvre (1978) sobre a produção social do espaço.

¹¹ Ver a respeito: Prefeitura Municipal de São Paulo, Secretaria Municipal de Cultura, Departamento de Patrimônio Histórico. *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo, DPH, 1992. Com textos de Ecléa Bosí, Marilena Chauí, Maria Célia Paoli, Roberto Seger, Raquel Rolnik, Maria Estela Bresciani, Ulpiano Menezes, entre outros, como resultado do Congresso Internacional Patrimônio e Cidadania, 11 -16 de agosto de 1991.

amalgamas que entrelaçam as pessoas na sua vida cotidiana. Essas práticas podem vir do passado, reconstruindo-se no presente e tornando-se uma fonte que alimenta as redes de solidariedade e as formas de participação popular. Neste aspecto, os centros históricos, a exemplo do de João Pessoa, possuem importância fundamental, pois concentram, hoje, práticas culturais e políticas e, assim, resgatam elementos de uma cultura que se reconstrói no presente. São práticas que, entrelaçando o público e o privado (DaMatta, 1991), constituem a vida das pessoas por meio de valores e códigos sociais da tradição urbana, mesclados com práticas de consumo, que apontam para vivências nas festas de rua, para as conversas nas praças, nos bares, nos shows, nas calçadas e nas festas populares.

Ressaltamos, em nossa pesquisa, o significado cultural que estas relações com a paisagem denotam e o papel da memória e da valorização do conteúdo histórico e afetivo que os habitantes atribuem às imagens que compõem a sua cidade¹². Enfatizamos, sobretudo, as sociabilidades constituintes e resultantes do crescimento da participação da sociedade organizada em associações e instituições culturais ligadas à preservação da memória e do patrimônio cultural na cidade de João Pessoa. Assim, analisar-se-ão as formas como as reivindicações desses espaços de cultura, consumo e lazer, são elaboradas pela população organizada através de fóruns e de associações não-governamentais, fazendo com que estes se constituam em *lugares* – espaços de convergência de sentidos e de vivências socialmente construídos¹³.

¹² Destacamos a esse respeito: Sharon Zukin, *Paisagens urbanas pós-modernas - mapeando cultura e poder* e *Paisagens do século XXI: notas sobre a mudança social e o espaço urbano*. In: Arantes, Antonio (org.) *O Espaço da Diferença*, 2000:80-115.

¹³ Em *A crise do contratualismo e o colapso do sujeito universal*, Luis Eduardo Soares (1993) aborda os elementos teóricos e empíricos que propiciaram a entrada em cena de novos atores sociais na paisagem cotidiana e a formação de um *lugar discursivo-social comum*, sobretudo nos momentos de crise político-cultural. Ressalta, ainda, como a presença da alteridade e da intersubjetividade, como questão e desafio para o pensamento político, ganharam força inaudita em nosso século. A entrada em cena do *outro* provocaria o que Hannah Arendt (1979) chama de “choque das diásporas dos valores e das razões” que

São exemplos concretos dessas práticas a Oficina-Escola de Revitalização do Patrimônio Cultural de João Pessoa, a Associação Centro Histórico Vivo e o Projeto Folia Cidadã, entre outras associações já existentes na cidade de João Pessoa, sobretudo aquelas vinculadas aos temas das artes, da cultura popular, do lazer e da educação. Também são exemplos os grupos de diversas gerações que buscam espaços alternativos¹⁴ fora dos circuitos de consumo de massa.

A ampliação da participação de diferentes grupos sociais, de novas formas de *sociação* (relações sociais fundadas em *interesses* e objetivos específicos) e de *sociabilidades* (fundada no *sentimento*, no prazer de fazer sociedade, na solidariedade) (Simmel, 1983: 175) que nascem e se fortalecem das práticas culturais e das formas associativas que se desenvolvem nos centros históricos das cidades - em particular, da cidade de João Pessoa - compõe o tema central de nossa pesquisa. Essas práticas e discursos associados aos centros históricos e à memória da cidade acentuam, através das trocas culturais e sociais, os vínculos entre os indivíduos e grupos, reordenando o estoque simbólico presente na memória relativa aos espaços urbanos e aos monumentos históricos, recriando um sentimento de pertencimento à cidade e à nação.

Defendemos a idéia de que, embora as práticas culturais e sociais que se desenvolvem nas áreas alvo de revitalização urbana, componham espaços e interações baseadas no consumo e em formas de interações vinculadas a conteúdos como

impõem buscar, no sublunar, as referências para a justiça possível, a legitimidade possível e o projeto plausível de sociedade justa e livre. Nesse sentido, Soares acentua a importância da Antropologia na busca de afirmação da legitimidade ontológica da alteridade e dos personagens concretos que a atualizam. São acordos tópicos, provisórios, assentados em trocas vivas mediadas pelos jogos de linguagem, cujas conseqüências se dão em nível teórico (afirmação conceitual da diferença, da contingência dos pontos de vista orientadores de definições racionais de legitimidade e justiça e o reconhecimento da pluralidade irreduzível da razão humana) e em nível mítico-simbólico (estruturante dos horizontes de percepção e interpretação que marcam nossas tradições culturais - indissociáveis do processo político). Ver, também, a este respeito: Hall (1995), Bhabha (1998) e Touraine (1998).

¹⁴Alternativos no sentido de estarem fora de circuitos comerciais. Assim, esses grupos freqüentam ambientes e consomem música, arte, roupas, cultura etc, que não são padronizados, não são produtos da cultura de massa ou não encontraram, ainda, espaço nos veículos de comunicação de massa.

interesses ou objetivos específicos, também expressam interações sociais de reciprocidade e formas de participação da sociedade organizada em associações e fóruns que podem ser as referências básicas para uma política de preservação dos bens culturais urbanos que busque compreender e atuar, interagindo com as esferas pública e privada¹⁵, no desafio constante de preservar e inovar. Procura-se mostrar, assim, que as ações sociais e as estratégias político-culturais que levam ao distanciamento, à individualização e à privacidade, não são monolíticas.

Ao contrário, há formas e propostas concretas por parte dos sujeitos e grupos voltados para o envolvimento social e o interesse coletivo. Com efeito, identificamos outros atores sociais incorporados e interagindo nesses espaços revitalizados, não apenas os gestores das políticas públicas e moradores mas, também, os usuários, as associações não-governamentais, associações de moradores, grupos de artistas plásticos, músicos, estudantes, intelectuais, comerciantes, prostitutas, entre outros.

Assim, procuramos analisar os espaços sociais do centro histórico da cidade de João Pessoa, nos quais os moradores, os usuários das áreas de lazer e cultura, os comerciantes e os gestores do processo de revitalização se reconhecem e interagem baseados em valores como a reciprocidade, a colaboração e a ajuda mútua, em ações diretamente orientadas para a solução dos problemas a partir do próprio esforço e de parcerias, buscando recursos para a satisfação de suas necessidades e direitos (são as associações e grupos de artistas envolvidos com a população moradora da favela e com os consumidores dos novos e antigos estabelecimentos comerciais da área).

Analisamos também os conflitos entre comerciantes e membros da Comissão do centro histórico, entre os novos comerciantes e as atividades de prostituição (um

¹⁵ Na sociedade brasileira, as relações entre o público e o privado, a casa e a rua, foram analisadas, entre outros, por Gilberto Freyre (1979) e Roberto DaMatta (1985).

dos usos mais antigos do centro da cidade de João Pessoa, junto com o comércio varejista e atacadista), além de problemas vinculados à população da favela do Porto do Capim: o medo da remoção, a insegurança, a falta de trabalho, as doenças provocadas pela proximidade do mangue e poluição do rio Sanhauá.

Neste sentido, analisamos as interações sociais e as práticas associativas por meio de relatos e observações feitas pelos atores sobre suas práticas e relacionamentos com outros. Concentramo-nos nas áreas revitalizadas nos últimos anos, em especial, na Praça Anthenor Navarro, no Largo de São Frei Pedro Gonçalves e na área do Porto do Capim, às margens do rio Sanhauá - localizadas no bairro do Varadouro, lugar de origem da cidade. São ruas, praças, bares e locais para realização de shows ocupados pela presença de agrupamentos sociais de diferentes idades, pontos de encontro de grupos diversos, nos quais compartilham o conteúdo histórico e afetivo que atribuem às imagens que compõem a cidade¹⁶.

Daremos atenção especial aos aspectos relativos à formação de organizações não-governamentais e formas de interação e de participação que constroem as chamadas redes sociais baseadas na solidariedade e ajuda mútua (o que está mais próximo do terreno da cultura). Tomamos como foco central as experiências e interações sociais que possibilitaram a formação de vínculo social e as políticas culturais - que procuram conciliar o atendimento às demandas econômicas e a presença de valores que constituem a alma da cidade.

Analisamos os relatos dos principais atores sociais que vivem e circulam no centro histórico de João Pessoa, acerca das suas ações, seus sentimentos, interesses e preocupações diante das transformações recentes no espaço urbano e social. Dentre

¹⁶ Anexamos em CD-Rom cento e trinta e cinco fotos que identificam cada um dos locais indicados neste trabalho.

estes, destacamos os relatos e as práticas dos usuários dos bares, praças, boates e ateliês; dos moradores da favela Porto do Capim; dos líderes de associações e ONGs localizadas no centro histórico; dos comerciantes (novos e antigos) localizados nas áreas alteradas nos últimos cinco anos e dos alunos e gestores (coordenadores e membros da Comissão Técnica de Revitalização) ligados ao Projeto de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa e à Oficina-Escola de Revitalização do Patrimônio Cultural.

Paralelamente, investigamos, através de material jornalístico e de fontes documentais, os projetos de revitalização implementados pelo poder público municipal, estadual e federal, as ações sociais promovidas pelas organizações não-governamentais (ONG) e as atividades de lazer e diversão, estas últimas geradoras de pontos de encontro de indivíduos de várias gerações no atual contexto sócio-político e cultural. Investigamos, com relação às ONGs, suas formas de atuação e os principais conflitos e consensos internos e com outros grupos, relacionados à dinâmica da revitalização; analisamos as informações que servem de base para a tomada de decisão e a organização das novas práticas. Quanto às atividades de lazer, de diversão e de cultura, investigamos o *sentimento* das pessoas ao se relacionarem com outras, o prazer que isto lhes dá e a percepção da importância do centro histórico e da memória do patrimônio na formação dessas interações.

A emergência destas questões decorre da necessidade de compreender como, nos espaços urbanos atuais, articulam-se, de modo paradoxal, os interesses e as formas de relacionamento e de vida vinculados à lógica econômica e ao consumo, enquanto são também fortalecidos outros laços não baseados no interesse econômico. Decorre, também, do sentimento de compartilhar, numa estética da cidade que convida a estar juntos, sobretudo, nos momentos de lazer e diversão, sem vinculação específica a

interesses ou objetivos de indivíduos e grupos. Esses sentimentos e ações serão interpretados à luz da concepção de sociedade e estilo de vida moderno de Simmel e das noções de *sociabilidade e cultura* (1971, 1973, 1978, 1983, 1986, 1996, 1998, 2000)¹⁷, as quais apontam para a necessidade de compreender as articulações entre a difusão de uma economia monetária e o impacto que acarreta na vida social. Nesse sentido, afirmam Souza e Öelze (1998):

“Sua questão principal parece ter sido a de perceber, no nível de vida cotidiano e das consciências singulares, a enorme transformação levada a cabo pelas grandes mudanças estruturais do mundo moderno: a urbanização, a divisão social do trabalho e, acima de tudo, o advento da economia monetária ou, simplesmente, do dinheiro, como ele prefere” (1998:07).

Inspiramo-nos, também, em referenciais teóricos e conceituais de autores que analisam as transformações nas relações sociais e nas noções de espaço e de tempo no final de século XX e início de século XXI, bem como suas singularidades e descontinuidades. São autores - como Canclini (1989, 1995), Featherstone (1995, 1997), Zukin (1996, 2000), A. Arantes (2000), Leite (2001), Certeau (1994, 1994a, 1998), O. Arantes (1996) - que atualizam e recolocam questões buscando compreender os sentidos das mudanças nas sociabilidades que se desenvolvem nas cidades, através das análises de experiências culturais e políticas contemporâneas ressaltando em vários momentos aquelas voltadas para processos de revalorização do patrimônio cultural.

¹⁷ Apesar de grande parte da obra de Simmel ter sido escrita no início do século XX, até 1918, ela não cessou de ser analisada e discutida por diferentes autores. Alguns livros foram organizados, bem como ensaios isolados e capítulos de suas duas grandes obras sociológicas - *Filosofia do dinheiro*, 1900 e *Sociologia*, 1908 – estas últimas publicadas em língua inglesa, espanhola e portuguesa. Dentre estas publicações, destacamos: Wolff, 1950; Levine, 1971; Bottomore e Frisby (1978); Frisby e Featherstone, 2000; Waizbort, 1996 e 2000; Moraes Filho, 1983; Souza e Öelze, 1998; Maldonado, 1996.

1.2. Sociabilidades, cultura e estilo de vida moderno

Analizamos as interações sociais, os usos, os contra-usos e as reciprocidades ligadas à idéia de patrimônio cultural urbano no centro histórico da cidade de João Pessoa, modificados pelas experiências recentes de revitalização urbana e pelos interesses nacionais e internacionais com relação ao tema, tendo como inspiração teórico-metodológica alguns conceitos da sociologia de Simmel (1858-1918), sua concepção de sociedade moderna¹⁸ e o modo como conduz a análise da mesma. Ela se volta, em parte, para a análise dos nexos entre o desenvolvimento e a difusão da economia monetária, bem como seu impacto múltiplo sobre o mundo e a vida dos homens¹⁹.

¹⁸ Sua concepção de sociedade moderna impregna toda sua obra como se fizesse parte de sua própria vida cotidiana. Encontra-se de modo mais sistematizado, sobretudo, em *Filosofia do dinheiro* (1978), publicada pela primeira vez em 1900, em *Sociologia I e 2: Estudios sobre las formas de socialización*, (1986), publicada pela primeira vez em 1908, e em *A metrópole e a vida mental* (1973 e 2000), originalmente produzida em 1903.

¹⁹ É necessário esclarecer que Simmel, quando analisa as conseqüências da economia monetária, não está preocupado com um modo específico de produção, mesmo que muitas dessas conseqüências sejam referentes ao capitalismo contemporâneo. Há uma ausência da dimensão histórica do estudo do dinheiro, até mesmo em sua obra clássica: *Filosofia do dinheiro* (1900). Suas analogias nunca aparecem numa seqüência histórica. Frisby (1992:68) discute essa questão metodológica em Simmel e considera que ela ocupa um lugar secundário na sua obra. Segundo Frisby (1992), Simmel considerava excessiva a preocupação com métodos, um certo fetichismo, entre seus contemporâneos. Há, na visão de Simmel, uma *impossibilidade de leis sociológicas*. Mesmo assim, Frisby buscou, identificar, os elementos referentes a uma forma própria de abordagem dos seus principais temas e concluiu que, além disto, a abordagem simmeliana é marcada por uma forma não-sistemática e fragmentária, e a natureza dos seus trabalhos caracteriza-se por um ensaísmo consciente. Até mesmo suas duas grandes obras *Filosofia do dinheiro* (1900) e *Sociologias* (1908) foram construídas a partir de ensaios caracterizados como “*fragments of that which he takes to be the science of society*” (Frisby, 1992:70). Esta forma de abordagem é vista como possuindo uma “autonomia estética” que é antipositivista, anti-sistemática e anti-acadêmica, ou seja, não busca um método causal-analítico ortodoxo. Frisby aponta, ainda, para uma maneira incógnita de analisar e escrever, como um observador da vida social, que poderia ser comparado ao *flâneur* das análises de Walter Benjamin. Ressalta, também, sobre a abordagem simmeliana, que praticamente todos os seus ensaios começam com uma dualidade de conceitos, uma antinomia e um paradoxo que aparece logo nas primeiras frases, como por exemplo, no ensaio *As ruínas* (entre o desejo intelectual e a necessidade natural) ou em *A ponte e a porta* (entre aproximação e afastamento, interior e exterior, entre aquilo que une e divide as relações sociais). Estes dualismos e, sobretudo, aqueles de forma e conteúdo, indivíduo e sociedade, cultura subjetiva e cultura objetiva, pensamento e vida, são não apenas figuras que abrem os seus ensaios, mas oposições fundamentais que permeiam seu trabalho em um sentido mais profundo. Trata-se do modo dialético de pensar a relação entre sujeito e objeto, que marca constantemente a crítica cultural de Simmel na forma de uma tensão fundamental entre subjetividade e objetividade. Uma tensão que é interpretada como sendo, basicamente, trágica. Uma das conseqüências dessa maneira de trabalhar com polaridades e antinomias é

A idéia de sociedade, em Simmel, está baseada numa perspectiva de aproximações e afastamentos, num jogo fundamentado nas formas de participação e de reciprocidade entre os indivíduos, que conduz a uma maneira própria e muito particular de análise dos efeitos da economia monetária e do cálculo - eficaz na troca de equivalentes como paradigma da interação - sobre a vida social. Simmel está atento às formas mais sutis, aos laços mais finos e mais firmes que se tecem vinculados quase sempre a sentimentos de reciprocidade fortalecidos nas relações de troca.

Simmel (1978, 1986), quando analisa o *moderno estilo de vida*, ressalta que a economia monetária altera a sensibilidade e a as formas de interação entre os homens e destes com a tecnologia e seus produtos. As relações usuais, por exemplo, de proximidade e distância se alteram. Por outro lado, a necessidade crescente do cálculo e da precisão desenvolve um intelectualismo na existência moderna cujo lócus privilegiado é a cidade²⁰, em especial, a metrópole. A esse respeito, esclarece:

“An enquiry into the inner meaning of specifically modern life and its products, into the soul of the cultural body, so to speak, must seek to solve the equation which structures like the metropolis set up between the individual and the supra-individual contents of life. Such an enquiry must answer the question of how the personality accommodates itself in the adjustments to external forces” (Simmel, 2000a:175).

que estas contradições nunca são resolvidas, de modo que o leitor de Simmel é sempre deixado com as ambigüidades e os paradoxos da vida social. Acrescenta-se a estas características da obra de Simmel uma estetização da realidade, marcada por uma centralidade no trabalho da arte como um modelo para a elaboração de seus próprios ensaios. Em especial, uma aproximação com a arte impressionista, que se dá, sobretudo, ao considerar significativo não apenas o conteúdo e as formas sociais, mas também a maneira de apresentá-los. Além disso, Simmel adere a uma concepção de realidade social que se constitui por uma miríade de inter-relacionamentos. O que o interessa são os aspectos particulares da totalidade da sociedade e nunca esta totalidade em si. A esse respeito, esclarece Frisby: *“Simmel remained attached to a genuine impressionistic pleasure in the characteristic sensitivity towards what is qualitatively unique”* (1992:93).

²⁰ A cidade e, em especial, a metrópole é vista no ensaio *A metrópole e a vida mental* (1903) – resultante de uma palestra dada em 1902 em Dresden, dentro de uma série de palestras sobre a cidade e a vida metropolitana - como o lugar por excelência do novo tipo de individualidade moderna, afetada profundamente pela intensificação dos estímulos nervosos e pela economia monetária. O *intelectualismo* (um tipo de atitude marcada pelo cálculo, pela pontualidade e pela anonimidade) é uma de suas marcas, uma proteção desenvolvida como reação às ameaças externas do meio, uma forma de preservar a subjetividade frente ao poder da metrópole. Intelectualismo e economia monetária estão intrinsecamente conectados.

O estilo de vida moderno desenvolve nos indivíduos um tipo de proteção contra as ameaças e a intensidade dos estímulos nervosos do ambiente externo, uma intelectualidade e consciência que tornaram a mente moderna cada vez mais marcada pela exatidão, pelo cálculo, reduzindo os valores qualitativos em quantitativos e funcionalistas. Assim, as condições de vida urbana são as causas e os efeitos desse processo. Apesar de os impulsos irracionais não serem impossíveis na cidade, eles são considerados opostos ao tipo de vida urbana.

Desse modo, os mesmos fatores que conduzem à racionalização das formas de vida conduzem também à mais alta forma de subjetividade. A atitude *blasé* seria justamente um dos resultados das mudanças rápidas e da grande quantidade de estímulos que a cidade e o estilo de vida moderno provocam. Sobre este aspecto, enfatiza o citado autor:

“A life in boundless pursuit of pleasure makes one blasé because it agitates the nerves to their strongest reactivity for such a long time that they finally cease to react at all. In the same way, through the rapidly and contradictoriness of their changes, more harmless impressions force such violent responses, tearing the nerves so brutally hither and thither that their last reserves of strength are spent; and if one remains in the same milieu they have no time to gather new strength. An incapacity thus emerges to react to new sensations with the appropriate energy (...) the essence of the blasé attitude consists in the blunting of discrimination (...) and thereby the things themselves, are experienced as insubstantial” (Simmel, 2000a: 178).

Nesse processo, os indivíduos desenvolvem um tipo de autopreservação marcado por um comportamento de reserva com relação aos outros, cujo resultado muitas vezes aparece no fato de não conhecermos sequer os nossos vizinhos durante anos. Uma antipatia latente protege as pessoas contra a sugestibilidade indiscriminada e a indiferença, efetuando assim as distâncias e aversões sem as quais esse modo de vida urbano seria impossível.

Assim, sob o signo da economia monetária e do intelectualismo, o moderno significa a época da intensificação dos estímulos nervosos resultantes das trocas e mudanças ininterruptas de espaço e de tempo, através dos quais opera o nivelamento, mas também as diferenças. Assim, o moderno é a época dos dois individualismos: o quantitativo e o qualitativo. Essa visão da *simultaneidade da imagem da sociedade* é compartilhada por Simmel com filósofos hermeneutas, como Schleiermacher e Dilthey, próximos também do *Romantismo* alemão. É ainda Simmel que esclarece:

“O canal mais amplo para esse individualismo, através do qual ele influenciou a consciência do século XIX – pode-se denominá-lo individualismo qualitativo em oposição ao quantitativo do século XVIII, ou individualismo da unicidade (Einzigkeit) em oposição ao da particularidade (Einzelheit). Assim como Goethe lhe forneceu a base artística, Schleiermacher a metafísica, o Romantismo lhe forneceu a base do sentimento, da vivência.(...) os românticos foram os primeiros a se aprofundar na singularidade, na unicidade das realidades históricas (...) mas sobretudo: o romântico vivencia no interior de seu ritmo interno a incomparabilidade, o privilégio, o *se-contrastar-frente-ao-outro* qualitativo e penetrante de seus elementos e momentos, vê mesmo esta forma de individualismo entre os elementos da sociedade. (...) A alma romântica sente intensamente uma série sem fim de oposições, das quais cada uma, no momento em que é vivida, surge como um absoluto, algo acabado, auto-suficiente, para o próximo instante ser superada, e ela só flui intensamente o Selbst (si mesmo, “self”) de cada um na alteridade de um diante do outro” (Simmel, apud Waizbort, 2000:495)

Nessa mesma linha de raciocínio, Waizbort acrescenta:

“O moderno estilo de vida está relacionado com uma grande variedade de formas de socialização, modos como a sociedade realiza a cada instante a síntese peculiar que a configura como sociedade. Essas formas de socialização devem ser investigadas (assim como o faz Simmel) enquanto ‘formas de jogos’, pois elas supõem e realizam um ‘jogar com’ que estabelece laços entre os homens, de um ao outro e do outro a um próximo, ad infinitum, em uma rede que comporta uma circularidade infinita, mas que também se estende para além de todas as fronteiras e círculos sociais” (1996:29).

Na sociologia de Simmel, há este dualismo na compreensão das relações sociais e da relação entre indivíduo e sociedade. É, nesse sentido, que o conflito é analisado por ele, a partir de uma concepção ampla do conceito de *unidade*:

“We designate as ‘unity’ the consensus and concord of interacting individuals, as against their discords, separations, and disharmonies. But we also call unity the total group-synthesis of persons, energies and forms that is, the ultimate wholeness of that group, a wholeness which covers both strictly-speaking unitary relations and dualistic relations” (Simmel, 1971b: 73).

Trata-se de um modo de compreensão dos conflitos sociais enquanto forças integrativas atuando na acentuação dos elementos negativos e antagônicos, que, quando analisados em conjunção com outras interações sociais, teriam um papel positivo. Simmel esclarece a respeito:

“The individual does not attain the unity of his personality exclusively by no exhaustive harmonization, according to logical, objective, or ethical forms, of the contents of his personality. On the contrary, contradiction and conflict not only precede this unity but are operative in it at every moment of its existence (...) Just as the universe needs ‘love and hate’, that is, attractive and repulsive forces, in order to have any form at all, so society, too, in order to attain a determinate shape, needs some quantitative ratio of harmony and disharmony, of association and competition, of favorable and unfavorable tendencies. But these discords are by no means mere sociological liabilities or negative instances (...) the society, as we know it, is the result of both categories of interaction, which thus both manifest themselves as wholly positive” (1971b: 71-72).

Nesta visão, o antagonismo, por si só, não produz uma interação social, mas é um elemento sempre presente como colaborador das forças unificadoras que produzem e mantêm os grupos sociais. Acrescenta Simmel:

“Opposition achieves this aim even where it has no noticeable success, where it does not become manifest but remains purely covert. Yet while has hardly any practical effect, it may yet achieve an inner balance (sometimes even on the part of both partners to the relation), may exert a quieting influence, produce a felling of virtual power, and thus save relationships whose continuation often puzzles the observer” (1971b:76).

Sob este ângulo, a sociedade funciona como um exemplo de indivíduos em interação recíproca, segundo motivos variados. São interesses objetivos, impulsos, instintos e propósitos de defesa ou ataque, de ganhos ou jogos, de auxílio ou instrução,

etc. capazes de engendrar ou mediar influências sobre outros e também de serem influenciados por outros, os quais Simmel (1983:165-166) chama de *conteúdos da sociação*. Esses conteúdos só atuam como fatores de *sociação* quando transformados de meros agregados de indivíduos em formas de interação para satisfazer esses interesses. Simmel diferencia *sociação* de *sociabilidades*, tendo como divisor de águas justamente o *interesse*. Assim, as *sociabilidades* estão mais relacionadas com as formas do que com os conteúdos da vida societária, conforme acentua:

“As formas nas quais resulta esse processo ganham vida própria. São liberados de todos os laços com os conteúdos: existem por si mesmas e pelo fascínio que difundem pela própria libertação desses laços. Isso é precisamente o fenômeno que chamamos de sociabilidade. Interesses e necessidades específicas certamente fazem com que os homens se unam em associações econômicas, em irmandades de sangue, em sociedades religiosas, em quadrilhas de bandidos. Além de seus conteúdos específicos, todas estas sociações também se caracterizam, precisamente, por um sentimento, entre seus membros, de estarem associados, e pela satisfação derivada disso” (Simmel, 1983:168).

A *sociabilidade* é vista como um *sentimento* do indivíduo de estar se relacionando com outras pessoas e do prazer que isso lhe provoca; é um sentimento de participação por estar integrado a um grupo com o objetivo exclusivo de usufruir dessa relação de reciprocidade com outras pessoas. A sociabilidade é vista também como *a forma lúdica da sociação* (Simmel, 1983:169) cujas condições e resultados desse processo são exclusivamente as pessoas que se encontram numa reunião social. Seu caráter é determinado por qualidades pessoais como honra, fidelidade, gratidão etc., de modo que “riqueza, posição social, cultura, fama, méritos e capacidades excepcionais não podem representar qualquer papel na sociabilidade” (1983:170). Daí ser considerada, segundo Cetrulo (1999:19), o exemplo mais puro de forma de associação. Esta representaria um modelo ideal que Simmel encontra para esclarecer como ele entende a sociedade.

A *sociabilidade* é vista também por Simmel como um *jogo de faz-de-conta* (desejos de sobrepujar, de trocar, a formação de partidos, o desejo de arrancar algo dos outros, os azares de encontros e separações acidentais, o domínio por meio de artifícios e a revanche, enquanto conteúdos intencionais) onde não podem ser incluídas as características objetivas de cada indivíduo, nem ao menos seus sentimentos subjetivos. A *sociabilidade* está em fazer um *jogo de sociedade* onde o prazer está no próprio jogo, no encontro dos participantes, nas trocas, única e exclusivamente. Mas há limites para se viver a sociabilidade, segundo afirma o autor em análise:

“Esses limites são transpostos quando os indivíduos interagem motivados por propósitos e conteúdos objetivos e quando seus aspectos subjetivos e inteiramente pessoais se fazem sentir. Em ambos os casos, a sociabilidade deixa de ser o princípio formativo e central de suas sociações e se torna, no melhor dos casos, uma conexão formalista e superficialmente mediadora” (Simmel, 1983:170).

Neste sentido, a cidade moderna é a expressão de um conflito infundável entre cultura subjetiva e cultura objetiva, entre indivíduo e sociedade. Apesar de ser um solo fértil para a reciprocidade, é nela que se desenvolvem os problemas centrais da vida moderna derivados do esforço do indivíduo para preservar a autonomia e a individualidade de sua existência frente às forças sociais, à herança histórica, à cultura externa e à tecnologia. Essas duas formas do individualismo marcariam esta experiência de vida urbana: *a independência individual* que toma a forma do individualismo quantitativo e *a formação do modo pessoal e específico*, indicando um individualismo qualitativo que se relaciona com a especificidade e a diferença/distinção do indivíduo. Acerca dessa dimensão, afirma Simmel:

“A função da cidade grande é fornecer o lugar para o conflito e para as tentativas de unificação dos dois, na medida em que as suas condições peculiares se nos revelam como oportunidades e estímulos para ambas. Com isso as cidades grandes obtêm um lugar absolutamente único, prenhe de

significações ilimitadas, no desenvolvimento da existência anímica; elas se mostram como uma daquelas grandes formações históricas em que as correntes opostas que circunscrevem a vida se juntam e se desdobram com os mesmos direitos” (Simmel, apud Waizbort, 2000:491-492).

A idéia de *cultura* em Simmel está relacionada com esse individualismo gerado, sobretudo, pelo advento da economia monetária, correlato à urbanização das cidades. A análise de ambos é marcada por uma ambigüidade fundamental: tanto desempenha um papel central na constituição da liberdade (de aproximações e distâncias em relação aos outros) quanto na gestação da tragédia moderna. A cultura, enquanto cultivo, estaria imersa em uma tragédia engendrada em razão das causas apontadas por Souza e Oëlze:

“A tragédia da cultura moderna é definida como separação e estranhamento entre as esferas objetiva e subjetiva. A economia monetária, implicando a mediação das relações humanas por meio do dinheiro, é o fundamento das coisas (...), o mesmo processo reificador que substituiu relações pessoais por relações monetárias impessoais, conferindo o pano de fundo para a percepção e constituição da noção de subjetividade. Cria, também aquilo que Simmel chama de objetividade (*Sachlichkweit*). Toda a ambivalência da modernidade ocidental parece estar contida nesse processo que, simultaneamente, forma o mundo reificado e reificador das coisas e a possibilidade da constituição da personalidade” (1998a:12).

Se, nos primeiros estudos de Simmel, o conceito de cultura aparece fundamentado na distinção entre conteúdo e forma, posteriormente, os conteúdos da experiência assumiram uma forma condensada ou cristalizada das interações humanas que vão além do mero conteúdo. Os objetos criados fora da experiência humana passaram a adquirir sua própria existência objetiva em distintas formas que podem ser temporárias ou persistirem no tempo como tradições culturais. É assim que, por exemplo, Guy Oakes, seguindo os termos de Simmel, formula sua concepção de cultura:

“The process in which life first reproduces itself as ‘more life’ and then transcends itself by generating forms that qualify as ‘more-than-life’. Simmel represents culture as a two-dimensional process. On the one hand, the energies and interests of life are defined and moulded by the forms of ‘objective culture’, the world of cultural forms and their artifacts that have become independent of individual human existence... On the other hand, these cultural forms and their artifacts are incorporated into the ‘subjective culture’ of the individual, the state of the personality which is the ultimate result of the process of cultivation ... Subjective culture is the personal culture of the individual, or the life of the individual as a cultural being” (1984:3 apud Frisby & Featherstone, 2000:5).

Entretanto, além dessas duas dimensões, há uma percepção da dimensão trágica na qual a vida social é levada a produzir as mesmas condições que subtrairão aos homens gozar daquilo que a própria sociedade produz. A cultura é vista como um conjunto de formas significativas que inexoravelmente se vê aprisionado nas formas fixas que ele mesmo cria. Essa ambigüidade continua a marcar a cultura, também, no final de século XX e início do século XXI, quando percebemos, como um paradoxo da *gentrification* atual do patrimônio cultural das cidades históricas, a maneira como o patrimônio é transformado em mercadoria e em espetáculo ou cenário de consumo cultural e turístico. Entretanto, na mesma medida, expressa um movimento que está na base de todas as relações humanas: o esquema da oferta e do equivalente, a troca enquanto “conversão em objeto da capacidade de reciprocidade dos homens” (Simmel, 1983:83).

O modo como Simmel percebe as relações entre as diversas dimensões da vida humana (psíquica, social e cultural) e as relações entre os campos científicos e tecnológicos correspondentes, enfatiza uma passagem do sentimento íntimo individual para a interação social que coloca em foco uma mudança de *tonalidade*. Essa tonalidade de *sentimento pessoal e de ação privada*, e a dimensão simbólica correspondente, tingem os fatos de uma coloração que, muitas vezes, esconde do olhar

não adestrado sociologicamente a importância desses fatos para a vida e a manutenção da sociedade²¹.

Desse modo, a sociologia de Simmel aponta para uma dimensão da espontaneidade na vida social, a qual nenhuma regulamentação normativa ou legal pode substituir inteiramente. São sentimentos que nascem espontaneamente nos homens nas suas aproximações e afastamentos recíprocos. Aqui não se trata de uma solidariedade social acompanhando a diferenciação social - que tanto aproxima os homens quanto os separa na mesma proporção que se multiplicam. Não é de interdependência, mas de reciprocidade que trata em sua obra.

A multiplicação das relações sociais coloca os homens em contatos mais frequentes, mas também opera novas fontes de assimetria, dificultando as ações e os sentimentos recíprocos. O resultado é a expansão das obrigações leais, instituídas e sustentadas, impostas aos homens sem passar pelo interior deles. Entretanto, se as regras e leis sociais são suficientes para, pelo menos, corrigir as insuficiências de reciprocidade espontâneas, não o são para criar vínculos que transcendam a efusão de conteúdos psíquicos e o cumprimento da regra, e que possam assegurar na vida social a continuidade da ação espontânea, a criação de laços que transcendam a aplicação pontual.

O fluxo das experiências aparece como uma fonte de energia que produz as relações recíprocas dos elementos. Conforme aponta Simmel,

“A sociedade, cuja vida se realiza num fluxo incessante, significa que os indivíduos se encontram vinculados uns aos outros por força da influência mútua e da determinação recíproca que exercem uns sobre os outros. Por

²¹ Esta forma de ressaltar a natureza simbólica da relação social, da troca, da reciprocidade, foi também evidenciada por Marcel Mauss (*Ensaio sobre a dádiva*, 1923-24), como o elemento que excede a dimensão utilitária e funcional dos bens e serviços (Caillé, 1989, 1998). Atos e objetos que criam laços e expressam a oposição entre simbólico e utilitário. A respeito dessa contribuição de Mauss, ver Alain Caillé, *Critique de la Raison Utilitaire, Manifeste du Mauss* (1989).

consequente, a sociedade se apresenta como algo de funcional, como algo que os indivíduos fazem e suportam ao mesmo tempo” (Simmel, 1983:83).

A sociedade é, nesta visão, o conjunto de aproximações e afastamentos constituídos e constituintes do quadro de efeitos advindos da presença desses elementos de reciprocidade. Ou seja, a entrada em relações sociais sempre desencadeia um processo de determinação de fronteiras. Daí Simmel enfatizar os fluxos energéticos e os processos de constituição e imposição de formas significativas em espaços dados, formando uma nova *tonalidade* a partir de novas experiências e ambientes. A idéia central é perceber como as formas sociais persistentes e os conteúdos psíquicos efêmeros e fugazes se juntam sem se fundirem. É identificar essas formas realmente encontráveis e compreender como se assegura, na vida social, a continuidade das ações espontâneas e da reciprocidade.

Simmel assinala a importância da reciprocidade como complemento da ordem legal e moral, na medida em que o dar e o receber na vida social não se reduzem à simples troca, pois ela não recobre todas as dimensões da reciprocidade entre os homens. Nesse sentido, a troca converte em objeto a capacidade de reciprocidade dos homens, enquanto os sentimentos, como a gratidão e a solidariedade, invertem o sentido desse movimento, interiorizando nos homens um *resíduo subjetivo* do ato de receber e de dar. Seria, então, uma espécie de *memória moral*, atuando como *pontes e portas* que a alma humana sempre encontra para aproximar-se dos outros ao menor estímulo.

Efetuar-se-ia, desse modo, a persistência de interações sociais além do momento pontual de sua criação. A economia monetária que garante a troca dos objetos não lança as *pontes* que dão sentido às trocas e que são sociais não por se destacarem da intimidade dos homens, mas por lançarem raízes nela. A persistência

está fundamentada na relação e não no sentimento primeiro que a propiciou, fazendo com que as *pontes* de ligação entre os homens tenham essa capacidade de modificar um impulso e um sentimento inicial e difuso e de afetar as interações subseqüentes, não deixando apenas uma lembrança pontual de alguma troca particular (Simmel, 2000b)²². Por isso, a troca exige uma resposta, suscita uma contraprestação espontânea, mesmo não sendo algo imposto. Essas pontes se formam também através de uma experiência reiterada de estar juntos, próximos, levando os parceiros à “indução” do sentimento correspondente.

Um lugar privilegiado de intensificação dessas trocas e reciprocidades é a cidade. Aqui consideramos significativa a contraposição e a complementaridade entre cidade moderna e cidade antiga identificadas por Waizbort (2000) na obra de Simmel. A primeira é palco da luta entre indivíduos e sociedade, cenário do moderno estilo de vida; a segunda, “a velha cidade que perdura no presente, numa temporalidade absolutamente única e específica, numa esfera atemporal em que passado e presente se

²² Simmel desenvolve estes conceitos relativos à metáfora das *pontes e portas* no texto *The bridge and the door* (2000b: 170-174), produzido em 1909, e amplia esta discussão sobre o espaço em *A filosofia da paisagem* (ensaio de 1913, traduzido por Simone Maldonado, in: Revista *Política & Trabalho* nº12, set. de 1996. PPGS/Editora Universitária –UFPB, pp.15-24). Ele analisa o espaço em termos de associação e dissociação, de exterioridade e de interioridade enquanto disposições do homem perante a natureza que ora transforma em paisagem, ora inscreve em obra de arte. Nesse sentido, evidencia-se um ponto característico do fazer sociológico e filosófico simmeliano, do qual nos servimos hoje, que é a capacidade de trabalhar a complementaridade dos opostos. Além disso, identificamos uma maneira de trabalhar as *formas sociais* não apenas como realidades históricas cabais na sua constituição. É uma maneira de proceder que enfatiza como estas “ganham uma forma empírica somente mediante o seu enfraquecimento (...) por conceitos opostos” (Simmel, 1983). No texto sobre a ponte e a porta, a ponte expressa a *esfera volitiva do homem no espaço*, ligando as partes das paisagens, reaproximando extremidades e compondo caminhos. Enquanto a porta está associada aos mesmos princípios da ponte que permitem os movimentos e as possibilidades de administração do espaço pelo homem e da construção de perspectivas associativas/dissociativas, mas lembra outros elementos opostos como o entrar e o sair, o abrir e o fechar. Todos estes mecanismos (portas, pontes, paredes, janelas) atuam como parte das necessidades humanas de dar-se limites, para em seguida lutar para ultrapassá-los. Na leitura de *A filosofia da paisagem*, identificamos os pressupostos básicos da impossibilidade das *formas puras* e da inevitabilidade da relação dos opostos, mas, sobretudo, a idéia de que é a partir de um *stimmung*, - uma tonalidade marcada por sentimentos e emoções pessoais, da ordem da subjetividade e da afetividade - que se pode falar que um determinado pedaço da natureza pode vir a se constituir numa paisagem. Sem um conceito unificador, sem os sentimentos e modos de comportamento, colorações e tonalidades que a própria vida engendra, *um pedaço dissociado da natureza* não poderia se constituir em paisagem. A subjetividade do olhar é que permite que se fale de paisagem.

tocam a cada instante” (Waizbort, 2000:505). Para Simmel, a temporalidade da cidade velha é aquela da obra de arte:

“Praticamente só as velhas cidades, que cresceram sem um plano pré-concebido, oferecem à forma estética tal conteúdo (a beleza); aqui as configurações – que provêm de finalidades humanas e que só surgem como encarnação do espírito e do querer – apresentam, mediante a sua reunião, um valor que se situa inteiramente para além dessas intenções e que se acrescenta a elas como um opus supererogationis” (Simmel, apud Waizbort, 2000: 506).

Nas velhas cidades, dá-se a superposição do novo sobre o velho e a mistura aleatória que resulta numa dissolução da tensão entre natureza e espírito da qual se originaria o *stimmung* ou *tonalidade*, uma espécie de atmosfera estética, sentimento pessoal de estar frente a uma obra de arte, uma unidade do todo composto, um estado de espírito. O local da obra de arte é visto também como o espaço da reconciliação, como Simmel a utiliza no ensaio quando se refere às *ruínas* como formas que operam uma reconciliação entre sujeito e objeto, uma superação do dualismo que perpassa o mundo e a vida, as oposições mais inflamadas. Se, na arquitetura, há o domínio do espírito sobre a natureza na construção, a *ruína* é a “vingança da natureza sobre o espírito” (Simmel, 1998:140). Uma redenção pela arte que transforma as velhas cidades - vistas enquanto cidades dos homens e do ritmo dos homens e (não do dinheiro) como o lugar onde os homens vivem - no outro das cidades modernas.

Contudo, a mudança central analisada por Simmel (2000j:244) quando identifica a era moderna e a contrasta em relação às outras épocas, como, por exemplo, a Idade Média, está no fato de que, enquanto nas épocas anteriores, a personalidade de uma pessoa estava misturada com a dos grupos locais, a partir dos quais extraía seu caráter, na era moderna, essa uniformidade foi destruída²³. Por um

²³ Referimo-nos aqui, especificamente, ao texto *Money in modern culture* (1896), uma de suas primeiras reflexões sobre os temas centrais de sua *Filosofia do dinheiro* (1900) incluído no livro *Simmel on*

lado, deixou a personalidade por si mesma e deu em troca uma liberdade de movimento, na dimensão mental e física, incomparável. Por outro lado, conferiu uma objetividade, também incomparável, sobre o conteúdo prático da vida. Através da tecnologia e em organizações de todos os tipos, como as fábricas, as leis inerentes das coisas passaram a se tornar libertas de qualquer coloração pelas personalidades individuais. Também nossa imagem da natureza passou a ser erradicada em seus traços antropomórficos e passamos a nos impor uma regularidade objetiva. Assim, a modernidade teria tornado sujeito e objeto mutuamente independentes.

A obra crítica de Simmel, em relação ao moderno estilo de vida, nos conduz justamente à compreensão de como esses dois lados do processo de diferenciação são afetados pela economia “do dinheiro”, por uma lógica econômica e funcional. Frisby e Featherstone (2000) sintetizam, no trecho abaixo, a discussão central que Simmel desenvolve em sua *Filosofia do dinheiro* (1978) e em artigos anteriores sobre as interações sociais nas cidades e a idéia de uma filosofia do dinheiro:

“The money economy has both contributed substantially to the development of the most individual aspects of the personality and to an increasing social levelling. In turn, this contradiction between qualitative and quantitative evaluation has been resolved in favour of quantification in the money economy, in the development of a blasé attitude to the value of things and, with the increasing focus upon means and technique over ends, to a growing ‘Americanism of the times’” (2000:18).

Em vários ensaios e nos seus dois grandes tratados de sociologia, *Filosofia do dinheiro* (1900) e *Sociologias* (1908), produzidos no início do século XX, Simmel demonstrava essa preocupação com as influências da economia do “dinheiro” sobre a cultura moderna, em especial sobre as formas de interação. Porém, em um ensaio publicado no *Die Zukunft* (1893), sob o pseudônimo de Paul Leisegang, *Infelices*

culture, organizado por Mike Featherstone e David Frisby (2000). É formado por textos de Simmel sobre cultura, desde suas obras escritas a partir da década de 1890 até 1918.

Possidentes! (Simmel, 2000i: 259-262), assim como no ensaio sobre a grande exposição de produtos industrializados e de arquitetura em Berlim (1896) que para ele se tornou apenas *Berlin Trade Exhibition* (Simmel, 2000h), demonstra uma preocupação também com a dimensão política da cultura. A exposição revelava para Simmel, “*how much the form of modern culture has permitted a concentration in one space...(and) through its own production a city can represent itself as a copy and a sample of the manufacturing forces of world culture*” (2000h: 256).

Já no ensaio *Infelices Possidentes!* (Simmel, 2001i), sobressaem-se as suas referências críticas à superficialidade das formas de entretenimento e ao excitação destas novas formas de diversão e de arte que parecem transferir os estímulos das metrópoles para dentro da esfera do conforto, do prazer e do relaxamento das tensões das experiências cotidianas de modernidade na cidade. Ele aponta a sexualidade e a superficialidade como formas elitistas de que dispunha a burguesia para se afastar de suas preocupações cotidianas, enfatizando:

“As if the evolution of human species, which led from sensuality to reason, were going in reverse, so now no stimulus seems worth enjoying other than titillation of the senses and intoxication of the nerves. Who still wishes to know anything about serious, quiet art that must be sought with the soul, which the person enjoying it must acquire, in order to possess it? The pleasures required today are thrusts herself forward and thus caricatures the natural, healthy relationship of the sexes in its opposite. Splendor for the eyes is called for, and the establishments breathlessly compete to outdo one another in this respect, match or a harem owner, and waits to see which of his pleasure slaves will prove most amusing and, at the same time, comfortable. The removal of any deeper content is needed so that the mind not be asked to break through a shell or cut a path for itself in order to reach the core. That is why all that may be offered is what can be offered on the surface, and that is why sensations predominate rather than reflections” (Simmel, 2000i:259).

Para Simmel, o aspecto terrível e trágico dessa dominação da indústria do entretenimento pela superficialidade estava no fato de as pessoas desejarem apenas se

divertir, “*just amuse oneself*” através de uma intoxicação dos sentidos, que o leva a questionar:

“What emotional forces still remain after the day has used up what was available in activity, tension and concentration? The Ronacher and Apollo Theatres answer the question as to what capacities the urbanite of our days still brings to the theatre. Because life uses up his strength completely, all that may be offered him as relaxation is something that requires absolutely no effort. Exhausted by the haste and worries of the day, the nerves no longer react to stimuli, except those which are directly physiological, so to speak, those to which the organism responds even when all the more refined sensibilities have become blunted: light and gleaming colours, light music, and finally - and principal – sexual feelings” (Ibid.:260).

Simmel não se preocupava, portanto, com a circulação e a funcionalidade das mercadorias, mas com o significado simbólico e estético da forma *mercadoria*, uma espécie de *aesthetic super-additum*. É dessa forma que muitas das questões colocadas por ele nos ajudam a compreender as interações sociais e as formas culturais na contemporaneidade, em especial, quando nos remetem ao que acontece hoje nas áreas históricas em processo de *gentrification* no Brasil. Estas tiveram, como primeira tentativa de atrair um público consumidor, a pintura das fachadas e o uso de cores fortes, além da dimensão superficial da dinamização cultural e do entretenimento, através de shows e da circulação pelos bares, não exigindo, de imediato, que estes espaços fossem conhecidos em profundidade - em sua historicidade e arquitetura -, mas apenas que fossem consumidos pelo prazer que esse tipo de diversão poderia provocar, independentemente de estarem em um centro histórico ou em outro lugar.

O aspecto de cidade antiga, sítio onde o homem viveu, e o caráter conciliador das *ruínas*, seriam os elementos que permitiriam, no caso dos centros históricos em revitalização, uma certa reconciliação entre sujeito e objeto, e também a formação de

novas sociabilidades públicas baseadas no sentimento de participação, na memória coletiva comum e na reciprocidade.

1.3. ***Gentrification* do patrimônio cultural e sociabilidades**

Nosso foco sobre o *Projeto de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa* refere-se à existência, nas cidades contemporâneas, de espaços de interações sociais e, em especial, de *sociabilidades públicas* principalmente em um tipo de cidade que é re-significada para se tornar vitrine, espetáculo, lugar de consumo da tradição pelo *marketing* das cidades e suas políticas contemporâneas de patrimônio cultural. Podemos localizá-lo como problema desde as primeiras décadas do século XX, com Walter Benjamin (1997) e suas referências às reformas do Barão Haussmann em Paris, no contexto do autoritarismo de Napoleão Bonaparte (pós-1848): embelezar a cidade adequando-a às necessidades do mercado e de circulação de bens, signos e capitais que a cidade industrial exigia. Criou-se uma imagem de cidade moderna e de disciplinamento dos usos dos espaços, que se expandiu nas décadas seguintes para diferentes cidades do mundo.

No Brasil, a partir das primeiras décadas do século XX, grandes cidades, como Recife e Rio de Janeiro, e, até mesmo, pequenas e médias cidades brasileiras, como João Pessoa, Natal e Fortaleza, reformaram seus centros comerciais abrindo largas avenidas, fazendo das ruas comerciais vitrines dos produtos a serem comercializados, definindo limites e segregando os espaços urbanos. Um século depois, as estratégias atuais de *gentrification* do patrimônio cultural continuam a criar cenários, a *embelezar* as cidades históricas através destas políticas urbanas, como afirma Leite:

“Ao contrário de evitar barricadas, essas políticas erguem suas próprias fronteiras – ao mesmo tempo em que removem outras – quando segmentam e

disciplinam certos espaços urbanos para uso extensivo de lazer, turismo e consumo. As novas barricadas urbanas reeditam política e espacialmente formas históricas de desigualdade e exclusão social quando restringem os usos dos lugares da vida cotidiana pública dos moradores e freqüentadores dessas áreas” (2001:02).

O caráter de *público* e de *cotidiano* aqui utilizado, atribuído aos espaços e aos usos das áreas históricas, distingue-se de um outro tipo de processo referente aos usos e costumes banais da vida diária e do cotidiano privado, conforme ressalta Martins (2000) ao referir-se aos limites das abordagens que utilizam o cotidiano como relativo à vida privada. Nesse sentido, trata-se de interações, processos representativos e simbólicos de experiências vividas que constroem sociabilidades nos espaços de uma vida pública, no largo e na praça, na rua, na oficina-escola, nos shows artísticos e nas associações. São processos construídos, em grande parte, em torno das experiências de *gentrification* do patrimônio cultural, desenvolvidas a partir das últimas décadas do século XX.

Os resultados mais evidentes dessas políticas de *gentrification* no Brasil das duas últimas décadas são as alterações na paisagem urbana, com a recuperação de sítios históricos degradados em áreas de entretenimento e de consumo cultural urbano. Os significados de uma localidade histórica foram transformados em um segmento do mercado, considerando a apropriação cultural do espaço a partir do fluxo de capitais. Efetua-se uma “relocalização estética do passado” (Featherstone, 1995; Zukin, 2000; Leite, 2001), resultando num modelo alterado de práticas que mimetizam o *espaço público*, numa apropriação quase privada do espaço urbano ao se segmentarem áreas

centrais das cidades históricas para serem transformadas em cenários de competitividades num fragmentado espaço de visibilidade pública²⁴.

É possível identificarmos diversas formas de expressão dessa fragmentação, no cotidiano público das cidades, com destaque para os conflitos e disputas por territorialidades, delimitando fronteiras identitárias na diferenciação/separação entre áreas de habitação, de lazer e de trabalho onde muros visíveis e invisíveis são erguidos à parte da cidade, com um sofisticado aparato de segurança particular e de vigilância eletrônica dos seus espaços privados. Ou ainda nas intervenções urbanas das áreas centrais das cidades históricas que muitas vezes segmentam os bairros na sua dimensão política e econômica, sobretudo, a partir das políticas de *gentrification* do patrimônio cultural que tentam transformar os monumentos e as práticas culturais em mercadorias (Zukin, 2000; Leite, 2001).

Há uma variedade de experiências desse tipo que, apesar das diferenças e singularidades dependentes das localidades, estão integradas por esta perspectiva orientada pelo e para o econômico, articulando restauração do patrimônio, mudanças dos usos dos espaços da cidade e reformas na infra-estrutura urbana. Essas políticas urbanas geram polêmicas e dividem as opiniões, recolocando o debate sobre o patrimônio cultural a partir do questionamento de temas discutidos nas ciências sociais como identidade, cidadania, memória e democracia, tendo o consumo cultural como uma espécie de fio condutor. O debate sobre as cidades históricas fica, assim, num dilema entre a suposta autenticidade da tradição e a cenografia das fachadas históricas para consumo visual.

²⁴ Esse caráter fragmentário refere-se ao aspecto espacializado das relações sociais nas experiências urbanas contemporâneas, apontado, sobretudo, por aqueles autores que, como Harvey (1992), fazem a crítica pós-moderna.

O conceito de tradição continua sendo o argumento central que justifica as atuais intervenções, embora pressuponha o acréscimo à idéia de patrimônio cultural da concepção mercadológica. As duas formas de intervenção - a que se apóia na idéia de memória nacional (ou local) e a que se fundamenta no patrimônio cultural como mercadoria cultural - são formas de intervenção e apropriação simbólicas construídas com base em concepções sociais específicas. Enquanto esta última volta-se para as ações de consumo no interior do mercado cultural (Leite, 2001), a primeira apela para uma discutível memória coletiva e compartilhada, para tornar eficazes as ações convergentes dentro de uma nação ou localidade.

As intervenções voltadas para a lógica da memória nacional se desenvolveram a partir de políticas culturais centralizadas pelo Estado e se fundamentaram numa concepção de patrimônio como lugar político para a construção da idéia de nação, relacionando espaço público e cidadania. Os projetos de *gentrification* contemporâneos possuem a mesma justificativa quanto à centralidade do patrimônio para a tradição nacional, pois denotam uma concepção de mercado que resulta numa gestão mista entre Estado e iniciativa privada como forma de intervir no patrimônio como mercadoria cultural, alterando o sentido político do lugar ao referir-se ao cidadão como *consumidor*. Embora haja uma re-significação da tradição em ambos os casos, parece-nos que a sociabilidade pública que pode se desenvolver em cada um deles indica concepções diferentes de espaço público.

Entretanto, ao considerarmos a dupla inserção da dimensão do consumo à concepção de cidadania, percebemos que, além da perspectiva econômica do consumo, estratificada por renda e poder aquisitivo, pelas possibilidades reais de aquisição de bens e de participar no mercado de produtos e serviços, há uma *cultura de consumo*. Trata-se de uma dimensão que ultrapassa a dinâmica de troca econômica, como

destaca Featherstone (1995) quando se refere a uma lógica mais ampla de estruturação da sociedade, baseada no princípio da troca, que não se esgota no ato em si das trocas, mas que toma este princípio como ponto de partida para organizar e modelar relações sociais.

Canclini afirma que “o consumo serve para pensar” (1995:51-66), referindo-se justamente a esta dimensão política e cultural das práticas de consumo como parte das interações socioculturais mais complexas. Certeau (1994:93-102), por sua vez, reabilita a atividade de consumo, tomada no seu sentido mais amplo, principalmente no *uso* que se faz dos produtos culturais. Ele define cultura popular como sendo uma ‘cultura de consumo’. Para uma produção racionalizada, padronizada, expansionista e ao mesmo tempo centralizada, corresponde a uma outra produção: o consumo.

Trata-se aqui de uma produção, pois, apesar de não se caracterizar por produtos próprios, ela se distingue pelas *maneiras de viver com* esses produtos, ou seja, pelas maneiras de utilizar os produtos impostos pela ordem econômica dominante. Em outras palavras, o consumidor não poderia ser identificado ou qualificado a partir dos produtos que assimila. É preciso encontrar o *autor* sob o consumidor: entre ele (que usa o produto) e os produtos (índices da ordem cultural que se impõem a ele), há uma defasagem do uso que ele dá aos produtos. Certeau refere-se especificamente aos bens culturais, afirmando:

“Depois dos trabalhos, muitos deles notáveis, que analisaram os ‘bens culturais’, o sistema de sua produção, o mapa de sua distribuição e a distribuição dos consumidores nesse mapa, parece possível considerar esses bens não apenas como dados a partir dos quais se pode estabelecer os quadros estatísticos de sua circulação ou constatar os funcionamentos com o qual os usuários procedem a operações próprias” (Certeau, 1994:93).

Os usos seriam, assim, autênticas *artes do fazer*, por meio das quais os consumidores dão uma outra função aos produtos materiais e simbólicos e operam *contra-usos* diferentes daqueles que haviam sido projetados para eles. As novas experiências de revitalização urbana fazem esta articulação entre consumo, tradição e patrimônio, ao revalorizarem localidades. Isso é feito, por um lado, através do destaque dos centros históricos como lugares de convergência da população para um suposto passado e para identidades comuns, representantes da memória da nação, da tradição e da cidadania e, por outro, ao considerarem essas intervenções como formas de recuperação de localidades enquanto espaços públicos de lazer, entretenimento e consumo da população.

Isso ocorre mesmo que o sentido público desses espaços esteja condicionado às práticas de consumo que acabam por transformar os centros históricos em áreas de lazer, turismo e consumo cultural das camadas médias urbanas (Featherstone, 1995). Entretanto, convém registrar que outros autores, a exemplo de Sennet (1998) e Baudrillard (1991, 1996)²⁵, consideram essa reativação do espaço público pelas práticas de consumo como contribuinte de um processo de esvaziamento e morte do espaço público. Há ainda outros, como Fortuna e Silva (In: Santos org., 2002) que consideram que essas práticas podem estar gerando apenas formas de sociabilidades efêmeras, restritas ao tempo e ao ato real de consumo.

²⁵ Em *A troca simbólica e a morte* (1996), Baudrillard supõe a existência de mecanismos atuantes além do psiquismo individual e do valor econômico puro e simples, embora sugira que a única coisa que pode resistir às incursões do *código* repressivo é a morte, reduzindo-se na obra de Baudrillard a confiança na possibilidade de resistir aos domínios dos signos e, conseqüentemente, à lógica utilitarista e à simples troca. Baudrillard argumenta que há uma ordem generalizada do consumo que não permite dar, retribuir ou trocar, mas simplesmente tomar e usar (apropriação, valor de uso individualizado) e que, assim, tanto o consumo de bens quanto o de mensagens significam uma interdição sobre toda a forma de resposta e de reciprocidade. Ele considera pura ilusão estratégica a possibilidade de desviar os *media* no seu poder de reação em cadeia e utilizá-los em sua função de generalização instantânea de informação, retirando, assim, a possibilidade de reversão, de instituição de uma lógica contrária àquela do consumo e da simples troca com suas conseqüências e efeitos.

Argumentamos, ao contrário, que, embora tais políticas culturais e práticas sociais segreguem esses espaços para o consumo restrito, isso não significa, necessariamente, o esvaziamento desses espaços urbanos enquanto espaços públicos de interações sociais. Por outro lado, não impedem novas formas cotidianas de apropriação política dos lugares, enquanto espaços de publicização e politização das diferenças e lugares a partir dos quais podem desenvolver-se novos usos, contra-usos e reciprocidades que acentuam, politicamente, as formas reivindicativas e participativas nas decisões sobre os bairros, praças e ruas das cidades. Consideramos, assim, que o espaço público tem uma dimensão sociológica enquanto *lugar* cujos usos das demarcações físicas e simbólicas, das fronteiras no espaço o qualificam e lhe atribuem sentidos de aproximação e afastamento, de pertencimento, orientando ações sociais e sendo por estas delimitadas reflexivamente.

É importante, portanto, verificar que, apesar das restrições que a transformação do patrimônio em mercadoria cultural impõe às características políticas do espaço público, resultantes das relações de mercado e dos limites de acesso ao consumo, esses processos de *gentrification* podem potencializar formas de interação a partir da diversificação dos usos expandidos com a própria dinâmica das interações intensificadas nesses espaços revitalizados. Além disto, essas políticas dos usos cotidianos e públicos dos espaços e do patrimônio podem demarcar diferenças e criar transgressões na paisagem urbana, ao subverterem os usos esperados. Constituem-se, assim, em *lugares* que configuram e qualificam os espaços urbanos como espaços públicos, na medida em que se tornam locais de disputas práticas e simbólicas sobre o direito de estar na cidade, de ocupar seus espaços, de traçar itinerários, de pertencer e ter identidade.

2. O lócus empírico da pesquisa

Analisamos a experiência de revitalização do centro histórico da cidade de João Pessoa em relação ao fenômeno mundial de valorização das áreas históricas urbanas, iniciado em meados da década de 1980. Discutimos as transformações nos espaços públicos dessas áreas, através de sua utilização para consumo visual ou para atividades de lazer, arte e diversão, modificando usos, deslocando populações, atraindo novos atores e formas de participação, e explicitando conflitos existentes entre a idéia de preservar e revitalizar *lugares históricos*, espaços de origem das cidades, e o desenvolvimento de políticas econômicas vinculadas ao turismo e ao consumo de massa. Indagamos de que modo se forma e se reconfigura, na cidade de João Pessoa, o espaço do centro histórico, analisado como patrimônio cultural que passou, na última década, a ocupar lugar de destaque no lazer e na economia urbana como ponto atrativo de um sistema de circulação de pessoas, bens e capitais.

O centro histórico da cidade de João Pessoa (ver mapa 01 a seguir) está situado às margens do rio Sanhauá, numa planície flúvio-marinha da bacia hidrográfica do rio Paraíba que margeia o centro urbano da cidade e atinge a foz na cidade portuária de Cabedelo (município da Grande João Pessoa), no litoral do extremo oriente do Nordeste brasileiro. Abrange uma superfície de 117 hectares de solo urbano consolidado em 2.193 lotes, sendo 2.087 edificadas e 180 correspondentes a trechos urbanos. Foi local de origem da cidade, pela posição e condições estratégicas que o estuário representava em relação à defesa da Capitania de Itamaracá, levando os colonizadores a estabelecerem um porto fluvial como local que serviria de escoamento da produção açucareira, onde se instalaria a alfândega e seriam construídos armazéns para o comércio atacadista.

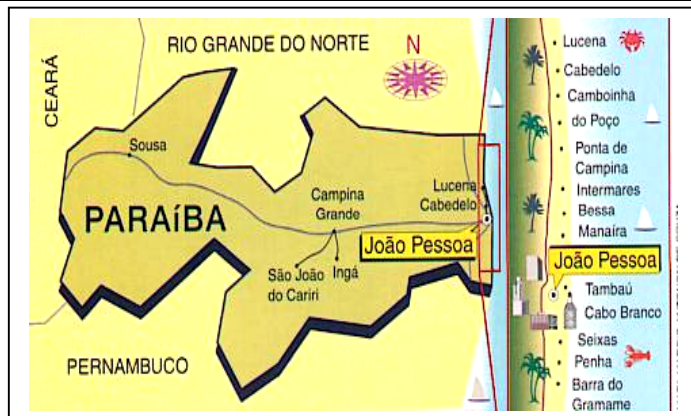
Nesse lugar se formaria o Varadouro, tradicional bairro de comércio varejista e atacadista da cidade de João Pessoa até a década de 1960. O bairro do Varadouro corresponde a aproximadamente 68% do centro histórico de João Pessoa. Possui atributos naturais e uma paisagem caracterizada por uma topografia de suave relevo, vegetação exuberante ressaltada pela sua situação entre o vale do rio Sanhauá e o mar. Possui 14% de áreas verdes públicas, representando 17 m²/hab. de cobertura vegetal, acima dos padrões exigidos pela Organização das Nações Unidas - ONU.

Fundada em 1585, como Filipéia de Nossa Senhora das Neves, a capital da Paraíba estabeleceu-se, desde sua origem, entre dois espaços urbanos: a cidade alta – concentrando as funções administrativas, residenciais, culturais e religiosas e a cidade baixa – desenvolvida a partir do Porto do Capim, nas margens do rio Sanhauá, concentrando atividades comerciais até 1930. Foi o ponto de saída da produção local para exportação. Após a primeira metade do século XX, o processo de ocupação do solo urbano da cidade de João Pessoa se expandiu em direção ao mar, ficando a cidade baixa e o bairro do Varadouro limitados ao comércio local. Assim, o antigo Porto do Capim, com seus armazéns e grandes edifícios, passou a ser documento histórico de uma época.

As áreas da cidade alta e cidade baixa (ver mapa 02, adiante) não se diferenciam apenas por suas funções, mas também pela estrutura urbana: a primeira corresponde a um traçado regular, enquanto a segunda é composta por quadras irregulares adaptadas à topografia. A Praça Anthenor Navarro e o Largo de São Frei Pedro Gonçalves, alvos das práticas de *gentrification* mais recentes, localizam-se no bairro do Varadouro (na cidade baixa). Apesar de ser uma área fortemente consolidada, a cidade baixa foi submetida, sobretudo a partir da década de 1960, a um

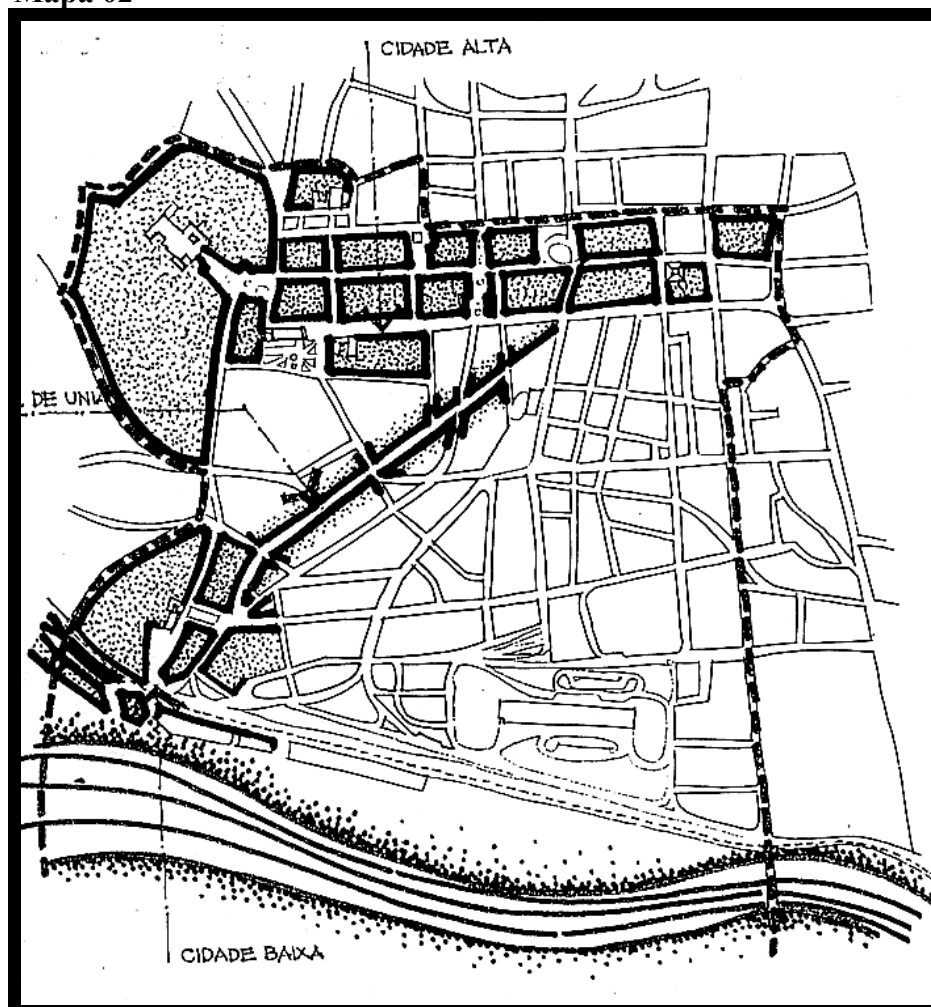
processo de abandono e degradação do seu espaço urbano e de sua população residente e trabalhadora.

Mapa 01



Referências cartográficas: Mapa do Brasil na América Latina/IBGE. Mapa do Estado da Paraíba definindo as localizações das principais cidades do Estado e da capital João Pessoa/Álbum de Viagem e Turismo João Pessoa - Paraíba, Editora Abril, Ano 1, Edição 3.

Mapa 02



Mapa de delimitação da área de estudo do Projeto de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa, definindo a divisão da estrutura urbana em cidade baixa e cidade alta.
Fonte: Acervo da Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa – Projeto de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa (1987).

A implantação do *Projeto de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa*, a partir de 1987, apresenta singularidades associadas ao caráter didático e participativo, a um saber-fazer e a usos, permitindo-nos discutir o elemento paradoxal dessas políticas e planos que, em alguns momentos, vêm incorporando novos agentes e novas formas de gestão dos bens públicos e da relação entre público e privado. Esses atores se organizaram, inicialmente, através da formação de fóruns, seminários, *workshops* e associações não-governamentais, cujos temas vinculavam a revitalização

e a preservação do patrimônio cultural aos direitos culturais e à prática da cidadania. Além disto, a experiência do centro histórico de João Pessoa – nosso objeto de análise empírica - se destaca pelo apoio internacional através do Governo da Espanha na gestão e no financiamento em todas as fases do Projeto de Revitalização, desde 1987. Nesse processo, destacamos a Acehrvo, o Projeto Folia Cidadã e a Oficina-Escola, que serão particularmente analisados nos capítulos 5 e 6.

Com efeito, a experiência da cidade de João Pessoa, no bojo das experiências de revitalização urbana nacionais e internacionais, possibilita a compreensão de aspectos significativos das sociabilidades e da cultura contemporâneas, embora não tenhamos a pretensão de generalização das conclusões a que chegaremos nesta tese, as quais dependerão de outros desdobramentos de pesquisas, que possam comparativamente reafirmar ou refutar o que pudemos apreender a partir da experiência do centro histórico da cidade de João Pessoa. Contudo, não podemos deixar de observar certos traços como *ideais-típicos* das experiências históricas de intervenção urbana e preservação do patrimônio histórico no Brasil, presentes na experiência de revitalização do centro histórico de João Pessoa. Dentre eles, destacamos:

a) O fato de ser o núcleo original de formação de uma das cidades mais antigas do Brasil. A cidade de João Pessoa, fundada em 1585, conta, desde o início de sua fundação, com um traçado urbano regular e com um desenvolvimento da atividade comercial inicialmente em torno da área portuária banhada pelo rio Sanhauá. O Porto do Capim no bairro do Varadouro – principal alvo da revitalização de 1998 – abria as portas da cidade para o mundo. Localizavam-se, em seu entorno, as primeiras ruas nascidas de frente para o rio, inicialmente tortuosas entre as ladeiras que conduziam à cidade alta. Esta última, desde o início, de traçado regular e estruturada em torno do

eixo formado pelos conjuntos das ordens religiosas dos franciscanos, beneditinos, carmelitas e jesuítas, diferenciava-se da descontração das margens do rio.

b) O patrimônio cultural do centro histórico de João Pessoa envolve sítios com características da arquitetura militar, civil e religiosa brasileiras sob influência européia, com exemplares remanescentes dos seus mais de quatro séculos de existência. No entanto, no que se refere às últimas intervenções realizadas, a área alvo das políticas de *gentrification* da segunda metade da década de 1990 foi uma praça reformada na década de 1930 após a demolição de um casario oitocentista, a Praça Anthenor Navarro. Os edifícios em seu redor são de arquitetura com fortes traços de influência francesa, *art nouveau*²⁶ e *art déco*²⁷. As características urbanísticas e arquitetônicas evidenciam as reformas das décadas de 1920/1930 na cidade de João Pessoa que podemos identificar como uma *protogentrification*. Assim, a atual *gentrification* da Praça Anthenor Navarro, bem como do Largo de São Pedro Gonçalves e adjacências, segue um *modelo* brasileiro (dois exemplos precursores foram Salvador, com o *Pelourinho*, e Recife, com o *Bairro do Recife*), ao fazer parte do Programa Integrado de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste – PRODETUR-NE²⁸ financiado pelo BID, a partir de 1998.

²⁶ O art nouveau foi um estilo desenvolvido na Europa entre 1890-1910. Inicialmente chamado de *style moderne* na França, a partir de 1895, com a inauguração em Paris de uma loja de objetos decorativos, passou a ser conhecido por art nouveau. Na Alemanha, foi denominado *Jugendstil* (estilo jovem) devido ao nome de uma revista *Jugend*. Caracteriza-se pela exuberância decorativa em motivos florais, formas ondulantes, contornos sensuais e requintadas linhas finas e contínuas. O art déco seria uma fase menos decorativa e preparativa para a limpeza do plano e das formas geométricas utilizados a partir da segunda metade do século XX pelo modernismo racionalista.

²⁷ O art déco foi um movimento de artes decorativas que surgiu nos anos 1920 até 1930, inspirado no cubismo e nos preceitos da nova arquitetura. Buscava o equilíbrio dos volumes, uma certa singeleza linear e fácil adaptação à modulação industrial. O art déco foi também conhecido como arquitetura pragmática.

²⁸ Criado em 29 de novembro de 1991, o PRODETUR-NE tem sido uma das principais agências de indução de investimentos para infra-estrutura do turismo urbano no Nordeste. Os recursos vêm do Banco do Nordeste e do BID. Parte significativa dos recursos deste Programa tem apoiado as políticas de recuperação do patrimônio nos Estados do Nordeste e Minas Gerais.

Em termos nacionais, teve início a partir de um projeto estratégico de revitalização de um patrimônio eclético do início do século que, à semelhança do *Projeto Cores da Cidade* (Projeto da Fundação Roberto Marinho e empresas privadas desenvolvido inicialmente no Rio de Janeiro e Recife), embora sem essa vinculação institucional, seguiu os seguintes princípios: criar cenários urbanos ecléticos em áreas antigas de comércio que perderam a função habitacional e são consideradas áreas “abandonadas ou degradadas”, a partir de uma parceria entre iniciativa privada e órgãos públicos, voltando-se, sobretudo, para o turismo cultural local.

Além disto, desde o ano de 2001, a Prefeitura Municipal da cidade de João Pessoa encontra-se em negociações com o Ministério da Cultura, com o objetivo de inserir-se na segunda fase do *Programa Monumenta BID*. João Pessoa foi selecionada dentre as vinte cidades históricas, de uma lista de mais de cem cidades elaborada pelo *Programa Monumenta*. Com certeza, o trabalho já realizado através do convênio Brasil/Espanha desde 1987 no centro histórico de João Pessoa teve uma influência decisiva nesta seleção, bem como a formação das organizações não-governamentais – ONGs, das oficinas e demais associações que deram visibilidade a essas áreas nos últimos anos. Entretanto, a revalorização de um patrimônio arquitetônico do início do século XX só pareceu possível à equipe técnica da Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa após a experiência de *Revitalização do Bairro do Recife* que resultou no tombamento pelo IPHAN do referido bairro num processo pioneiro em termos nacionais, no qual um conjunto eclético foi considerado patrimônio nacional por ser um remanescente íntegro do pensamento urbano e arquitetônico da *belle époque* no Brasil (Leite, 2001:12).

c) O processo de revalorização do patrimônio cultural na cidade de João Pessoa apresenta, também, suas singularidades por ter acontecido, de fato, em função de

aspectos conjunturais nacionais e internacionais. Destaque-se a presença do paraibano Celso Furtado no Ministério da Cultura quando da proposta do Governo da Espanha ao governo do Brasil de estabelecimento de um convênio para preservação e revitalização do patrimônio cultural de cidades de origem ibérica. Assim, o *Projeto de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa* manteve-se até meados da década de 1990, com mais de 70% dos recursos e iniciativas oriundos do convênio Brasil/Espanha, só passando a ter um apoio maior dos poderes estadual e municipal a partir de 1996, coincidindo com a propaganda da experiência exitosa de *gentrification* do patrimônio cultural na cidade do Recife e, em parte, da experiência de Salvador.

O fato da cidade de João Pessoa entrar nessa competição entre cidades, através de seus recursos culturais e simbólicos, foi um elemento decisivo para a obtenção do apoio dos poderes públicos locais. Entretanto, foi a partir da iniciativa de uma agência transnacional, a Agência Espanhola de Cooperação Internacional – AECI, que acabara de entrar para a Comunidade Econômica Européia e que tinha como um de seus eixos a relação entre patrimônio e desenvolvimento econômico sustentável, que se iniciou o processo de revalorização do patrimônio cultural da cidade de João Pessoa e se introduziu o uso do termo “centro histórico” e sua relação com a tradição, a memória e o patrimônio comum entre culturas.

d) Destacamos, ainda, a experiência de implantação da Oficina-Escola de Revitalização do Patrimônio Cultural, ponto mais importante de todas as contribuições do convênio internacional e que garante não apenas outra singularidade do processo de revitalização do centro histórico de João Pessoa - carregada de afetividades, de sentimentos de compartilhar, de ser solidário -, mas também um elemento de reconstrução do saber-fazer, da arte de fazer que a prática da restauração dos bens móveis e imóveis exige. Assim, para além do caráter funcional de aprender um ofício,

de ter chance de conseguir um trabalho, os alunos da Oficina-Escola aprendem a valorizar a memória, o uso público e coletivo dos espaços e dos seus símbolos, a importância da preservação da história e da natureza para a população das cidades.

Foi dentro desse processo que o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN tombou o saber-fazer e o prédio da Fábrica de Vinhos de Caju Tito Silva, onde funciona a Oficina-Escola, representando mudanças em termos nacionais, conforme destaca Fonseca (1997:241), quando avalia os tombamentos e as políticas federais implementadas através do IPHAN, a partir da década de 1970:

“Quanto aos tipos de bens que foram objeto de tombamento, decresceu significativamente o número de bens da arquitetura religiosa e militar, aumentando o número de conjuntos. Mas o fato mais característico desse período é a diversificação dos bens de arquitetura civil, e o tombamento de bens ‘inusitados’, como o da Fábrica de Vinho de Caju Tito Silva (na Paraíba), já mencionado, proposto pelo programa de Tecnologias Patrimoniais da Área de Referência da Dinâmica Cultural da Fundação Nacional Pró-Memória, cuja finalidade não era propriamente a proteção do imóvel e do equipamento, mas desses enquanto suporte de um ‘fazer’ intimamente relacionado com as características regionais do processo cultural brasileiro”.

Ressaltamos, assim, a inserção das práticas de revitalização do patrimônio cultural de João Pessoa, dentro das mudanças no interior do próprio Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, quanto aos novos programas apresentados: bens representativos da etnia afro-brasileira (Terreiro da Casa Branca, na Bahia e Serra da Barriga, em Alagoas); diferentes correntes de imigração (Casa Presser, no Rio Grande do Sul, Casa do Professor e Escola Rural, e Cemitério Protestante, em Santa Catarina), testemunhos da imigração alemã e outros testemunhos da imigração japonesa em São Paulo e italiana no Rio Grande do Sul; marcos da história da ciência e tecnologia no Brasil (Casa de Saúde Carlos Chagas, Estação Ferroviária de Lassance em Minas Gerais, entre outras); vários exemplares da

arquitetura do ferro como pontes, mercados, caixas d'água etc. e novos exemplares da arquitetura civil como curtumes, fábricas e conjuntos habitacionais populares.

Tudo isto culminou, em 1998, com o tombamento do *Bairro do Recife*, um conjunto eclético considerado patrimônio nacional, não só por ser o “único remanescente íntegro completo do pensamento urbano e arquitetônico da *belle époque* no Brasil”, mas também por representar uma submissão do IPHAN às exigências do financiamento do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), subvertendo uma histórica tradição de preservação nas políticas nacionais de preservação do patrimônio (Leite, 2001:12), ampliando uma nova etapa na atuação do IPHAN, iniciada na década de 1980.

Dessa forma, a experiência de revitalização do centro histórico de João Pessoa situa-se em um contexto de forte afirmação da cultura local. Na Paraíba, a difícil relação, que discutiremos ao longo de alguns capítulos desta tese, entre *tradição e estilo de vida moderno* está colocada de modo marcante e ambíguo, bem como a relação também ambígua entre *patrimônio e mercado*. Essas características possibilitam tomar a experiência de revitalização do centro histórico de João Pessoa como uma combinação de aspectos singulares e aspectos mais gerais, presentes em outras localidades e experiências, e que lhe são comuns.

Identificamos os usos desses espaços através dos relatos da população que vive e circula nas áreas em processo de revitalização. Foram importantes também as observações de campo, nas visitas ao bar *Parahyba Café*, um dos eixos em redor dos quais a revitalização se mantém, apesar das dificuldades enfrentadas após cessar uma certa euforia criada em torno do processo de *gentrification* do patrimônio cultural, arquitetônico e urbano na capital paraibana. Trabalhamos, também, com as imagens fotográficas dos monumentos e dos sítios urbanos da capital paraibana (ver anexo, em

CD-ROM, arquivo fotográfico) realocizados em suas tradições pelas ações de *gentrification* empreendidas pela Prefeitura Municipal de João Pessoa no final da década de 1990. Mostramos, além disso, através das imagens, as reformas urbanas e sanitárias de 1920/30 e as práticas de *gentrification*, utilizadas na maioria das cidades brasileiras na atualidade, sobretudo nas áreas da Praça Anthenor Navarro e imediações, alvos diretos dessas mudanças de uso do patrimônio cultural urbano. Destacaremos as sociabilidades e os usos nessas áreas. Identificaremos, também, as ações da população da favela, que aproveita festas, lançamentos de livros, shows etc. e o movimento diário mesmo dos bares para vender pipocas, bebidas, guardar e lavar carros, engraxar sapatos, entre outras atividades, contrariando as expectativas das políticas de *gentrification*.

3. Procedimentos de pesquisa

3.1. Critérios e coleta de informações

Para que possamos analisar as interações sociais no processo de revitalização do centro histórico da cidade de João Pessoa - núcleo original de uma das cidades mais antigas do Brasil - desenvolveremos inicialmente uma correlação entre as ações voltadas para o *patrimônio* e a constituição de *lugares*. A concepção de patrimônio parte da idéia de *nação* e de *monumento histórico e artístico* para a idéia de *bens culturais* e de *gentrification* do patrimônio cultural, construídas pelas políticas de preservação oficiais e por suas práticas no Brasil.

Nesse aspecto, observaremos como se passa da idéia de um patrimônio da nação para a do patrimônio das cidades para, em seguida, analisarmos as experiências e interações sociais resultantes. Deter-nos-emos na análise das formas associativas que

se desenvolveram nas áreas revitalizadas e dos programas sociais criados para a população local, associada à análise das formas de usos e contra-usos do espaço público pela população consumidora das áreas da Praça Anthenor Navarro e do Largo de São Frei Pedro Gonçalves e às margens do rio Sanhauá, no trecho do antigo Cais do Porto do Varadouro, e de sua imagem pelos poderes públicos paraibanos.

Algumas informações acerca das interações sociais que se desenvolveram nos espaços urbanos revitalizados da cidade de João Pessoa, nos anos mais recentes, foram coletadas através de um levantamento das notícias veiculadas nos principais jornais do Estado (A União, Correio da Paraíba e O Norte) no período 1996 a 2002. A opção por este meio de comunicação se deve à facilidade de acesso e reprodução das edições dos jornais nesse período, arquivadas no Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba, no Arquivo do Espaço Cultural José Lins do Rego e no arquivo da Editora Texto-Arte, este último voltado exclusivamente para os acontecimentos no centro histórico de João Pessoa. Fizemos também uma consulta a *home page* do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN onde obtivemos referências bibliográficas e fontes documentais sobre tombamentos e revitalizações.

Além desse levantamento, foram realizadas consultas em documentos da Comissão Técnica de Revitalização do Patrimônio Cultural de João Pessoa e da Oficina-Escola de Revitalização do Patrimônio Cultural de João Pessoa (Projeto de Revitalização, realizado em 1987, Relatórios da Comissão, Planos-Piloto e Estratégias de Revitalização, dos anos 1990. Ver item 7.2. Fontes documentais). Consultamos, também, o acervo de documentos e material fotográfico da Fundação de Cultura de João Pessoa – Funjope e da Associação Folia de Rua/Projeto Folia Cidadã (CD-ROM em anexo, com arquivo fotográfico).

O propósito desse levantamento nos jornais (O Norte, A União e Correio da Paraíba, 1996-2001) foi fornecer um mapeamento geral da atuação dos órgãos de preservação do patrimônio e da cultura na Paraíba nos últimos anos da década de 1990 até o início do século XXI, possibilitando a identificação dos principais temas e atores sociais envolvidos ou afetados por esse processo. O levantamento nos jornais apontou formas e conteúdos das interações sociais que ali aconteceram (referências à memória da cidade, à formação de associações voluntárias e não-governamentais, aos conflitos explícitos em praça pública quando do início das obras, às reações de comerciantes antigos e de moradores temerosos de serem removidos do centro, entre outros).

Num segundo momento, aplicamos questionários²⁹ com quatro grupos centrais na análise dos processos associativos e das experiências em curso: os alunos da Oficina-Escola, os moradores da favela Porto do Capim e da rua da Areia, os comerciantes do bairro do Varadouro e os usuários/consumidores das práticas culturais que acontecem nesses espaços revitalizados. A forma de coleta de dados dos questionários foi a seguinte: usuários/consumidores (104 participantes), comerciantes (84 participantes), moradores (119 participantes) e alunos (78 participantes). Trabalhamos com a quase totalidade da população nos grupos de comerciantes, moradores e alunos da Oficina-Escola, pois em alguns casos faltaram sujeitos por estarem ausentes diante da impossibilidade de preencherem os questionários ou porque

²⁹ A utilização desse instrumento de pesquisa deve-se à necessidade de complementar dados existentes (Prefeitura e Secretaria de Finanças do Município de João Pessoa) e assim podermos trabalhar o contexto sociocultural dessas práticas e identificarmos as características principais desses atores, tendo em vista itens como renda, escolaridade, ocupação atual, o motivo de escolher o centro histórico (morar, comercializar ou divertir-se) e questões que nos possibilitassem identificar os indivíduos e grupos cuja representatividade e contato com os problemas locais poderiam ser entrevistados posteriormente, permitindo que aprofundássemos e refinássemos nossa compreensão da percepção desses indivíduos e grupos quanto ao significado do centro histórico, do patrimônio cultural, das formas reivindicativas de organização etc. Os questionários foram aplicados e analisados com a contribuição de quatro estagiários concluintes do Curso de Psicologia e do Mestrado em Psicologia da UFPB, tendo chegado, em função do nível de mensuração das variáveis e do próprio interesse da pesquisa, à análise da frequência com que as categorias são utilizadas pelos participantes da pesquisa.

não quiseram participar. Visitamos residências, locais de comércio, o Hotel Globo, a Oficina-Escola, o Largo de São Frei Pedro Gonçalves e a Praça Anthenor Navarro durante aproximadamente seis meses.

Quanto aos usuários/consumidores, os questionários foram distribuídos entre aqueles que frequentaram os bares e boates das áreas revitalizadas, durante três noites seguidas quando percorremos os bares e boates da Praça Anthenor Navarro e do Largo de São Frei Pedro Gonçalves. Esses dados nos permitiram fazer uma caracterização da população em seus aspectos gerais como renda, escolaridade, local de moradia, local de nascimento etc. Assim, passamos a identificar os principais problemas das áreas revitalizadas, bem como do dia-a-dia no centro histórico, os percursos favoritos, as preferências quanto aos edifícios e aos espaços públicos, às festas e comemorações e à formação de associações vinculadas aos problemas desses grupos, bem como o significado atribuído ao centro histórico da cidade de João Pessoa. A análise desse material nos permitiu avançar para o terceiro momento, ou seja, das entrevistas individuais, identificando os indivíduos que poderiam, por seus perfis e representatividade diante desses grupos, dar uma contribuição maior à nossa investigação.

Num terceiro momento, realizamos entrevistas abertas individuais e gravamos três reuniões da Associação Centro Histórico Vivo – Acehrvo, onde se reúnem outras associações existentes no bairro do Varadouro e até mesmo em outros bairros da cidade. A primeira reunião foi gravada no momento de elaboração do estatuto da associação; na segunda e na terceira reuniões, registramos a presença e as falas de representantes dos principais órgãos governamentais convidados pela Acehrvo, além de representantes da Associação de Moradores da Comunidade Porto do Capim, da Câmara de Diretores Lojistas, da Associação Comercial, entre outros.

As gravações das reuniões da Acehrvo com os grupos e indivíduos envolvidos na revitalização do centro histórico de João Pessoa propiciaram a identificação de outros aspectos das interações sociais e dos usos desses espaços urbanos que mereceram um destaque maior nas entrevistas individuais, por exemplo, os conflitos entre comerciantes e membros da Comissão do Centro Histórico, entre os novos comerciantes e as atividades de prostituição. Além disso, observamos problemas vinculados à população da favela do Porto do Capim: o medo da remoção, a insegurança, a falta de trabalho, as doenças provocadas pela proximidade do mangue e poluição do rio Sanhauá, os conflitos entre associações e grupos religiosos diversos que se localizam na favela do Porto do Capim e que acabaram sendo incorporados nas discussões sobre a revitalização da cidade e o direito de acesso à mesma.

A identificação desses e outros temas/problemas auxiliou na elaboração posterior de um roteiro de entrevista realizado individualmente no qual foram abordados os seguintes aspectos: as articulações e formas de interação de indivíduos e grupos; as expectativas em relação à revitalização; os principais conflitos entre comerciantes, moradores e gestores do processo; as relações que estabelecem com o patrimônio; a percepção dos atores sociais em termos do significado de centro histórico, do patrimônio e da paisagem urbana, os espaços públicos mais utilizados por eles e como os utilizam; a frequência ao centro histórico; as atividades de lazer e de diversão preferidas e o motivo da preferência; as mudanças espaciais e nas relações sociais mais importantes que eles identificavam no centro histórico, nos últimos cinco anos; a avaliação pessoal dos resultados da revitalização e das festas e shows realizados nas áreas revitalizadas.

Estas foram questões comuns a todos os entrevistados, embora, durante a realização das entrevistas, tenham sido ampliados ou inseridos, em caráter

complementar, aspectos identificados que mereceram maiores questionamentos e esclarecimentos relativos às formas de interação de cada grupo estudado. As entrevistas individuais foram realizadas com moradores, usuários, comerciantes, líderes comunitários, gestores da revitalização, membros das associações não-governamentais existentes na área e produtores de cultura, identificados após a pesquisa jornalística e a aplicação dos questionários.

3.2. Análise das informações

No tratamento dos dados da pesquisa, para analisarmos a relação entre *sociabilidades e mercado*, procuramos articular os conceitos e as teorias desenvolvidos por Simmel, em especial, o conceito de *sociabilidade* e as análises sobre o *moderno estilo de vida* urbano, com as interpretações e contribuições teóricas de Featherstone e Canclini voltadas para as formas de produção e recepção das práticas culturais na contemporaneidade. A aproximação entre estes autores se coloca em termos da possibilidade de analisar, de um lado, com Canclini e Featherstone, a política em termos de proteção e preservação do patrimônio histórico administrada pelo Estado, buscando na arte e na cultura um tipo de crédito simbólico ao aparecer como representantes da história nacional, e as empresas como voltadas para o lucro através da cultura de ponta, renovadora, uma imagem *não interessada* de sua expansão econômica. Ou seja, a socialização ou democratização da cultura realizada pelas instituições culturais - em posse quase sempre de empresas privadas ou dos poderes públicos - gerando espaços de confronto entre a lógica sócio-econômica do crescimento do mercado e a lógica voluntarista do culturalismo político.

Após o acompanhamento dessas transformações estruturais, buscamos averiguar se, apesar de ser essa a dinâmica da expansão e segmentação do mercado, os diversos agentes sociais e culturais – usuários, produtores de cultura e moradores das áreas cujo patrimônio cultural passou por revalorização nos últimos anos – redimensionam suas práticas e seus relatos ante tais contradições ou como imaginam que poderiam fazê-lo. Trabalhamos, portanto, as experiências e interações sociais que se constroem, hoje, a partir de ações que se voltam para divulgar e socializar a cultura, revalorizar a arte popular e estimular a participação em associações comunitárias e organizações não-governamentais. Procuramos analisar os relatos e as ações explicitando o paradoxo entre a lógica da *sociabilidade* e a do *mercado*, dando atenção simultânea às referências e práticas de lazer e cultura nas quais as ações de estar juntos e compartilhar espaços e sentimentos comuns propiciam uma identificação, de um lado, dos setores sociais médios e, de outro lado, da população pobre, de baixa renda que circula no centro histórico em foco.

Procuramos, nesse sentido, construir um percurso de análise, identificando inicialmente, as diferentes *formas* e *conteúdos* das interações sociais que se desenvolveram ou se fortaleceram nos espaços do centro histórico da cidade de João Pessoa nos últimos anos do século XX e início do século XXI. Com relação aos *conteúdos* referimo-nos, sobretudo, aos *interesses* e *conflitos* que mantêm unidos os indivíduos e grupos em seus elementos de modo permanente ou passageiro. Quanto às *formas* de interação social, analisamos os modos como os indivíduos se agrupam em unidades que satisfazem seus interesses ou, simplesmente, o *sentimento* de compartilhar com outros, de fazer sociedade. Esse esforço se fundamenta numa visão

metodológica³⁰ que busca os fios que levam da superfície à profundidade. Como esclarece Simmel:

“Consiste em abstrair a forma de sociação dos estados concretos, dos interesses, dos sentimentos que constituem seu conteúdo. Nem a fome, nem o amor, nem o trabalho, nem a religiosidade, nem a técnica, nem os produtos intelectuais são, por si mesmos, de natureza social: contudo, é o próprio fato da sociação que dá a todas essas coisas a sua realidade” (1983:57).

Desse modo, optamos por conduzir uma interpretação das informações em dois níveis: o primeiro é o campo dos acontecimentos históricos. Estabelecido na fase exploratória da investigação, trata-se do contexto sócio-histórico e cultural que constitui o marco teórico fundamental para a análise do confronto entre a lógica sócio-econômica do crescimento do mercado e a lógica voluntarista do culturalismo político. No segundo, de caráter interpretativo, consideramos a análise interna dos relatos dos agentes envolvidos durante as entrevistas abertas individuais e as reuniões da Acehrvo, observando referências a comportamentos, sentimentos de solidariedade, prazer,

³⁰ Observamos uma aproximação, nesse aspecto, com a linha de pensamento da hermenêutica de Dilthey (1989) e Gadamer (1998) no sentido de que Simmel não reconhece a história como ciência natural, causal. O conhecimento objetivo é o fato histórico, mas este, diferentemente do fato da ciência natural, encontra-se no passado e não pode ser diretamente observável. Este fato terá que ser reconstituído pelo historiador diante dos documentos e dos outros elementos auxiliares (Simmel, 1983:15-16). Além disto, Simmel afirma que, para que a seleção dos fatos históricos não se torne arbitrária e meramente subjetiva, deve-se recorrer à idéia de “*umbral da consciência histórica*” (1983:17). Parece haver essa mesma visão na crítica de Gadamer à busca de objetividade das ciências humanas, em especial, a visão de Dilthey relativa à legitimidade das ciências humanas requererem sua fundamentação metodológica. Gadamer descreve a tensão no trabalho de Dilthey como algo entre a filosofia da vida (*Lebensphilosophie*) e o objetivismo cartesiano. Esta discussão está centrada nos conceitos de *experiência* e de *compreensão*. A hermenêutica, como Gadamer a concebe, não deve ser vista como um discurso sobre os métodos de compreensão “objetiva”. Ela não busca mais formular um conjunto de regras interpretativas. Ao referir-se às suas análises como “hermenêutica filosófica”, Gadamer volta-se para as questões das condições de possibilidade da compreensão em geral, condições que em sua visão solapam a fé nas idéias de ambos: método e objetividade. As abordagens metodológicas para ambos os fenômenos (naturais e humanos) são enraizadas na história. A compreensão é, a partir daí, enraizada em *preconceitos* e o modo no qual nós entendemos é amplamente condicionado pelo passado e pelo que Gadamer chama de “história efetiva”, próxima da idéia de “umbral da consciência histórica” de Simmel. Esta influência do passado alcança nossa compreensão estética, nossa própria compreensão social e psicológica e todas as formas de compreensão científica. A objetividade de nosso conhecimento é, portanto, significativamente encoberta por sua dependência da *tradição* - uma linguagem transmitida na qual vivemos -, e esta dependência o método não pode, de maneira nenhuma, transcender (Gadamer, *Verdade e Método*, 1998).

aversão, competição etc., bem como aos interesses e objetivos relativos às áreas revitalizadas do centro histórico de João Pessoa.

Em relação às interações sociais, trabalhamos com a análise dos relatos dos moradores, comerciantes e usuários das áreas revitalizadas do centro histórico e dos alunos da Oficina-Escola de Revitalização do Patrimônio Cultural de João Pessoa, verificando os sentimentos, interesses e objetivos que possibilitam as interações e os conflitos sociais nesses espaços. Neste sentido, a análise perpassa a descrição do conteúdo lingüístico dos textos, a interpretação das relações entre esses conteúdos e o contexto de elaboração dos mesmos, bem como a interpretação destes processos, relacionando-os com os processos sociais e político-culturais.

Analisamos, dessa forma, através das categorias de *sociabilidade* e da análise do estilo moderno de vida presente nos estudos de Simmel (1978, 1983, 1986, 2000, entre outros), desenvolvidos entre o final do século XIX e o início do século XX, em articulação com as discussões sobre *cultura* e *política* na sociedade contemporânea realizadas por Canclini (1989, 1995) e Featherstone (1995, 1997), dentre outros autores, os *usos e contra-usos* (Certeau, 1994; Leite, 2001) dos espaços históricos, as relações entre os grupos que circulam nesses espaços e a percepção destes quanto ao patrimônio cultural e a revitalização do centro histórico.

Quanto à organização expositiva do nosso trabalho, no capítulo 1, analisaremos os antecedentes da atual valorização da idéia de patrimônio cultural urbano, passando de uma concepção do patrimônio baseada em valores históricos e artísticos e na idéia de preservação de monumentos nacionais para a possibilidade de valorização de outros bens e para a idéia de patrimônio cultural urbano. Consideramos a importância estratégica dessa ampliação da concepção de patrimônio histórico e artístico/monumento para a de patrimônio cultural urbano/documento e memória,

presente nas políticas de revitalização urbana desenvolvidas, sobretudo, a partir da década de 1980. Em termos internacionais, destacamos as contribuições teóricas francesas e inglesas e, em âmbito nacional, a participação dos intelectuais modernistas na construção dessa idéia e na sua institucionalização desde 1937. Discutiremos, também, a emergência de novos usos e sociabilidades ligados ao patrimônio cultural, como parte de uma re-significação e de uma realocação da tradição nas cidades contemporâneas.

No capítulo 2, analisaremos o centro histórico da cidade de João Pessoa em seus aspectos históricos e sua importância na formação urbana da cidade, acentuando-se a relação existente entre a construção das paisagens modernas e das sociabilidades públicas no início do século XX, com demolição de parte do patrimônio arquitetônico e cultural oitocentista da cidade e a criação de novas centralidades e formas de uso e apropriação dos espaços públicos da cidade de João Pessoa, reinventadas, no final do século XX, pelas práticas de *gentrification*. Analisaremos estes elementos, considerando também o cenário nacional, uma vez que este fenômeno não está restrito ou limitado à cidade de João Pessoa.

No capítulo 3, começaremos por apresentar os planos e as ações desenvolvidas para a revitalização do centro histórico de João Pessoa e, em seguida, discutiremos a própria dinâmica de implementação destas idéias. Para tanto, dividiremos o capítulo em três itens, iniciando por observar a invenção da idéia de centro histórico na cidade através da implementação do *Projeto de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa* no período de 1987 a 1996, passando à fase de *gentrification* e de reinvenção da centralidade e da tradição histórica de um lugar na cidade, referindo-se ao período de 1996 a 2002. Concluiremos o capítulo apontando as novas formas de interação social e de participação popular surgidas dessas mesmas práticas.

Nos capítulos 4 e 5, aprofundaremos a análise das interações sociais e dos novos usos dos espaços históricos em estudo, marcados pela ambigüidade de estarem ao mesmo tempo voltados para o consumo cultural, lazer e diversão e para ações de melhoria da qualidade de vida da comunidade, para a construção de uma consciência cidadã, para a recuperação de crianças e jovens através da educação e do trabalho, estimulando processos de busca de direitos sociais e culturais e de formas alternativas de participação popular, além de criar uma consciência sobre a importância da memória e dos bens culturais para a formação da cultura de uma nação. Particularmente, no capítulo 4, destacaremos a experiência da Oficina-Escola de Revitalização do Patrimônio Cultural de João Pessoa e, no capítulo 5, a formação da Acehrvo e a ampliação da participação da Associação Folia de Rua, através do Projeto Folia Cidadã e, ainda, os usos e contra-usos identificados nas festas populares, shows artísticos e demais atividades desenvolvidas no centro histórico de João Pessoa, a partir de meados da década de 1990.

Por fim, reconstituiremos em síntese o processo de análise desenvolvido nesta tese para concluir que as demarcações sócio-espaciais e os usos resultaram em formas diferentes de subverter os usos esperados dos espaços urbanos enobrecidos, cujo patrimônio foi transformado em mercadoria cultural. Ressaltaremos que os processos de construção de sociabilidades e vínculos sociais foram reforçados em resposta à exclusão sócio-espacial, evidenciando a existência de iniciativas concretas por parte dos atores sociais no sentido da ampliação da participação popular, da reciprocidade e da solidariedade. Trata-se de uma reapropriação que vem contribuindo, no caso de João Pessoa, para uma repolitização da vida e dos espaços públicos ao incorporarem parte da população de crianças e adolescentes da favela Porto do Capim e de outros bairros pobres e favelas da cidade, através da Oficina-Escola de Revitalização do

Patrimônio Cultural da Cidade de João Pessoa, do Projeto Folia Cidadã, junto com o Instituto Ayrton Sena e de outros projetos sociais voltados para a “revitalização” dos que moram e circulam cotidianamente no centro histórico.

CAPÍTULO 1 - PATRIMÔNIO E CONSUMO CULTURAL

1.1. Antecedentes históricos e conceituais das atuais políticas de *gentrification*

Com o objetivo de situarmos, em termos históricos, nossas análises sobre o processo de revitalização do centro histórico da cidade de João Pessoa, desenvolvemos, neste capítulo, a passagem da idéia de *nação* e de *monumento histórico e artístico* para a idéia de *bens culturais* e de *gentrification* do patrimônio cultural urbano, construídas pelas políticas de preservação oficiais em termos nacionais e internacionais, identificando suas práticas no Brasil.

Se, hoje, são mais comuns enfoques globais do que sejam sítios históricos³¹, com a busca de reinserção dos bens culturais no cotidiano das cidades, isto só passou a acontecer após a década de 1970. Anteriormente, o enfoque sobre os sítios históricos se restringia aos critérios estilísticos de restauro dos monumentos. Utilizava-se, nas intervenções destinadas à preservação, um padrão que privilegiava o monumental, o nacional e o arquitetônico. Identifica-se nos anos de 1970 um período de ruptura com esse padrão.

Outro ponto de mudança na política do patrimônio, nesse mesmo período, refere-se ao processo de descentralização da intervenção do Estado nos sítios históricos, no sentido de que essas políticas passaram a se vincular cada vez mais, após 1970, aos poderes locais e aos programas de financiamento transnacionais ou de empresas privadas. Surgiram experiências singulares e diversas, dando uma complexidade maior à temática da preservação e da revitalização, sobretudo, a partir do momento em que passou a constar como um dos itens das estratégias de

³¹ Os sítios históricos podem ser urbanos ou rurais. Em nossa pesquisa nos concentramos no caráter urbano dos sítios históricos.

desenvolvimento urbano. Essa postura foi condizente com as discussões teórico-conceituais relativas à prática de salvaguarda dos bens culturais em nível internacional registrados nos documentos resultantes dos principais encontros, congressos e seminários realizados, sobretudo pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Organização dos Estados Americanos (OEA) e pelo Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS).

Assim, considera-se que houve uma ruptura no padrão de intervenção estatal nas áreas históricas³², fenômeno que se deu em nível conceitual, prático, nos instrumentos e nos níveis de intervenção. Foi a partir dessa ruptura que surgiram novas bases que possibilitaram a emergência, na década de 1980, de experiências municipais de revitalização, especialmente no Brasil. Cresceu, também, o número de cidades que passaram a buscar o reconhecimento oficial de sua importância como bens do patrimônio cultural pelas instituições nacionais e internacionais responsáveis, estabelecendo novos convênios e mantendo os já existentes com instituições governamentais e não-governamentais, com empresas públicas e privadas, além dos agentes financiadores transnacionais.

Neste sentido, começamos por definir conceitos e retomar, historicamente, o processo nacional e internacional de emergência e desenvolvimento das noções de

³² No Brasil, uma política preservacionista inserida no contexto de uma política cultural conduzida pelo Estado ocorreu a partir da década de 1930. Naquele momento, foram definidos os princípios constitucionais que atribuíram ao Estado a tutela dos bens culturais. Foi estruturado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e instituída a figura jurídica do tombamento. Desde então, o órgão responsável pela delimitação do patrimônio nacional passou por diversos níveis administrativos e assumiu as seguintes denominações: entre 1937/1946, Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN); entre 1946/1970, Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN); entre 1970/1979, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN); entre 1979-1981, Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN); entre 1981/1985, Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN); entre 1985/1990, novamente Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN); a partir de 1990 até 1992, Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC) e após 1992, até hoje, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Utilizaremos IPHAN por ser a denominação atual e a que, com pequenas variações, se manteve mais freqüente, identificando mais claramente o órgão nacional de preservação no Brasil.

patrimônio histórico e de revitalização urbana. A maneira como estes conceitos se institucionalizaram e passaram a ser parte importante na compreensão das recentes mudanças nas políticas de preservação dos bens culturais, expressa elementos que situam historicamente a análise da incorporação do *tema da preservação, da memória e da revitalização* por diferentes grupos sociais, em especial nos últimos anos do século XX e início do século XXI. Discutiremos, assim, a partir do passado, as ambigüidades presentes no momento atual de inclusão deste tema e dos espaços históricos e culturais aos seus universos de vida e de trabalho ou às suas maneiras de reivindicar direitos e expressar-se artística e culturalmente, como é o caso do centro histórico de João Pessoa.

Os principais conceitos associados às práticas recentes da revitalização urbana se constituíram, ao longo da história, inicialmente nos países europeus, com destaque para a França. Trabalhamos com referências teóricas de autores europeus e brasileiros, com destaque para Choay (1992), Goff (1996), Argan (1992), Fonseca (1997), Millet (1986, 1988), Bosi (1987), Motta (1987, 2000), Lemos (1985), Arantes (1996, 2000), Freitas (1992), entre outros.

Estes autores enfatizam não só as condições de transformação das noções de *patrimônio e de monumentos e sítios históricos*, mas também as tensões existentes no processo de preservação e revitalização de sítios históricos urbanos. Referem-se às intervenções contextualizadas e acentuam a importância de fazê-lo, sobretudo diante da ampliação do caráter político-educativo que a atividade de preservação e de revitalização dos sítios urbanos tem nesta virada para o século XXI, mesmo vinculados ao consumo cultural e à lógica econômica de mercado.

1.2. Da preservação dos monumentos às práticas de *gentrification* do patrimônio cultural urbano

Localiza-se na França do final do século XVIII a principal referência histórica à assunção pelo Estado, em nome do interesse público, da proteção legal de certos bens enquanto símbolos de nação, definindo-se, por conseguinte, o conceito de patrimônio histórico e artístico nacional. Assim, os primeiros valores culturais atribuídos aos bens patrimoniais foram os de caráter artístico e histórico. No Brasil, isto aconteceu no início do século XX, embora a legislação se refira a outros valores. O Decreto-Lei nº 25, de 30.11.37 (ainda em vigor), por exemplo, mencionava, além destes, os valores arqueológicos, etnográficos, paisagísticos etc., mas que são tributários das noções de história e de arte. A *Revolução Francesa* (1789) é considerada o marco mundial de produção dessa noção de patrimônio relacionada à capacidade de evocar a idéia de nação, precedida, na civilização ocidental, pela *autonomização* das noções de arte e de história.

Millet (1988) ressalta que, embora as categorias envolvendo valores históricos e artísticos começassem a ser formuladas desde o Renascimento, foi só a partir do conceito de nação e de Estado Nacional que os monumentos ganharam um estatuto ideológico e foram asseguradas práticas específicas de preservação. A referida autora esclarece:

“A efetivação da preservação dos bens culturais só se encontra socialmente definida, ou seja, só aparece como fato social, quando o Estado assume a sua proteção e, através da ordenação jurídica, os institui e delimita oficialmente enquanto bem cultural, regulamentando o seu uso, a finalidade e o caráter desses bens dentro de leis específicas de propriedade, zoneamento, uso e ocupação do solo” (1988:18).

Portanto, foi a partir da noção moderna de monumento histórico e artístico que se constituiu a noção de patrimônio como categoria socialmente definida, regulamentada e delimitada, e com o sentido de herança coletiva especificamente cultural. Até então havia dois tipos de abordagem sobre antiguidades: a *letrada*, dos humanistas que as consideravam como ilustrações dos textos antigos e a *artística* reconhecida pelos arquitetos, escultores, artífices, etc. interessados nas formas consideradas testemunhos involuntários reveladores (Choay, 1992).

As atividades dos antiquários e a descoberta das antiguidades, inicialmente as grego-romanas, coincidiram também com a descoberta da arte como atividade autônoma. Ainda no século XVI, os antiquários começaram a se interessar por antiguidades de outras civilizações e passaram a considerá-las como nacionais. Essa atividade dos antiquários, de caráter universalista, teve trajetórias diferentes na Inglaterra e na França. Na primeira, como reação ao vandalismo da *Reforma*, perdurou até o início do século XX: as sociedades de antiquários protegiam as antiguidades nacionais. Na França, o seu declínio foi mais rápido e ocorreu no fim do século XVIII, quando o Estado passou a centralizar as atividades de preservação.

Desse modo, até o século XVIII, as ações voltadas para a preservação de monumentos eram ocasionais e realizadas pelos segmentos sociais dominantes, sobretudo, a Igreja e a aristocracia, visando a conservar seus bens. Por seu turno, os membros das sociedades de antiquários se interessavam pelos monumentos, primordialmente como documentos com valor artístico. Entretanto, os valores históricos e artísticos não foram suficientes para implantar, de modo sistemático e definitivo, uma prática de preservação. Foram as ameaças de perda dos monumentos já consagrados pelos vandalismos da *Reforma* e da *Revolução Francesa* e o culto da

nação enquanto interesse político que fizeram com que a preservação dos monumentos se tornasse um tema de *interesse público*.

Na França, a derrubada do poder da aristocracia e da Igreja e a instauração de um novo Estado em 1789 exigiram ações mais complexas diante dos problemas econômicos e políticos colocados. Primeiramente, pela necessidade de gerir esses bens confiscados aos nobres e ao clero, embora simbolicamente essa proteção fosse, em princípio, contrária aos ideais revolucionários de instauração de um poder popular e do início de uma era livre das opressões dos antigos dominadores, o que justificava aos olhos da população a destruição dos bens identificados com aqueles dois grupos sociais.

As ações de vandalismo se intensificaram e o governo revolucionário teve de intervir e regulamentar a proteção dos bens confiscados, justificando essas ações pela preocupação com a moral e a instrução pública. Criou-se, em 1793, a *Comissão de Artes*, que passou a atribuir um valor de documento nacional aos bens culturais, convertendo-os em objetos de interesse não apenas cultural (artístico e histórico), mas também político. Foi, portanto, na França, através da preocupação moral e pedagógica, que o patrimônio começou a se definir como um poder de cultura associado à idéia de posse coletiva no exercício da cidadania³³. A esse respeito, enfatiza Fonseca:

“A construção do que chamamos de patrimônio histórico e artístico nacional partiu, portanto, de uma motivação prática – o novo estatuto de propriedade dos bens confiscados – e de uma motivação ideológica – a necessidade de ressemantizar esses bens. A idéia de um patrimônio da nação, ou ‘de todos’, conforme o texto legal, homogeneiza simbolicamente esses bens heterogêneos e de diferentes procedências, que passam a ser objeto de medidas administrativas e jurídicas (...) e, principalmente, a definição de um campo de atuação política.

³³ Na França, durante o período revolucionário, o valor nacional dos bens se sobrepunha a todos os outros valores, vindo sem seguida o valor de conhecimento histórico, o valor econômico e, por fim, o valor artístico. Porém, a institucionalização definitiva da atividade de preservação pelo Estado, na França, só ocorreu efetivamente a partir de 1830, quando o historiador Guizot propôs a criação do cargo de Inspetor dos Monumentos Históricos. Assim, em 1832, o encarregado do posto percorreu a França inventariando os bens e, também, analisando as atitudes da população em relação ao patrimônio.

Paralelamente, criou-se uma ordem discursiva própria, um corpo de conceitos. Aos critérios tipológicos dos antiquários foi acrescentado um novo: a distinção entre bens móveis e imóveis, em função de exigências distintas de conservação. Para os primeiros foram criados museus, para os segundos se colocava o problema complexo de sua reutilização” (1997:58-59).

Os conceitos relativos ao patrimônio, predominantes na *Revolução Francesa*, permaneceram vigentes no século XIX. Porém, novas significações foram acrescentadas em função de novos fatores. A Revolução Industrial³⁴ e o Romantismo³⁵ são apontados como elementos, em relação ao primeiro, de ruptura do modo de produzir e viver artesanal e, com relação ao segundo, como movimento de ascensão dos valores que privilegiavam a sensibilidade e o lugar do sujeito (Choay, 1992).

É assim que, no século XIX, é possível identificar dois modelos de política de preservação: o modelo anglo-saxônico³⁶, com apoio de associações civis - voltado para o culto ao passado e a valorização ético-estética dos monumentos - e o modelo francês, de caráter estatal e centralizador - desenvolvido em torno da noção de patrimônio, de

³⁴ A Revolução Industrial como processo em desenvolvimento planetário deu virtualmente ao conceito de monumento histórico uma denotação universal, aplicável em escala mundial. Um processo que tem contribuído para a generalização e a aceleração da elaboração e revisão de legislações de proteção do monumento histórico e tem feito da restauração e da conservação urbana uma disciplina em toda parte.

³⁵ O Romantismo, em função da própria Revolução Industrial, assumia uma posição em relação ao passado longínquo diferente do Renascimento. Passava de cânone, fonte de conhecimento e de modelos, para a idéia de um passado recuperável apenas através da memória afetiva, da sensibilidade estética, uma certa nostalgia. Para o imaginário romântico, os monumentos legados pelo passado perdido seriam documentos dessa realidade, prova de sua autenticidade. Nesse momento, consolidou-se a noção de monumento histórico e a relação entre os valores que lhe são atribuídos, sendo redimensionada pelas novas circunstâncias. O culto à arte desenvolvido pelo Romantismo incorporou o monumento histórico, sem perda de sua conotação de testemunho do tempo passado. Enquanto documento, passou a ser primordialmente vinculado e utilizado pelo Estado, reforçado, nesse sentido, agora pelos historiadores que se voltavam para a história política, textos e documentos escritos na afirmação da nacionalidade.

³⁶ Representado pelo inglês John Ruskin que via na arquitetura um meio de conservação do passado, em suas produções materiais e modos de vida, mas também em suas virtudes morais. O valor do monumento histórico era mais ético do que estético - *valor de piedade* (tudo que represente o esforço humano deve ser preservado, daí sua posição em favor de se preservar não apenas os monumentos excepcionais, mas também o mundo doméstico e o do trabalho). Na Inglaterra, o valor da nacionalidade teria sido ocupado pelo valor de humanidade e, desse modo, a preservação teria sido pensada em escala mais ampla. Assim, em 1854, Ruskin já propunha a criação de uma organização européia de proteção dos monumentos históricos. Para Ruskin, os objetos eram vestígios do passado, *reliquias* que não poderiam ser substituídas, nem modificadas. Logo, qualquer restauração seria uma violação, pois o monumento pareceria diferente do que é na realidade, comprometendo o legado para as gerações futuras. A arquitetura, em Ruskin, está associada à vida da natureza e dos homens.

forma planejada e regulamentada, visando aos interesses políticos do Estado. O modelo francês³⁷ predominou nas sociedades ocidentais, na primeira metade do século XX, e foi exportado para a América Latina, para países como Brasil e Argentina, e, após a II Guerra Mundial, para as ex-colônias francesas.

Em meados do século XX, foram promovidos novos valores e a percepção do patrimônio ampliada a partir das diferentes percepções que o contato com os monumentos suscitou nos indivíduos. Colocava-se uma dissociação entre valores do conhecimento e valores da sensibilidade, valores do passado e valores do presente, contribuindo para a discussão da complexa e diversificada recepção dos bens culturais pelos diferentes estratos sociais. Esta é, hoje, uma das principais preocupações dos agentes da preservação, na medida em que a legitimação da proteção de bens culturais pelo Estado, via nacionalismo, vem declinando diante de uma suposta *homogeneização* em termos do consumo internacional e ampliação da importância da cultura nas políticas econômicas federais, estaduais e municipais voltadas para o turismo.

Além disto, a criação de órgãos internacionais voltados para a cultura, no pós - II Guerra Mundial e a incorporação da figura dos direitos culturais pela Organização das Nações Unidas (ONU) e da figura de Patrimônio Cultural da Humanidade, pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e,

³⁷ Nesta visão, restaurar passava a ser uma recriação ou “restauração interpretativa”. Viollet-le-Duc estava preocupado em restituir ao monumento seu valor de documento íntegro, objeto do conhecimento e não seu valor enquanto monumento sujeito às marcas do tempo, ou seja, sua historicidade. Um tipo de intervenção que selecionava os monumentos - documentos entre as obras notáveis e os tratava como modelos – daí a teoria do *mise en valeur* que sugeria a conservação do monumento excepcional, valorizando o essencial – eliminando o que fosse acessório à sua visibilidade. Esta postura justificava também as obras de Haussmann em Paris e outras semelhantes a esta na Europa de fins do século XIX: o tecido urbano era destruído em função da funcionalidade, da higiene e da segurança pelos engenheiros e urbanistas e, em nome da estética, pelos arquitetos, atingindo assim a autenticidade histórica das cidades e dos edifícios.

ainda, implícita uma noção de cidadania cada vez mais fundada em direitos diversificados vêm legitimar as atividades de revitalização urbana³⁸.

Entretanto, foi através da etnografia e da antropologia que esses tipos de bens se legitimaram como valores culturais. Além disto, essa ampliação da noção de patrimônio que se sobrepõe às noções de bem patrimonial e cultural tem uma importante conotação política. As transformações sociais recentes forçaram a prática da preservação a superar certos princípios como a idéia de que preservar é sinônimo de guarda de bens excepcionais para serem objetos de contemplação e fonte de conhecimento – considerada hoje uma postura museológica anacrônica, elitista tanto em termos mercadológicos quanto em termos políticos.

A idéia de democratização do patrimônio subentende, em qualquer perspectiva, que o Estado não deve ser o único agente social a se envolver com a preservação do patrimônio cultural de uma sociedade. Também a idéia do nacionalismo que durante dois séculos sustentou as políticas estatais de patrimônio vem sendo questionada e substituída, em parte, pela noção de direitos culturais como nova forma de legitimar essas políticas.

Contudo, os direitos culturais³⁹ apresentam uma complexidade ainda maior nos países que foram colônias européias e que foram marcados pela escravidão. Nesses países, a noção de cultura é mais restrita, pelo menos, em dois sentidos: em termos de classes sociais, pois só recentemente se passou a considerar, assim como nas

³⁸O valor de *uso* ganhou destaque, posição antevista por Riegl em 1903. Riegl foi extremamente inovador porque levou em consideração, na formulação e na prática da preservação, aqueles valores não explicitados, menos cultos da percepção que são atribuídos aos bens culturais como “*valor de ancianidade*” - *diz respeito à idade do monumento e às marcas que o tempo não para de lhe imprimir*” (Choay, 1992, 2001:168) e o “*valor de uso - relativo às condições materiais práticas dos monumentos*” (Ibid.: 169). Para ele a ausência de valor de uso é o critério que distingue o monumento histórico das ruínas.

³⁹ A expressão “direitos culturais” foi incluída na Constituição Federal de 1988 (art. 215). Mas faltam políticas públicas que incorporem esta temática em forma de propostas.

metrópoles, o caráter de cultura às produções e práticas dos segmentos populares; e em termos geográficos, uma vez que, mesmo após a independência, a cultura era aquela importada das metrópoles européias. Significa dizer que, para a maioria da população desses países, a noção de cultura não tem sentido ou tem um sentido *fraco*. E se a ausência de uma tradição democrática consolidada leva a que os movimentos sociais sejam os operadores das transformações de necessidades e carências em direitos, o que significa um processo de revisão do espaço da cidadania, o mesmo está apenas começando a acontecer com os direitos culturais, uma vez que essas *necessidades e carências* ainda dependem da mediação dos agentes estatais para serem formuladas.

Pode-se, em síntese, dizer que a emergência da noção de patrimônio histórico e artístico nacional se deu no âmbito da formação dos Estados-nação e da ideologia do nacionalismo. Porém, sua versão atual, enquanto patrimônio cultural, indica sua inserção em um contexto mais amplo dos organismos internacionais e em contextos mais locais das comunidades numa reinvenção e consumo de lugares. Houve, portanto, uma ressemantização da noção de patrimônio que extrapolou o seu domínio tradicional, o dos Estados nacionais, e passou a envolver outros atores que não apenas os técnicos e intelectuais. As mudanças conceituais e de gerenciamento do patrimônio, como também mudanças institucionais, indicam uma progressiva apropriação do tema em termos políticos por parte da sociedade civil. Essas modificações trazem conflitos a uma prática tradicionalmente exercida pelo Estado com forte presença de intelectuais e à margem das pressões sociais.

Passaram-se, portanto, quase quatrocentos anos entre a invenção do monumento histórico e a da cidade histórica⁴⁰. A invenção do patrimônio urbano teve

⁴⁰ Choay (1992) aponta alguns fatores que contribuíram para retardar a objetivação e a construção de uma história da cidade: de um lado, sua amplitude, a sua complexidade, a mentalidade que identificava

início junto com um projeto conservador, nascido na época de Haussmann, que destruiu, em nome da higiene, da circulação e da estética, partes inteiras do tecido urbano de Paris no final do século XIX. Na Grã-Bretanha, nesse mesmo período, John Ruskin questionava esta forma de tratamento do espaço.

A conversão da cidade material em objeto de saber histórico foi provocada pela transformação do espaço urbano consecutiva à Revolução Industrial. Os primeiros a colocá-la em perspectiva histórica e a estudá-la, segundo os mesmos critérios das formações urbanas contemporâneas, foram os fundadores (arquitetos e engenheiros) da nova disciplina: o urbanismo. Porém, opor a cidade do passado à cidade do presente não significa preservar as primeiras. A história das doutrinas do urbanismo e de suas aplicações concretas não se confunde com a invenção do patrimônio urbano histórico e de sua proteção.

Neste sentido, as primeiras cartas patrimoniais internacionais sugeriam uma noção de recuperação de monumento, e junto com ela uma noção de *mise-en-valeur*⁴¹, que se aproximava da concepção de restauro de Viollet-le-Duc. Esta última determina a reconstituição integral do monumento, com a supressão de todos os seus elementos estilísticos intermediários, para que se alcance a homogeneidade estética primitiva. Este tipo de experiência de renovação urbana foi, primeiramente, efetuado em Paris

a cidade a um nome, a uma comunidade, a uma genealogia, a uma história de toda forma pessoal, mas se desinteressava de seu espaço; de outro lado, a ausência, após o nascimento do século XX, de cadastros e de documentos cartográficos confiáveis, a dificuldade de descobrir os arquivos referentes aos modos de produção e às transformações do espaço urbano através dos tempos.

⁴¹ A noção de *mise-en-valeur* é originária da prática de intervenção preservacionista do século XIX, na Europa, dentro do contexto de Revolução Industrial - caracterizado pelo acelerado crescimento urbano das cidades e pelo fortalecimento dos Estados Nacionais. Entretanto, as noções de *mise-en-valeur* e de monumento tiveram significados diferenciados de acordo com o momento histórico no qual elas foram aplicadas. A manutenção das estruturas urbanas pré-industriais se tornava um empecilho para as novas funções urbanas modernas e a exigência de largas avenidas de circulação e seus novos espaços destinados à indústria, ao comércio, às habitações etc. Nestes termos, esta noção servia de argumento para as práticas de demolição de ambientes históricos, uma vez que se valorizava e se mantinha apenas o monumento típico, o edifício ou obra rara de reconhecido valor histórico e artístico, devendo ainda ser simbolicamente forte para a afirmação da idéia de nação.

pelo barão Haussmann. A intervenção destacava apenas o monumento típico através da destruição de seu entorno e liberação completa da visualização dos mesmos em espaços abertos de largas avenidas.

Esses monumentos eram selecionados também segundo sua capacidade de evocar acontecimentos e personagens notáveis da história nacional. Esta concepção de preservação se estendeu do século XIX até meados do século XX. O próprio ideário preservacionista da arquitetura e urbanística moderna aderira a esta concepção. Ou seja, ao serem introduzidos no modelo urbano moderno, os princípios preservacionistas não se desvincularam da concepção do *mise-en-valeur*.

Entretanto, a partir da *Carta de Veneza*⁴² (1964), foram redefinidas as relações entre o entorno e a ambiência, conduzindo dos monumentos às cidades históricas e seus centros históricos, aos bairros e aldeias. Em termos conceituais, isto representou o início da superação da noção de *mise-en-valeur* e de monumento, e a adoção de conceitos mais amplos como o de patrimônio cultural e natural e de patrimônio ambiental urbano. Foram acrescentados novos valores à noção de monumento, além daqueles mais tradicionais, referentes à história e à arte. Aos valores estético-estilísticos incluíram-se outros tais como o sociocultural, o etnológico, o arqueológico, o científico e o ecológico. Os avanços significativos estavam claros no texto da *Carta de Veneza*, sobretudo, em relação ao conceito de monumento histórico:

“Art. 1º: A noção de monumento histórico compreende a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Estende-se não só às grandes criações, mas também às obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural” (Cury, 2000:92).

⁴² *Carta de Veneza - Carta internacional sobre conservação e restauração de monumentos e sítios*, documento resultante do II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos em Monumentos Históricos, promovido pela UNESCO, UIA e ICOMOS.

Além disto, acrescentava-se aos valores estéticos e históricos o valor cultural, permitindo que obras modestas que possuem valor secular assumissem o mesmo sentido de patrimônio monumental, de modo que, o entorno e a ambiência dos monumentos ficavam consolidados. O art.7º prescrevia: “O monumento é inseparável da história de que é testemunho e do meio em que se situa (...)”. Já no art 11º estabelecia: “As contribuições de todas as épocas para a edificação do monumento devem ser respeitadas, visto que a unidade de estilo não é a finalidade a alcançar no curso de uma restauração” (Ibid: 93). Porém, a visão monumentalista ainda permanecia implícita, pois a existência de um monumento era a condição necessária para a salvaguarda do ambiente histórico. Embora essa nova concepção seja um avanço significativo, ela apenas expande a noção de *mise-en-valeur*, estabelecendo uma nova relação do monumento com seu entorno, mas não rompendo ainda com a dualidade da relação entre ambiente histórico e a-histórico.

Contudo, ao vincular a preservação do monumento ao seu entorno e ampliar o significado de monumento até a idéia de sítios monumentais, a *Carta de Veneza* dava início ao conjunto de princípios que norteariam as ações vinculadas aos sítios históricos urbanos. Apesar disto, continha citações muito genéricas sobre as áreas circundantes dos monumentos históricos. Fazia alusão a ambiência tradicional, meio e escala, demonstrando que a questão ambiental estava apenas indicada, ocupando pouco espaço no documento em relação à preservação dos edifícios e sítios monumentais. Significa dizer que ainda não estavam presentes, no debate internacional ligado à preservação, os elementos que comporiam o corpo teórico e prático que norteia as experiências mais recentes de intervenção em sítios históricos urbanos.

Na reunião sobre a conservação e utilização de monumentos e sítios de interesse histórico e artístico, realizada em Quito (1967), promovida pela Organização dos Estados Americanos, foram aprovadas as *Normas de Quito* - outro documento fundamental na história recente da preservação dos bens culturais. Essas *Normas* representaram a importante adesão dos países latino-americanos à *Carta de Veneza* e às suas recomendações quanto à preservação e revalorização de monumentos e sítios históricos. Os avanços apontaram no sentido de estender a noção de monumentos às manifestações culturais dos séculos XIX e XX, sistematizando aqueles princípios já contidos na *Carta de Veneza* e definindo, por meio da legislação de proteção, um zoneamento para os “núcleos ou conjuntos monumentais e de interesse paisagístico”.

Essa postura abriu espaço para que conjuntos históricos representativos da linguagem eclética e moderna – abundantes nas cidades brasileiras e latino-americanas - pudessem ser valorizados enquanto testemunhos da evolução urbana. A partir desse momento e ao longo das décadas de 1970 e 1980, se iniciaram distintos planos e programas de revitalização e reabilitação/recuperação dos centros históricos das cidades latino-americanas.

A reunião de Quito estabeleceu, assim, três zonas de proteção: uma de *proteção rigorosa*, uma de *proteção ou respeito* e a terceira de *proteção da paisagem urbana*. Para cada uma delas, recomendou-se a definição de usos, coeficientes de ocupação e outros instrumentos destinados à manutenção da relação volumétrica dos núcleos ou conjuntos monumentais. Neste sentido, o documento teve influência sobre a definição da idéia de *ambiência*, questões relativas à natureza e paisagem urbana, mas, sobretudo, à vinculação entre as ações de preservação e as de planejamento urbano e territorial. Nessa perspectiva, o documento vinculava a adequada utilização dos monumentos à “coordenação de iniciativas e esforços de caráter cultural e econômico-

turístico” (2000:116). Sua valorização estaria ainda vinculada à existência das condições legais, da revisão das legislações de proteção vigentes e das disposições regulamentares locais, bem como à adoção de instrumentos técnicos e de planejamento em conformidade com planos diretores regionais e nacionais.

Dentro desse contexto, as recomendações do documento de Quito sobre a associação dos projetos turísticos com os de *mise-en-valeur* do patrimônio monumental significaram uma ruptura, sobretudo dos países latino-americanos, com a visão estritamente histórica e artística tradicional e de valorização apenas do monumento típico. Porém, isso significou a integração entre as ações de preservação e as políticas gerais de desenvolvimento econômico e de planejamento territorial. Divulgava-se e ampliava-se a noção de que os bens culturais são recursos econômicos, da mesma forma que as riquezas naturais dos países.

Gradativamente, ao longo da década de 1970, em outros encontros internacionais e nacionais, as noções de *mise-en-valeur* e de monumento foram sendo superadas e as ações sobre as áreas históricas foram ganhando uma feição cada vez mais complexa. A mundialização dos valores e das referências ocidentais tem contribuído para a expansão das práticas patrimoniais. Esta expansão pode ser simbolizada pela *Convenção relativa à proteção do patrimônio mundial cultural e natural*, adotada em 1972 pela Conferência Geral da UNESCO.

Estava assim proclamada a universalidade do sistema ocidental de pensamento e de valores sobre o assunto. Para os países prontos a reconhecer sua validade, a Convenção criou um conjunto de obrigações referentes à identificação, à proteção, à conservação, à valorização e à transmissão do patrimônio cultural às gerações futuras.

Mas, sobretudo, fundou uma pertença comum, uma solidariedade planetária: “incumbe a coletividade internacional inteira a pertencer a proteção deste patrimônio”⁴³.

A descoberta da arqueologia e o projeto memorial das ciências humanas têm, também, determinado a expansão do campo cronológico dentro do qual se inscrevem os monumentos históricos. Assim, os produtos técnicos da indústria vão adquirindo os mesmos privilégios e os mesmos direitos à conservação que as obras-primas da arte arquitetônica e os trabalhos pacientes dos artesãos. Paralelamente, se impõe uma expansão tipológica do patrimônio histórico: um mundo de edifícios modestos, nem memoráveis nem prestigiosos, reconhecidos e valorizados pelas disciplinas novas como a etnologia rural e urbana, a história das técnicas, a arqueologia medieval, tem sido integrado como bens culturais.

O projeto de democratização do saber, herdado do Iluminismo e reanimado pela vontade moderna de erradicar as diferenças e os privilégios dentro do jogo de valores intelectuais e artísticos, ligado ao desenvolvimento da sociedade de lazer e de seu correlativo, o turismo cultural, é a origem da expansão mais significativa, aquela do público das áreas históricas: dos pequenos grupos iniciais de conhecedores e de eruditos, até a formação de uma rede mundial, uma audiência que chega a milhões de habitantes. Iniciam-se as experiências de *gentrification* do patrimônio cultural urbano contemporâneas, inserindo-o na lógica econômica do mercado, embora, como defenderemos nesta tese, ao longo desses processos, sejam geradas novas formas de sociabilidades e de ações concretas da parte dos atores e grupos que vivenciam essas experiências.

⁴³ Na escala do Estado, o nome de monumentos inscritos na lista do patrimônio mundial tendia a passar por um índice de prestígio internacional e a se tornar um objeto de emulação. A Convenção adotada em 1972 e ratificada em 1975 por vinte e um países dos cinco continentes contava em 1991 com cento e doze países signatários.

O Estado francês foi o primeiro a explorar essa conjuntura para hoje promover e controlar, com todos os recursos de sua autoridade e de seu poder, os ritos de um culto oficial do patrimônio histórico, começando a ser parte integrante de uma maior valorização da cultura. Esta integração se iniciou com a criação do Ministério dos *Assuntos Culturais* na França, que passou logo a Ministério da Cultura, modelo que não tardou a ser adotado pela maior parte dos países europeus e latino-americanos nas décadas de 1980 e 1990. Hoje, os museus consagram a cultura frente aos monumentos. A cultura perde seu caráter de realização pessoal, para se tornar empresa. Os bens culturais adquirem um novo *status*: são colocados à disposição de todos como produto cultural, fabricado, embalado e difundido com vistas ao consumo. A metamorfose de seu valor de uso em valor econômico é realizada com o objetivo de explorar os monumentos e uma ambiência por todos os meios, multiplicando indefinidamente seus visitantes.

A notícia publicada pela revista *Veja*, em 20 de junho de 2001, sobre instalação de um *Museu Gugenheim-Hermitage* no interior do hotel-cassino *The Venetian*, em Las Vegas, é um exemplo significativo dessas novas estratégias para popularizar a arte através de recursos mercadológicos⁴⁴. Os centros e os bairros históricos antigos apresentam hoje uma imagem sintética das dificuldades e das contradições as quais confrontam a *mise en valeur* do patrimônio construído em geral e em particular sua reutilização e integração dentro da vida contemporânea. Portanto, a partir da segunda

⁴⁴ O *Museu Gugenheim*, com sede em Nova York e filial em Bilbao na Espanha (estando prevista uma outra sede a ser construída no Rio de Janeiro, neste início do século XXI), é um dos mais respeitados do mundo. Já o *Hermitage*, instalado no antigo palácio de inverno do czar da Rússia, em São Petersburgo, abriga algumas das mais famosas coleções existentes. Por seu turno o *Venetian* é um ambiente considerado *kitsch*, um hotel-cassino com suntuosa réplica de Veneza, com canais e gondoleiros, numa cidade-cenário norte-americana. Um novo estilo comparado ao Disney World.

metade do século XX, a questão da integração dos conjuntos históricos dentro da vida coletiva atual está colocada no cenário internacional.

Choay (1992), Fonseca (1997) e Motta (2000), ao analisarem as novas propostas de revitalização e de consumo dos bens culturais, na França e no Brasil, respectivamente, consideram haver certos problemas comuns nessas novas práticas. As críticas são no sentido de haver um condicionamento sofrido pelo patrimônio urbano histórico em vista de seu consumo cultural. Apontam também um investimento para o mercado imobiliário de prestígio que tende a excluir a população local ou não privilegiá-la e, com isso, sua atividade tradicional e modestamente cotidiana. Por fim, essas críticas alegam que está sendo criado um mercado internacional de centros e bairros antigos. Com um aspecto todos concordam: a entrada dos bens culturais na vida cotidiana, atraindo empresas e novos públicos, passou a exigir uma análise complexa que incorpore as tensões características das cidades contemporâneas.

Neste sentido, autores como Paoli e Almeida (1996), quando analisam parte das experiências feitas na cidade de São Paulo, dentro da política cultural de preservação do patrimônio histórico na gestão Luiza Erundina (1989-1992), afirmam:

“Estas questões e as práticas relacionadas desembocam neste final de século, em um enorme investimento nas tradições de reflexão cultural popular, (re-significadas e re-feitas pelo trabalho da memória), como parte fundamental de um projeto emancipatório que amplie e alargue o mundo – finalmente globalizado, mas pela exclusão, pela fragmentação, pela despolitização da sociabilidade, pelo poder crescente dos mecanismos de controle, que tendem a destruir qualquer ligação perceptiva com o espaço público, gerando homogeneidade, desterritorialização e uma violência frequentemente incontrolável. Mas este é também um mundo onde essas mesmas tensões geram espaços e tempos próprios (por locais que sejam) de ampliação da sociabilidade, de ligação com o tempo histórico, de utopias formadas por concepções de direitos e diversidade de alternativas” (1996:186).

1.3. A política do patrimônio cultural e as experiências recentes de revitalização urbana no Brasil

Uma política relativa à preservação dos bens culturais no Brasil só veio a se institucionalizar em 1937, com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), destinado a proteger os marcos da história e da arquitetura brasileiras, caracterizando-se ao longo dos primeiros cinquenta anos por preservar monumentos (imóveis e vilas) da fase colonial. Nesse período, a entidade manteve sua atuação limitada ao universo dos órgãos federais, ficando ao largo dos problemas mais críticos da urbanização. A maioria de suas ações se restringia a proteger ou restaurar prédios institucionais e atuar em cidades antigas intocadas e desaceleradas em seu crescimento, em consequência do crescimento das metrópoles brasileiras.

É interessante verificar que o projeto de criação de um órgão específico voltado para a preservação do patrimônio histórico e artístico nacional – desde sua versão preliminar em anteprojeto de autoria de Mário de Andrade e versão definitiva de Rodrigo M. F. de Andrade, transformada no Decreto-Lei nº 25/37, apresentava peculiaridades em relação às experiências européias já em curso. Diferentemente de outros países, onde as iniciativas voltadas para a preservação de bens culturais contemplavam apenas tipos de bens isoladamente (monumentos, museus, arte popular, etc.), no Brasil, o decreto-lei acima citado se caracterizava por tratar o tema de forma abrangente e articulada, além de propor uma única instituição para proteger todo o universo dos bens culturais. Se em outros países os agentes da preservação costumavam ser recrutados entre intelectuais identificados com uma concepção passadista e conservadora de cultura, no Brasil, os intelectuais que se engajaram no

projeto do patrimônio eram aqueles que, como Mário de Andrade e Lúcio Costa, assumiam em suas respectivas áreas profissionais posturas claramente inovadoras (Cavalcanti, 1993; Fonseca, 1997:105).

Entretanto, o surgimento de políticas patrimoniais específicas de preservação e revitalização de sítios históricos é um fato das décadas de 1980 e 1990 no Brasil, embora a utilização institucional do conceito já viesse acontecendo desde meados dos anos 1960 nos encontros internacionais sobre preservação do patrimônio histórico e artístico e no discurso oficial sobre o patrimônio histórico. Deixou de ser empregado, a partir de 1960, o conceito de *cidade monumento* como o fizera Lúcio Costa em sua carta a Rodrigo M. F. de Andrade sobre o Grande Hotel de Ouro Preto, que pressupunha a conservação da cidade como um todo.

O termo *sítio urbano* passou a ser utilizado, podendo referir-se a um trecho da cidade e admitindo seu crescimento (Motta, 1987:117). Rodrigo M. F. de Andrade utilizou-o em seu texto “*The conservation of urban sites*”, publicado em 1968 na revista da UNESCO, *Museums and Monuments* nº XI, sobre a conservação de conjuntos urbanos. Um novo conceito surgia, segundo Motta (1987), reconhecendo o componente social da cidade, abrangendo um novo conjunto de valores que justificava o tombamento de um sítio urbano por ser “a criação notável e representativa da vida e da organização social de um povo, em determinada fase de sua evolução” (Andrade, 1967 apud Motta, 1987:117).

Assim, desde meados da década de 1960, o tema ligado à revitalização urbana tem sido discutido no Brasil, envolvendo as noções de *sítio urbano*, *ambiência*, *patrimônio ambiental urbano*. Segundo Lemos (1985:46), a primeira cidade a ser preservada no Brasil foi Ouro Preto, através de Decreto nº 22928/33, do então Governo Provisório Federal, atendendo solicitações de intelectuais mineiros. Entretanto, não foi

tombada pelas características especiais no campo do urbanismo como um fenômeno cultural de interesse social, mas como um ato legal que visava à proteção de um conjunto de construções cujas áreas envoltórias acabaram abrangendo a cidade toda.

Os sítios históricos, para serem compatíveis com o Decreto-Lei nº 25, de 1937, deveriam possuir uniformidade em suas características coloniais, permitindo sua conceituação como *obra de arte*. Deveriam, ainda, estar livres das ameaçadas de crescimento ou de transformações do desenvolvimento: “As cidades deveriam ser como obras de arte acabadas” (Motta, 1987:108-122; 2000:265). Os sítios urbanos deveriam, assim, estar economicamente vazios e mantendo a unidade de estilo. Na inexistência dessa unidade, eram desconsiderados e, em seu lugar, eram selecionadas edificações barrocas ou coloniais de caráter monumental em seu interior (como aconteceu em João Pessoa, Fortaleza, Recife, São Paulo e demais cidades brasileiras nessa condição). As edificações e os conjuntos de ornamentação ecléticos construídos nas cidades brasileiras em grande escala, no final do século XIX e início do século XX, eram considerados *espúrios*. Tratava-se de estilos importados que não tinham qualquer contribuição para a história nacional e eram rejeitados pelo IPHAN.

Significa dizer que, naquela fase inicial da política patrimonial, as cidades eram tratadas como patrimônio, não por sua historicidade. Escolhiam-se áreas urbanas com uma unidade de estilo, por exemplo, setecentista no caso de Ouro Preto, e que estivessem livres das ameaças do desenvolvimento. Nos monumentos e nos sítios urbanos tombados, durante o trabalho de restauração, eram retirados das edificações frontões, ornamentos e intervenções posteriores às reformas sofridas ao longo do tempo. Quanto às novas obras, estas deveriam seguir a forma das feições das construções antigas das cidades históricas. As fachadas eram os foco de atenção principal e deveriam manter um cenário colonial, pois este era o valor patrimonial que

as diferenciava. Era o critério estético com base num estilo considerado referência nacional e com conteúdo simbólico, obtido a partir dos elementos visuais de comunicação imediata – as fachadas.

Motta (1987) considera que, por isto, essa fase do patrimônio no Brasil se assemelha às intervenções recentes nos centros históricos com vistas ao *consumo visual global* e à *gentrification*, características das intervenções mais recentes, do final da década de 1990. Representa também um *retrocesso* em relação à prática da década de 1980, na qual o patrimônio teria sido valorizado por suas características documentais, sua trajetória e seus diversos componentes como expressão cultural e parte de um todo socialmente construído.

São exemplos de experiências ligadas às políticas de *gentrification* no Brasil alguns dos projetos promovidos pelos governos federal, estaduais e municipais, sobretudo, aqueles vinculados ao *Programa Monumenta/BID* do Ministério da Cultura, com aplicação de recursos do BID nas cidades tombadas pelo governo federal, a exemplo da intervenção do *Pelourinho* na Bahia e a reurbanização da *Praça 15 de Novembro* no Rio de Janeiro promovida pelo governo municipal. Acrescentem-se, ainda, as ações do tipo *Projeto Cores da Cidade*, de iniciativa privada, que envolvem a *Fundação Roberto Marinho* e fabricantes de tintas, em parcerias com governos municipais (Motta, 2000). As intervenções e exigências desses projetos, com prazos de elaboração das obras e critérios de valoração dos bens culturais, têm, muitas vezes, contrastado com o rigor na preservação do patrimônio e provocado situações conflituosas entre os patrocinadores desses projetos e os órgãos de preservação.

As instituições e grupos já existentes há anos nessas áreas e que procuram desenvolver projetos mais pautados em reflexões e concepções de valoração dos bens culturais, bem como as comunidades usuárias vêm sendo alijadas do processo de

implantação desse modelo, sob o argumento de que há urgência em viabilizar a auto-sustentabilidade dos sítios históricos e necessidade de cumprimento de prazos num caráter exclusivamente financeiro. O caráter utilitário compromete a possibilidade de uma apropriação criteriosa fundamentada nas idéias de desenvolvimento sustentável (Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1991).

Neste sentido, a possibilidade de aproveitamento econômico do bem restaurado e a dinamização dos seus usos não constituem o problema central dessa nova perspectiva de meados da década de 1990, pois o mercado também se constitui em prática histórica e matriz geradora do processo cultural. O que interessa discutir é a forma de intervenção do poder público ao oferecer o patrimônio cultural como mercadoria, preocupado, sobretudo, em reduzir o ônus do poder público sobre a preservação e revitalização de áreas urbanas e em criar uma imagem da cidade de valor para o turismo. Ou seja, há uma espécie de redução do valor cultural ao valor econômico, uma *fetichização* da cultura (Menezes, 2000). Entretanto, parece haver outra dimensão do consumo presente nos contextos de revitalização dos centros históricos que sugere a criação de significados culturais não apenas no ato simbólico de consumir, mas enquanto prática social de diferenciar estilos de vida, demarcar fronteiras e relações sociais (Featherstone, 1995).

Podemos identificar três períodos de tratamento dos sítios históricos e de apropriações diferenciadas dos espaços urbanos como patrimônio pelo poder público no Brasil: o inicial (de 1937 a 1970); o intermediário (de 1970 a 1990) e o atual (a partir de 1990) caracterizado pelas políticas de *gentrification*. Esse novo tipo de intervenção representa um retrocesso em relação aos projetos desenvolvidos em áreas urbanas na década de 1980, mais consentâneos com o valor documental dos monumentos (Motta, 2000). Esses projetos objetivavam criar as bases para o

reconhecimento da história de cada localidade, independentemente do julgamento das questões estéticas ou estilísticas.

A citada autora argumenta que, embora revestida do discurso da atualidade, a *gentrification* representa a volta ao modo de tratar sítios históricos como no período inicial da preservação no Brasil no qual as referências visuais imediatas eram exploradas. Era uma atuação empenhada na construção simbólica do patrimônio urbano. A idéia é de que teria havido um período intermediário em que houve *avanços* no sentido de que o valor simbólico estritamente visual, que orientava as ações iniciais de preservação no Brasil, foi sendo substituído pelo valor documental (Le Goff, 1996). Houve, entretanto, um *retrocesso*, na atual *gentrification*, que emprega critérios semelhantes ao do período inicial, explorando a forma visual mais evidente dos sítios, *relocalizando* a tradição como forma de melhor inserir o patrimônio das cidades históricas no modelo financiado por órgãos transnacionais que priorizam ações e usos que visem à auto-sustentabilidade econômica da área.

No que se refere especificamente às sociabilidades públicas geradas a partir das práticas inseridas na processualidade cotidiana dessas políticas de *gentrification*, consideramos haver a construção de sentidos outros que escapam à lógica econômica, ou seja, a simples troca de objetos, fortalecendo as diferenças nos usos dos espaços urbanos e a consciência da necessária ampliação da participação da população local, bem como o despertar para os direitos à cidade, à cidadania.

Outros sentidos puderam emergir da incorporação de novos tipos de edificações ao valor de patrimônio nacional, como as edificações ecléticas do início do século XX e os trabalhos de prospecção arqueológica efetuados em edificações antes impossíveis de serem realizados na fase inicial da política de preservação no Brasil. Estes últimos já apontam para outros sentidos desse patrimônio, referentes às ruínas,

importantes para a memória das cidades, muitas vezes encontradas nas escavações realizadas para a restauração dos seus monumentos.

Essas intervenções têm promovido o tema *patrimônio cultural* e, em alguns casos, contribuindo para a revalorização dos sítios urbanos por seu valor coletivo e por seus significados enquanto *lugares públicos*⁴⁵ (Guattari, 1985; Leite, 2001; Arantes, 2000), mas também por seu valor econômico, de mercado. Nessa perspectiva, afirma Leite:

“As fronteiras de uma cidade nem sempre têm como consequência a formação de lugares. Entretanto, raramente os espaços segmentados pelas práticas de gentrification não resultam em lugares. Isso se deve, a meu ver, à forma predominantemente simbólica com que o patrimônio cultural é reapropriado. Seja para reafirmar um aspecto de uma tradição já existente ou para reescrever e reinventar tradições, o cultural *turn* (Arantes O., 2000) das políticas de gentrification opera com categorias residuais da tradição, como forma de relocalizá-la em contextos, cujos fluxos tendem para operações de “desencaixe” dessa tradição. Esse processo tem uma dupla função: articular os aspectos tradicionais da cultura com as demandas de mercado – que possibilitam transformar o patrimônio em mercadoria cultural – e, a partir disso, legitimar a reinvenção de uma centralidade, restabelecendo os nexos entre identidade e lugar no contexto da sociedade contemporânea” (2001:331).

Harvey (1992) foi um dos pioneiros a identificar as grandes mudanças na cultura, desde a década de 1970, associando-as com a crise de produção capitalista e com a comunicação de massa, avaliando suas consequências em termos de uma crise discursiva e de identidade. Os referenciais de identidade são associados à possibilidade de consumo, passando os bens culturais a representar um poder e um *status* diretamente ligado ao mercado. Abrem-se as portas para a inserção dos bens culturais no circuito das comunicações, do consumo de massa e da indústria cultural.

⁴⁵Para que se possa falar em *lugar*, é preciso que existam práticas sociais constitutivas que sejam relacionais ao espaço, transformando-o em “território de subjetivação” (Guattari, 1985). Este espaço deve, portanto, reter significados em toda sua extensão material e simbólica, em especial edificada, incidindo sobre as ações que lhe atribuem sentidos.

Entram, também, nesse panorama, as análises da “paisagem urbana pós-moderna” feitas por Zukin (1996), onde identifica o fenômeno da *gentrification* das áreas mais antigas das cidades a partir de um movimento de retorno da classe média para os antigos bairros que, na década de 1980, se consolidou e atraiu um público de alta renda, promovendo a *gentrification* desses sítios. Para a autora (op. cit.: 216), essas populações foram atraídas “tanto pela centralidade dos lugares como pela aspiração ao poder cultural que a centralidade representa” (1996:216). Identifica, assim, uma correlação entre centralidade e paisagens de poder, tendo como foco empírico as experiências de Nova York, Londres, Miami e Los Angeles.

Era o primeiro processo que se referia à reapropriação de espaços da cidade a partir de atividades que refazem usos e impõem uma visão que conduz à apropriação espacial. Como consequência dessa reaproximação, surgia a formação de uma paisagem de poder – cuja característica mais marcante é “dar forma material a uma assimetria de poder” (Zukin, 1996). Um novo valor simbólico e uma valorização como produto de mercado marcam essa nova forma de usar os centros históricos, atribuindo-lhes uma *aura* que só os lugares antigos e únicos possuem. São valores que se aproximam das atividades financeiras e de negócios.

Essa articulação entre paisagem e poder, associada à dimensão simbólica, conduz à reflexão no sentido de que as práticas de *gentrification* não possuem apenas conteúdos ou interesses econômicos que buscam otimizar o potencial de investimentos nessas áreas. Ao contrário, elas explicitam uma vontade de afirmação simbólica de poder através de inscrições arquitetônicas e urbanísticas que representam valores e visões de mundo de camadas sociais que buscam se apropriar desses espaços da cidade. Assim, as áreas históricas passaram a ser consideradas elementos importantes para a composição da imagem urbana diante do mercado globalizado. Trava-se uma

disputa na qual as cidades têm que corresponder com suas imagens. É essa capacidade de criar imagens e de ter história que as situa no âmbito internacional.

Não se trata apenas de uma imagem de nação, buscada tanto no mundo ocidental quanto no Brasil, nas décadas de 1930 e 1940, período em que a arquitetura colonial era nossa referência de nação. Também não se trata exclusivamente da intenção de ativar a indústria do turismo como aconteceu no âmbito internacional e no Brasil na década de 1970. É uma nova idéia de cidade, de âmbito internacional, representada, em parte, pelos sítios históricos que passam a fazer parte do circuito internacional do mercado global, tanto como produto quanto como elemento de identificação ou diferenciação dos locais para atrair público consumidor. Zukin considera que, além de mapear cultura e poder, essa nova idéia de cidade “mapeia, também, a oposição entre *mercado* – as forças econômicas que desvinculam as pessoas de instituições sociais estabelecidas – e *lugar* – as forças espaciais que os ancoram ao mundo social, dando base para uma identidade estável” (Zukin, 1996:206).

Está em curso, desde meados da década de 1980, um processo de concorrência das cidades para captação de investimentos e para fixação local de fluxos globais ou parcelas destes em que há uma “recodificação da tradição” diante de seu entendimento como “recurso de desenvolvimento” (Fonseca, 1997:234).

As *paisagens de poder* como caracterizadas por Zukin (2000), em especial com relação às transformações nas áreas do *Times Square*, são ilustrativas do que a autora chama de *higienização social* que expulsam as paisagens *vernaculares* (que Zukin atribui aos sem-poder). Ela afirma que as ruas limpas, seguras e *disneificadas* do *Times Square* foram construídas como centralidade de e para novos sujeitos (empresários norte-americanos) através do processo de *gentrification*. Constrói-se, porém, para além dessas relações de controle social, nesta passagem do século XX para o século XXI,

uma outra forma de apropriação recorrente dos recursos arquitetônicos e urbanísticos relativos ao patrimônio cultural que caracterizam essas práticas de *gentrification*: “uma relocalização estética do passado” (Leite, 2001).

Recodificação e relocalização da tradição são identificadas também nas políticas de patrimônio das cidades brasileiras, cuja dimensão de consumo cultural, através das políticas de *gentrification*, tem atualizado os nexos entre cultura de consumo e produção de mercadorias contemporâneas, seja utilizando os bens materiais como comunicadores e não apenas utilidades, seja operando os princípios de mercado dentro das esferas dos estilos de vida, dos bens culturais e mercadorias. Nesse sentido, Featherstone esclarece:

“Se é possível afirmar o funcionamento de uma ‘lógica do capital’ derivada da produção, talvez seja possível afirmar também uma ‘lógica do consumo’, que aponta para os modos socialmente estruturados de usar bens para demarcar relações sociais” (1995:35).

Nessa lógica do consumo, as interações sociais nos espaços revitalizados ampliam a possibilidade de se entender, com relação ao tema *patrimônio*, como se estruturam as sociabilidades públicas marcadas por *diferenças* sócio-espaciais (Arantes, 2000:64), que se consubstanciam nas diversas formas de consumir os bens culturais. Significados de *lugar* e de *diferença* seriam os resultados dessa circulação de diversos tipos de recursos através das práticas culturais. O consumo cultural estaria produzindo, mais do que processos de apropriação de signos, as singularidades, modos de diversão, certos itinerários urbanos, etc. Ocupar espaços e transformá-los em lugares através dos quais os indivíduos se reconhecem e afirmam suas diferenças representa formas simbólicas de consumir e demarcar fronteiras e laços, de construir *pontes e portas* (Simmel, 2000b) e formas específicas de pertencimento.

Nessa direção, Canclini (1993:34) ressalta que os diferentes sentidos atribuídos aos lugares e à forma como são apropriados (consumidos) demarcam as tensões e disputas em torno dos *usos e sentidos* dos espaços urbanos enquanto espaços públicos. Consumir pode ser, então, segundo o autor, “intercambiar significados”, pois, enquanto a dimensão econômica do consumo (relativa às necessidades) restringe as possibilidades interativas no contexto das práticas de revitalização urbana, a dimensão cultural (referente aos sentidos ampliados dos usos) pode indicar uma ambivalente e complexa diferenciação dos *lugares*, baseada nos diferentes usos e consumos. Essa questão remete aos desafios de construção de uma identidade política no interior de uma sociedade democrática.

Desse modo, pensar o processo de atribuição de valor aos bens culturais a partir das práticas de *gentrification*, em termos dos usos, implica definir o patrimônio em função do significado que ele possui para a população. A noção de uso recupera os sentidos atribuídos pela sociedade aos bens culturais, recuperando as formas afetivas e pragmáticas de uso e de atribuição de sentido de *pertença* aos indivíduos. As práticas de *gentrification* distinguem-se de outras formas de atribuição de valor e de preservação do patrimônio, justamente por utilizarem essa forma abrangente de seleção dos bens, que ultrapassa a concepção valorativa de *nação*.

Distinguem-se também dos fenômenos como *indústria cultural e cultura de massa*, abordagens realizadas em meados do século XX, dentro da chamada Escola de Frankfurt, por Max Horkheimer e Theodor Adorno, sobretudo em *Dialética do esclarecimento*, referentes aos processos ideológicos de reprodução técnica e distribuição em massa de bens artísticos. Mesmo que as políticas de *gentrification* também se baseiem na lógica que trata os bens culturais como mercadorias, pelo menos, duas diferenças básicas distinguem os dois processos: a indústria cultural opera

com a idéia de estandardização das mercadorias culturais; a idéia de uma produção em série pressupõe, também, um público consumidor indistinto. Quanto à *gentrification* do patrimônio cultural, embora possa operar com paisagens e recursos visuais estandardizados, no sentido de poderem ser consumidos por qualquer pessoa, o fundamento dessas intervenções não está na indistinção de mercadorias voltadas às massas, mas na construção de singularidades que produzem diferenciação e elitização dos espaços urbanos, restringindo, ao contrário da cultural de massa, a população usuária. Enquanto a indústria cultural atua em uma perspectiva de padronização dos gostos e produtos, as práticas de *gentrification* apostam na singularidade e diferenciação dos atos de consumo.

São exemplos pioneiros de uma seqüência de processos de *gentrification* do patrimônio cultural urbano, que se expandiram nos anos 1990, as seguintes cidades: *Baltimore* (Harvey, 1992), Nova York e Londres (Zukin, 2000) e, posteriormente, Barcelona, Lisboa e, até mesmo, Paris com a reforma dos *Les Halles* (Choay, 1992). Na América Latina, registra-se a reforma do *Puerto Madero* e do bairro de *La Boca* em Buenos Aires. Atualmente, esse processo tem caracterizado diversos projetos no Brasil, como a reurbanização da *Praça 15 Novembro* (Rio de Janeiro), o *Projeto Cores da Cidade* (Rio de Janeiro e Recife) e o *Monumenta/BID* em várias capitais da região Nordeste.

Observando-se a atuação dos órgãos ligados ao patrimônio no Brasil, na década de 1970 e início dos 1980, é indubitável que se iniciava, em nível federal, um processo no sentido de ampliar a noção de patrimônio e de estimular a participação social, propondo a colaboração entre Estado e sociedade. Por outro lado, as práticas específicas de revitalização de centros históricos urbanos, iniciadas a partir de 1980,

deram uma maior visibilidade a esse patrimônio, valorizando-o mesmo que através do consumo na vida contemporânea.

Essas questões, entretanto, só passaram a ser tratadas com esta abrangência quando o modelo consolidado desde as primeiras décadas do século XX revelou-se inadequado para enfrentar os novos impasses que surgiram para a preservação. Isso ocorreu seja pela crise de legitimidade do regime militar, quando se abriram espaços no governo federal para uma reformulação da política cultural e elaboração de um novo ideário do patrimônio, seja pelo surgimento, na burocracia estatal, de novos atores com novos perfis liderados pelo carismático Aloísio Magalhães, que levou à ressemantização das noções de patrimônio e de proteção, à introdução de novos conceitos como bens culturais e à busca de métodos modernos de atuação.

Observe-se que o declínio do nacionalismo em nível mundial priva a prática de preservação de seu principal recurso de legitimação. Embora não se possa dizer que a política de preservação iniciada no Estado Novo tenha se reduzido a um reforço ideológico de um nacionalismo de Estado ou que seu objetivo fosse apenas o de legitimar os projetos de governos autoritários, o fato é que a idéia de fomentar um sentimento de nacionalidade também está na base da noção de patrimônio no Brasil.

Nos últimos dez anos, quando a política cultural parece ter ido além da tentativa de identificar Estado, nação e patrimônio, a atuação federal de preservação no Brasil se politiza, tendo como objetivo que esses bens sejam apropriados simbolicamente pelos diferentes grupos sociais que compõem a sociedade brasileira. O propósito é tirá-los da situação de *pesados e mudos* e fazê-los *circular* no espaço público, enquanto referências de uma identidade coletiva e conteúdos do imaginário social.

Entretanto, por um lado, é preciso considerar que, ao longo das décadas de 1970 e 1980, o crescimento urbano aconteceu em contextos de intensa expansão,

caracterizada por um crescimento horizontal e adensamento vertical. Por outro lado, os centros das cidades históricas começaram a perder posição e prestígio frente aos novos bairros mais sofisticados. Houve um crescente desprivilegiamento dos centros tradicionais como espaços de investimentos contínuos, acelerando o processo de degradação e deterioração que atinge hoje parte significativa dos centros das médias e grandes cidades.

A crise econômica e institucional das duas últimas décadas modificou o quadro em termos do planejamento urbano pela redução da capacidade de investimento das administrações municipais. Isto conduziu, em muitos casos, à necessidade de definição de estratégias econômicas viáveis em termos locais. O planejamento urbano passou a buscar estratégias semelhantes às grandes corporações privadas, identificando as potencialidades e oportunidades de desenvolvimento dos municípios.

Nas cidades com sítios históricos considerados de significativo valor cultural, os poderes públicos estaduais e municipais, com apoio do governo federal, buscam identificar, ao lado dos instrumentos legais de proteção, novos caminhos que assegurem a manutenção e a valorização desses sítios. Para Zanchetti et alli (1995:01), duas vertentes, não excludentes, estão se delineando: uma, mais antiga, que concebe a preservação dos centros históricos dentro de uma perspectiva de manutenção do sistema social que está na sua base, como a política adotada por cidades como Olinda, Rio de Janeiro, Recife e São Luiz, que remontam ao início da década de 1980. A segunda vertente busca, a partir da justificativa da unicidade e irreprodutibilidade desses centros históricos, realizar oportunidades de investimentos através de novas destinações de usos como no caso do Pelourinho, em Salvador.

A reintegração dos centros históricos ao cotidiano das cidades remete também a uma consciência de que o princípio da densificação das cidades é um caminho a ser

seguido diante da necessidade de otimização dos recursos disponíveis, sejam eles referentes à infra-estrutura, transportes urbanos ou ocupação da área construída disponível. É uma problemática discutida com relação às cidades marcadas por um processo de crescimento mais intenso e aumento populacional das áreas urbanas nas últimas décadas do século XX, com características semelhantes em várias partes do mundo.

O crescimento em *mancha de azeite*, fomentado pelo urbanismo moderno, onde a extensão da qualidade de vida geralmente não consegue acompanhar a velocidade da expansão da malha urbana, gera uma série de vazios ou áreas mal resolvidas no interior das cidades. Essas áreas, muitas vezes, passam a ser ocupadas por usos inadequados e por uma população que vê na ocupação ilegal a única maneira de encontrar o seu lugar para morar. Simultaneamente, o planejamento urbano atual, enfrentando a crise econômica mundial, volta-se para a recuperação das áreas já consolidadas, o que explica, em parte, a crescente importância dos núcleos históricos das cidades e das operações de revitalização urbana.

O fato de que esses sítios concentram em si uma série de representações simbólicas, vinculadas à identidade e à memória dos grupos sociais e da nação, lhes confere um *status* especial frente ao restante dos ambientes naturais ou construídos, que os singulariza. Freitas aponta para a falsa dualidade de histórico e a-histórico referente a esses espaços, uma vez que “todo espaço é um organismo histórico que demonstra, em suas marcas físicas, todas as transformações ecológicas, sócio-culturais, econômicas etc., pelo qual passou a humanidade” (1992:15). Ressalte-se, ainda, que como referência da memória— operação coletiva de reinterpretação dos acontecimentos e das lembranças do passado (Halbwachs, 1990) - não se pode caracterizá-los apenas do ponto de vista material, mas como ambientes que guardam os vestígios do *saber* e

do *fazer* cultural de uma sociedade. São vestígios do passado, reinterpretados no presente e projetados para o futuro, numa dinâmica de contínua tradução dos universos de vida de uma coletividade.

Se, nos primeiros anos de atuação do órgão federal de proteção do patrimônio, as atividades relativas aos sítios históricos urbanos se deram preferencialmente na preservação da integridade física do edifício isolado e na manutenção das áreas de visibilidade, é porque não havia ainda naquele momento a compreensão dos sítios históricos como um sistema ambiental interdependente, composto por aspectos arquitetônicos, urbanísticos, paisagísticos e naturais. Nos anos 1970, o movimento de descentralização redefinindo tarefas entre a União, os Estados e os Municípios resultou em diversas experiências locais de preservação e em diversos padrões de intervenção nos sítios históricos, dando à questão patrimonial uma complexidade maior⁴⁶.

Assim, além da descentralização objetivando a expansão dessa política para diversas esferas do aparelho burocrático federal, com a criação do Programa de Cidades Históricas (PCH)⁴⁷ e do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC)⁴⁸, buscando a desconcentração das atividades de preservação do governo federal para os Estados (anos 1970) e para os Municípios (anos 1980), surgiram as propostas de

⁴⁶ Mesmo no tombamento dos conjuntos urbanos, foram privilegiados os aspectos arquitetônicos e paisagísticos, em seu valor visual, em detrimento do aspecto urbano. Estes tombamentos se deram mais por haver no seu interior conjuntos representativos de monumentos arquitetônicos isolados do que por suas características urbanas, seu caráter de testemunho ambiental urbano.

⁴⁷ Este Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste foi criado em 1973 por um grupo interministerial composto pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), Ministério do Planejamento e Coordenação Geral (MINIPLAN), Ministério do Interior (MINTER) e Ministério da Indústria e Comércio (MIC), representados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Fundação Instituto de Planejamento Econômico e Social (IPEA), Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR) para execução de estudos a respeito do patrimônio histórico e artístico do Nordeste, de forma a viabilizar a obtenção de recursos para reconstrução dos monumentos e sítios históricos da região e seu aproveitamento econômico através do desenvolvimento turístico. O PCH foi, depois, estendido a estados de outras regiões como Espírito Santo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, atuando de 1973 a 1979.

⁴⁸ Um grupo de trabalho criado em 1975 na área patrimonial resultante do convênio firmado, inicialmente, entre o MIC e Governo do Distrito Federal, depois outros órgãos aderiram ao grupo procurando identificar os indicadores culturais necessários ao balizamento do desenvolvimento nacional.

integração da política de preservação a outras políticas setoriais como a de turismo, de desenvolvimento urbano e habitacional.

No entanto, não se pode ignorar a contribuição direta do conhecimento veiculado nas cartas internacionais, sobretudo a de Veneza (1964), que foi gradativamente sendo incorporado pelos técnicos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e de outros órgãos estatais nas esferas federal, estadual e municipal. Posteriormente, os técnicos incorporaram esses conceitos e normas às legislações de preservação e de urbanização e aos planos e programas que foram sendo formulados no Brasil nas décadas de 1980 e 1990. A partir de 1980, a preservação das manifestações culturais de diferentes contextos nacionais assumiu uma nítida conotação política, na medida em que a idéia de diversidade se sobrepunha à de desigualdade.

Buscando-se inserir na luta mais ampla pela reconquista da cidadania que se desenvolvia na sociedade brasileira e pela democratização política, a Fundação Nacional Pró-Memória (FNPM) propôs a introdução de bens do “patrimônio cultural não-consagrado” no patrimônio histórico e artístico nacional (bens das etnias afro-brasileiras e outros vinculados à cultura popular) e a participação da sociedade na construção e gestão desse patrimônio. Na gestão de Aloísio Magalhães no IPHAN, a primeira sinalização dessa participação foi a introdução da prática de consultar as populações dos centros históricos, o que ocorreu nos seminários de Ouro Preto, Diamantina, Cachoeira, São Luís, entre outros.

Era, então, pela via da participação social – e não mais pela seleção rigorosa de bens de valor excepcional – que se buscava legitimar a política de preservação na década de 1980. Esse novo discurso se revelava compatível com o momento de abertura democrática dos últimos governos militares e que foi também encampado pela

Nova República. Os artigos 215 e 216 da Constituição Federal de 1988 expressam essa característica como marca.

Em 1985, foi criado o Ministério da Cultura (MinC) substituindo a Secretaria de Educação e Cultura (SEC), no início do governo José Sarney. O primeiro a assumir o comando do novo Ministério foi José Aparecido de Oliveira; depois o mineiro Aluísio Pimenta, sucedido, em 1986, pelo paraibano Celso Furtado. Em setembro de 1988, assumiu novamente José Aparecido de Oliveira. No MinC, a participação da sociedade era estimulada através de três ações: criação de assessorias especiais – do negro, do indígena, dos deficientes físicos, da terceira idade etc.; realização de seminários reunindo intelectuais e artistas, para elaboração de uma proposta político-cultural; implantação da Lei Sarney⁴⁹ de incentivos fiscais.

Nos seminários, as propostas praticamente reforçaram o texto das *Diretrizes para operacionalização da política cultural do MEC* de 1979, na gestão de Aloísio Magalhães. As assessorias terminaram por ser extintas ficando apenas a do negro que, após a Constituição de 1988, se converteu em Fundação Palmares. A Lei Sarney foi revogada no início do governo Collor e, posteriormente, substituída pela Lei Rouanet⁵⁰.

O Ministério da Cultura foi extinto em 1990, após apenas cinco anos de funcionamento. Esta medida foi parte da situação criada a partir de março de 1990, quando ocorreu, no início do governo Collor, a paralisação das atividades da SPHAN em decorrência da reforma administrativa e da dissolução do Conselho Consultivo, reconduzido em maio de 1992. Em 1990, foi criado o Instituto Brasileiro do

⁴⁹ Lei nº 7505, de 02/07/1986, dispendo sobre benefícios fiscais na forma de redução do imposto de renda concedidos a operações de caráter cultural ou artístico a partir da doação para projetos culturais previamente aprovados pelo Ministério da Cultura.

⁵⁰ Lei nº 8313, de 23/12/1991, restabelecendo os princípios da lei Sarney que instituiu a Fundação de Cultura e o Programa de Apoio à Cultura – PRONAC e os benefícios fiscais àqueles que fazem doações à cultura.

Patrimônio Cultural (IBPC), que integrou as funções dos órgãos anteriores e que, desde janeiro de 1995, passou a ser denominado Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN.

Fonseca (1997), numa avaliação crítica da prática da SPHAN, observa as transformações provocadas na política federal de preservação pelas propostas elaboradas entre 1975 e 1981, através dos processos de tombamento que tramitaram no Conselho Consultivo durante o período de 1980 a 1990. A autora ressalta que, só a partir da década de 1980, começaram a chegar ao Conselho os pedidos de tombamento dentro da idéia dos novos programas: bens representativos da etnia afro-brasileira (Terreiro da Casa Branca, Bahia, e Serra da Barriga, Alagoas), as diferentes correntes de imigração (Casa Presser, no Rio Grande do Sul, Casa do Professor e Escola Rural e Cemitério Protestante, em Santa Catarina, testemunhos da imigração alemã, Casarão do Chá, em São Paulo, testemunhos da imigração japonesa, a cidade de Antonio Prado, no Rio Grande do Sul, testemunho da imigração italiana), além dos marcos da história da ciência e da tecnologia no Brasil (Casa de Saúde Carlos Chagas e Estação Ferroviária de Lasasce, em Minas Gerais, Escola de Enfermagem Ana Néri, Fundação Osvaldo Cruz e Hospital São Francisco de Assis, no Rio de Janeiro). Foram incluídos, também, diversos exemplares da arquitetura em ferro, como pontes, mercados, caixas d'água, açude etc; novos exemplares de arquitetura civil como fábricas e conjuntos habitacionais populares e, inclusive, *fazeres*, como foi o caso do tombamento da Fábrica de Vinho de Caju Tito Silva, na Paraíba (1997:139).

Esses pedidos causaram acaloradas discussões sobre o instituto do tombamento, sua finalidade e limites, sendo marcante a reunião realizada em Salvador, em 1984, sobre o pedido de tombamento do *Terreiro da Casa Branca*, aprovado por uma margem estreita de votos. Evidenciou-se também, através dessas reuniões, o problema

da definição da função dos dois órgãos que haviam sido criados em 1979 – Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e Fundação Nacional Pró-Memória (FNPM). Foi ainda discutido o regimento da SPHAN apresentado em duas propostas, evidenciando os conflitos conceituais ainda existentes desde a criação da FNPM. Entretanto, manteve-se a divisão entre *patrimônio arquitetônico* na SPHAN e *patrimônio antropológico* na FNPM, apresentando-se a SPHAN como herdeira de Rodrigo M. F. de Andrade e a FNPM de Aloísio Magalhães.

Destaca-se, nesse período, a diversificação dos bens de arquitetura civil, bem como o tombamento de bens *inusitados*, como o da Fábrica de Vinho de Caju Tito Silva, proposto pelo programa de Tecnologias Patrimoniais da Área de Referência da Dinâmica Cultural da FNPM, com a finalidade de preservar, sobretudo, o suporte de “um fazer intimamente relacionado com as características regionais do processo cultural brasileiro” (Fonseca, 1997:38). O tombamento de bens naturais foi mais esporádico durante as duas décadas devido, entre outros aspectos, à disseminação de organizações não-governamentais (ONG) e outras formas de proteção criadas. Em suma, conclui-se que, embora o conceito de patrimônio tenha se estendido para novos tipos de bens, o IPHAN ainda não sabia exatamente o que fazer para proteger esses bens. Vê-se, também, que até os dias atuais os instrumentos de proteção continuam praticamente os mesmos: o tombamento para bens imóveis e os museus para a guarda dos acervos de bens móveis. A implantação de outras formas de proteção, apesar de reconhecida como imprescindível, ainda está por ser feita.

Dessa forma, os processos de recuperação das cidades, dando destaque aos centros históricos, se consolidam nos anos de 1980 na Europa e EUA e se expandem para países ibero-americanos através de órgãos internacionais voltados para a preservação do patrimônio construído e natural (Equador, Brasil, entre outros).

Gradativamente, a partir dos anos 1990, estes temas foram sendo incorporados às políticas de desenvolvimento local. Nesse ínterim, as propostas de preservação passaram a ser abordadas sob a perspectiva da conservação urbana⁵¹, sendo apropriadas por políticas urbanas que passaram a associar as áreas históricas como uma forma de revitalização ou reabilitação de áreas centrais degradadas ou obsoletas⁵².

Mais próximas da visão empresarial e imobiliária, as políticas urbanas de revitalização passaram a voltar-se, nas duas últimas décadas, majoritariamente, para propostas de recuperação econômica e do estoque de construções em seu valor imobiliário, sobretudo os espaços e paisagens protegidos pela legislação e localizados em áreas centrais ou lugares de origem das cidades, estimulando e promovendo sua conversão em novos usos do setor terciário, com ênfase na diversão, lazer e turismo.

Esta distorção de perspectivas está perceptível nos últimos resultados dos processos de revitalização em Recife e Salvador, onde a *gentrification* e a dinamização cultural são os resultados mais evidentes. A revitalização formou um dos “esteios das políticas neoliberais em nível municipal” (Zancheti, 2000:02). Elas transformaram a

⁵¹ A sistematização dos princípios básicos da conservação urbana foi feita em 1975 e expressa na “Declaração de Amsterdã”. Esta declaração foi influenciada pelas idéias dos planejadores de Bolonha e pelo sucesso mundial de suas realizações. O uso habitacional e a consciência do valor histórico e cultural do patrimônio deram a tônica desta experiência e dos princípios de conservação definidos em Amsterdã. Alguns pontos merecem destaque: o patrimônio arquitetônico contribui para a tomada de consciência da comunhão entre história e destino; é uma riqueza social; sua manutenção deve ser uma responsabilidade coletiva; a conservação do patrimônio deve ser considerada como o objetivo principal da planificação urbana e territorial; as municipalidades são as principais instituições responsáveis pela conservação, portanto, devem trabalhar de forma cooperada; a recuperação de áreas urbanas degradadas deve ser realizada sem modificações substanciais da composição social dos residentes nas áreas; a conservação do patrimônio construído deve ser assunto dos programas de educação, especialmente dos jovens e deve ser encorajada a participação de organizações privadas nas tarefas da conservação integrada; deve ser encorajada a construção de novas obras arquitetônicas de alta qualidade, pois elas serão o patrimônio de hoje para o futuro (Declaração de Amsterdã, 1975).

⁵² David Harvey (1992) localiza no pós-guerra e na necessidade de manter as cidades democráticas e capitalistas, as mudanças na concepção de espaço e de planejamento urbano que passaram a lançar mão de vastos programas de reconstrução, reformulação e renovação do tecido urbano. Nesse sentido, o conceito de tecido urbano e de projeto urbano “deseja somente ser sensível às tradições vernáculas, às histórias locais, aos desejos, necessidades e fantasias particulares, gerando formas arquitetônicas especializadas, e até altamente sob medida, que podem variar dos espaços íntimos e personalizados ao esplendor do espetáculo, passando pela monumentalidade tradicional. Tudo isso pode florescer pelo recurso a um notável ecletismo de estilos arquitetônicos” (1992:69).

revitalização do patrimônio cultural urbano em uma estratégia de agregação de valor à economia das localidades e instrumento de atração de investimentos privados supra-regionais ou internacionais.

Essa dimensão da apropriação dos princípios pelas tendências políticas menos preocupadas com os problemas sociais que estas áreas urbanas enfrentam parece ainda vincular-se ao sucesso das intervenções de recuperação de áreas centrais de cidades norte-americanas voltadas para o turismo. Foram políticas que tiveram origem diferente daquelas das cidades européias, em especial as italianas e espanholas. Surgiram dos movimentos de recuperação da *main street*, da criação de *shopping centers* e de recreação nas áreas centrais das cidades (Jacobs, 2000; Frieden e Sagalyn, 1994). Nessas políticas e propostas, deixa-se de lado ou, pelo menos, não são enfatizados os problemas sociais que marcam a periferia das áreas centrais das cidades em quase todo o mundo. Passa-se a aceitar que a *gentrification* é inevitável e que os resultados quanto à recuperação física, econômica e social das áreas degradadas compensam socialmente a expulsão de habitantes e pequenos negociantes.

É necessário destacarmos, ainda, em termos institucionais, o acordo financeiro firmado entre o Ministério da Cultura e o *Inter-American Development Bank* – BID, o *Programa Monumenta/BID*, em março de 1999, assinado em Paris e que representa a entrada das políticas oficiais brasileiras de preservação na lógica da *gentrification* de uma vez por todas. Firmou-se um acordo de milhões de dólares no qual a Unidade Central de Gerenciamento do Programa Monumenta se transformou numa esfera paralela ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) na atuação das políticas de preservação no Brasil, numa estratégia que supera os aspectos arquitetônicos da preservação e volta-se para o incremento das atividades econômicas do setor, tornando-o auto-sustentável e viável aos investimentos privados.

Observamos que não há qualquer referência nos indicadores do BID aos usos sociológicos dos lugares ou aos sentidos do patrimônio para seus usuários, embora se mantenha uma expectativa quanto ao conhecimento histórico da área por um número maior de pessoas, enfatizando o aspecto promocional que a divulgação da história pode ter para o empreendimento. Quando avalia os mecanismos do *Monumenta* na experiência do Bairro do Recife, Leite (2001) chega à seguinte conclusão:

“À primeira vista, o princípio econômico do Monumenta sugere um retrocesso para um país que tem uma política institucional de patrimônio que apenas há pouco tempo começou a reconhecer bens culturais relativos às minorias étnicas e religiosas. Para essas minorias, parece uma triste sina sair do patronato do Estado para o mecenato do mercado: o primeiro as deixou às margens das políticas de patrimônio porque se voltou predominantemente para as edificações que representassem os símbolos oficiais de uma idéia de nação branca e católica: o segundo, ávido pelo retorno de cada dólar que investe, não se interessa nem mesmo por esses símbolos dominantes, caso não apresentem possibilidade imediatas de retorno dos investimentos” (2001:71).

Nesse sentido, as conseqüências do *Monumenta /BID* para a atuação do IPHAN, em termos das políticas nacionais de preservação, ainda estão por ser avaliadas no seu âmbito mais geral. Entretanto, podemos dizer que a principal delas é o esvaziamento do órgão em termos das tradicionais funções executivas que detinha. O próprio fato de que o maior orçamento para políticas de patrimônio é gerenciado, hoje, pelo *Monumenta/BID*⁵³ e de que este último está diretamente ligado ao Ministério da Cultura acentuou a descentralização dos recursos do patrimônio e a alocação de mais

⁵³ O financiamento do BID não é uma doação a fundo perdido, como no caso de outras agências transacionais que atuam desde a década de 1980 no Brasil, a exemplo da AECI – Agência Espanhola de Cooperação Internacional no Centro Histórico da cidade de João Pessoa. É um empréstimo, a juros de 6,5% ao ano, prevendo parcerias com a iniciativa privada local, com o objetivo de reformar e modernizar o patrimônio que possibilite tornar esses setores públicos auto-sustentáveis e viáveis financeiramente. É o que atesta trecho do documento do BID, *Program to Preserve Urban Historical and Cultural Heritage*, projeto n°. BR-0261, citado em Leite (2001:69): “*The immediate result expected from this project (purpose) is that the economic, cultural, and social use of restored areas will increase. This purpose will be achieved if (a) the number of visits by students, state residents, and tourists increase, (b) the occupancy rates of buildings in the area increase, (c) the number of public sphere events held at the sites increases, (d) economic activity and employment in the area increased, and (e) public knowledge the history of the area increases*”.

recursos para esse Programa⁵⁴, atribuindo-lhe poder maior do que todas as superintendências regionais do IPHAN no país.

Passa-se, cada vez mais, de uma política de preservação que substitui as obras de restauração por *serviços de conservação*. Muda-se assim o enfoque que até então o IPHAN concedia ao gerenciamento dos bens culturais, centralizados no Estado, dando prioridade aos aspectos históricos e estilísticos. Talvez por isso, o IPHAN tenha se transformado em um órgão do Ministério da Cultural voltado para orientação e fiscalização, e não para a execução.

Destacamos, no cenário nacional, as experiências do Corredor Cultural do Rio de Janeiro (RJ) e de Porto Alegre (RS), a revitalização do Pelourinho em Salvador (BA) e do Bairro do Recife (PE). Acrescentamos, nesta tese, a experiência do centro histórico de João Pessoa (PB) não apenas pelo valor histórico e artístico de seu patrimônio em termos nacionais e internacionais, mas também pelo caráter de ampliação da participação e de vínculos sociais marcados por valores como a reciprocidade e solidariedade, além da dimensão educativa e conscientizadora da importância do patrimônio cultural e da memória coletiva que as associações não-governamentais ali existentes vêm desenvolvendo.

Nessa perspectiva, analisaremos, no próximo capítulo, a formação do espaço urbano e as principais intervenções na cidade de João Pessoa, procurando demonstrar, inicialmente, o processo de realocação da tradição na capital da Paraíba e o tipo de tradição re-significada, no final do século XX, na construção de uma imagem de lugar original, cenário histórico para consumo visual, cultura e diversão.

⁵⁴ Na primeira etapa do Programa Monumenta, estão previstos recursos da ordem de US\$ 200 milhões, sendo US\$ 62,5 do BID e US\$ 62,5 do governo brasileiro (incluindo a contrapartida de estados e municípios). O restante viria dos resultados das parcerias com a iniciativa privada das cidades contempladas nesta primeira fase: Olinda, Ouro Preto, São Paulo, São Luís do Maranhão, Rio de Janeiro, Salvador e Recife (Ministério da Cultura, 1999).

CAPÍTULO 2 - O CENTRO HISTÓRICO DA CIDADE DE JOÃO PESSOA

2.1. Usos do patrimônio cultural e reformas urbanísticas

A cidade de João Pessoa, ainda hoje, guarda suas *reliquias* e suas *ruínas*. Guarda também parte do seu passado, do seu *saber-fazer* e das maneiras de viver e de interagir nos diferentes espaços da cidade, segundo diversas temporalidades, apesar das demolições provocadas pelas reformas urbanas, pelos serviços de urbanização e alargamento de ruas realizados nas décadas de 1920 e 1930, em todo o centro antigo⁵⁵ (Ver arquivo de fotos anexo, em CD-ROM, com vistas gerais da área estudada e fotos dos principais monumentos históricos).

São *ruínas* de um passado por meio do qual o patrimônio cultural da cidade de João Pessoa é re-significado dentro do atual processo de *gentrification*. Essa re-significação se apóia, principalmente, nos acontecimentos do passado ligados ao crescimento e à modernização do espaço urbano da capital paraibana nas décadas de 1920/30, bem como numa imagem e num estilo de vida modernos, difundidos após as reformas urbanas do início do século XX. Nestas últimas, demoliu-se parte do passado colonial lusitano, sendo reconstruída em estilo eclético, segundo os modernismos vigentes. Nesse sentido, a imagem evocada e a possibilidade de construção de singularidades de uma cidade histórica dependem dessas ruínas do seu passado, dependem de um recorte sobre o que se quer e se pode selecionar como simbolicamente representativo.

⁵⁵ Nas primeiras décadas do século XX, referindo-se à riqueza do patrimônio histórico arquitetônico brasileiro, afirmava Mário de Andrade em carta a Rodrigo Mello Franco de Andrade: “(...) não é possível entre nós descobrir maravilhas espantosas, do valor das mineiras, baianas, pernambucanas e paraibanas em principal” (Freitas, 1992:70).

Essa escolha não é isenta de parcialidade e busca quase sempre refazer os vínculos constitutivos entre a construção dos espaços centrais da cidade e as relações de poder. Nesses espaços, estão os lugares selecionados pelas políticas de patrimônio e cuja história registra uma memória difusa na medida em que, ao se falar sobre essa memória, isso é feito de tal maneira que o patrimônio parece falar por si mesmo. Entretanto, esse quase *fetichismo* cultural de uma suposta memória comum aos paraibanos origina-se de processos concretos, nos quais podemos identificar os sujeitos das práticas de preservação, das intervenções e revitalizações do patrimônio.

Entretanto, à semelhança da maioria dos processos de *gentrification* do patrimônio cultural, desenvolvidos nas cidades brasileiras a partir da década de 1990, na cidade de João Pessoa, essas práticas passaram a ser desenvolvidas pela Prefeitura Municipal e Governo do Estado, através de suas Secretarias de Educação e Cultura. Esses projetos estão vinculados, sobretudo, a financiamentos internacionais, como o Programa Integrado de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste - PRODETUR⁵⁶ e as agências transnacionais, a exemplo da Agência Espanhola de Cooperação Internacional - AECI, interessados em dinamizar economicamente áreas *abandonadas* ou estagnadas do bairro comercial mais antigo da cidade. Revitalizaram-se justamente as edificações, largos e praças representativos do início do século XX, da chamada *belle époque*.

O bairro do Varadouro, no qual se localizam a praça e o largo objeto de práticas de *gentrification* mais recentes, é re-significado, *retradicionalizado*, *relocalizado* enquanto tradição como representando o nascedouro, local de origem da cidade e

⁵⁶ Criado pela SUDENE e EMBRATUR em 1991, o PRODETUR-NE tem sido uma das principais agências de indução de investimentos para infra-estrutura do turismo urbano no Nordeste. Os recursos são do Banco do Nordeste e do *Interamerican Development Bank* – BID e têm apoiado parte das políticas de recuperação do patrimônio nos Estados do Nordeste e Minas Gerais. Para maiores detalhes, consultar Rita de C. Cruz, *Política de turismo e território*. São Paulo, ed. Contexto, 2000.

expressão maior do seu modo de vida até, pelo menos, meados do século XIX. Centro comercial da cidade desde o século XVII, o centro histórico de João Pessoa passou a ser abandonado em meados da década de 1950, quando a cidade começou a crescer em direção ao mar, sobretudo às praias de Tambaú e Cabo Branco.

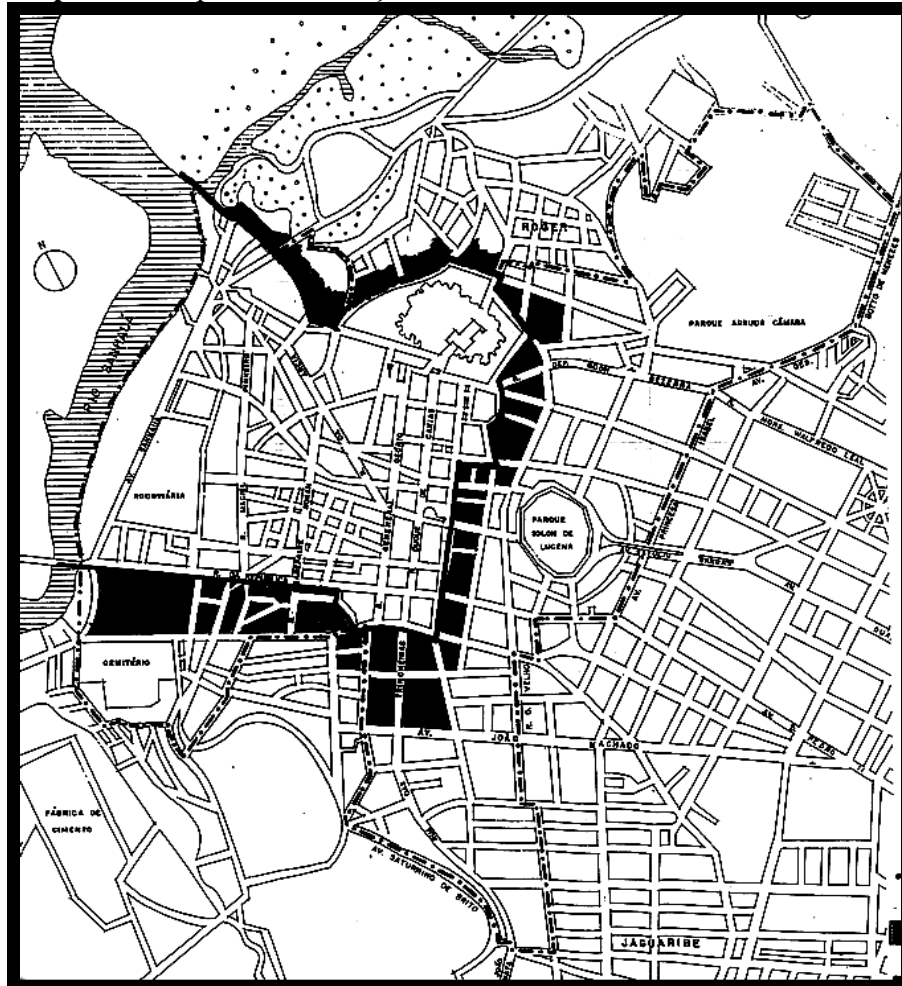
Procurava-se, nessas intervenções de revitalização da década de 1990, reviver, rememorar a fase de maior prestígio, visibilidade e uso público do centro antigo da cidade de João Pessoa - as décadas de 1920-1930 – quando as áreas de comércio na rua *Maciel Pinheiro* e de moradia na *rua da Areia* e no largo de *São Frei Pedro Gonçalves* ainda representavam riqueza e poder ou, pelo menos, o espaço onde viviam e circulavam os mais ilustres cidadãos da cidade no comércio, nos bancos e demais serviços ali localizados.

Paradoxalmente, nesse mesmo período, novos eixos de expansão da cidade de João Pessoa foram criados ou reformados justamente pelas reformas urbanísticas que marcaram os governos de estados e prefeituras das capitais, que eram republicanos naquele início de século XX. Iniciou-se um processo de esvaziamento das áreas residenciais do centro antigo, consolidado a partir da década de 1960, especialmente com a construção do eixo de ligação centro-praia representado pela Av. Epitácio Pessoa (iniciada na década de 1930 e só concluída no final da década de 1950), ou antes mesmo quando se urbanizou a lagoa do Parque Sólon de Lucena e a cidade se expandiu em direção aos bairros das Trincheiras e Tambiá.

Todo o bairro do Varadouro e antigo Porto do Capim estão incluídos na área tombada como patrimônio histórico pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba, desde 1982 (Decreto nº 9.484, de 13 de maio de 1982), no núcleo da cidade baixa, definido como “Centro Histórico inicial da cidade de João

Pessoa”⁵⁷ (ver mapa 03, abaixo). Esta última coincide com a área urbanizada da cidade em 1850. São 117 hectares formados por 2.193 lotes, sendo 2.087 edificadas e 180 vazios urbanos.

Mapa 03 - Mapa de localização do Centro Histórico de João Pessoa



Legenda:

	Área de atuação da Comissão do Centro Histórico
	Área tombada pelo IPHAEP
	Área de Transição do Projeto de Revitalização do Centro Histórico

Fonte: Projeto de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa (1987).

⁵⁷ Desde sua origem em 1585 até 1850, o estabelecimento da população e as questões de comércio e segurança definiram-se segundo dois espaços urbanos distintos: A cidade alta – concentrando as funções administrativas, culturais, residenciais e religiosas, e a cidade baixa, onde se localizava o Porto do Capim, às margens do rio Sanhauá, concentrando as atividades de comércio e durante mais de três séculos ponto de saída e entrada da produção local. As residências seguiam uma orientação das vias de ligação, que, partindo da rua Visconde de Inhaúma através da atual rua da Areia, atingiam a cidade alta. A partir da segunda metade do século XX, o processo de ocupação do espaço urbano da cidade passou a se expandir em direção ao mar, ficando a cidade baixa limitada ao comércio local. Com isso, o antigo Porto do Capim, a Alfândega, seus armazéns etc. passaram a ser um *documento* histórico de uma determinada época. O Centro Histórico de João Pessoa continua, portanto, a ser trabalhado segundo essa divisão (*Projeto de Revitalização do Centro histórico de João Pessoa*, 1998: 08).

A área-alvo dos processos de revitalização de 1998 (Praça Anthenor Navarro e Largo de São Frei Pedro Gonçalves) é, portanto, marcada pelo ecletismo dos estilos arquitetônicos presentes nos edifícios do *Hotel Globo*, da *Casa n° 02*, nas residências e na Igreja ao redor do largo de mesmo nome - São Frei Pedro Gonçalves -, na Praça Anthenor Navarro e no conjunto urbano eclético que a rodeia, incluindo-se exemplares da fase *art déco* e *art nouveau* - um protomodernismo da arquitetura racionalista européia do mesmo período⁵⁸. As reformas urbanas de 1920/30 na capital paraibana seguiram a tendência que proliferava em todo o país e que buscava uma imagem moderna de cidade através de grandes reformas (ver arquivo de fotos em CD-ROM).

A partir do alargamento das ruas Maciel Pinheiro e João Suassuna, foi construída a atual Praça Anthenor Navarro, substituindo o antigo beco que as ligava ao Largo de São Frei Pedro Gonçalves. A Praça Anthenor Navarro e o Largo de São Frei Pedro Gonçalves compõem, junto com o Porto do Capim, às margens do rio Sanhauá, as principais áreas-alvo de intervenções revitalizadoras, sobretudo, a partir de 1998. Foi exatamente a área da Praça Anthenor Navarro uma dos espaços cuja modernização embelezadora do seu casario substituiu os velhos sobrados comerciais oitocentistas (exemplares barrocos e coloniais) por edificações que começavam a adotar elementos da arquitetura européia, sobretudo, francesa (ver fotos 11 a 15 anexas, em CD-ROM).

O patrimônio cultural do centro histórico de João Pessoa envolve sítios com características da arquitetura militar, civil e religiosa brasileira sob influência européia, com exemplares remanescentes dos seus mais de quatro séculos de existência. Todavia, no que se refere às últimas intervenções realizadas, a área-alvo das políticas

⁵⁸ A exemplo do edifício da Secretaria das Finanças, obra de Clodoaldo Gouveia, um engenheiro-arquiteto capixaba, um dos principais profissionais do setor de construção civil que chegou à capital atuando nos trabalhos empreendidos pelos governos locais no sentido de modernizar a paisagem da cidade. Muitos deles eram estrangeiros, como Hermenegildo Di Lácio, Pascoal Fiorilo e Giovanni Gioia; outros, como Olavo Freire, eram paraibanos formados em universidades de Paris ou do Rio de Janeiro.

de *gentrification* da segunda metade da década de 1990 foi uma praça reformada na década de 1930, após a demolição de um casario oitocentista. Essas reformas demolidoras e modernizadoras podem ser identificadas como uma *protogentrification* (Smith, 1996 apud Leite, 2001) do patrimônio cultural da cidade. Assim, a atual *gentrification* da Praça Anthenor Navarro, do Largo de São Pedro Gonçalves e adjacências segue o modelo precursor do século XIX na Europa e início do século XX no Brasil, criando cenários urbanos enobrecidos. Sobre esse modelo, afirma Benjamin:

“O ideal urbano de Haussmann consistia no traçado de longas e alinhadas fileiras de ruas. Este ideal corresponde à tendência, constantemente visível ao longo do século XIX, para enobrecer as necessidades técnicas com pseudo-finalidades artísticas. Os templos do poder espiritual e temporal da burguesia haveriam de alcançar a apoteose enquadrados por fileiras de ruas que, tal como os monumentos, eram tapadas com uma tela e descerradas no dia da inauguração” (1997:75).

Esse modelo se expandiu para diversas cidades da própria França (Lyon, Marselha, Montpellier e Toulouse), como ressalta Benévolo (1989), mas também para cidades da Itália como Roma, Bolonha, Florença, cidades da Alemanha como a Berlim de Simmel no final do século XIX. Eram, portanto, os ecos das reformas urbanas européias que chegavam ao Brasil com o advento da República, no momento político do final do século XIX e início do século XX, difundindo o ideário de uma cidade saneada, ampla e moderna e dos seus principais edifícios como símbolos do poder, em sua variação de estilos, significando a construção da imagem de cidades que invocassem os ideais liberais em ascensão.

Este modelo de cenário moderno era representado pela figura do *flâneur* que a percorria em busca do refúgio na multidão (Benjamin, 1997). Era, também, marcado pelo início de um conflito entre indivíduo e sociedade, entre cultura interior e cultura exterior, identificado por Simmel (2000a) como formas típicas urbanas que marcariam

as interações sociais nas grandes cidades. Era um moderno estilo de vida que já apontava a cidade como o lugar histórico das questões-chave da sociedade moderna. A heterogeneidade, a frequência e a intensidade dos estímulos produziam uma experiência-limite de ameaça à própria identidade individual diante das pressões e demandas em uma sociedade que se apresentava a cada dia como mais numerosa e diferenciada.

Tais características em termos das reformas urbanas efetivamente existiram. Apesar de João Pessoa, no início do século XX, ser uma cidade pequena em relação às demais cidades brasileiras, era a capital do Estado da Paraíba (em sua fase de maior visibilidade nacional) e concentrava as inovações tecnológicas e os modernismos da época. Além disto, apesar de muitos dos elementos dessa *crise do indivíduo moderno* já se tornarem visíveis nessas cidades menores e em processo de modernização, não se pode afirmar que as reformas *haussmanianas* do centro antigo da cidade de João Pessoa tiveram, para a vida pública, o mesmo efeito verificado na experiência européia. Não só na Paraíba, mas em todo o Brasil do início do século XX, mais do que ausências de praças, havia a falta de uma cultura pública que obscurecia os limites entre o público e o privado⁵⁹.

⁵⁹Através das análises de Freyre (1992) e DaMatta (1997), podemos sintetizar o que ocorria no Brasil em termos de uma inversão entre as esferas pública e privada. O espaço familiar da casa era visto como o lugar de realização pessoal, enquanto o espaço público da rua era visto como um espaço de caráter privativo, mais por um excesso de *familismo* decorrente da inexistência histórica de uma cultura política que dissociasse as esferas pública e privada do que por uma salvaguarda ao excesso de exposição pública. Pode-se dizer que, em parte, essa hipertrofia da vida íntima decorria da particular trajetória das relações entre Estado e sociedade civil que, muitas vezes, se fundiram na linha tênue que separa as duas esferas. Teria, então, surgido na vigência dessa cordialidade entre as duas esferas, um tipo particular de modernização sócio-econômica que debilitaria até hoje os arranjos institucionais da nossa experiência democrática (Coutinho, 1980; Weffort, 1984). Nesse contexto, os conceitos de “*Cidadania concedida*” (Sales, 1994) e de “*Cidadania regulada*” (Santos, 1979) ganham sentido. O primeiro enquanto direitos concedidos na vigência da cultura política da dádiva e do “fetiche da igualdade” (Sales, 1999) e no segundo, quando cabe ao Estado definir o estatuto da cidadania configurando uma ausência de uma clara distinção entre público e privado e de uma sociedade civil que possa se contrapor ao Estado, como esfera alternativa de exercício da cidadania. No Brasil, só muito recentemente, na trajetória política dos movimentos sociais (Sousa Santos, 1997), tem sido alterado esse padrão de participação pública. A vida pública moderna, formada por diferentes e desiguais modos

Com efeito, o exemplo-modelo seguido no final da década de 1990 pelos órgãos que implantaram a revitalização da Praça Anthenor Navarro e do Largo de São Frei Pedro Gonçalves foi o das reformas do *Recife Antigo* – exemplo paradigmático das atuais práticas de *gentrification* do patrimônio cultural e da atuação dos órgãos do patrimônio nacional como parceiros deste processo, junto com a iniciativa privada e órgãos públicos municipais e estaduais. O modelo mais próximo da realidade cultural da cidade de João Pessoa é o caso do *Recife Antigo* - exemplo nacional no desenvolvimento do *Projeto Cores da Cidade*, da Fundação Roberto Marinho e empresas privadas, exitoso após a experiência do Rio de Janeiro -, estimulando a participação desse tipo de ação em outras localidades, mesmo sem esta vinculação institucional específica, mas também voltadas para a construção de cenários urbanos para consumo turístico e dinamização cultural.

Dessa forma, após Recife ter realizado com êxito o *Projeto Cores da Cidade*, repercutindo na mídia em âmbito nacional, juntamente com a revitalização do *Pelourinho*, em Salvador-BA, e aproveitando as influências do tombamento do eclético *Bairro do Recife*, em 1998, outras experiências foram estimuladas, uma vez que aquele tombamento significou a alteração dos parâmetros estilísticos utilizados pelo IPHAN nas práticas de preservação no Brasil, até então baseadas no modelo modernista do barroco-colonial mineiro. A esse respeito, ressalta Leite,

“A análise do pedido e do processo de tombamento demonstra que o reconhecimento do velho bairro como patrimônio nacional se deu, em parte, devido ao bem sucedido processo de *gentrification* em curso, que tem atraído a atenção de investidores e usuários para as novas potencialidades dos usos econômicos do local” (2001:91-93).

de inserção social, tem se constituído em um dos desafios da democracia, na qual a cidadania tem sido definida mais como um “artefato político cultural” (Arantes, 1996:10), resultante de processos pelos quais as pessoas elaboram cidadania, ampliando assim a noção de direitos que passa a incorporar à legitimação das diferenças culturais e alterando os conteúdos das reivindicações e as formas efetivas de organização e participação políticas.

Porém, significou também a retomada da noção de usos públicos das áreas de patrimônio no contexto das políticas de revitalização urbana de sítios históricos. Essas novas potencialidades estilísticas do ecletismo parecem servir bem para uma política disposta a tudo adaptar para a otimização do desempenho econômico dos lugares e para atualizar duas questões-chave que caracterizaram também as áreas reformadas dentro da perspectiva do *estilo de vida moderno* do início do século XX e que Simmel (apud Waizbort, 2000:311-340) registra nos seus ensaios sobre as condições de vida nas cidades grandes, sobretudo Berlim do segundo Império: a construção de uma paisagem moderna da cidade ligada ao progresso; a inserção internacional da nação e a redefinição dos usos públicos do espaço urbano, através de práticas que pretendiam higienizar, desobstruir e embelezar as cidades.

Percebem-se aqui as aproximações entre a difusão do ecletismo, a partir do modelo francês da Paris de Haussmann, e as políticas de *gentrification* nas cidades históricas, cujos centros antigos foram reformados no início do século XX dentro das políticas urbanísticas então em voga. Essas aproximações se dão, não apenas porque os bairros objeto das políticas de *gentrification* são, na grande maioria, conjuntos ecléticos (pelo menos dos exemplares das cidades brasileiras), mas também porque o tipo de sociabilidade pública que se pretende estimular com tais políticas recoloca em debate os usos públicos de espaços urbanos segmentados, base das políticas dos *quartiers* da Paris eclética do final do século XIX (Benjamin, 1985:41-42).

Estes usos que as políticas de revitalização no Brasil pretendem incrementar se apóiam no argumento de que tais áreas formam espaços sem vitalidade, enquanto centros urbanos voltados às práticas sociais de encontro, habitação e convívio da população, vitalidade esta supostamente perdida nos anos 1960. Este argumento a respeito do centro histórico da cidade de João Pessoa passou a ter grande ênfase com a

idéia de que as reformas embelezadoras, descongestionadoras do trânsito das mercadorias e dos meios de transporte teriam favorecido o esvaziamento da habitação, acentuando o caráter comercial do bairro do Varadouro, o mais antigo da cidade, concentrando atividades econômicas e financeiras ligadas ao Porto e ao comércio interno.

Reforça-se, assim, a atual justificativa para implantação da *gentrification* nessas cidades, uma vez que estariam apenas incrementando uma singularidade já construída no início do século, que formatou o predomínio do perfil comercial dos centros históricos. Entretanto, a dimensão social das atuais políticas de patrimônio fica obscurecida ao se afirmar que essas áreas a serem revitalizadas eram abandonadas e desertas, pois de fato sempre foram carentes de benefícios públicos, nunca de pessoas. A grande maioria dos centros históricos que pesquisamos durante a revisão bibliográfica desta tese possuía áreas de favelas ou comunidades de baixa ou nenhuma renda que fizeram delas, refúgios para suas famílias, buscando nas áreas portuárias *abandonadas* um porto seguro para sua moradia. Ainda que desprovidas de usos públicos, possuíam suas próprias sociabilidades cotidianas.

Daí resulta que parte dos impactos conflitantes que as políticas de *gentrification* têm para uma redefinição dos usos públicos e das sociabilidades da cidade contemporânea se deve ao fato de negligenciar esses moradores, considerados quase como *invisíveis*, mas que também imprimem ao patrimônio usos e sentidos. A dimensão habitacional dessas áreas é histórica e, no caso do bairro do Varadouro (em especial, rua da Areia, Largo de São Pedro Gonçalves, Porto do Capim e adjacências), o local sempre foi habitado desde quando havia os sobrados que uniam casas e comércio até depois do fechamento do Porto, às habitações precárias nas margens do

rio e na rua da Areia. Esta, área nobre no início do século, passou a conviver, a partir da década de 1940, com a proliferação de prostíbulos e casas comerciais.

Ao longo dessa construção de uma paisagem moderna de Brasil expressa no embelezamento funcional das grandes e largas avenidas da capital paraibana, a redefinição dos usos públicos do espaço da cidade – centrada nas atividades comerciais – significou também uma reapropriação dos lugares da vida cotidiana do centro antigo, em especial da cidade baixa no bairro do Varadouro. Procuramos, assim, através da recuperação de alguns aspectos da época da gênese urbana da cidade de João Pessoa, observar como o antigo centro comercial da cidade foi lugar de trocas em meio aos sobrados e casas térreas residenciais, lugar de boemia também, assinalando os nexos entre uma especificidade do passado e as singularidades atuais.

2.2. Gênese urbana e reformas urbanísticas no Centro Histórico da cidade de João Pessoa: início e fim do século XX

A cidade de João Pessoa foi fundada em 05 de agosto de 1585, numa aliança entre os portugueses e os índios tabajaras, sob o nome de Nossa Senhora das Neves. Poucos meses depois, recebeu o nome de Filipéia de Nossa Senhora das Neves, em homenagem ao rei da coroa Ibérica, Dom Felipe II, sob cujo domínio Portugal, e por extensão o Brasil Colônia, se encontrava (Silveira, 1997)⁶⁰.

Fundada às margens do rio Sanhauá e ocupada em sua parte mais alta segundo um traçado regular, a forma como a configuração da cidade foi definida seguiu a orientação dominante no Brasil dos núcleos urbanos fundados no século XVI, a exemplo de Olinda, Rio de Janeiro e Salvador. Martim Leitão seguia, portanto, o rito de fundação de grande parte das cidades brasileiras, no mesmo período, ao fundar a

⁶⁰ Silveira, Rosa Maria Godoy. A conquista de uma terra bravia. In: A Capitania Real: mimeo, 1997.

cidade de N. S^a das Neves “fluvial, abrigada e defendida na foz do Rio Paraíba pelo sistema defensivo de fortificações” (Menezes, 1985). Escolhe um sítio elevado, constrói o Forte do Varadouro (1585) situado onde posteriormente foi erguida a casa da Pólvora na ladeira de São Francisco. Constrói, ainda, a Igreja de N. S^a das Neves no mesmo lugar da atual, local escolhido pelos jesuítas pela proximidade com as aldeias tabajaras, construindo também a capela de São Gonçalo. O prédio que reunia as Casas de Câmara, Cadeia e Açougue foi construído em frente à Matriz, mudando-se depois para a rua Direita (hoje rua Duque de Caxias) passando ao domínio dos frades beneditinos que o compraram em 5 de abril de 1612, construindo ali o Conjunto Beneditino (Igreja e Convento de São Bento) - o primeiro monumento restaurado pelo *Projeto de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa*, através no Convênio Brasil/Espanha (Ver foto 16, anexo em CD-ROM).

Essas poucas edificações erguidas quando da fundação da cidade são quase todas, hoje, patrimônios histórico-culturais da cidade de João Pessoa, à exceção daquelas demolidas quando das reformas urbanísticas do início do século XX. Preservadas em suas características arquitetônicas e históricas, muitas delas estão atualmente comprometidas pela falta de uso ou subutilização.

Através de uma cartografia dos séculos XVII, XVIII e XIX, é possível identificar outros monumentos importantes da cidade como os conjuntos dos franciscanos, dos carmelitas e dos beneditinos, além da Casa de Misericórdia. Em especial, através da planta da cidade do Atlas do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, é possível conhecer as ruas mais antigas de João Pessoa e sua regularidade e, até mesmo, a racionalidade do traçado urbano do núcleo original⁶¹

⁶¹ No Brasil, tudo indica que uma ordenação rígida no traçado das cidades não chegou a configurar o poder centralizador e realizador do domínio cultural, à maneira hispano-americana. Sérgio Buarque de

(Ver estampas da cidade no século VII no arquivo de fotos, anexo, em CD-ROM). Este último, um aspecto inusitado, é ressaltado por Menezes,

“A cidade da Paraíba, portanto, à altura do século XVII, durante o domínio holandês, conservava seu aspecto definido, desde os seus primeiros dias, como de uma cidade de plano regular, com quadras e traçado das ruas em disposição ortogonal, seguindo as diretrizes das cidades novas derivadas dos planos renascentistas, embora com as adaptações necessárias e decorrentes da implantação em suas origens da praça principal, deslocada para o lado do rio, onde se situam a Matriz de N. S^a das Neves e a Casa de Câmara e Cadeia c/ Açougue. Na verdade, tão logo se pode, se transferiu à Câmara e a praça do mercado para o centro da cidade, embora não se tenha transferido a igreja principal. O plano regular da cidade antecipa aquele da cidade Maurícia de 1637 e trás o Brasil as novidades conhecidas na fundação das cidades novas. Seria a influência de Cristóvão Lins ou do Mestre de Obras de El-rei o ponto fundamental para a escolha do traçado regular, tão racional, da cidade? Na verdade, o aspecto regular desse primeiro núcleo tem passado despercebido, porquanto a cidade é vista em conjunto com as ampliações que ocorreram depois ao se estender para a direção do Varadouro e do parque Sólon de Lucena, ampliações irregulares, no traçado urbano, como veremos” (1985:15).

Foi apenas nas últimas décadas do século XIX, após a abolição da escravatura e a Proclamação da República, que começaram as reformulações mais radicais no espaço urbano e na vida social da capital paraibana. Intensificou-se o comércio local, sobretudo na cidade baixa, enquanto bairros residenciais como *Trincheiras* e *Tambiá* começaram a crescer e a abrigar a população mais abastada da cidade. Todavia, sua expansão se acentuou com a implantação do bonde a tração animal, em 1896, pela Companhia Ferro-Carril – cujo percurso inicial fazia a ligação da cidade baixa com esses dois bairros que abrigavam a elite local. Essa expansão urbana⁶² do final do

Holanda, em seu clássico, *Raízes do Brasil* (1936), quando se refere aos esforços de colonização, compara Portugal ao *semeador* e a Espanha ao *ladrihador*. Porém, é com um certo esforço que se observam regularidades no traçado de Salvador (1549) e de São Luís (1612) e, até mesmo, em Mariana no ciclo mineiro do século XVIII, também correspondendo ao esforço ordenador de cidade desenhada.

⁶² Segundo Milton Santos, em *A Urbanização Brasileira*, “o índice de urbanização pouco se alterou entre o fim do período colonial até o final do século XIX e cresceu menos de quatro pontos nos trinta anos entre 1890 e 1920 (passando de 6,8% a 10,7%), foram necessários apenas vinte anos, entre 1920 e 1940, para que essa taxa triplicasse passando a 31,24%. A população concentrada em cidades passa de 4.552,00 em 1920 para 6.208.699 em 1940” (1996:22). A urbanização brasileira teria, após 1940-50, ganho enorme relevo passando *os nexos econômicos* a se impor à dinâmica urbana na totalidade do território, enquanto as funções administrativas passaram também a se tornar mais relevantes. Segundo

século XIX, contudo, não destruiu o espaço colonial, núcleo antigo da então cidade da Parahyba. Isso só veio a ocorrer em grande parte nas reformas posteriores de 1920/30.

As reformas urbanísticas das décadas de 1920/30 sublinham duas problemáticas que seriam centrais para o Varadouro, na cidade baixa, e para o centro histórico da cidade de João Pessoa até os dias atuais: a sua transformação em área predominantemente de comércio e o processo posterior de esvaziamento das suas funções habitacionais. A cidade baixa foi ligada ao comércio e, desde então, começou a se formar um perfil da vida urbana cotidiana, nessa parte da cidade, baseado na concentração de serviços e atividades comerciais, e muitas vezes atividades comerciais e habitacionais num mesmo sobrado.

Porém, também abrigava os bordéis nos quais as prostitutas atendiam à população de marinheiros, soldados, operários e membros da elite política e comerciante local. Essa fama de *zona de prostituição* que o Varadouro, tinha e ainda tem, partia em especial da rua Maciel Pinheiro – principal rua comercial da cidade até meados do século XX – e da rua da Areia – tipicamente residencial até 1940. Ir à rua Maciel Pinheiro depois das dez horas da noite era ir aos bordéis, enquanto durante o dia as prostitutas se recolhiam e as pessoas *de bem* circulavam normalmente. Mas era na rua da Areia onde se localizava o mais tradicional dos *lupanares* da cidade, a *Boate da Osana*, freqüentada apenas pelos membros da elite local.

Se os deslocamentos de grande parte das atividades residenciais da cidade baixa para os bairros *Trincheiras* e *Tambiá* faziam acentuar e combinar comércio e

Santos (1996:25), a população residente na cidade de João Pessoa entre 1872-1940 se distribuía da seguinte forma: 1872 - 24.714; 1890 - 18.645; 1900 - 28.793; 1920 - 52.990; 1940 - 71.158. Destaca-se a redução da população no final do século XIX e o crescimento gradativo após o início do século XX, sobretudo entre 1920 e 1940. Atualmente, com uma população de mais de 500.000 habitantes, pode ser classificada como uma “grande cidade média” (Santos, 1996:86). Ainda segundo Santos, de 1970 a 1991, o número de municípios com população entre 200.000 e 500.000 habitantes aumentou de 33 para 85 e aqueles acima de 500.000 de 14 para 25.

prostituição – que em certa medida permaneceu ao longo do tempo – contribuíram também para caracterizar as sociabilidades nessa área, segundo dois momentos distintos: o dia e a noite. O dia com o comércio, os serviços, etc. e à noite com a boemia e a prostituição. Acentuava-se, assim, ao longo das décadas de 1950/60, a imagem do centro da cidade como área de risco, despovoada e marginal durante a noite. Já a área comercial era barulhenta, movimentada, heterogênea em termos de seus usuários e das atividades de comércio varejista, atacadista, serviços, administração, transportes – no centro, até hoje, onde sempre circularam os principais meios de transportes da cidade. Lá se localizam a estação ferroviária (Companhia Brasileira de Transportes Urbanos - CBTU, antiga Conde D’Eu e RFFSA), o terminal rodoviário e o terminal de ônibus intermunicipal (antes circulavam os bondes).

Logo que começaram as reformas urbanísticas na capital, em especial aquelas do início do século XX, foram descaracterizados os traçados urbanos coloniais do patrimônio arquitetônico e abertas em seu lugar largas avenidas e *park ways*⁶³, bem como novas praças, jardins públicos e avenidas comerciais. No lugar dos sobrados e casas térreas geminadas, muitas delas dos séculos XVII e XVIII, foram erguidos grandes prédios monumentais e conjuntos urbanos no discutido estilo eclético - modelo característico da época liberal da arquitetura francesa do final do século XIX. Iniciava-se o processo de realocação da tradição e de alterações na sociabilidade nos espaços públicos da cidade, no sentido de se constituir um novo *estilo de vida*, compatível com uma *forma urbana moderna*.

Desta forma, a cidade de João Pessoa, durante os primeiros anos do século XX, passou por um longo processo de reformas e modernização urbana resultantes das

⁶³ Eram avenidas com pistas reservadas para passeios e atividades desportivas. Termo utilizado no urbanismo inglês das cidades-jardim de E. Howard e R. Parker.

ações sucessivas de alguns governantes, com o objetivo comum de construir uma imagem moderna para a cidade. Alteraram-se, assim, desde o traçado das ruas e a infra-estrutura, até sua arquitetura. Foi o período da realização do saneamento da capital pelo renomado engenheiro sanitarista Saturnino de Brito (1913), que havia realizado os planos sanitaristas do Rio de Janeiro, Santos e Recife, entre outras cidades. Foi também o período de implantação do plano urbanístico de João Pessoa (*Plano de Remodelação e Extensão* da cidade de João Pessoa), elaborado pelo urbanista e arquiteto Nestor de Figueiredo (iniciado na década de 1930). Iniciavam-se tais reformas incentivadas pelo clima favorável ao Estado da Paraíba no cenário político nacional, mas também pela atuação de políticos estaduais como o presidente Epitácio Pessoa⁶⁴ e ao alinhamento do Estado com o movimento revolucionário de 1930. Uma arquitetura e estilos de vida modernos chegavam à Paraíba nesse período.

Nas revistas, jornais e publicações desse período, eram comuns as expressões *vida civilizada, moderno, progresso*, demonstrando as ambigüidades entre tradição e modernidade que já se expressavam no imaginário da cidade. Celso Mariz (1939), intelectual ativo das décadas de 1920 e 1930 na capital, relata que o entusiasmo de seus contemporâneos com o ambiente cultural da capital era tanto que “não escondem a sua admiração pelo espírito de progresso”⁶⁵.

Contudo, se de um lado, alguns segmentos políticos e intelectuais eram influenciados pelas idéias de modernidade, por outro, parte das oligarquias de base rural que detinha o poder não tinha tanto interesse em se desligar das tradições. A oligarquia açucareira localizada no litoral, sobretudo na capital, na década de 1920, estava perdendo o seu poderio frente à oligarquia algodoeira que ocupava a região

⁶⁴ Primeiro como senador, obtendo recursos para obras contra a seca de 1915, e depois como Presidente da República (1918-1922).

⁶⁵ Mariz, Celso, In: Paraíba Turística – Guia da cidade de João Pessoa – 1939. s/p.

sertaneja⁶⁶. Desse modo, o caminho foi a exaltação da tradição⁶⁷ cuja expressão maior talvez tenha sido o movimento regionalista, emergente em Pernambuco com o sociólogo Gilberto Freyre⁶⁸, ganhando voz na Paraíba através de José Lins do Rego, entre outros. Havia, assim, a necessidade de reafirmar-se, através de discursos tradicionais, a importância da sociedade de base tipicamente rural que se sentia abalada diante das novas formas de vida urbanas e sociais que emergiam.

Observa-se, assim, o tipo de paisagem, de imagem da cidade e de tradição que se tenta *relocalizar* no final de século XX com os projetos de *gentrification* urbana. São justamente imagens representativas do período de maior apogeu, em termos políticos e econômicos, do Estado da Paraíba e de formação de um estilo de vida moderno na capital, que tinha na construção de praças públicas, edifícios ecléticos, *art nouveau* e *art déco*, a expressão do progresso e da imagem de cidade moderna

⁶⁶ A produção açucareira na Paraíba, segundo Eliete Gurjão, entre 1920 e 1924, passou por crises, com relativo aumento no ano de 1924 devido à substituição dos cafezais por cana-de-açúcar. Porém, desde o final do século XIX, era o algodão o produto mais importante da economia paraibana, provocando a ascensão de uma oligarquia algodoeira. (In: Morte e Vida das Oligarquias – Paraíba (1889-1945), João Pessoa, Ed. Universitária, 1994:26-27).

⁶⁷ As forças rurais eram bastante fortes. Através de artigo publicado na Revista Era Nova, Epitácio Pessoa criticava as obras de Walfredo Guedes Pereira, afirmando que havia mais utilidade se fossem feitos os mesmos gastos com abertura de açudes contra as secas (Mello, José Octávio de Arruda e Aguiar, Wellington. Paraíba de Quatro Séculos, João Pessoa, FUNCEF, 1985:134-134).

⁶⁸ Muitos artigos foram publicados por Gilberto Freyre, fazendo críticas às transformações do espaço urbano e à perda das tradições. Um destes artigos encontra-se na Revista Era Nova nº 1, de abril de 1925. Intitulava-se: “*Fisionomia das novas cidades*”, no qual Freyre afirmava:

“(…) Hoje, a Parahyba é uma cidade a sangrar: retalhou-a a cirurgia esthetica dos engenheiros, para reduzir todo aquele zig-zag a segmetria. Debalde tem dito lá o Sr. Saturnino de Brito o que tantas vezes disse aqui: que a cidade pode adquirir conveniências modernas sem perder o seu caráter, e a igrejas velhas... todo o espírito da Parahyba nova, está ao meu ver, naquela horrível águia com um globo de luz elétrica no bico na rua principal da cidade e sobre um dos nossos palacetes oficiais. É contra esse haussmanismo estúpido que é preciso movimentar o sentimento de uns e a inteligência de outros, para que não desapareça de todo das nossas cidades a expressão da nossa vida e do nosso espírito. O congresso regionalista realizará, com relação a este assunto, a obra de educação que já devia ter sido iniciada. É um relógio despertador que retine atrasado. Mas em tempo, ainda, de despertar, vontades, sentimentos, forças dispersas” (Grifo nosso).

Assim, entendia Freyre, do mesmo modo que também diversos outros cronistas que publicavam nas revistas semanais e quinzenais da capital de forte penetração nas elites locais: a cidade enquanto representação cultural deveria ser poupada dessa síndrome de *haussamanismo* que destruíra, junto com as antigas ruas da capital paraibana, a tradição cultural. A cidade se modernizava em meio às discussões sobre a tradição e o moderno. No caso urbano, a tradição deveria ser preservada em sua imagem, assim como as representações sociais do patriarcado rural que começava a se enfraquecer com o modo de vida urbano, e que não era compatível com o controle tradicionalista.

pretendida. Posteriormente, esta imagem foi frustrada pelas crises políticas e pela morte do seu principal líder, João Pessoa, desencadeando, inclusive, uma estranha mudança de nome da capital do Estado, objeto de polêmicas entre os moradores da cidade, discussão que, em parte, até hoje permanece (Honorato, 1999).

Dava-se, assim, o processo de *relocalização* da tradição na capital paraibana, hoje reforçado com a revitalização da Praça Anthenor Navarro e adjacências. A tradição que se desejou preservar - a imagem de cidade insistentemente perseguida durante as primeiras décadas do século XX pelos governadores e prefeitos da cidade de João Pessoa - não era aquela das *origens da cidade* de caráter colonial, embora já inovador, no traçado regular e simbólico do eixo central no qual se estruturou a cidade alta, nem a maneira mais espontânea, com suas ladeiras e becos, pela qual foram construídos os casarios oitocentistas marcantes no bairro do Varadouro, quando das reformas do início do século XX. Desejava-se criar na cidade de João Pessoa uma nova imagem de beleza, associada ao estilo de vida moderno das grandes cidades européias e brasileiras, com suas avenidas largas para circulação de automóveis, suas praças e jardins públicos arborizados para os passeios dominicais.

O *Plano de Remodelação e Expansão* da cidade de João Pessoa, proposto em 1932 pelo arquiteto e urbanista Nestor de Figueiredo, é a expressão maior dessas aspirações modernistas. Por exemplo, no Parque Sólon de Lucena, foram construídos um passeio contornando todo o perímetro da lagoa, um cais e uma moderna avenida, a *park-way* (ver fotos, anexo, em CD-ROM), esta última com 50 m de largura, “*um vasto boulevard nordestino*” (Mariz, 1939). Foram construídos, também, um cassino e uma fonte luminosa. Uma *Comissão do Plano da Cidade* foi criada, composta pelo próprio Nestor de Figueiredo, tendo Anthenor Navarro como presidente (depois substituído por Gratuliano de Brito após sua morte), pelo prefeito da capital e da vila

de Cabedelo (então subordinada a João Pessoa), e por diversas outras autoridades: representantes da igreja, da educação, do comércio e da imprensa local.

A partir dessa *Comissão*, foram constituídas as subcomissões como a de *Alinhamento das Ruas*, que se acredita ser responsável pela destruição de várias construções e até quarteirões coloniais inteiros, em especial, aqueles localizados na cidade baixa (bairro do Varadouro e área de comércio e de moradia no início da formação da cidade de João Pessoa), apenas para corrigir o traçado irregular e tortuoso das ruas e avenidas, ajustando-as a um percurso mais regular. Essa vontade de vincular a cidade de João Pessoa a um processo de modernização nacional, nos moldes europeus, foi exposta pelo arquiteto e urbanista Nestor de Figueiredo (1932:85), no *Almanach do Estado da Paraíba – 1932*:

“A cidade de João Pessoa e a vila de Cabedelo, pela vontade inteligente de seus homens de governo, vão incorporar-se às organizações urbanas universais e constituirão, com mais algumas cidades do Brasil, a vanguarda do movimento urbanista de nossa pátria (...). Para o desenvolvimento racional encaram-se as necessidades econômicas, os problemas de tráfego e higiene, o funcionamento das indústrias, enfim tudo que constitui o movimento dos grandes núcleos de condensação demográfica cujo progresso não se deve processar desordenadamente”.

A parte da cidade mais alterada seria, segundo esse Plano de Remodelação, o centro antigo, na cidade baixa. Uma proposta inicial de transferência da estação ferroviária para o local onde se encontravam alguns edifícios industriais e armazéns da cidade, próxima à ponte do rio Sanhauá, representava uma preocupação com os aspectos estéticos de entrada na cidade pela estrada de ferro que vinha do interior. Foi pensada uma grande esplanada em substituição a toda essa área da cidade baixa, que se desenvolveria às margens do rio Sanhauá e a construção de uma Praça de Desembarque. Estava previsto ainda um zoneamento das atividades comerciais da área, bem como mudanças no sistema viário que fazia a ligação com a cidade alta. As

áreas de expansão da cidade, em direção às praias e à região das Trincheiras, ao sul da cidade, também eram privilegiadas nesse primeiro plano urbanístico para João Pessoa, com a abertura de avenidas, a exemplo da *park-way*, com passeios para pedestres, para veículos e para equitação.

Enfim, foi uma proposta que explorou conceitos modernos na época, como o zoneamento de atividades no espaço urbano, inspirado nos projetos de Tony Garnier (1904) e Les Corbusier (1922) para Paris, nos *bairros-jardins* inspirados no conceito de *cidade-jardim* de Ebenezer Howard (1898) para Londres e que já haviam sido utilizados no Brasil nos bairros residenciais de São Paulo pela Companhia *City*, como o *Jardim América*, em 1917, seguidos pelo *Pacaembu*, *Jardim Europa*, *Jardim Paulistano*, entre outros (Reis Filho, 1994)⁶⁹.

Embora o referido Plano de Remodelação e Extensão para a cidade de João Pessoa não tenha sido executado em sua totalidade, muitas de suas idéias foram utilizadas posteriormente em intervenções no espaço urbano da capital, a exemplo do traçado do bairro da Torre, da construção da *park-way* da lagoa e da criação, já nas décadas de 1960-1970, da Cidade Universitária e do Centro Administrativo da cidade, proposta que Nestor de Figueiredo chamava em seu plano urbanístico de “Centro Cívico” e “Centro Universitário”.

Desse modo, o Plano de Remodelação e Extensão da cidade de João Pessoa da década de 1930, bem como as ações reformadoras e sanitaristas iniciadas desde meados do século XIX, foram bem sucedidos no sentido da reafirmação de uma nova imagem da cidade, reflexo da ascensão dos republicanos ao poder político e da participação da elite algodoeira e canavieira na economia paraibana. Essas ações não

⁶⁹ Nestor Goulard Reis Filho. *Algumas experiências urbanísticas do início da República: 1890-1920*. Cadernos de Pesquisa do LAP nº 1, USP, agosto de 1994.

se restringiram apenas ao embelezamento dos espaços públicos e dos serviços de infraestrutura. Construir uma imagem moderna e sintonizada com a nova condição econômica teria que passar pela renovação na arquitetura e nos modos de vida na capital.

A arquitetura do período colonial, identificada na época como resquício de pobreza, não era mais condizente com o clima de prosperidade e riqueza pelo qual a Paraíba parecia passar. Num primeiro momento, a arquitetura eclética, e depois as influências das vanguardas do modernismo europeu, reproduziram os europeísmos da época, criando um ambiente para as sociabilidades da nova elite emergente. Entretanto, como afirma Leite (2001:148), o que houve, de fato, foi uma verdadeira “síndrome de Haussmann”, referindo-se não apenas às reformas no bairro do Recife, mas em todas as cidades brasileiras, em seus centros comerciais, no início de século XX.

Essas reformas alteraram a paisagem arquitetônica e tentaram mudar hábitos públicos, atribuindo funções aos espaços urbanos e deslocando o eixo das sociabilidades públicas. Porém, a sensação que temos é de que havia, e ainda há, um descompasso entre a implantação dessas políticas urbanísticas embelezadoras e as formas nas quais as esferas de sociabilidades pública e privada sempre se fundiram no Brasil. O excesso de familismo na Paraíba, como no Brasil, não apenas retardou a emergência de uma cultura pública como igualmente desconfigurou a esfera privada, transformando-a numa esfera pessoal e não em um estilo de vida próprio ao indivíduo. A esse respeito, Martins (2000) ressalta: “Ele (o privado, no Brasil) não funda uma consciência social moderna e impessoal. A pessoa continua no centro das relações sociais, não o indivíduo e a trama de relações sociais contratuais de que ele é parte” (2000:53).

As reformas do início do século na cidade de João Pessoa, ao transformarem o centro antigo num espaço moderno de comércio e serviços, não representaram uma exacerbação da intimidade e um colapso da vida e do homem públicos, conforme aponta Sennet (1998) quando se refere às reformas de Haussmann em Paris. A idéia de que a moderna intimidade familiar burguesa, como refúgio dos males sociais, teria minado a importância das relações públicas na vida cotidiana não explica a relação entre o público e o privado no Brasil. Entretanto, tem valor heurístico porquanto o que Sennet descreve como característica da cultura pública na modernidade – intimidade exacerbada – já existia no Brasil do início do século, expressa no familismo ou numa política de parentela que dificultou a consolidação de uma cultura verdadeiramente pública.

A reapropriação do centro antigo da cidade firmou-se, cada vez mais, nas décadas seguintes, principalmente através de instituições bancárias e organizações ligadas ao comércio e às pequenas indústrias. Esse processo representou a construção de uma imagem do centro antigo da cidade, em especial do bairro do Varadouro, com desdobramentos políticos e uma utilização dos espaços marcada por uma tendência à concentração de atividades comerciais, sendo as funções habitacionais sempre vistas como residuais a partir de então. Bairro de negócios durante o dia e local da boemia da capital à noite, configurava-se nesse início de século enquanto tendências de usos do espaço público do centro da cidade que marcaram as sociabilidades na área até os dias atuais. Diríamos até que, no final do século XX, foram resgatados diferentes usos e temporalidades do bairro pelos planos estratégicos de revitalização que recriaram, na Praça Anthenor Navarro e no Largo de São Frei Pedro Gonçalves, espaços de boemia que caracterizaram as noites no Varadouro no início do século XX. É preciso, entretanto, frisar que as novas intervenções buscaram modificar o caráter de

marginalidade e de prostituição que também marcaram esse bairro, à medida que o deslocamento da população residente foi se afastando cada vez mais do centro em direção às praias - processo que se consolidou progressivamente a partir das décadas de 1950/1960 em João Pessoa. A transferência de eventos como São João, Carnaval, entre outras atividades culturais da cidade, para essas áreas revitalizadas expressa esses esforços de dinamização cultural e *gentrification*. Em um trecho do Memorial Geral elaborado para o Projeto de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa, dentro do Convênio Brasil/ Espanha em 1987, lê-se:

“O que temos hoje como resultante de todos esses processos de transformações é que a função residencial praticamente desapareceu, e no pouco que resta, percebe-se uma péssima qualidade de vida, chegando mesmo em determinados setores a existir unicamente as casas de prostituição. Dessa forma, ficou quase que totalmente destinadas ao uso residencial as vias que servem de ligação da parte baixa pra a cidade alta...” (Projeto de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa, Estudo Sócio-Econômico, volume 9, 1987:04).

Além disso, na década de 1980, passaram a ser comuns na cidade as demolições completas de prédios históricos na calada da noite, às vezes, por etapas, às vezes, por completo. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba – IPHAEP, criado no final da década de 1970, fez o seu papel ao efetuar o cadastramento ou pré-tombamento dos imóveis situados no centro histórico, providência que dificultou essas demolições, mas não conseguiu impedi-las.

O número de habitantes do centro histórico da cidade João Pessoa, em 1987⁷⁰, era de apenas 3.366, com uma densidade média líquida de 52,5 hab/ha e uma

⁷⁰ Os dados sobre população e área de ocupação por lotes no Centro Histórico de João Pessoa foram fornecidos pela Comissão Técnica de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa e constam do Projeto de Revitalização desenvolvido no Convênio Brasil/Espanha (1987) e do Projeto de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa, atualizado em março de 1998 (páginas 09-10), sintetizando a atuação da Comissão Técnica em seus dez anos de atuação. Segundo Dados do Censo do IBGE divulgados na Internet, João Pessoa possuía, em 2000, 597.934 habitantes, enquanto em 1996 este número era de 549.363 habitantes, caracterizando-se como uma *grande cidade média*, apesar de bastante provinciana em muitos aspectos.

densidade média bruta de 28,8 hab/ha, em contraste com o crescimento da população total da cidade que, em 1991, atingiu 497.600 habitantes. Esse despovoamento da área central da cidade mereceu o seguinte registro:

“O número total de lotes é de 2.193 dos quais 2.087 encontram-se edificados e 106 são terrenos baldios, o que determina uma expectativa de solo disponível de 5% do total. Podemos deduzir das cifras anteriores que o centro histórico de João Pessoa é uma área fortemente consolidada e totalmente preenchida em sua estrutura física e em processo de abandono em relação a sua população residente.” (Diagnóstico publicado no Memorial Geral do PRCH-JP, 1987:161).

Outro dado relevante, identificado como determinante para o despovoamento da área é a “baixíssima proporção de equipamentos existentes na área (apenas 0,2% recreacional, 0,4% assistencial e 0,3% educacional)” (Ibid: 162). Dessa forma, embora não se possa afirmar que as reformas da década de 1930 resultaram num esvaziamento populacional da área hoje delimitada como centro histórico da capital, pode-se dizer que, após essas reformas, a área se especializou em atividades comerciais e administrativas, definindo um perfil iniciado desde as origens da cidade.

De fato, tanto a cidade alta quanto a cidade baixa, esta última mais intensamente, após as reformas do início do século, sofreram alterações no padrão cotidiano de vida pública, com a concentração de atividades ligadas ao comércio, antecipando algumas das características que iriam marcar o atual processo de revitalização: apelo visual através da arquitetura monumental; discurso urbanístico baseado nas idéias de ordenamento, embelezamento e limpeza; intenção de criar uma nova imagem da cidade; modernização da infra-estrutura para melhorar as atividades econômicas, associando as áreas da Praça Anthenor Navarro e do Largo de São Frei Pedro Gonçalves como locais atrativos aos novos investimentos nacionais e estrangeiros, e em condições de concorrer com outras cidades.

Portanto, no Brasil do início do século XX, que se forjava moderno nas reformas aos moldes do barão Haussmann, dentre as quais está a do centro da capital da Paraíba, houve uma alteração da “geografia pública”, como se refere Leite (2001:155). Sendo o centro de João Pessoa transformado em local típico de comércio e negócios, essas mudanças urbanas conduziram a uma reordenação espacial das atividades de comércio e habitação no núcleo histórico da cidade, incluindo-se as áreas da cidade alta e cidade baixa, que compõem os 117 ha do centro histórico de João Pessoa. Houve um processo efetivo de construção de uma “paisagem de poder” (Zukin, 2000), embora não se possa falar na situação brasileira ou entendê-la, incluindo-se a da capital paraibana, a partir da leitura de Sennet (1998) sobre a “morte do espaço público”. Não se pode falar na morte do que não existia plenamente: uma vida pública diferenciada das sociabilidades privadas.

Apesar das reformas na geografia espacial, tanto no início do século quanto no final da década de 1990, essas sociabilidades continuavam no limite da indefinição das esferas de sociabilidades públicas e privadas: não *matou o espaço público*, entretanto também não deslocou totalmente as reivindicações públicas para uma esfera política refuncionalizada. Isto só começará a acontecer com a emergência dos novos movimentos sociais, através dos atores sociais organizados, ampliando o leque de direitos e demandas reivindicados. Mesmo assim, no caso do processo de revitalização do centro histórico de João Pessoa, significa muito mais um reordenamento de parte dos usos públicos que se desenvolviam no antigo centro da cidade, em especial, no bairro do Varadouro.

No entanto, a reordenação espacial em torno da Praça Anthenor Navarro e do Largo de São Frei Pedro Gonçalves continuou a existir também do ponto de vista das híbridas sociabilidades públicas e privadas. Em suas memórias, o jornalista e escritor,

atual presidente da Acehrvo, Fernando Moura, que residiu na rua da Areia – a principal artéria residencial da cidade baixa, no início do século - apresenta um dos relatos significativos dessa fase posterior às reformas, cujas conseqüências chegam às décadas seguintes, uma fase crepuscular em termos da vida pública cotidiana que se prolongou precária, porém viva, nas ruas do antigo centro da cidade. Anota Fernando Moura:

“Eu acho que eu cheguei assim no momento mais ou menos de ruptura, no meio entre o final do apogeu e o início do ocaso. Até geograficamente quando eu morei na rua da Areia, a rua da Areia da ladeira, do pé da ladeira, da Borborema pra baixo, você já tinha divisão de casas com bares e um pouco mais pra frente você já tinha muito cabaré, já tinha muita boate e tal. E a parte de cima da ladeira da Borborema ainda era só família, tinha a Casa do Estudante, não tinha o viaduto ainda, eu vi a construção do viaduto, brinquei muito ali naquela rampa de patins. Então, ainda havia essa divisão, ou seja, houve um período áureo da rua da Areia, no início, todo mundo sabe que era só família. Ali era a principal rua da cidade, depois houve a decadência, ficou só comércio, depois as famílias menos aquinhoadas começaram a chegar. Houve um período, acho que foi exatamente nesse período que eu cheguei, que havia essa mistura, mas não se misturavam, era interessante porque de dia não se via prostituta, você não via nada fora do comum, mas a partir de nove, dez horas da noite as famílias se recolhiam e elas começavam a aparecer. Então tinha um pouco disso, mas pra essa parte mais de cá, da prefeitura pra cá, aí realmente já era considerado um gueto” (Presidente da Acehrvo, em entrevista à autora, 2001).

Essa sobrevida do bairro, apesar de não estar prevista nas reformas e planos para a modernização da cidade do início do século XX, manteve-se ao longo dos anos, contrariando até mesmo a idéia de um total esvaziamento populacional do local. A par da boemia e prostituição durante a noite, o uso residencial de famílias de menor poder econômico convivia com o comércio que se expandia durante o dia em intensa atividade comercial, financeira e de serviços. A especialização comercial e a monumentalidade dos novos prédios construídos e das avenidas abertas para os automóveis no bairro não impediram, assim, que outras reapropriações acontecessem, desenhando um perfil que iria se desenvolver, ao lado da degradação física, até os anos de 1980.

Desse modo, essas atividades urbanísticas modernizadoras e o incentivo ao comércio, serviços e administração não significaram um retorno dos investimentos públicos ao Varadouro e ao centro histórico como um todo, não houve qualquer continuidade em forma de melhoria urbana. Ao contrário, ao longo da década de 1980, a degradação do bairro foi se agravando, assim como as condições de vida da população que ali se fixou, acentuando-se com a degradação do meio ambiente natural formado pelo estuário do rio Sanhauá - cada vez mais poluído pela ocupação de suas margens e pela localização do *Lixão do Róger* – local onde se deposita a céu aberto todo o lixo da cidade.

Este último se configura, atualmente, como o maior problema ambiental do centro histórico da cidade de João Pessoa, contaminando as águas e o solo, junto com os esgotos da favela que deságuam diretamente no rio Sanhauá, favorecendo a destruição das práticas de pesca de siri, caranguejos, peixes e camarões, que garantiam uma certa sobrevivência da população ribeirinha da favela do Porto do Capim. O assoreamento do rio, para ampliação das casas, também contribuiu para o agravamento do desastre ecológico que vem acontecendo ao longo dos rios Paraíba e Sanhauá, concomitantemente à diminuição da qualidade de vida de sua população, já desprovida na grande maioria das mínimas condições de bem-estar e de um trabalho remunerado.

Depoimentos dos antigos moradores (que fazem parte dos capítulos 3, 4 e 5) apontam para esse agravamento das condições de vida no centro da cidade a partir da década de 1970/80. Segundo eles, até meados da década de 1970, ainda havia um tipo de sociabilidade semelhante a qualquer outro bairro da cidade, apesar da reconhecida atividade noturna de prostituição e boemia que o caracterizaram. Havia missas na Igreja de São Frei Pedro Gonçalves e o comércio varejista e as principais atividades administrativas e de serviços ainda não haviam se deslocado de forma mais intensa

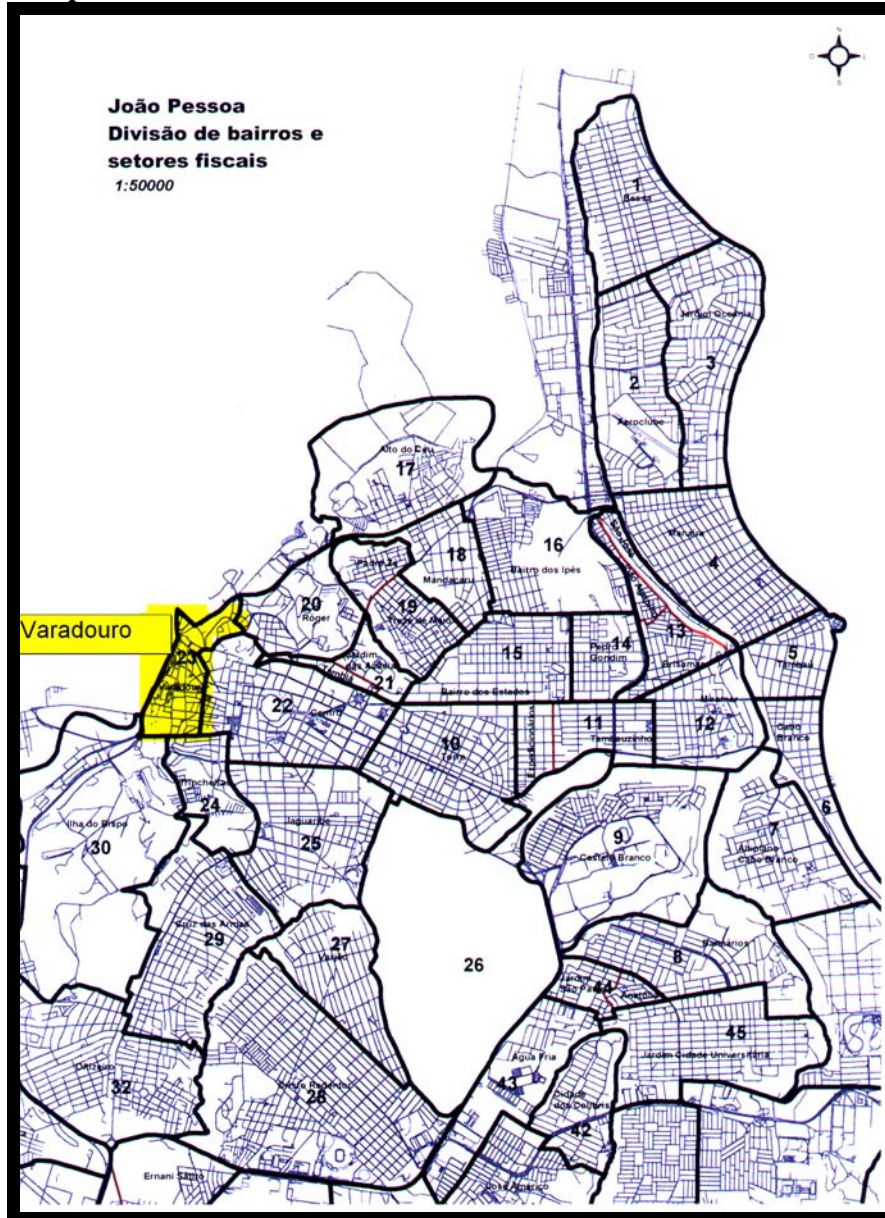
para outros bairros na direção das praias. O comércio, as missas na igreja, a moradia convivendo com uma certa boemia são atributos, na opinião dos antigos moradores, que indicam uma vida urbana que o bairro possuía até as décadas de 1960/70.

Na década de 1980, período que marcou o início da revitalização do centro histórico de João Pessoa, com o Convênio Brasil/Espanha, o núcleo urbano onde teve origem a vida urbana e comercial da cidade era visto como a imagem da degradação e do abandono, à semelhança dos centros históricos de tantas outras cidades brasileiras. O bairro do Varadouro perdera a centralidade até mesmo no comércio varejista da cidade, apesar de ainda manter algumas instituições públicas, bancos e serviços como gráficas, lanchonetes, substituídos a cada dia por oficinas mecânicas, comércio de peças automotivas, eletrônicas e de materiais de construção civil em geral. Entretanto, ainda permanecem na área a estação ferroviária, a estação rodoviária e o terminal da linha de ônibus intramunicipal, que garantem uma certa centralidade em termos de transportes urbanos, apesar de atrair também um número crescente de ambulantes e comerciantes informais que ocupam as calçadas e os espaços públicos de ruas e praças, acentuando o aspecto sujo e desordenado do centro histórico, em especial, do bairro do Varadouro.

Além disto, a prostituição continua a existir na área. O bairro continuou, também, precariamente habitado. Aqui nos referimos especialmente às áreas residenciais do centro histórico próximas à Praça Anthenor Navarro e ao Largo de São Frei Pedro Gonçalves, revitalizadas na década de 1990: a rua da Areia e a favela do Porto do Capim (ver mapa 04, trecho correspondente às divisões setoriais por bairro e à tabela de lançamento do IPTU 2001 – uso do solo por setores fornecidos pela Secretaria das Finanças da Prefeitura Municipal de João Pessoa). Segundo estes dados, o uso residencial no Varadouro (setor 23) conta atualmente com 1.205 imóveis,

o uso industrial com 14 unidades e o uso comercial e de serviços com 578 e 431 imóveis, respectivamente, cadastrados em 2001.

Mapa 04



Mapa 04 - Mapa de divisão de bairros e setores fiscais. Fonte: SEPLAN/Prefeitura Municipal de João Pessoa. Observar o setor 23 em amarelo (realçado pela autora) correspondente ao bairro do Varadouro. Segundo a delimitação do Projeto de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa (1987), este bairro corresponde a mais de 60% dos 117 ha definidos como centro histórico de João Pessoa.

Quanto ao antigo Porto do Capim, este esteve ligado à vida econômica do Estado porque foi o entreposto da região conectando o interior com outros estados, quando ainda eram precárias as estradas e predominavam as tropas de burro e os carros de boi. Havia ali um acostamento de embarcações (cais) construído na administração de Beaurepaire Rohan, o trapiche da *Cahn Frère* e dois outros construídos posteriormente. Havia também um pequeno guindaste a vapor que auxiliava na operação de carga e descarga feita também por estivadores. Por ali transitaram as mais famosas companhias de navegação que se serviram do porto como parada nas viagens à Europa, Ásia e América. Havia, ainda, a circulação de pequenas embarcações (pirogas, jangadas, canoas) que se serviam do porto conduzindo a produção agrícola e pesqueira das populações das margens da bacia do rio Paraíba⁷¹.

O antigo Porto do Capim foi perdendo importância à proporção que a vida da cidade foi se transferindo para a cidade alta (*Trincheiras e Tambiá*) e depois em direção ao litoral. Atualmente, a região do porto é ocupada por uma favela (Comunidade Porto do Capim) e por armazéns, depósitos de madeiras e serrarias, oficinas etc. Serve ao comércio em grosso, contrariando sua potencialidade para o comércio e o turismo. Caminhões circulam por suas ruas irregulares e impróprias a este uso, onde outrora se concentrava parte da vida econômica do Estado. Constitui-se numa área cuja estrutura edificada está bastante degradada devido ao processo de *esquecimento* em que a área mergulhou a partir da década de 1950.

A favela Porto do Capim começou a se formar a partir da década de 1960, situada por trás do muro da RFFSA. Seu perímetro é constituído pela rua Porto do

⁷¹ Para o local do antigo porto teria sido projetado na década de 1920 um novo porto que não chegou a se concretizar, como era da vontade do então Presidente da República, Epitácio Pessoa, por motivos de corrupção e desvios de recursos, entre outros aspectos. Em decorrência disso, foi construído o Porto de Cabedelo na década de 1930.

Capim, rua Frei Vital até o rio e a margem oeste do Rio Sanhauá. Originou-se a partir de aterros ocupados pela população de baixa renda que se seguiu à decadência da atividade portuária. A população da favela é constituída por famílias que, na maioria, não podiam arcar com os aluguéis em seus locais de origem (a maioria dentro da própria área urbana de João Pessoa) e vieram construir seus “barracos” nas margens do rio.

Além das habitações, há um pequeno comércio local e prestações de serviços. A área é abastecida com água, luz e telefone. O sistema de esgoto é precário desaguando diretamente no rio Sanhauá sem qualquer sistema de filtragem ou tratamento (é o mesmo sistema instalado na década de 1910 pelo escritório de Saturnino de Brito, através de uma estação elevatória localizada na *Praça XV de Novembro*, necessitando de recuperação devido à poluição crescente das águas do rio e ao comprometimento da saúde pública).

A população da favela, em 1993, era de aproximadamente 870 pessoas, com uma média de 6 habitantes por unidade. Segundo Nogueira (1993), desse total, cerca de 335 pessoas (38,46%) encontravam-se desempregadas, enquanto 535 estavam ocupadas em atividades de baixa remuneração (construção civil, pesca, extração de madeira, catadores de lixo, empregados domésticos, aposentados e funcionários do curture). A maioria da população é oriunda da zona urbana da grande João Pessoa. Os principais motivos da permanência da população na área residem na propriedade da edificação e na proximidade do trabalho.

As habitações se distribuem em três tipologias básicas: a) casas isoladas com recuos laterais mínimos de 0,70 m e voltadas para a rua do Porto do Capim. São as mais antigas da favela e atualmente são edificadas em alvenaria de tijolos cerâmicos; b) os cortiços – resultantes dos antigos armazéns existentes na área, possuem no

máximo dois cômodos, em avançado estado de decadência física, alugados, na maioria, por idosos ou famílias recém-chegadas à área; c) as vilas, formadas por habitações de um cômodo, construídas mais recentemente. São as mais precárias (localizam-se nas proximidades de uma antiga fábrica de gelo e das oficinas mecânicas da área), tendo surgido do aterro da área alagável do mangue.

O processo de ocupação da área do Porto se deu, inicialmente, na área que constituía o atracadouro do porto e, depois, através de aterros irregulares do mangue, utilizando-se de taipa com cobertura cerâmica, papelão com cobertura de palha de coqueiro, além das já mencionadas casas mais antigas reformadas em alvenaria. As casas têm, na maioria, três cômodos (quarto, sala e cozinha) e em média 40 m² de área construída em precárias condições de habitabilidade.

Hoje se estima (pela ausência de dados oficiais atualizados especificamente sobre a favela e com base nos dados fornecidos pelos membros da própria Associação de Moradores da Comunidade Porto do Capim) uma população de 1.200 habitantes, considerando-se o número de habitações em torno de 200 unidades e cerca de seis pessoas por unidade. O principal problema vivido por essa população pode ser resumido no depoimento de uma antiga moradora da favela - D. Maria Fidelis, hoje residindo numa casa pequena no Largo de São Frei Pedro Gonçalves -, quando a questionamos sobre quais seriam os maiores problemas da população ribeirinha. Além de ter sido moradora, ela é também agente comunitária da pastoral, há mais de dez anos trabalhando junto aos moradores da favela do Porto do Capim e do bairro vizinho, Baixo Róger. Eis sua resposta:

“O mais grave é o salário, é falta de salário, mães de famílias que tem cinco, seis filhos, tem delas que quando eu cheguei aqui em 1990, que têm o segundo grau, e muitas delas nunca arranjaram um trabalho. Estão do mesmo jeito de quando eu cheguei, sem trabalho, os pais de famílias sem trabalho. São pessoas excelentes, pessoas delicadas, pessoas boas, pessoas católicas, pessoas

trabalhadoras que até aqui não arrumaram trabalho. O que mais atinge eles é a pobreza, a falta de salário, porque sem salário não temos saúde, não temos comida, não temos moradia e é o que mais atinge eles é isso”.

Tendo em vista estas informações, seguiremos a desvendar as nuances de um processo recente de reapropriação do patrimônio, que começou em meados da década de 1980 e se intensificou a partir do final da década de 1990 no sentido de reivindicar um espaço para a cultura paraibana em meio às *re-significações* da tradição, disseminada através do discurso histórico que coloca a tradição paraibana e sua cultura popular nos movimentos históricos nacionais, no seu legado musical, no legado arquitetônico e monumental, no traçado urbano, nos membros de uma elite que teriam representado durante os primeiros anos do século XX um período áureo para a política, a vida social e a cultura local. É muito comum ver-se, entre as propagandas da mídia local sobre a cidade de João Pessoa, a sua classificação como a *terceira cidade mais antiga do Brasil* (depois de Salvador e Rio de Janeiro) ou como *segunda cidade mais verde do mundo* (Paris seria a primeira), numa reivindicação de centralidade na ideologia da cultura paraibana.

A capital da Paraíba insere-se, assim, em um movimento que pode ser identificado em outras cidades do país, que têm as mesmas reivindicações a partir de suas próprias singularidades construídas, sejam pequenas, médias ou grandes cidades como: Recife, Fortaleza, São Paulo, Salvador, Rio de Janeiro, Sobral, Campina Grande, São Luis e tantas outras que atualmente passam por processos de reapropriação de seu patrimônio cultural, em especial, nas áreas consideradas patrimônio histórico e/ou ambiental urbano. Nesse sentido, destacaremos a seguir os aspectos práticos e conceituais desse processo na cidade de João Pessoa, suas

especificidades e singularidades, a partir da abordagem das diferentes fases da revitalização do centro histórico de João Pessoa.

CAPÍTULO 3: PLANOS E AÇÕES DE REVITALIZAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE JOÃO PESSOA

Para compreendermos a dinâmica da experiência de revitalização do centro histórico de João Pessoa, bem como os usos e as sociabilidades públicas geradas a partir das práticas inseridas na processualidade dessas políticas de *gentrification*, é necessário considerarmos a existência de duas fases de atuação sobre o patrimônio na capital. Essas fases correspondem também a duas formas diferentes de concepção do processo de revitalização urbana e de participação da população. Diferenciamos, assim, as práticas desenvolvidas pelos técnicos, arquitetos, professores, educadores, geógrafos, estudantes, daquelas implementadas por outros profissionais e categorias que compõem a equipe técnica: a *Comissão de Revitalização do Patrimônio Cultural da Cidade de João Pessoa* e a *Oficina-Escola de Revitalização do Patrimônio Cultural da Cidade de João Pessoa*. Essa equipe se guia em seu trabalho de mais de quinze anos na cidade de João Pessoa pela metodologia e coordenação da Agência Espanhola de Cooperação Internacional (AECI) - a instituição responsável pela aplicação do Convênio Brasil/Espanha para realização do estudo conjunto do centro histórico de João Pessoa, desde 1987.

Identificamos também as práticas referentes, sobretudo, à segunda fase da revitalização em João Pessoa, implantadas a partir de 1997 e marcadas pela ampliação da participação popular (associações e entidades ligadas à cultura, à educação e arte) e,

também, do poder público estadual e municipal. Estes últimos tiveram uma atuação mais marcante a partir dos recursos voltados para o turismo advindos de agentes financeiros internacionais como o BID, através do Prodetur/NE⁷².

A participação dos poderes públicos locais tem sido marcada por ações ambíguas, no sentido de que oscilam freqüentemente entre o abandono e a utilização do patrimônio local como instrumento de propaganda da cidade e do governo. Transforma-se a tradição não só em *reliquia*, mas em espetáculo, cenário visual para consumo cultural e como elemento central de estratégias de *marketing* das administrações municipal e estadual, enquanto *image-making* de um estado e de instituições modernas que seguem as principais tendências nacionais e internacionais, e entram na competição entre cidades pela retraditionalização de seu passado através da transformação dos mesmos em *reliquias* e em mercadorias⁷³.

⁷² Prodetur-NE: Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste Brasileiro, implantado desde 1992 a partir de iniciativas do governo federal, junto aos governos estaduais, no sentido de obter um financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID. Para isto foi obtido um crédito especial do governo federal, no BNDES, para a iniciativa privada que quisesse investir no setor e nesse programa. A estratégia do Prodetur se fundamenta, pelos menos no discurso, no tripé: iniciativa privada, governo e população, e ainda na chamada regionalização, que são pólos, corredores turísticos no Nordeste entendidos como capazes de privilegiar a inter-relação entre os estados. Esta política de turismo como fator de desenvolvimento teve início no Brasil a partir da implantação do Plantur - Plano Nacional de Turismo, em 1992, cujo fundamento é a diversificação e a distribuição geográfica da infra-estrutura que estava concentrada no Sul e no Sudeste. A redistribuição se dá através de pólos de desenvolvimento integrados, em novas áreas, associadas à expansão de infra-estrutura, estradas, aeroportos, etc., necessários ao desenvolvimento nacional das estruturas. Espera-se que assim seja ampliada a receita cambial e que o turismo passe a ser um dos principais produtos de exportação do país. Ver a respeito: Bertha Becker, "Políticas e Planejamento do Turismo no Brasil". In: Yáziqi, E. Carlos, Ana. Cruz, Rita (orgs.) *Turismo: Espaço, Paisagem e Cultura*. São Paulo, Hucitec, 1999: 181-200.

⁷³ O turismo tem adquirido centralidade crescente nas disputas internacionais, entre regiões e lugares nas duas últimas décadas. Nesta disputa se evidencia a relevância da informação e, em conseqüência, da mídia e do patrimônio cultural, sobretudo, dos centros históricos urbanos como arenas estratégicas. Paradoxalmente, são os recursos naturais e históricos e as características marcantes da vida social e dos lugares, a sua paisagem, que constituem, no nível mais imediato, a sua oferta primeira e o objetivo dos consumidores de serviços especializados. Os espaços historicamente construídos e os imprevistos que a vida social espontânea apresenta no seu cotidiano parecem não passar de obstáculos, barreiras ou rugosidades à própria razão de ser do turismo.

A utilização como recurso turístico e promoção política através da mídia evidencia-se como forma principal de ação dentro da visão institucional do governo do Estado da Paraíba e da Prefeitura Municipal de João Pessoa. Todavia, para aqueles que participam do Convênio Brasil/Espanha, desde os primeiros até os atuais membros e coordenadores entrevistados nesta pesquisa, o objetivo principal das ações empreendidas foi não apenas evitar a destruição completa do patrimônio ainda restante, mas também socializá-lo, torná-lo conhecido e público através do uso. Em suma, foi aproveitar este misto de fascínio e nostalgia, este sentimento de *retorno ao lar* (Simmel, 1998:141) que os monumentos e as ruínas parecem provocar e buscar na população local as bases identitárias, artísticas, culturais, educacionais e os sentimentos ligados à memória das vivências nessas áreas que possam garantir a sustentabilidade deste patrimônio urbano.

Esta distinção entre a atuação do grupo coordenado pela Agência Espanhola de Cooperação Internacional - AECI e a da Prefeitura Municipal de João Pessoa - PMJP e do Governo do Estado da Paraíba pode ser entendida até mesmo quando percebemos, em termos gerais, os dois momentos distintos de atuação. O primeiro é de fundamentação e elaboração das propostas, formação e qualificação de equipe técnica, captação de recursos e execução dos primeiros projetos-piloto (nesse momento, os poderes públicos locais não apoiaram efetivamente o Projeto e até criaram empecilhos à implantação do mesmo). O outro momento foi marcado por mudanças e ações *estratégicas de revitalização*, pela nova composição da equipe técnica, pela incorporação de novos usos e atores sociais ao processo e, sobretudo, pelas práticas de *gentrification* do patrimônio cultural - elaboradas a partir de planos estratégicos para pontos específicos. Estes últimos passaram a ser desenvolvidos quando a Prefeitura

Municipal de João Pessoa, a partir de 1997, interessa-se em revitalizar o centro histórico de João Pessoa a partir da Praça Anthenor Navarro e, posteriormente, do Largo de São Frei Pedro Gonçalves e de outros trechos do antigo bairro do Varadouro com uma proposta que, a exemplo do *Recife Antigo*, se baseava numa parceria entre órgãos públicos e privados.

Na primeira fase, privilegiaram-se os monumentos em risco e mudanças na legislação e nas restrições de usos que conduziram a conflitos frequentes com os comerciantes. Embora se atribuísse no documento do *Projeto de Revitalização* grande importância a medidas de integração da população à problemática da preservação e renovação urbana, essa atribuição foi colocada em prática apenas, a partir de 1991, no que se refere ao trabalho desenvolvido em nível educativo/formador da consciência da importância da memória, do saber-fazer e do trabalho participativo, com a Oficina-Escola de Revitalização do Patrimônio Cultural de João Pessoa. Já as propostas de meados da década de 1990, apesar de possibilitarem a ampliação da participação de outros grupos (artistas, comerciantes de bares, boates, editoras, turistas), não realizaram uma efetiva integração da população pobre do bairro, posta em plano secundário pelos órgãos responsáveis pelo patrimônio, nesses mais de dez anos de revitalização.

Entretanto, nessa segunda fase do projeto de revitalização, houve um processo de articulação maior da população voltada para a defesa de direitos culturais, reivindicando cidadania, sobretudo tentando exercer influência sobre os poderes públicos locais e cobrando ações de melhoria da qualidade de vida no centro histórico. A incorporação de novos atores sociais a partir da revitalização da Praça Anthenor Navarro é um fato, podendo-se destacar associações e entidades não-governamentais

como a Associação Centro Histórico Vivo – Acehrvo e Associação Folia de Rua⁷⁴, sem falar na ampliação dos trabalhos da Oficina-Escola de Revitalização do Patrimônio Cultural de João Pessoa. Estas últimas são associações civis sem fins lucrativos, que funcionam como organizações não-governamentais, mas que buscam recursos e estabelecem convênios com órgãos dos governos estadual e municipal para a elaboração de projetos-piloto.

Entretanto, essas intervenções urbanísticas na Praça Anthenor Navarro e no Largo de São Frei Pedro Gonçalves, bem como os projetos sociais conduzidos por associações não-governamentais que produziram as mudanças na paisagem urbana, e ainda as novas formas de socialização no centro antigo, não alteraram as assimetrias que demarcavam espacialmente as desigualdades sociais do lugar nem o esvaziamento noturno (rompido apenas pelos bares e bordéis que proliferam nas antigas ruas como rua da Areia, rua da República, rua Maciel Pinheiro e, em menor grau, dissimuladas, na Praça Anthenor Navarro e no Largo de São Pedro Gonçalves), correspondente à imagem de lugar perigoso que ainda o caracteriza.

A segunda fase significou, também, em alguns momentos, uma participação mais efetiva da Prefeitura Municipal de João Pessoa, do Governo do Estado, de empresas privadas e, sobretudo, de organizações e associações representativas de segmentos da sociedade civil como artistas, comerciantes, membros da Associação Paraibana de Imprensa (API), Associação Comunitária dos Moradores do Porto do

⁷⁴Como atividade principal dessa entidade dentro da área do centro histórico, destacamos o Projeto Folia Cidadã, trabalhando com financiamentos públicos e privados obtidos através da Lei Rouanet de incentivo à cultura, do *Projeto Cidadão 21 Arte*, do Instituto Ayrton Sena, para desenvolvimento de atividades culturais voltadas à formação musical, teatral e outras formas de expressão. A entidade busca sempre exercer pressão para que o governo do estado e a prefeitura municipal invistam na cultura local e regional.

Capim e ainda a Associação Comercial da Paraíba e a Câmara de Diretores Lojistas, as duas últimas representando, respectivamente, os moradores da favela Porto do Capim e os comerciantes do centro histórico.

Evidenciava-se, a partir do final da década de 1990, o interesse de diversas instituições públicas e privadas pelo tema do patrimônio histórico e cultural na cidade de João Pessoa passando, também, o termo *centro histórico* a ter significado no imaginário da população local, através da mídia e da dinamização cultural do centro histórico. Junto com o interesse das instituições públicas ou privadas, nasceu a idéia de que o patrimônio histórico representaria uma possibilidade de desenvolvimento econômico, vinculado à dinamização cultural e à potencialização turística da cidade e do Estado. Paradoxalmente, tornavam-se públicos os problemas sociais e físicos da população e do bairro do Varadouro, o mais antigo da cidade. A partir da discussão pública desses problemas e do potencial econômico do patrimônio cultural do bairro e demais áreas urbanas da cidade propícias ao turismo, começaram a se formar novas entidades, como a Associações Folia de Rua. Inicialmente, eram entidades formadas por voluntários, sem vinculação institucional alguma, passando depois a aprovar estatuto e a formar diretoria, buscando também formas de financiamento para os projetos sociais e culturais.

Essas associações não-governamentais estão, na maioria, desenvolvendo ações voltadas para a recomposição de uma identidade cultural local e nacional, uma auto-estima através do patrimônio arquitetônico e urbanístico, do apelo às ruínas e às relíquias de uma paisagem original, utilizando a arte e o saber-fazer como meios, como caminhos educativos e conscientizadores. Além disso, desejam dar continuidade a um processo que, caso não despertasse o interesse e o envolvimento da própria sociedade

local, dificilmente teria continuidade, baseando-se apenas no consumo cultural e na diversão noturna, dependente da promoção de eventos pela Prefeitura Municipal de João Pessoa ou pelo governo do Estado. Identificamos uma necessidade de preservar áreas e monumentos, mas também a memória da cidade e dos seus habitantes, que aparecem para os seus membros vinculados, quase sempre, à noção de cidadania e aos direitos sociais e culturais.

Deste modo, entre as décadas de 1980 e 1990, ocorreram mudanças significativas com relação à concepção de patrimônio cultural, tanto no sentido das políticas de revitalização urbana quanto nas formas de uso e de consumo do patrimônio histórico e cultural urbano da cidade de João Pessoa. São práticas marcadas por conflitos e contradições que explicitam o caráter do espaço social como dimensão crucial da interação social e das formas culturais.

3.1. A invenção do centro histórico de João Pessoa (1987 – 1996)

Até 1987, a atuação no sentido da restauração, preservação e utilização do patrimônio histórico e arquitetônico da cidade de João Pessoa estava associada às mudanças mais gerais em termos da política do patrimônio nacional e da legislação federal brasileira sobre a proteção dos bens culturais datada de 1937 (ver capítulo 1), ainda em vigor. Tal legislação reflete, por si só, as concepções e preocupações da época, com grande ênfase nos monumentos arquitetônicos e nas expressões artísticas, materiais e eruditas.

A legislação federal e essa visão do patrimônio foram estendidas aos centros históricos e conjuntos urbanos, embora sem interferirem na competência exclusiva do município em matéria urbana. O Decreto-Lei nº 25/37 continua a ser, ainda hoje, o fundamento da proteção do patrimônio cultural brasileiro, envolvendo, basicamente, a

integridade e a visibilidade do monumento, mas não o seu uso social e econômico. Entretanto, nem sempre a lei é cumprida, de modo que continuamos, até hoje, sem dispor de uma legislação específica sobre centros históricos com os instrumentos legais e administrativos que possibilitem uma política mais eficiente de reabilitação urbana dos mesmos. Não obstante, no início da década de 1970, o governo federal, diante da incapacidade de proteger eficientemente todo o patrimônio nacional, apelou aos estados e municípios para que exercessem uma ação complementar ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, classificando, tombando e protegendo monumentos de interesse regional ou local. O governo federal pressionou os estados e os municípios, no sentido de criarem legislações à imagem e semelhança da federal.

Nessa perspectiva, foi criado o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba - IPHAEP pelo Decreto Estadual nº 5.255, de 31 de março de 1971, com a finalidade de preservar os bens culturais, artísticos e históricos do Estado que não se encontravam sob proteção e guarda do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, compreendidos os “setores históricos, artísticos, folclóricos, florísticos e arqueológicos”. As atividades do IPHAEP deveriam ser realizadas com recursos do Fundo Estadual de Cultura (Dec. nº 3.930, de 10/08/1965).

Até então, não havia nenhum órgão destinado a esse fim no estado, sendo o primeiro criado em 1974. Em 1978, passou a ter uma relativa autonomia, tanto administrativa quanto financeira. Nesse mesmo ano foi assinado o Decreto-Lei nº 7.819, de 24 de outubro, dispondo sobre o cadastramento e o tombamento de bens culturais, artísticos e históricos no Estado da Paraíba e definindo instrumentos legais da política de proteção do patrimônio histórico e artístico do Estado, à semelhança da

legislação federal, apesar de elaborada 41 anos após esta e aplicada a bens não classificados pela União, localizados no Estado.

Através do Decreto nº 8.639, de 26 de agosto de 1980, foi feita a maioria dos tombamentos pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba - IPHAEP. Como decorrência, dois anos depois, foi oficializada a delimitação do “Centro Histórico Inicial de João Pessoa”, estabelecida pelo IPHAEP através do Decreto nº 9.484, de 13 de maio de 1982.

Apesar do reconhecimento institucional do centro histórico e seu tombamento pelo órgão estadual, considerando-o como área sujeita a tratamento especial – ZEP (Zona Especial de Preservação) e ZER (Zona Especial de Revitalização) – nunca foi feita a regulamentação da área e, durante todos esses anos, a Prefeitura Municipal se omitiu com relação ao centro histórico. Houve uma exceção, quando da institucionalização, em 1992, através da Lei Complementar nº 3, de 30 de dezembro de 1992⁷⁵, do Plano Diretor da cidade de João Pessoa – documento contendo diretrizes que norteariam o crescimento e o desenvolvimento da cidade até o ano de 2010. O Plano Diretor deveria ter passado por revisões periódicas a cada cinco anos, conforme prazo estabelecido pelo art. 240 da Lei Orgânica do Município⁷⁶. Entretanto, até a

⁷⁵ Atualizada e consolidada na Lei Complementar nº 4, de 30 de abril de 1993.

⁷⁶ O primeiro Plano Diretor da Cidade de João Pessoa foi elaborado em 1975, pela Secretaria de Planejamento da Prefeitura Municipal, na administração do então prefeito Dorgival Terceiro Neto. Era um plano de urbanização e de obras de infra-estrutura para a cidade cuja implementação foi iniciada na gestão seguinte, do prefeito Hermano Almeida. Segundo Honorato (1999:170), os primeiros “Planos de Desenvolvimento Local Integrado” tiveram início no Brasil a partir de 1963, só chegando a João Pessoa dez anos depois, sob a responsabilidade do engenheiro e urbanista Antonio Augusto de Almeida, coordenador do primeiro Plano Diretor da Cidade de João Pessoa - PDLI. Entretanto, João Pessoa não ingressou no PDLI por constatar a inviabilidade técnica e econômica das propostas apresentadas pela equipe de consultoria que veio elaborar um plano para a cidade. Como a cidade crescia rapidamente e à revelia de qualquer ação governamental, foi elaborada “uma lei mais aproximada às necessidades locais, um plano, sobretudo físico, embora com conotação também de plano de desenvolvimento porque iria promover algumas das vocações já existentes na cidade”. As preocupações estavam voltadas para as migrações campo-cidade e para o início da especulação imobiliária. A aplicação do primeiro Plano Diretor restringiu-se ao período de 1974-1978 relativo à gestão do seu mentor na Secretaria de Planejamento do município tendo, após este período, sido progressivamente desativados todos os projetos em andamento e desativada a equipe técnica nas administrações seguintes, embora

presente data, o Plano Diretor não tem sido aplicado como instrumento de planejamento urbano, nem houve a regulamentação do Código de Urbanismo (cuja elaboração remonta à década de 1970) prevista para um ano após a aprovação do Plano Diretor. A respeito da suspensão da tramitação da regulamentação do Código de Urbanismo na Câmara Municipal, Honorato (1999) esclarece:

“(Isso aconteceu) em razão das idiossincrasias reinantes no jogo de interesses em cruzamento num processo dessa natureza. Enquanto isso, seis anos após a aprovação do Plano Diretor elaborado para nortear o crescimento da cidade até 2010, a secretaria responsável segue tratando da aprovação de projetos de construção no varejo através da interpretação de técnicos nem sempre preparados para a função, e o poder municipal se vê por vezes envolvido na mídia pela concessão de alvarás de projetos de construção e ‘habite-se’ que põem em xeque a obediência à lei por ele próprio” (1999:237).

O centro histórico passou, então, a constar no Plano Diretor, nas seções relativas ao uso e ocupação do solo, e especificamente no capítulo II – *Das zonas de restrições adicionais*; no capítulo III – *Das zonas especiais*, em particular, na seção III – *Das zonas especiais de preservação*. A Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa - CPDCH-JP participou, junto com a PMJP, da elaboração dos capítulos referentes ao centro histórico no Plano Diretor, com o documento *Subsídios do Projeto de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa*

continuassem algumas de suas determinações a influenciar as gestões posteriores até a elaboração do atual Plano Diretor da Cidade de João Pessoa. Paralelamente, o governo federal iniciou o programa de planejamento intitulado Cidades de Porte Médio, que extrapolava, em suas ingerências, o âmbito municipal abrangendo o recém-criado Aglomerado de João Pessoa (Cabedelo, Bayeux e Santa Rita). Com a Constituição Federal de 1988 e a obrigatoriedade de criação dos planos diretores para as cidades com mais de vinte mil habitantes, inicia-se em João Pessoa a urgência de elaboração de um novo plano diretor sob a coordenação da Secretaria de Planejamento Municipal. Em termos normativos, a nova Constituição, ao incluir o capítulo “Da Política Urbana” estabelecia os conceitos norteadores do planejamento das cidades, definindo a função social da propriedade urbana e as regras de ocupação do solo urbano ao criar o Sistema Municipal de Planejamento vislumbrando políticas de desenvolvimento econômico-social ao instituir a necessidade de preservação do patrimônio ambiental, paisagístico, histórico e cultural do país e ao conceber a importância do envolvimento dos cidadãos brasileiros no planejamento de suas cidades através da normatização do conceito de *controle social*. Este último apoiado na perspectiva de interação de colegiados (representantes da sociedade civil) que acompanham o desempenho das gestões públicas, com poder de decisão, tem influência das administrações de *esquerda*, em especial, as prefeituras administradas pelo PT – Partido dos Trabalhadores no Rio Grande do Sul e em outras cidades brasileiras nos últimos cinco anos (Honorato, 1999:170-171).

para o Plano Diretor do Município. Posteriormente, participou da incorporação de parte das normas estabelecidas pelo Projeto de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa ao Código de Posturas do Município.

Apesar da existência dos instrumentos legais acima mencionados (Plano Diretor, tombamento, reconhecimento oficial e institucional da existência de um centro histórico em João Pessoa etc.), estes eram bem elaborados no papel, mas na prática eram desconsiderados ou ignorados. Permanecia, assim, a falta de uma política que definisse as diretrizes urbanísticas e patrimoniais para o centro histórico, deixando os técnicos responsáveis pelo setor sem os fundamentos para poderem orientar adequadamente os projetos e intervenções pretendidas.

Mesmo com a existência do órgão estadual e da figura do tombamento, houve degradação cada vez maior e demolições ou abandono de grande parte do patrimônio histórico de valor arquitetônico e urbanístico na capital do Estado da Paraíba. Registramos, através dos jornais locais, denúncias de abandono, demolição na calada da noite, degradação de prédios e praças localizados nas ruas da Areia, Duque de Caxias, General Osório, Maciel Pinheiro, Trincheiras, entre outras. Essas agressões à paisagem urbana são correspondentes à desvalorização crescente da área em termos imobiliários e ao descaso dos poderes públicos com o centro da cidade, cuja degradação e perda da centralidade foram aceleradas a partir da década de 1960.

As expressões mais evidentes da omissão dos poderes públicos locais e da inexistência de atribuição de valor à área histórica e ao patrimônio cultural até a década de 1990 em João Pessoa podem ser avaliadas pelas demolições e desgastes que até hoje ameaçam o patrimônio cultural estadual e municipal (ruas e praças antigas, casario expressivo da arquitetura civil, religiosa e militar dos séculos XVII, XVIII e XIX), a poluição e o assoreamento do rio Sanhauá, agravados pela existência da favela

Porto do Capim às margens do rio, no local do antigo atracadouro e do principal depósito de lixo da cidade – o *Lixão do Róger*, há mais de quarenta anos funcionando às margens do rio Sanhauá.

Embora seja impossível não reconhecer a importância do Convênio de Cooperação entre Brasil e Espanha e do trabalho da Comissão Técnica e da Oficina-Escola, é preciso ressaltar o caráter das intervenções até agora desenvolvidas diante da falta de envolvimento concreto do poder público municipal no processo de preservação, recuperação e revitalização do patrimônio. Essa omissão fez com que a preservação da memória da cidade ficasse relegada a valores representativos dos grupos sociais formadores da elite local, não se configurando em ações representativas dos anseios públicos. Neste sentido, cabe muito bem a crítica de um produtor de cultura publicada por Honorato:

“Eles mantêm uma tradição do antigo SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) em preservar os grandes monumentos, as histórias da classe alta, da classe abastada do lugar... a Igreja São Francisco, a Igreja São Bento, o Casarão de Azul, a Igreja Nossa Senhora do Carmo... Mas por que não as casas que estão na General Osório? Por que não as casas que estão ali na Peregrino de Carvalho? Por que não a Rua da Areia? Ou seja, a história da vida do lugar, que quem conta são essas casas, e não os monumentos; e não são preservadas. (...) Mas cadê o incentivo pra fazer isso?... Não existe. (...) os órgãos que estão aí hoje, estão mais preservando a história da classe alta. Pra mim, a história da classe alta é uma história mentirosa, não é a história do lugar. E a história do lugar tá se acabando (...) Passe pela General Osório hoje, veja que o volume de casas sendo demolidas já está considerável. E as Trincheiras?... Pô, lá as casas já estão sendo mudadas, derrubadas... São áreas que a gente pode ver como a cidade cresceu, como a cidade morava, como se dava a relação com o vizinho, como se dava a relação da casa com a rua, da casa com a calçada, como era o espaço da rua... isso tudo tá acabando. Ninguém tá olhando, patavinas! Mas a São Francisco tá lá, a Nossa Senhora do Carmo tá lá, o casarão azul tá lá...” (Raglan Gondin) (1999:99).

O patrimônio civil tem sido destruído com maior facilidade e rapidez na cidade de João Pessoa. Antes da década de 1960, as demolições e descaracterizações do

patrimônio histórico, civil e religioso da cidade estiveram associadas aos planos e ações de modernização e embelezamento desenvolvidos pelos poderes públicos locais, à semelhança dos planos urbanísticos de *Hausmann* para Paris. Havia a vontade política de transformação da imagem de cidade provinciana em cidade moderna, com largas avenidas para automóveis, com viadutos, prédios administrativos de linhas arquitetônicas que seguiam as tendências internacionais em voga durante as primeiras décadas do século XX. Para tanto, destruía-se parte significativa do patrimônio colonial barroco e oitocentista, civil e religioso, de inestimável valor histórico e arquitetônico, além de documentos culturais importantes para a memória da cidade e de seus habitantes.

A partir da década de 1970, apesar da criação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba – IPHAEP, essas ações de degradação do patrimônio local se agravaram e se intensificaram, mesmo dentro dos limites da área delimitada e tombada em nível estadual como centro histórico. Isso acontecia e acontece ainda, sobretudo, devido à fiscalização precária deste patrimônio decorrente, entre outros motivos, das condições de funcionamento do órgão, também precárias. As demolições e abandonos aconteceram desde então não pela inexistência de leis e de instituições, mas pela iniciativa dos proprietários que derrubavam os prédios, na calada da noite, para construir no local estacionamento ou outro tipo de atividade, em geral, incompatível com a antiga ambiência do imóvel.

Entretanto, a partir de 1987, o patrimônio histórico e arquitetônico e, sobretudo, o conceito de centro histórico passaram por mudanças significativas na cidade de João Pessoa decorrentes, em grande parte, da criação do Convênio Brasil/Espanha para estudos de revitalização, proteção, elaboração de *projetos-piloto* detalhados e execução das propostas contidas no Projeto de Revitalização do Centro Histórico de João

Pessoa. Tal iniciativa partiu do então Ministro da Cultura, Celso Furtado, e resultou de um convênio envolvendo o governo federal, através do Ministério da Cultural/Brasil, e do Ministério das Relações Exteriores/Espanha. Outrossim, participaram da oficialização desse convênio o Governo do Estado, através da Secretaria da Educação e Cultura; a Prefeitura Municipal de João Pessoa, através da Secretaria de Projetos Especiais e da Secretaria da Educação e Cultura, além de outros órgãos institucionais ligados à infra-estrutura urbana e ao turismo no município e no estado.

O convênio entre os governos da Espanha e do Brasil foi firmado no dia 09 de maio de 1987, sendo, logo em seguida, no dia 13 de abril de 1987, em Brasília, estabelecido um *Termo de Cooperação* entre o Ministério da Cultura, o Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, o Governo do Estado da Paraíba e a Prefeitura Municipal de João Pessoa, “visando à realização de estudos de proteção e revitalização do centro histórico de João Pessoa”. A Diretora do Programa de Preservação do Patrimônio Cultural da Ibero-América, Amparo Gómez-Pallete, sintetizou os motivos do intercâmbio e da escolha de João Pessoa, dentre as cidades brasileiras, para realização do mesmo, com as seguintes palavras:

“Con motivo de la conmemoración Del 5º Centenario de la llegada de los españoles a América, se pusieron en marcha varios programas de cooperación, entre ellos el de Preservación del Patrimonio Cultural, con objeto de contribuir a fortalecer las raíces de nuestra común identidad cultural, en el convencimiento de que el patrimonio es un bien social que la comunidad tiene el derecho de usar y disfrutar y deber de conservar. Este programa tiene tres líneas básicas de actuación: Planes Maestros de Centros Históricos, Restauración de Monumentos y Escuelas-Taller. En caso de Brasil la identificación de Joao Pessoa como centro histórico a intervenir fue consecuencias de la concurrencia de varios factores que lo hicieron posible: El entonces ministro de Cultura, Celso Furtado, natural de João Pessoa, hizo coincidir todas las voluntades políticas, gubernamentales y locales para llevar a cabo este estudio piloto en esta localidad. El resultado es fruto de un trabajo conjunto del IPHAN, del gobierno de la Paraíba y de la Agencia Española de Cooperación Internacional. La AECI contribuyó con asistencia técnica y financiación de varios proyectos piloto, entre ellos, la restauración del Hotel Globo, de la Iglesia de São Bento, y la antigua Fábrica de Vinos de Caju, Tito

Silva (...)” (Informações enviadas da Espanha pela atual Diretora do Programa de Preservação do Patrimônio Cultural da Ibero-América, Amparo Pallete, à autora, juntamente com uma publicação comemorativa dos 15 anos de existência deste Programa).

Uma reportagem, publicada no Jornal A União, em 07 de maio de 1987, sob o título *Espanha participa de plano para a cultura da Paraíba*, noticiava a assinatura do convênio de cooperação entre os dois países, ressaltando que seria dada prioridade ao patrimônio existente no centro histórico, considerado núcleo de origem da cidade de João Pessoa e destacando o discurso do Ministro das Relações Exteriores da Espanha, Francisco Fernandez Ordonez, quando afirmava:

“(…) o convênio tem como objetivo proceder à recuperação das raízes culturais comuns, pois entende que o estudo das raízes comuns constitui uma via importante de informações, entendimento e conhecimento recíprocos, assim como uma contribuição considerável ao resgate e à valorização do patrimônio edificado e urbanizado da Ibero-América, de importância e características reconhecidas”.

Neste sentido, entre maio e novembro de 1987, foi constituída uma equipe multidisciplinar com representantes de instituições municipais, estaduais e federais voltadas para as áreas do planejamento municipal, arquitetura, educação e cultura, meio ambiente e infra-estrutura e desenvolvimento urbano, coordenada por dois arquitetos: José Saia Neto, responsável pelo escritório técnico da Fundação Nacional Pró-Memória na Paraíba, e Maria Luiza Cerrillos, indicada pelo *Instituto de Cooperación Iberoamericana - ICI*⁷⁷. Essa equipe realizou estudos históricos, sócio-econômicos, de recursos e impactos ambientais, como também delimitou a área física de intervenção prioritária do Projeto de Revitalização, identificada, a partir de então, como centro histórico de João Pessoa. Além disso, procedeu ao levantamento e

⁷⁷ Posteriormente, esses coordenadores foram substituídos pelos arquitetos Amparo Gómez-Pallete, da Espanha, e Hélio Polito representando a regional do IPHAN – Brasil. A primeira continua este trabalho até hoje.

cadastro dos edifícios de valor histórico e arquitetônico, das praças e demais elementos que caracterizam o patrimônio histórico e arquitetônico e a paisagem urbana mais antiga da cidade como ruas, largos, praças, o rio Sanhauá etc.

O Convênio Brasil/Espanha é parte de um projeto de cooperação internacional desenvolvido na Espanha desde o início dos anos 1980. Ganhou novas dimensões a partir da criação da *Secretaría de Estado para a Cooperación Internacional y para Iberoamerica* (1985) e da *Agencia Española de Cooperación Internacional – AECI* (1988). Deste modo, o *Programa de Preservación del Patrimonio de Iberoamérica* se desenvolve em países da Ibero-América⁷⁸ desde o início dos anos 1980, com o apoio do *Instituto de Cooperación Iberoamericana – ICI*.

Inicialmente, o órgão atuava, em nível internacional, na restauração de monumentos e na revitalização de centros históricos de maneira isolada. Dentre as primeiras atuações do *Programa de Preservación*, estavam a restauração do *Convento de San Francisco*, em Quito, e a elaboração do estudo de revitalização integral do *Centro Histórico de Tlacotalpan*, no México. Os financiamentos para os projetos se davam através das embaixadas. Em 1989, foi criada, na Espanha, uma Comissão Interinstitucional - formada pela AECI, Ministério da Cultura, Direção Geral de Relações Culturais do Ministério de Assuntos Exteriores, Comissão Nacional Quinto Centenário e Sociedade Estatal Quinto Centenário - para coordenar ações dispersas tendo como pretexto o Quinto Centenário. Foi criado, então, o Programa de Preservação do Patrimônio Cultural da Ibero-América unificando a direção do

⁷⁸ Atuando de 1984 a 1999, a AECI vem desenvolvendo o Programa de Preservação do Patrimônio Cultural de Ibero-américa nos seguintes países: Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Cuba, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Porto Rico, República Dominicana, Uruguai e Venezuela. Para maiores detalhes sobre cada uma das oficinas-escola e demais obras de revitalização patrocinadas pela AECI, consultar a publicação comemorativa do décimo quinto ano de cooperação do *Programa de Preservación del Patrimonio Cultural de Iberoamérica*, da AECI. *Programa de Preservación Del Patrimonio Cultural de Iberoamérica*, Madrid, AECI, 1999.

Programa de Revitalização de Centros Históricos e a Restauração de Monumentos, até então programas que atuavam de forma independente.

Através desse mesmo convênio, foi criado em João Pessoa um outro programa da AECI, incorporado ao *Projeto de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa: o Programa de Oficinas–Escola de Revitalização do Patrimônio Cultural*, já instituído em outros países ibero-americanos a partir de 1990. A Oficina–Escola de João Pessoa foi uma das primeiras a integrar esse programa, a partir de 1991. No Brasil, além dela, existe apenas a Oficina-Escola de Salvador.

O Programa de *Escuelas-Taller* foi criado a partir de um convênio entre a AECI e o Instituto Nacional de Emprego – INEM, procurando seguir um modelo de atuação já em desenvolvimento na Espanha desde 1985. Esse modelo voltava-se para a formação de jovens nas profissões relacionadas com a conservação do patrimônio, cujos ofícios artesanais estavam em desuso pela implantação de novas técnicas, novos materiais e maior economia dos meios. A intenção era conjugar a necessidade de reativar a formação naqueles ofícios desaparecidos como carpintaria, marcenaria, jardinagem etc., mão-de-obra necessária aos projetos de restauração dos bens culturais, apoiando sua inserção num mercado de trabalho caracterizado pela falta de pessoal especializado.

O programa de oficinas-escola tem repercussões mais amplas, pois procura contribuir para uma “progressiva conscientização da necessidade e obrigação de conservar o patrimônio cultural como memória social dos povos” (*Programa de Preservación Del Patrimonio Cultural de Iberoamerica*, 1999). Há ainda uma preocupação em recuperar o saber-fazer e a relação mestre-aprendiz, ao incorporar os velhos mestres e artesãos como monitores dos ofícios. Acreditamos haver também nesse programa um deslocamento maior do foco da figura do patrimônio nacional para

uma dimensão mais mundial, patrimônio da humanidade, no sentido de ser um bem social que tanto diferencia como aproxima os povos e as culturas, afastado também daquela visão do espetáculo da cultura de massa, de consumo. A dimensão pedagógica, educativa e multiplicadora de agentes valorizadores da preservação do patrimônio histórico e do meio ambiente parece ser o elemento mais significativo da oficina-escola.

A AECI coordena, desde 1990, cerca de trinta e três oficinas-escola em dezesseis países da América Latina e da América Central, num total de cerca de 4.352 alunos. Destes, 350 foram alunos matriculados na Oficina-Escola de João Pessoa nas quatro primeiras etapas, entre 1991 e 1999. Em Salvador, foram 200 alunos em duas etapas desenvolvidas entre os anos de 1997 a 1999, segundo dados do Programa de Preservação do Patrimônio Cultural da Ibero-América (1999:185-217). (Ver as fotos 25 a 29, anexo em CD-ROM, relativas às primeiras turmas de alunos da Oficina-Escola de João Pessoa e aos primeiros monumentos restaurados por eles).

A característica principal do Programa de Preservação do Patrimônio Cultural da Ibero-América (1999) resulta do princípio de que o patrimônio cultural é um bem de valor universal, um capital para a sociedade e que, como tal, deve ser utilizado e desfrutado por todos. Este direito de uso e desfrute social tem implícita a obrigação, também social, de sua conservação. Assim, o patrimônio cultural é considerado como fator econômico capaz de gerar benefícios sociais de vários tipos, desde a formação de jovens à possibilidade de gerar emprego e renda para a população local.

Neste sentido, os projetos de cooperação subsidiados e coordenados pela AECI são voltados para o desenvolvimento cultural e econômico das populações locais, sendo fundamental o compromisso dos governos locais no aporte de recursos humanos

e técnico-financeiros, dependendo da capacidade de inversão de cada país ou estado⁷⁹. Nesses investimentos, é dada prioridade aos bens culturais pertencentes, em termos temporais, à origem histórica comum ibero-americana, embora não seja um critério rígido, sendo mais importantes o valor cultural e histórico em escala mundial e os benefícios sociais implícitos (Programa de Preservação do Patrimônio Cultural da Ibero-América, 1999:14).

O órgão executor desse convênio Brasil/Espanha, na parte brasileira, é o Ministério da Cultura, através da então Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), hoje Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Na parte espanhola, é o *Instituto de Cooperación Ibero-americana* (ICI), hoje um órgão multi-institucional, a *Agencia Española de Cooperación Internacional* (AECI). Desde o início do Projeto de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa, em 1987, vêm sendo feitas adições periódicas ao termo inicial de cooperação, destinadas ao cumprimento específico dos objetivos traçados.

A Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico é constituída de representantes de instituições participantes do convênio, dentre elas, a Agência Espanhola de Cooperação Internacional - AECI, a Comissão Nacional Quinto Centenário, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, Ministério da Cultura, a Secretaria da Educação e Cultura do Estado, o Instituto do

⁷⁹ Segundo o *Quadro de Inversões Financeiras-contrapartidas efetuadas entre julho /1987 e dezembro de 1995*, abrangendo as atividades realizadas neste período dentro do Projeto de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa, o Governo da Espanha foi responsável por 77,80% do total de recursos investidos, o Governo Federal por 4,17 %, o Governo do Estado por 11,32 % e a PMJP por 6,71%. Dados publicados no Informe Geral 1987-1995, fevereiro de 1996, elaborado pela Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa, entidade responsável pela gestão do Convênio Brasil /Espanha. Este documento é uma síntese do Convênio para Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa, onde se tem um histórico do mesmo, descrição geral do Projeto e um relato das atividades desenvolvidas até 1995 e das fontes de financiamentos. Dentre as atividades desenvolvidas no período, o documento cita, por exemplo, o Estudo de Revitalização, a restauração de monumentos como a Igreja de São Bento, o Antigo Hotel Globo, a Praça Dom Adauto, a Praça São Francisco, o Casarão de Azulejos, o Coreto da Praça Venâncio Neiva, as bolsas de estudo e as atividades da Oficina-Escola de João Pessoa.

Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba – IPHAEP e a Prefeitura Municipal de João Pessoa. É preciso observar que essa Comissão esteve, inicialmente, e por um período curto de tempo, vinculada à Secretaria de Planejamento do Estado.

Atualmente, em termos institucionais, a Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa é um órgão vinculado ao IPHAEP e à Secretaria da Educação e Cultura do Estado, presidida pelo governador do Estado. A equipe técnica da Comissão é composta por dois coordenadores adjuntos, dois funcionários do Governo do Estado, cedidos para trabalhar na equipe, um geógrafo e uma arquiteta da Prefeitura Municipal, três estagiárias da Universidade Federal da Paraíba e um secretário para serviços internos. Os trabalhos de restauração são executados, em parte, por empresas privadas, construtoras especializadas em trabalhos de preservação e por alunos da Oficina-Escola de Revitalização do Patrimônio Cultural de João Pessoa. Houve também, recentemente, a contratação dos serviços terceirizados de uma equipe de arqueólogos da Fundação Seridó, do Estado de Pernambuco, e uma equipe de consultoria para elaboração de projetos-piloto e obtenção de financiamentos junto aos investidores internacionais, a TC-BR. O Projeto de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa (1987) foi estruturado em quatro fases, segundo a documentação pesquisada:

a) Informação – nessa fase, foi feito o levantamento das características técnico-arquitetônicas, artísticas e tipológicas da estrutura urbana do centro histórico, através de cadastro das 2.193 edificações e lotes tipológicos, além de 180 fichas de trechos de ruas que compõem a paisagem urbana local. Foi efetuado também o levantamento de dados históricos, sócio-econômicos e ambientais.

b) Diagnóstico – os dados levantados apontaram os fatores geradores da transformação que incide sobre o centro histórico, demonstrando a gravidade dos

problemas que afetavam a integridade física do núcleo inicial da cidade. Foi, desse modo, elaborado um diagnóstico tanto dos aspectos físicos quanto dos sócio-econômicos que afetavam e descaracterizavam o centro histórico.

c) Apresentação de propostas – nessa etapa, foram definidas as diretrizes de atuação necessárias para cessar o processo de degradação urbana e que contribuíssem para a reabilitação dos espaços públicos de uso coletivo. Tratava-se basicamente de ações voltadas para intervenções urbanas de zoneamento e uso do solo; projetos de seqüências urbanas e zonas de pedestres; reordenamento do sistema viário e intervenção em edificações consideradas estratégicas para a área (plano de etapas).

d) Normatização – elaboração de uma normativa de proteção do centro histórico de João Pessoa, estruturada em três níveis: normas gerais de proteção, abrangendo todos os aspectos do cumprimento e aplicações gerais sobre a área; normas por quadras, a partir do estudo tipológico, contendo disposições específicas ajustadas à realidade físico-estrutural de cada uma das 87 quadras que compõem a área; normas específicas de edificações, que são disposições para cada um dos 2.193 lotes .

O Projeto de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa (1987) daí resultante era, inicialmente, composto pelos seguintes documentos: memorial geral, estudo de tipologia das edificações, estudo sócio-econômico, normativa de proteção do centro histórico de João Pessoa, cadastro técnico e plano de proposta para áreas verdes, níveis de intervenção nas edificações e na estrutura urbana, zoneamento e uso do solo, propostas de áreas livres, áreas de pedestres e reordenação viária. O plano de proposta foi trabalhado mais detalhadamente para as vinte e seis intervenções consideradas prioritárias. As obras deveriam, conforme estes dados, estar concluídas em 1992 para as comemorações do *Quinto Centenário* (ver, anexo em CD-ROM, o Esquema do Plano de Etapas localizando as 26 intervenções consideradas prioritárias pelo Projeto).

O conjunto de medidas para a melhoria das condições físicas e urbanísticas do centro histórico continha o detalhamento necessário para sua implantação e, posteriormente, foram elaborados os projetos-piloto para cada edificação ou área urbana específica. Tais intervenções significavam, em especial, uma tentativa de recompor a paisagem urbana que marcara os primórdios da formação da cidade até meados do século XIX e a integração rio-cidade colocada como um dos pontos-chave a serem trabalhados.

A questão do turismo e da recuperação econômica do centro histórico viria como consequência dessa requalificação da paisagem, incluindo-se áreas verdes, praças, ruas antigas, monumentos históricos tombados, conjuntos urbanos e áreas livres de importância histórica, artística e ambiental. O patrimônio passava a ser visto não apenas como um conjunto de monumentos, mas como algo integrado ao tecido urbano, que deveria ter seus usos habitacionais, comerciais e de serviços restabelecidos, indicando o perfil cultural e social da proposta.

O Projeto de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa, elaborado por arquitetos e urbanistas, sob orientação teórica e metodológica dos representantes do governo espanhol e sob a direção da arquiteta espanhola Maria Luiza Cerrilhos e do arquiteto brasileiro José Saia Neto, reconhecia a deterioração do lugar, as péssimas condições sociais e ambientais às quais estavam submetidos o patrimônio histórico e sua população.

Por isso, propunha intervenções nos monumentos em risco iminente de deterioração e até de desaparecimento, nas praças, ruas e no meio ambiente que compõem a paisagem original da cidade às margens do rio Sanhauá. Concluiu-se, assim, essa primeira fase do Projeto com a revitalização dos principais monumentos históricos, aqueles ditos excepcionais ou de valor irrefutável para o patrimônio

nacional e local, e o resgate de uma relação entre *o rio e a cidade*, perdida gradativamente a partir dos anos 1930, com a transferência do porto para a então vila de Cabedelo. O memorial geral do *Projeto de Revitalização* definia o que se considerava como centro histórico:

“Uma série de conglomerados urbanos, produtos de assentamentos iniciais que se foram gerando por si mesmos pela acumulação e superposição de fenômenos culturais, políticos, econômicos, etc. que contribuíram para sua formação e desenvolvimento, proporcionando-nos na atualidade o testemunho irrepetível de sua identidade histórica” (1987:06).

Os interesses e objetivos do Projeto, bem como os principais aspectos da metodologia a ser utilizada, serão apresentados a seguir, destacando-se alguns trechos mais significativos:

“O interesse na conservação e recuperação destes conjuntos urbanos não se apóia unicamente em sua consideração como ‘bens culturais’ senão que devem, além disto, ser considerados como importantes patrimônios econômicos edificados e urbanizados que não estamos em condições de menosprezar e desperdiçar abandonando-os nas mãos do capricho e da especulação, e que, ao contrário, devem ser conservados e recuperados como um patrimônio social coletivo acima dos interesses privados e localizados” (1987:06).

(...)

“Três são os objetivos básicos: o primeiro e fundamental, a recuperação e revitalização de seu centro histórico, de características históricas, geográficas e arquitetônicas singulares, que atualmente encontra-se gravemente ameaçado em sua estrutura urbana por um violento processo de decomposição, substituição e destruição de sua identidade; o segundo, a qualificação e formação mútua dos membros da equipe técnica com vistas à criação de técnicos qualificados experimentados na real resolução da complexa problemática da revitalização dos conjuntos urbanos de características histórico-artísticas, e em particular de técnicos com um bom conhecimento de João Pessoa que deverão fazer parte de um escritório permanente do Centro Histórico incorporado às instituições técnicas da Prefeitura e do Estado; o terceiro e não menos importante, encontrar uma via e uma linguagem comum pela qual possamos nos conhecer e nos comunicar, brasileiros e espanhóis, descobrindo e percorrendo conjuntamente novos caminhos de entendimento” (1987:09).

No que se refere à metodologia, destaca-se neste primeiro Projeto de Revitalização para o centro histórico de João Pessoa, à semelhança de outros projetos para cidades ibero-americanas, a seguinte perspectiva:

“Um centro histórico não pode ser considerado em nenhum momento como um conjunto teatral de aparências externas. Seu estudo, se se persegue um objetivo de revitalização integral, não de sua epiderme, não admite aspectos parciais, sua economia, seus problemas sociais e de habitação, suas atividades, etc., são fatores inseparáveis frente a uma programação e planificação para seu futuro” (1987:09).

Constatava-se, assim, a deterioração do lugar, bem como as péssimas condições sociais dos seus moradores e usuários. A tabela a seguir indica, como se pode observar, que os itens “melhoria da limpeza urbana”, “implantação ou manutenção de pavimentação” e “melhoria da iluminação pública” já constavam entre as principais reivindicações dos moradores do centro histórico de João Pessoa, confirmando serem as maiores necessidades da vida residencial do centro. Os itens “segurança pública” e “esgotamento sanitário” também aparecem como os mais citados, ao lado da reivindicação de “retirada da favela”, revelando dois aspectos que retratam uma situação comum no centro histórico: a conjunção entre deterioração arquitetônica e insegurança, aspectos decorrentes da degradação da infra-estrutura urbana e das invasões das áreas de mangues, às margens do rio, formando a maior favela do bairro do Varadouro - a comunidade Porto do Capim - hoje com cerca de 200 casas construídas.

Tabela nº 01 - Principais reivindicações da população residente – centro histórico de João Pessoa (1987)

Reivindicações	Freqüência
Melhoria da limpeza urbana	37
Implantação ou manutenção de pavimentação	27
Melhoria da iluminação pública	18
Desobstrução de canalização e galerias	07
Retirada de favelas	06
Fortalecimento do sistema de segurança pública	05
Implantação ou manutenção de esgotos sanitários	04
Manutenção e uso adequado das praças	03
Diminuição da freqüência da falta de água e energia	02
Transformação de ruas para uso exclusivo de pedestres	02
Implantação de posto telefônico	02
Total	113

* Da tabela original, são apresentadas aqui apenas as providências mais citadas.

Fonte: Pesquisa de campo por amostragem - out/1997, in: Projeto de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa, Estudo Sócio-Econômico, V.9, 1987, p.73.

Dessa forma, reconhecia-se a importância não apenas do comércio e dos negócios que ali existiam, mas também das residências. A deterioração do lugar era atribuída àqueles usos que contribuíram, ao longo da história, para a imagem de bairro comercial e à especulação imobiliária, em detrimento do prestígio e da qualidade de suas funções residenciais. Concluía-se o diagnóstico do centro histórico com uma avaliação da área nos seguintes termos:

“O Centro Histórico de João Pessoa encontra-se dentro dos limites de uma área urbana muito consolidada, com zonas homogêneas distintas, afetadas por problemas concretos e diferenciados: aumento, com características de invasão, dos ‘usos comerciais’ em mais de dois terços de sua área edificada; abandono do uso residencial que, atualmente, só se encontra no entorno dos edifícios históricos da cidade alta; escassíssimo equipamento cívico-assistencial; predomínio da propriedade privada da edificação e dos aluguéis como regime de ocupação, com graves problemas de falta de vínculo da população inquilina com as edificações, em sua maioria comerciantes (...). Outro problema é o processo continuado e acelerado de ruptura e destruição da imagem urbana (demolições, alterações, etc) com zonas especialmente negativas, onde, por concentração de problemas (usos, abandono, ruínas, invasões, etc), acumulam-se alarmantemente os fatores de deterioração” (Memorial Geral do Projeto de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa, 1987:165).

A orientação política era clara no sentido de que o centro histórico deveria ser revitalizado como “patrimônio social coletivo acima dos interesses privados e localizados”, privilegiado nos estudos sócio-econômicos sobre a área (Memorial Geral, 1987:06):

“(...) o conhecimento da qualidade de vida das pessoas residentes como prioridade do estudo, por entendermos que o custo social tem um peso significativo nas sociedades de países em desenvolvimento (...). Se não forem implantadas em curto prazo ações que revertam esse processo de expulsão, o Centro estará em breve quase que totalmente despovoado, habitado apenas pelas pessoas que dividem seu espaço residencial com outras atividades” (Estudo Sócio-Econômico, V. 9, 1987: 41).

Tais preocupações sociais eram condizentes com os processos de recuperação das cidades, dando destaque aos centros históricos, que se consolidavam no final dos anos 1970 na Europa⁸⁰ e se expandiam para países ibero-americanos através de órgãos internacionais voltados para a preservação do patrimônio construído e natural (Equador, Brasil, entre outros). Os princípios de revitalização urbana foram, posteriormente, incorporados aos discursos e textos dos órgãos internacionais de proteção do patrimônio cultural (Organização das Nações Unidas - ONU, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO, Conselho Internacional de Monumentos e Sítios - ICOMOS etc).

Mais próximas da visão empresarial e imobiliária, as políticas urbanas de revitalização voltam-se, na sua grande maioria, sobretudo, a partir das duas últimas décadas do século XX, para propostas de recuperação econômica e do estoque de construções em seu valor imobiliário. Destacam-se os espaços e as paisagens

⁸⁰ A principal referência dessas políticas urbanas, que parece ter inspirado esta primeira fase do Projeto de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa, foi a experiência de reabilitação do Centro Histórico de Bolonha (Cervellati e Scannavini, 1973) dentro do urbanismo progressista italiano dos anos 1970. Este último foi um processo conduzido por políticos e administradores vinculados ao Partido Comunista Italiano, posteriormente, aplicado em outras cidades italianas (Modena, Imola, Ferrara e Ravenna) e espanholas como Madri e Barcelona. Imola, Ferrara e Ravenna

protegidos pela legislação e localizados em áreas centrais ou lugares de origem das cidades, estimulando e promovendo sua conversão a novos usos do setor terciário, com ênfase na diversão, lazer e turismo⁸¹. Neste sentido, a *gentrification* e a dinamização cultural são os resultados mais evidentes nos anos mais recentes, conforme enfatiza Zancheti:

“A reabilitação e revitalização formaram um dos esteios das políticas neoliberais em nível municipal. Elas transformaram a conservação urbana em uma estratégia de agregação de valor à economia urbana das localidades e em um instrumento poderoso de atração de investimentos privados supra-regionais ou internacionais” (2000:02).

A experiência de revitalização do centro histórico de João Pessoa é exemplar no sentido de mostrar inicialmente um interesse voltado para os problemas sociais do centro histórico, do bairro do Varadouro mais especificamente, e da qualidade de vida da população ali residente. No final da década de 1990, essa experiência passou a seguir o modelo de *gentrification* voltado para a construção de cenários urbanos e para a dinamização cultural de áreas específicas, criando lugares de consumo cultural, construído-se *paisagens de poder* que mantêm espacialmente as desigualdades sociais do lugar (Zukin,2000).

Embora se tivesse diagnosticado a qualidade de vida no centro histórico de João Pessoa, através de pesquisa empírica realizada pela própria equipe técnica do

⁸¹ Essa apropriação dos princípios da conservação integrada pelas tendências políticas menos preocupadas com os problemas sociais que estas áreas urbanas enfrentam parece vincular-se muito mais ao sucesso das intervenções de recuperação de áreas centrais de cidades norte-americanas voltadas para o turismo, não significando que não se desenvolvam em países da Europa, antes pelo contrário. Porém, foram políticas que tiveram origem diferente daquelas das cidades européias, em especial, as italianas e espanholas. Surgiram dos movimentos de recuperação da *main street*, da criação de *shopping centers* e de recreação nas áreas centrais das cidades (Jacobs, 2000; Frieden e Sagalyn, 1994). Nessas políticas e propostas, deixa-se de lado ou, pelo menos, não são enfatizados os problemas sociais que marcam a periferia das áreas centrais das cidades em quase todo o mundo. Passa-se a aceitar que a *gentrification* é inevitável e que os resultados quanto à recuperação física, econômica e social das áreas degradadas compensam socialmente a expulsão de habitantes e pequenos negociantes. Ou, ainda, que os resultados econômicos do consumo e do resgate cultural, via turismo, acabarão por *naturalmente e indiretamente* beneficiar os grupos sociais de menor poder aquisitivo através da geração de emprego e renda.

Projeto de Revitalização de João Pessoa, não houve um projeto específico ou *estratégico* para atender aquela demanda. Dentre as informações relacionadas à população local, destacavam-se: o nível de renda médio por domicílio, o tempo de moradia, o regime de ocupação da habitação, o padrão da habitação, o motivo de residência no centro histórico, o interesse de permanência na área e o nível de instrução. Chegou-se até a apresentar um perfil da situação da população do centro histórico em meados da década de 1980, conforme indicam as tabelas a seguir:

Tabela nº 02: Evolução da população residente no bairro do Varadouro – centro histórico de João Pessoa (1980-1987)

Anos	f	População-% em relação a João Pessoa	Taxa de crescimento	Decréscimo no período
1980	2537	0,77	-7,8	-30,5
1987	1763	0,41	-	-

Fonte: Pesquisa de campo por amostragem, out/1987. In: *Projeto de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa*, Estudo Sócio-Econômico, V.9, 1987:40.

Tabela nº 03: População residente, por nível de renda familiar, no centro histórico de João Pessoa (1987)

População	Renda Domiciliar(SM)						Total
	Até 2	2 –5	5 -10	10-20	20-30	30-42	
Frequência	41	36	19	18	2	2	118
%	34,7	30,6	16,1	15,2	1,7	1,7	100

Fonte: Pesquisa de campo por amostragem, out/1987. In: *Projeto de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa*, Estudo Sócio-Econômico, V.9, 1987:44.

Tabela nº 04: População residente, por tipo de ocupação/trabalho, no centro histórico de João Pessoa (1987)

População	Empregados				Autônomo (**)	Aposentado/pensionista	Total
	Comércio	Serviços	Indústria	Institucional(*)			
Frequência	19	10	03	38	47	38	155
%	12,3	6,5	1,0	24,5	30,3	24,5	100

Fonte: Pesquisa de campo por amostragem, out/1987. In: *Projeto de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa*, Estudo Sócio-Econômico, V.9, 1987:47.

(*) Somente órgãos públicos

(**) Incluindo os que vivem de bens e poupança

A pesquisa sócio-econômica desenvolvida no centro histórico pela equipe técnica do Projeto de Revitalização abrangeu os 117 ha divididos em 80 quadras (ver esquema da divisão das quadras-limite existentes na área delimitada como centro histórico, anexo, em CD-ROM). Analisou a dinâmica da ocupação urbana da cidade de João Pessoa segundo os setores comercial, de serviços e industrial.

Porém, deu maior destaque à pesquisa de campo por amostragem sobre as condições de vida da população residente, procurando delinear um perfil dessa população e suas necessidades. A população residente do centro histórico em 1987, segundo esses dados, era de cerca de 3.366 habitantes, distribuídos de forma pulverizada dentro dos limites estabelecidos pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba - IPHAEP, excluída a população favelada.

Entretanto, a ausência de dados da Prefeitura Municipal de João Pessoa sobre a área, assim delimitada, fez com que os membros da comissão técnica trabalhassem com a Planta de Setores do Cadastro Técnico Municipal referente a 1987 – correspondente ao bairro do Varadouro - representando só esse bairro 68,4% da respectiva área, como referencial para o estudo do crescimento populacional e definição da amostragem. Constatou-se, conforme pesquisa de população por tipo de ocupação, que em relação ao restante da população da cidade, o Varadouro perdeu 30,5 % da sua população no período de sete anos, entre 1980-1987 (1987:40).

O motivo do decréscimo populacional na área do Varadouro foi atribuído pelas análises sócio-econômicas à deterioração da qualidade de vida no centro histórico, agravada pela expansão do setor terciário na cidade e no bairro, desde as reformas urbanas das décadas de 1920/30. O setor de comércio e de serviços ampliou cada vez o número de estabelecimentos, anexando novos prédios antes residenciais, por aluguel ou aquisição. Entretanto, havia uma certa “desarticulação afetiva entre o lugar e as

peças” (Projeto de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa, Estudo Sócio-Econômico, 1987:41), tamanha a descaracterização e o estado de ruínas de parte do patrimônio localizado no bairro do Varadouro. As tabelas 05 e 06, a seguir, sintetizam as estatísticas utilizadas pela comissão técnica, em 1987, sobre o centro histórico:

Tabela nº 05 - Dados estatísticos gerais sobre o centro histórico de João Pessoa

Superfície de estrutura urbana	117 ha
Superfície de quadras edificadas	64,12 ha
Número de habitantes do centro histórico	3.366 ha
Densidade média líquida	52,5 n° Hab/h a
Densidade média bruta	28,8 n° Hab/h a
Número de prédios	2.087
Número de lotes	2.193

Fonte: Pesquisa de campo, out/1987. In: *Projeto de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa*, Memorial Geral, 1987.

Tabela 06 - Dados estatísticos sobre as edificações – Uso do solo

Uso do solo	Número de edificações	%
Comércio	715	34,4
Habitação	632	30,4
Serviços	261	12,5
Vazios	189	9,1
Misto	171	8,2
Industrial	32	1,5
Assistencial	8	0,4
Educação	6	0,3
Recreação	5	0,2

Fonte: Pesquisa de campo por amostragem, out/1987. In: *Projeto de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa*, Memorial Geral, 1987.

O baixo nível de rendimento da população do centro histórico, conforme dados do Projeto de Revitalização, distribuía-se segundo as principais atividades econômicas da região, reforçadas após as reformas urbanísticas da década de 1930: comércio, serviços, institucional e pequena indústria. Como mostra a tabela 07, a seguir, as atividades autônomas representavam 44,6%, envolvendo o pequeno comércio e a prestação de serviços (incluindo a prostituição) no centro histórico.

Definiu-se, portanto, uma amostra de 140 domicílios, representativos de 22% do total de domicílios da área (estimada pela equipe do Projeto em 632 unidades

habitacionais, com uma média de 5,3 habitantes por residência, em junho de 1987), procurando-se distribuir de maneira proporcional por cada quadra, com pelo menos um domicílio por quadra. Foram aplicados questionários com os moradores, tendo como referência básica as seguintes variáveis: o tipo de ocupação e a renda familiar, a estrutura etária dos moradores e seu grau de instrução, a habitação em sua interação com o meio ambiente e a favelização de parte do centro histórico.

A tabela 03 contendo dados acerca da renda familiar/população, apresentada anteriormente, indica uma porcentagem de mais de 65% da população com renda média familiar variando entre dois e cinco salários mínimos. Desse total, 30,3% dos pesquisados desenvolvem atividades autônomas, 24,5% são aposentados e 24,5% são empregados em instituições públicas. O restante está distribuído em atividades de comércio, serviços e industriais, somando juntos 19,8% do total de respondentes. Destes, 44,4% exercem suas atividades fora da área delimitada pelo Projeto de Revitalização como centro histórico, conforme tabela nº 07, sendo a categoria de autônomos a mais representativa da área.

Tabela nº 07: População residente, por tipo de ocupação/trabalho e localização do trabalho (1987)

Localização	Empregados								Autônomo		Total	
	Comércio		Serviços		Indústria		Institucional					
	f	%	f	%	f	%	f	%	F	%	f	%
No Centro Histórico	13	20	4	6,2	2	3,1	17	26,1	29	44,6	65	100
Fora do Centro	6	11,5	6	11,5	1	1,9	21	40,5	18	34,6	52	100

Fonte: Pesquisa de campo por amostragem, out/1987. In: *Projeto de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa*, Estudo Sócio-Econômico, V.9, 1987:47.

O conhecimento da faixa etária da população residente mostra, conforme dados apresentados na tabela nº 08, a seguir, que 51% das pessoas pesquisadas estavam em plena idade produtiva. Entretanto, a maioria (57%) cursou apenas o 1º grau escolar,

enquanto 22,9% cursaram até o 2º grau, registrando-se ainda 10% de analfabetos (ver tabela 09). Esses dados evidenciam uma baixa profissionalização e explicam, em parte, o baixo nível de renda da população. Mostram, ainda, um alto índice de crianças e de jovens menores de 20 anos de idade, exatamente 31,4% do total pesquisado, sugerindo uma demanda atual e futura por determinados equipamentos e serviços específicos, considerando-se a precariedade dos equipamentos de uso público existentes na área, como escolas e creches, com destaque também para a deterioração e usos privados inadequados das praças e ruas da cidade. São ao todo onze praças que formam uma área verde urbanizada de aproximadamente 3,5 ha e cuja situação de utilização foi assim descrita:

“As praças do centro histórico de João Pessoa encontram-se abandonadas e sem uso adequado, invadidas por um comércio clandestino e irresponsável (na maioria, postos de gasolina), comprometendo a estrutura urbana da cidade. Os problemas generalizados da realidade do meio físico e social da cidade de João Pessoa acarretam grandes alterações a esses espaços livres, tornando-se muito difícil o aproveitamento destas como local de convivência e repouso” (Projeto de Revitalização do Centro Histórico, Memorial Geral, 1987:80).

Tabela nº 08: População residente no centro histórico, por faixa etária, nos anos 1980 e 1987

Anos	População (%)		
	Menores de 20 anos	De 20 a 50 anos	Maiores de 50 anos
1980 (*)	39,9	41,9	18,2
1987 (**)	31,4	51,0	17,6

Fonte: (*) FIBGE: Censo Demográfico – 1980.

(**) Pesquisa de campo por amostragem, out/1987. In: *Projeto de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa*, Estudo Sócio-Econômico, V.9, 1987:49.

Tabela nº 09: População residente no centro histórico de João Pessoa, por nível de escolaridade (1987)

População	Grau de escolaridade			
	Não sabe ler (*)	1º grau completo	2º grau completo ou não	Superior completo ou não
Frequência	64	336	135	54
%	10,6	57	22,9	9,2

(*) Incluindo-se crianças e adolescentes.

Fonte: Pesquisa de campo por amostragem, out/1987. In: *Projeto de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa*, Estudo Sócio-Econômico, V.9, 1987:49.

O tempo de moradia da população e o padrão das habitações são indicativos da redução da função residencial no bairro do Varadouro ao longo da segunda metade do século XX, conforme indicam as tabelas 10 e 11.

Tabela nº 10: Tempo de moradia no centro histórico de João Pessoa, por número de famílias

Tempo de moradia	Número de famílias	%
Menos de 5 anos	35	29,2
De 5 a 10 anos	26	21,6
Mais de 10 anos	59	49,2
Total	120	100

Fonte: Pesquisa de campo por amostragem, out/1987. In: *Projeto de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa*, Estudo Sócio-Econômico, V.9, 1987:55.

Tabela nº 11: Domicílios pesquisados no centro histórico de João Pessoa, por regime de ocupação e padrão habitacional

Padrão da habitação	Regime de ocupação						Total	%
	Própria	%	Alugada	%	Cedida	%		
Alto	1	50	1	50	-	-	2	1,7
Médio	34	82,9	7	17,1	-	-	41	34,2
Baixo	27	35,1	48	62,3	2	100	77	
Subnormal	-	-	-	-	-	-	-	64,1
Total	62	100	56	100	2	100	120	100

Fonte: Pesquisa de campo por amostragem, out/1987. In: *Projeto de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa*, Estudo Sócio-Econômico, V.9, 1987:53.

Tabela nº 12: Domicílios pesquisados no centro histórico, por interesse de permanência das famílias e regime de ocupação da habitação

Nº Domicílios	Não pretende se mudar				Pretende se mudar				Não respondeu			
	Próp.	Alug.	Cedi-do	Total	Próp.	Alug.	Ced.	Total	Próp.	Alug.	Cedido	Total
F	48	35	2	85	11	16	-	27	3	5	-	8
%	56,5	41,2	2,3	100	40,7	59,3	-	100	37,5	62,5	-	100

Fonte: Pesquisa de campo por amostragem, out/1987. In: *Projeto de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa*, Estudo Sócio-Econômico, V.9, 1987:56.

O Projeto de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa procurou, ainda, identificar os problemas gerais que afetavam a capacidade vital da área, relacionados aos seus aspectos físicos e de funcionamento, com destaque para a paisagem formada por amplas áreas verdes remanescentes e a relação entre o rio e a cidade, ponto original

de sua formação. Indicava, assim, que as soluções estariam relacionadas com uma articulação entre a realidade do meio físico e social.

São os seguintes os principais problemas identificados após a referida análise da paisagem e dos impactos ambientais de usos inadequados do patrimônio urbano: falta de integração rio-cidade; substituição progressiva e acelerada da estrutura urbana edificada tradicional; implantação abusiva dos usos comerciais, não só por ambulantes, mas pelo próprio comércio formal, com placas inadequadas, com lojas aumentando a superfície de vendagem para as ruas; lixo e excesso de barulho; ocupação das praças para usos privados (principalmente Anthenor Navarro, Álvaro Machado e Pedro Américo); congestionamento generalizado do trânsito urbano durante o dia; invasão urbana por instalações elétricas como postes, cabos, transformadores; alteração da malha urbana pelos viadutos (dois viadutos atravessam a área central em trechos importantes como patrimônio urbanístico e arquitetônico da cidade, o Viaduto Dorgival Terceiro Neto⁸² e o Viaduto Damásio Franca); falta de definição de uso do solo dos edifícios “singulares” (Convento de Santo Antônio, Igreja de São Bento, Casa da Pólvora, Fábrica de Caju Tito Silva, Igreja de São Pedro Gonçalves, Hotel Globo, entre outros) que, por falta de acordo entre instituições (Ministério da Cultura, Bispado, Governo do Estado), permaneciam fechados e sem uso, até mesmo depois de restaurados. Associados a estes, foram identificados problemas de conservação do patrimônio construído e urbanizado, assim considerados no Projeto de Revitalização:

“(…) substituição de quase metade das edificações por novas de materiais industriais inadequadas, com materiais e características tipológicas, volumétricas e formais que alteram gravemente a estrutura urbana; e grave processo de alteração, modificação e descaracterização da edificação tradicional. Há também agressões pontuais ‘irreversíveis’ (somente com

⁸² Esse viaduto, construído na rua da Areia, uma das mais antigas ruas residenciais da cidade baixa, agravou ainda mais a qualidade da vida e da paisagem urbana do centro, ao passar a ser invadido pela população pobre, formando uma verdadeira favela embaixo de sua estrutura.

demolição) de vários edifícios de alturas excessivas que rompem totalmente com a homogeneidade das edificações, bem como os níveis médios de conservação com uma clara tendência ao deterioro e à substituição. Outro problema é o processo continuado e acelerado de ruptura e destruição da imagem urbana (demolições, alterações, etc) com zonas especialmente negativas, onde, por concentração de problemas (usos, abandono, ruínas, invasões etc), acumulam-se alarmantemente os fatores de deterioração” (Op. cit., 1987:165).

Ressaltava-se no documento uma perda do vínculo rio-cidade, considerando-se que, nas referências históricas mais antigas como no *Sumário das Armadas*, datado do século XVI, já se identificava essa relação. É preciso lembrar que as lutas pela ocupação e fundação da cidade de Nossa Senhora das Neves teriam sido travadas às margens do rio Paraíba e do seu afluente, o rio Sanhauá, local original de comunicação da capitania com o mundo. O estuário desse rio reunia as condições estratégicas em relação à defesa da Capitania de Itamaracá. Construiu-se logo um porto fluvial que serviu posteriormente de escoadouro da produção local. Para defesa do acesso marítimo-fluvial, foi erguido o Forte de Santa Catarina⁸³, no local próximo ao qual construiu-se, na década de 1930, o Porto de Cabedelo. A partir da década de 1930, o antigo ancoradouro do que seria o Porto do Varadouro, mais conhecido como Porto do Capim, foi sendo desativado gradativamente.

Além de abandonado como entreposto comercial e ancoradouro, as margens do rio, paisagem original da cidade, foram sendo poluídas de diversas formas. A situação atual de poluição desse estuário do rio, de contaminação ambiental, é agravada pelo assoreamento e desmatamento da vegetação de mangue, que acabaram por inviabilizar o transporte fluvial em certos trechos do rio. A própria existência de uma favela pode ser considerada como fator de poluição e de degradação da área.

⁸³Outros fortes foram construídos no início da colonização, como o Forte de São Felipe e São Tiago, do outro lado do rio Paraíba; o Forte de São Sebastião, na várzea do mesmo rio e outros ao longo do seu estuário.

Trata-se de uma população pobre que se instalou, clandestinamente, há mais de 50 anos, em sub-habitações cujos esgotos e lixos são lançados diretamente no rio, de cujo manguezal antes extraíam alimentos (peixes, caranguejos) e grande parte da madeira para construção das habitações e para utilização na indústria madeireira instalada nos antigos galpões e armazéns existentes nas ruas próximas ao ancoradouro. Hoje, quase não existe mais peixe, nem caranguejos, mas a extração da madeira e o assoreamento do rio estão sendo reduzidos sob ameaça de extinção do mesmo (ver, anexo, em CD-ROM as fotos 30 a 34 correspondentes às imagens recentes da favela Porto do Capim e adjacências). D. Josefa, moradora da favela há trinta anos, lembrando-se de como era o rio, afirmou:

“Era menos poluído, dava mais peixe. No tempo que eu morava na ilha, isso aqui era um rio muito cheio, tinha muita concha no mangue, muito siri, muito caranguejo. Hoje em dia, muito pouco porque essa carga que desce matou tudo. Teve um tempo, o ano trasado, desse mangue de lá só se via o casco do caranguejo que a poluição matou.” (Entrevista dada à autora na sua casa, que ela e a filha, D. Maria, transformaram em um bar que serve refeições e bebidas aos trabalhadores das madeireiras e à população da favela Porto do Capim, JP, Abril de 2001).

Outra moradora, membro da Associação de Moradores da Comunidade Porto do Capim, ponderou:

“Não, depois que o IBAMA bateu em cima, multando quem tava destruindo o mangue, aí foi parando, mas aqui, aqui onde é a casa de mainha, ficava repleto de madeira. Esse lado, do outro lado ali, teve muita gente que ganhou dinheiro com madeira aqui. Muita gente aqui no Porto do Capim trabalhava, ia justamente pro mangue só pra cortar madeira e trazer” (Entrevista com a presidente e membros da Associação Comunitária Moradores do Porto do Capim - Ana Lúcia França de Almeida, Elizângela de Almeida e Nino e Agenor, Porto do Capim, JP, fevereiro de 2001).

Já o presidente da Associação Centro Histórico Vivo – Acehrvo recorreu ao passado histórico do lugar e sua imagem lúdica, para esclarecer:

“A gente não pode nadar, nem beber da sua água, mas é fantástico, o rio Sanhauá é algo indescritível. Se a gente for tentar descrever, é impossível, até por todo esse componente lúdico que ele tem, histórico, a gente saber que foi por ali que a gente nasceu e tal. E, hoje em dia, ele dá sobrevivência a algumas pessoas de forma precária, porque se o rio estivesse totalmente despoluído seria o ideal” (Entrevista dada à autora em 16 de janeiro de 2001).

Complementou seu relato acentuando as frustrações do passado, cristalizadas, em parte, nas ações políticas do presente, as quais podem ser consideradas como elementos que explicam a situação geral de abandono da área:

“Você vê o rio Sanhauá na década de 1940, aqui teve um Iate Clube, um Iate Clube Sanhauá, ou seja, havia regatas, havia navegação natural. Houve a tentativa de se fazer, frustradíssima, de se fazer um Porto do Sanhauá, foi quando houve a primeira poluição do rio. Foi a corrupção, o desvio de recursos, muito dinheiro. Na época, Eptácio Pessoa era presidente da República, encaminhou dinheiro pra cá, pra construção do prédio dos Correios e pra construção do Porto do Sanhauá. E a sacanagem que fizeram na época foi a seguinte: fotografaram o Porto do Recife que estava sendo construído também na época, e mandaram estas fotos daqui como se estivesse sendo construído o porto daqui. Ergueram umas estacas lá, fizeram uma encenação, cercaram, mas na verdade todo o dinheiro, muita gente envolvida, muitos políticos, muitos comerciantes, foi a primeira poluição do rio. Então, de lá pra cá, além da poluição moral, houve a poluição natural e dos homens também, e hoje infelizmente não é um rio limpo, totalmente limpo, existe pescaria, mas em pontos específicos” (Entrevista dada à autora em 16 de janeiro de 2001).

Atualmente, o comprometimento ecológico do estuário do rio Paraíba, principalmente na parte superior – rio Sanhauá -, acentua-se pela contaminação de suas águas, em razão do despejo de efluentes líquidos industriais, além dos domésticos e dos resíduos sólidos. Os despejos industriais de quatro destilarias de álcool instaladas ao longo do rio Paraíba contribuem para essa poluição. Há também os despejos domésticos de esgotos sem tratamento da cidade de João Pessoa, através do rio Tambiá, acarretando redução do oxigênio na água, o que caracteriza alto índice de contaminação do estuário.

Além disso, os resíduos sólidos coletados na área urbana da cidade têm seu destino final em um lixão a céu aberto localizado no bairro do Róger, num trecho de

Foi essa a realidade que a equipe técnica formada no Convênio Brasil/Espanha para estudos e ações de revitalização do centro histórico de João Pessoa encontrou e sobre a qual realizou as pesquisas e propostas que vêm sendo implementadas até hoje na área delimitada como centro histórico de João Pessoa. Na década em que se iniciou esse Projeto de Revitalização, o centro histórico, em especial o bairro do Varadouro onde se localizam a Praça Anthenor Navarro e o Largo de São Pedro Gonçalves, estava abandonado e degradado. Envolvia uma população desassistida, ruas e monumentos em ruínas, ou quase em ruínas, que refletiam o desgaste dos equipamentos e da infraestrutura urbana da área.

Em termos operacionais, houve uma tentativa dos coordenadores do Projeto, no sentido de estabelecer uma relação de independência, seja na elaboração do Projeto de Revitalização, seja nas atividades da comissão técnica de revitalização do centro histórico, frente aos órgãos públicos do Estado e do Município, até mesmo frente ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba - IPHAEP, mesmo que houvesse uma vinculação institucional. Isso provocou uma certa *antipatia* dos poderes públicos locais e dos funcionários do IPHAEP com relação à equipe técnica inicial e suas atividades de preservação e revitalização, dificultando o trabalho da mesma ou ignorando-o, conforme relataram técnicos e arquitetos que participaram do processo de implantação do *Projeto de Revitalização* desde a primeira fase.

Terminada a fase de estudos, diagnóstico e elaboração do Projeto, em novembro de 1987, começaram as dificuldades para implementação das diretrizes e para o funcionamento da Comissão Técnica de Revitalização do Centro Histórico, constituída e oficializada naquele mesmo ano. Faltava o apoio da Prefeitura e do Governo do Estado, sobretudo com relação às contrapartidas financeiras definidas no Termo de Cooperação Técnica, só liberadas parcialmente através de pressões e

influências da instituição internacional conveniada. As dificuldades foram tantas que, nessa primeira fase, foram executadas apenas as restaurações mais urgentes sob ameaça de descaracterização do patrimônio histórico e artístico em nível nacional e estadual, bem como aquelas obras consideradas elementos catalisadores em relação à atração e dinamização dos núcleos históricos. Além disso, a comissão técnica perdeu grande parte dos arquitetos que a compunham e ficou reduzida aos dois bolsistas da AECI, hoje coordenadores adjuntos, Cláudio Nogueira e Sonia Gonzáles. A desarticulação da equipe técnica que elaborou o *Projeto de Revitalização* aconteceu por diversos motivos, embora o principal deles tenha sido a ausência de remuneração por parte dos órgãos públicos do Estado da Paraíba, que não cumpriam o que estava estabelecido como sua contrapartida nos termos do Convênio Brasil/Espanha.

No *Termo de Cooperação*, havia sido estabelecido que a contrapartida dos poderes públicos locais seria disponibilizar os profissionais para participarem da equipe técnica de trabalho, promover a incorporação das recomendações definidas pelo Projeto à legislação local específica, bem como participar da execução das propostas de intervenção. Deveriam também, Prefeitura e Estado, manter as atividades da Comissão Permanente de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa, que passaria, desde esse período, a ter caráter permanente e a se responsabilizar pela implementação das propostas e recomendações do *Projeto* e pela ampliação dessa sistemática de trabalho às outras áreas da cidade ou a outros centros históricos de interesse do Estado.

Desse modo, o *Projeto de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa* começou a ser implantado em 1987. Havia previsão de que os trabalhos fossem concluídos, pelo menos quanto às vinte e seis intervenções definidas como prioritárias para a revitalização da área, em 1992, data da comemoração do quinto centenário da

união das coroas portuguesa e espanhola e de expansão da colonização. Porém, as dificuldades já mencionadas e os entraves burocráticos, associados aos conflitos com segmentos da própria população local, em especial os comerciantes da rua Maciel Pinheiro e Praça Anthenor Navarro, também contribuíram para que a implantação do Projeto fosse mais lenta do que o previsto e com restrições quanto aos usos indicados pela comissão técnica. Cite-se também a primeira tentativa mal sucedida de revitalização da Praça Anthenor Navarro (1988) e da restauração da Igreja do Conjunto Beneditino, que foi fechada e teve equipamentos, como bateria de banheiros e poltronas para concertos de orquestras, instalados dentro da proposta de implantação de novos usos retirados e abandonados.

Essa primeira tentativa de revitalização da Praça Anthenor Navarro, em 1988, foi frustrada por diversos motivos. Em primeiro lugar, porque não se conseguiu retirar um posto de gasolina localizado no meio da praça, medida primordial para sua revitalização. Essa providência dependia do apoio da Prefeitura Municipal, através da aplicação da legislação municipal, já que aquela área estava dentro das zonas especiais de preservação e definida como centro histórico pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba - IPHAEP. Os recursos para as obras da Praça Anthenor Navarro chegaram a vir da Espanha e foram, posteriormente, devolvidos ante a impossibilidade de implementação. Em segundo lugar, ressaltamos os conflitos com os comerciantes das ruas próximas à Praça Anthenor Navarro, que se rebelaram contra a proposta de fechamento da praça e, também, do Largo de São Frei Pedro Gonçalves - espaços contínuos que compõem um conjunto urbano reformado no início do século XX.

Esses comerciantes, representantes da tradição comercial da elite paraibana, partiram para o confronto direto, com protestos na mídia e na própria praça. Através do

poder de influências junto aos poderes públicos locais, conseguiram inviabilizar a revitalização da área nesse primeiro momento. Apresenta-se a seguir um trecho do depoimento referente às negociações realizadas, na época, através da Associação Comercial da Paraíba - localizada em um dos prédios monumentais da rua Maciel Pinheiro, a principal artéria comercial da cidade até a década de 1960:

“Principalmente os comerciantes, não viam de forma nenhuma com bons olhos, por exemplo, um conflito que houve que durou anos que era a revitalização da Praça Anthenor Navarro, próximo ali à Prefeitura, que existia um posto de gasolina. Pra retirar esse posto de gasolina entrou prefeito e saiu prefeito e não se retirava esse posto. Com isso a Espanha ficava muito irritada com essa história, porque ela com todo o dinheiro para restaurar, a única condição era transferir o posto, a prefeitura fizesse o que fizesse. E ali tinham coisas assim absurdas, tinha um proprietário que era como se ele fosse dono daquela área, uma coisa terrível. A mesma situação a Praça Dom Adauto, houve resistência dos lavadores de carro, do pessoal que tinha escritórios, comércio porque eles achavam que era conveniente parar o carro ali. Todas essas negociações eram feitas via Associação Comercial, eram feitas com as instituições. Essas reuniões até que eu participei de poucas porque a gente aproveitava assim quando eles vinham, porque já tinham assim mais credibilidade, isso porque o confronto não era fácil, não era fácil” (Entrevista concedida à autora pela coordenadora adjunta da Comissão Técnica de Revitalização até 1992).

Apesar desses conflitos com os comerciantes e com outros segmentos locais, e das dificuldades colocadas pelos próprios poderes públicos da capital, os bens culturais existentes na área passaram a fazer parte do Programa de Preservação do Patrimônio Cultural da Ibero-América mantido pela Agência Espanhola de Cooperação Internacional - AECI. Estabeleceu-se um convênio de cooperação entre os governos brasileiro e espanhol que vem se renovando a cada dois anos ininterruptamente. Os dois governos assumiram o compromisso de realização de estudos conjuntos para a revitalização do centro histórico de João Pessoa, cujo objetivo seria recuperar um patrimônio de raízes culturais comuns, mas também contribuir para a dinamização sócio-econômica dessa área urbana. Diante de todas as dificuldades e conflitos que surgiram para a implementação do *Projeto de Revitalização*, os técnicos locais da

comissão técnica passaram a propor, como elemento prioritário, uma conscientização da população para a existência do patrimônio histórico. Não se falava ainda da importância econômica da revitalização, mas da história da cidade, dos seus monumentos e da possibilidade de utilização dos mesmos como bens públicos, documentos da memória e da origem da cidade. Naya Caju, coordenadora da Oficina-Escola desde 1991 e membro da Comissão Técnica desde a fase de estudos preliminares como estagiária bolsista da ICI, fez a seguinte declaração:

“Era uma equipe de pessoas que tinham uma formação e uma preocupação com a revitalização integral do centro histórico, e a necessidade de despertar a população para a existência de um centro histórico em João Pessoa. Ao longo do processo, aconteceram vários momentos em que houve embates com os próprios colegas do curso de arquitetura (...). Então, a própria consciência da existência de um núcleo histórico. Você sabe que a gente tem uma formação ainda bem colonial, quer dizer, colonial de colonizado, no sentido de colonizado. Quem tem patrimônio é Roma, Europa. É! Em João Pessoa, imagine! João Pessoa não tem patrimônio, não tem núcleo histórico, que história é essa?! Então, esta coisa era um dos problemas mais gritantes de se resolver e até o embate dia-a-dia com os comerciantes era também doloroso porque aí já tinha a falta de entendimento da questão do patrimônio, da questão da arquitetura, da questão da preservação, mas também a questão econômica colocava-se fortemente” (Entrevista da coordenadora da Oficina-Escola dada à autora, em 03 de abril de 2000).

Quanto aos interesses da Espanha, segundo depoimentos de técnicos que participaram dessa primeira etapa, os objetivos nem sempre explicitados da institucionalização do Programa de Revitalização em países da Ibero-América relacionavam-se com os esforços da Espanha para fazer parte da Comunidade Econômica Européia (CEE). A Espanha passou a integrar a CEE em 1987 e, como consequência, associou-se também a uma campanha institucional marcada por uma política de desenvolvimento econômico calcada no turismo e na dinamização cultural das suas principais cidades:

“A gente sabe que na época em que eles desenvolveram esse trabalho tinha todo uma proposta deles mesmos. Na época a Espanha estava naquela história do

Mercado Comum Europeu e tudo. Ela tinha que fazer esse tipo de trabalho para, inclusive, subir de posto porque ela nem era tão bem-vinda assim. Então este investimento maciço em toda a Ibero-América para também rever as coisas que eles fizeram aqui e tudo. Então, a gente sabia que tinha isso aí também, eles tinham que fazer isso através desse Programa. Mas você veja, acabou tudo isso, culminou com aquele 1992, aquela festividade toda e eles continuam” (Entrevista concedida à autora pela ex-coordenadora adjunta da equipe local, em 14 de fevereiro de 2002).

E, assim, o *Projeto de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa* continuou a se desenvolver, embora, como veremos, com algumas alterações significativas na sua forma de atuação e com a participação conflituosa da Prefeitura Municipal e do Governo do Estado. Essa participação dependia sempre de *uma vontade política* do governador e prefeito do momento e de terem um maior ou menor interesse pelo tema, como afirmou a maioria dos técnicos e pessoas que possuíam ou possuem vinculação com as associações e entidades ligadas ao centro histórico de João Pessoa.

Apesar de marcadas por intervenções isoladas e da reduzida participação da população da cidade naquele momento, as primeiras intervenções no patrimônio cultural na cidade de João Pessoa, em especial, no bairro do Varadouro, mantiveram uma articulação maior entre governo do Estado, Prefeitura Municipal e patrimônio cultural. Essa articulação foi ampliada apenas para o estabelecimento de uma relação mais complexa entre Estado e cidadãos pelo trabalho da Oficina-Escola desenvolvido desde 1991, reforçando nexos possíveis de uma articulação democrática entre interesses públicos e vida cotidiana.

O avanço daquela proposta será avaliado quando analisarmos as políticas desenvolvidas a partir de 1996 na cidade de João Pessoa e a forma como as ações voltadas para o patrimônio cultural se voltaram, de um lado, para as práticas de lazer e consumo e, de outro, após o ano 2000, para uma ampliação da participação social no

processo de revitalização, não apenas nas festas e bares da noite, mas, sobretudo, nos programas sociais e na promoção de eventos, cursos, shows etc., desenvolvidos por associações não-governamentais e voltados para crianças e adolescentes.

3.2. *Gentrification* e reinvenção do lugar: usos e contra-usos do patrimônio cultural no Centro Histórico de João Pessoa (1996-2002)

Em 1996, intensificaram-se as notícias nos principais jornais da cidade de João Pessoa sobre a revitalização do centro histórico⁸⁴. Quatro anos depois de iniciadas as experiências de maior repercussão nacional, a *Operação Pelourinho*, em Salvador, e a do *Recife Antigo*, o Jornal Correio da Paraíba, 08/03/1997 destacava: “A vez de João Pessoa” e afirmava que o prefeito queria “repetir a mesma façanha do Recife Velho, inteiramente resgatado para o desfrute e convívio cultural da comunidade pernambucana e dos milhares de turistas que se maravilham com a transformação lá operada”.

Repetia-se em João Pessoa não só a idéia de pintar as fachadas com cores fortes e chamativas da atenção de quem passasse, mas também as parcerias entre órgãos públicos e empresas privadas, firmadas inicialmente com as Tintas Coral, o Grupo Brennand, a Cimepar, a Saelpa, a Telpa e com os empresários que passaram a se instalar na Praça Anthenor Navarro, já que as edificações não foram desapropriadas, mas apenas negociados os aluguéis. O sistema de parcerias foi o primeiro passo para a operacionalização do Projeto de Revitalização da Praça Anthenor Navarro e um dos primeiros resultados práticos dessa nova fase, marcada pela *gentrification* do patrimônio histórico da cidade de João Pessoa (ver anexo, em CD-ROM, as fotos 36, 37, 38 e 39 dos primeiros sobrados reformados na Praça Anthenor Navarro).

⁸⁴Tal fato demonstrava interesse crescente dos intelectuais, do Estado, da opinião pública e da mídia sobre o Centro Histórico e sua revitalização.

A Prefeitura Municipal de João Pessoa, finalmente, retirou o posto de gasolina que impedia as reformas na Praça Anthenor Navarro e articulou a parceria junto à Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico para a reurbanização e modernização das instalações elétricas e telefônicas (subterrâneas), tendo os edifícios em redor da praça passado por reformas e pinturas das fachadas em cores fortes. Se a idéia era chamar a atenção e atrair pessoas, as obras de urbanização da praça e de pintura das fachadas não só atingiram esse objetivo, como também causaram polêmica antes mesmo de concluídas, ainda na fase de execução. Foram freqüentes os conflitos entre os gestores do processo e os antigos comerciantes que permaneciam na área e se recusavam a pintar as fachadas com certas cores ou protestavam contra as mudanças na circulação de automóveis e no estacionamento nas ruas que circulavam a praça.

Firmou-se, assim, durante o período de 1997-2002, *uma nova imagem e uso do centro histórico*, que expressava, não apenas a imagem de seus monumentos arquitetônicos excepcionais, mas também de um patrimônio urbano e cultural próprio da cidade de João Pessoa, embora representado pelo período de europeísmos ecléticos na arquitetura e na urbanização da cidade. Em 05 de agosto de 1997, o Jornal Correio da Paraíba destacava: “Centro histórico será restaurado – Projeto vai resgatar processo de crescimento urbano da Capital” , noticiando:

“A palavra revitalização nunca esteve tão em voga nesses últimos meses (...) os moradores mais antigos e estudiosos da história da Paraíba é que dizem que a herança histórica deixada por esses resquícios representa para o povo um retrato fiel e instrumento de identificação cultural para todas as gerações, sublinhando a importância da iniciativa” (Jornal Correio da Paraíba, 05/08/1997).

Estava em curso o *processo de reinvenção do lugar*, deslocando para a esfera do consumo os sentidos tradicionais de sua história. Repetia-se, na cidade de João Pessoa, a exemplo de outras cidades históricas do Brasil e de outros países, uma tendência que se disseminou nas duas últimas décadas do século XX. Seus efeitos mais

evidentes são as alterações da paisagem urbana com a transformação de sítios históricos degradados em áreas de consumo cultural e diversão. São, também, as transformações na composição social e nas formas de interação entre os indivíduos e grupos que passaram a utilizá-la. Em sua edição de 30 de março de 1997, por exemplo, o Jornal A União exibiu a seguinte manchete: “Cidade Baixa ganha ‘cara nova’ em tons e cores”, enquanto o Jornal Correio da Paraíba afirmava em uma reportagem de 08 de maio de 1997, denominada “Prioridade para o Centro”:

“O resgate do Varadouro (...) passa muito além da restauração de prédios e monumentos considerados imprescindíveis nesse processo que pretende revirar pelo avesso um dos recantos mais belos, servindo até de cartão-postal, e também um dos mais esquecidos da capital paraibana”.

Diversas outras reportagens divulgaram, através dos jornais da capital, uma nova imagem que se pretendia criar para o bairro do Varadouro e a forma como se poderia fazer isto através das ações da Prefeitura Municipal em parceria com outros órgãos públicos e com a iniciativa privada. Nesse sentido, em 30 de março de 1997, o Jornal O Norte destacava: “A força da Cidade Velha – Revitalização vai trazer turismo e renda”, enquanto o Jornal A União afirmava em manchete do caderno Cultura de 09/07/1997: “De volta às origens – Funjope inicia restauração do centro histórico pela praça Anthenor Navarro”. Além dessas, muitas outras notícias circulavam abordando uma experiência que todos achavam que mudaria a imagem da cidade, pelo menos, a imagem de seu patrimônio urbano e arquitetônico⁸⁵.

⁸⁵Jornal O Norte, 11/05/1997: “Cidade Baixa – Parcerias pela área onde a Paraíba nasceu”; Jornal O Norte, 10/07/1997: “Cidade Baixa- Revitalização do Centro Histórico começa pela Praça Anthenor Navarro”; Jornal Correio da Paraíba, 22/07/1997: “Posto da Anthenor Navarro será demolido- Prefeitura fecha contratos para a recuperação do Centro histórico”; Jornal O Norte, 12/10/1997: “Projeto resgata Centro Histórico”; Jornal Correio da Paraíba, 24/10/1997: “Moda e cultura no Porto do Capim” e no dia 30/10/1997: “Convênio para restauração – Cores vão dar nova vida ao Centro Histórico” e o Jornal A União de 02/11/1997: “Uma cirurgia com cara de passado- Centro histórico ganha a plástica que tinha quando a cidade nasceu”. Estes são exemplos da grande movimentação e expectativas que a revitalização da Praça Anthenor Navarro e adjacências provocou na população da cidade. Ao todo,

Em todas essas notícias, recorria-se à imagem da origem da cidade e à idéia de que o patrimônio cultural local passaria de abandonado e em ruínas para algo dinâmico, vivo, com cores e efervescência cultural. Esta seria a forma que possibilitaria transformar aquele patrimônio velho em mercadoria nova e explorá-lo para consumo cultural e turístico. Vejamos um trecho publicado no Jornal A União na reportagem “Uma cirurgia com cara de passado”:

“O centro histórico pessoense está passando por uma grande cirurgia plástica para voltar a ter a cara de quando a cidade estava começando a crescer. Antigos prédios transformados em ruínas estão sendo recuperados para dar lugar a novas formas de exploração da chamada Cidade Antiga. Trata-se de um amplo projeto que o Instituto do Patrimônio Histórico vem desenvolvendo há cerca de sete anos e agora conta com apoio da Prefeitura de João Pessoa, Governo do Estado, Governo Espanhol e iniciativa privada. As ruínas que hoje fazem parte da paisagem urbana da Cidade Velha darão espaço a barzinhos, centros culturais e praças que, apesar do aspecto de novo que passarão a ter, terão de volta um pouco da arquitetura que João Pessoa já teve há séculos. Mas o Projeto vai além da recuperação dos prédios antigos e passa pela revitalização da área - atividade que vem sendo desenvolvida em cidades como Olinda(PE) e Salvador(BA)” (A União, 02/11/1997, Cidade, p.07).

Os relatórios da Comissão de Desenvolvimento do Centro Histórico registraram um contato freqüente, pelos menos no início da discussão das propostas, entre os técnicos e os políticos paraibanos e os responsáveis pelo processo de revitalização do *Antigo Bairro do Recife*. Houve reuniões com o vice-prefeito e com o presidente da Fundação de Cultura da Cidade do Recife, com representantes da Agência de Desenvolvimento do Bairro do Recife, com o Delegado do Ministério da Cultura no Recife e com técnicos do IPHAN de Olinda, onde se discutiu a viabilidade de inclusão de João Pessoa no Programa BID/IPHAN, além de reuniões com o Prodetur-NE. Foram realizadas pelo menos cinco reuniões e visitas entre os técnicos dos órgãos

registramos cerca de 390 notícias dedicadas ao tema da revitalização do Centro Histórico entre 1997 e 2001 através de pesquisa exaustiva nos arquivos do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba, no Arquivo José Lins do Rego e, a partir de 2001, diariamente, através da internet.

responsáveis pelo patrimônio no Recife, segundo dados da comissão técnica, referentes ao ano de 1997⁸⁶.

Evidenciava-se, também, através das notícias de jornais divulgadas na capital a partir de 1997, a valorização das potencialidades da área como um “centro cultural e lanterninha da rota turística do estado” (Jornal O Norte, 30/03/1997). Antes mesmo de concluídas as obras da Praça Anthenor Navarro e do Largo de São Pedro Gonçalves, a Prefeitura Municipal de João Pessoa, através da Fundação de Cultura de João Pessoa - Funjope, realizara o *Baile dos Artistas* - prévias carnavalescas que naquele ano haviam levado duas mil e quinhentas pessoas ao Adro da Igreja de São Pedro. Também a “Paixão de Cristo segundo o Anjo da Anunciação” foi encenada em frente ao Adro da Igreja de São Francisco, apresentando-se, ainda, o *Arraial do Varadouro*, festa junina bastante popular na capital, como também o concurso de quadrilhas, no Largo de São Frei Pedro Gonçalves.

As prévias carnavalescas e as festas juninas contaram com uma participação mais diversificada da população de outros bairros da cidade, do próprio bairro e seu entorno. Os idealizadores do Projeto de Revitalização da Praça Anthenor Navarro as apontavam como indícios de que realmente aquela área tinha força como lugar associado à cultura e à diversão. A tabela 13, a seguir, indica algumas das atividades realizadas no centro histórico no ano de 1997:

⁸⁶ Relatório de Atividades – 1997. Acehrvo da Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa.

Tabela nº 13 – Principais eventos realizados no Centro Histórico (1997)

Data	Evento	Tipo	Local	Promoção
30/02	Abertura do Folia de Rua	Prévia carnavalesca	Largo de São Pedro Gonçalves (Varadouro)	Associação Folia de Rua e Funjope
01/03	X Baile dos Artistas	Baile carnavalesco	Largo de São Pedro Gonçalves (Varadouro)	Artistas e Funjope
27,28,29/03	Paixão de Cristo segundo o Anjo da Anunciação	Dramatização na Semana Santa	Pç. de São Francisco (Cidade Alta)	Funjope
15/05	Lançamento de vídeos Paraí'wa	Lançamento de vídeos	Igreja de São Bento (Cidade Alta)	UFPB
12-15/06	Arraial do Varadouro	Festa junina	Largo de São Pedro Gonçalves (Varadouro)	Funjope e SETUR
05/08	Lançamento do Projeto da Antiga Biblioteca Pública		Antigo Hotel Globo (Varadouro)	Secretaria da Educação e Cultura do Estado
00/09	Projeto Asa Branca	Show de música popular	Praça Anthenor Navarro (Varadouro)	MinC e Funjope
30/09 e 01/10	Encontro de Oficinas-Escola	Seminário	Igreja de São Bento (Cidade Alta)	AECI, IPHAN, Governo do Estado e Prefeitura Municipal
10/10	Assinatura de Renovação de Convênio	Assinatura e apresentação da Orquestra Sinfônica da Paraíba	Largo de São Pedro Gonçalves (Varadouro)	Secretaria da Educação e Cultura do Estado
25-26/11	Documenta de Kassel e as Grandes Exposições do Gênero	Exposição de vídeos e palestra	Antigo Hotel Globo (Varadouro)	Funjope
11/12	12ª Noite da Cultura	Evento cultural	Largo de São Pedro Gonçalves (Varadouro)	Secretaria da Educação e Cultura do Estado
12/12	Mercado Capim Fashion	Feira de moda	Estação Ferroviária (Varadouro)	Iniciativa Privada

Fonte: Relatório de Atividades 1997, V. II, João Pessoa, março de 1998. Acervo da Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa.

Projetos como o Folia Cidadã, baseados em ações voluntárias e na educação ou recuperação de crianças e jovens através da arte passaram também a ser desenvolvidos. A arte, a educação e a cultura, aliadas ao entretenimento e ao lazer, revelavam-se como

formas mais eficientes de se revitalizar os espaços urbanísticos e arquitetônicos, bem como de se incluir em nesse processo as pessoas que circulam e que vivem o cotidiano do centro histórico de João Pessoa.

A animação da praça e dos monumentos restaurados foi viabilizada não apenas pelas reformas na estrutura física da área, mas principalmente pela agenda de eventos que a Prefeitura manteve durante quase dois anos. Depois, gradativamente, foi reduzindo ou deslocando eventos, deixando à iniciativa dos donos dos bares e dos grupos de artistas locais a animação da área, contribuindo apenas na infra-estrutura de segurança, transporte, mesmo assim de forma precária. As festas juninas, as prévias carnavalescas, os lançamentos de livros, a festa do Auto de Deus, no Natal, entre outras, delimitaram formas de usos desses lugares. O casario reformado da Praça Anthenor Navarro transformou o lugar num agitado ponto de encontro, por onde passaram a circular várias pessoas na praça iluminada e ao som de um burburinho de vozes, música de jazz, no Parahyba Jazz. A farta iluminação da praça e a presença de pessoas bem vestidas estacionando seus carros e circulando pelas antigas ruas abandonadas do centro da cidade reforçavam a impressão cenográfica da revitalização, cujo impacto passou a ser um enorme contraste com todo o resto do bairro do Varadouro.

Nos dias de maior movimento, a partir das dezoito horas, o trânsito era interditado através de *gelos baianos* ou cavaletes colocados por guardas de trânsito, além de um reforço no esquema de segurança (pública e privada) da Praça e do Café Parahyba. Inicialmente, o local era freqüentado por políticos, intelectuais, profissionais liberais e artistas que ajudavam a dar a esse trecho da cidade uma imagem artificial de área *enobrecida*. Aos poucos, as calçadas da praça foram tomadas por pessoas e pelas mesas dos bares *Café Parahyba*, *Parahyba Jazz* e *Engenho do Chopp*. Nos dias de

grandes eventos, como nas prévias carnavalescas, circulavam em torno da Praça Anthenor Navarro e Largo de São Pedro Gonçalves cerca de duas mil e quinhentas pessoas (ver, anexo em CD-ROM, fotos 40 a 57 referentes às atividades culturais e festas comemorativas patrocinadas pela Prefeitura Municipal de João Pessoa no bairro do Varadouro, em especial, na Praça Anthenor Navarro e no Largo de São Frei Pedro Gonçalves).

Através da Fundação Cultura de João Pessoa – Funjope, a Prefeitura manteve, com o apoio dos empresários instalados nos prédios da praça, uma intensa programação cultural: shows com artistas locais, apresentações de dança, exposições de arte e de cinema na rua, festivais de quadrilhas no São João, de festivais de teatro como o *Centro em Cena* realizado em jan/fev de 2000 na Praça Anthenor Navarro. Este último foi um dos projetos mais interessantes, ao levar arte e cultura a milhares de pessoas, dos mais variados segmentos sociais da cidade. O então presidente da Fundação de Cultura de João Pessoa - Funjope, Antonio Alcântara, afirmava no Jornal A União (Cultura, 27/01/2001) que um dos objetivos do evento era “levar cultura às praças e a oportunidade de possibilitar acesso gratuito a toda população carente de atividades culturais que, muitas vezes, tem a dificuldade do dinheiro, como uma das principais objeções a não – participação em outros eventos artísticos”.

Vários filmes e vídeos de autores paraibanos foram exibidos durante os dias do evento. Artistas como Marcus Villar e a ONG *Para'íwa* apresentaram filmes de curta metragem (12 minutos) como “A árvore da miséria” e “Passadouro” de Torquato Joel (exibido em Cannes), além de filmes nacionais como o vídeo “*Nome*”, de Arnaldo Antunes. Na dança, apresentaram-se grupos de Pernambuco, Ceará, da Universidade Federal da Paraíba, entre outros. No teatro, foram apresentadas peças de Gilson

Gondim como “No caminho das sombras” e “Quinze anos depois”, de Bráulio Tavares, entre outras. Apresentaram-se bandas de diversos estilos como *Cabruêra*, *Na grade*, *Upa Negrinho* e outras. Foram realizadas mostras paralelas de artes plásticas, destacando-se: *IX Samap – Salão Municipal de Artes Plásticas - NAC*; *Charges*, no Sebo Cultural; Coletiva no Espaço da Arte – Oficina Galeria no centro histórico e uma “Sala Especial de Desenho e Cartazes”, na sede da própria Funjope, localizada em um sobrado na Praça Anthenor Navarro.

No carnaval, nas tradicionais prévias, havia uma variada programação mantida no local como mais uma opção para os turistas que freqüentavam João Pessoa. Os desfiles dos blocos da cidade formavam um espetáculo à parte como *Cafuçu* e *Muriçocas*. Apresentavam-se também grupos de maracatus, troças, caboclinhos, sempre como uma resistência aos ritmos baianos tocados em trios elétricos. Essas prévias carnavalescas passaram a representar o carnaval tradição, *o carnaval de rua*, com as pessoas circulando pelas ruas da cidade em blocos com orquestras, ou carros de som tocando frevo e marchas carnavalescas. Durante o ano de 1996, ao longo de 1997 e, em especial, em 1998, a partir da inauguração da Praça Anthenor Navarro, foram realizadas exposições, mostras de artes, concertos, recitais, lançamentos de livros, entre outras atividades culturais.

Paralelamente a essa maior visibilidade e à *relocalização* do passado na capital, implantou-se um processo no sentido de tornar o centro histórico público, de abri-lo para o debate, provocado até mesmo pelo ato de circular e de conhecer, vivenciar as qualidades, mas também os problemas daquela área e da população moradora. Ampliou-se, também, nesse período, o número de denúncias públicas quanto à falta de segurança nos prédios comerciais do centro histórico, à ausência de hidrantes e de extintores de incêndio, fiação descoberta e em precárias condições que provocavam

incêndios de lojas no centro da cidade, demonstrando uma ausência de manutenção e de fiscalização dos prédios. O constante fechamento de lojas comerciais e a sua substituição por casas de prostituição ou motéis eram processos que continuavam a acontecer e que, antes da revitalização da praça, estavam quase invisíveis ou esquecidos ali. Tornava-se público também o descaso das autoridades locais com a poluição do rio Sanhauá, agravada com a presença do *Lixão do Róger* (depósito de lixo da cidade localizado há 40 anos nas margens do rio Sanhauá) e com as precárias condições do ambiente natural e da qualidade de vida das pessoas residentes na favela Porto do Capim, também às margens do rio Sanhauá.

Os jornais denunciavam a degradação da paisagem urbana original da cidade composta pelos remanescentes da arquitetura de mais de quatro séculos, pelo traçado urbano de características ibero-americanas e pelos manguezais existentes ao longo dos rios Sanhauá e Paraíba. Tais denúncias se voltavam também para a deficiência dos serviços urbanos de limpeza, de iluminação, de segurança e para o processo de descaracterização do patrimônio arquitetônico. O Jornal A União do dia 10/09/96 denunciava a destruição de casas antigas da Ladeira do Hotel Globo e da rua da Areia para dar espaço a estacionamentos rotativos ou simplesmente transformar a área em terrenos baldios.

Outras articulações começaram a ser realizadas, também, no período de 1996/97. Uma parceria foi firmada entre o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE, para preservação da memória cultural e dinamização econômica do bairro do Varadouro. O SEBRAE, através do *Projeto Empreendedor Cultural*, passou a desenvolver atividades junto à Associação Centro Histórico Vivo – Acehrvo e a se incorporar às atividades voltadas para o desenvolvimento do centro histórico. Além

disso, passou a dar apoio à organização de eventos e fóruns, oferecendo consultoria para implantação de empresas que desejassem se instalar no centro histórico, funcionando com uma parte da administração desse Projeto numa das salas do *Hotel Globo*, antiga edificação localizada no Largo de São Frei Pedro Gonçalves.

Procurava-se trabalhar com a idéia dos incentivos fiscais, como a redução de impostos e de contribuições sociais a partir de projetos que preservassem a memória cultural e histórica, incrementando o turismo⁸⁷. O SEBRAE passou também a dar consultoria ao processo de revitalização junto à Acehrvo e a outras associações sem fins lucrativos que trabalhavam na área como o Projeto Folia de Rua e a Associação dos Moradores do Porto do Capim. Atuava também em parceria com a Associação Comercial e com os novos comerciantes instalados na Praça Anthenor Navarro e no Largo de São Frei Pedro Gonçalves, estes últimos vinculados muito mais às atividades de entretenimento, arte e cultura.

A partir do *Workshop Construindo o Futuro*, como parte do fórum permanente de discussão sobre o centro histórico, instituiu-se uma reunião semanal no antigo Hotel Globo, aberto ao público em geral e palco das principais discussões e decisões relativas ao centro histórico. A partir dessas reuniões, iniciou-se uma cobrança mais intensa em relação às ações dos poderes públicos locais para a área. Cobrava-se *vontade política, interesse pela área e seus problemas e continuidade na dinamização cultural*, como forma de atrair investimentos e consumidores para a área.

Além disso, o SEBRAE, a Câmara de Diretores Lojistas e a Associação Comercial da Paraíba encomendaram à iniciativa privada um projeto de *Revitalização da Rua Maciel Pinheiro*, principal artéria do antigo comércio da cidade baixa e hoje

⁸⁷ Nesse sentido, havia, em nível nacional, a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991 (Lei Rouanet) que auxiliava na transformação do potencial cultural e turístico em geração de renda e de empregos.

enfrentando dificuldades econômicas com fechamento de lojas e transferência ou criação de filiais em outras áreas comerciais da cidade. Encomendaram também à Empresa de Consultoria TC-BR, radicada em Brasília-DF, um *Estudo Comparativo* das experiências de revitalização de áreas históricas brasileiras, para que pudessem avaliar as possibilidades de João Pessoa. Foi elaborado e divulgado o *Plano de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa – estudo comparativo das experiências já desenvolvidas*, em maio de 2001⁸⁸.

Dentro do programa de atração de novas atividades econômicas após as obras de revitalização, foram implantados na Praça Anthenor Navarro, nos seus antigos imóveis, dois bares (Parahyba Café e Engenho do Chopp), loja de artesanato e design (Mixtura Filipéia), quatro galerias de arte e atelier de artistas plásticos, a Fundação Cultural de João Pessoa – Funjope, a Secretaria de Turismo do Município e o Memorial da Justiça do Trabalho (alguns já fecharam ou mudaram de donos). Estes novos usos incrementaram a utilização do Largo de São Frei Pedro Gonçalves, antes mesmo da conclusão das obras de restauração, em 2002. Foram implantados: um antiquário (Dodge Antiguidades), uma associação cultural (Associação Folia de Rua), um escritório de consultoria, uma editora, um escritório do Programa Empreendedor Cultural do SEBRAE, uma produtora de vídeos e uma boate (Intoca).

⁸⁸Esse estudo comparativo encomendado pelo SEBRAE concluía resumindo alguns traços comuns às experiências de revitalização das cidades brasileiras (incluiu-se também *Puerto Madero* na Argentina): “(1) foi necessário criar-se uma oportunidade política para viabilizar o processo de revitalização da área, ainda que o estado de degradação fosse incontestado. Mesmo tendo o município assumido a execução da intervenção, a iniciativa, quase sempre, partiu do governo estadual nos casos analisados; 2) a cooperação das várias esferas de governo e a participação popular esteve presente nas diferentes cidades (...) necessidade de envolvimento dos diferentes segmentos do poder público e do setor privado; 3) o município desempenhou o papel de principal responsável pelas intervenções em todos os casos, à exceção de São Luís, onde a iniciativa e a gestão de todo o processo esteve a cargo do governo estadual” (Relatório Final, maio de 2001). Concluía-se o relatório com recomendações para o caso de João Pessoa, as quais em grande parte já haviam sido propostas e discutidas pela equipe técnica da Comissão Permanente no Projeto de Revitalização (1987) e nos planos estratégicos posteriores, bem como nas reuniões da Acehrvo, fóruns e seminários no antigo Hotel Globo. Mas, mesmo assim, formavam-se novos espaços de discussão sobre o patrimônio cultural da cidade e os destinos da área física do Centro Histórico e de sua população.

Logo após a pintura das fachadas e a conclusão das obras da Praça Anthenor Navarro, a valorização imobiliária dos imóveis ali existentes foi imediata. A atuação da equipe técnica, nesse momento, foi tentar controlar os valores dos aluguéis, que inicialmente extrapolaram em muito os níveis ali praticados, diante da euforia especulativa e das expectativas de intervenções futuras criadas, sobretudo, pelo interesse manifestado pelo novo prefeito da cidade de João Pessoa, colocando a revitalização da área como prioridade diante das possibilidades de financiamento através do Prodetur-NE.

A equipe da Comissão Permanente procurava exercer, também, uma fiscalização informal quanto ao cumprimento da Normativa (de maneira informal, pois é atribuição legal do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba – IPHAEP, e não da Comissão, fiscalizar as infrações às normativas), dos usos compatíveis, incentivando a ocupação permanente do centro histórico, uma vez que as sedes da Comissão e da Oficina-Escola se localizam nas proximidades desse núcleo central de revitalização.

Entretanto, a discussão sobre a forma mais eficiente de ocupação da área por moradores ficou postergada para um segundo momento, que seria o da revitalização da ribeira do rio Sanhauá, no local do antigo Porto do Capim e do Varadouro, momento que até hoje ainda não se efetivou⁸⁹. Essa renovação nos usos e a pintura das fachadas, com algumas reformas internas dos prédios, vêm imprimindo novo caráter ao bairro do Varadouro. As mudanças fizeram com que esse espaço, antes abandonado e ocupado

⁸⁹Atualmente, a Prefeitura Municipal, em projeto conjunto com a Caixa Econômica Federal, vem trabalhando junto com outros segmentos, como os arquitetos da Prefeitura e da UFPB, para a viabilização de financiamentos e reformas no sentido de incentivar a reocupação residencial do bairro do Varadouro e de todo o Centro Histórico. Até o momento são apenas projetos e promessas. Nada de efetivo aconteceu, a não ser as visitas de técnicos de Portugal, da França e da própria Espanha, que já trabalham na área, discutindo a possibilidade de transferência de tecnologias e as propostas locais, porém mais interessados na possibilidade de desenvolvimento econômico, através do turismo.

pela prostituição, passasse a ser um novo ponto de atração cultural, de lazer, turismo e diversão, apesar dos problemas ainda existentes, sobretudo quanto à segurança, iluminação, serviços de apoio ao turista, falta de incentivo à moradia ou à melhoria das habitações ali existentes e do apoio irregular do Estado e da Prefeitura. A retirada do posto de gasolina da Praça Anthenor Navarro, através de ação judicial impetrada pela Prefeitura Municipal, foi apontada como um indicativo do interesse desse órgão pelo desenvolvimento do Projeto, motivando a participação de alguns investidores. Começavam, assim, a ser divulgadas as possibilidades mercadológicas daquela área, expondo-se também seu abandono durante anos em termos de serviços e equipamentos coletivos.

Nos relatos dos entrevistados e nas análises do material jornalístico dos três principais jornais da capital (O Norte, Correio da Paraíba e A União), a imagem da revitalização apareceu sempre associada a novos usos e à possibilidade de se intensificar o consumo e a circulação de pessoas na área. Entretanto, utilizava-se constantemente a imagem da degradação, da pobreza, da ausência de serviços, do abandono, da prostituição e da marginalidade, indicando que o centro histórico de João Pessoa ainda estaria mais próximo da degradação do que da revitalização. A execução dessa parceria entre órgãos públicos e privados nas primeiras reformas dos sobrados da Praça Anthenor Navarro representou uma inovação nas formas de atuação das entidades ligadas ao patrimônio cultural na cidade de João Pessoa⁹⁰. Caracterizaram-se, também, como práticas de *gentrification* do patrimônio urbano (Leite, 2001) local uma vez que promoveram as seguintes medidas:

⁹⁰ Na cidade de João Pessoa, dava-se início a uma forma de atuação sobre o patrimônio urbano quatro anos depois de iniciadas a *Operação Pelourinho*, em Salvador, em 1993, e o *Projeto Cores da Cidade* implantado no *Pólo Bom Jesus, no Recife Antigo*, após uma tentativa de menor sucesso, em 1994, na cidade do Rio de Janeiro.

a) Alterações na paisagem urbana, *transformando degradados sítios urbanos em áreas de entretenimento e consumo cultural.*

b) Tentativa de *transformar uma localidade histórica em um segmento de mercado*, considerando a apropriação cultural do espaço a partir do fluxo de capitais. Numa apropriação quase privada do espaço urbano, essas práticas segmentaram uma área do centro histórico e a transformaram em *cenário de disputas por um espaço fragmentado de visibilidade pública.*

c) *Uma realocização estética do passado*, transformando os sobrados e demais elementos da paisagem urbana de *ruínas em relíquias* do patrimônio e da memória da cidade.

Essas ações propiciaram outras formas de relação da população local com o seu patrimônio cultural, estimulando, através do patrimônio histórico, arquitetônico e artístico, os valores e as raízes culturais da nação e da cidade. Além disso, fortaleceram-se também formas de socialização baseadas em vínculos não apenas mercantis, como as iniciativas particulares e as atividades associativas e reivindicativas por parte da própria população moradora do bairro e de artistas, pequenos empresários e comerciantes, intelectuais, estudantes, políticos e os membros da equipe técnica da Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa, organizados através da Associação Centro Histórico Vivo - Acehrvo.

Além destes últimos, participaram os representantes de entidades já existentes como Associação Comercial, Câmara de Diretores Lojistas, Federação do Comércio, Clube do Choro, Jaguaribe Carne, Associação de Moradores da Comunidade Porto do Capim, Casa do Pequeno Davi, Associação Folia de Rua, Associação Paraibana de Imprensa, dentre outras entidades, que passaram a discutir a preservação do

patrimônio, associando-a ao desenvolvimento e à dinamização da vida econômica e sociocultural do bairro do Varadouro e de todo o centro histórico.

A recuperação das fachadas dos primeiros sobrados da Praça Anthenor Navarro foi apenas uma ação, dentro de um conjunto de planos voltados para a formação de um *marketing* urbano para a cidade de João Pessoa e para o Estado da Paraíba. O primeiro Projeto de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa, coordenado pela AECI em 1987, continha diretrizes gerais para as intervenções no Varadouro, na cidade baixa e demais áreas do centro histórico de João Pessoa, com avaliação da população residente e das edificações, áreas verdes e ruas do centro histórico.

O *Projeto de Revitalização da Praça Anthenor Navarro (1997)* e o *Plano Estratégico de Revitalização e Avaliação Sócio-Econômica do Antigo Porto do Capim e do Varadouro (1999)* constituíam um *plano estratégico* que continha: propostas de ações em curto prazo, projetos de reforma das fachadas do conjunto eclético e da praça, disciplinamento do tráfego de veículos, especificações técnicas e orçamentos centrados nas mudanças físicas e na estimativa de custo das obras, bem como numa parceria entre setores público e privado na qual o poder público entrava com uma parcela muito reduzida dos custos de implantação (*Projeto de Revitalização da Praça Anthenor Navarro, 1997*).

No caso do Porto do Capim e do Varadouro, seguia-se a mesma lógica, sob a orientação da equipe técnica de consultoria da empresa *TC/BR*, contratada pelo governo do Estado para fornecer assessoria na elaboração dos projetos e proceder a pesquisas sobre o potencial e a rentabilidade do centro histórico enquanto investimento. Ficaram, assim, previstas para a área do antigo ancoradouro três etapas estratégicas de implantação do Plano: 1ª etapa – remoção temporária da população dentro da própria área (estimada em 150 a 170 famílias), desapropriação de dois

galpões e melhoria na infra-estrutura e nos serviços nessa área específica; 2ª etapa - restauração e revitalização dos prédios da Alfândega, Recebedoria de Rendas e outros, construção de uma praça para grandes eventos e reforma da praça Álvaro Machado; 3ª etapa – construção de um parque ecológico (nas margens do manguezal). As três etapas foram avaliadas em termos do custo/benefício, antes e depois da revitalização, tomando-se como parâmetro o aumento dos aluguéis na Praça Anthenor Navarro após as reformas de 1998.

Desse modo expressavam-se, desde o início das intervenções mais recentes no centro histórico de João Pessoa, as ambigüidades específicas de uma experiência de *gentrification* que transformava em lugar de uso público uma área antes considerada abandonada e degradada, mas não se conseguia “revitalizar” o patrimônio urbano no sentido de que não foi eliminada a imagem de abandono e degradação. A área continuou a ser vista como perigosa, sobretudo à noite, quando as ruas ficam escuras e vazias, com movimento só nos cabarés que até hoje preenchem as noites do bairro do Varadouro. As exceções eram a Praça Anthenor Navarro e o Largo de São Frei Pedro Gonçalves, ilhas iluminadas e freqüentadas por *outras* pessoas, bem vestidas, que desciam de seus automóveis nos lugares de encontro e diversão recém-criados. Permaneceu, assim, a ausência de infra-estrutura adequada, como iluminação e segurança pública, e a crescente redução do uso habitacional da área, problemas que demonstraram avanços e retrocessos próprios da complexidade das intervenções.

Na Praça Anthenor Navarro, removeram-se bancos e refez-se seu traçado e o das ruas em sua volta. As fachadas dos edifícios ecléticos e *art déco* foram pintadas, construindo-se um novo jardim, com nova iluminação de época; a estátua do busto de Anthenor Navarro foi trocada de lugar. O resultado foi a transformação de um espaço, onde circulavam apenas automóveis e se estacionavam carros em cima do que restava

da praça e das calçadas, em um espaço para espetáculos públicos, encontros e sociabilidades, marcados pelo consumo cultural.

Entretanto, após a conclusão das obras do Largo de São Frei Pedro Gonçalves, a Igreja de mesmo nome passou a ser utilizada novamente e a ser visitada por alunos, turistas e visitantes da própria cidade. Além de ser um lugar de encontro de jovens nas noites da boate *Intoca*, depois a *Escambumano*, o Largo passou a ser utilizado como palco para shows, apresentações de grupos culturais regionais, lugar de concentração de movimentos de protesto políticos, lugar de comemoração de datas especiais. Por exemplo, os casamentos voltaram a acontecer na Igreja de São Frei Pedro Gonçalves após as reformas. Por outro lado, já aconteceram mais de cem lançamentos de livros nos últimos três anos, só no bar *Parahyba Café*. Estas são algumas das formas de uso do espaço da Praça reformada, do Largo, dos prédios e serviços que os compõem, que voltaram a acontecer durante o período de 1998 a 2002.

Nesse período, o bar *Parahyba Café* se manteve como a principal referência de bar e de promoção de eventos no centro histórico. A Praça e o Largo somente são realmente ocupados em dias de grandes eventos como Folia de Rua, São João e Centro em Cena, bem como nos shows que mobilizam uma massa temporária de pessoas, fazendo com que a imagem urbanista mais fiel da idéia empresarial de mudar a imagem do Varadouro transforme-o, em especial a Praça Antenor Navarro e o Largo de São Frei Pedro Gonçalves, em um espaço público de reunião, confraternização e de espetáculos e apresentações de grupos musicais e artistas plásticos.

Desta forma, a força simbólica dessas *ruínas*, transformadas em *reliquias*, dos restos de um passado dos primórdios da urbanização no Brasil e símbolo das ameaças escatológicas de final de século, contribuiu para que formas de solidariedade se recompusessem e que fossem geradas outras práticas sociais e sociabilidades

fundamentadas em valores centrados nos sentimentos de cidadania, de participação, de história da cidade, que mimetizam o *espaço público* (Arantes, 2000) e tornam o patrimônio cultural urbano passível de reapropriação por alguns segmentos da população e pelos turistas.

Essa dimensão de *espaço público* também pode ser identificada quando se evidencia, nesse processo, uma aproximação entre a população consumidora do centro histórico e a realidade de vida da população residente. Caminhar pelas ruas do centro histórico, sobretudo do bairro do Varadouro, no trecho próximo à Ladeira do Largo de São Frei Pedro Gonçalves, e chegar até a favela Porto do Capim é vivenciar a máxima visibilidade do real. Segundo Arendt (1987), é mais do que isto, é um lugar da *excelência humana*, na medida em que permite ao homem se conhecer e firmar sua existência, “realizar algo mais permanente do que a própria vida”.

Essa aproximação entre os moradores da favela e as pessoas que visitam o centro histórico cria experiências públicas compartilhadas num “mundo comum”, num lugar “público” (Arendt, 1987), antes de qualquer coisa, porque “pode ser visto e ouvido por todos”. E, assim, mais do que simplesmente tornar público o mundo privado, a esfera pública seria capaz de tornar real a realidade do mundo, na medida em que possibilitaria o reconhecimento das diferentes experiências da vida. Não só a situação de vida na favela, mas a própria situação do patrimônio arquitetônico e urbanístico da cidade em ruínas. No limite, a inexistência dessas trocas sociais de uma vida pública e o caráter privativo decorrente significariam a desumanização do homem.

A favela do Porto do Capim e as ruínas do patrimônio histórico parecem estar nesse frágil limite. São as provas mais contundentes e públicas de que o bairro do Varadouro não se tornou um deserto de pessoas e de que seu patrimônio ainda

permanece vivo na memória, embora fisicamente em ruínas. Por outro lado, evidencia-se a face mais complexa da revitalização, que é a pobreza de um país, de um estado, de uma cidade, que nem sempre pode ser vista e ouvida. Nesse aspecto, é oportuno transcrever o seguinte depoimento:

“Desde que a gente inaugurou o Hotel Globo, e de certa forma, até a gente tornou mais público esse problema, mais assim visível, porque muitas vezes, até o próprio Porto do Capim não é? Sempre se falava Porto do Capim nascedouro da cidade, essa coisa toda, mas boa parte da sociedade, a população, não sabe nem onde é o Porto do Capim. O Hotel Globo foi que veio mostrar o Porto do Capim daqui de cima. As pessoas começaram dizer: Ah! Isso é o Porto do Capim. É como o lixão, a sociedade inteira discute o lixão do Roger, mas poucos tinham realmente a imagem do lixão. Então, o trabalho aqui também tem essa outra vertente, as pessoas chegam aqui, olham o Porto ou o mangue, essa coisa toda, vira pro lado de lá, tem o lixão, todo mundo se espanta!” (Entrevista concedida à autora pelo arquiteto e coordenador adjunto da Comissão Permanente de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa, em 11-05-2000).

O lado escuro ou trágico, a *tragédia da cultura* nos termos em que se refere Simmel (1998a), se encontram justamente na forma como a economia monetária cerca todos os fenômenos da modernidade, fazendo com que a autodeterminação e a auto-realização permaneçam uma mera possibilidade. Simmel ressalta que as mercadorias exercem um fascínio, especialmente sobre aqueles que vivem os efeitos das grandes cidades, instaurando uma “qualidade de vitrine” (*schau fenster qualitaet*) em todas as coisas. Assim, a “cultura objetiva” (a ciência, a técnica ou a arte) se torna, sob tais condições, cultivada e rica, enquanto os indivíduos, paradoxalmente, se tornam mais pobres e pouco cultivados (Simmel, 1998a:14).

Nesse sentido, em meio às sociabilidades efêmeras e passageiras, momentâneas da visitação aos monumentos, aos bares, shows, festas, ao museu recém-criado na *Casa n° 2* do Largo de São Frei Pedro Gonçalves, descobrimos não apenas as formas sociais e os conteúdos que nos permitem compreender esse caráter fragmentário das

interações sociais em nossos dias, mas também os conflitos que promovem avanços e recuos, distanciamentos e aproximações, entre aqueles que participam da experiência em curso. É nessa direção a análise de Simmel:

“A rigidez de laços e de tradições, como existe em classes e em castas, é penetrada – seja para o bem seja para o mal. A personalidade pode flutuar por meio de uma variedade múltipla de situações de vida, espelhando em si mesmo, por assim dizer, o panta rei (o fluxo da vida) das coisas. A este grande processo heterogêneo da vida, o qual distingue, radicalmente, a cultural social moderna das épocas antigas, incorpora-se o domínio do dinheiro, sustentando este processo e sendo sustentado por ele (...) tanto mais se perfilam as relações da economia do dinheiro não só com os aspectos escuros como também com o mais alto e com o mais fino da nossa cultura, com efeito de que o dinheiro, comportando-se como todas as grandes forças históricas, pode parecer-se com a lança mística que pode curar com a sua própria força as feridas causadas por ela” (1998:40).

Essa reapropriação do espaço da tradição urbana da cidade vincula-se, de forma ambígua, às práticas ligadas ao consumo cultural e às atividades associativas e educativas, sobretudo às diversas formas de expressão artística. São relações sociais que acontecem vinculadas às atividades comerciais, à prestação de serviços, às atividades religiosas e artísticas, bem como à educação pela arte, música, dança, teatro, cinema de curta-metragem, cultura popular (criação da Feira de Cultura Popular, pela Funjope/Prefeitura Municipal, com apresentações de grupos artísticos e folclóricos de cidades do interior do Estado da Paraíba e da capital⁹¹).

Evidencia-se o espaço do centro histórico como uma das dimensões cruciais da interação social e da formação cultural, como implicações espaciais no desenvolvimento de uma cultura objetiva – “uma cultura de abstração baseada na

⁹¹ Esses grupos variam do forró *pé de serra*, coco-de-roda e ciranda, orquestra de pífano, blocos indígenas, passando pelas grandes atrações dos dias de festa na praça e no largo como Elba Ramalho, Zé Ramalho, Sivuca, Alceu Valença, entre outros. Apresentam-se, também, embora mais nas atividades internas e não na rua, como em boates e bares, grupos *alternativos* que fazem sons variados: *mangue-beat*, *hip hop*, rock de bandas da própria cidade de João Pessoa (*Pau de dar em doido*, *As bastianas* e os que tiveram maior repercussão nacional, entre outros) do Recife e Natal.

funcionalidade e nas formas de interação social dissociadas do espaço que as delimitam” (Simmel, 1998a:140). Porém, entendemos que há também uma identificação das tradições culturais e artísticas no espaço do centro histórico como uma sedução que as ruínas arquitetônicas e urbanísticas exercem sobre os indivíduos e, assim, “nela uma obra humana é afinal percebida como um produto da natureza”.

Continua Simmel, no trecho seguinte:

“A ruína inverte o ordenamento que apresenta a natureza como alicerce e o espírito como formador, na medida em que o que foi elevado pelo espírito torna-se objeto das mesmas forças que formaram o contorno da montanha e a margem do rio. Se surgiu, deste modo, uma significação estética, ela se ramifica da mesma maneira em uma significação metafísica, como foi revelado pela pátina no metal e na madeira, no marfim e no mármore” (Op. cit., 140).

E, então, duas formas de sedução se aliam às ruínas do patrimônio arquitetônico e urbanístico:

“O fato de a construção tornar-se mais bela por meio do químico e do mecânico, o fato de o proposital tornar-se aqui – pelo casual e não impositivo – algo visível e novo, freqüentemente mais belo e novamente unitário, isto constitui a sedução fantástica e metafísica da pátina. Preservando esta sedução, a ruína chega a alcançar ainda uma segunda sedução: a destruição da forma espiritual pela atuação das forças naturais, aquela inversão do ordenamento típico será percebida como um retorno à ‘boa mãe’- como Goethe chamou a natureza” (Op. cit., 140).

Existe, portanto, uma forma profunda que envolve a ruína como círculo sagrado e encantado no qual “o valor estético da ruína unifica o desequilíbrio, o eterno devir da alma que luta consigo mesma, com o contentamento formal, com a delimitação fixa da obra de arte”. Essa tranquilidade que a ruína enseja, uma espécie de sentimento de *retorno ao lar*, associa-se ao seu caráter de passado, de “sítio da vida, do qual a vida se separou”. Significa, primeiramente, que “a vida com sua riqueza e suas mudanças uma vez habitou aí. Aqui temos um presente imediatamente visível. A ruína cria a forma presente de uma vida passada, não segundo seus conteúdos ou restos, mas segundo seu passado como tal” (Op.cit.:144). A partir dessa dimensão

estética que a ruína produz, é possível vermos as cidades antigas ou históricas como *o outro* da grande e moderna cidade, não apenas como obras de arte, mas como obras e lugares dos homens e do ritmo dos homens, espaço onde os homens vivem. Uma visão da cidade que aparece nas reflexões sobre a metrópole (1973, 2000a) e sobre a *Filosofia do dinheiro* (1978) de Simmel, no sentido de que a cidade não era uma entidade espacial com conseqüências sociológicas, mas uma entidade sociológica que é formada espacialmente.

As interações humanas são modos de preencher os espaços. As sociações preenchem os espaços, indo assim além da noção kantiana de espaço como possibilidade abstrata de estar junto. São analisados aspectos como exclusividade, visibilidade, fronteiras espaciais, fixação de formas sociais no espaço, aproximação, afastamento e mobilidade espacial como contribuições aos pressupostos formais relativos à interação social e à formação cultural, bem como suas transformações diante da configuração sócio-espacial na modernidade.

Foi a partir dessa articulação entre espaço, ação e forma profunda que a ruína carrega, que procuramos entender as novas formas de interação social que se estruturaram no centro histórico de João Pessoa desde 1997. As interações que tiveram continuidade nesse processo foram além de *chamar atenção* e provocar reações das pessoas em relação às cores das fachadas dos prédios restaurados ou de reativar um interesse econômico maior pelo patrimônio cultural urbano de João Pessoa. Fizeram surgir formas associativas voluntárias e outras fundamentadas em interesses específicos, todas preocupadas com a qualidade de vida e a produção artística e cultural na área.

Tais preocupações, entretanto, já faziam parte dos problemas identificados no *Projeto de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa*, desde 1987, tendo como

eixos estruturadores dessas práticas o Hotel Globo, a Praça Anthenor Navarro e o Largo de São Frei Pedro Gonçalves. Seriam espaços que, se restaurados e revitalizados, impulsionariam o processo de auto-sustentabilidade e de reconversão econômica da área, pelo potencial estético e importância simbólica, enquanto elementos de *reconciliação*, integradores também pelo seu passado, por serem *sítios da vida*. Nesse sentido, uma das coordenadoras do Projeto afirma:

“Pra gente foi uma experiência fantástica, até na história das cores, é pra chamar a atenção, botar a população pra discutir como aconteceu que eu me senti extremamente vitoriosa quando começaram a ir pro jornal, a criticar as cores ou a concordar com as cores, as pessoas ligarem pra gente questionando. O objetivo maior tem que ser esse, porque esse é o processo de conscientização, botar as pessoas pra discutirem mesmo” (Arquiteta, coordenadora adjunta da Comissão Permanente Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa, em 28-03-2001).

Garantir a identidade cultural dos espaços restaurados era uma das preocupações da Comissão Permanente desde 1987, reconhecendo que assim se daria essa aproximação e reconhecimento por parte da população de João Pessoa quanto à existência e valor do seu patrimônio cultural. Sabia-se também que os problemas do bairro e do centro histórico se tornariam públicos:

“A gente identificou mais ou menos 26 intervenções pra, pelo menos, para garantir a identidade deste espaço, certo? Era fundamental reverter pela questão muito mais da qualidade do efeito que ia causar do que pela importância em si do impacto de valor ambiental, da arquitetura de entorno que é rica com certeza, mas nem todo mundo percebia essa riqueza” (Arquiteta e diretora da Oficina-Escola em entrevista dada à autora, em 03-04-2000).

Esse mesmo sentimento é identificado nos membros da Associação Centro Histórico Vivo – Acehrvo, conforme se pode depreender no trecho abaixo:

“O que o Varadouro significa pra mim é o seguinte: a possibilidade da cidade voltar a se conhecer, porque durante um tempo ela se conheceu por aqui, mas ela não se apegou às cidades históricas. O fato, por exemplo, de você hoje poder subir ali no Hotel Globo, olhar ali pro horizonte e ver a mesma imagem que os nossos colonizadores tiveram, é a mesma coisa, aquela parte de lá é a mesma coisa. Se você olhar um pouquinho pra lá, você já vê o lixão do Róger, então já

começam as intervenções negativas, mas de qualquer forma é lúdico, mas é também prático na medida em que a gente sabe que há um processo de revitalização que é internacional, é planetário, essa é uma tendência das cidades onde tem esse manancial histórico.” (Presidente da Acehrvo – Associação Centro Histórico Vivo, em 16 de janeiro de 2001).

A importância das ações de revitalização na cidade de João Pessoa está expressa nas afirmações dos principais representantes do Convênio e responsáveis pelas principais ações de revitalização do patrimônio cultural da capital paraibana:

“Primeiro o resgate de uma área que estava praticamente morta, com a tendência, ainda existe isso, mas é claro que todo mundo, aí eu incluo todo mundo, já está vendo com outros olhos, embora sempre vai haver um pouco de resistência. Mas resgatou uma área que estava determinada já, decretada a falência e morte porque estava totalmente abandonado aquilo ali, totalmente, em deterioração completa, sem perspectiva que nenhum tipo de iniciativa de nenhuma instituição pública, a não ser comerciantes, mesmo assim os comerciantes com idéias precárias, nada que valorizasse aquela área. E os pontos importantes também sem nenhuma contemplação como as igrejas, tinha o teatro que estava abandonado” (Coordenadora adjunta da primeira equipe da Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa e Arquiteta da Fundação Casa de José Américo, JP, 14 de fevereiro de 2002).

Gonzáles e Nogueira resumem as razões da escolha da intervenção na Praça

Anthenor Navarro, com as seguintes palavras:

“Deste período de 1987 até 1994, a Comissão se ocupou mais desses monumentos e é claro que eles trazem um resultado, mas ainda um resultado com um impacto limitado. Ele tem um impacto em cima da sociedade porque de certa forma recupera os símbolos dessa sociedade. Mas, do ponto de vista do tecido urbano, o impacto é menor, muitas vezes não consegue ter um impacto muito mais amplo do que a sua vizinhança imediata. De 1994 em diante, a gente vem discutindo a questão de ter uma ação em cima do aspecto mais amplo, além da revitalização física e patrimonial” (Arquiteto e coordenador adjunto da Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa, em 11-05-2000).

Reconhecia-se o impacto limitado das ações restritas aos monumentos excepcionais. Seria, então, a Praça Anthenor Navarro a primeira experiência de revitalização de um trecho urbano. Imaginava-se que isso teria uma repercussão maior na população, mas também deveria passar a ser objetivo dos técnicos e comerciantes

locais, e da própria população, ao verem o afastamento gradativo da Prefeitura e do Governo do Estado (ver fotos 58 a 60 relativas às obras de urbanização da Praça Anthenor Navarro anexa em CD-Rom).

Desde o início da implantação do Projeto de Revitalização, em 1987, houve vários conflitos entre membros da Comissão e comerciantes do Varadouro sobre a revitalização da Praça Anthenor Navarro. Isso fez com que, logo após a conclusão das reformas, a comissão técnica procurasse realizar um fórum de debates e estabelecer uma organização entre os comerciantes recém-instalados, os antigos comerciantes e a população moradora e usuária interessada no processo. Trabalhava-se, desde então, no sentido de tentar uma ampliação da participação social no processo de revitalização do centro histórico de João Pessoa e de buscar novas parcerias públicas e privadas para financiamento e gestão do mesmo, conforme se observa nesses depoimentos:

“As principais praças do centro histórico – Praça Anthenor Navarro, Praça Pedro Américo, Praça Álvaro Machado – encontram-se atualmente ocupadas ilegalmente por postos de gasolina, impossibilitando o uso destas praças como espaços comunitários de recreação, beneficiando unicamente os proprietários dos postos, ignorando-se mais uma vez a existência e os direitos da comunidade”⁹² (Projeto de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa, Memorial Geral, 1987:137).

“Na verdade a gente só foi começar a atingir esses resultados agora em 2000, mais como decorrência, que é o grande incentivador, que foi a revitalização da praça Anthenor Navarro. Quer dizer, quando aqueles segmentos que naquele primeiro momento estavam apenas discutindo, passam a ser de fato agentes desse processo, quer dizer, a coisa da dinâmica cultural, dos empresários que estavam na área. Então, passou a se ter primeiro o Fórum e depois a própria Acehrvo” (Arquiteto e coordenador adjunto da CPDCH, em 11-05-2000).

⁹² O documento ressaltava, em outro trecho, que a Praça Anthenor Navarro encontrava-se arrendada pela Prefeitura Municipal de João Pessoa ao proprietário do posto mediante contrato que venceria em julho de 1988 e acrescentava: “*com esta situação legal, e por não ter outras formas de pressão que agilizem a retirada do posto, somente depois da referida data seria possível intervir na praça*” (Op. cit, 1987:1983).

A revitalização da Praça Anthenor Navarro foi assim a *marca registrada* do processo de *gentrification* na cidade de João Pessoa. Tornou-se viável não apenas pela existência do trabalho da Comissão e do Convênio com a Espanha, mas principalmente pelo interesse da Prefeitura Municipal em retirar o posto de gasolina que existia na praça (ver anexo, em CD-ROM, foto 12 do referido posto), em intermediar a parceria público/privada e em manter uma agenda de eventos durante o período de 1997 a 2002, com uma forte redução do número de eventos nos dois últimos anos. O Jornal O Norte (30/03/1997) noticiou assim o apoio da Prefeitura Municipal à Oficina-Escola e à revitalização da Praça Anthenor Navarro:

“E as medidas da Prefeitura para agilizar o andamento da restauração são positivas, assumindo o apoio efetivo – alimentação, transporte e assistência médica dos 100 meninos -, junto à Oficina-Escola, além de atender finalmente, as condições do Governo Espanhol, que vai redeseMBOLSAR US\$ 2 milhões, com a retirada do Posto N. Sra. Das Neves na Praça Anthenor Navarro para liberar o recurso. O posto foi lacrado e será desativado e o dinheiro que foi devolvido à Espanha pela administração anterior deverá retornar aos cofres para dar um ponta pé no projeto”.

Outros projetos estruturaram a experiência de revitalização urbana em João Pessoa, muitos deles planejados pela equipe que elaborou o *Projeto de Revitalização* em 1987. Mas só concluídos em meados da década de 1990, período de maior divulgação nacional e internacional de experiências de aproveitamento desses espaços centrais antigos das cidades como instrumentos de desenvolvimento econômico e turístico. São atividades que vão desde projetos-piloto de restauração de obras, visando à proteção do conjunto de monumentos existentes na área, até intervenções em sítios maiores, com a primeira experiência na Praça Dom Adauto, na Praça Anthenor Navarro, no Largo de São Frei Pedro e nos Planos Estratégicos de Revitalização do

Porto do Capim⁹³ (ver tabelas 14 e 15 e, no arquivo de fotos, foto 60, anexo em CD-ROM, com vista geral do Plano de Revitalização do Porto de Capim). As tabelas 14 e 15, a seguir, apresentam um resumo desses projetos de restauração:

Tabela nº 14 - Revitalização de praças:

Praças revitalizadas	Intervenções realizadas	Ano de conclusão	Fonte de recursos	Uso posterior
1- Praça Dom Adauto Antigo Largo do Convento de N. Sra. do Carmo	Reurbanização da praça, iluminação pública e mobiliário urbano com bancos e informações turísticas	1989	IPHAN e Governo do Estado	Praça de eventos e de uso diário
2-Praça São Francisco	Reurbanização da praça, iluminação pública e mobiliário urbano	1989	IPHAN e Governo do Estado	Museu e eventos culturais
3-Revitalização da Praça Anthenor Navarro	Modernização de instalações elétricas e telefônicas, com rede subterrânea. Reurbanização da praça, mobiliário urbano, recuperação das fachadas do casario de entorno e atribuição imediata de novos usos	Dez. de 1998	Prefeitura Municipal de João Pessoa, Governo do Estado (SAELPA e TELPA) e iniciativa privada (Grupo Brennand/ CIMEPAR e Tintas Coral)	Pólo de lazer, cultura e diversão noturna nos bares, casa de shows e eventos ao ar livre; comércio, serviços, ateliês e exposições durante o dia
4-Revitalização do Largo e da Ladeira de São Frei Pedro Gonçalves	Instalação de fiação elétrica e telefônica subterrânea, implantação de iluminação pública e ornamental, instalação de mobiliário urbano, recuperação e padronização de meio-fio e calçadas, recuperação de pavimentação e implantação de mobiliário urbano	2002	Prodetur -NE	Espaço para eventos culturais e de lazer de pequeno e médio porte.

⁹³ Dentre as atividades mencionadas, apenas o Plano de Revitalização do Porto do Capim ainda não foi executado, estando previsto o início das obras dentro do Prodetur II, cujas verbas estavam liberadas desde meados de 2002, após a conclusão da Revitalização do Largo e da Igreja de São Frei Pedro Gonçalves em fevereiro de 2002. Obras, como a revitalização da CBTU e das praças e jardins próximos à Estação Ferroviária, bem como as obras da ladeira do Largo SFPG, já foram concluídas e representam as primeiras mudanças no espaço urbano adjacente às margens do rio Sanhauá e no Porto do Capim.

Tabela nº 15 – Recuperação de monumentos históricos:

Monumentos históricos revitalizados	Características	Ano conclusão	Fonte de recursos	Uso posterior
1-Igreja de São Bento	Datada do século XVII, exemplar religioso lavrado em pedra calcária da arquitetura barroca nordestina	Março de 1996	IPHAN, Governo do Estado e Governo da Espanha	Igreja e sala de apresentações musicais.
2-Antigo Hotel Globo	Edificação da década de 1920, composta de dois prédios em estilo eclético, com linhas de influência neoclássica e <i>art-nouveau</i> , motivos <i>art-decò</i> . Principal hotel da cidade até 1950.	Agosto de 1994	IPHAN, Governo do Estado e Governo da Espanha	Sede da CPDCH (Projeto de Revitalização). Abriga ainda em suas salas associações atuantes na área.
3-Conjunto da Igreja e Convento do Carmo e Igreja de Santa Teresa da Ordem Terceira do Carmo	Datado do final do século XVI. Destaque de trabalhos em pedra calcária no interior (altar, púlpitos e elementos decorativos), painéis de azulejaria portuguesa de meados do século XVIII.		IPHAN, Ordem Terceira do Carmo e Fundação Banco do Brasil	Igreja e espaço para apresentações teatrais.
4-Biblioteca Pública	Edifício eclético construído para ser a primeira Escola Normal do Estado. Posteriormente foi o Tribunal de Justiça e Biblioteca Pública do Estado.	1998	Ministério da Cultura e Governo do Estado da Paraíba, Secretaria da Educação e Cultura.	Biblioteca pública, exposições e lançamentos de livros
5-Casarão de Azulejos (Sobrado Santos Coelho)	Arquitetura civil de época, datada de final do século XIX, constitui-se num dos últimos exemplares na cidade de João Pessoa que apresenta revestimento externo em azulejaria portuguesa	Outubro de 1999	Governo do Estado da Paraíba/ Secretaria da Educação e Cultura.	Casa de Cultura Paraibana (exposições, lançamentos de livros) e Sede da Sub-secretaria de Cultura do Município
6-Coreto da Praça Venâncio Neiva	Construção do início do século, em estilo eclético, com características marcantes neoclássicas.	Outubro de 1999	Prefeitura Municipal de João Pessoa	
7-Restauração do Tribunal de Justiça do Estado	Prédio neoclássico construído no início do século XX para sediar a Escola Normal.	Dezembro de 1998	Tribunal de Justiça e Fundação Banco do Brasil	Sede do Tribunal de Justiça, com salas de exposições itinerantes
8-Restauração do Teatro Santa Roza	Edificação neoclássica iniciada em 1873 e concluída em 1889. Está entre os quatro teatros mais antigos do Brasil	Junho de 1998	Fundo Nacional de Cultura/MinC /Secretaria da Educação e Cultura do Estado da Paraíba/ Fundação Espaço Cultural José Lins do Rego	Teatro

9- Restauração do prédio do Comando da Polícia Militar	Construído na segunda metade do século XIX para servir como teatro, tem características arquitetônicas ecléticas. Abrigou antes de sua conclusão o Tesouro Provincial. Em meados da década de 1930, sofreu alterações com acréscimo de dois pavimentos e nova decoração em estilo neocolonial, abrigando as Secretarias de Administração do Estado	Dezembro de 2000	Governo do Estado	Comando da Polícia Militar e Casa da Cultura Paraibana
10-Restauração da Antiga da Fábrica de Vinho de Caju Tito Silva & Cia	Tombado pelo IPHAN como memória viva do “saber-fazer”, aprimoramento da manipulação do suco natural de caju para produção de vinhos e outras bebidas destiladas a partir deste fruto típico do Brasil.	Conclusão prevista para dezembro de 2002.	IPHAN e Governo da Espanha.	Sede da Oficina-Escola de Revitalização do Patrimônio Cultural de João Pessoa e Museu da Fábrica de Vinho
11-Restauração da Igreja de São Frei Pedro Gonçalves	Erguida no século XVII pelos marinheiros/pescadores, em forma de capela para abrigar a imagem de São Pedro encontrada no rio Paraíba. Posteriormente, em meados do século XIX foi feita uma grande reforma e ampliação das instalações que se estendeu até o início do século XX, transformando a capela numa imponente igreja de linhas neoclássicas	Fevereiro de 2002	PRODETUR I - NE	Culto religioso, assistência às comunidades carentes do Varadouro, salas de apresentações culturais e visitação turística à torre da Igreja com vistas para o rio Sanhauá e aos recentes achados arqueológicos
12-Restauração e revitalização do Prédio nº 02 do Largo de São Frei Pedro Gonçalves	Este prédio foi local de funcionamento da antiga Recebedoria de Rendas do Governo Estadual, vinculada ao Antigo Porto do Capim e erguido em 1903.	Fevereiro de 2002	PRODETUR I – NE	Museu da Arquitetura Paraibana e espaço de atividades culturais e de lazer.
13-Revitalização da Faixa de Domínio da Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU	Restauração da estação ferroviária, construída no início do século XX, e de sua faixa de domínio, com o objetivo de propiciar a integração paisagística da mesma ao conjunto de praças do Varadouro, ao antigo Porto e ao rio Sanhauá.	Abril de 2001	Recursos da CBTU, do Ministério Público e da iniciativa privada (*)	Controle do tráfego de transporte ferroviário e área de amenização paisagística da ribeira do rio Sanhauá.

(*) Estes recursos foram oriundos de uma multa cobrada ao *Manaira Shopping Center* pelo Governo do Estado / IPHAEP por instalação indevida de seu estacionamento sobre um trecho do rio Jaguaribe, importando em cerca de R\$ 433.766,37.

Atualmente, o processo de revitalização do centro histórico de João Pessoa continua em andamento, seguindo a nova forma de construção dos *planos estratégicos*

e as tendências e oportunidades de financiamentos e de renovação do convênio com a Espanha. A seguir, destacam-se algumas intervenções em andamento:

a) Revitalização da ponte antiga sobre o rio Sanhauá – trata-se de uma ponte construída em 1868 com estrutura em ferro importado da Inglaterra, reforçada estruturalmente ao longo dos anos, pois servia como um dos acessos principais da capital ao interior do Estado até o final da década de 1980, quando foi tombada pela Patrimônio Histórico e passou a ser destinada apenas aos pedestres. Em suas cabeceiras, encontram-se colônias de pescadores e áreas de mangue. Parcerias contatadas: Prefeitura Municipal de Bayeux. Uso proposto: área de lazer e dinamização das colônias de pescadores.

b) Restauração da Igreja da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba – edificação do final do século XVI, com características arquitetônicas barrocas. Foi sede da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia, tendo anexo o hospital de mesmo nome (destruído). Parcerias possíveis para financiamento: IPHAN, Governo da Espanha e Governo do Estado. Uso proposto: Memorial da Santa Casa de Misericórdia e espaço de culto e apresentações culturais.

c) Atualização e informatização do Cadastro Técnico do Projeto de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa. Apoio financeiro: Governo de Estado e Governo da Espanha.

d) Desenvolvimento do *Plano Estratégico de Revitalização e Avaliação Sócio-Econômica do Antigo Porto do Capim e do Varadouro* - início da fase de implementação das obras previsto para meados de 2002, já contando com recursos do Prodetur II-NE (postergados devido à campanha para as eleições de outubro de 2002).

O Varadouro constitui local de origem da cidade onde se localizava o antigo Porto do Capim, único do Estado até a década de 1930. A Praça Anthenor Navarro e o

Largo de São Frei Pedro Gonçalves são parte também do Varadouro (áreas já revitalizadas), incluindo-se ainda a rua Maciel Pinheiro - rua tradicional do comércio pessoense; o antigo Porto do Capim, incluindo área de favela na ribeira do rio; a ribeira do rio Sanhauá abrangendo as Praças XV de Novembro, Álvaro Machado e Napoleão Laureano, faixa de domínio da CBTU (já em processo de revitalização) e área de mangue existente atrás da Estação Ferroviária. Recursos previstos: Programa de Desenvolvimento Turístico do Nordeste – Prodetur II/PB.

Finalmente, ressaltamos as recentes descobertas arqueológicas, cujos estudos também continuam em andamento⁹⁴, tendo sido iniciadas em maio de 2000, junto com as obras de restauração do Largo e Igreja de São Frei Pedro Gonçalves. As prospecções realizadas para subsidiar a restauração do altar-mor da Igreja, do revestimento de paredes e as escavações para a instalação da fiação subterrânea em trecho próximo à igreja evidenciaram a existência de trabalhos mais antigos feitos em cantaria (escultura) em pedra calcária, além de fragmentos cerâmicos oriundos de diversos períodos da história da cidade.

Já foram identificados cinco mil fragmentos ou elementos arqueológicos, nas fundações da antiga capela e outras partes, além de vestígios da antiga ocupação dessa área em meio aos quintais e muros de arrimo construídos nas casas existentes em volta do Largo (ver fotos 62 a 69, anexas em CD-ROM, da Igreja de São Frei Pedro

⁹⁴ Inicialmente, foi solicitada a consultoria dos arqueólogos Ulisses Pernambuco de Mello Neto e Paulo Tadeu de Souza Albuquerque, que confirmaram as suspeitas dos arquitetos da Comissão quanto à existência de partes da antiga capela do século XVII e de uma suposta muralha (Fortaleza do Varadouro) que teria protegido o núcleo urbano primitivo da cidade de Filipéia de Nossa Senhora das Neves. Após esse primeiro laudo de vistoria, foi contratada uma outra equipe de arqueólogos da Fundação Seridó, coordenada pelas arqueólogas Gabriela Martin e Anne-Marie Pessis da UFPE, e pelo Núcleo de Arqueologia da UFPE com a colaboração de alunos do Curso de História da UFPB. Apesar de não se confirmar a existência de tal fortificação, vêm se desenvolvendo as obras de arqueologia no sentido de desvendar uma “*relação indígena/européia que foi essencial para a existência da cidade de João Pessoa*” (Informe publicado pelo governo do Estado com textos de Anne Marie Pessis e Gabriela Martin, *Arqueologia e Patrimônio Cultural na Paraíba: a Igreja de São Pedro Gonçalves em João Pessoa*, 2002).

Gonçalves e de alguns dos elementos arqueológicos identificados até aquele momento). Tais descobertas podem esclarecer grande parte do processo de evolução da cidade e os vestígios da presença material de populações pré-históricas que precederam à colonização: as populações indígenas⁹⁵. Os trabalhos arqueológicos terão continuidade com financiamentos do Prodetur II, quando serão ampliadas as edificações e áreas de prospecções arqueológicas.

Grande parte das obras acima mencionadas (ver tabelas 14 e 15) foi realizada com a participação direta dos alunos da Oficina-Escola de Revitalização do Patrimônio Cultural de João Pessoa nos trabalhos de restauração e reforço estrutural dos monumentos e áreas públicas da cidade. Constitui-se, assim, em programa complementar ao *Projeto de Revitalização*, responsabilizando-se pela formação de mão-de-obra e pela execução de serviços na restauração de monumentos localizados no centro histórico (discutiremos a atuação da Oficina-Escola no próximo capítulo). Excetuam-se apenas as obras realizadas antes da formação da Oficina-Escola de João Pessoa em 1991, por construtoras especializadas do Recife e de João Pessoa, e as prospecções arqueológicas realizadas pela Fundação Seridó.

⁹⁵As pesquisas *in situ* realizadas pela Fundação Seridó “puseram a descoberto a existência de estruturas arqueológicas com vestígios da presença material de populações pré-históricas que precederam à colonização. As relações entre a população indígena e a colonização européia emergem das estruturas dos monumentos históricos que foram construídos sobre os vestígios da presença indígena que ocupava o espaço que lhes foi usurpado. São apenas indícios materiais de culturas, que implantaram suas estruturas habitacionais com materiais contingentes, apropriados para assentamentos adaptados às condições ambientais, tecnológicas e de permanência das etnias. Essas populações pré-históricas priorizaram técnicas de aproveitamento dos recursos da natureza para preservar seu potencial de sobrevivência (...). A criação da cidade de Filipéia de Nossa S. das Neves, na foz do Paraíba, tem uma dimensão intangível a partir da reconstituição do processo de formação urbana colonial associando a ela um *modus vivendi*, um passado de experiências vividas. Os monumentos da época são invocadores dessa fase em que se forja a cidadania paraibana, de cunho europeu. Não foram identificados os monumentos que pudessem evocar o patrimônio espiritual e ritual indígena, da comunidade Potiguar, que tinha lutado desesperadamente por preservar seu território face às reiteradas investidas portuguesas desde o século XVI. O patrimônio intangível das diversas comunidades é parte do patrimônio cultural de uma nação e como tal deve coexistir” (Informe publicado pelo governo do Estado com textos de Anne Marie Pessis e Gabriela Martin, *Arqueologia e patrimônio Cultural na Paraíba: a Igreja de São Pedro Gonçalves em João Pessoa*, 2002).

O resumo das principais intervenções realizadas entre 1988-2001 que tentamos esboçar possibilita-nos afirmar que o volume de investimentos públicos e privados no patrimônio cultural e na promoção de eventos da cidade de João Pessoa esteve voltado, sobretudo a partir de meados da década de 1990, para o objetivo de criar um espaço central e enobrecido da cidade, que possibilitasse a captação dos recursos de programas federais e internacionais e viabilizasse o desenvolvimento econômico do Município e do Estado, através do turismo.

O impacto desses investimentos e dessa maior visibilidade pública dos lugares históricos resultou numa alteração da paisagem urbana de parte do centro histórico, em especial, o bairro do Varadouro, no trecho entre a rua Maciel Pinheiro e o Largo de São Frei Pedro Gonçalves. A tentativa de criar uma área de usos mistos de consumo e serviços, bem como de lazer, tem redesenhado em parte o perfil do lugar, com o funcionamento de bares, casas de shows, ateliês, antiquário, muito embora não se tenha grande concentração de bares na região e nenhum restaurante. Atualmente, são promovidos programas culturais como o *Projeto Viva o Centro*, o *Paraibatuque*, o *Festival Centro em Cena*, a *Semana de Cultura* e o *Folia de Rua*, no Largo e na Praça, também utilizados como lugar de manifestações políticas, entre outras atividades (ver fotos 70 a 73, anexas em CD-ROM).

Em termos de bares, não houve incremento de novos sobrados reformados para esse uso. Permanece, de modo constante, apenas o *Café Parahyba* nas noites do Varadouro. Os empresários Roberto Zaccara e Marconi Serpa mantêm o movimento diário na Praça Anthenor Navarro (fecharam os bares *Engenho do Chopp* e o *Mixtura Filipéia*), enquanto a boate *Intoca*, hoje *Escambumano*, ainda movimenta as noites no Largo de São Frei Pedro Gonçalves. Ambulantes e pequenos vendedores com carrinhos de mão, equipados com isopor, além dos vendedores em carros adaptados

que abrem as malas e se instalam nas ruas entre a praça e o largo, vendem seus produtos como churrasquinhos, bebidas, aperitivos, cigarros, pipocas etc.

De outro ângulo, a dependência da dinamização cultural com relação à manutenção de uma agenda permanente para o centro histórico subsidiada pelo poder público (Prefeitura e Governo do Estado) dificultou a implantação de outras mudanças relacionadas com a criação de programas sociais que integrassem a população local à problemática da preservação do patrimônio e renovação urbana. Em João Pessoa, foram privilegiados, nessa segunda fase da revitalização, aqueles atores que supostamente teriam capacidade de dar continuidade à proposta de revitalização: empresários, comerciantes, proprietários imobiliários, grupos financeiros e artistas. Mas, ao que tudo indica, a escolha dos atores foi menos um erro técnico do que uma escolha estratégica para o tipo de intervenção pretendida que, segundo Zanchetti (2000), exerce influência sobre a natureza política do processo.

O processo de revitalização da Praça Anthenor Navarro e do Largo de São Pedro Gonçalves (1997-2002) privilegiou um grupo social formado por empresários, comerciantes e agentes financeiros, em detrimento da população pobre do bairro, posta em segundo plano, insegura quanto aos rumos da revitalização e de sua remoção daquele lugar. Ao que tudo indica, a idéia de habitação no centro histórico volta-se hoje mais para propostas como as mais recentes da Caixa Econômica Federal e da Prefeitura Municipal de João Pessoa, com a colaboração de técnicos franceses, não para manter seus antigos moradores, mas para instalar novos possíveis moradores, com outro perfil sócio-econômico.

Assim, se o processo de *gentrification* representado pela revitalização da Praça Anthenor Navarro e do Largo de São Pedro Gonçalves modificou a paisagem urbana de parte do bairro do Varadouro, essas mudanças não alteraram as assimetrias que

delimitavam espacialmente as desigualdades sociais do lugar. Não só a escolha dos atores, mas também a dependência dos grupos culturais e das instituições ligadas ao patrimônio cultural em relação ao apoio e ao subsídio do Estado, agravado pelo apoio precário destes últimos, fizeram com que a continuidade desse processo fosse questionada e que, sobretudo, a partir do segundo ano posterior à revitalização da Praça Anthenor Navarro, a Comissão e a Prefeitura fossem criticadas, abertamente, acusadas de terem feito cenário e pintado fachadas simplesmente.

Contudo, os símbolos maiores da nova vida no centro histórico parecem não estar nos bares e boates ou apenas nas festas e eventos produzidos na Praça ou no Largo, locais nos quais as sociabilidades também acontecem ou se renovam. Esses valores simbólicos invocam uma forma de aspiração ao sagrado e universal que as obras arquitetônicas e, sobretudo, as ruínas provocam nos indivíduos. Essa aproximação espacial e social na convivência entre artistas e população favelada, entre entidades formadas por comerciantes, por moradores do centro histórico, por intelectuais e artistas da cidade como um todo é que pode nos conduzir à compreensão da complexidade da experiência recente de revitalização do centro histórico de João Pessoa.

As pessoas do bairro e seus usuários hoje se interessam pelos problemas de infra-estrutura e de funcionamento dos equipamentos coletivos do bairro, de poluição do rio Sanhauá, com a presença do *Lixão do Róger* e suas danosas conseqüências, bem como pela população da favela Porto do Capim, às margens do rio Sanhauá. A população da favela passou a ter maior visibilidade em seus problemas e a reivindicar seus direitos à cidade e à cultura, através das associações e organizações não-governamentais que atuam no centro histórico. A primeira delas foi a Oficina-Escola de Revitalização e, posteriormente, o *Folia de Rua*, a *Acehrvo* e o *Folia Cidadã*.

É desse novo sentido dado ao centro histórico, associado à melhoria da vida dos cidadãos do próprio bairro, que trataremos no item seguinte, no sentido de reforçarmos o argumento de que esta experiência, além de representar um exemplo de *gentrification* do patrimônio urbano de uma cidade histórica de médio porte do Nordeste brasileiro, envolve formas próprias de interação social, para além da lógica utilitarista e funcional do mercado.

3.3. A participação popular e o surgimento de novas formas de interação social

A idéia de formar associações, organizações não-governamentais, fóruns e espaços de debates no e sobre o centro histórico com o propósito de manter a visibilidade pública do lugar e atrair pessoas interessadas na revitalização da área começou a ganhar impulso junto com a reforma das instalações do antigo *Hotel Globo*⁹⁶, em 1994, e com a posterior realização do *Seminário: Centro Histórico de João Pessoa - caminhos efetivos de revitalização*, em novembro de 1996, no referido prédio⁹⁷.

⁹⁶ Após a recuperação do Hotel Globo, estava previsto, dentro do Projeto de Revitalização, que ali funcionasse o Gabinete do Prefeito e a Secretaria de Planejamento da Prefeitura, enquanto as Secretarias da PMJP ficariam no prédio da Antiga Alfândega após a revitalização da área do Porto do Capim e a transferência oficial da edificação para a PMJP, através do Serviço do Patrimônio da União do Ministério da Fazenda (1987:183).

⁹⁷ Representou uma tentativa da equipe técnica da Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa de sair da fase de dificuldades que marcava o trabalho dos dois bolsistas da AECI (hoje coordenadores adjuntos do convênio Brasil/Espanha) que ficaram desenvolvendo esse trabalho após a desarticulação da equipe executora inicial. Foi um período de dependência constante dos poderes públicos locais. Estes últimos se limitavam a cumprir, em parte, a sua contrapartida no Convênio com a AECI/Governo da Espanha. Participação que muitas vezes falhou em repassar recursos, havendo sempre a necessidade da presença dos representantes espanhóis junto aos chefes do executivo municipal e estadual exercendo influência, no sentido de que fossem garantidas as mínimas condições de continuidade dos trabalhos. A equipe técnica, que pretendia ter uma independência de ação frente aos órgãos públicos locais, acabou esquecida e mal remunerada. Já o convênio com a Oficina-Escola, baseado em outro programa de ação do mesmo convênio, era mantido e as obras eram realizadas e elaboradas em conjunto com a equipe técnica da Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa, que assim permanecia atuante.

Nesse Seminário, houve a participação de segmentos diversos da sociedade civil dentre artistas, produtores de cultura, empresários, jornalistas, representantes de órgãos públicos como a PBTUR, a Secretaria Municipal de Esporte e Turismo, Associação de Agências de Turismo Receptivo, Subsecretaria Estadual de Cultura, Fundação Cultural de João Pessoa, SEBRAE, Câmara de Diretores Lojistas, Câmara Municipal de João Pessoa, Secretaria Municipal de Planejamento, IPHAN e Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa, Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, Federação Paraibana de Teatro Amador, Clube do Choro da Paraíba, Fundação Fortaleza de Santa Catarina, Folia de Rua e Secretaria da Indústria, Comércio, Ciência e Tecnologia⁹⁸. Desse Seminário resultou um documento assinado por representantes da maioria dos órgãos e entidades acima mencionados, além de artistas e profissionais liberais, intitulado “Carta do Varadouro”, declarando o compromisso de todos com um conjunto de ações permanentes que assim pode ser resumido:

“(…) sólidos e participativos projetos com base numa ampla visão de qualidade de vida integrada a nossa realidade e que contemple os interesses sociais, econômicos, culturais e turísticos, através de parcerias para reavivar no cidadão o prazer de vivenciar a cidade, iniciando-se pelo seu centro histórico estabelecidos através”:

1. Do fortalecimento técnico e político da Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa, com o apoio do Governo do Estado, através da Secretaria de Cultura/Subsecretaria de Cultura e da PBTUR; Governo Federal, através do IPHAN e Prefeitura Municipal de João Pessoa e Governo da Espanha;
2. Do estabelecimento de um fórum permanente de discussões e encaminhamentos, envolvendo os diversos segmentos do poder público e da sociedade civil nas soluções práticas para a revitalização do centro histórico de João Pessoa;
3. Da parceria entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Educação e Cultura/Subsecretaria de Cultura, Comissão Permanente de Desenvolvimento

⁹⁸ Foram convidados como palestrantes os professores Silvio Zancheti e Vera Millet, da Universidade Federal de Pernambuco, que vinham, na época, coordenando o Projeto de Revitalização do Bairro do Recife (PE). Foi um seminário aberto ao público em geral e divulgado através da mídia local.

do Centro Histórico, IPHAEP e PBTUR; Prefeitura Municipal, Governo Federal, através do MinC/IPHAN; entidades representativas da classe empresarial e comercial, ONG's e sociedade civil organizada, para que seja de imediato implementada a revitalização do Antigo Hotel Globo como núcleo desencadeador da ampla revitalização do sítio histórico do Varadouro, através do projeto Hospedaria das Artes em conjunto com o Centro Mário Pedrosa”.

Nesse sentido, convém transcrever as palavras de um dos coordenadores adjuntos da Comissão:

“Uma das coisas que nós imaginamos é que, com uma participação mais organizada da sociedade, poderia se tornar um grande parceiro nesse processo de revitalização, na medida em que a sociedade tem todo um poder de cobrança e de influência junto ao governo. Então, foi pensando nisso que a gente já desde 1996 vem na tentativa de organizar. Primeiro, é captar as associações que já existem, como a Associação Comercial e a Associação de Moradores do Porto do Capim. E outra, incentivar a criação de novas associações que abrangessem outros, outros segmentos da sociedade interessados no centro histórico.” (Entrevista com o coordenador adjunto da CPDCH, Cláudio Nogueira, junho de 2001).

A partir do fórum que se estabeleceu nesse primeiro seminário como parte, também, da *1ª Semana de Arte e Cultura*, lançavam-se as bases para a constituição de um espaço de debates em torno da problemática de revitalização do centro histórico de João Pessoa. Os resultados não foram imediatos, mas vieram paulatinamente se definindo. Primeiro, ocorreu a restauração do antigo *Hotel Globo*, que passou a ser sede da Comissão de Desenvolvimento, antes precariamente instalada nas próprias dependências do mesmo hotel. A partir daí, a equipe técnica da Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa começou a se reestruturar. Em 1997, obteve o apoio mais direto da Prefeitura Municipal de João Pessoa quanto aos projetos de revitalização do patrimônio cultural do município, em especial, ao *Projeto de Revitalização da Praça Anthenor Navarro* - um dos pólos do processo de dinamização das atividades culturais (conforme depoimentos dos membros da Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico).

A revitalização da Praça Anthenor Navarro e do Largo de São Pedro Gonçalves representou, portanto, não só o início da *gentrification* do processo de revitalização em João Pessoa, como também o início de um processo de *relocalização* da tradição paraibana, através da construção de uma *paisagem de poder* reivindicada como *lugar de origem da cidade* e expressão de sua cultura. Foi o começo das mudanças no uso do solo no bairro do Varadouro. Procedia-se, ao mesmo tempo, à preservação de uma forma urbana e de um conjunto arquitetônico eclético, *art nouveau* e *art déco*, símbolos da fase áurea da economia e da política paraibana, e das reformas na estrutura urbana da capital realizadas no início do século XX.

Entretanto, essa possibilidade de revitalização do centro histórico, a partir desse projeto que deveria causar impacto na sociedade pessoense, começou efetivamente a ganhar forma em março de 1996, após a conclusão das obras de revitalização do *Hotel Globo*, em 1994, e da Igreja São Bento, em 1995⁹⁹. Com isso, os trabalhos da Comissão e da Oficina-Escola passaram a ter a atenção e interesse maior por parte do Governo do Estado e da Prefeitura. Foi, também, a partir daí que grupos organizados da sociedade civil, alguns voluntariamente, passaram a reivindicar esse espaço central e histórico e a encaminhar, através da mídia ou da participação no fórum de debates e nas reuniões de formação da Associação Centro Histórico Vivo – Acehrvo, manifestações públicas e privadas de interesse pela revitalização do patrimônio cultural da cidade. Ações e preocupações individuais motivadas por interesses diversos também passaram a se tornar mais freqüentes por parte dos comerciantes, moradores do Varadouro, produtores de cultura e artistas regionais, entre outros.

⁹⁹ As obras da Igreja de São Bento foram iniciadas em 1988. A Comissão de Desenvolvimento do Centro Histórico passou a fiscalizá-las em 1992, e alunos da Oficina-Escola a concluiriam em 1995 (quatrocentos anos após a chegada dos beneditinos à Paraíba). Foi inaugurada em março de 1996, com a abertura oficial do Programa Quarta Cultural de concertos, recitais e projeções de vídeos. Em outubro de 1996, o governo do Estado assinou com a Arquidiocese convênio de intercâmbio cultural voltado para a arte sacra e a arte popular ligadas ao catolicismo.

Durante os primeiros meses do ano de 1996, as visitas do Ministro da Cultura, Francisco Weffort, foram freqüentes à capital para inaugurar e vistoriar obras, bem como assinar convênios e parcerias com o Governo do Estado, IPHAN e Reino da Espanha, voltados para a dinamização da cultura (conforme pesquisa de jornais). Nesse mesmo período, os membros da equipe técnica da Comissão Permanente e da Oficina-Escola de João Pessoa¹⁰⁰ iniciaram uma pressão maior, através dos jornais da capital, no sentido de atrair o interesse dos poderes públicos locais, sobretudo da Prefeitura, cujas administrações anteriores ficaram alheias à revitalização do patrimônio cultural¹⁰¹.

A potencialidade turística do patrimônio histórico da capital foi outro tema sempre articulado na mídia local ao trabalho de revitalização urbana, ao lado também da veiculação de uma imagem de abandono e de descaso das autoridades com esse patrimônio, composto por alguns exemplares tombados pelo órgão nacional – o IPHAN. A realização, em março de 1996, do *5º Brazil National Tourism Mart – BNTM 1996* e a necessidade de incrementar o turismo em todo o Estado da Paraíba

¹⁰⁰ Houve também um movimento que partiu dos membros da equipe técnica da Comissão Permanente, no sentido de divulgar esse trabalho de revitalização do patrimônio histórico nos meios culturais da cidade. Destacamos as seguintes atividades: elaboração de vídeos sobre o Centro Histórico e sobre a atuação da Oficina-Escola por cinegrafistas do Estado, que resultou na criação da organização não-governamental Parai'wa em 1994; a elaboração da *Expo 'Cidade Baixa* e *Expo 'Antigo Hotel Globo*; a tentativa de institucionalizar as normativas elaboradas para o Centro Histórico através da revisão dos Códigos de Urbanismo e de Edificações e Posturas do Município de João Pessoa e, sobretudo, são agentes dinamizadores da cultura no Estado quando apóiam e auxiliam as atividades culturais implementadas pelos órgãos específicos, quando auxiliam comerciantes antigos e novos que desejam restaurar seus imóveis e ao capacitarem jovens para um ofício e lhes ensinarem a importância da memória social para a construção da identidade e para a manutenção da qualidade de vida urbana.

¹⁰¹ Notícias do Jornal A União, nos dias 05 e 10 de março de 1996, intituladas “Igreja de São Bento reaberta no próximo dia 30” e “Ministro fará vistoria em Igreja reformada”, respectivamente, falam da inauguração das obras de Igreja de São Bento e dos planos de revitalização da Fábrica de Caju Tito Silva, da presença do Ministro da Cultura, Francisco Weffort, do Adido Cultural da Embaixada da Espanha no Brasil, Juan Sell, e do embaixador da Espanha no Brasil, Dom Carlos Branco Villa, em uma das várias viagens à capital paraibana, durante o ano de 1996 e seguintes. O Jornal ressalta também o atraso na conclusão dos trabalhos como consequência dos atrasos no repasse dos recursos pela Prefeitura. Em matéria no Jornal A União, de 05/04/96, a diretora da Oficina-Escola Naya Caju diz não poder inaugurar as obras do Coreto da Praça Venâncio Neiva, no dia 05 de agosto (data da fundação da cidade) devido ao fato de os trabalhos terem sido suspensos desde novembro de 1995 devido à falta de apoio do prefeito Francisco Franca, em especial, no repasse dos recursos para alimentação dos alunos da Oficina-Escola que trabalhavam nas obras de recuperação.

ganharam destaque na propaganda oficial associada à revitalização urbana e arquitetônica, tendo em vista que nesse período ficaram prontas obras de repercussão nacional como o Convento e Igreja de São Bento, datada do século XVI, o Casarão de Azulejos, entre outros.

Os jornais da capital noticiaram a inauguração da Igreja de São Bento, a exemplo do Jornal A União de 30/03/96: “Weffort inaugura obras de restauração”. A notícia ressaltava a participação das autoridades nacionais e internacionais e a entrega do título de cidadã pessoense, pela Câmara Municipal de João Pessoa, à diretora do Projeto de Revitalização dos Sítios Históricos da América do Sul e coordenadora da Equipe Técnica da Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa, Maria Luiza Carrillos Morales, além da renovação do contrato/convênio da Oficina-Escola por mais três anos. Na ocasião, foi firmado novo convênio para implantação do Centro Cultural Filipéia de Nossa Senhora das Neves e construção de auditório para simpósios, seminários e sala para concertos, entre outras atividades, no prédio recém-restaurado.

A partir da inauguração da Igreja de São Bento, já no mês de abril de 1996, foi possível acompanhar, através das notícias divulgadas na mídia e nos depoimentos dos entrevistados que participaram desta pesquisa, a pressão que associações e indivíduos, preocupados com a situação do patrimônio em João Pessoa, começavam a exercer sobre os poderes públicos locais, no sentido de haver uma atuação específica nos monumentos com risco de desabamento ou descaracterização e no espaço das praças e largos da cidade baixa.

A primeira ação voluntária, um movimento que partiu dos moradores do próprio Largo de São Frei Pedro Gonçalves, aconteceu durante festividades no Hotel Globo após a inauguração das obras da Igreja de São Bento. Foi uma iniciativa de

poucos moradores do Largo de São Frei Pedro Gonçalves e da favela Porto do Capim que, com cartazes e faixas improvisadas, cobravam ações do Ministro da Cultura, Francisco Weffort (que participava das comemorações), no sentido de serem feitas as obras de restauração da Igreja de São Pedro Gonçalves, prestes a desabar. É uma igreja importante para os moradores da comunidade Porto do Capim e do Largo de São Pedro Gonçalves e que estava desativada, por risco de desabamento, impedindo reuniões e atividades comunitárias que ali se desenvolviam junto à pastoral.

Numa tentativa de sensibilizar os órgãos responsáveis pela revitalização, foram afixadas faixas na fachada da Igreja. Posteriormente, houve uma passeata organizada pela Arquidiocese com a presença do Arcebispo Dom Marcelo Carvalheira e das pessoas da comunidade que possuíam imóveis no largo ou que tinham uma afetividade e uma história de vida ligada à Igreja. O depoimento constante de uma das entrevistadas de nossa pesquisa relata, assim, esse movimento para restauração da Igreja de São Pedro Gonçalves:

“Fui eu e Roseane porque no dia que o ministro vinha, ele vinha diretamente para o Hotel Globo com aquele pessoal. Quando a gente soube que ele ia fazer e a gente precisava, necessitava dessa restauração, que até que o teto já tinha caído, que foi um dia de missa, que foi um estrondo, teve gente que passou mal. Aí a gente fez umas, nesse dia quer dizer, já diretamente, já hora marcada tudo pra filmar a entrada dele, a gente preparou uns pequenos cartazes, cartazes fraquinhos que não valiam nada. O povo dizia assim: mas tá vendo que o ministro não vai olhar pra isso! A gente dizia: mas a gente vai tentar com o que tem, a gente não tem outra coisa, vai se contentar com o que tem.” (Maria Fidelis, moradora do Largo de São Frei Pedro Gonçalves).

No mês seguinte, em abril, vieram os resultados positivos dessa movimentação, através de ofício recebido pelo arcebispo Dom Marcelo Carvalheira, enviado pelo diretor do IPHAN, confirmando levantamento e apoio do governo do Estado, do Ministro da Cultura e da Secretaria da Educação e Cultura do Município para o início das referidas obras. Iniciava-se um processo no qual a maioria das obras de

revitalização e restauração do patrimônio cultural de João Pessoa, apesar de contar com apoio e verbas do Governo do Estado e de serviços da Prefeitura Municipal, passava a sofrer a influência e a pressão de entidades ligadas, direta ou indiretamente, à sociedade civil e aos segmentos sociais vinculados às artes e à cultura local. Tornou-se, assim, público o descaso das autoridades e da política do patrimônio cultural, tanto através da mídia, como de movimentos sociais, de atos públicos e de fóruns ou de seminários nos quais foram debatidos esses temas e divulgadas essas questões nos momentos mais críticos. Também os grupos formados pela população pobre da favela Porto do Capim e, em menor número, pelos residentes do Largo, passaram a se ver como um grupo com possibilidade de mudar alguma coisa e de resistir à remoção, conforme o depoimento abaixo:

“(...) A remoção, o medo que eles têm é eles saírem daqui do centro pra fora. Isso daí eles têm medo. E que se acaso isso daí acontecer, a gente reúne todo mundo e não vai acontecer isso não, é... porque a gente está reunido”.

(Entrevistadora): E por que tem esse medo de sair do centro?

“É porque aqui é tudo perto. O pobre não tem, pra começar não tem o salário, aí falta vale-transporte, falta tudo pra sair pra fora. Aqui é tudo perto, eles vão pro comércio é perto, pra o hospital é pertinho, tudo é perto aqui, por isso que eles não querem sair daqui. Se for pra ficar ao lado, como falou, tudo isso é muito bom, porque eles já moram aqui, já são acostumados, por isso eles ficam ali, dali eles não saem. Porque ali você vê é quartinho por cima de quartinho, tem que ser removido tem que organizar, e se organizar bem organizado ainda sobra lugar” (Trecho da entrevista da Sra. Maria Fidelis, antiga moradora do Porto do Capim que atualmente mora no Largo de São Frei Pedro Gonçalves com seus filhos e aluga quartos para moças que vêm do interior do estado).

É sobre essas interações sociais que aconteceram na experiência recente de revitalização do centro histórico de João Pessoa que passaremos a tratar no próximo capítulo. Sustentaremos o argumento de que o processo de *gentrification* em João Pessoa mudou parte da paisagem urbana do bairro do Varadouro. Além disso, motivou a população moradora, consumidores e comerciantes a reivindicar e defender o bairro e o centro histórico na mídia, nas casas legislativas e em diversos espaços que lhes foram

abertos. Começaram a agir tomando iniciativas próprias quanto à criação de programas sociais e de formas alternativas de ajudar a mudar as condições de vida da população da favela do Porto do Capim.

CAPÍTULO 4 – USOS DO ESPAÇO PÚBLICO E INTERAÇÃO SOCIAL NO CENTRO HISTÓRICO DE JOÃO PESSOA

A construção da imagem do centro histórico como lugar de consumo ou ponto de encontro noturno de jovens e adultos da capital paraibana desloca para essa esfera do consumo os sentidos tradicionais de sua história. A memória do bairro do Varadouro, inscrita no seu patrimônio urbano e na vida dos moradores mais antigos, sendo substituída pelas estratégias de *marketing* urbano que ancoram na construção da imagem da cidade a idéia de transformação do patrimônio em mercadoria cultural.

Os sujeitos ou atores principais dessa fase de *gentrification* são os comerciantes e empresários (Associação Comercial, Câmara de Diretores Lojistas, comerciantes novos e antigos, donos de bares, boates e outras atividades de diversão e cultura que se desenvolvem na Praça Anthenor Navarro e no Largo de São Pedro Gonçalves), associados ao poder público (Governo do Estado e Prefeitura) e aos artistas e produtores culturais locais. Identificamos diversas narrativas que expressam essa busca de uma singularidade desse local para a cidade, como seu nascedouro e símbolo da sua história, como um esforço para recuperar sua história e sua memória.

Definiu-se o lugar não apenas por ser o espaço singular da história de seu patrimônio edificado, mas também pela possibilidade de reconstrução de um passado, de uma história que destaca a cidade de João Pessoa dentre as cidades mais antigas do país. Esta auto-estima e orgulho de *ser do lugar*, apesar de todas as dificuldades, são pontos centrais desse *marketing* que fazia uma espécie de convocação geral dos comerciantes, prestadores de serviços e artistas, que quisessem fazer bons negócios na nova área de revitalização do patrimônio cultural da cidade de João Pessoa. Outro elemento dessa busca da singularidade do local está na reivindicação da paisagem

urbana original, formada pelo mangue e pelo rio Sanhauá, já que os edifícios arquitetônicos reformados na Praça Anthenor Navarro e no Largo de São Pedro Gonçalves datam, na maioria, do início do século XX e muitos deles foram construídos sobre os escombros das reformas urbanísticas implementadas na capital entre 1920/40.

Argumenta-se que ainda resta uma paisagem original, embora ao visitá-la constate-se facilmente que se trata de um rio poluído e de uma população ribeirinha cujos moradores vivem, na grande maioria, em favelas. No restante do bairro do Varadouro, predominam as *pensões*, *pousadas* ou até *casas de família* (como na rua da Areia) nas quais vive um número significativo de jovens do interior do Estado, que vêm em busca de trabalho. Algumas acabam por se prostituir. Constatam-se, assim, os anos de abandono por parte dos poderes públicos e a forma como as pessoas reivindicam e recriam a imagem do centro histórico e do bairro do Varadouro para transformá-lo em *lugar* de memória e de consumo. Os depoimentos seguintes mostram uma espécie de amálgama: memória/consumo.

“A região do Varadouro é historicamente o nosso nascedouro, inclusive, entre as capitais do nordeste, é a única que tem essa peculiaridade de você ter a cidade nascendo de dentro pra fora, porque normalmente você vem pelo mar, é tanto que os centros históricos de outras cidades todas elas se localizam perto do litoral. Nosso caso não, nosso caso vem do rio, então, além dessa peculiaridade tem todo um processo de evolução da cidade e de involução, a partir da década de 1930, que foram os tempos áureos, do final do século passado ao início de 1930, o apogeu da cidade era aqui, do ponto de vista econômico, do ponto de vista festivo, religioso” (Jornalista Fernando Moura, Presidente da Acehrvo – Associação Centro Histórico Vivo, em 16 de janeiro de 2001).

“A revitalização do centro histórico de João Pessoa significa pra mim o resgate da história e, isso, pra mim, é muito importante enquanto cidadã, moradora dessa cidade. A história da cidade, esse é um resgate, ponto um. Ponto dois, é uma possibilidade e é uma chance efetiva, não tem como não se dizer, de um desenvolvimento cultural e econômico para uma população. Uma cidade que vive praticamente em torno de funcionários públicos. Então, é também uma forma da cidade de João Pessoa contribuir para o turismo do Estado e haver um maior desenvolvimento” (Arquiteta da Comissão Permanente de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa, 28 de novembro de 2001).

“Foi um passo muito bom, isso aqui estava morrendo. Orgulha a gente, uma pessoa de fora vir aqui e mostrar isso aqui. E, se Deus quiser, vai melhorar mais ainda” (MJM – Antiga moradora e proprietária de imóvel alugado no Largo de São Frei Pedro Gonçalves, março de 2001).

“(…) aquelas informações (sobre a história da cidade e dos monumentos) são necessárias para que a gente cresça, que a gente cresça, vá pra frente. Não achar sempre que está partindo do zero. Não, a gente tem história. Então, isso é muito forte. É o núcleo original de uma cidade e eu acho que tem que preservar o máximo possível como está e a gente não deixa de tirar um certo partido turístico. Já vem o econômico, está entendendo? Um pouco da cultura, da história das pessoas. Porque se você não tem isso, você não tem nada!” (Ex-coordenadora adjunta da Comissão Permanente de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa, 14 de fevereiro de 2002).

“Por essa coisa poética até, eu diria até poética, romântica, de você estar onde foi fundada a cidade, onde as pessoas começaram a descobri-la. Eu adoro praia, mas acho que a gente tem que procurar a história e, pra mim, o centro histórico tem tudo haver com a história e com a cultura, não separo as coisas. E é a parte que você sente aflorar mais esse lado da cultura das pessoas e isso é bom” (Comerciante nova instalada na Praça Anthenor Navarro, em dezembro de 2000).

“Eu acho que isso aqui significa a própria Paraíba, porque tudo começou aqui, então dá um pouco até de orgulho presidir uma associação que está situada aqui no centro histórico. Embora eu reconheça que ainda não foi dado, pelos órgãos competentes... não foi dada ainda a devida atenção que esse centro histórico merece ter. Porque você pode viajar por todo o mundo, onde se desenvolvem os maiores projetos, os maiores eventos culturais de cada país são nos centros históricos de cada cidade do mundo” (Ex-presidente da Associação Folia de Rua, Hotel Globo, outubro de 2001).

Pelos trechos dos depoimentos destacados acima, expressão das falas dos novos comerciantes, membros de associações civis existentes no centro histórico, membros da equipe técnica da Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa, proprietários e ex-moradores que hoje alugam seus imóveis no Largo e na Praça, evidenciam-se discursos marcados pela busca das raízes históricas, no sentido de localizar as origens da cidade através do que resta do patrimônio cultural. A paisagem e o patrimônio histórico passaram a representar a identidade cultural e histórica da cidade. Por isso, deveriam ser preservados, mas, também, porque o

patrimônio cultural viabilizaria ações econômicas que ganharam centralidade crescente nas duas últimas décadas, através de planos e estratégias de desenvolvimento turístico.

Com efeito, em que pese sua singularidade, a revitalização da Praça Anthenor Navarro e do Largo de São Pedro Gonçalves repetiu, nos últimos anos, a exemplo de grande parte das cidades históricas do Brasil e de outros países, uma tendência de transformar degradados sítios urbanos em áreas de consumo cultural. Antigas áreas *marginais* passaram a abrigar centros de lazer, com bares, galerias de arte e lojas de artesanato. Como em qualquer empreendimento, a continuidade desses negócios e a autonomia política da revitalização, para assegurar o retorno dos investimentos realizados, foram e, ainda são, uma das principais preocupações dos seus gestores. Nesse aspecto, a experiência de João Pessoa ganha maior singularidade, pois, de fato, a forma encontrada pela equipe técnica da Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa e dos novos comerciantes, prestadores de serviços e artistas instalados na Praça e no Largo, para garantir a continuidade da experiência, tem sido a organização desses grupos em associações e em fóruns ou reuniões nas quais são debatidos os problemas comuns e as formas de atuação.

Algumas das associações existentes no centro histórico de João Pessoa surgiram da problemática específica do apoio à revitalização do patrimônio cultural, mas acabaram atuando em programas ou projetos sociais voltados para a população do bairro do Varadouro (em especial os moradores da favela Porto do Capim). Essas associações também surgiram em momentos de retração da participação do governo do Estado e da Prefeitura que, muitas vezes, mostraram-se omissos em relação à contrapartida prevista no Convênio Brasil/Espanha, exceto quando foram pressionados pelos interessados locais e pelos agentes espanhóis.

Os órgãos públicos locais atuaram durante todo o processo de implantação do Projeto de Revitalização (1987) num movimento de aproximação e de afastamento com relação ao patrimônio cultural e histórico, conforme a conjuntura política. Desse modo, apesar de não possuírem ainda uma estrutura bem organizada e atuarem de forma muitas vezes dispersa e com dificuldades de manter um fórum permanente, as associações conseguiram mobilizar e reunir várias pessoas e entidades em momentos e reivindicações específicos. Conseguiram, inclusive, alterar a forma de gestão do processo, através das pressões desses grupos.

Assim, ao contrário de outras cidades brasileiras, essas associações não são formadas apenas por comerciantes. Até porque, conforme se constata, a maioria dos comerciantes não se interessa por essas áreas históricas ou pouco conhece sobre o passado do centro histórico, a não ser que ali foi lugar de prostituição e do comércio antigo mais importante da cidade¹⁰². Nesse contexto, os novos atores sociais preocupados com a revitalização do centro histórico estão distribuídos entre jornalistas (os dois primeiros presidentes da Acehrvo pertencem à Associação Paraibana de Imprensa – API), comerciantes, arquitetos, professores, produtores de cultura, escritores, representantes de entidades governamentais e não-governamentais como IPHAN, Universidade Federal da Paraíba-UFPB, Escola de Teatro Piolin, Folia de Rua, Associação Comunidade Porto do Capim, Associação Comercial, Associação do Comércio Ambulante, SEBRAE e SESC, entre outros que participam da Acehrvo, do Projeto Folia Cidadã e das associações mais atuantes na área.

Esses atores sociais procuram se organizar, discutir e sensibilizar as autoridades. Convidam também pessoas ligadas aos problemas discutidos nas reuniões

¹⁰²Afirmções baseadas nos dados das entrevistas com comerciantes das ruas Maciel Pinheiro, Cardoso Vieira e João Suassuna, realizadas entre abril e dezembro de 2001.

mais específicas (desde a iniciativa privada aos responsáveis por serviços públicos, educacionais, culturais etc), tentando exercer influência e comprometendo-os com a manutenção da dinamização cultural e da melhoria da infra-estrutura para os eventos na área e o trabalho do dia-a-dia da equipe técnica da Comissão Permanente de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa e dos membros da Oficina-Escola.

A primeira iniciativa foi a formação de um *fórum*, que resultou depois numa associação formada pelos intelectuais, comerciantes, moradores, consumidores dos bares e dos shows na noite. Trata-se da Associação Centro Histórico Vivo (Acehrvo) que, diferentemente do exemplo da Viva o Centro e da Associação Paulista Viva, em São Paulo (Frúgoli, 2000), não se limitou a arregimentar empresários e comerciantes. É preciso lembrar que, na sua composição inicial, havia a necessidade de que a iniciativa privada, recém-instalada na área, se fizesse representar no processo de revitalização.

Nesse sentido, consideramos que a estratégia de formação de uma entidade e fóruns para debater e reivindicar a manutenção de uma agenda cultural e melhoria nos equipamentos de um lugar na cidade, a revitalização da Praça Anthenor Navarro e do bairro do Varadouro, junto com a formação da Acehrvo e, depois, com o *Projeto Folia Cidadã*, mantinha implícita uma concepção de espaço urbano enquanto *lugar público*, numa aproximação conceitual bastante comum no debate contemporâneo sobre essa temática (Arantes, A . 2000, Leite, 2001). Ao propor a abertura de áreas públicas revitalizando uma praça central antes ocupada como estacionamento e posto de gasolina, o *Projeto de Revitalização da Praça Anthenor Navarro* articulava essa aproximação, entendendo-se que a localização por excelência das sociabilidades públicas é a rua com suas calçadas, praças e largos.

Instituíam-se, desse modo, além das práticas de *gentrification* em torno do centro histórico, uma politização do debate acerca das reivindicações sobre direitos culturais e pertencimento à cidade. A Acehrvo e a equipe técnica da Comissão tornaram-se as principais interlocutoras dos anseios da população do bairro (incluindo-se os comerciantes, moradores, artistas, empresários, com exceção apenas das prostitutas que, apesar de convidadas, não compareceram às reuniões, nem aceitaram participar de conversas sobre o processo de revitalização). Além disso, passaram a ser identificadas como um instrumento através do qual a população organizada poderia influenciar e garantir a continuidade da revitalização, segundo consta no depoimento abaixo:

“A praça foi inaugurada em 1998. Bom, como a gente imaginava, por não ser um processo que a prefeitura havia incorporado em sua prática, em 1999 e 2000, a prefeitura se retraiu, na dinamização, no apoio que seria necessário. Então, conseqüentemente, primeiro foi um declínio no nível de atividade da praça e uma perda para as pessoas, principalmente as pessoas que trabalhavam no ramo de cultura e lazer. Foi aí que eles perceberam aquilo que a gente já havia tentado mostrar que, para a gente ter uma continuidade no processo, era preciso que a sociedade estivesse participando como parceira e cobrando ações do poder público. Então a partir de 2000, foi que a gente começou realmente a estabelecer um processo e aí com o interesse deles mais presentemente, estabelecer o processo que resultou já, entre maio e outubro, no fórum. Um fórum que discutiu bastante o problema, até para que eles saíssem da dimensão do problema da praça, atingissem uma visão macro de desenvolvimento do centro histórico. Foi um passo bem consolidado na medida que houve todo um processo de esclarecimento, de conhecimento e de aprofundamento deles, enquanto agentes nesse processo” (Trecho da entrevista do Arquiteto e coordenador adjunto da Comissão Permanente Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa, 11 de maio de 2000).

Por um lado, a praça, o largo e o patrimônio cultural, para aqueles que vivem ou circulam cotidianamente nesses espaços *revitalizados* e para os novos usuários, passaram a ser vistos como *ponto de encontro*, local de diversão e cultura. Por outro lado, passaram a significar *lugares* (no sentido de unirem significado e ação a um espaço físico) nos quais os direitos culturais podem ser afirmados e a identidade comum buscada através da “raízes, da história e da origem da cidade” (Leite,

2001:215). Acrescentava-se uma outra dimensão à definição de vida pública¹⁰³, que se afirmava como lugar de emergência de novas formas associativas e de novos sujeitos sociais.

4.1. Revitalização, espaço público e lugar

Se, durante quase todo o século XX, a idéia de cidadania esteve ligada à sociedade patriarcal brasileira, à casa-grande e aos sobrados urbanos – espaços das elites do país que exerciam o poder, enquanto o patrimônio preservado se restringia aos monumentos que marcavam a vida dessa elite –, nesta passagem de século, a rua, a praça, o largo, ou seja, o patrimônio urbano foi paulatinamente subvertendo a localização dos direitos sociais para além das dimensões da vida privada. Entretanto, como pondera Leite:

“A experiência social brasileira tem, no passado e também no presente, a marca da incivilidade: no preconceito dissimulado, na miséria manipulada, no autoritarismo institucionalizado que dificulta falarmos em sociabilidade pública no Brasil,” (2001:215).

É impossível falarmos sobre a sociabilidade pública no Brasil sem identificarmos os antagonismos que permeiam as relações sociais, uma vez que a “reificação tem produzido um padrão autocrático e populista de tratar o público como uma extensão dos interesses privados” (Leite, 2001:216). É exatamente por isto que

¹⁰³ No Brasil, outras dimensões da vida pública foram sendo acrescentadas à noção de espaço público a partir da década de 1970, através dos novos movimentos sociais e dos novos “sujeitos” de direitos. Todavia, continuava a persistir, em diferentes níveis da sociedade brasileira, a distinção entre as sociabilidades públicas e privadas pelo nível de *familismo* e de *patrimonialismo* existentes. Freyre (1979) e Da Matta (1997) apreenderam essa dimensão existente no curso da formação ideológica da cultura brasileira. Em João Pessoa, o próprio nome da cidade reflete esse traço forte na cultura paraibana, como destacou Linda Lewin in: *Política e Parentela na Paraíba – um estudo de caso da oligarquia de base familiar*, Rio de Janeiro, Record, 1993, ao focar a parentela (família extensa), incluindo os *Pessoa*, a fim de ilustrar o papel que os laços de sangue, casamento e amizade desempenharam na política formal em níveis locais, estaduais e nacionais, sobretudo durante a República Velha, deixando suas marcas na cultura paraibana.

grande parte das análises contemporâneas sobre o espaço público no Brasil retoma a crítica social como princípio analítico. Além disso, reafirma a necessidade de que esses espaços passem a ser instâncias nas quais os direitos sociais possam ser reconhecidos e a cidadania possa se estruturar, enquanto princípio de sociabilidade, baseada no reconhecimento de diferentes valores e interesses sociais.

A reflexão contemporânea sobre a natureza do espaço público no Brasil tem destacado essa articulação com a existência de espaços de sociabilidade pública. Há, entretanto, nessas análises uma distinção entre o espaço público como *esfera ou cenário do debate, visibilidade e negociação* e como *espaço urbano*. A primeira abordagem recai sobre as formas de participação política e organização da sociedade civil, na direção do debate sobre a democracia e a construção da cidadania (Paoli, 1989; Telles, 1992, Oliveira, 1999), enquanto as análises que utilizam o espaço público como *espaço urbano* acentuam o outro lado do mesmo debate sobre o caráter emancipatório da vida pública, que é a dimensão espacial da desigualdade social.

Esse aspecto recupera o sentido do *lugar*¹⁰⁴ e a dimensão pública do espaço urbano, traduzidos na diversidade de ocupação dos espaços da cidade e na construção de *territórios* e de *lugares* próprios de expressão das demandas de *cidadania* e *pertencimento* (Arantes A., 2000; Martins, 1996, 2000; Pallamin, 2000; Caldeira, 1997; Orlandi, 1999). Muitas vezes, é possível, como no caso da revitalização de João Pessoa, articularem-se essas duas dimensões de *espaço público* e *lugar*, no sentido de que, para que se tornassem espaços de cidadania, foi preciso existir uma *arena* na qual

¹⁰⁴A noção sociológica de *lugar* foi associada àquela de cultura localizada no tempo e no espaço, por Marcel Mauss e por toda uma tradição etnológica. Augé (1994), no final do século XX, aponta para a existência de *não-lugares*, referindo-se às instalações necessárias à circulação acelerada das pessoas e dos bens como, por exemplo, os meios de transportes e os grandes centros comerciais.

diferentes interesses se tornaram públicos, possibilitando estruturar suas próprias demandas, articular seus usos.

É, nesse sentido, que podemos qualificar como *públicos* os espaços revitalizados do centro histórico de João Pessoa, uma vez que se pode fazer uma inserção de mão dupla entre espaço e sociabilidade pública, relacionando “a construção social do espaço (produto e produtor de práticas sociais) e a construção espacial da sociabilidade pública (produto e produtor das espacializações da vida social)” (Leite, 2001:217).

A Praça Anthenor Navarro e o Largo de São Pedro Gonçalves se tornaram *lugares*, por exemplo, à noite quando as demarcações espaço-temporais intensificam suas fronteiras, assumindo sentidos além de sua funcionalidade, sentidos construídos e praticados. Pode ser até um espaço evitável (para quem não participa), mas é sempre relacional e reflexivo para as ações que o constroem. É, além disso, um espaço de convergência de sentidos, no qual “contextos de tempo-espaço flexíveis se estruturam mais do que como *territórios*” (Arantes, 2000:125), considerando-se as alterações que ocorriam quando à noite essa área enobrecida absorvia as ruas em volta da Praça e do Largo, fechando-se muitas vezes as ruas próximas a partir das 18:00 horas, impedindo o fluxo normal dos veículos e, assim, delimitando fronteiras.

Nesse processo, a singularidade e a convergência de sentidos para os usuários à noite fizeram com que se tornasse também um *lugar* durante o dia - quando as associações, como, por exemplo, a *Folia de Rua* e o *Projeto Folia Cidadã*, passaram a dinamizar a vida no Largo de São Frei Pedro Gonçalves e na favela Porto do Capim, ou quando os alunos da Oficina-Escola circulam durante o dia com suas fardas e capacetes cuidando do patrimônio, restaurando a fábrica de *Caju Tito Silva*, fazendo a

manutenção dos jardins do *Hotel Globo* e de outros equipamentos urbanos ou edifícios, ou ainda, quando turistas visitam esses espaços.

Há, também, turmas de alunos de escolas de diversos bairros da cidade que vêm ao bairro do Varadouro em excursões, para conhecer a história da cidade. São frequentes também, desde a conclusão das obras do Largo de São Pedro Gonçalves, os atos públicos, as manifestações públicas de estudantes e da arquidiocese, de partidos políticos, entre outras entidades da cidade de João Pessoa, a realização de shows, festivais de arte e apresentações de grupos culturais de coco-de-roda, ciranda, boi de reis, emboladores de coco, forró e ainda grupos *alternativos* de bandas de rock, jazz, blues e demais ritmos em voga, que atraem pessoas de faixas etárias diversificadas. Já foi montado um circo no local, durante um encontro de grupos circenses: *O Riso da Terra*, com representantes internacionais e nacionais. Assim, o Largo de São Frei Pedro Gonçalves e a Praça Anthenor Navarro vêm sendo utilizados como pontos de encontro, lugar de lazer e cultura, e ainda como lugar de contestação, espaço aberto para montagem de palco, cenários, telões etc.

Desse modo, os processos de revitalização, ao segregarem o espaço, também elaboram uma espécie de “enclave” (Caldeira, 2000) que se estrutura, no caso de João Pessoa, através de cavaletes delimitando o fluxo de veículos e de pessoas para a Praça e para o Largo e da vigilância privada, da maior iluminação e limpeza urbana nessas áreas, que alteram o padrão de sociabilidade pública. No entanto, estas mantêm uma complexa relação de consumo com o patrimônio cultural e elaboram uma arquitetura dos lugares, cujas fronteiras são continuamente negociadas.

Para frequentar esses espaços, as pessoas têm que vivenciar de algum modo a presença de diferentes grupos, ainda que essa interação pública muitas vezes implique uma reelaboração das interações com moradores locais e a própria população que

trabalha na rua durante a noite (prostitutas, guardadores de carro, meninos engraxates). É possível também que essa relação seja marcada por contrastes e conflitos advindos das disputas das diferentes e desiguais relações sociais e suas assimétricas modalidades de interação que formam e que dão sentidos a esses espaços.

A Praça e o Largo revitalizados do bairro do Varadouro, no centro histórico de João Pessoa, se tornaram espaços de disputa e passaram a reter uma dimensão pública, a ponto de que a permanência ou não das pessoas significa uma forma de pertencer ao bairro e de ter direitos reconhecidos, ao se tornarem espaços de coexistência de lugares e interações sociais. Passaram a ser lugares de singularidade sócio-espacial.

Este aspecto contrastivo e diferencial implica a existência de representações que podem ser antagônicas. O que pode ser um lugar para uns, pode ser exatamente o que possibilita a construção contrastiva de seus próprios lugares por outros grupos. Essa dimensão de espaço de construção da *diferença* (Arantes, A. 2000) pode também possibilitar que se constitua um espaço de cidadania, pois através dele podem ser demarcadas, social e espacialmente, as confluências ideológicas que se traduzirão na tentativa de reivindicação de diferentes valores culturais, interesses políticos, visões de mundo e necessidades materiais.

Assim, a prática da revitalização aparece associada à memória de indivíduos e grupos sociais, à busca de identidade e à formação de vínculos sociais fundamentados na identidade cultural e na cidadania¹⁰⁵. Mas surge, sobretudo, articulada a usos e relações sociais fundadas no mercado de consumo cultural. Esta ambigüidade e conflitividade, segundo Simmel, acentuam-se no estilo de vida e na experiência

¹⁰⁵ Ver a respeito: Prefeitura Municipal de São Paulo, Secretaria Municipal de Cultura, Departamento de Patrimônio Histórico. *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo, DPH, 1992. Com textos de Ecléa Bosi, Marilena Chauí, Maria Célia Paoli, Roberto Seger, Raquel Rolnik, Maria Estela Bresciani, Ulpiano Menezes, entre outros, como resultado do Congresso Internacional Patrimônio e Cidadania, 11 -16 de agosto de 1991.

cultural moderna, apresentando-se, no caso da revitalização do centro histórico de João Pessoa, e demais capitais brasileiras, como fenômeno paradoxal. Esse fenômeno está associado, de um lado, ao desenvolvimento econômico e turístico das cidades brasileiras e, de outro, ao sentimento de resgate cultural e à preservação das paisagens urbanas de valor histórico e ambiental que guardam antigos espaços e que fundamentam sociabilidades públicas e formas associativas contemporâneas.

O resultado desse complexo processo convergente entre políticas de *gentrification* e de *relocalização da tradição fetichizada* foi um espaço delimitado por fronteiras que definem formas de se interagir com essa tradição reapropriada e re-significada como objeto de consumo e como arte/cultura. Significa dizer que não há uma *forma casual* de se chegar ao centro histórico, à Praça Anthenor Navarro e ao Largo de São Pedro Gonçalves, nem é possível permanecer ali de modo fortuito. Para ir ao bairro do Varadouro e, em especial, às áreas revitalizadas, é necessário fazer escolhas (de espaços), elaborar critérios (de percursos), traçar táticas (de permanência), qualificar e ocupar espaços (tornando-os lugares). Ao invés de um espaço homogêneo em sua configuração social, a Praça Anthenor Navarro e o Largo de São Pedro Gonçalves se tornaram espaços públicos entrecortados por diferentes representações sobre o que significa frequentar e interagir em seus espaços e com essa tradição reapropriada e re-significada.

Com efeito, o processo de revitalização do centro histórico de João Pessoa se situa entre os movimentos de acentuação das especificidades, memórias e histórias locais. Esses, por um lado, são homogeneizados sob a ótica da mercadoria, do consumo e sua lógica universalizante; por outro lado, podem também ser apreendidos enquanto fonte e paisagem de temporalidades sociais diversas. Sob esse último ponto de vista, destaca-se a importância do cotidiano na concretização dessa multiplicidade

de tempos sociais. É no âmbito das práticas culturais e sociais cotidianas que se tecem as redes de lealdade e sociabilidade, nessa dimensão do gradual e do possível, onde despontam os enfrentamentos das convenções, os desmembramentos das hierarquias e as nuances da heterogeneidade social política.

A noção de cotidiano faz aqui o papel de “costurar por dentro” (Pallamin, 2000:29) as relações entre as ações culturais, as práticas sociais e os espaços nos quais ocorrem, situando essa relação espacial não como um pano de fundo daquelas, mas como uma de suas dimensões constituintes. A cultura, considerada como socialmente situada e espacialmente vivida, possui significações que estão além do valor dos objetos e obras, posto que estão nas relações sociais que lhes dão sentidos.

Certeau (1994), quando examina as práticas sociais, o faz segundo referências distintas de uma determinação econômica, abordando os espaços sociais e urbanos como dimensões abertas à reconstrução de seus sentidos. É essa noção de prática que trabalharemos neste capítulo, não apenas identificando os comportamentos com relação às representações ideológicas ou padronizadas, mas também ligando as práticas sociais à noção de *fazer-inventar*, gerando procedimentos muitas vezes impensados previamente, usos subvertidos, valores não previstos. São os inúmeros *modos de operar*, segundo os quais os usuários se reapropriam do espaço organizado por técnicas de produção sócio-cultural (Certeau, 1994:41). As manifestações artísticas e as sociabilidades nos espaços públicos e nas associações civis sem fins lucrativos do centro histórico de João Pessoa são uma via de acesso a esse modo de reapropriação, quer efetuem-se temporariamente ou permanentemente. A análise de Certeau parte de duas lógicas de ação: a tática e a estratégia. Sobre esta última, esclarece o autor:

“A ação estratégica é o cálculo das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder é isolável de um ‘ambiente’. Ela postula um lugar que pode ser delimitado como um ‘próprio’ e

portanto capaz de servir de base a uma gestão de suas relações com uma exterioridade distinta. A nacionalidade política, econômica ou científica foi construída segundo esse modelo” (Certeau, 1994:46).

Trata-se de uma prática panóptica, inspirada na “microfísica dos poderes” e na visão de Foucault de que “jamais somos aprisionados pelo poder, podemos sempre modificar sua dominação em condições determinadas e segundo uma estratégia precisa” (1979:241). Já a tática estaria mais próxima da idéia de *sociabilidade* da sociologia simmeliana, embora Certeau (1994), analogamente à abordagem foucaultiana, ressalte a percepção e análise de táticas atuantes internamente nas estruturas tecnocráticas e institucionais, provocando um amálgama de pequenos desvios em seu funcionamento:

“A ação tática não pode contar com um próprio, nem portanto com uma fronteira que distingue o outro como totalidade visível. A tática só tem por lugar o outro. Ela aí se insinua, fragmentariamente, sem apreendê-lo por inteiro, sem poder retê-lo à distância. Ela não dispõe de base onde capitalizar os seus proveitos, preparar suas expansões e assegurar uma independência em face das circunstâncias. O ‘próprio’ é uma vitória do lugar sobre o tempo. Ao contrário, pelo fato de seu não-lugar, a tática depende do tempo, vigiando para ‘captar no vô’ possibilidades de ganho. O que ele ganha, não o guarda. Tem constantemente que jogar com os acontecimentos para os transformar em ‘ocasiões’. Sem cessar, o fraco deve tirar partido de forças que lhe são estranhas” (Certeau, 1994:46-47).

As ações táticas se operariam, intrinsecamente, nos locais de ocorrência, tirando partido das oportunidades, dentro de um espaço de alteridade, implicando mobilidade conforme as condições do momento e as particulares injunções. Certeau (1994) ressalta a percepção e análise de táticas atuando internamente nas estruturas tecnocráticas provocando pequenos desvios em seu funcionamento, porém, diferentemente da abordagem foucaultiana que incide sobre os espaços de repressão organizada. Sobre o objetivo da ação tática, o autor acrescenta:

“Não se tratar mais de precisar como a violência da ordem se transforma em tecnologia disciplinar, mas de exumar as formas sub-reptícias que são assumidas pela criatividade dispersa, tática e bricoladora dos grupos ou dos indivíduos presos agora nas redes da ‘vigilância’. Esses modos de proceder e essas astúcias de consumidores compõem, no limite, a rede de uma antidiplina” (Certeau, 1994: 41-42).

Nesse sentido, Certeau se aproxima das análises de Simmel sobre a sociabilidade e o estilo de vida moderno, ao buscar no residual, no liminar, os elementos que fundamentam as formas de interação social. Essa aproximação também acontece quando não admite que a sociedade seja reduzida a um padrão dominante de procedimentos. Valoriza as práticas menores, desdenhadas pela análise racionalista, perfazendo como que uma reserva de modos infinitos de ativar, de provocar fendas nas redes de dispositivos de controle estabelecidos. E assim “as táticas do consumo, engenhosidades do fraco para tirar partido do forte, vão desembocar então em uma politização das práticas cotidianas” (Certeau, 1994:45).

É a partir do ponto de vista das táticas e das forças sociais presentes nas sociabilidades cotidianas que o conceito unificado de cidade, ligado à lógica urbanística, decai em favor do uso da noção de *práticas urbanas* (trajetórias, itinerários, narrativas diárias, usos e consumos dos espaços cotidianos). As narrativas seriam, assim, modos de acesso às legitimações de usos espaciais. Porém, esta atenção aos recursos discretos e às contradições, aos relatos e às práticas “menores” implica, sobretudo, uma reconsideração do usuário, do consumidor, de maneira a não reduzi-lo àquele que apenas digere simulacros impostos.

Nesse sentido, autores como Certeau (1994), Canclini (1993, 1994, 1995) e Featherstone (1995, 1997) rejeitam essa vulgarização da imagem do *público* produzida pela mídia, na qual o consumidor é tido como passivo, receptáculo sem papel histórico. Esta visão assenta-se em reconsiderar a noção de recepção (presente na própria ação de

uso). Toma-se por base a idéia de um texto e sua recepção estética abrindo-se a uma pluralidade de significados, não ficando presa ao sentido *literal* (índice e resultante de um poder social que legitima como *literal* a interpretação dos profissionais autorizados e intelectuais, em contrapartida aos *incompetentes sociais* desautorizados ao trabalho do saber). É nestes termos que são revistas as noções de *público* e de *uso* nas análises contemporâneas e que fundamentam as interpretações dos usos e sentidos atribuídos e recriados nas experiências de revitalização urbanas. Essas análises envolvem a dimensão da cultura urbana, sobretudo nos últimos anos, ao incorporarem as *operações dos usuários supostamente entregues à passividade e à disciplina* (Certeau, 1994).

A abordagem sobre a valorização de práticas cotidianas é fundamental para a análise da revitalização do patrimônio cultural urbano mais recente, uma vez que essas práticas podem ser mostradas e compreendidas através do processo de revitalização, modificando os espaços públicos com apropriações inusitadas e alterando sua carga simbólica. Assim, o tempo social - enquanto coexistência de relações sociais com temporalidades diversas, além de suas relações com o passado e o presente - é também constituído de possibilidades, muitas delas ainda não apreendidas pelo poder, resíduos que agem em favor das transformações sociais, anunciando possibilidades contidas nas utopias, “no tempo que ainda não é, mas pode ser” (Martins, 1996a: 23). A vida cotidiana estaria, assim, plena de sujeições e “insurreições aos usos” (Seabra, in Martins, 1996a:71-86).

No centro histórico da cidade de João Pessoa, as áreas de lazer, as práticas culturais e os espaços de formação de associações voluntárias e ONGs destacam-se como *lugares* a partir dos quais se constroem *sociabilidades fundadas* em vínculos sociais estabelecidos a partir de uma vivência cotidiana em que se articulam diversos

sentidos construídos individualmente ou em grupos. Não são apenas aquelas fundadas na lógica de mercado, embora estejam quase sempre perpassadas por estes valores, evidenciando uma vida social e política existente além do modelo liberal-burguês marcado pelo privatismo e pelos interesses pessoais. Evidenciam-se as diversas práticas que refletem trocas culturais e sociais, constituindo-se no amálgama que entrelaça as pessoas na sua vida cotidiana. Essas práticas podem vir do passado, reconstruindo-se no presente e tornando-se uma fonte que alimenta as redes de solidariedade e as formas de participação. São essas práticas culturais que, por vezes, permitem esse trânsito entre o público e o privado, entrelaçando-os (DaMatta, 1997).

Neste aspecto, o centro histórico de João Pessoa concentra, hoje, práticas culturais com significados próprios, criados pelos seus produtores e consumidores que, assim, resgatam elementos de uma cultura que se reconstrói no presente. São práticas que atuam na vida das pessoas por meio de valores e dispositivos sociais da tradição urbana mesclados com práticas de consumo que apontam para vivências nas festas de rua, para as conversas nas praças, nos bares, nos shows, na *coqueteria* ou namoro/paquera nas calçadas e nas festas populares - relações marcadas pela, mesmo que efêmera, “livre interação e equivalência de elementos”, que são traços fundamentais da *sociabilidade* (Simmel, 1983:175).

Desse modo, a Praça Anthenor Navarro e o Largo de São Frei Pedro Gonçalves no centro histórico de João Pessoa se tornaram pontos de encontro de grupos de gerações diversas que buscam espaços *alternativos*¹⁰⁶ fora dos circuitos de consumo de massa. São também locais nos quais passam a atuar associações não-governamentais vinculadas aos temas culturais e à cidadania. O surgimento desses novos sujeitos

¹⁰⁶ Alternativos no sentido de estarem fora de circuitos comerciais e de freqüentarem ambientes e consumirem música, arte, roupas, cultura etc. que não são padronizados, não são produtos da cultura de massa ou não encontraram, ainda, espaço nos veículos de comunicação de massa.

sociais, de novas formas de *sociação* (relações sociais fundadas em *interesses* e objetivos específicos) e de *sociabilidades* (fundadas no *sentimento*, no prazer de fazer sociedade, na solidariedade) que nascem e se fortalecem das práticas culturais e das formas associativas que se desenvolvem no centro histórico da cidade de João Pessoa compõem o tema central desse capítulo.

As práticas e discursos socioculturais associados aos Centros Históricos e à memória da cidade fazem parte de uma reação à impessoalidade, à competição e ao individualismo que estariam supostamente abarcando todas as esferas da vida social nas cidades contemporâneas¹⁰⁷. Acentuamos essa contrapartida, através das trocas culturais e sociais cotidianas, como uma forma de se fortalecer vínculos entre os indivíduos e grupos, reordenando o estoque simbólico presente nos laços de solidariedade, de pertencimento e de associação que se reconstroem nos espaços dos bairros históricos.

Além disso, nesses espaços públicos, as práticas artísticas e culturais expressam a apresentação e representação dos imaginários sociais ao evocarem e produzirem memória, podendo ser um caminho contrário à ameaça de aniquilamento de referências individuais e coletivas, à expropriação de sentidos, à amnésia cidadina e, assim, também agente da memória política.

¹⁰⁷ Aqui referimo-nos especificamente às análises de Richard Sennet em *O declínio do homem público - as tiranias da intimidade*, 1998, 1ª ed. 1974, quando afirma que os males da sociedade “*podem ser entendidos todos como males de impessoalidade, alienação e frieza*”, um esvaziamento ou desinvestimento da cultura pública, denominado por Sennet de “ideologia da intimidade”, através da qual categorias políticas são transmutadas em categorias psicológicas, fazendo com que as relações sociais fiquem encharcadas de ‘narcisismo’, de modo que a mobilização por “interesses” comuns passa a ser substituída pela busca de uma ‘identidade’ comum. Nessa visão, o processo de banalização de referências é engendrado pela lógica de criação e neutralização do novo, integrante da própria reprodução do capital e, além disso, liga-se à degradação de relações de subordinação do individual ao coletivo provocada pela erosão de ideais políticos mobilizadores. As solidariedades seriam agora de curto fôlego e a contrapartida desse desinteresse seria um investimento cada vez mais acentuado na vida privada, no cultivo do individualismo em seu ápice.

Mantemos, assim, uma noção de *espaço público socialmente produzido*, deslocando o eixo conceitual para além das dimensões físicas e exteriores do espaço, trabalhando com a materialidade física como recurso ontológico e procurando apreender o espaço social, em suas dimensões política e discursiva. Reconhecemos, desse modo, que o espaço pode ser mais do que uma contingência para a construção das sociabilidades públicas, por exemplo, nos casos em que os agentes se reconhecem pelos significados comuns atribuídos ao espaço (histórico, original, belo, cultural, recurso econômico), tornando as dimensões espaço-temporais fatores de inteligibilidade da constituição e dos motivos das próprias ações públicas. É a partir dessa relação entre a construção social do espaço e a espacialização das ações sociais, da relação entre espaço e ação (Leite, 2001), que as práticas interativas atribuem sentido aos lugares. Em sua resposta, contribuem para a estruturação dessas ações, promovendo uma reciprocidade causal entre espaço urbano e espaço público.

Nesse caso, se as reivindicações públicas guardam relações com os lugares sociais nos quais se estruturam, a paisagem urbana, cuja dimensão arquitetônica é parte, apresenta, em certos contextos, interações com os espaços urbanos de propriedade do Estado (paisagens alteradas por usos públicos e privados desses espaços urbanos) e com a esfera pública (paisagens segmentadas que segregam pessoas, contribuindo para o esvaziamento do sentido público potencializado pelo uso político do espaço).

Embora o *espaço público* se constitua no espaço urbano, é possível entendê-lo como categoria sociológica que ultrapassa a materialidade da rua e da praça, e que se constitui através das práticas que atribuem *sentidos* e estruturam os *lugares*. O que dá sentido e estrutura um espaço público não existe *a priori*, mas se constitui pela presença de ações e de interações que lhe atribuem significados.

A partir dessas considerações conceituais, retomaremos nossas análises no sentido de identificar, no processo de revitalização do centro histórico de João Pessoa, os entrelaçamentos entre *espaço e ação*. Valores e usos dos espaços públicos são reativados e parecem estimular interações sociais múltiplas.

Mostraremos, a seguir, de que forma, no antigo coração da cidade em revitalização, reforçam-se vínculos sociais que transformam esses espaços públicos em *lugares*, seja através de atividades associadas aos espaços culturais/lúdicos (festas, shows, teatro, música etc) que se caracterizam por interações face a face, seja através da criação e do fortalecimento de associações não-governamentais, que reivindicam uma maior consciência da importância da preservação do patrimônio cultural enquanto memória social/coletiva e espaço de discussões dos problemas do centro histórico e de sua população residente, trabalhadora e consumidora. Estes elementos criados pela própria população, talvez, sejam aqueles que garantam a continuidade desse processo de revitalização, sem mencionar a continuidade do Convênio Brasil/Espanha através da Oficina-Escola e da equipe técnica da Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa.

Analisaremos os relatos de representantes dos principais grupos e atores sociais que vivem e circulam no centro histórico de João Pessoa acerca das suas ações, seus sentimentos, interesses e preocupações diante das transformações recentes no espaço urbano, destacando também os lugares socialmente constituídos a partir do processo de revitalização. Dentre estes, destacaremos, o centro histórico como lugar de educação e formação do sujeito de direitos e deveres: A Associação Oficina-Escola de Revitalização do Patrimônio Cultural de João Pessoa. No capítulo 5, analisaremos as ações intensificadas após a revitalização da Praça Anthenor Navarro, em especial, o

Projeto Folia Cidadã e os lugares de consumo e de encontro cultural, lazer e diversão do centro histórico de João Pessoa.

Privilegiaremos, em nossas análises, as ações sociais das organizações não-governamentais e as sociabilidades criadas ou recriadas nas atividades de lazer e diversão, estas últimas geradoras de pontos de encontro de indivíduos de várias gerações no atual contexto sócio-político e cultural. Investigaremos, com relação às ONGs, as formas de atuação e os principais conflitos e consensos internos e com outros grupos, relacionados à dinâmica da revitalização, analisando as informações que servem de base para a tomada de decisão e a organização das novas práticas. Quanto às atividades de lazer, de diversão e cultura, investigaremos as formas de participação e de uso, bem como a percepção da importância do centro histórico e da memória do patrimônio na formação dessas interações.

4.2. A Oficina-Escola de Revitalização do Patrimônio Cultural de João Pessoa: o saber-fazer e a memória do patrimônio¹⁰⁸

A Associação Oficina-Escola de Revitalização do Patrimônio Cultural de João Pessoa foi criada em 1991, como suporte legal para o funcionamento da *Escuela-Taller* de João Pessoa, da qual participam a Agência Espanhola de Cooperação Internacional,

¹⁰⁸ As análises e informações apresentadas neste item específico sobre as práticas na Oficina-Escola de Revitalização foram elaboradas com base na pesquisa de campo realizada durante o período de 09/04/2001 a 11/04/2001, quando foram aplicados questionários com os alunos. Posteriormente, ao longo do ano de 2001, realizamos entrevistas ampliando algumas questões evidenciadas nos questionários com alunos e com os gestores do processo de revitalização (diretores, coordenadores etc). Nesse momento, foi importante também o cruzamento com dados de fontes documentais como a publicação da própria Oficina-Escola intitulada *Nosso Ofício* (1999) e o Informativo de comemoração dos dez anos da Oficina-Escola, *Paraíba-Brasil – Oficina-Escola de João Pessoa – dez anos reconstruindo o futuro*, Textoarte Editora & Comunicação, João Pessoa, agosto de 2001. Outra fonte de informação que complementou nossas pesquisas de campo e de documentação foi a dissertação de Valeska Asfora: *Tempo de não escolher – formação profissional para adolescentes*, desenvolvida para conclusão do Curso de Mestrado em Serviço Social/ CCHLA/UFPB, João Pessoa, julho de 2000. Recorreremos ainda à pesquisa que realizamos nos jornais da capital (O Norte, Correio da Paraíba e A União) de 1996-2002.

o IPHAN, o Governo do Estado da Paraíba e a Prefeitura Municipal de João Pessoa. Esta associação foi implantada como parte do Projeto de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa - criado em 1987 a partir do Termo de Cooperação Técnica, firmado entre o Governo do Brasil (IPHAN/Ministério da Cultura e SUPLAN/Governo do Estado da Paraíba) e o Reino da Espanha (Agência Espanhola de Cooperação Internacional/Ministério de Asuntos Exteriores). A Oficina-Escola já faz parte da história do Programa¹⁰⁹. Conforme o texto publicado no catálogo comemorativo dos seus dez anos de fundação (2001), “*los lazos establecidos van mucho más allá de los de carácter institucional, aprendándose de manera decidida y ya difícil de desatar a lo largo de estos años de trabajo conjunto*” (Gomes-Pallete, diretora do Programa de Preservação do Patrimônio Cultural da Ibero-Ámerica).

Em 1990, a Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa solicitou à AECI participar do Programa de Escuelas-Taller. Em 1991, com a proposta ainda em fase de análise (aguardando a liberação oficial da Sociedade Estatal do Quinto Centenário, órgão responsável pela disseminação do Programa dentro da Espanha e em outros países ibero-americanos), um grupo de técnicos da Comissão de Desenvolvimento e do Governo do Estado começou a implantar a Oficina-Escola de João Pessoa. Para tanto foi iniciado um período de treinamento do pessoal técnico da Comissão para implantação da referida oficina-escola, com viagens

¹⁰⁹ O programa de *Escuelas-Taller* vinha sendo desenvolvido na Espanha pelo Ministério do Trabalho desde 1986, voltado para adolescentes e jovens que apresentavam situações de risco pessoal e social. Havia, ao mesmo tempo, o interesse do governo espanhol em expandir o turismo, hoje uma das maiores fontes de recursos financeiros do país, no mesmo período em que a Espanha passava a fazer parte da Comunidade Econômica Européia. Em 1990 já havia 800 escolas desse tipo só na Espanha, ensinando os ofícios da restauração e preservação do patrimônio histórico natural e construído. Foi quando se firmou um convênio de colaboração entre o *Instituto Nacional de Empleo* – INEM e a Agência Espanhola de Cooperação Internacional - AECI em 1990 para expansão desse programa de *Escuelas-Taller* para países da Ibero-Ámerica. A Oficina-Escola de Revitalização do Patrimônio Cultural de João Pessoa foi a segunda *Escuela-Taller* mais antiga do Programa de Preservação do Patrimônio Cultural da Ibero-Ámerica e a primeira experiência deste tipo no Brasil, seguida em 1996 pela criação da Oficina-Escola de Salvador (Cf. Informativo Paraíba-Brasil – Oficina-Escola de João Pessoa – Dez anos reconstruindo o futuro, João Pessoa, agosto de 2001).

à Espanha para conhecer o funcionamento das escolas existentes e treinamento naquele país.

Veio também à Paraíba uma pedagoga da oficina-escola de Trujillo, na Espanha, Esther Miguel Quesada, para dar assessoria na criação da infra-estrutura e no projeto pedagógico que guiaria a Oficina-Escola de João Pessoa nas restaurações das primeiras obras: a *Igreja de São Bento* e o *Hotel Globo*. A Oficina-Escola foi fundada oficialmente em 1º de agosto de 1991, embora sua criação já viesse sendo discutida desde 1986 quando da implantação do *Projeto de Revitalização do Centro Histórico* (ver foto 74 da primeira turma da Oficina-Escola de João Pessoa, professores e demais técnicos ao lado do economista e ex-Ministro da Cultura, Celso Furtado, responsável pela assinatura do Convênio Brasil/Espanha de cooperação internacional em João Pessoa. Ver, também, fotos 75 a 77 das primeiras obras restauradas).

Inicialmente, após alguns meses instalada precariamente *no Casarão de Azulejos*, na *Praça Dom Adauto*, os canteiros de obras e as dependências do *Mosteiro de São Bento* e do *Hotel Globo* (entre 1991 e 1994) serviram de salas de aula e de sede da oficina-escola, funcionando o *Horto de São Francisco* e áreas próximas como laboratório para os primeiros experimentos da Oficina de Jardinagem, transferida posteriormente para o *Parque Arruda Câmara*, uma reserva florestal de 23 ha localizada no entorno do centro histórico.

Em 1995, a Oficina-Escola de João Pessoa começou a ser transferida para o prédio da *Fábrica de Vinhos Tito Silva*, na rua da Areia nº 33. A primeira etapa da obra só foi concluída em 2000 e lá se concentram hoje as atividades didáticas e administrativas. Os trabalhos estão centrados no objetivo e na filosofia de “aprender fazendo” e “ensinar fazendo”, ou ainda, “trabalhar aprendendo”. A prática cotidiana e o “saber-fazer” um ofício ou uma obra de arte são os fios que tecem a experiência

educacional, pessoal e social dos jovens, professores e instrutores que vêm constituindo a Oficina-Escola nesses mais de dez anos. A própria fábrica de Caju Tito Silva é um exemplo nacional do “saber-fazer” e da criatividade e diversidade regionais, do material e imaterial preservados. Por esse motivo, o prédio foi tombado pelo IPHAN no início da década de 1980 (ver fotos 78 a 84 das atuais instalações da Fábrica de Caju Tito Silva, de seu funcionamento e produtos do início do século XX).

Nesse período, o extinto Pró-Memória (atual IPHAN) havia demitido todos os profissionais que atuavam na execução das obras de restauração (pedreiros, marceneiros, carpinteiros etc), já que o órgão passara a exercer apenas funções de fiscalização das obras. A equipe recém-formada da Oficina-Escola incorporou, no projeto, quatro desses profissionais (serralheiro, marceneiro, carpinteiro e pedreiro) para exercerem funções de professores - instrutores, com a responsabilidade de instruir e encaminhar jovens carentes para desenvolver ofícios ligados diretamente à construção civil, ancorados no entendimento e conscientização preservacionista. Passou, assim, a ser parte importante do Projeto de Revitalização e instrumento de formação de mão-de-obra especializada para suprir as necessidades operacionais do processo de revitalização, até então executadas por empresas privadas, num ritmo muitas vezes incompatível com as exigências da preservação, conforme depoimento da diretora geral da Oficina-Escola de João Pessoa:

“Tivemos vários embates com as firmas que foram contratadas. Lógico, uma firma contratada tem um ritmo diferenciado do ritmo da restauração. Então, muitas confusões, muitas confusões! Três construtoras passaram por cada um dos dois imóveis. Então, foi aí que a gente viu também essa idéia do pessoal do governo espanhol, que é uma idéia que avançou mais na questão de relacionar patrimônio como bem social e como propriedade do indivíduo. E, portanto, se é propriedade dos indivíduos, se é bem social tem a obrigatoriedade de preservá-lo. Foi quando ele trouxe para dentro deste trabalho de preservação e de restauração a formação de pessoal da própria comunidade para realizar, entrando muito na questão social, quando traz os jovens de periferia”.

(Arquiteta e diretora geral da Oficina-Escola em entrevista à autora, em 03 de abril de 2000).

Tendo em vista esta formação mais ampla da consciência da preservação e a formação de cidadãos habilitados para os ofícios de pedreiro, marceneiro, jardineiro, carpinteiro, serralheiro e pintor, entre maio e junho de 1991, mesmo nas instalações improvisadas no próprio canteiro de obras do *Casarão de Azulejos*, a equipe de diretores realizou a primeira seleção de 50 alunos entre os 176 inscritos e indicados por onze instituições governamentais e não-governamentais atuantes na área de educação, trabalho e cultura para a infância e adolescência. Dentre essas instituições, destacam-se: Casa do Pequeno Davi, Escola Piollin, Lar da Criança, Orfanato Dom Ulrico, Fundação de Apoio à Criança e ao Adolescente, Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (Comissão de João Pessoa), Pastoral da Criança, Clube do Menor Trabalhador, Centro Livre Meninada, Projeto Beira da Linha e Projeto Jardim da Mônica.

O processo de seleção funciona, até hoje, através de um cadastramento inicial. Depois, há um processo de avaliação das informações com base em critérios da própria Oficina-Escola, como renda e situação de vida do aluno. Em seguida, são realizadas entrevistas e os selecionados fazem um teste, não eliminatório, de conhecimentos básicos em matemática e português. Após essas etapas, são encaminhados às oficinas os alunos selecionados com base nas entrevistas, na história de vida e nas condições de acompanhamento do curso apresentadas por cada candidato. A diretora geral da Oficina-Escola fez o seguinte registro sobre a primeira seleção:

“Quando a gente começou em 1991, a gente pensou na seguinte questão: como é uma escola que banca o aluno, que concede bolsa de estudo, concede vale-transporte, vale-alimentação etc., então, a gente sabia que se a gente abrisse publicamente, ia ter quinhentos milhões de pessoas para uma vaga. Então, o que foi que a gente adotou? A postura de se dirigir à instituição que trabalha com o

jovem carente e solicitar deles que enviasse uma demanda, e aqui dentro a gente faria a seleção. À princípio foram onze instituições levantadas, desde, por exemplo, Escola Piolim, Clube do Menor Trabalhador, Clube do Pequeno Davi, Lar da Criança etc. Então eles enviaram para gente e a partir disso, num primeiro momento, a gente só tinha cinquenta vagas, hoje são cem porque aí a Prefeitura entrou, então, tem cinquenta pelo Estado (...) Mas, é claro que nesse processo de inscrição, voltando a sua pergunta, os meninos fazem, quer dizer, vieram o que a gente chama os extra-instituição. Então, hoje, a gente abre, o que? Duas vagas por instituição, duas, três, no máximo, porque a demanda extra-instituição é muito grande. (Arquiteta e diretora da Oficina-Escola , em 03-04-2000).

Os alunos selecionados participam de uma programação que consta de apresentação de toda a equipe pedagógica e técnica da Oficina Escola e do Projeto de Revitalização do Centro Histórico. Participam ainda de outras atividades, tais como: palestras sobre o Projeto de Revitalização, sobre a Oficina-Escola e sobre os órgãos promotores do programa; apresentação de vídeos sobre o programa; dinâmicas de grupo e cursos de relações interpessoais; leitura e discussão do regulamento da Oficina contido no Manual do Aluno¹¹⁰ . São feitas ainda visitas ao centro histórico de João Pessoa (cidade alta e cidade baixa), momento em que começa uma aproximação dos alunos com a história da cidade (Ver fotos 85 a 90 dos alunos trabalhando e das primeiras turmas em atividade extra-sala de aula, anexo em CD-ROM).

Criada há mais de dez anos, essa associação civil sem fins lucrativos vem atuando na capacitação de jovens de baixa renda para intervir fisicamente nos monumentos e áreas urbanas do centro histórico de João Pessoa, visando também à sua absorção pelo mercado da construção civil. É uma instituição atípica na cidade, como afirma sua diretora-geral:

“Ela funciona como um curso profissionalizante. Quando a gente implantou, a gente tentou o reconhecimento, mas a normativa do Ministério da Cultura pra

¹¹⁰ O regulamento e o manual foram elaborados desde a primeira turma de alunos, instrutores e equipe técnica, passando por algumas modificações e ajustes ao longo do tempo diante das indisciplinas dos alunos.

reconhecer escola, mesmo cursos profissionalizantes, tem uma série de exigências, uma grade curricular, uma série de disciplinas. Nós temos professor analfabeto, pura e simples. Então, impossível que um curso profissionalizante seja reconhecido e que tenha em sala de aula um professor que é analfabeto. Então mexem nuns pontos-chave. Sem chance, não conseguimos de jeito nenhum ser reconhecidos. Então, é uma empresa privada, uma sociedade civil, sem fins lucrativos, com objetivos culturais, uma ONG, que trabalha com recursos governamentais. Ela é amorfa do ponto de vista normal, é meio atípica, é uma ONG que trabalha com recursos governamentais, é uma escola que forma, mas não tem a sua formação reconhecida porque não é reconhecida como escola” (Arquiteta e diretora da Oficina-Escola, JP/ 03-04-2000).

Inicialmente, trabalhava-se com jovens de 16 a 24 anos, mas, na seqüência da experiência, esse critério foi alterado, passando-se a selecionar maiores de 18 anos (por questões de ordem trabalhista e de segurança do trabalho). Além de bolsas de estudo (correspondentes a um salário mínimo), os 207 alunos formados até 2001 pela Oficina-Escola de João Pessoa (dentre os 603 que a freqüentaram) tiveram acesso a educação, alimentação, fardamento, vale-transporte, assistência médica e psicológica, orientação profissional, conscientização histórica e uma “auto-estima enraizada, a partir da segurança adquirida por ofícios milenares” (Informativo Paraíba-Brasil – Oficina-Escola de João Pessoa – Dez anos reconstruindo o futuro, João Pessoa, agosto de 2001:22).

O processo de aprendizado se desenvolve em dois períodos (das 7:00 às 11:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas). Durante as aulas, são repassadas, através dos instrutores, informações de representação gráfica, história da arte e da arquitetura, técnicas de construção e engenharia, gestão empresarial, botânica e ecologia. Além disto, são trabalhados conceitos ligados à cidadania e aos direitos sociais. Os cursos foram criados no início para ter a duração de três anos, passando para dois em 1994. Os alunos devem ainda estar regularmente matriculados na escola pública (Ver, anexo e em CD-ROM, fotos 91 a 106 mostrando o cotidiano da Oficina-Escola).

As vagas são preenchidas através de seleção, conforme o número de alunos que concluem os dois anos completos de curso ou que saem sem concluir. O número de alunos que não se adaptam ou não conseguem acompanhar as aulas ou as normas da Oficina-Escola é alto, chegando em algumas turmas a 40% do total. Asfora (2000), em sua análise sobre o funcionamento da Oficina-Escola, afirma, a título de exemplificação, que, em 1999, haviam 525 jovens inscritos, aguardando vagas. Esclarece que, dentre os alunos da terceira turma da Oficina-Escola (1996-1997), 51 permaneceram e 95 saíram por diferentes motivos: 29 conseguiram emprego; 17 não apresentaram produtividade; 13 não cumpriram o regulamento; 11 foram expulsos por uso de drogas nas dependências da Oficina ou por falsificação de documentos; 10 desistiram; 13 foram para o serviço militar e 3 por motivos diversos (Asfora, 2000:59). Observa-se, assim, que há uma rotatividade desses alunos, deixando abertas novas vagas, preenchidas sempre através de nova seleção. Percebe-se também que há uma certa dificuldade de adaptação dos jovens às regras e disciplinas da Oficina-Escola.

Identificamos, nos relatos e nos questionários aplicados, algumas dessas dificuldades nos aspectos de socialização e aprendizagem, apresentando-se como um problema para os membros da equipe que coordena a Oficina-Escola desde a primeira turma selecionada em 1991. O perfil dos alunos selecionados é variado e a situação de vida, em geral, é bastante precária. Tomando como base os dados de nossa pesquisa de campo realizada entre 09/04/2001 e 11/04/2001, elaboramos as tabelas e os quadros¹¹¹ a seguir, contendo o resumo das principais características dos participantes dessa

¹¹¹ Na elaboração das tabelas e quadros resultantes da pesquisa com questionários, realizada com alunos da Oficina-Escola de João Pessoa, comerciantes, moradores e usuários/consumidores do centro histórico de João Pessoa, não foram tabulados os itens não respondidos, ou seja, incluímos nas tabelas apenas os dados válidos, aquelas questões deixadas em branco ou não respondidas (os *missings*) não foram tabuladas. Daí haver pequenas variações no total de participantes entre as tabelas apresentadas a seguir.

experiência em 2001, o tempo de ingresso e as atividades que exerciam antes de ingressarem na Oficina-Escola.

Tabela nº 16 : Caracterização dos alunos da Oficina-Escola

Variáveis*	Níveis	Frequência	Percentual
Sexo	Masculino	61	80,3
	Feminino	15	19,7
Faixa etária	de 16 até 19 anos	50	64,9
	de 20 até 23 anos	27	35,1
Escolaridade	Ensino fundamental	36	47,4
	Ensino médio	40	52,6
Renda familiar	de 95 até 370 reais	48	65,8
	de 391 até 600 reais	21	28,8
	de 700 até 921 reais	04	5,4

* A média de idade é de 19 anos, com desvio padrão de 1,71. Já a variável renda apresenta uma média de 357 e desvio padrão de 166,8.

Tabela nº 17 - Dados referentes ao início das atividades dos participantes na Oficina-Escola

Entrada	Frequência	Percentual
2000	40	51,3
2001	28	35,9
1999	10	12,8
Total	78	100,0

Tabela nº 18 - Atividades dos participantes antes de ingressarem na Oficina -Escola

	Frequência	Percentual
Estudante	35	45,5
Trabalhador da construção civil	18	23,4
Auxiliar de pequeno comércio	10	13,0
Autônomo	9	11,7
Agente de saúde	1	1,3
Vaqueiro	1	1,3
Vigilante	1	1,3
Entregador	1	1,3
Nenhuma	1	1,3
Total	77	100,0

Tabela nº 19 - Local de origem dos alunos da Oficina-Escola

	Frequência	Percentual
João Pessoa	57	78,1
Cidades do interior do Estado	10	13,7
Grande João Pessoa	4	5,5
Outros estados	2	2,7
Total	73	100,0

Segundo as tabelas acima apresentadas, do total de alunos da Oficina-Escola (turma 2001), 65% possuem renda familiar entre 95 e 370 reais; quanto ao nível de escolaridade, 47,4% possuem apenas o ensino fundamental e 52,6% o ensino médio; quanto ao sexo, 83,3% são do sexo masculino, sendo 51,3% selecionados em 2000, 35,9% em 2001 e 12,8% em 1999 pelos diversos motivos já mencionados; quanto à atividade exercida antes de ingressarem na Oficina-Escola, 45,5% eram estudantes e o restante estava distribuído em atividades da construção civil, auxiliar de pequeno comércio, profissionais autônomos, entre outras atividades de baixa remuneração; por fim, quanto à origem 78,1% dos participantes são naturais da cidade de João Pessoa, 13,7% de cidades do interior da Paraíba, 5,5% da Grande João Pessoa e 2,7 % de estados vizinhos¹¹².

Segundo os depoimentos dos membros da Oficina-Escola e da equipe técnica da Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa, a experiência de trabalho com essa parcela de jovens das camadas populares resultou em um complexo processo de aprendizagem. Nele identificamos os primeiros sinais de insurreição de usos ou de contra-usos que as práticas sociais operam em contrapartida, mesmo dentro das próprias instituições. Esses comportamentos representam

¹¹² De acordo com os dados documentais da Oficina-Escola e da pesquisa de Asfora (2000), este perfil vem se mantendo estável desde 1994 quando teve início a seleção da segunda turma. Entretanto, algumas alterações foram feitas no sistema de seleção e no tempo de duração do curso.

resistências ou reações dos consumidores (ou usuários) aos “processos mudos que organizam a ordenação sócio-política” (Certeau, 1994:41) nesta experiência.

Na Espanha, esse programa havia sido criado para trabalhar com jovens que não possuíam as carências da população jovem brasileira, em especial, da paraibana. Lá, o programa recrutava jovens de classe média que precisavam ser readaptados à escola e à vida coletiva, por diferentes motivos ou por estarem envolvidos em situações de risco pessoal e social. Porém, na cidade de João Pessoa, quando foi feita a primeira seleção dos jovens encaminhados por outras instituições (aquelas que fazem uma articulação com a Oficina-Escola, já citadas anteriormente), estas enviaram jovens com problemas de disciplina, ocupação e correção. Acreditava-se, numa visão equivocada, que ali eles seriam corrigidos e disciplinados, conforme tem ocorrido em outros programas, no Brasil, voltados para o atendimento de crianças e adolescentes. A esse respeito, esclarece a diretora - geral da Oficina-Escola de Revitalização do Patrimônio Cultural de João Pessoa:

“Esse programa nasceu na Espanha. Obviamente, lá não se trata de alunos de periferia, mas de jovens que já estão enveredando pelas drogas. Foi a necessidade de trazer o jovem pra sala de aula e dar oportunidade de emprego. Resgatar por essa coisa de fuga das escolas. Hoje eu considero que a gente já avançou muito, tem muito pra avançar nesse trabalho de formação porque é complexo. Tu imaginas que a gente trabalha com jovens de 16 a 23 anos, homens e mulheres, dentro de obra, com “n” processos: pessoais, sociais, econômicos etc. O perfil do aluno da Oficina-Escola você tem dos mais variados: tem o camarada que tem uma família estruturada. É pobre, é de periferia, mas tem uma família estruturada. Tem o camarada que tem uma família em que o pai é alcoólatra ou que não tem pai ou o que não sabe o que é pai, nem o que é mãe. Tem todo tipo de problema, então é complexo de se trabalhar”(Arquiteta e diretora-geral da Oficina-Escola de Revitalização, 03 de abril de 2000).

No relato da ex-coordenadora da Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa que, também, foi à Espanha conhecer as *Escuelas-*

Taller e que participou da fase inicial de constituição da Oficina-Escola de João Pessoa, destaca-se o seguinte trecho sobre as características dos alunos:

“Um pessoal bravo, sem nenhuma estrutura. Inclusive, a gente teve que botar alfabetização, alguma coisa assim para ajudar porque era muito (...) um pessoal com problemas profundos enquanto ser humano mesmo. E o objetivo do Projeto da gente não era um projeto social. o Projeto tinha que pegar assim o pessoal mais ou menos encaminhado, por isso que a gente tinha mais inscrições, mas o pessoal ainda assim mandava menino de rua (...) Então, foi difícil pro pessoal aceitar porque ele estava ali. Ele estava ali pra receber uma profissão, em três anos ele poderia trabalhar em qualquer lugar do Brasil. E a gente tinha que ter a responsabilidade de colocar esse pessoal no mercado de trabalho” (Arquiteta da Fundação Casa de José Américo, em 14 de fevereiro de 2002).

Por seu turno, a coordenadora pedagógica da Oficina-Escola enfatiza:

“No início da Oficina, resolvemos dar oportunidade a um pequeno grupo de alunos envolvidos com drogas, roubos, prostituição. E, ao final, eles não saíram do problema e criaram problemas sérios para a Oficina. Atualmente, solicita-se que as instituições já realizem uma análise prévia da situação do jovem que é encaminhado à Oficina (...) não é a Oficina-Escola que vai resolver determinados problemas. Há instituições que encaminham com esse pensamento, mas a Oficina não aceita” (Coordenadora pedagógica da Oficina-Escola, in: Asfora, 2000:80-81).

A ex-coordenadora da equipe técnica da Comissão Permanente de Revitalização aponta ainda outras “dificuldades em termos do processo de aprendizagem e da necessidade de se fazer adequações à realidade da população jovem” que chegava para se inscrever na Oficina-Escola. Ela destaca a própria dificuldade de elaboração do quadro das disciplinas teóricas e a impossibilidade de reproduzir os programas utilizados nas *Escuelas-Tailler* devido à falta de escolaridade dos alunos, tanto no sentido de não poderem acompanhar o conteúdo das disciplinas quanto nos problemas de sociabilidade e de convivência diária em dois turnos entre alunos e professores/ instrutores:

“Está aí a Oficina-Escola, já formou várias turmas, querendo ou não, não é como a gente estava prevendo, mas a gente tem que se adequar à realidade nossa. A gente não tinha jovens fora da escola, a gente tinha jovens que nunca

foram à escola, totalmente marginalizados mesmo dentro destas instituições. Inclusive quando esses jovens chegaram a primeira vez, esses meninos chegaram com uma visão de mundo assim terrível. A gente teve que botar mais uma Oficina de Artes, para eles desenvolverem assim a sensibilidade dentro deles. A gente botou, a Espanha aprovou, porque sem isso daí esses meninos não vão... sabe? Muito difícil, porque não deixa de ser um pouco, você tem que desenvolver a sensibilidade, o olho clínico, você tem que fazer um trabalho interior, eles não tinham isso” (Ex-coordenadora da equipe técnica da Comissão Permanente de Revitalização do Centro Histórico e arquiteta da Fundação Casa de José Américo, em 14 de fevereiro de 2002).

Esses depoimentos expressam também o uso de estratégias adaptativas da própria Oficina-Escola para se conduzir frente à realidade social de pobreza na Paraíba, bem como à instituição financiadora e coordenadora do Projeto, a Agência Espanhola de Cooperação Internacional – AECI. Por outro lado, expressam táticas utilizadas pelos próprios técnicos/arquitetos para manterem essa prática de revitalização associada a algo mais duradouro nessa experiência, criando vínculos mais fortes com a população, conforme se observa nesse depoimento:

“Então, manter esse patrimônio não é uma questão apenas econômica, você tem os recursos, mas você precisa ter esse vínculo social, essa coisa que vai crescendo como uma teia (...) Eu considero que, em última instância, o objetivo final é a apropriação do indivíduo de sua história, do seu patrimônio, de sua realidade. Tomada de consciência disso e a apropriação disso. A capacitação pra melhor se apropriar disso. É óbvio que eu estou dizendo isso em nível de filosofia e de teoria, que o eixo é esse, agora dentro deste processo você tem malas também, não é? Mala tem em todo canto” (Arquiteta e diretora-geral da Oficina-Escola de Revitalização, 03 de abril de 2000).

Os dados estatísticos mostram que, dos 603 alunos que ingressaram durante os dez primeiros anos de Oficina-Escola, apenas 207, ou seja, 34,33% chegaram a concluir o curso (Catálogo Paraíba-Brasil – Oficina-Escola de João Pessoa – Dez anos reconstruindo o futuro, João Pessoa, agosto de 2001:22). Esse é outro indicativo das dificuldades desses jovens em se ajustarem à programação da Oficina-Escola, pelos mais diversos motivos. Essas dificuldades vão desde as de ordem pessoal e de

estruturação familiar dos alunos até aquelas relacionadas à falta de escolaridade do ingressante, que estuda à noite, até porque as atividades da Oficina-Escola são desenvolvidas nos turnos da manhã e da tarde. Entretanto, faz parte do regulamento da entidade que o aluno deve frequentar a escola regular (ensino fundamental ou médio) e, ao final de cada mês, apresentar à diretoria da Oficina Escola uma declaração de frequência às aulas. A intenção da coordenação é manter o aluno na escola e na Oficina, para garantir assim uma “formação integral”, a aprendizagem de uma profissão e a aquisição de conhecimentos gerais. Mesmo assim, ainda há problemas com drogas e indisciplina.

Nesse sentido, desde os motivos pelos quais os alunos chegam à Oficina, já se observam distorções, em parte, provocadas pela precária situação sócio-econômica e cultural em que vivem esses jovens antes de chegarem à Oficina-Escola. O principal motivo identificado em nossas pesquisas empíricas e, também por Asfora (2000), foi a falta de emprego e a oportunidade de fazerem um curso profissionalizante. Entretanto, como se observou, os ofícios de pedreiro, carpinteiro, jardineiro, serralheiro etc. não correspondem aos anseios de formação profissional desses jovens, pois muitos revelaram querer fazer curso universitário ou procurar atividades ligadas a computação ou a recursos tecnológicos mais avançados em seus ofícios:

“Eles procuram trabalhar mais pela necessidade material mesmo. E procuram a Oficina muito mais por essa necessidade do que para aprender uma profissão, porque o nível de desemprego é muito grande e até estudantes universitários procuram a Oficina, mas, obviamente, não são inscritos. Na sociedade de classes que nós temos, ninguém quer ser pedreiro, marceneiro... Quando terminam o curso aqui, alguns passam a ter consciência da importância desse trabalho” (Coordenadora pedagógica, in: Asfora, 2000).

Os alunos que não são encaminhados pelas instituições que cuidam de crianças e adolescentes carentes (mais frequentes no início) tomam conhecimento da Oficina-

Escola através de amigos, alunos e ex-alunos, numa rede de informações que se forma entre os que estão procurando emprego. As informações chegam ao conhecimento deles, através das pessoas que também vêm à Oficina-Escola e identificam nela uma forma de solucionar o problema do desemprego. A Oficina-Escola é vista pelos alunos como uma das poucas oportunidades que têm na vida de se prepararem para um emprego e de receberem mensalmente um salário mínimo, além de direitos à saúde, à alimentação, ao conhecimento, ao transporte etc. Nesse sentido, os trechos abaixo são esclarecedores:

“Se não fosse a bolsa, não tinha ninguém aqui, não! (...) A turma tá aqui mais por causa do dinheiro. Muitos estão aqui por causa do dinheiro, não é nem pra aprender alguma coisa. Muitos dependem desse dinheiro aqui, porque ajuda em casa, tem uns que já é casado e depende muito daqui” (Aluno da carpintaria, in: Asfora, 2000:80).

“Eu já procurei muito emprego aqui em João Pessoa. Eu já trabalhei em loja de calçados e não consegui emprego. Aí eu tentei aqui e aqui fiquei mesmo...” (Aluno de alvenaria, in: Asfora, 2000:80).

“Emprego tava e tá difícil... e a única maneira de eu pegar mesmo era a Oficina-Escola, porque ia demorar e muito tempo. Talvez, até hoje, eu ainda tava vagando... até que veio a Oficina-Escola. Aí eu não pensei duas vezes” (Aluno de serralharia, in: Asfora, 2000:80).

Entretanto, há também uma necessidade aliada à vontade de aprender e ser independente expressa nos trechos a seguir:

“Eu vim primeiramente porque aqui a gente tem a oportunidade para aprender algo. E também, é claro que temos uma certa ajuda financeira a qual nos é favorável, principalmente para as nossas famílias, para as nossas condições de vida” (Aluno de alvenaria, in: Asfora, 2000:78).

“Eu quis vir para a Oficina porque eu tava querendo ser independente. E por causa da profissão também, porque você deve sempre procurar aprender alguma coisa. Embora eu tinha feito o curso de eletricidade, mas eu acho que se deve aprender mais e não ficar numa coisa só” (aluno de carpintaria, in: Asfora, 2000:78).

Como se observa, os jovens que procuraram a Oficina-Escola, em sua maioria, não o fizeram para aprender um ofício, mas por estratégia de sobrevivência, para conseguir um emprego, ter independência ou ter uma oportunidade de vida, poder consumir certos produtos. Evidencia-se, assim, o desprestígio que estes ofícios, ligados à área da construção civil ou restauração, têm no Brasil e, em especial, na Paraíba. Os apelos da mídia têm grande influência. Os produtos de consumo e as marcas de prestígio social ganham um valor simbólico que se sobrepõe ao saber-fazer. Nos rostos e corpos dos jovens das camadas médias urbanas, tornam-se símbolos de beleza, liberdade, aventura, alegria, felicidade. No caso dos jovens de baixa renda, esses apelos passam a significar a exclusão do mundo dos jovens que os consomem, fazendo com que a possibilidade de ganhar um salário signifique a possibilidade de acesso a certos direitos fundamentais, mas também a sensação de estarem “incluídos no mundo”, de pertencerem ao que representa ser a adolescência ou a juventude, conforme se depreende nesse trecho:

“A tendência deles, eu acho, que é mais voltada para serem independentes. Até porque alguns têm uma situação financeira um tanto indefinida pelo ciclo familiar. Então a Oficina-Escola é essa busca de salário, mesmo pouco, mas é alguma coisa que proporciona algo de novo pra eles, que é a possibilidade de comprar. E a gente evidencia bem isso, porque alguns, quando recebiam a bolsa, a primeira coisa que faziam era comprar roupas de ‘marca’, mesmo que aquilo levasse todo o salário em um dia. Mas o fato de quando sair da escola estar estampado uma ‘grife’ ou marca, como eles chamam, já era uma identidade, algo marcante para eles. Eles já se sentiam superiores. (Instrutor de jardinagem, in: Asfora, 2000:91).

Apesar disto, a maioria dos alunos pretende aplicar o que aprendeu na Oficina-Escola para conseguir um emprego ou deseja continuar aprendendo em cursos de aperfeiçoamento ou universitários. Quando questionamos os alunos sobre o que pensavam em fazer após a conclusão do curso na Oficina-Escola, 67,6% expressaram

uma expectativa de conseguir emprego ligado ao ofício aprendido; 18,9% afirmaram que desejam aperfeiçoar conhecimentos em cursos universitários como artes, música, antiguidades, computação e outras atividades mais ligadas à produção de tecnologia moderna. Entretanto, outros (13,5%) afirmaram que ainda estão indecisos ou não souberam responder, correspondendo à porcentagem de alunos que ingressaram no período 2001.1 (ver tabela abaixo).

Tabela nº 20 - Pretensão dos alunos, após concluírem a Oficina-Escola

	Frequência	Percentual
Trabalhar no ofício aprendido	50	67,6
Aperfeiçoamento	14	18,9
Não sabe ou está indeciso	10	13,5
Total	74	100,0

Observa-se nos dados dos questionários e das entrevistas, como também nas pesquisas de referência que analisamos, sobretudo em Asfora (2000), a forma como a proposta pedagógica da Oficina-Escola de João Pessoa e das *Escuelas-Taller* espanholas é interiorizada nos alunos. Esta se baseia numa formação integral do indivíduo, para torná-lo cidadão com capacidade de intervir nos processos em sua volta e modificar a sua própria condição de inferioridade, através do conhecimento e do trabalho. Os objetivos de aprender e de trabalhar¹¹³ aparecem em todos os textos e falas dos alunos, professores e instrutores da Oficina-Escola de João Pessoa.

¹¹³ Segundo Alba Zaluar (1994:34), também no Brasil, em meados da década de 1980, os efeitos combinados da crise econômica e do fracasso da política educacional, aliados ao aumento da criminalidade, da violência e da participação dos jovens pobres fizeram com que surgissem os projetos alternativos baseados na educação pelo trabalho. Eram programas alternativos à escola oficial e curricular. Acentuava-se, nesse processo, um certo tipo de “cidadania regulada” (Santos, 1979) embutida no trabalho ou na profissão. A grande maioria das propostas realizadas no Brasil, segundo a autora, fundamentava-se, teórica e metodologicamente, na concepção de *Educação pelo Trabalho*, desenvolvida por Antonio Carlos Gomes da Costa numa instituição que abrigava menores infratores e abandonados em Ouro Preto. Esta concepção e experiência, por sua vez, se inspiravam nos trabalhos de Paulo Freire, Makarenko e Celestin Freinet. “*O trabalho seria, portanto, o meio de comunicação, ao invés das palavras, para fazer chegar até o educando a mensagem educativa. Esta estaria articulada nos seguintes princípios participativos: a participação na gestão, a participação no produto do trabalho, a participação no conhecimento relativo ao trabalho realizado*”.

Entretanto, essa visão de trabalho não se limita a “uma concepção disciplinar (relacionada a mudanças de comportamento, maturidade, responsabilidade etc) e meio de sobrevivência” (Asfora, 2000:87), pois o trabalho aparece sempre associado ao “saber-fazer”, a essa possibilidade de pertencer, de adquirir conhecimento, mais do que o trabalho como algo abstrato e distante.

Por isso acentua-se, na Oficina-Escola, a importância da iniciativa, da participação, da consciência de quais são os deveres e direitos dos alunos, do cumprimento das normas, dos limites de cada um etc. Esses elementos só podem ser transmitidos e adquiridos no dia-a-dia, na convivência cotidiana dentro e fora da sala de aula e do canteiro de obras ou da oficina de prática. Ou ainda nas conversas fora de sala, nos conselhos, nos interditos, nas mensagens, nos carinhos, nos afetos, nas brigas, nos conflitos, enfim, nas trocas diárias que fazem com que esses jovens se sintam um grupo e se sintam valorizados. Asfora (2000) ressalta esses aspectos com base nos relatos dos alunos da Oficina-Escola:

“Aqui eu estou fazendo um curso. E é um curso mesmo sendo trabalho... É trabalho porque a gente faz um curso e mesmo assim a gente recebe a bolsa todo mês” (Aluna de carpintaria, 2000:91).

“Eu acho bom assim: trabalhar e aprender. Porque se ficar só trabalhando, fica sem conhecimento. E se ficar só estudando não tem o conhecimento do trabalho” (Aluno de jardinagem, 2000:94)

“(...) Você pega no pesado mesmo. É igual a uma empresa. Tá certo que ensina. Mas tem horário de entrar, horário de sair, tem as regras. Se você passar daquele limite, pode ser até botado pra fora. A diferença de uma empresa é só que não tem carteira assinada e porque aqui é também curso profissionalizante. Aqui, tanto você ganha como aprende alguma coisa” (Aluno de carpintaria, 2000:94).

“Curso e trabalho ao mesmo tempo. Curso porque a gente está aprendendo e trabalho porque a gente está praticando e estamos ganhando uma bolsa para que nós possamos aprender. Ou seja, além de aprender, nós estamos na área do trabalho, nós estamos praticando, nós estamos fazendo algo que vai ficar pra a população, que vai ficar para servir...” (Aluno de alvenaria, 2000:95).

Apesar disto, expressa-se, desde a primeira fase do programa, dentro do convênio de cooperação internacional, a necessidade de serem feitos ajustes no processo de ensino/aprendizagem e na seleção para a Oficina-Escola de João Pessoa. Essa necessidade é decorrente dos problemas oriundos das especificidades na forma de organização institucional, cultural e social de cada lugar, de cada país, além das próprias adaptações introduzidas pelas táticas dos jovens de baixa renda ao serem, na prática, inseridos no processo de revitalização.

Entretanto, evidencia-se também a precariedade econômica, social e educacional do Estado da Paraíba no cotidiano da prática daqueles que fazem a Oficina-Escola. Esse fato inviabiliza uma transferência de tecnologia educacional e do projeto metodológico espanhol, exigindo estratégias de adaptação, táticas (Certeau, 1994) continuamente elaboradas no dia-a-dia do trabalho nos canteiros de obras e nas salas de aula da Oficina-Escola que cotidianamente são utilizadas pelos alunos e professores, constituindo-se em contra-usos ou estratégias adaptativas. Apesar dessas dificuldades, os instrutores e os coordenadores tentam, ao máximo, manter os princípios básicos, os objetivos e a metodologia de origem espanhola.

Surgiu, assim, a necessidade de alterações na própria grade de disciplinas propostas no projeto original e no tempo de duração do curso que passou de três para dois anos. Entretanto, foram mantidos os objetivos do projeto no sentido de preparar o jovem para o mercado de trabalho de forma integral, em termos do conhecimento técnico do ofício, da consciência da importância da preservação, da segurança do trabalho e do trabalho em grupo, do saber-fazer em um processo participativo, no qual as decisões são compartilhadas com o grupo, em todos os momentos do processo de conhecimento.

A partir dessas e de outras dificuldades, acentuou-se a necessidade de se buscar articulações com outras associações voltadas para crianças e adolescentes que trabalham com vários ofícios, principalmente a marcenaria. Foram realizadas, a partir de março de 1998, reuniões com a Marcenaria Vida Nova, a Casa do Pequeno Davi, o Clube do Menor Trabalhador, o Projeto Daniel Camboni, o Projeto Retome a Vida (PE) e a Oficina-Escola, com o objetivo de se organizarem e superarem as dificuldades cotidianas dessas entidades, destacando-se a capacitação de monitores e a formação dos alunos nos aspectos sócio-educativos, bem como a captação de recursos. A partir dessas reuniões, foi elaborado um projeto de implantação do Centro de Articulação de Entidades de Formação Profissional – CAEFOP.

A Oficina-Escola participa também desse processo, subsidiando a elaboração de projetos e discutindo os aspectos metodológicos relacionados à pedagogia desenvolvida nas entidades, especialmente através da Coordenação Pedagógica da Oficina-Escola (Asfora, 2000:58). Desse modo, além de procurar novas parcerias e formas de divulgação da experiência de revitalização e da importância do próprio patrimônio local, a instituição desenvolve um processo de transferência de tecnologia e do saber-fazer que caracteriza a experiência das *Escuelas-Taller*. Entretanto, destacamos essa vontade de *estar juntos*, de *fazer sociedade*, de buscar forças para resolver os problemas do dia-a-dia, associando-se, unindo-se àqueles que enfrentam os mesmos problemas, sentimentos e objetivos presentes nos relatos de grande parte dos entrevistados, sobretudo aqueles vinculados às associações existentes no centro histórico.

Ainda com relação às dificuldades de implementação do programa de oficinas-escola, destacam-se aquelas relacionadas aos parceiros institucionais locais: o Governo do Estado e a Prefeitura. Segundo expressam alguns relatos, o poder público não tem

interesse de participar de programas ou metas de ação desse tipo e se limita a manter sua parte no convênio internacional, sem o que todo o Projeto de Revitalização e da Associação Oficina-Escola de Revitalização de João Pessoa não teria continuidade. Evidencia-se, desse modo, uma certa omissão dos responsáveis pelos programas sociais e culturais no Governo do Estado e na Prefeitura, ao não valorizarem o projeto. Com isso, desperdiçam a possibilidade de captação de recursos internacionais para turismo, de maneira mais efetiva, e para projetos sociais de melhoria da qualidade de vida da população paraibana.

“Nós temos mais apoio do governo da Espanha do que dos governos locais. E num determinado momento esse processo de revitalização do centro histórico de João Pessoa só não andou pra trás por causa da Espanha, porque os únicos funcionários que havia dentro da Comissão do Centro Histórico eram os dois bolsistas do governo Espanhol, porque o governo estadual tirou os funcionários, o municipal tirou os seus funcionários. Então a Comissão do Centro Histórico passou por um período que a gente ... teve um político que chegou pra gente e disse: vocês são loucos porque vocês abanam um cadáver, fechem as portas. E nós estamos provando que o cadáver está aí vivo e graças a Deus...” (Entrevista da arquiteta e coordenadora adjunta da Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa, em 28 de março de 2001).

A partir de meados da década de 1990, quando teve início o processo de *gentrification* da Praça Anthenor Navarro e do Largo de São Pedro Gonçalves, esse apoio dos poderes públicos locais melhorou em termos da contrapartida dada aos alunos da Oficina-Escola, passando a Prefeitura Municipal a também contribuir na manutenção das bolsas de estudo dos alunos. Entretanto, é uma situação que ainda preocupa a direção e os alunos da Oficina-Escola, pois envolve o repasse de material e a elaboração dos projetos das obras nos quais os alunos trabalham. Esses projetos de restauração das obras estão a cargo da Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico e são executados pela Oficina-Escola, ficando esta última na dependência das negociações desses projetos-piloto com os órgãos públicos locais,

com o IPHAN e a AECI. Além disso, os governos estadual e municipal cobram os resultados do trabalho da Oficina-Escola muito mais em termos de preocupação com o prazo de conclusão das obras restauradas do que com os resultados da formação dos alunos. Asfora (2000:112) identificou períodos sem aulas práticas nas obras, suspensas por falta de material ou de projetos para serem desenvolvidos.

Contudo, as mudanças mais significativas nessa proposta da Oficina-Escola são aquelas relacionadas às formas e aos conteúdos da interação social e às sociabilidades que se desenvolvem entre os jovens que ingressam na Oficina-Escola. Destacam-se, nesse aspecto, as mudanças no estilo de vida deles, na socialização e na maneira de encararem o trabalho. Destaca-se ainda a participação, no trabalho material de restauração, de um número significativo de monumentos excepcionais do patrimônio histórico e arquitetônico da capital, quase todos restaurados por esses jovens entre 1991-2002 (ver tabela 15 sobre as obras executadas dentro do convênio Brasil/Espanha).

A tabela a seguir mostra os resultados da avaliação da Oficina-Escola feita pelos próprios alunos e as principais expectativas quanto ao trabalho identificadas a partir da análise dos questionários preenchidos pelos 78 alunos da Oficina-Escola que participaram da pesquisa.

Tabela n ° 21 – Mudança de vida dos alunos como resultado do trabalho na Oficina-Escola

	Frequência	Percentual
Mudanças no comportamento social	47	68,1
Aumento da responsabilidade	14	20,3
Aquisição de conhecimento/preparação	8	11,6
Total	69	100,0

Conforme se observa, 68,1 % dos participantes da pesquisa afirmaram ter mudado seu comportamento, a maneira de relacionar-se com o trabalho, com o

patrimônio cultural da cidade e com as outras pessoas, sobretudo no sentido de terem aprendido a sentir, a ter amizade e conhecimentos sem ferir o outro: “É de fazer amizades, ter conhecimentos com tudo e todos sem machucar e nem ferir os sentimentos de ninguém”. Apontaram também o trabalho em equipe e a possibilidade de participar, de superar limites: “a convivência no dia-a-dia, porque eu aprendi a trabalhar em equipe”; “mudou várias coisas como, por exemplo, eu era muito tímido e hoje sou mais desenvolvido”.

Ver-se e reconhecer-se no outro e tomá-lo como parâmetro ou limite para suas ações começa a ser uma experiência conflitiva, mas reconhecida como importante e positiva para muitos desses jovens, até mesmo em termos do seu próprio crescimento individual. O fato desses jovens estarem tão próximos todos os dias, aprendendo e exercendo um ofício, mas também compartilhando dificuldades, problemas, anseios, expectativas, frustrações, medos, inseguranças, regras, enfim, todo um conjunto de práticas sociais e sentimentos, exige que eles desenvolvam também formas de convivência e táticas para se manterem na escola ou para serem inseridos no grupo.

Estes são aspectos que envolvem o âmbito das sociabilidades, das interações sociais. São valores que se associam aos objetivos do Programa da Oficina-Escola, voltado à formação integral do cidadão, bem como à formação de mão-de-obra, à aquisição de emprego e à preservação do patrimônio. Esses valores, muitas vezes, ultrapassam os objetivos da aprendizagem, pois envolvem a vida pessoal e social, o indivíduo e um grupo em formação.

As táticas utilizadas pelos alunos da Oficina-Escola vão desde a solidariedade e a insistência no processo de seleção até os recursos táticos para burlar as regras estabelecidas pela coordenação no dia-a-dia das salas de aula. Asfora (2000:82-83) destaca estratégias dos candidatos para conseguirem uma vaga:

“Eu soube da Oficina por parte dos colegas, um pessoal que já tava aqui. Aí teve o tempo em que fiquei me decidindo, querendo entrar de todo jeito! Vieram falar mal de mim aqui. Mas eu fiquei batalhando! (...) Aí ficavam falando e eu dizia: o que é que tem dar um pulo lá? Não é o meu caminho? E toda vez eu vinha aqui (...) Ela dizia: Espere, não tem vaga... Mas eu disse: eu posso ficar vindo? Ela disse : se você quiser pode, viu? Eu peguei e fiquei vindo até...” (Aluno de serralharia).

“Aí vim eu e mais um amigo meu. Só que tinha só uma vaga, né? Aí a situação dele era ruim, era igual à minha. A gente foi criado desde pequeno... Ela disse: Agora vamos pro sorteio. Aí eu olhei pra ele, tava com o olho assim...Eu disse: Não, eu quero ficar e a senhora arranja uma vaga pra ele também. E ela disse: Não, vai pro sorteio mesmo. Aí o nome dele é menor e ficou menor assim o papel. Ficou um bolinho assim... E meu nome ela botou todo e ficou um bolão... Ela mexeu na mão e disse: Tire um. Mandou eu tirar. Eu sabia que o meu nome era o maior. Aí eu peguei e tirei o dele. Ela disse: Pronto, você tirou o nome dele e ele é que vai ficar na vaga. Se aparecer outra vaga aqui, eu lhe chamo. Aonde a gente vai o que vale é a amizade da gente. Antes de começar, apareceu uma vaga. Ela pegou e me chamou. Entrou eu e ele num dia só. Se a gente tivesse ficado com olho grande, ta vendo? De todo o jeito apareceu (Aluno de alvenaria).

Na fase de entrevista, segundo um dos professores da Oficina-Escola, existe esse cuidado de mostrar um perfil aceitável:

“(...) a entrevista se torna muito superficial porque a gente só conhece o aluno é no dia-a-dia mesmo. A entrevista não diz quase nada, porque nela ninguém fuma, ninguém bebe, ninguém namora! Qual é a sua diversão? É assistir à televisão e ir à igreja. Todos são assim. O sonho, de um modo geral, é trabalhar (...)”.

Durante o curso, algumas tentativas de modificação do regulamento são mencionadas e algumas explicitadas assim:

“O regulamento está bom, mas não é cumprido, não... Já mudou pela segunda vez. Várias coisas foram sendo retiradas Tinham direito a três faltas no mês, então, faltavam os três dias. Tinham direito a trazer, por exemplo, um ‘walkman’, aí, levavam o ‘walkman’ para as obras. O professor ali, falando, ensinando... Eu chegava, falava alguma coisa e o cara não escutava! Porque estava ouvindo música com o ‘walkman’ por dentro do macacão e os fones embaixo do capacete! Quase ninguém via!” (trecho da fala de um coordenador de prática).

“(...) De primeiro, os meninos traziam rádio, traziam faca, traziam punhal, arma de fogo... Aí não pode! Tem que ter o regulamento pra colocar no regulamento essas coisas” (Trecho da fala de um aluno de serralharia).

Outro aspecto importante é a forma como a responsabilidade, a pontualidade e o respeito mútuo, adquiridos na experiência diária de trabalho nas oficinas, é associada à independência pessoal e a uma certa consciência como sujeitos de direitos e também de deveres. O conhecimento sobre os monumentos e o preparo para os ofícios ensinados nos canteiros de obras da Oficina-Escola, ou seja, os aspectos mais técnicos do processo, aparecem também relacionados a uma certa mudança de pensamento sobre a cidade, “sobre a minha cidade” como muitos se referiram. Essa possibilidade de conhecer, de perceber as diferenças, de interferir e assim ter acesso e direito à cidade aparece constantemente nas falas e nos textos produzidos pelos alunos¹¹⁴.

A experiência cotidiana de vida na Oficina-Escola estimula a convivência e a participação de toda a equipe e a liberdade de emitir opinião dentro da possibilidade de diálogo como traço fundamental desse processo de formação de jovens de baixa renda. Portanto, os objetivos básicos da educação na Oficina-Escola não se restringem a ensinar técnicas de restauração, mas a proporcionar a integração e inserção profissional de jovens desempregados, assegurando-lhes formação e experiência prática. Cuidam ainda da revalorização de ofícios artesanais, permitindo aos jovens competirem no

¹¹⁴ Analisamos a experiência dos alunos da Oficina-Escola através das respostas por escrito nos questionários e entrevistas realizadas em nossa pesquisa de campo, bem como de fontes documentais do acervo da Oficina-Escola de Revitalização, dentre as quais destacamos um conjunto de redações. São vinte e cinco textos produzidos pelos alunos sobre seus ofícios e a experiência de revitalização do patrimônio cultural de João Pessoa publicados em forma de brochura sob o tema: “Nosso Ofício”. Esses trabalhos foram resultado da disciplina teórica, *Patrimônio Histórico*, João Pessoa, 1999 (são setenta e nove redações individuais, sendo quinze dos alunos da oficina de alvenaria, treze da oficina de carpintaria, quinze da oficina de jardinagem, treze da oficina de marcenaria, onze da oficina de pintura e doze da oficina de serralharia, compreendendo a publicação apenas três redações de cada oficina como amostra representativa). Nesse documento, constam depoimentos importantes que complementaram as nossas análises sobre as novas sociabilidades e as formas de interação social no Centro Histórico. Articulamos nossos resultados com os resultados da dissertação de mestrado em Serviço Social/CCHLA/UFPB, de Valeska Asfora, *Tempo de não escolher - formação profissional para adolescentes*, J. Pessoa, julho de 2000, que se concentrou especificamente na experiência da Oficina-Escola, com destaque para as relações sociais entre os alunos, professores e diretores e para o processo de aprendizagem do grupo.

mercado de trabalho, bem como da promoção e difusão da reabilitação e conservação do patrimônio cultural, incorporando segmentos da população jovem.

Destaca-se, também, a importância do trabalho feito pelos alunos da Oficina-Escola diante das dificuldades que tiveram com as construtoras contratadas para os projetos do Hotel Globo e da Igreja de São Bento. Porém, o elemento mais forte desse trabalho é a possibilidade de aprenderem a exercer a cidadania e os direitos culturais associados à formação técnica, além da importância do trabalho coletivo, da participação de cada um na revitalização das obras, como parte do cotidiano desses jovens. A diretora-geral da Oficina-Escola de João Pessoa ressalta essas dimensões da consciência preservacionista, da cidadania e da aprendizagem pelo trabalho:

“O aluno que entra na Oficina-Escola a gente faz um trabalho de despertá-lo para a coisa do patrimônio, quer dizer, a consciência preservacionista, a consciência enquanto cidadão capaz de intervir na sua realidade e de realizar coisas positivas, resgatar seu patrimônio, entender como foi sua história, conhecer sua história porque as pessoas de João Pessoa não sabem que nasceram no rio Sanhauá, no Porto do Capim. Lógico que essa consciência também é lenta, não é? Então, a gente faz esse trabalho aqui com essa moçada. E, além da intervenção real, física, eles restauram. Então, isto dá uma dimensão de consciência e de cidadania que eu acho que é, assim, extremamente ampla, entendeu? E é irreversível do ponto de vista do crescimento individual dessa moçada, tudo que tu faz, a questão do próprio orgulho, de fazer, de saber que foi capaz, e ver ao final um resultado concreto do trabalho que eles fazem.”(Entrevista concedida à autora em 03 de abril de 2000).

A Oficina-Escola capacita, a cada dois anos, cerca de 100 jovens desempregados, na faixa etária de 18 a 25 anos, nos ofícios de alvenaria, carpintaria, jardinagem, marcenaria, pintura e serralharia, em obras de restauração e revitalização do patrimônio natural e construído. As oficinas são instaladas em canteiros de obras de restauração do Projeto de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa. O processo de aprendizagem é dirigido pelos instrutores de cada oficina, que cumprem um programa elaborado a partir das necessidades de cada obra, além da realização de

trabalhos extras (ensaios, maquetes, experimentos) necessários para a complementação do conhecimento do ofício.

Os educadores investem ainda na formação integral dos jovens, ministrando disciplinas complementares como: formação elementar, botânica e ecologia, conhecimentos gerais (História e Geografia do Brasil e da Paraíba), gestão empresarial, métodos e técnicas da construção civil, representação gráfica, história da arte e da arquitetura. Como complementação dos conhecimentos teóricos e práticos de sala de aula e do canteiro de obras, são realizadas ainda atividades extras, como viagens a sítios históricos da Paraíba e de outros estados, minicursos, palestras e vídeos educativos.

Identificamos, nas redações e nos questionários, que a possibilidade de adquirir emprego e renda, bem como de consumir bens da cultura de massa eram algumas das preocupações desses jovens presentes, sobretudo, nos textos daqueles que haviam ingressado há pouco tempo na Oficina-Escola. Os alunos mais antigos ou aqueles que estavam concluindo o curso tinham um discurso e uma avaliação mais voltados para o aprendizado através da socialização, do convívio diário com as pessoas, da possibilidade de ter amizade e de poder contar com elas para um apoio afetivo num momento de dificuldade na vida, de dificuldade no aprendizado do ofício ou de suas implicações teóricas. A experiência cotidiana na Oficina-Escola, o contato com as obras arquitetônicas e suas histórias, ao longo de dois anos de curso, com aulas diárias em dois turnos, além de direitos garantidos como transporte, saúde, alimentação, alteraram a conduta desses jovens, seus sentimentos, o respeito ao trabalho e aos indivíduos. Alguns trechos das redações de alunos são eloqüentes nesse aspecto:

“Não só pela oportunidade que eu tive de aprender um ofício, mas também pela oportunidade que eu tive de me tornar uma pessoa melhor nesses dois anos,

com todos esses conhecimentos” (Adriano da Rocha, aluno da Oficina-Escola de Revitalização do Patrimônio Cultural de João Pessoa, 1999:69).

“Agora vejo e penso diferente. Quando passo em frente de alguma casa presto atenção no ano que foi construída (...) É muito legal conhecer a cultura e a história de outras cidades e, acima de tudo, saber respeitar a cultura dos outros, por mais que seja atrasada. Eu não me interessava por patrimônio histórico. Agora que eu me interesse bastante, eu me sinto feliz por estar ajudando a recuperar a história da nossa cidade” (Antonia de Matos, aluna da Oficina-Escola de Revitalização do Patrimônio Cultural de João Pessoa, 1999).

“A Oficina-Escola é um lugar onde aprendemos a trabalhar, a nos educar em nosso dia-a-dia com os professores e muitas vezes com os outros alunos. Aqui aprendemos a acordar cedo, a cumprir os horários, a ter mais responsabilidade com nossas coisas e a valorizar as boas amizades. Enfim, aqui na Oficina-Escola de João Pessoa não se formam apenas bons carpinteiros, mas também pessoas honestas e dignas” (Aluno de carpintaria, Nosso Ofício, 1999:12).

Nos questionários, apresentamos algumas questões aparentemente amplas e vagas, com a intenção de captar aspectos ou significados atribuídos pelos alunos à Oficina-Escola: O que você mais gosta na Oficina-Escola? Por que você mais gosta do aspecto apontado? Por que é importante estudar na Oficina-Escola? As respostas são apresentadas nas tabelas, a seguir.

Tabela nº 22 – Elementos que os alunos mais valorizam na Oficina-escola

	Freqüência	Percentual
Ensinaamentos	34	43,6
Amigos	21	26,9
Tudo	14	17,9
Outros	9	11,5
Total	78	100,0

Tabela nº 23 – Elementos associados, pelos alunos, ao trabalho/estudo na Oficina-Escola de João Pessoa

	Freqüência	Percentual
Aprendizado e educação	27	39,7
Laços de solidariedade /amigos	23	33,8
Outros	14	20,6
Trabalho no futuro	4	5,9
Total	68	100,0

Tabela nº 24 – A importância de estudar na Oficina-Escola

	Freqüência	Percentual
Aprender uma profissão/trabalho	37	50,0
Adquirir conhecimentos	26	35,1
Crescimento pessoal	11	14,9
Total	74	100,0

Obtivemos respostas dos alunos da Oficina-Escola com um conteúdo idêntico àquele das entrevistas realizadas por Asfora (2000), quando os alunos afirmaram encontrar na Oficina-Escola um espaço de convivência e de sociabilidades, fundadas em laços de amizade e nos conhecimentos advindos dessa interação social cotidiana com os colegas, instrutores e professores, mas também com o patrimônio cultural edificado e com os significados associados à história da cidade.

Surgiram também várias referências à consciência dos direitos culturais e sociais, da própria possibilidade de acesso à cidade com seus equipamentos coletivos e sua memória, sua história enquanto bem social coletivo. Estas últimas aparecem associadas a uma *independência individual* e a uma *responsabilidade* adquiridas a partir dessa convivência entre as pessoas e destas com o conhecimento do patrimônio cultural como um bem social e coletivo. Identificam-se vínculos diversos, além de diferentes formas e regras de sociabilidade, algumas descritas nas respostas a seguir:

“Eu acho que o que a gente mais gosta, não só eu como todos aqui, é da amizade que a gente consegue conquistar aqui dentro” (Aluno de alvenaria, 2000:104).

“Mudou. Assim, porque eu fiz bastante amizade. Conheci lugar que eu não conhecia” (Aluna de jardinagem, 2000:116).

“(…) Responsabilidade com horário, responsabilidade com chegada em casa, responsabilidade no que se refere ao capital que eu ganho aqui, de como investir. O autocontrole, porque às vezes aqui recebe algum tipo de provocação e não pode revidar. Se aprende muito com a vida e com o que a gente tem aqui. Eu era um ‘gandaieiro de carteirinha’” (Aluno de serralharia, 2000:116).

“Eu me senti mais velho! O pessoal da minha rua, agora, me considera, porque de primeiro falavam por eu estar lá na Casa do Pequeno Davi, mas ainda falavam... Eu era um pouco bagunceiro... você se sente mais maduro depois que entra aqui, porque você encontra pessoas mais velhas e jovens que nem você” (Aluno de serralharia, 2000:116).

“Mudou. Fiz novas amizades. Antigamente, mãe não deixava eu ir para as festas. Agora eu vou com meus amigos de trabalho e ela confia em mim” (Aluna de jardinagem, 2000:116) .

“Quando entramos na Oficina-Escola de João Pessoa, nossa vida muda por completo, pois temos que estudar à noite para durante o dia trabalhar na nossa oficina e ainda temos que cumprir regulamentos. Também temos o imediato prazer de ter conhecimento do centro histórico. Nós mudamos muito, pois não conhecíamos o centro histórico de João Pessoa e agora temos o maior orgulho de dizer para qualquer um que trabalhamos na sua restauração. Também conhecemos os outros ofícios como alvenaria, carpintaria, jardinagem, marcenaria e pintura. Na Oficina-Escola nós somos os responsáveis pela restauração de antigos prédios e outros bens que foram destruídos pela força do tempo. Não são só os prédios que são restaurados, mas também os jardins, portas, grades e janelas. A Oficina-Escola, além de fazer com que a gente aprenda um trabalho, nos torna mais educados. Nos ensina como agir dentro de uma empresa e em qualquer outro lugar. Aqui nós aprendemos a dar valor às coisas antigas, ou seja, dos nossos antepassados. Tivemos um passeio pelas ruas do centro da cidade para conhecermos os monumentos históricos. Vimos prédios abandonados, outros usados pela metade, praças destruídas. Aprendemos coisas que nunca ouvimos falar, ruas que nunca passamos por lá. Vimos também quanto os nossos prédios estão deteriorados e fazendo estacionamentos nas praças. Mas o mais importante é que existem pessoas que se preocupam com isso. Pessoas decididas a preservar a história de nossa cidade. E as pessoas estão mostrando isso com muita dificuldade” (Aluno de serralharia, 1999:28-29).

“(...) respeitar as pessoas e ser respeitado também. Ter responsabilidade com o que eu faço, com os horários de entrada e saída. Aprendi a ter paciência e a ser paciente. A ajudar os meus colegas quando for necessário. Aprendi que o coleguismo é muito importante em qualquer lugar, inclusive no trabalho. Aprendi a reparar meus erros” (Aluno de serralharia, 1999:82).

A participação conjunta no aprender e no fazer fortalece laços afetivos e solidários, além do respeito pelo outro e pelo patrimônio cultural e natural coletivo. Esse processo parece acontecer e se fortalecer não apenas em termos do entendimento entre os membros da Oficina-Escola (mais de cem pessoas convivendo cotidianamente entre alunos, professores etc.), mas também através da existência de conflitos,

divergências, desconfianças, antipatias, aproximações e afastamentos no processo da interação social. Todos esses conflitos acabam sendo discutidos com base nos critérios de avaliação incorporados no processo de aprendizagem da Oficina-Escola:

“É porque o humano tem sua fase de brincadeiras. Vamos dizer que ele acordou hoje e a luz dele está mais fluorescente, ele vai e aceita a brincadeira. Mas quando ele acorda com a luz meio apagada, ele chega aqui com a luz apagada! Aí, já foi uma briga com a namorada, a mãe, às vezes um vizinho... quando um amigo chega e brinca com ele, ele no lugar de dizer assim: Ô fulano, não brinque comigo e tal..., Não! Vai brigar e chamar nome! Tem que ser verdadeiro” (Aluno de serralharia, in: Asfora, 2000:104).

“Eu tive um pouco de dificuldade com o professor, sabe? Ele não falava muito com aluno novato. Eu fiquei meio ‘assim’... ‘porque o professor não fala comigo?’, eu fiquei na minha! quando fiquei aluno antigo ele chegou mais... (Aluno de carpintaria, in: Asfora, 2000:105).

“Às vezes nós discutimos (referindo-se ao instrutor), mas acho que isso é normal, já que pensamos diferente, nunca temos um raciocínio igual, mas sempre chegamos a uma só conclusão. Apesar das discussões, acho que a gente se dá bem” (Aluno de carpintaria, in: Asfora, 2000:105)

Quanto à questão sobre o que eles não gostam na experiência da Oficina-Escola, as respostas foram reduzidas e pouco relevantes. Alguns afirmaram “gostar de tudo” e outros se referiam à questão mencionada quanto ao apoio instável dos órgãos institucionais como o Governo do Estado e a Prefeitura Municipal de João Pessoa, além do fato de que os projetos e demandas dependem da equipe técnica da Comissão Permanente de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa.

Observa-se, assim, que há uma preocupação com as horas sem trabalho, proporcionadas pela falta de repasse do material, provocando a suspensão das atividades práticas. Ou pela falta de recursos para alimentação, como aconteceu em 1998, quando as obras do Coreto da Praça Venâncio Neiva foram suspensas por esses motivos ou quando os projetos encaminhados pela Comissão atrasam ou apresentam problemas de execução. Dentre os poucos alunos que disseram não gostar de algo na

Oficina-Escola, estão aqueles que afirmam serem muito rígidas as regras e regulamentos impostos aos alunos recém chegados.

Tabela nº 25 – Elementos identificados, pelos alunos, como pontos negativos de suas experiências na Oficina-Escola de João Pessoa

	Freqüência	Percentual
Conflitos interpessoais	13	37,1
Regulamento rígido	7	20,0
Outros	9	25,7
Nada	6	17,1
Total	35	100,0

Estes aspectos foram acentuados nas redações dos alunos publicadas no documento *Nosso Ofício* (1999). Nelas encontramos depoimentos como o trecho transcrito abaixo, dentre outros, que apontam estes mesmos problemas como sendo os pontos negativos da experiência:

“(…) Porém, devemos ser sinceros e, para isso, é preciso apontar os pontos negativos que percebemos na Oficina-Escola de João Pessoa. Por exemplo, o propósito de formar jovens nos diversos ofícios é sempre abalado devido às interrupções das atividades práticas, às vezes porque faltam os materiais das obras ou chegam atrasados. A falta de definição dos projetos também prejudica, pois às vezes temos que destruir o que fizemos, ou porque o projeto estava errado ou porque não havia o projeto e tentamos adivinhá-lo. O atraso no retorno dos alunos do Estado também atrapalha. Há também o problema de alguns alunos que se escoram nos outros. Às vezes faltam atividades para as oficinas, e ainda os alunos novatos que são prejudicados, porque só os alunos antigos são chamados para fazer os trabalhos que exigem mais habilidade” (Aluno de alvenaria, 1999:07-08).

Uma das redações, sob o título *Meu Ofício*, escrita por outro aluno de alvenaria se destaca quando ele procura comentar, também, o que chama de “pontos negativos que me vêm à memória”, os quais passa a citar ponto a ponto. Destacaremos apenas os principais pontos: interrupções nas atividades práticas por falta de material, de refeições ou de instrutor porque o titular entrou em férias exigindo programação especial, atraso no início das aulas por causa das bolsas de estudos, atribuição de

maiores responsabilidades aos alunos antigos em relação aos novatos, abuso de autoridade dos instrutores nas aulas práticas, atrasos nos projetos ou erros que exigiram destruição do trabalho realizado.

Isso demonstra a compreensão dos alunos quanto aos aspectos positivos e negativos da experiência, bem como a capacidade crítica quanto à prática individual e do grupo. Essa crítica vem sendo estimulada através de avaliações periódicas feitas com a participação de todos os envolvidos (alunos, instrutores e a coordenação). Inicialmente, a avaliação era feita apenas por alguns membros, como o coordenador da prática, um instrutor e a coordenadora pedagógica, com base em critérios estabelecidos por eles. Posteriormente, desde julho de 1999, passou a ser feita por cada oficina, mensalmente, num processo em que o aluno faz uma auto-avaliação, a qual é discutida com os colegas e pelo instrutor, até haver um consenso. Discutem-se também as normas vigentes na Oficina-Escola, num exercício reflexivo de auto-avaliação e avaliação do grupo que fortalece as relações grupais, a auto-estima, a iniciativa individual e a responsabilidades com as ações, conforme consta nos depoimentos a seguir:

“(..) as avaliações mensais, onde a sinceridade e a falsidade se encontram, pois convivemos e mesmo assim não contam a verdade de si mesmos, mentem para si próprio” (Aluna de alvenaria, 1999:39).

“Aí veio a primeira reunião com o professor Marcos, Josélia, Aldo e Eurípedes. Dessa reunião saiu a força para a gente, juntamente com outras oficinas, terminar o Casarão de Azulejos. Não foi fácil. Era pouco tempo para nós terminarmos o Casarão. Uma pressão danada e era um corre-corre. Tentaram tirar nosso repouso, mas nós não aceitamos” (Aluno de pintura, 1999:77).

Quando questionamos os alunos da Oficina-Escola sobre o que significa o centro histórico para eles e o motivo de gostarem dessa parte da cidade, 32,8% dos entrevistados apontaram a arquitetura e a beleza como os principais atributos; 23,4%

indicaram a possibilidade de preservar aspectos históricos e culturais e 15,6%, justificaram que eram lugares turísticos da capital. Os poucos que afirmaram não gostar da área apontaram a insegurança, a decadência e a prostituição como os principais motivos.

Tabela nº 26 – Razões do gostar do centro histórico de João Pessoa

	Freqüência	Percentual
Arquitetura e beleza	21	32,8
História e cultura	15	23,4
Ponto turístico	10	15,6
Interessante/ importante	8	12,5
Questões pessoais	8	12,5
Lazer	2	3,1
Total	64	100,0

Tabela nº 27 – Razões do não gostar do centro histórico de João Pessoa

	Freqüência	Percentual
Falta de segurança	15	71,4
Decadência e prostituição	4	19,0
Questões pessoais	2	9,6
Total	21	100,0

Dentre os prédios apontados como os mais apreciados e valorizados estão, sobretudo, aqueles que foram por eles restaurados e sobre os quais têm maior conhecimento: O Hotel Globo foi o mais citado, com 33,8%; a Fábrica de Vinho de Caju Tito Silva – atual sede da Oficina-Escola - ficou em segundo lugar com 23%; seguiram-se a Igreja de São Francisco e a Casa da Pólvora com 10,8% e 9,5%, respectivamente. Significa que a valorização do patrimônio histórico e cultural do centro histórico de João Pessoa vincula-se, sobretudo, àquelas obras que eles já conhecem, sabem parte da sua história. Por isso, referem-se à estética (beleza) e à historicidade da arquitetura e da cidade (a história e a cultura), com base no aprendizado teórico e na experiência vivenciada na restauração dessas obras.

Tabela 28 - Prédios do Centro Histórico de João Pessoa mais valorizados pelos alunos da Oficina-Escola

Prédios	Frequência	Percentual
Hotel Globo	25	33,8
Fábrica de Vinho Tito Silva	17	23,0
Igreja São Francisco	8	10,8
Casa da Pólvora	7	9,5
Casarão de Azulejos	7	9,5
Igreja de São Frei Pedro Gonçalves	2	2,7
Parahyba Café	2	2,7
Prédio dos Correios	1	1,4
Teatro Santa Roza	1	1,4
Associação Comercial da Paraíba	1	1,4
Oficina-Escola de Revitalização do Patrimônio	1	1,4
Coreto da Praça Venâncio Neiva	1	1,4
Igreja da Misericórdia	1	1,4
Total	74	100,0

A importância do trabalho de revitalização e de preservação para os alunos da Oficina-Escola aparece associada mais à possibilidade de se construir uma memória, uma lembrança da história e da cultura da cidade, dos indivíduos e dos grupos (69,7% dos participantes da pesquisa destacaram a importância da preservação histórico-cultural): “resgatar a própria memória”; “manter viva a história da nossa cidade”; “mostrar que os prédios têm valor no passado e no presente”; “preservar a história da cidade e também guardar uma lembrança de como era a cidade há algum tempo atrás”; “a importância de deixar a imagem antiga da cidade viva e atraente à população e ao turista”. Já para 19,1% dos alunos que participaram da pesquisa, a beleza e a possibilidade de ganhar vida nova foram os elementos mais enfatizados: “é importante para deixar a cidade mais bonita”; “é tentar mostrar a beleza da nossa cidade e procurar manter a sua cultura viva”. Em relação aos 10,6% restantes, verificamos haver um misto de auto-estima e de preocupação com o turismo em suas respostas: “um grande orgulho de um grande cidadão social”; “é de que a cidade vai crescendo na área de turismo”.

A maneira carinhosa com que se referem a “nossa cidade antiga”, a “minha cidade” demonstra uma relação afetiva possibilitada pela experiência de convivência com as ruínas, com a força contrária de destruição pelo tempo, pelos efeitos e força da natureza, mas, sobretudo, pela possibilidade de conhecê-los, de saber algo sobre o seu passado que cria um certo encantamento nos alunos. Suas redações, publicadas no documento *Nosso Ofício* (1999), enfatizam esses sentimentos e o valor atribuído ao patrimônio cultural antes e depois de ingressarem na Oficina-Escola, passando a avaliar a importância do patrimônio cultural a partir dos trabalhos realizados nos ofícios de cada um e da visão do trabalho dos outros, através das aulas teóricas.

“(…) É bastante interessante o trabalho de restauração, conseguir detalhar o máximo possível as coisas que foram destruídas por vândalos. O tempo, também deixando suas marcas. Agora já entendo porque demora, anos e anos, para entregar um prédio (...). Trabalhar com restauração requer muita atenção, como por exemplo, pegar a fachada da Antiga Fábrica Tito Silva, que foi feita de reboco mais antigo, com barro, fazer os detalhes, com o processo de um novo tempo” (Aluna de alvenaria, 1999:38).

“Eu era um leigo que muito pouco sabia sobre o centro histórico de João Pessoa. Tudo isso me enriqueceu muito (...). O que mais me emocionou foi a primeira aula, onde descobri e pude olhar um navio no Porto do Capim.” (Aluno de alvenaria, 1999:45).

“A minha cidade é muito rica em patrimônio histórico. Descobri muito sobre a Paraíba. Coisas que nunca ia saber. É muito importante para o paraibano saber de sua origem. Imagine se um dia você estiver na situação em que alguém pergunte sobre a Paraíba e você não souber responder” (Aluno de carpintaria, 1999:47).

“Foi nessas aulas que conheci melhor a história da Paraíba (...) Uma cidade sem patrimônio histórico é como uma pessoa sem passado” (Aluno de carpintaria 1999:52).

“Como disse no início, apesar de não me interessar por plantas e só achar bonito o verde, hoje esse simples verde está me passando muitas coisas, como assumir um compromisso, uma responsabilidade com a profissão. Hoje eu sinto vontade de brigar quando eu vejo alguém quebrando uma planta, principalmente se foi a que eu plantei, porque estou colocando um pouco de mim em cada planta que eu planto (...). Achava que a Oficina-Escola era uma empresa como qualquer outra, mas me enganei. É mais do que isso. Seu nome

já diz tudo: uma Escola, que tem em si a capacidade de formar jovens para o mercado de trabalho e para a vida” (Aluna de jardinagem, 1999:58).

“Vimos quanto as pessoas destruíram esses monumentos, derrubando prédios, fazendo estacionamentos, colocando muitos fios, etc. Mas o mais importante é que existem pessoas que se preocupam com isso. Pessoas decididas a preservar a história de nossa cidade. E essas pessoas estão mostrando como se faz isso. Com muitas dificuldades estão concluindo obras (...). É preciso que nós tenhamos amor em recuperá-los. Cada peça que nós restauramos vemos o quanto é importante nesse trabalho de recuperarmos prédios, ou melhor dizendo, a história de nossa cidade”(Aluno de serralharia, Op. cit. 1999:80).

Diante de todas essas considerações e análises, entendemos que as interações sociais e os conhecimentos adquiridos nessa experiência cotidiana de trabalho e convivência com o patrimônio histórico, além do caráter coletivo e participativo dessa forma de aprender trabalhando, representam novas formas de interação entre patrimônio cultural e cidadão garantindo uma importância singular à experiência de revitalização do centro histórico de João Pessoa. A revitalização, tomada como contexto de educação e trabalho, representa, ao mesmo tempo, a própria concretização da recuperação dos monumentos e a construção da cidadania a partir da gradativa conquista dos direitos sociais e culturais de jovens pertencentes às camadas populares.

Veremos, no capítulo seguinte, como estes mesmos espaços passaram a ser utilizados e reivindicados por segmentos das camadas médias locais, sobretudo, usuários e comerciantes das novas atividades culturais e comerciais instaladas na Praça Anthenor Navarro e no Largo de São Frei Pedro Gonçalves. Incluem-se ainda artistas, comerciantes, profissionais liberais, estudantes etc. que participam dessa reinvenção e realocação do patrimônio cultural e da tradição na cidade de João Pessoa, através da formação de fóruns, seminários e da constituição da Associação Centro Histórico Vivo – Acehrvo e do Projeto Folia Cidadã.

CAPÍTULO 5 - A ASSOCIAÇÃO CENTRO HISTÓRICO VIVO (ACEHRVO) E O PROJETO FOLIA CIDADÃ

5.1. As novas formas participativas a partir da Acehrvo

O processo de *gentrification* em João Pessoa, além de mudar parte da paisagem urbana do bairro do Varadouro, em especial, a Praça Anthenor Navarro e o Largo de São Pedro Gonçalves, motivou a população moradora, consumidores e comerciantes a reivindicarem direitos e a dialogarem pelo centro histórico na mídia, na Assembléia Legislativa, na Câmara Municipal e em diversos espaços públicos. Motivou-a também a agir, tomando iniciativas próprias quanto à criação de programas sociais e formas alternativas de ajuda à população da favela do Porto do Capim. Como vimos anteriormente, após a conclusão das obras da Praça e do Largo de São Pedro Gonçalves, surgiram outras associações civis não-governamentais, que não possuíam vínculos institucionais com a AECI, nem com o governo do Estado ou a Prefeitura. Todavia, foram buscando formas alternativas de participar do processo e de inserir a população moradora e usuária, além dos comerciantes, como sujeitos e agentes da experiência de revitalização.

Além do trabalho que já vinha sendo feito desde 1991 com os alunos da Oficina-Escola, foram criados a Acehrvo e o Projeto Folia Cidadã dentro da Associação Folia de Rua. Essas associações não-governamentais atuam de maneira articulada no centro histórico de João Pessoa, mais especificamente, no bairro do Varadouro e na comunidade Porto do Capim, incorporando novos agentes ao processo, mobilizando parte da população para participar das reuniões e fóruns e estimulando as associações mais antigas, como a Associação de Moradores da Comunidade Porto do Capim e a Associação Comercial.

Em na sua composição inicial, a *Acehrvo* foi constituída a partir da necessidade de que a iniciativa privada recém-instalada na área se fizesse representar no processo de revitalização. Nasceu, portanto, motivada pela necessidade que os membros da equipe técnica da Comissão sentiram de buscar uma forma de dar continuidade ao processo de revitalização iniciado com a Praça Anthenor Navarro. Após anos de esforços para revitalizar o patrimônio cultural de João Pessoa, apoiados muitas vezes apenas pelos técnicos espanhóis e do IPHAN vinculados ao convênio Brasil/Espanha e, esporadicamente, pelo Governo do Estado e Prefeitura Municipal, os membros da equipe técnica não viam continuidade nos usos e na manutenção dos edifícios, praças etc.

Houve também um maior interesse por parte dos comerciantes, moradores, intelectuais, consumidores dos bares e dos shows que se estruturaram na Praça Anthenor Navarro e do Largo de São Pedro Gonçalves, no sentido de desenvolverem uma estratégia de formação de uma entidade e de um fórum para debater e reivindicar a manutenção de uma agenda cultural e melhoria nos equipamentos do bairro do Varadouro, começando pela Praça, depois o Largo e seu entorno, sua acessibilidade e segurança.

A *Associação Centro Histórico Vivo - Acehrvo* e, depois, o *Projeto Folia Cidadã* formaram-se a partir desses mesmos vínculos entre revitalização do patrimônio histórico e formação de associações da sociedade civil organizada que passaram a reivindicar maior participação da população nas decisões sobre a cidade, a partir dos direitos de crianças e jovens de baixa renda. Passou a haver no centro histórico, para além de um *enclave* noturno, uma intersecção de diferentes grupos sociais. Interações se intensificaram em torno do patrimônio cultural, a partir de conteúdos ligados à cidadania e aos direitos culturais.

As novas associações formadas após as obras de revitalização da Praça e do Largo ampliaram a noção de espaço urbano enquanto espaço público, não apenas como lugar de visibilidade e de voz, mas também de ações práticas, de sugestões e busca de alternativas concretas de melhoria da qualidade de vida da população, da infraestrutura do bairro e dos serviços oferecidos à população. Esse processo envolveu não apenas empresários, consumidores de arte, cultura e diversão, mas também os moradores, aqueles que diariamente vivem no bairro, na rua, e que foram tratados nos *planos estratégicos de revitalização* da década de 1990 na Paraíba quase sempre como se fossem invisíveis, quando não responsabilizados indiretamente pelo estado de abandono e degradação dessas antigas áreas centrais da cidade.

Este aspecto do *antigo renovado*, que as reformas do *Hotel Globo* e dos sobrados da Praça Anthenor Navarro e do Largo de São Frei Pedro Gonçalves apresentavam, associado à dinamização das ações de divulgação e de formação de fóruns e locais de debate sobre o centro histórico, criaram o clima propício para que, antes mesmo da inauguração da Praça Anthenor Navarro, no ano de 1997, diariamente, se pudesse ler nos principais jornais da capital que as pessoas já se referiam ao centro histórico. A mídia já se referia ao centro histórico como lugar de diversão, de memória e de um lazer alternativo às praias de João Pessoa.

Entretanto, foi apenas no ano de 2000, após a conclusão das obras da Praça e do Largo e ante um certo retraimento da Prefeitura Municipal e do Governo do Estado com relação às obras de revitalização e dinamização cultural da Praça, que se formou o fórum mais importante da experiência recente de revitalização do centro histórico de João Pessoa: o Fórum para o Desenvolvimento Sustentável do Centro Histórico de João Pessoa. Dele resultou a Associação Centro Histórico Vivo – Acehrvo. Esta, por sua vez, diferentemente dos exemplos da Associação de Empresários do Bairro do

Recife (ABR) (Leite, 2001), do Viva o Centro e da Associação Paulista Viva em São Paulo (Frúgoli, 2000), não se limitou a arregimentar empresários e comerciantes. Significa dizer que não se restringiu a manter o local como ponto atrativo para novos empreendimentos visando a assegurar o sucesso das intervenções públicas já realizadas ou os interesses do mercado (apesar de não se abrir mão da intervenção e dos recursos estatais na dinamização cultural e no subsídio às ações sociais planejadas pelas associações). É nesse sentido o depoimento abaixo:

“Então, isso estimulou a criação da associação, já que você ficou sem ter a quem reclamar, sem ter com quem dividir, para o bem ou para o mal, não interessa. O que interessava era a junção das pessoas, inclusive até hoje, se quiser vir governo do Estado, Prefeitura, governo federal, venha quem vier, venha agora venha pra somar, essa é a idéia. Já que não aconteceu isso, então a entidade teve, as pessoas tiveram que se reunir para tomar a frente desse processo, senão a coisa realmente iria dar pra trás, como se diz, e não haver mais resgate. Porque você chegar até esse ponto é uma coisa, depois ele sucumbir e você retomar isso, é quase impossível eu diria, então está nesse ponto” (Jornalista e presidente da Acehrvo – Associação Centro Histórico Vivo, 16 de janeiro de 2001).

Houve, portanto, além das práticas de *gentrification* em torno do centro histórico, uma politização do debate acerca das reivindicações sobre direitos culturais e pertencimento à cidade. A Acehrvo e, depois, a Associação Folia de Rua com o Projeto Folia Cidadã, não apenas se tornaram as principais interlocutoras dos anseios da população do bairro, como também passaram a ser reconhecidas como indícios de que a população organizada poderia influenciar para garantir a continuidade da revitalização.

O Projeto Folia Cidadã representou, ainda, um contra-uso, uma estratégia dos próprios consumidores e usuários, ao incentivar a permanência da população pobre da favela do Porto do Capim nessa área e desenvolver ações voltadas para a melhoria de vida dessa população, bem como sua inserção no processo de revitalização. Era algo

sempre colocado nos discursos da Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico, mas inexistente como ação efetiva dos técnicos e da própria agência espanhola – AECI, mais voltados para a recuperação dos monumentos históricos e para os jovens da Oficina-Escola, que não são necessariamente moradores do centro histórico. Nesse aspecto, tivemos informações apenas sobre cinco jovens da favela que ingressaram na Oficina-Escola. Um deles, segundo depoimento de sua avó, D. Josefa, foi expulso por indisciplina.

A Acehrvo começou, em junho de 2000, com uma assembléia reunindo pessoas interessadas no centro histórico, sobretudo jornalistas, artistas, produtores de cultura, novos comerciantes e empresários, instalados na Praça Anthenor Navarro e no Largo de São Pedro Gonçalves, além de antigos comerciantes das ruas Maciel Pinheiro e Cardoso Vieira. Passou a ser agente de dinamização da formação de associações civis organizadas ao iniciar o fórum e as discussões que levaram à posterior criação do Projeto Folia Cidadã e às parcerias com o SEBRAE, Associação Comercial e a Câmara de Diretores Lojistas, entre outras entidades públicas e privadas.

A participação na Acehrvo foi sendo gradualmente ampliada com a adesão de moradores, líderes comunitários da favela Porto do Capim, professores universitários ligados a grupos contra a violência urbana, artes, psicologia, arquitetura, serviços social, sociologia, história, arqueologia, turismo. Diversificaram-se os participantes através da realização do Fórum para o Desenvolvimento Sustentado do Centro Histórico. Em paralelo, aconteceram as reuniões e os debates sobre a formalização da associação recém-criada.

Nesse sentido, a Acehrvo realizou o *Workshop Construindo o Futuro*, coordenado pelo SEBRAE, em outubro de 2000, servindo também como espaço para discussão dos problemas do bairro e de sua população usuária, moradora e comerciante

(Anexo, em CD-ROM, ver fotos 107, 108 e 109 da capa de uma publicação com os resultados do *Workshop* e das primeiras reuniões da Acehrvo). Foi um trabalho de quatro meses com reuniões todas as terças-feiras do Hotel Globo ou na sede da Associação Comercial. As ações individuais da população, sobretudo dos comerciantes, artistas, produtores de cultura e moradores da área do Porto do Capim que vieram logo após a revitalização da Praça Anthenor Navarro, se ampliaram com a criação da Acehrvo.

Os moradores da favela Porto do Capim, por exemplo, começaram a subir a Ladeira de São Frei Pedro Gonçalves e a querer participar das reuniões, a questionar a equipe técnica da Comissão sobre os planos para a área do Porto. É preciso observar que, no início, a preocupação maior dos moradores estava voltada apenas para saber se seriam removidos e para onde, causando distorções nos objetivos das reuniões e muitas vezes impedindo um diálogo, conforme expressa o relato abaixo:

“Eu tenho participado de uma reunião aí do centro histórico justamente com as autoridades, com a área de limpeza. Já trouxemos eles aqui, já mostramos a área da maré, muito lixo. Agora tem melhorado mais. Uns seis anos atrás era horrível, nem em sonho o carro passava aqui. Com muita batalha, a gente batalhando de um lado, de outro, conseguimos. A gente busca nas autoridades, faz abaixo-assinados e conseguimos, agora só que eles aparecem mais na época de política, o carro do lixo passava aqui três vezes por semana na época da política, uma vergonha (...) É porque a dificuldade de vida, eles são um pessoal que não acredita muito, uns vão, outros não vão, é assim. Em todo canto a gente tem dificuldades. Trabalho em comunidades sempre é assim” (Moradora da favela Porto do Capim – agente de saúde e líder comunitária, entrevista concedida à autora em maio de 2001).

Mesmo diante das dificuldades de participação de um grupo maior de moradores do Porto do Capim nas reuniões, a líder comunitária afirma que sempre “dá uma passada”, quase diariamente, na sede da Comissão para saber se há novidades sobre o Projeto. Ressalta a participação de outros grupos voluntários ligados à Igreja, como o grupo *Encontro de Casais com Cristo*, que faz doações à população, e a

Pastoral da Criança, responsável pela creche existente no Largo, numa parte da Igreja São Frei Pedro Gonçalves, coordenada pela Arquidiocese. Foi a partir da ação da Igreja Católica na favela que se formou o Centro Comunitário Santa Marta - uma das duas associações de moradores existentes na favela Porto do Capim:

“A gente tem grupos que são grupos voluntários. Os casais é que estão fazendo um trabalho muito bonito aqui e tem um grupo de senhoras que ajuda nessa parte da pastoral da criança. São trabalhos delas mesmo, não é ligado a nenhuma unidade não, é de livre e espontânea vontade delas querer ajudar os outros” (Moradora da favela Porto do Capim, agente de saúde considerada líder comunitária, maio de 2001).

Numa avaliação sobre o Projeto de Revitalização, ela fez o seguinte comentário:

“Já causou muito problema esse projeto aqui porque o pessoal fica de bafafá, não é? Não sabe o que é que está acontecendo, aí fica: Ah! eu não quero, Ah! Eu não vou sair daqui, eu não vou perder a minha casa. Eu disse: gente, quando chegar a hora não vai ser assim, todo mundo vai pegando as coisas e indo embora não, tem pessoas que vem conversar de casa em casa (...). E eu sempre tenho entrado em contato com as meninas aí do centro histórico, Sônia e Rosângela, sobre esse projeto do Largo. A semana passada mesmo eu fui lá e perguntei pra elas se tinha alguma coisa. Mas não tinha nada. Vai Francisco e eu, um rapaz que trabalha junto com a gente na comunidade, vai um Bastos também, é assim um grupo de três, quatro pessoas” (Moradora da favela Porto do Capim, agente de saúde e líder comunitária, em entrevista à autora, em maio de 2001).

Por outro lado, quando observamos a participação dos comerciantes mais antigos do centro histórico, constatamos que eles possuem uma posição ambígua. Afirmam querer mudar o quadro de degradação da área, mas na prática não querem abrir mão de posições ou privilégios tradicionalmente adquiridos e, de certa forma, também apresentam resistência ou desinteresse em participar do fórum e da Acehrvo. Em várias ocasiões, desde 1987, os comerciantes criticaram ou provocaram conflitos

com os órgãos do patrimônio e da Prefeitura Municipal que tentaram implantar a revitalização da Praça e do Largo, conforme ilustram os relatos a seguir:

“Entre os comerciantes, de certa forma, existia uma certa preparação para isso, porque desde a implantação do Projeto, em 1987, já se identificava a Praça Antenor Navarro como um elemento importante na cidade baixa. Ainda no início, a equipe que implantou o Projeto chegou a ter algumas discussões com a Associação Comercial, nesse sentido. Só que no momento, como a Maciel Pinheiro não enfrentava nenhum problema do ponto de vista econômico, de comércio, os comerciantes pouco se interessaram e algumas reuniões, em alguns relatos, chegaram a ser até agressivos. Eles achavam que a questão do patrimônio estaria, de certa forma, cerceando o direito de propriedade deles. Então, no início, eles foram, radicalmente, contra. A nova situação da Maciel Pinheiro, quase dez anos depois, levou a que eles fossem os primeiros a dialogar sobre essa questão do patrimônio e, é claro, a questão econômica da Maciel Pinheiro. Então, foi o primeiro grupo que se articulou nesse sentido, já em função da própria campanha eleitoral. Claro que vieram depois outros grupos como os artistas, os promotores culturais, que são grupos que estão mais em interação com o tema patrimônio. Os comerciantes, de cara, não tinham a visão mais ampla da questão do patrimônio. Eles sabem que a área está perdendo poder econômico, quer dizer, o imóvel deles está se desvalorizando, o comércio deles está se enfraquecendo e precisam de alguma forma se safar dessa situação” (coordenador adjunto da Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa, em 11 de maio de 2000).

“O Fórum que a gente começou a construir, a criar esse fórum, acho que ele tem realmente que se fincar como uma coisa permanente. Ele tem que se estruturar como uma coisa permanente, porque é a partir dele que entra a Associação, a Acehrvo, entra a Comissão do Centro Histórico, entra a API, IAB, todos os institutos, todas as entidades podem estar inseridas dentro do fórum. E o fórum vai ter um papel fundamental nisso por que, a partir dessas entidades unidas, o fórum pode cobrar das pessoas a participação: venha visitar, venha assistir uma reunião do fórum, todo esse povo aqui. Tem tanta loja que hoje ainda não vem, e a gente está aqui pra isso: pra levantar cada vez mais isso aqui” (Comerciante nova, 12 de dezembro de 2000).

Os relatos dos membros da diretoria e participantes do fórum que constituíram a Acehrvo se baseavam numa “responsabilidade de todos” os que vivem e trabalham ou circulam pelos bares e shows do centro histórico, sobretudo, por ser essa área considerada representativa da origem e das raízes culturais da cidade, ou de momentos áureos da capital paraibana. Fundamentavam-se, também, numa crítica da atuação da

Prefeitura e do Governo do Estado por abandonarem o centro da cidade, conforme se observa no depoimento abaixo:

“Todos nós somos responsáveis, todo mundo que está aqui, a cidade é responsável pelas melhorias no Varadouro porque foi aqui que nasceu João Pessoa e acho que a gente precisa dela. Mas acredito que os poderes públicos, Prefeitura e Governo do Estado poderiam dar um pouquinho mais de atenção porque eles têm como fazer isso, eles têm como chegar aos recursos. E a gente fica a vontade, mas cada um pode fazer sua parte da maneira que for. Eu posso fazer um folder pra divulgar uma atividade que vai ..., Bob pode promover um evento, todo mundo pode fazer alguma coisa. E a Comissão do Centro Histórico tem um papel fundamental também, porque, além de tudo, ela fiscaliza isso aqui” (Comerciante em entrevista concedida à autora, em 12 de dezembro de 2000).

Na posse da diretoria da Acehrvo, em março de 2001, estavam presentes representantes de diversas instituições políticas e culturais da cidade, de outras associações civis da capital e representantes da Agência Espanhola e do Governo Espanhol. Na ocasião, o representante do IPHAN na Paraíba fez o seguinte pronunciamento:

“A Acehrvo é a sociedade organizada se apropriando daquele espaço urbano que, até então, era visto apenas por alguns poucos, por quem trabalhava institucionalmente naquela área. Recentemente numa visita da diretora do programa de cooperação da Espanha, tivemos a oportunidade de assistir a posse da diretoria da Acehrvo, ela me confidenciava que voltava para a Espanha mais tranqüila. Nas vezes anteriores, tinha vindo aqui para visitar obras, progressos de obras, programas meramente técnicos e sempre sentia a falta desse envolvimento, ou seja, o trabalho estava sendo feito e não estava sendo apropriado pela comunidade, não estava servindo, não era servido pela comunidade. E dessa vez ela volta mais tranqüila e com mais disposição, inclusive, para empreender outras iniciativas por parte do governo espanhol, quando vê que, de forma brilhante, de forma entusiástica, aquele grupo que representa a comunidade está se envolvendo nesse processo, está lutando, brigando, cobrando, isso pra ela estava faltando ver coroadado o programa espanhol. E ela vê como uma saída, ou seja, uma saída mais legítima que não é uma coisa impositiva, As ações que venham a ocorrer agora têm de passar inevitavelmente pela Acehrvo como representante mais autêntico daquele espaço” (Entrevista concedida à autora em 28 de março de 2001).

Como forma de atuação, a Associação Centro Histórico Vivo procurou atuar de maneira diferente do que se vinha fazendo até então, quando observou que os órgãos

de preservação pareciam não acreditar no poder do diálogo, mas muito mais na repercussão das obras monumentais depois de restauradas (como afirmou anteriormente a diretora da Oficina-Escola). Em meados da década de 1990, a Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico modificava essa forma de atuação, ao fazer campanhas alertando a população para a situação de abandono e degradação do patrimônio público e do bairro mais antigo da cidade, além de incentivar a formação da Achevro e de outras associações civis.

É preciso entender essa posição da equipe técnica da Comissão, considerando-se o descaso das autoridades com a própria equipe técnica e com o Projeto de Revitalização. Diante disso, mudava a forma de atuação como recurso até de sobrevivência da equipe técnica e do Projeto de Revitalização que, à exceção da Oficina-Escola, pouca repercussão havia causado na população. A equipe técnica deixou de esperar pelos recursos e ações dos poderes públicos e passou a buscar a participação popular e o apoio de outros segmentos sociais e da iniciativa privada, atuando como cidadãos, unidos por um objetivo comum.

Entretanto, a maior divulgação na mídia e as obras de revitalização da Praça Anthenor Navarro e do Largo de São Pedro Gonçalves¹¹⁵, incluindo as descobertas

¹¹⁵ As obras do Largo de São Pedro Gonçalves foram executadas já com os recursos do Prodetur-NE, inseridos no projeto de desenvolvimento turístico do Estado da Paraíba junto com as pesquisas arqueológicas realizadas pela Fundação Seridó entre março e maio de 2000. Estas últimas têm apresentado uma evolução nos estudos com verdadeiros documentos históricos e pré-históricos da evolução urbana de João Pessoa, muitos deles ainda sem registros na literatura e historiografia paraibana, como o que sugere a existência de uma igreja ou capela dedicada a São Frei Pedro Gonçalves anterior à segunda metade do século XIX, provavelmente do século XVII, à semelhança da existente em Recife construída no século XVI e dedicada ao mesmo santo dos marinheiros e pescadores, ambas localizadas próximas ao porto. Outro ponto é que, como afirma Martin e Pessis (2002: s/p), a continuidade das escavações pode aumentar o conhecimento sobre a relação indígena/europeu, que foi essencial nos primeiros momentos de existência da cidade de João Pessoa, ou seja, entender como o espaço era utilizado pela comunidade indígena e como se produziu a implantação europeia no mesmo espaço. E, ainda, as especulações em torno da existência dos resquícios de uma cidadela definida por uma muralha, suposto lugar de origem da cidade de Filipéia de Nossa Senhora das Neves, soterrada sobre as construções e ruas que formam a Praça Anthenor Navarro e o Largo de São Pedro Gonçalves. Entretanto, estas últimas especulações causaram polêmicas entre historiadores paraibanos e a própria Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico, após um período de euforia com as

arqueológicas de uma suposta *cidadela* - uma fortificação dos primórdios da formação da cidade de João Pessoa, efetivamente ampliaram a visibilidade do centro histórico junto aos poderes públicos locais e à própria população. As descobertas arqueológicas provocaram uma divulgação diária com manchetes nos jornais e visitas de representantes de entidades nacionais e internacionais ligadas ao patrimônio. Provocaram também uma maior participação nas reuniões da Acehrvo e do Fórum, com a presença de políticos e autoridades locais, a partir de julho de 2000, após as pesquisas arqueológicas na Igreja de São Pedro Gonçalves. O fato causou também discussões internas na Acehrvo quanto à representativa da mesma e à possibilidade de ampliar a participação na associação, incorporando órgãos públicos. Este foi exatamente o momento em que a associação discutia a formulação de um estatuto e sua oficialização como entidade civil sem fins lucrativos. Alguns trechos de uma das principais reuniões sobre essa representatividade merecem destaque:

“Só pra esclarecer, eu trabalho na Comissão do Centro Histórico, mas estou aqui como cidadã. A prefeitura ou o governo do estado estando presentes aqui, Walter falou que convidou a prefeitura, convidou o prefeito. Eu acho que agora não é prefeito aqui. Ele pode vir como o cidadão Cícero Lucena aqui, preocupado com a cidade, com o centro histórico, porque essa associação é que vai cobrar um dia do governo do estado, da prefeitura, do IPHAN, do IPHAEP. Ele pode até como cidadão participar da associação, se fosse isso seria uma maravilha, não é?” (Arquiteta da Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico – Reunião no Hotel Globo em 11 de julho de 2000 – Fórum de Debates sobre o Desenvolvimento Sustentável do Centro Histórico).

Assim, alguns discutiam se era uma associação formada por pessoas físicas interessadas no centro histórico e sua sustentabilidade e se essas pessoas iriam

descobertas arqueológicas que poderiam mudar o rumo da revitalização do patrimônio cultural de João Pessoa. Descobertos resquícios dessa muralha em julho de 2000, as prospecções arqueológicas se intensificaram sob a orientação dos pesquisadores da Fundação Seridó. Em abril de 2001, novos achados foram descobertos agora referentes à existência de uma Capela de São Pedro Gonçalves, datada provavelmente do século XVII e mais de cinco mil fragmentos ou elementos arqueológicos que continuam sendo analisados e catalogados na perspectiva de se encontrar novos vestígios da relação indígena/europeu nos trópicos, no início da colonização.

influenciar as ações do Governo do Estado e da Prefeitura para o centro histórico de João Pessoa ou se a associação seria mais uma entidade ligada ao Governo do Estado e à Prefeitura atuando na área. Nesse sentido, destacamos alguns trechos das discussões dessa reunião da Acehrvo, realizada no dia 11 de julho de 2000:

“O que eu estava pensando era que fosse um proposta de uma associação de pessoas, pessoas físicas, interessadas em fazer uma interlocução com esses setores, porque se você misturar as duas coisas...” (Professor da UFPB).

“É preciso esclarecer que são duas coisas distintas, mas que precisam existir: a associação é uma entidade de pessoas, não-governamentais, ela tem que existir como instância legal para poder dialogar com as outras instâncias de poder. É isso que nós estamos construindo. Agora, a associação da sociedade organizada que tem esse nome de Associação Centro Histórico Vivo, que vai estar com a sua condição de entidade jurídica regulamentada etc e tal, é uma instância que está puxando um fórum, que aí é o que as pessoas talvez não estejam despertando. Um fórum não é só uma coisa da sociedade organizada, o fórum que em todos os outros centros do país que estão dando certo, o fórum significa: a sociedade organizada, que somos nós, mais as outras instâncias de governo, o judiciário, o legislativo, o ministério público, o governo municipal, estadual, federal. E aí, neste fórum, de diferenças de atribuições, a gente vai buscar construir ações pactuadas para as várias instâncias de infra-estrutura, etc. Nós não estamos aqui fazendo o papel de governo e prefeitura, nós estamos construindo legalmente, do ponto de vista político e jurídico, uma entidade da sociedade organizada para dialogar com as outras instâncias e o fórum é indispensável” (Jornalista, produtor de cultura e primeiro presidente da Acehrvo).

Após uma longa discussão sobre o estatuto e a finalidade da associação, definiu-se o seguinte:

“Sob a denominação de Associação Varadouro Vivo, fica instituída a sociedade civil, de direitos privados, autônoma e sem fins lucrativos, de duração indeterminada, aberta à ampla e irrestrita participação de pessoas, identificadas com os objetivos constantes neste instrumento. Eu acho que a gente não tem mais o que discutir, é uma associação de pessoas, não tendo representação de órgãos políticos” (Professor da UFPB).

Outras pessoas presentes na reunião definiam suas participações como cidadãos e não como representantes de órgãos públicos/privados ou de entidades. Alegavam

apenas o interesse afetivo ou sentimental com o patrimônio histórico ou com a cultura e a história que eles evocam:

“Eu participo como cidadão, mas isso não impede que no fórum eu participe como funcionário dos correios. Eu como cidadão atuo na minha empresa de tal modo que eu beneficie a cidade como um todo” (Funcionário da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos da Paraíba).

“Essas questões são importantes porque a gente no caminho dá uma demonstração da diversidade que nós somos, e é importante que haja a construção pondo os conflitos, para que a gente construa, como construímos agora o consenso. Então, me parece que está claro agora que a associação vai continuar sem a interferência ou inclusão de ninguém do governo, nem de canto nenhum, vamos encaminhar o processo para regulamentação formal. E o fórum vai existir de uma maneira política, suprapartidária, plural ou seja qual for o adjetivo, é este fórum que o SEBRAE está se dispondo a dar sua contribuição nesse fórum, buscando levantar esses dados aí: as questões do futuro, futuro 2002, da infra-estrutura, o desenvolvimento artístico, cultural, empresarial, educação básica e cidadania” (Jornalista e produtor de cultura).

Percebe-se a importância que a Achevro passou a ter justamente num momento de efervescência política em torno do centro histórico e a partir da adesão de setores das camadas médias que começaram a participar do fórum e da associação. Nessa mesma reunião de 11 de julho de 2000, houve um momento em que os participantes foram convidados a se apresentarem e dizerem porque estavam ali e desejavam participar daquele movimento pela revitalização do centro histórico. Os principais trechos, selecionados a seguir, mostram uma diversidade de interesses:

“Vim por convite de Miranda, sou ligado ao centro histórico porque meus pais tiveram empresas há muitos anos atrás”.

“Sou engenheiro e trabalho nos correios há mais de 20 anos, também preocupado com a preservação do patrimônio histórico dos correios porque é uma edificação importante”.

“Ator, sou ligado à UFPB, sou técnico da Universidade na área de extensão cultural, tenho ligação agora com o Projeto da Escola Piolim, sediado no antigo Engenho do Paú, aqui ao lado da Bica, onde se desenvolve um trabalho com a direção de José do Nascimento e Eliete Sarmiento. Sou um dos fundadores do projeto Folia de Rua, tenho um Bloco que sai daqui do centro histórico, o Bloco Cafuçu. Sai da Praça do Bispo há três anos e vem até a Praça Anthenor

Navarro, um dos motivos de eu estar aqui participando dessa Associação para revitalização do centro histórico”

“Advogada e, juntamente com um componente do IPHAN e Romualdo que chegou. Nós vamos elaborar o estatuto e transformar a organização numa organização civil”.

“Escolhi o centro histórico exatamente pra trazer atividade pra cá. Seria cômodo, o preço é o mesmo ou até superior ao de uma sala na praia. Belíssima ali, olhando pro mar, mas eu escolhi o centro histórico porque se eu trabalho com cultura, produzo bandas de música, grupos de teatro, é do meu interesse, sou amiga de Bob, então, estou aqui todo dia conversando, o SEBRAE cultural está aqui. Então, eu pago um aluguel mais alto do que o de uma sala de frente para o mar, para estar no centro histórico. Bob se empenhando, Cacá Santa Cruz com o bar dele, como ele disse” (Proprietária de uma produtora de vídeo instalada no Largo).

Já os moradores do Porto do Capim interessavam-se, sobretudo, para saber o que seria feito de suas casas, se seriam removidos e para onde. Ou seja, queriam estar informados sobre os rumos do *Plano Estratégico de Revitalização para o Porto do Capim e Varadouro* que escutavam falar havia anos, mas cujas ações não se efetivavam. Para o jornalista Fernando Moura, então presidente da Acehrvo, a união dessas pessoas dava-se em torno de interesses diversos, embora todos convergissem para a revitalização do centro histórico:

“A Acehrvo foi um resultado natural da chegada dessas pessoas que tinham essa preocupação, tinham essa perspectiva e tinham essa ilusão, digamos assim, de que isso aqui poderá vir a se transformar num centro vital do processo cultural, do processo histórico, do processo artístico. Foi necessário um ano pra que isso ocorresse. Até porque não era interessante você ter uma entidade com um tipo de segmento. Aquele tipo de segmento que está disposto a fazer tudo para que isso alcance um patamar ideal. Era preciso incorporar pessoas, inclusive, que já moravam na região, que já trabalhavam na região e até pessoas que questionavam essas pessoas. Inclusive, nós conseguimos atrair a Associação Comercial, alguns elementos da Associação Comercial, um ex-presidente da Associação Comercial hoje é vice-presidente da Acehrvo. Isso aí já é uma alcunha, digamos assim, dentro de alguns focos de resistência. E a entidade surgiu dessa forma, com o princípio da pluralidade permanente. Isso tem que haver, porque existem mil interesses em jogo e a necessidade de se cobrar, de se buscar e de se coletar a estrutura necessária pra que isto aqui tenha o mínimo possível para que a iniciativa particular, privada, possa se chegar: iluminação, segurança, transporte, limpeza urbana etc. Então, a entidade vai ter,

também, esse papel. É uma entidade privada, mas com um cunho político-público. Ela vai ter essa função” (Jornalista e presidente da Acehrvo, em 16 de janeiro de 2001).

As formas de atuação e as estratégias utilizadas se basearam, portanto, na união das pessoas em torno de interesses e de sonhos comuns ligados a um lugar da cidade, a um espaço urbano transformado em lugar público no qual as interações sociais se intensificaram e as sociabilidades se articularam através de diálogos, “de muita conversa”, como afirmou o presidente da Acehrvo. Essas interações ocorreram também, de maneira lúdica, através das festas e demais atividades culturais e de diversão promovidas no centro histórico de João Pessoa. Para o presidente da Acehrvo, as perspectivas para 2001 iam além de abrir diálogo com outras entidades e associações da cidade:

“Aglutinar as pessoas, mostrar as pessoas a necessidade disso aqui, as pessoas eu digo a comunidade, por que o centro histórico aqui ele é vasto. Todo o comércio ativo do centro da cidade está dentro do centro histórico. Então, você imagine a carga de trabalho que se tem e é um trabalho que não vai ter fim, mas de qualquer forma, o grau de dificuldade neste momento é mostrar a existência da entidade, o que ela se propõe, o que ela quer e o que ela pode fazer. E as pessoas se convencerem de que isso é importante. Ir para o rádio, a televisão, os jornais, visitar as pessoas, ir de rua em rua, pegar as lideranças e até eleger uma pessoa e dizer: olha, você vai ser um fiscal dessa rua, entre aspas, vai ser o elemento de ligação, porque todo mundo tem uma atividade, todo mundo está muito ocupado, não tem condições de estar o tempo todo em todo canto. Então, a gente vai pegar um morador antigo de uma rua que tenha esse perfil de preocupação com esse processo, vai pegar essa pessoa e dizer: fica aqui de olho, traga os problemas pra cá, encaminhe as soluções, converse com as pessoas. Vamos tentar fazer um grande mutirão com todo mundo que estiver interessado, mas para isso elas precisam primeiro tomar conhecimento que a entidade existe” (Jornalista e presidente da Acehrvo, em 16 de janeiro de 2001).

Sobre a participação de políticos na Associação, o então presidente esclarecia:

“Tem três ou quatro, mas efetivamente nenhum. Você não tem um que tenha dito: essa bandeira é minha. Inclusive há intenção da entidade de ir conversar com a Câmara, de ir conversar com a Assembléia e tentar convocar essas pessoas, até a instituição. Que não venha particularmente nenhum parlamentar

destes, mas que venha a instituição, a Assembléia e a Câmara. Eles têm responsabilidade tanto quanto as pessoas que estão aqui, afinal de contas isso aqui é a cidade e eles representam a cidade. Então, a gente vai exigir a participação das instituições, de uma forma geral, não especificamente de parlamentares” (Jornalista e presidente da Acehrvo, em 16 de janeiro de 2001).

Como se observa, a principal forma de atuação da Acehrvo tem sido o diálogo, a discussão pública sobre os problemas do centro histórico. Entretanto, como veremos no item 5.4, outras formas de organização de indivíduos e grupos sociais se desenvolveram a partir das reuniões na Associação Centro Histórico Vivo. Foi o caso do *Projeto Folia Cidadã* – que vem também atuando de forma efetiva no sentido de incentivar a inserção dos moradores da comunidade Porto do Capim no processo de revitalização.

5.2. Novos atores e formas de sociabilidades: o Projeto Folia Cidadã

O *Projeto Folia Cidadã* surgiu vinculado à Associação Folia de Rua, que é uma entidade civil, sem fins lucrativos, de utilidade pública, criada como um movimento dos artistas e moradores do bairro de Miramar (bairro de classe média de João Pessoa localizado próximo à avenida Epitácio Pessoa - eixo de ligação centro-orla marítima), no sentido de fazerem um resgate do carnaval de rua na cidade. Formava-se, assim, em meados da década de 1980, o Bloco de Carnaval *Muriçocas do Miramar*, o mais conhecido da cidade, e que passou a reunir nas quartas-feiras anteriores ao Carnaval (nas prévias carnavalescas) milhares de pessoas, estimadas em cerca 150.000, pelas ruas da cidade, desfilando ao som de frevo e marchinhas carnavalescas. Dentro do *Muriçocas de Miramar*, foram criados diversos blocos pequenos. Posteriormente, sentiu-se a necessidade de uma melhor organização, sendo criado, quinze anos atrás,

um movimento que resultou na Associação Folia de Rua. Segundo sua presidente, entre 2000 e 2001, era “um ideal, queria chegar a um ideal de resgatar o carnaval de João Pessoa, essa foi a finalidade do movimento. Por isso que houve esse movimento em torno da revitalização do carnaval”.

Após as prévias carnavalescas de 1996 e 1997, que já se concentraram em parte na Praça Anthenor Navarro e no Largo de São Pedro Gonçalves, começou a surgir no imaginário dos que faziam o Carnaval Folia de Rua a possibilidade de unir o resgate do carnaval de rua com outro movimento: a revitalização do patrimônio cultural da cidade de João Pessoa. Em 1997, quando começaram as obras da Praça Anthenor Navarro, já se anunciava nos jornais da capital que mais de duas mil e quinhentas pessoas haviam participado das prévias carnavalescas realizadas no centro histórico. Porém, foi através do *Fórum para o Desenvolvimento Sustentável do Centro Histórico* e da *Acehrvo*, nos anos 2000 e 2001, que as ações da Associação Folia de Rua se ampliaram no sentido de inserir a população pobre da favela do Porto do Capim nesses movimentos de resgate do carnaval e de revitalização urbana. Esse trabalho era associado à perspectiva de se alcançar e defender uma cidadania para crianças e adolescentes que residiam na favela, como afirmou o presidente da Associação Folia de Rua:

“A partir de agosto de 2000, nós decidimos pôr em prática alguns projetos ligados ao resgate da cidadania, projeto social, que já existia no imaginário de quem faz o Folia de Rua. Então, decidimos pôr em prática isso e, desde o ano passado, começamos a desenvolver o Sopão da Folia, que é um projeto social, é cultural/social, porque a gente leva para as comunidades de baixíssima renda um show de artistas que fazem o Folia de Rua, que fazem a cultura da cidade, cantando músicas de artistas da terra. Paralelo a isso, a gente vem desenvolvendo o Folia Cidadã, que é um projeto de resgate da cidadania, um trabalho que começou a ser desenvolvido no começo do ano passado com adolescentes e crianças daqui do Porto do Capim, visando o resgate da cidadania através da arte. Então, a gente está fazendo por enquanto Oficinas de arte, para estimular e levantar a auto-estima dessa comunidade. Olhe o que a gente visa: formar orquestras, transformar estas crianças e adolescentes em adultos com uma profissão voltada para a arte que tem tudo a ver com a comunidade aqui perto do centro histórico onde já se desenvolve todo um

projeto cultural. E que vem crescendo, principalmente depois que se começou a fazer a revitalização. Então, a gente vê que é importante essa comunidade que está agregada ao centro histórico ser trabalhada em educação, saúde e cultura” (Entrevista concedida à autora em setembro de 2001).

Através da Acehrvo, os membros da nova diretoria da Associação Folia de Rua se incorporaram ao Fórum para o Desenvolvimento Sustentável do Centro Histórico e entraram em contato com os líderes comunitários da favela Porto do Capim. Passaram a inscrever crianças e adolescentes nas primeiras oficinas criadas, ainda de modo improvisado. As duas principais associações existentes na favela, a Comunidade Santa Marta e a Associação de Moradores da Comunidade do Porto do Capim, apoiaram a iniciativa da Associação Folia de Rua. Nesse sentido, a primeira cedeu espaços de sua sede para que ali se desenvolvessem as primeiras oficinas de arte, já que não existia um local específico para tal (posteriormente a CBTU – Companhia Brasileira de Trens Urbanos, que funciona próximo à favela, cedeu um galpão e as atividades passaram a se desenvolver nesse novo local).

A Associação Folia de Rua buscou também as escolas, procurando divulgar o Projeto, considerando-se que uma das diretrizes definidas, desde o início, era de que as crianças para participassem das oficinas de arte deveriam estar regularmente matriculadas na escola e com acompanhamento de notas (ver arquivo de fotos, anexo em CD-ROM. As fotos 110 a 116 mostram as atividades e apresentações da Associação Folia de Rua e do Projeto Folia Cidadã no ano de 2001). Os membros da Associação Folia de Rua acreditam que estão contribuindo para a revitalização do centro histórico em duas dimensões:

“Essa contribuição acontece não apenas atuando junto à população pobre da favela, mas, também, desenvolvendo os projetos que a gente já desenvolve aqui. Por exemplo, a abertura do Folia de Rua, quando alguns blocos do Folia de Rua, a exemplo dos blocos do Cafuçu. Na abertura já têm Anjo Azul, Pinguim e Picolé de Manga. O Cafuçu já trás mais de cinco mil pessoas, com orquestra de

frevo pelas ladeiras aqui do centro histórico. Acho que isso trás a população, chama a atenção da população que começa a conhecer o centro histórico e a valorizar. E esse trabalho também, com as crianças e adolescentes. Eu acho que é o mais importante, a maior contribuição que o Folia de Rua pode dar ao centro histórico, a revitalização do centro histórico, a valorização dele, é fazer esse trabalho com essas crianças que são crianças que circulam pelo centro histórico. Inclusive, ensinando a história, que eles não conhecem. Eles pisam, andam pela história e não sabem o que é que está acontecendo” (Ex-presidente do Folia de Rua em entrevista à autora, outubro de 2001).

As apresentações da Folia de Rua no Carnaval e as demais atividades culturais promovidas pela Prefeitura e pelo Governo do Estado na Praça e no Largo revitalizados traduzem-se em esforços, no sentido de transformar o Varadouro em um local onde se pode ter contato com a cultura popular paraibana. Mais do que isso, o vínculo entre patrimônio edificado/restaurado e as expressões imateriais do patrimônio cultural configura uma tentativa de realocação e de afirmação de uma tradição através da qual se busca reinventar a centralidade de um espaço da cidade. É uma forma de tentar reconstruir os nexos entre identidade e lugar, no contexto da sociedade contemporânea. Isto, numa expressão utilizada por Certeau no artigo “Os fantasmas da cidade” - publicado na revista francesa *Architecture intérieure/Crée*, 1983, representaria uma forma de *estriar* os espaços *lisos* da cidade¹¹⁶, atribuindo-lhes significados tradicionais.

¹¹⁶ Essa distinção entre espaços *lisos* e *estriados* foi elaborada por Deleuze e Guattari (1997:184) e apontada nesse artigo de revista, por Certeau, com relação às ruínas restauradas pelo patrimônio francês na cidade de Paris. Ele ressaltou a capacidade dessas políticas de selecionar bens culturais representativos da memória das tradições da nação e relacioná-las com a possibilidade de fixar pontos que orientam itinerários, demarcam trajetórias e criam lugares, pontos na superfície de uma cidade aparentemente homogênea. Os espaços *lisos* e *estriados* se distinguiam, tendo em vista que os *estriados* subordinariam os trajetos aos pontos, enquanto que os *lisos* estariam condicionados ao percurso. Esses espaços *estriados* poderiam ser exemplificados nos bairros históricos do patrimônio que se transformariam em “fantasmas do passado”, falando de um passado cuja existência estaria desprovida de atualidade. Acentuava-se uma dimensão alienada do patrimônio, um fetichismo das tradições, também apontado por Giddens (1997), com relação à transformação do patrimônio em *reliquias* na sociedade pós-tradicional. Essa transformação aconteceria quando os costumes locais perdem suas conexões com o presente e tendem a subsistir como uma ‘*reliquia*’. A principal consequência seria a perda da relação afetiva com o lugar ao se transformar em um ícone do passado.

Essa *relocalização* incidiu sobre os significados das práticas culturais do bairro, fazendo com que o seu patrimônio subsistisse como *reliquia* (Giddens, 1997: 127), considerando-se a perda de sua conexão afetiva com os costumes locais do bairro. É preciso observar que o bairro sempre foi desprovido dessas manifestações socioculturais, haja vista que foi historicamente convertido em espaço predominante das atividades comerciais atacadistas e varejistas da cidade. Assim, para os grupos de arte e de cultura popular que se apresentavam no centro histórico, bem como para as pessoas que o freqüentavam, a Praça e o Largo eram não apenas uma boa vitrine, ou seja, um local de grande visibilidade e de possíveis contratações para os grupos de artistas regionais, mas também um lugar cuja forma poderia reinventar a centralidade do centro histórico e, em especial, do bairro do Varadouro.

Entretanto, a realidade era que os moradores da favela do Porto do Capim circulavam, durante o dia, pelas calçadas da Praça e do Largo com maior desenvoltura do que à noite - quando ficavam apenas observando os preparativos para os grandes e pequenos eventos -, como se entendessem que a única apropriação possível fosse o olhar à distância. As representações que os freqüentadores faziam de si e dos outros estavam fortemente marcadas pelas possibilidades de acesso a padrões culturais de consumo, cujos limites emergiam da transformação do patrimônio em mercadoria cultural. Enobrecidas as antigas edificações, estas pareciam ficar mais distantes do cotidiano dos moradores do bairro. A resposta de uma moradora da favela, quando a questionamos, durante uma entrevista, se ela participava à noite das festas e dos bares do local, foi a seguinte:

“Não, porque ninguém vai sair daqui para ir à Praça Anthenor Navarro. Não tem nem lógica de sair um povo daqui para se sentar ali. Eu acho que não tem nem como sentar ali, por que ali só dá mais um pessoal assim... Pra começar as músicas dali são mais umas músicas para quem gosta. Aquela música mais assim... não sei explicar, aquela música mais... Bom, vou falar bem no popular:

que pobre não gosta, porque o que a gente gosta mesmo, o que o pessoal gosta mesmo, é de um forrozinho, uma batucadazinha, essas coisas assim. E ali só sai mais... eu não sei de que origens bem direito são aquelas músicas, mas eu acho que são músicas para quem gosta de clássico. Acho que ninguém entende, às vezes, nem direito o que é que eles estão cantando ali” (Moradora da favela e comerciante ambulante de frente da Rodoviária, em fevereiro de 2001).

Apesar do discurso de inclusão dos moradores da favela no processo de revitalização em curso no bairro do Varadouro, percebia-se a forma como se operavam as categorias conflituosas de interação, onde as faces da exclusão ganhavam forma e visibilidade. Deste modo, se, durante o dia, as ações da Associação Folia de Rua, em especial com o Projeto Folia Cidadã, significavam uma tentativa de inclusão dessa população pobre no processo de revitalização com um trabalho desenvolvido com as crianças e adolescentes da favela do Porto do Capim, durante a noite, a Praça, o Largo e as calçadas iluminadas e enobrecidas, e até mesmo o gosto musical dos frequentadores, pareciam querer lembrar aos moradores da favela que uma realidade de abandono nem sempre se apaga com cores vivas. Assim, quando questionada sobre o que mudou no Porto do Capim com a revitalização da Praça e do Largo, uma moradora da favela afirmou:

“Aqui no Porto do Capim não mudou nada. A única coisa que mudou aqui mesmo foi que os prédios que estavam fechados, abriram todos em casas comerciais. Tinha muito prédio fechado, muito prédio abandonado, mas agora estão todos funcionando. E a Praça Anthenor Navarro que está muito bonita, está linda, porque aquilo era muito feio. Também mudou aquela pracinha enfrente a estação, porque ali só tinha aquelas barraca tudo desorganizada, ficou muito bonita. O que mudou mais foi para aquele lado de lá. Agora aqui no Porto do Capim, não mudou nada. Está tudo do mesmo jeito!” (Elizângela Almeida, entrevista dada à autora em fevereiro de 2001).

Entretanto, durante as festas de carnaval de rua, passou a haver maior participação popular, tanto em termos da musicalidade quanto em relação ao acesso de diferentes grupos sociais. O carnaval e a festa do São João, com o concurso de quadrilhas, passaram a contar com a participação da população de baixa renda do

bairro e da cidade como um todo. Nessas prévias carnavalescas e nas festas de São João, era possível ver milhares de pessoas circulando pelo bairro, em seus becos, ladeiras, praças e largos, de maneira indiscriminada. A partir do momento em que os moradores da favela Porto do Capim começaram a vender comidas, bebidas e pipocas em seus carrinhos improvisados, iniciava-se um comércio ambulante na Praça e no Largo, configurando-se um *contra-uso* utilizado pelos moradores pobres do bairro do Varadouro e imediações. Essa atividade era desenvolvida, não só nos dias de festas populares, mas também nos dias normais, à noite, quando as luzes se acendiam e os bares começavam a funcionar.

Desse modo, as ações do Projeto Folia Cidadã foram se consolidando a partir de 2001, ajudando a dinamizar as festas. Entretanto, havia outro objetivo, que era fazer algo mais, oferecer às crianças e adolescentes, moradores da comunidade Porto do Capim, um espaço de formação artística e de incentivo cultural, buscando uma articulação permanente com a escola, a família e a comunidade. Segundo o documento *Relatório de Atividades de 2001*, da Associação Folia de Rua, o Projeto atendeu nesse ano 60 crianças e 27 adolescentes com oficinas de percussão criativa, técnica vocal, artes plásticas/cênicas, oficina de fabricação e reciclagem de papel e com o curso de *Anfitrião Mirim*. Todas essas ações têm como eixo central a tradição cultural do carnaval de rua e uma relação entre arte e educação.

Inicialmente, as oficinas atendiam apenas crianças, passando em 2001 a incluir adolescentes entre 14 e 18 anos incompletos, já havendo o propósito de se ampliar o Projeto para atender também maiores de 18 anos, considerando-se a demanda desses jovens no bairro. As crianças aprenderam a fabricar diversos instrumentos de percussão, utilizando material de sucata, trabalhando a criatividade e a musicalidade. Aprenderam as técnicas de pintura e artes cênicas num trabalho coletivo que resultou

num teatrinho de bonecos confeccionados pelas próprias crianças. Foram instruídos a executarem as falas dos personagens procurando partir do cotidiano vivenciado por eles mesmos. Elaboraram ainda os adereços e os estandartes e bonecos do Bloco Folia Cidadã - criado a partir desse Projeto e que se apresentava durante as prévias de carnaval e em outras festividades no centro histórico. A primeira apresentação ocorreu na escadaria da Igreja de São Frei Pedro Gonçalves e na sede do Bloco Folia Cidadã no encerramento das atividades de 2001. Outro grupo que passou a trabalhar com fabricação e reciclagem de papel foi formado por adolescentes entre 14 e 16 anos. Procuravam atuar como um grupo de produção que aprendia as técnicas de fabricação do papel a partir da matéria-prima, como tronco de bananeira, reciclagem de jornais e papel machê. Além disso, o grupo passava a ter noções de como comercializar os objetos produzidos (ver anexo em CD-ROM, fotos 117 e 118).

O Curso de *Anfitrião Mirim*, por sua vez, talvez tenha sido a única tentativa mais direta de inserção dos moradores no processo de revitalização, pois possibilitou um primeiro contato com os temas relativos à cultura e ao patrimônio edificado do bairro. A idéia era realizar um curso de guia de turismo mirim e, ao mesmo tempo, oferecer uma perspectiva de trabalho educativo aos adolescentes da comunidade do Porto do Capim. Era formar um grupo que pudesse receber e informar os turistas que visitassem a cidade e o centro histórico.

Esse projeto representou uma parceria da Associação Folia de Rua/Projeto Folia Cidadã com a Secretaria de Turismo de João Pessoa, que se realizou entre outubro e dezembro de 2001, atendendo a vinte adolescentes numa programação que contou com aulas sobre história da Paraíba, conduta turística, informações turísticas e monumentos históricos. Após essa primeira etapa, quinze adolescentes ficaram aguardando providências por parte da Prefeitura Municipal de João Pessoa/Setur, no

sentido de passarem à segunda etapa do curso, ou seja, à parte prática. Com isso, poderiam atuar nos principais pontos turísticos do centro histórico, recebendo uma bolsa de incentivo, da ordem de 60% do valor do salário mínimo.

O objetivo principal do curso era capacitar profissionalmente meninos e meninas para a entrada no mercado de trabalho emergente no bairro do Varadouro. Buscava também desenvolver um conhecimento básico sobre o patrimônio histórico e, ao mesmo tempo, criar alternativas de renda para uma parcela excluída dos benefícios da revitalização. Isso poderia ser, também, uma oportunidade para problematizar as condições simbólicas de construção da cidadania através da memória inscrita no patrimônio cultural e desenvolver a responsabilidade da conservação daqueles que habitam o centro e os sítios históricos. Entretanto, o projeto foi abandonado pelas autoridades locais, estando as atividades até, pelo menos, outubro de 2002, suspensas. Assim, coube à equipe envolvida no Projeto Anfitrião Mirim apenas planejar ações, as quais, futuramente, podem ser retomadas.

A realização dessa primeira etapa do Curso de *Anfitrião Mirim* desempenhou um papel mais de caráter lúdico e pedagógico, na medida em que os meninos e meninas da comunidade Porto do Capim, em especial, lançaram um olhar inclusivo sobre o local onde moram. Isso, por si só, já torna o projeto uma iniciativa relevante, caracterizando-se como uma proposta sistemática de qualificação de mão-de-obra continuada. A coordenadora pedagógica do Projeto Folia Cidadã definiu assim a percepção dos adolescentes que participaram do Projeto Folia Cidadã e especificamente do Curso de *Anfitrião Mirim* (ver anexo, em CD-ROM, foto 119 da primeira turma do Curso de Anfitrião Mirim e seus professores):

“Esse aspecto, a gente não pode ver que isso se deu de forma abrangente para todas as crianças do Projeto, mas se deu de uma forma muito específica para os adolescentes que fizeram o Curso de *Anfitrião Mirim*. Eles tiveram um mês de

informações sistemáticas e aí isso mudou muito. Até em reunião com as mães, elas comentaram que os filhos andam agora na rua dizendo: esse prédio foi de não sei quanto... Essa árvore aqui... Começaram a perceber as coisas em volta. Paras outras crianças, isso não é tão presente assim” (Entrevista com a coordenadora pedagógica do Projeto Folia Cidadã, em setembro de 2002).

Como se observa, a contribuição do Projeto Folia Cidadã à revitalização do centro histórico insere a população da favela Porto do Capim, não apenas com ações voltadas ao turismo, mas também com atividades sociais direcionadas para a valorização da cultura popular. Essa contribuição envolve ainda mudanças nos valores e na auto-estima dessas crianças e adolescentes excluídos do processo de desenvolvimento social e econômico, de forma mais ampla, e não apenas do processo de revitalização.

Quanto à sua sustentabilidade, o Projeto Folia Cidadã obteve o apoio do Ministério da Cultura, através da Lei Rouanet (Lei nº 8.313/91), com vistas à captação de recursos junto às empresas privadas. Entretanto, até o momento em que finalizamos nossas pesquisas, nenhuma empresa havia aderido à Lei Rouanet. Porém, pelo menos, essa aprovação do Projeto parece ter-lhe dado um respaldo ou um respeito maior junto aos poderes públicos locais¹¹⁷. Outras parcerias foram firmadas com empresas privadas e públicas, por exemplo, com o SEBRAE, que disponibilizou uma consultoria e passou a fornecer o lanche das crianças que fazem as oficinas de arte.

Entretanto, a parceria mais importante desse Projeto foi firmada com o Instituto Ayrton Senna, fato que representou o maior reconhecimento, em termos nacionais, da importância do Projeto Folia Cidadã. O Instituto Ayrton Senna aprovou o Projeto Folia Cidadã entre os dezesseis projetos nacionais escolhidos no Brasil para fazerem parte de

¹¹⁷ A Lei Rouanet, por incrível que pareça, não atraiu nenhuma empresa privada, nenhuma pessoa física nem jurídica. O prazo, que terminava em dezembro 2001, foi prorrogado até dezembro de 2002. Houve apenas um contato com os funcionários do Banco do Brasil, que provavelmente farão a adesão em 2003. Mas, até o final de 2002, não havia nenhuma participação através da Lei Rouanet.

uma experiência intitulada *Cidadão 21 Arte*. Os objetivos desse projeto foram inspirados no conteúdo do art 68 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.691/90), cuja ênfase volta-se para a formação continuada de crianças e de adolescentes. O programa do Instituto Ayrton Senna, em suas dezesseis organizações, dentre elas o Projeto Folia Cidadã, é denominado de “comunidades de sentido”. Essa denominação origina-se do fato de que o objetivo central é “trabalharem de forma articulada para dar um sentido a esse objetivo da educação através da arte, de fazer com que ele se torne possível”, conforme depoimento da coordenadora pedagógica do Projeto Folia Cidadã e fontes documentais do acervo da própria Instituição (ver nas fontes documentais, item 7.2).

Através das ações do Projeto Folia Cidadã, empreendidas a partir de 2001, esses meninos e meninas se desenvolviam não apenas com as atividades das oficinas de arte, mas sobretudo através da convivência entre eles, bem como com os professores e seus familiares que passaram a valorizar a experiência. Os pais dessas crianças passaram a observar alterações comportamentais de seus filhos, no sentido de se aproximarem cada vez mais dos coordenadores e professores, buscando participar e fornecendo subsídios para o trabalho pedagógico.

O Projeto Folia Cidadã até hoje depende, em grande parte, de ações voluntárias e de um envolvimento pessoal dos professores e demais membros que o compõem. A remuneração dos professores só passou a existir no momento em que participaram do *Concurso Cidadão 21 Arte* divulgado no Brasil inteiro, cujos objetivos coincidem, em grande medida, com os objetivos do Projeto Folia Cidadã. De acordo com a metodologia do Projeto, a educação é obtida através da arte. Significa dizer que a arte é colocada como eixo fundamental e, a partir daí, trabalham-se outros aspectos educacionais. O objetivo geral é proporcionar a oportunidade educativa através da arte

para o exercício da cidadania, desenvolver potencialidades, promover o resgate e a preservação da cultura regional junto às crianças e aos adolescentes de baixa renda.

As ações foram diretamente voltadas para as crianças e adolescentes através de oficinas de arte, de atividades culturais e educativas envolvendo a questão da saúde, do meio ambiente, da preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural, entre outras. Essas práticas passaram a ser ampliadas com aulas extras de reforço escolar, com encontros entre crianças e adolescentes que participavam de outras organizações semelhantes no Brasil, e na própria cidade de João Pessoa, e com a criação de novas oficinas como a Oficina de Canto Coral. Esse esforço ampliado objetiva que as crianças e os adolescentes desenvolvam a competência pessoal, social, cognitiva e produtiva, conforme os documentos e relatórios do Projeto Folia Cidadã/2001.

A seleção das crianças e adolescentes para participarem do Projeto foi feita, inicialmente, através de contatos com o Centro Comunitário Santa Marta, uma associação criada pela Igreja dentro da comunidade. Posteriormente, o grupo era encaminhado às pessoas da comunidade para desenvolver trabalhos sociais, podendo-se citar os exemplos dos agentes de saúde Roseana e Francisco, que também participavam das reuniões da Acehrvo no centro histórico. Então, foram feitos os primeiros contatos com as pessoas através do Centro Comunitário, e elas mesmas trouxeram as crianças e inscreveram-nas.

Conforme os relatos que obtivemos sobre a experiência, outras crianças e adolescentes passaram a ser incluídos posteriormente, através de visitas domiciliares. Os membros do Projeto Folia Cidadã começaram a perceber que havia muito mais crianças do que aquelas trazidas pelos membros do Centro Comunitário (ver foto 120, anexa em CD-ROM, da primeira turma das oficinas de artes plásticas e percussão criativa). Segundo a então coordenadora do Projeto Folia Cidadã, as relações entre a

Associação Folia de Rua, o Projeto Folia Cidadã e o patrimônio cultural da cidade aproximaram o trabalho das demais associações e entidades já existentes no centro histórico de João Pessoa:

“A sede da associação era lá em Jaguaribe, depois, eles vieram para o centro histórico. Está tudo muito ligado. A associação, por exemplo, trabalha com o resgate do Carnaval de Rua, a cultura do Carnaval de Rua, não desprezando outras expressões da cultura popular. E tudo isso está ligado à questão do centro histórico. O carnaval de rua está ligado ao centro histórico, à cultura, também, porque não é só a questão arquitetônica, há essa postura do resgate artístico e cultural e do ser humano que vive no centro histórico. E como a sede veio pra cá, eu acho que veio para o lugar certo. Juntou-se a isso, o fato de que algumas pessoas ficavam sempre comentando que havia muitos meninos que subiam e ficavam por ali, no Parahyba Café e nos bares que têm por ali, catando latinhas. Noites inteiras pelas ruas. Isso chamava atenção. Juntando as duas coisas, criou-se o projeto. O trabalho da associação está muito integrado a tudo que se pensa aqui no centro histórico, à Acehrvo, ao pessoal da Comissão do Centro Histórico. Eu acho que as pessoas que estão dentro da associação compartilham muito dessa vontade de revitalizar o centro histórico, não só a parte arquitetônica, como também a cultura e a arte. E, estando próximas, essa articulação fica mais fácil” (Entrevista da coordenadora pedagógica do Projeto Folia Cidadã, em setembro de 2002).

Dessa forma, as principais atividades do Projeto fizeram surgir a necessidade de trabalhar em articulação com as escolas que os meninos e meninas freqüentam: uma no bairro do Róger (municipal) e outra na favela do Porto do Capim (estadual). As pessoas envolvidas no Projeto Folia Cidadã passaram a acompanhar o desenvolvimento dessas crianças na escola. Como resultado dessa articulação, foi criado o reforço escolar, porque elas têm uma deficiência muito grande de leitura, de raciocínio e de concentração nas atividades. Esse reforço acontecia em forma de oficinas de leitura e escrita, expressão oral e escrita, funcionando nos dois turnos. O Projeto Folia Cidadã passou também a se reunir com as mães e a visitar as escolas com maior freqüência, conversando com professores, fornecendo material didático algumas vezes e trocando experiências (ver anexas, em CD-Rom, fotos das atividades

desenvolvidas pelo Projeto Folia Cidadã junto às crianças e adolescentes da comunidade Porto do Capim).

Essa atividade desenvolvida com as mães e junto à família era importante, na medida em que tentava criar uma rede de comunicação maior entre as pessoas da comunidade. Outro aspecto relevante no cotidiano das famílias do Porto do Capim é o desemprego e a renda familiar. A maioria das famílias não ultrapassa uma renda familiar de dois salários mínimos, fato que vem aumentando a necessidade de criação de outras oficinas, incorporando também as mães das crianças. Essa incorporação tem a perspectiva de criar um grupo de produção coletiva ou cooperativa, para trabalhar com alimentação ou na confecção de roupas, estandartes, fantasias etc., dentro da linha do Projeto, que é resgatar o carnaval de rua e os blocos. Até meados de 2002, o Projeto trabalhava com as mães, sobretudo, no sentido de orientá-las no comportamento com as crianças e no reforço escolar, especialmente quando havia problemas familiares, conforme o depoimento abaixo:

“Têm problemas de alcoolismo na família, têm problemas de drogas. Alguns alunos já estavam se desviando para esse caminho. As mães já procuram a gente. Têm três ou quatro que estão envolvidos com problemas sérios e a gente tentando trazer para trabalhar conosco. E vem dando certo, porque eles têm o professor como referencial e todos os nossos professores são artistas. Eles começam a se espelhar na vida deles. Eles são artistas, vivem a liberdade da arte, vivem esse lado bom que estão descobrindo, mas ninguém se perde por aí. Então, eles se aproximam muito do professor e a gente procura fazer essa aproximação e vai resgatando essa criança desse caminho. Mas tem problemas com droga, com álcool e um problema que a gente identifica assim muito sério é da violência doméstica. E a violência, a gente vê de várias formas, não é só a violência física, mas a violência na forma de tratar. Algumas mães não chamam o filho pelo nome, chamam algum palavrão e muitas vêem o filho como um problema, já trouxeram para o Projeto para que passem o dia ocupados e sem criar problemas em casa. Tem também a questão da sexualidade (...)” (Valeria Asfora, coordenadora pedagógica do Projeto Folia Cidadã, em entrevista em setembro de 2002).

Desse modo, o Projeto Folia Cidadã trabalha junto à população moradora do bairro do Varadouro, atuando através de parcerias com entidades públicas e privadas, com pessoas da comunidade Porto do Capim, com artistas voluntários e com professores das oficinas de arte. O Instituto Ayrton Senna vem ampliando as informações pedagógicas do Projeto Folia Cidadã, dando maior respaldo às atividades práticas cotidianas e à formação pedagógica dos professores. Colabora também na contribuição financeira e institucional, que deverá durar até julho de 2003, com previsão de renovação do Projeto.

Para a sua continuidade, fator essencial do sucesso e de sua qualidade, o Projeto se mantém através da participação de diversas pessoas e grupos sociais. Essa participação não se limita apenas à necessidade de revitalizar o centro histórico, um patrimônio quase abandonado. Busca, por outro lado, resgatar as pessoas que o habitam e que se encontram também abandonadas, à margem da revitalização empreendida pela Prefeitura e pelo Governo do Estado na Praça Anthenor Navarro e no Largo de São Frei Pedro Gonçalves.

O Projeto Folia Cidadã se manteve até 2002, em termos financeiros, com recursos do Instituto Ayrton Senna e com fontes alternativas, como a mensalidade dos sócios, dos blocos associados, que é mínima e suficiente apenas para manter a associação funcionando no dia-a-dia. O prédio onde funciona a sede foi cedido pela Secretaria de Educação e Cultura do Estado. O Projeto firmou parcerias com as seguintes entidades: Instituto Ayrton Senna, que mantém três oficinas, a coordenação e o reforço escolar; SEBRAE, que fornece o lanche das crianças e consultoria na elaboração de projetos; Companhia Brasileira de Transportes Urbanos – CBTU, que cedeu o galpão para a realização das oficinas e Comunidade Santa Marta do Porto do Capim, que emprestou a sala do centro comunitário para o reforço escolar.

Certamente, os pontos mais positivos dessa experiência residem na sociabilidade que se desenvolve no dia-a-dia e na prática diária das oficinas e do reforço escolar. Merecem também destaque as atividades extras, como a participação em shows de grupos artísticos locais tais como: o Grupo Jaguaribe Carne e o Grupo Agitada Gang. Há, ainda, as apresentações dos alunos da oficina de percussão rítmica na Praça Anthenor Navarro, o evento “O Riso da Terra” e peças teatrais com grupos já existentes na cidade como o “Projeto Beira da Linha” no antigo Hotel Globo. Mais recentemente, houve a participação dos alunos da oficina de percussão em um show promovido pela Aliança Francesa, com percussionistas do Mali. Estes últimos, vieram a João Pessoa e tocaram junto com os alunos do Projeto Folia Cidadã.

As interações sociais se fortalecem não apenas entre os que fazem o Projeto Folia Cidadã e os moradores da favela e seus familiares, mas também entre as entidades que atuam no centro histórico. Com relação ao vínculo entre os professores/coordenadores e as pessoas que moram às margens do rio Sanhauá, no antigo Porto do Capim, parece ser algo intrincado e complicado, porque se tornam laços muito estreitos, conforme esclarece a coordenadora das atividades do Projeto Folia Cidadã:

“A gente termina se incorporando a essas outras lutas e reivindicações da comunidade. Então, eu acho que eles passam a ver na gente os parceiros que vieram para tentar melhorar a vida deles. Passa a ser um vínculo de companheirismo. Isso entre a coordenação e os professores também, pois estão diariamente lá dentro do bairro” (Entrevista em outubro de 2002).

São vínculos que se fortalecem no dia-a-dia, que misturam questões pessoais com problemas e reivindicações públicas da comunidade do Porto do Capim ligadas às atividades escolares, ao relacionamento entre pais e filhos, à saúde pública, etc. Apesar de nascerem a partir da experiência de revitalização do centro histórico de João Pessoa,

esses vínculos ultrapassaram limites e ampliaram sobremaneira as relações interpessoais e não-utilitaristas. São relacionamentos baseados em valores e na experiência cotidiana. Por isso, ultrapassam a lógica consumista e econômica que perpassa, grande parte, dos planos de revitalização de áreas históricas dos anos 1990.

5.3. Consumo cultural e entretenimento: outras formas de uso e contra-uso do patrimônio cultural

As áreas urbanas centrais revitalizadas no centro histórico de João Pessoa, a partir de 1997, especialmente, a Praça Anthenor Navarro e o Largo de São Frei Pedro Gonçalves, nas quintas e sextas-feiras e durante os finais de semana, cumprem o duplo papel de espaço de animação cultural e local enobrecido para a prática de consumo.

Tradicionalmente, essas áreas já faziam parte do antigo centro comercial da cidade João Pessoa. A Praça e o Largo, bem como as ruas próximas, como a Maciel Pinheiro – a mais antiga e tradicional rua de comércio de João Pessoa, em cujo prolongamento foi construída, em 1932, a Praça Anthenor Navarro -, além das ruas Cardoso Vieira e João Suassuna, eram as áreas onde se localizavam as principais lojas de atacado e varejo da cidade, ficando os armazéns e estivas às margens do antigo Porto do Capim. No Largo, existiam sobretudo residências, a Igreja de São Pedro e o Hotel Globo, além de outras atividades. Porém, o que parece ter marcado essa parte da cidade na memória das pessoas foi uma convivência de duas formas distintas de atividades: a habitação junto com o comércio durante o dia e a prostituição junto com a boemia, paralelas a acontecimentos artístico-culturais, no período noturno.

Muitos entrevistados se referiram a esse traço característico do bairro que permaneceu nos dias atuais. Alguns deles apresentaram essa dimensão que separava as sociabilidades diurnas e noturnas no centro antigo da cidade de João Pessoa. O trecho a

seguir, colhido de uma entrevista com um antigo comerciante da rua Maciel Pinheiro, expressa essa separação e convivência: “Aqui antigamente era o seguinte: aqui essa rua era familiar, tinha algumas pensões, como se diz, mas aquilo, durante o dia, era vedado, completamente vedado” (Alfaiate da rua Maciel Pinheiro, em março de 2001).

Mesmo no período de 1940/50, quando parte da elite local ainda residia nesse trecho próximo à praça Anthenor Navarro e ao Largo de São Frei Pedro Gonçalves, já existia essa separação e convivência “camuflada” entre as atividades de comércio, moradia, boemia e prostituição. Porém, isto mudou nos dias atuais, se observarmos que a antiga população moradora não existe mais, seja a elite ou os segmentos de camadas médias. Após a década de 1960, quando a cidade cresceu em direção ao litoral, esses segmentos, gradativamente, abandonaram o centro da cidade.

O comércio no centro da cidade também não tem mais a mesma importância que possuía no passado, sobretudo o ramo de material de construção civil que, a partir da década de 1950, se concentrara na rua Maciel Pinheiro e imediações. Cada vez mais, essas atividades passaram a se localizar também em outros bairros da cidade, como o bairro da Torre, acompanhando as novas áreas residenciais. E, assim, a concentração do comércio varejista, em suas diferentes atividades, foi bastante reduzida, sobretudo, no bairro do Varadouro e, de maneira notória, a partir dos anos 1980, quando os pequenos e grandes *shoppings centers* se instalaram na cidade de João Pessoa.

Entretanto, a prostituição continua a ser uma atividade característica do antigo centro da cidade, provocando reclamações freqüentes da população residente e dos pequenos comerciantes, identificadas nos jornais locais. A revitalização da Praça e do Largo de São Frei Pedro Gonçalves atraiu para a área novos setores das camadas médias urbanas: artistas, estudantes, professores, produtores de cultura etc., embora

estes últimos utilizem apenas as áreas renovadas, que ficam como “ilhas de prosperidade” em meio ao abandono e à degradação do restante do bairro do Varadouro¹¹⁸.

Entre os usuários/consumidores pesquisados, havia estudantes (20,2%), profissionais liberais (16,2%), professores (13,1%), técnicos administrativos (13,1%), artistas plásticos, músicos, pintores, atores etc. (12%) e funcionários públicos (7,1%). Os 18,1% restantes distribuíam-se entre comerciantes, aposentados, técnicos de computação e desempregados. A média de idade era de 33 anos e a renda média mensal (declarada pelos participantes) atingia a faixa de R\$1.543,00 (cerca de oito salários mínimos), à época. Estes dados nos permitem afirmar que os freqüentadores do centro histórico de João Pessoa pertencem, na grande maioria, às camadas médias urbanas. Quanto ao significado do patrimônio cultural atribuído por esses usuários, identificamos uma recorrência à história e às origens da cidade e referências ao fato de ser aquele um ponto de encontro e de diversão, bem como um “local de cultura”.

Identificamos, também entre os consumidores, à semelhança das respostas dos comerciantes, os aspectos ligados ao bairro do Varadouro que foram mais lembrados. Algumas pessoas fizeram referências à cidade em que nasceram, afirmando que vão ao centro histórico porque “lembra a minha cidade”, “lembra Olinda, cidade natal”. Outras apontaram uma “saudade”, uma nostalgia, ao lembrarem como era o centro histórico antigamente, afirmando “uma certa nostalgia”, “saudades, recordações boas”.

Essas referências se aproximam dos sentimentos de nostalgia, de retorno ao lar, de paz e de tranquilidade, sensações apontadas por Simmel (1998) como próprias ao

¹¹⁸ Aplicamos questionários com 104 pessoas que freqüentam as áreas de diversão, cultura e lazer do Centro Histórico de João Pessoa entre os dias 19 e 21 de abril de 2001, no período da noite, em especial nos bares Parahyba Café e Engenho do Chopp e na boate Intoca, que na época eram os mais movimentados. Estávamos também interessados em saber o que eles pensavam sobre a revitalização e, até mesmo, quem eram esses usuários/consumidores, o que faziam, como eles avaliavam as mudanças e as festas, shows etc. no centro histórico, além do significado daquele patrimônio cultural.

sentimento despertado quando nos aproximamos das ruínas. Simmel refere-se também às sensações provocadas quando essas ruínas são embelezadas e renovadas: a “sedução metafísica da pátina”, provocando um sentimento de paz e de “retorno ao lar”, à “boa mãe natureza” (Simmel, 1998:140-141).

A essa sensação de tranqüilidade e de “retorno ao lar”, que considera associadas às ruínas, Simmel acrescenta um outro sentido dessa sedução provocada pelas antiguidades, que cria a forma presente de uma vida passada, não por seus conteúdos ou restos, mas por seu passado como tal:

“Ela é o sítio da vida, do qual a vida se separou – isto não é algo simplesmente negativo e nem pensamento acrescentado, como nas incontáveis coisas que outrora flutuaram na vida, que foram casualmente lançadas à sua margem, mas que, com respeito à sua essência, poderiam ser novamente levadas por sua correnteza, mas sim a vida que com sua riqueza e suas mudanças uma vez habitou aí. Aqui temos um presente imediatamente visível” (Simmel, 1998: 143-144).

A esse poder de sedução gerado pelas coisas antigas foram acrescentados, no caso de João Pessoa, e das demais experiências de *gentrification* do Brasil e do mundo, aspectos ligados à diversão, ao lazer e à cultura, como pontos centrais desse reencontro com a tradição e, ao mesmo tempo, de *redesenvolvimento* das áreas centrais das cidades. A cada final de semana, manifestações da cultura popular, mas também da literatura e da cultura intelectual local, dão a *tonalidade cultural* aos eventos programados para a Praça Anthenor Navarro e para o Largo de São Frei Pedro Gonçalves, desde 1997.

Essa movimentação e a produção de eventos (São João, Carnaval, Auto de Deus, Festival de Música, Festival de Artes Centro em Cena, Festival de Cultura Popular, entre outros) vem sendo promovida, sobretudo, com o apoio da Prefeitura Municipal e das empresas privadas. Porém, nos depoimentos colhidos durante a

pesquisa empírica, os novos comerciantes e usuários/consumidores referiram-se a uma certa retração desse apoio, em especial, do poder público desde meados de 2001. Com isso, alguns bares chegaram a fechar as portas, enquanto outros continuaram a se manter com dificuldades e a produzir eventos que, com a colaboração das associações não-governamentais ali existentes e o apoio mais esporádico dos poderes públicos locais (este se dando, especialmente, em grandes eventos comemorativos, já incluídos no calendário das festividades anuais da Prefeitura e do Governo do Estado) e empresas privadas, continuaram a garantir a frequência na área.

Paralelamente, passou a frequentar o local um público mais jovem e com um perfil *underground*, sobretudo a partir da inauguração do bar *Oficina do Capim*, localizado na rua Maciel Pinheiro, próximo à Praça Antenor Navarro, cuja proposta era fazer um intercâmbio entre as bandas de músicas existentes. Procurava-se explorar as inovações musicais que tiveram início em Recife, com o *Movimento Manguebeat* (que, sob a liderança do cantor e compositor Chico Science, tentou fundir rock, funk, maracatu e embolada, recuperando o discurso dos excluídos da cidade e suas contradições).

Um dos primeiros shows divulgados na mídia foi o que reuniu duas bandas, uma de João Pessoa (*Banda Zumbi*) e outra do Recife (*Astronautas*). Segundo o Jornal O Norte de 25/01/2001, o show era parte de um “projeto de intercâmbio de grupos paraibanos com estados vizinhos. Projeto almejado especialmente no contexto das bandas de rock pop locais”. Posteriormente, a *Banda Zumbi* viajou para Recife, com o intuito de dar continuidade a esse propósito. Em alguns dias da semana, o espaço do palco era liberado para quem quisesse tocar violão, teclado, guitarra, bater pandeiro, cantar, contar piadas, representar em teatro ou dança. Com essa abertura, novos artistas

paraibanos passaram a mostrar seus trabalhos, sobretudo aqueles que não tinham uma oportunidade de divulgá-los nos meios de comunicação ou em apresentações públicas.

Logo em seguida, o Bar *Parahyba Café* patrocinou um show com o grupo *Cordel de Fogo Encantado*, herdeiro da manifestação musical liderada por Chico Science e *Nação Zumbi* - um grupo ousado que incorporava ritmos como o toré indígena (da tribo Xucuru). O grupo apresentou ainda o samba de coco, de partida percussiva original (criada por negros nos bairros periféricos da cidade de Arcoverde-PE), o reisado (de agricultores do povoado de Caraíbas) e o candomblé.

Evidenciava-se, assim, uma diversificação no público e na programação para a área do centro histórico, que passava a ser um lugar para grupos alternativos, um espaço *outside*. Num antigo sobrado de dois andares da rua Maciel Pinheiro, vizinho à Associação Comercial Paraibana, estava instalado o *Oficina do Capim*, era um bar tipo *cavern club*, mal iluminado, com um palco pequeno, uma pista de dança, equipamentos de som improvisados para as apresentações das bandas. Além de muita fumaça e barulho, com pessoas entrando e saindo, os estereótipos eram variados: corpos tatuados, cabeças raspadas, estilo skatista com bermudão nos joelhos.

A maioria das pessoas não estava ali para consumir, num simples ato econômico. Com pé direito alto e em precário estado de conservação, o velho sobrado tinha suas paredes pichadas e *grafitadas*. Sua fraca iluminação conferia-lhe um ar de porão. A reportagem do Jornal Correio da Paraíba, de 14/01/2002, “O som da garagem - bandas paraibanas saem dos ensaios em casa para ganhar os palcos da vida”, enfatizava:

“Novas bandas têm um palco permanente no Centro de JP. Cerca de 60 grupos do pop-rock paraibano já se apresentaram no Oficina do Capim. Para as novas *garage bands*, o guitarrista Cacá Santa Cruz tem sido uma espécie de padrinho. Dono do bar Oficina do Capim, o músico tem incluído as novas bandas no seu *casting*. Pelo menos, 60 delas já passaram pelo palco do seu *cavern club* e vêm

conquistando popularidade junto ao público pessoense. Os nomes não obedecem a critérios. São criativos apenas, e traduzem a identidade de cada uma delas. É o caso de ‘Gota Serena’, que faz um rock pesado misturado com elementos da música regional”.

Após o fechamento do bar *Oficina do Capim*, esse tipo de banda e o público que as acompanha continuava a freqüentar o centro histórico nos shows do bar *Parahyba Café* e nos atuais eventos na Praça e no Largo, como o *Paraibatuque*, a *Semana de cultura* e os shows do *Projeto viva o centro*, que aconteceram também dentro da idéia de divulgar os artistas regionais. Em 2002, entre a quinta-feira e o domingo, passaram a ser realizados shows num palco montado na Praça Anthenor Navarro, próximo às mesas do bar Parahyba Café. As crianças brincavam e a população moradora ficava em volta da praça observando de longe ou com seus carrinhos para venda de bebidas, pipocas, cigarros. Instalou-se, ainda, uma feira de antiguidades e de produtos artesanais, bem como o *Projeto cinema ao ar livre*, com apresentações de curtas-metragens produzidas, sobretudo, por artistas da cidade e do estado.

Com isso, fortaleceram-se os vínculos criados a partir não apenas da maior participação e circulação das pessoas na área do centro histórico, mas também das sociabilidades criadas com o consumo cultural. Intensificou-se um trabalho contínuo de conscientização que vinha sendo promovido, desde 1987, através do Projeto de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa e do Convênio Brasil/ Espanha de cooperação sobre o patrimônio cultural comum e a importância da preservação das raízes culturais e dos vestígios do passado da cidade.

O eixo central das sociabilidades noturnas no centro histórico de João Pessoa continuava a ser o bar *Parahyba Café* - lugar onde se realizaram quase todas as atividades na Praça Anthenor Navarro e considerado a âncora que movimentava essa

área, mesmo quando não havia qualquer evento cultural programado¹¹⁹. Nos acontecimentos artístico-culturais, a Praça e o Largo cumpriam o duplo papel de se tornarem centros de animação cultural e locais de *gentrification* para a prática de consumo. As feiras de artesanato reunindo artesãos e pequenos comerciantes, bem como as várias barracas que se alinhavam no entorno da Praça e do Largo, transformavam esses espaços em animados locais de encontro cultural, como afirmou um dos proprietários do bar Parahyba Café:

“Acho que a gente está conseguindo atrair uma área mais cultural, porque também a finalidade do bar tinha essa finalidade de cultura, não ser só um bar com música. Hoje o Parahyba Café está lançando o quadragésimo quinto livro, já houve quarenta e cinco livros lançados no Parahyba Café” (Roberto Zaccara, em 11-05-2000).

Nesses eventos, as pessoas percorrem as ruas e os locais das barracas e consomem bebidas e alimentos (ver anexa, em CD-ROM, a foto 122 com vista geral de um dia de Carnaval Folia de Rua no centro histórico). A população moradora remanescente no Largo de São Frei Pedro Gonçalves e na favela Porto do Capim também procura colocar seu pequeno comércio ambulante, conforme atesta uma moradora da área nos informou:

¹¹⁹ Foi também o primeiro a se instalar no local após a reforma na Praça. O bar *Parahyba Café* é de propriedade de Roberto Zaccara e Marcondes Serpa, empresários ligados à fundação do bloco de carnaval “*As Muriçocas do Miramar*” que deu origem à Associação Folia de Rua. No centro histórico, são reconhecidos pela participação freqüente em todos os eventos e ações relacionadas ao centro, tendo inclusive os alunos das oficinas de arte do Projeto Folia Cidadã feito um boneco gigante, em papel machê, homenageando o “Bob Zaccara” (como é conhecido), para apresentação durante a festa de encerramento das atividades do Projeto Folia Cidadã 2001. A importância, sobretudo, de Bob Zaccara no processo de *gentrification* da Praça é inegável. Quase todas as pessoas entrevistadas, que exerciam algum cargo junto ao Projeto de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa, recomendavam que Bob Zaccara fosse entrevistado, sobretudo quando o assunto era o consumo nos bares, as atividades de diversão e lazer ou os conflitos iniciais e remanescentes no processo de mudança de usos e do comércio do entorno. E assim, o entrevistamos, mas também mantivemos conversas informais com ele sobre o funcionamento das atividades diárias no centro histórico. Estas conversas aconteceram tanto na mesa do bar, nas noites de pleno funcionamento do Parahyba Café, quanto nas reuniões da Associação Centro Histórico Vivo – Acehrvo. Momentos de reflexão e discussões conjuntas, importantes para a compreensão da dinâmica dos novos usos nessa área.

“Minhas amigas que trabalham no Lar Alternativo, elas ganham pouco e também para ajudarem os familiares elas trabalham à noite. Tem delas que trabalham lá na creche, trabalham na FUNDAC e vendem churrasquinho na Praça. No final de semana e quando tem festas, igual à festa da semana passada, que foi aqueles quatro dias de festas e elas venderam, venderam bastante, gostaram bastante, que elas também quase não conheciam, eu trouxe elas para cá e elas gostaram bastante, foi ótimo” (Entrevista concedida à autora em novembro de 2001).

Nessas grandes festas, ruas e calçadas se fundem: nas ruas, nas barracas e nas calçadas da Praça e do Largo se instalam as mesas. A locomoção é dificultada pelos obstáculos físicos e também pela quantidade de pessoas que se amontoam em todos os espaços disponíveis. São instalados na Praça e, também, no Largo palcos para apresentação de músicos com um repertório de músicas regionais e MPB, em especial, músicas de Jackson do Pandeiro, homenageado em diversas ocasiões e, sobretudo, no Carnaval 2001, realizado em grande parte no centro histórico de João Pessoa.

As ruas e becos próximos se transformam em áreas de estacionamento. Nos dias de grandes eventos, como as festividades de São João e de Carnaval, é quase impossível entrar de automóvel no bairro do Varadouro. As principais ruas ficam interditadas, com palanques para shows e apresentações montados em locais estratégicos: um maior para as apresentações mais importantes na convergência das ruas Maciel Pinheiro, Cardoso Vieira e João Suassuna (de frente para a Praça Anthenor Navarro) e outros menores, em cima da calçada da Praça, próximo ao Parahyba Café.

No Carnaval 2002, foi instalado um palco improvisado, na descida da Ladeira de São Frei Pedro Gonçalves, ao lado da favela Porto do Capim, para que os moradores da área tivessem um espaço de diversão separado do pessoal de cima da Ladeira. Os comerciantes mais antigos da Praça e das ruas próximas reclamaram, durante as entrevistas, do fechamento das ruas e da sujeira que ficava nos dias seguintes às festividades:

“São João aqui? Isso aqui é um inferno! Tem que respeitar o comércio! Eu acho que se você mora numa área residencial, você tem que ser respeitado. Se você mora numa área comercial, você tem que ser respeitado. O governo não pode dizer: aqui não pode estacionar mais. Ele não tem esse direito. Quando é uma festa popular, já viu, não é? Enche. Eu não chego nem perto, mas quando tem assim um lançamento de livro ali, a gente recebe o convite e vai. Nesse aspecto, tudo bem. Eu acho que representa um inferno, um verdadeiro inferno em termos de paz. Você tem seu habitat invadido, depredado. Quando tem uma festa aqui, por mais limpeza que faça, fica fedendo três, quatro dias. O comércio fecha, não tem nem acesso, porque uma festa aqui interdita tudo” (Corretor de imóveis da Praça Anthenor Navarro, em entrevista concedida à autora, 13-12-2000).

“Eu fui muito prejudicado por conta deles. Interditaram a rua para botar um palco. Duas vezes, já, dois anos seguidos, geralmente, no mês de janeiro. Quando poderiam ter destinado uma área aqui, um calçadão aí, sem precisar interditar a rua para fazer. A rua não é tão estreitinha e não dá para fazer? Por que é que o Largo não dá?” (Comerciante antigo da Praça – Gráfica e Editora Fênix Ltda – Praça Anthenor Navarro, em 18 de dezembro de 2000).

A força do contingente meio disforme da multidão que se movimenta freneticamente no pequeno trecho urbano, enfeitado e em festa, não assegura mais as frágeis e fluídas fronteiras existentes nas noites nos bares da Praça, eliminando as diferenças sócio-espaciais das noites normais, em meio à diferença quantitativa de pessoas. As festas no centro histórico passaram a invadir todos os espaços. Os cavaletes e cordas separando as áreas de consumo tornam-se inúteis para disciplinar as pessoas e desnecessários para a organização do trânsito. As pessoas subvertem os usos esperados dos espaços públicos, ao desenvolverem práticas sociais e culturais de encontro e interação festiva, bem como ao contrariarem a idéia de que o estranho está na rua. Nessas ocasiões, os estranhos se cumprimentam; circulam livremente prostitutas, moradores da favela, a classe média e parte da elite local, superando temporariamente fronteiras e distâncias sociais cotidianamente regidas pelos códigos sociais de conduta e classes.

Essa superação de fronteiras, entretanto, só acontece nos dias de grandes festas e, mesmo assim, diante de tentativas de afastamentos como a criação de palcos diferenciados para o público da favela e para a classe média consumidora. Além disto, em noites normais, a subversão dos usos dos espaços era bem menos tolerada e mais eficazmente controlada. Os relatos de duas prostitutas entrevistadas são reveladores neste sentido:

“No início foi muita crítica para tirar D. Ilda daqui. D. Ilda disse: Não, mas eu pago! Ela sempre pagou o prédio certinho, não é ? Então, como é que ela vai sair ? O pessoal chegava aqui dizendo: você está sabendo que vai sair daqui ? Isso é o que o pessoal chegava dizendo. Isso aqui é do tempo do ... Mas ela vai fazer o quê, alguma coisa pelo um prédio que não é dela? Ela está certa, mas se ela desse uma melhorada, talvez chamasse mais cliente, não é? Assim, a gente espera, cada um respeita a opinião de cada um. Porque a gente é um pessoal que não gosta muito de se misturar com esse pessoal, porque é um pessoal que nunca vai entender o lado da gente, você entende? Nunca vai entender, como a gente é prostituta no meio da sociedade, sabe como é que é? A gente também não fala deles, também eles ficam lá e a gente fica aqui. Sempre foi assim, ninguém nunca vai aceitar prostituta na sociedade” (Prostituta 1 da “Cantina Cidade Antiga”, Praça Anthenor Navarro, em abril de 2001).

“Não gostam muito não. Mesmo que seja assim acompanhado, está entendendo? Eles não recebem a gente bem. Eles dizem: é mulher do cabaré, acaba com o ambiente da gente aqui. Eu acho que isso não existe não, isso depende do comportamento da pessoa, não é verdade? Aqui a gente fica com uns trajés, quando a gente sai pra fora daqui, a gente veste outro” (Prostituta 2 da “Cantina Cidade Antiga”, Praça Anthenor Navarro, em abril de 2001).

O perfil mais elitista dos bares da Praça Anthenor Navarro, que atraem um público diferenciado, modifica-se com as grandes festas populares de São João, Carnaval e Auto de Deus. Esses eventos, ao mesmo tempo em que afastam os moradores da favela e a população pobre do centro histórico, tornam o local mais visado pelos vendedores ambulantes e por artistas mambembes que buscam um espaço para se apresentarem e alguma forma de remuneração por suas apresentações.

Até as crianças do bairro, que ficam à noite em volta das mesas dos bares pedindo algo e vendendo pequenas mercadorias como amendoim ou engraxando sapatos, criam estratégias para fazê-lo. Por exemplo, um menino costuma passar todas as noites de mesa em mesa oferecendo uma flor às mulheres, uma flor bem feita com papel de guardanapo. De imediato, não pede nada, mas em seguida passa novamente pedindo uma ajuda, um guaraná, qualquer coisa. É uma tentativa, uma tática desses meninos e meninas do bairro no sentido de romperem o distanciamento e as barreiras invisíveis criadas pelos consumidores/usuários, nem sempre bem-humorados com a presença dessas crianças.

Outros personagens aparecem na praça com frequência, como a moça que se equilibra em pernas de pau e cuspe fogo, um tipo de apresentação circense ou ainda os cantadores, os repentistas etc. Esses personagens e seus contra-usos representam “ruídos que contra-enobrecem uma paisagem urbana, construída para ser um espaço central e nobre da cidade”, conforme observa Leite (2001:296) com relação aos personagens semelhantes a estes que passaram a se apresentar nos espaços do *Pólo Bom Jesus* no Recife Antigo.

Nos dias de grandes festas, como no Festival Centro em Cena, em 2000, acontecem fatos únicos que evidenciam um outro aspecto desses *ruídos* dos contra-usos observados na experiência de revitalização da Praça Anthenor Navarro e do Largo de São Frei Pedro Gonçalves. Referimo-nos à realização de uma exposição de fotografias e ao show com o grupo *Cabruêra*, realizados no bordel *Cantina Casa Antiga*, prédio nº 50, na Praça Anthenor Navarro, de propriedade de “Ilda Furacão”. Nesse dia, os freqüentadores dos bares e casas de shows da Praça foram ver a exposição intitulada *As meninas do sobrado*, que retratava a vida e o trabalho das

prostitutas por trás da fantasia da noite (alegria, medo, cansaço e o tempo na vida dessas personagens).

A reportagem do Jornal A União, “Na Cantina do prazer – comércio do sexo no Centro Histórico é tema de exposição fotográfica de Ricardo Peixoto”, publicada em 04/02/2000 (Caderno de Cultura/p.13), questionava se, com a restauração da praça, o cabaré continuaria a existir. As respostas foram afirmativas no seguinte sentido: “Continua sim, mais forte do que nunca. Agora dividindo espaço com bares, lojas e ateliês”. A reportagem ressaltava ainda a resposta de “Ilda Furacão” a essa mesma pergunta: “Se eu abrir a boca para falar a lista dos meus freqüentadores ilustres, a sociedade não vai gostar”. Mas o que realmente chamava a atenção era a quantidade de pessoas amontoadas no velho sobrado *art déco*, segundo depoimento do empresário Roberto Zaccara (do Parahyba Café):

“Há uma curiosidade, principalmente da parte feminina de conhecer um cabaré porque houve uma exposição aí de fotografias, do Centro em Cena, que o cabaré ficou superlotado. Era um álibi para as pessoas que não freqüentavam cabaré: mas eu estou indo ver uma exposição de arte. Mas na realidade não eram as obras de arte que estavam querendo ver, queriam ver como é um cabaré em si e terminaram nem vendo porque encheu tanto que você não conseguia ver nem as paredes” (Entrevista concedida à autora no pátio do Hotel Globo, em 11 de maio de 2000).

Esta atividade foi apresentada dentro da programação do *Festival de Artes do Centro Histórico - Centro em Cena*, promovido pela Fundação de Cultura de João Pessoa – Funjope e pela Prefeitura Municipal. Na ocasião, também, foi apresentado o vídeo *Las luzineides*, um registro feito durante o trabalho fotográfico de Ricardo Peixoto e das pinturas de Margarete Amélio, os dois artistas responsáveis pela exposição.

Evidenciam-se, nesses *contra-usos*, mecanismos observáveis para o entendimento de como as fronteiras, as distâncias, *as pontes e portas*, numa expressão de Simmel (2000b), e as demarcações sócio-espaciais resultam em formas diferentes de subverter os usos esperados dos espaços urbanos enobrecidos, cujo patrimônio estava sendo transformado em mercadoria cultural. Ao mesmo tempo, evidenciava-se como os processos de construção de sociabilidades e de vínculos sociais eram reforçados em resposta à exclusão sócio-espacial. Trata-se de uma reapropriação que vem contribuindo para uma repolitização da vida e dos espaços públicos, através da incorporação de parte dessa população, em especial as crianças e os adolescentes da favela Porto do Capim, bem como das organizações não-governamentais e seus projetos sociais voltados para a população pobre moradora do centro histórico.

Observou-se, entretanto, que, durante os meses de nossa pesquisa, tornavam-se mais claramente visíveis as subversões que deslocavam fronteiras, mesmo que temporariamente. Favoreciam as sociabilidades que não podiam ocorrer anteriormente, logo após a inauguração da Praça Anthenor Navarro e do Parahyba Café, nem mesmo em um ou dois anos depois, quando a área estava no auge de seu processo de *gentrification*.

Logo após a revitalização da Praça Anthenor Navarro e do Largo São Frei Pedro Gonçalves, o controle de acesso e a segurança foram reforçados. Apenas os usuários/consumidores em potencial circulavam pelos bares e pela Praça bem iluminada, com seus jardins bem cuidados. As pessoas da favela se sentiam constrangidas de se aproximarem, conforme o trecho da entrevista com uma moradora da favela Porto do Capim, quando perguntamos se ela utilizava a Praça e se freqüentava os eventos durante os seus momentos de lazer semanais: “Diversão não tem, porque ninguém vai sair daqui para ir pra Praça Anthenor Navarro que não tem

nem lógica de sair um povo daqui pra sentar ali que eu acho que não tem nem como sentar ali por que ali só dá mais um pessoal assim...” (Entrevista concedida à autora, fevereiro de 2001).

Durante as noites normais de funcionamento da Praça e dos bares, não havia ambulantes, nem barracas de churrasquinho nas imediações. Nos últimos meses de nossa pesquisa, já eram freqüentes, não apenas nas grandes festas, mas no cotidiano noturno da Praça, os vendedores ambulantes que se instalavam nas calçadas e na Praça Anthenor Navarro. Disputavam com o Parahyba Café um público que freqüentava o local em busca de shows e do ambiente de nostalgia evocado pelos antigos sobrados ou para encontrar amigos, ou ainda para acompanhar turistas. O empresário Bob Zaccara referiu-se a esse retraimento como um traço característico da forma e consumo da população da capital paraibana:

“Isso, no começo, foi como se tivesse estourado uma bomba no centro da cidade. Você sair da praia, você vir para o centro histórico, numa área de prostituição! Eu acho que a gente quebrou um tabu, porque a sociedade compareceu. Só que João Pessoa tem uma característica muito antiga, as coisas viram muito modismo, as pessoas vão, conhecem e não querem saber mais. Trazem outras pessoas para verem, para circularem, mas não, não é uma coisa de vir sempre. E criamos alguns projetos, algumas coisas para que se criasse um movimento. No momento inicial, realmente foi um negócio que eu não tinha condições de atender nem as pessoas” (Proprietário do bar Parahyba Café, em 11-05-2000).

Para se ter uma idéia de como esta situação de consumo havia mudado nos últimos meses de nossa pesquisa, em algumas de nossas visitas ao centro histórico observamos uma cena em que os dois proprietários do bar Parahyba Café tentavam impedir que os ambulantes e vendedores de churrasquinhos, que traziam suas próprias mesas e cadeiras de plástico, ocupassem o espaço da Praça Anthenor Navarro. Pediam para que se deslocassem para o outro lado rua, mas era inútil, pois logo em seguida

estavam todos de volta à calçada da praça, ocupando os dois lados da rua e procurando obter alguma renda com a programação cultural do centro histórico (anexo em CD-ROM, ver as fotos 123 e 124 da programação noturna no centro histórico e dos usos mais freqüentes).

Nesses eventos, vários artistas regionais fazem apresentações de forró, maracatus, cocos-de-roda, desfiles de grupos folclóricos, MPB, uma feira de artesanato e antiguidades, entre outras atrações realizadas na Praça e no Largo. Isso representa mais uma tentativa, freqüente no ano de 2002, para manter funcionando as atividades noturnas, uma vez que foram fechados bares, galerias de arte e outros usos culturais e de diversão, instalados nos dois anos iniciais das atividades de *gentrification* na área.

Várias “revitalizações” e projetos culturais de pequeno porte foram lançados, conforme registra o Jornal Correio da Paraíba em manchete de 14/08/2002, intitulada *Eventos culturais vão ocupar o Centro*: “(...) o Centro Histórico se prepara para mais um projeto de revitalização que, desta vez, promete uma série de atividades com o objetivo de manter a área sempre em movimento”. Realizar um projeto de revitalização passa, pelo menos na mídia, a ser sinônimo de dinamização cultural e realização de festas e shows. No entanto, essa mesma mídia parece esquecer que esse espaço nunca esteve morto. Seja durante o dia ou à noite, sempre houve pessoas que cotidianamente viveram suas vidas nesse bairro. Essas pessoas é que dão vida e sentido a esses lugares, embora muitas vezes não lhes expressem os sentidos esperados.

Entretanto, outras sociabilidades que se estruturam nessa área revitalizada parecem ter pouca relação com a dimensão propriamente econômica do consumo. Muitas pessoas que ainda o freqüentam, mesmo fora de moda, parecem estar ali para consumi-lo simbolicamente, segundo os mesmos símbolos exibidos em Recife (*Bairro do Recife*), em Salvador (*Pelourinho*) e em Buenos Aires (*La Boca*). Para os

consumidores, o centro histórico e a revitalização passaram a ser lugares que representam um “ponto de encontro/diversão”, a “história e a cultura das origens da cidade”, mas também uma troca de significados pelo que aquele lugar representou. Circunscrevem e definem um estilo de vida que poderia ser vivenciado naquele espaço. Ali se reconhecem pelo gosto musical. É o espaço de encontro de grupos de artistas plásticos, produtores de cultura, intelectuais, estudantes, músicos, antigos frequentadores, comerciantes e antigos moradores da área, profissionais liberais e professores universitários.

Quanto ao lugar de origem dos usuários, segundo dados da nossa pesquisa empírica, realizada com frequentadores dos bares e boates da Praça Anthenor Navarro e do Largo de São Frei Pedro Gonçalves, 45,6% eram pessoenses, 28,2% vieram do interior do Estado da Paraíba, 19,4% eram de outros estados do Brasil e apenas 3,9% eram de outros países, ficando ainda 2,9% de pessoas nascidas em municípios da região metropolitana de João Pessoa (Santa Rita, Conde, Alhandra, Cabedelo e Bayeux). Portanto, em sua maioria, os frequentadores deste espaço eram de João Pessoa. Eram estes que o faziam existir, sobretudo, motivados pelo *marketing* realizado em torno do patrimônio histórico e pela dinamização e movimentação através de eventos culturais que davam, inicialmente, maior visibilidade apontando-o como um lugar alternativo de diversão e lazer.

Eram também motivados pela possibilidade de encontrar amigos, bandas e artistas novos que ali têm espaço para se apresentarem. Além disto, havia um “clima nostálgico” que remetia àquela idéia de *retorno ao lar* e de paz à qual se referia Simmel (1998) no ensaio sobre as ruínas. Alguns dos entrevistados se referiam ao centro histórico como: “centro de encontro com as pessoas, vivências e sentimentos”;

“uma opção de lazer, um lazer diferente, menos agitado, bom para conversar, bater papo com amigos”.

Após a conclusão das obras de restauração do Largo de São Frei Pedro Gonçalves, este passou, também, a ser usado como espaço para grandes eventos, suprimindo uma deficiência da cidade: a falta de um espaço amplo para eventos de grande porte. A Praça era considerada pequena para esses eventos, tendo sido alvo de reclamações dos comerciantes e dos produtores de eventos culturais no bairro durante as reuniões da Acehrvo. Então, quando aconteciam eventos maiores, passou-se a montar as barracas, autorizadas e cadastradas, no entorno do Largo. Os pequenos ambulantes ficavam nas calçadas próximas, procurando um espaço para se inserirem entre as barracas, à espera de algum cliente que lhes comprasse suas mercadorias.

Nesses dias de festas e eventos maiores, as fronteiras e os distanciamentos sócio-espaciais se tornam menos visíveis e as camadas mais baixas têm nesses eventos a oportunidade de frequentar o lugar enobrecido. Misturam-se, assim, jovens em suas “tribos”, famílias, crianças, pequenos vendedores, turistas, catadores de latinhas, moradores da favela Porto do Capim, que passam a subir, com mais frequência, a Ladeira de São Frei Pedro Gonçalves para passear durante a noite na Praça e no Largo. Nestas atividades, perdem-se as características contrastivas e o Largo torna-se um espaço no qual diferentes pessoas circulam.

Nos dias de grandes eventos, a Prefeitura Municipal oferece serviços inexistentes no dia-a-dia do bairro do Varadouro, como o atendimento médico em unidades móveis equipadas. São também colocados banheiros públicos móveis e reforçada a segurança pública e privada (ver nas fotos 125 a 129, anexas em CD-ROM, esses serviços públicos oferecidos e o clima festivo nas ruas e praças do centro histórico de João Pessoa). O clima nos espaços da Praça e do Largo é de sociabilidade

marcada pelo clima de festa, com casais dançando, outros apenas assistindo aos shows, namorando, paquerando. Grupos jovens formam rodas para dançarem juntos. As pessoas passeiam, circulam e se misturam com facilidade

O Largo de São Frei Pedro Gonçalves passou a atrair visitantes diariamente. A imponente Igreja, do mesmo nome, fica, agora, aberta diariamente para visitação, com acesso   torre que proporciona a visão de uma das mais belas paisagens da cidade de João Pessoa. Também o antigo *Hotel Globo*   visitado por turistas e excursões escolares, provocando uma sensa o de aconchego e de proximidade que as coisas antigas possuem e que a beleza dos edifícios em volta acentua.

Assim, mais uma vez, os *contra-usos* sociais de um espaço subvertem os cenários monumentais e enobrecidos, precisamente, porque foram transformados em palco para eventos maiores de entretenimento. O Largo de São Frei Pedro Gonçalves se tornou lugar também de manifesta es sociais e políticas da cidade. Essas manifesta es ocorriam, em geral, no chamado Ponto de Cem Réis e se estendiam muitas vezes até a Praça João Pessoa, onde fica o Palácio da Reden o, na cidade alta. O Largo revitalizado tornou-se um outro espaço de centralidade e de visibilidade pública da cidade, ao abrigar atos públicos que revelam uma das mais contundentes subversões dos seus usos. Estendem-se para além do consumo e do lazer, atingindo uma dimensão propriamente política da cidade.

Um exemplo desse novo uso do Largo foi a realiza o do ato público: *Grito dos Excl idos*, em setembro de 2002, coordenado pela Igreja Católica, sindicatos, pastorais e entidades da sociedade civil organizada, que levaram milhares de pessoas ao local. Foi um protesto contra a participa o do Brasil no acordo da área de Livre Comércio das Américas – ALCA. Além deste, aconteceram outros movimentos de protestos e reivindica es da popula o da capital.

A emblemática (re) inauguração da Igreja de São Frei Pedro Gonçalves, em janeiro de 2002, foi um acontecimento marcante na cidade de João Pessoa, sobretudo pela presença de diversas autoridades, de convidados e de moradores do local. Foi realizada uma procissão que saiu da Praia do Jacaré, em Cabedelo (cidade portuária, situada a 18 km de João Pessoa) e terminou às margens do rio Sanhauá, onde nasceu a capital, trazendo a imagem do patrono (São Pedro Pescador) de volta à igreja. No Porto do Capim, a imagem de São Pedro foi carregada por cadetes da Polícia Militar. Na igreja, uma multidão aguardava a chegada da imagem, que foi homenageada com queima de fogos. Após a reintronização da imagem, houve a celebração da missa pelo Arcebispo Dom Marcelo Carvalheira, acompanhado pelo Coral Villa-Lobos da Universidade Federal da Paraíba e com a participação de autoridades executivas, legislativas e judiciais, além de pessoas ligadas ao meio cultural e empresarial.

A (re) inauguração da Igreja dos Navegantes, como também é conhecida, marcou a entrega do Largo de São Pedro Gonçalves restaurado à população. O ato foi acompanhado da assinatura de um protocolo de intenções, firmado entre o Governo do Estado e a Arquidiocese da Paraíba, para a realização e promoção de atividades artístico-culturais nessa igreja. Com a assinatura desse protocolo, a igreja passou a celebrar missas acompanhadas de corais e a incentivar a participação de músicos e a realização de outras atividades culturais junto à comunidade. Foi inaugurado, também, na ocasião outro monumento restaurado, o *Casarão nº 2*, que passou a ser o Memorial da Arquitetura Paraibana. Na (re) inauguração da Igreja de São Frei Pedro Gonçalves e entrega do Largo à população, houve, ainda, um show do músico paraibano Sivuca, como parte das atividades da 16ª *Noite da Cultura*, promovida pelo Governo do Estado.

O Largo ganhou nova centralidade política para manifestações públicas, sobretudo como lugar estratégico, em razão da visibilidade que o local representa na mídia e, recentemente, pelo prestígio adquirido quando das descobertas arqueológicas na Igreja em restauração e suas imediações. O Largo, e dentro dele, a Igreja e o Memorial da Arquitetura Paraibana, passou a dinamizar os usos diurnos daquele lugar, que antes era ocupado com oficinas mecânicas, casas alugadas, um antiquário, com o *Hotel Globo* e a sede da Comissão Permanente de Revitalização do centro histórico de João Pessoa. Além desses usos, continuam a funcionar o comércio movimentado das ruas Maciel Pinheiro e Cardoso Vieira, e algumas gráficas e escritórios de advocacia que permanecem na Praça Anthenor Navarro (ver anexo, em CD-ROM, fotos 130 a 135 da movimentação do comércio e da intensa circulação de ônibus, automóveis, caminhões e transeuntes nas principais ruas próximas à Praça Anthenor Navarro).

Em suma, no centro histórico de João Pessoa, com a revitalização de seu patrimônio cultural, novos e antigos usos, como também contra-usos, passaram a reinventar a centralidade de um lugar, a lançar *pontes e portas*, numa expressão de Simmel (2000b), que permitem a continuidade das interações criadas a partir da arte e do consumo cultural. No cotidiano do bairro, a circulação de automóveis, ônibus, caminhões continua a ser freqüente, predominando o barulho de buzinas e motores em movimento, ao contrário dos sons noturnos. Pode-se observar trabalhadores e transeuntes circulando pelas ruas, e próximos a esses ruídos do dia, os alunos da Oficina-Escola de João Pessoa trabalham e aprendem, como também, os meninos e meninas do Projeto Folia Cidadã nas Oficinas de Arte. Estes últimos representam parte importante das novas interações sociais que se fortaleceram no centro histórico de João Pessoa, aliadas às sociabilidades efêmeras da noite nos bares, boates e eventos artístico-culturais.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, focalizamos as interações sociais no centro histórico da cidade de João Pessoa, em processo de revitalização econômica e cultural, desde 1987, e as formas como a noção de patrimônio e a própria idéia de preservar bens culturais urbanos se incorporaram às práticas sociais e aos novos usos públicos e privados dos espaços históricos. Concentramo-nos em segmentos das camadas médias - consumidores e comerciantes dos bares, editoras, ateliês e demais atividades que se instalaram na Praça Anthenor Navarro e no Largo de São Frei Pedro Gonçalves após as obras de restauração. Enfatizamos, também, os moradores da favela Porto do Capim, composta por uma população pobre residente há mais de cinqüenta anos numa área de mangue que compõe a paisagem mais antiga, lugar de origem da cidade.

A existência de várias outras experiências similares em diferentes cidades do Brasil e do mundo possibilitou-nos tomar como pano de fundo dessas interações a cidade contemporânea e as mudanças mais recentes nas concepções de patrimônio cultural. Essas alterações, em geral, vêm sendo marcadas por práticas de *gentrification* desse patrimônio e pela gestão pública e privada dos bens e dos espaços urbanos nos quais eles se inserem. Em especial, buscamos analisar os elementos que constroem e reforçam as *sociabilidades*, explicitando, assim, os elos e as contradições entre uma lógica social e uma lógica econômica presente nas práticas atuais de revitalização urbana.

As mudanças sociais no Brasil, nos últimos anos, também favoreceram a difusão desse debate que acentuava, de um lado, a participação, a solidariedade, o associativismo, a reciprocidade e, de outro, uma forma de interação social que considera, ao mesmo tempo, as funcionalidades institucionais e as relações

interpessoais. Nossa argumentação dirigiu-se no sentido de discutir, numa visão multidimensional da ação, como nesses focos econômicos e político-culturais dos espaços urbanos e da sociedade - evidenciados nas áreas “revitalizadas” do centro histórico da cidade de João Pessoa, assim como em diversas outras cidades brasileiras - as relações mercantis se entrelaçam com outras relações não-mercantis, estabelecendo diferentes registros de sociabilidades.

A partir de uma experiência de realocização da tradição e de uma tentativa de *gentrification* do patrimônio cultural da cidade de João Pessoa, analisamos de que forma emergem práticas e sociabilidades, espontâneas ou formalizadas, que não se restringem nem resultam apenas numa mesma lógica urbanística funcional. Esses novos fenômenos sociais são importantes e devem ser analisados e compreendidos, pois parecem obedecer a formas não-economicistas de relacionamento social como a reciprocidade e a participação popular. Propiciam também a formação de associações que favorecem a circulação de bens simbólicos e materiais e o desdobramento de interações sociais baseadas em laços de solidariedade, amizade e associação, bem como reforçam as raízes culturais locais.

A inspiração em alguns conceitos sociológicos trabalhados por Simmel (1971, 1973, 1983, 1996, 2000) e revisitados, a partir de novas problemáticas, por Featherstone (1995), Frisby e Featherstone (2000), Souza e Oëlze (1998), Giddens (1991, 1997) e Certeau (1994), entre outros, conduziu-nos a uma reflexão sobre as condições socioculturais que fizeram emergir o tema e a problemática específica em foco para, em seguida, identificarmos, nos depoimentos e nas práticas inerentes à revitalização urbana, os vínculos e as contradições próprias de uma “vida moderna” marcada por conflitos e pela competitividade. Nessa direção, procuramos lidar com as experiências vividas dos atores sociais, explicitando o plano social das relações

interpessoais e das significações simbólicas e subjetivas associadas ao patrimônio cultural e ao processo de *gentrification* em curso.

Especialmente nas décadas de 1980/90, o tema ligado à revitalização dos centros históricos, lugares de memória das cidades, ganhou maior visibilidade e novas indagações. A prática da revitalização urbana apareceu associada à memória de indivíduos e grupos sociais, à formação de vínculos sociais fundamentados na busca de identidade cultural e de cidadania. Surgiu, sobretudo, articulada a usos e relações sociais influenciadas pelo mercado de consumo cultural. Apresentou-se, portanto, como fenômeno paradoxal: de um lado, associada ao desenvolvimento econômico e turístico das cidades brasileiras e, de outro, vinculada ao sentimento de resgate cultural e de preservação das paisagens urbanas de valor histórico e ambiental, e seus usos contemporâneos.

A partir desses pontos fundamentais, é possível afirmar que, embora as práticas culturais e sociais que se desenvolveram nas áreas-alvo de revitalização urbana, componham espaços e interações baseadas no consumo e em formas de interações vinculadas a conteúdos como interesses ou objetivos específicos, também expressam *sociabilidades* (Simmel, 1983:169) e a construção de *lugares* (Arantes, 1997) a partir dos quais se podem reivindicar direitos culturais e sociais.

Mostramos como se desenvolvem, na atualidade, formas de interação social e propostas concretas por parte dos sujeitos e dos grupos voltados para o envolvimento social e o interesse coletivo, envolvendo, sobretudo, aquelas associadas à memória da cidade e ao seu patrimônio cultural – material ou imaterial. Com efeito, identificamos outros atores sociais incorporados e interagindo nos espaços revitalizados da década de 1990, não apenas os gestores das políticas estatais e moradores, mas também os usuários, as associações não-governamentais, associações de moradores, grupos de

artistas plásticos, músicos, estudantes, intelectuais, comerciantes, prostitutas, entre outros.

Neste sentido, trabalhamos com os espaços sociais do centro histórico de João Pessoa, nos quais os moradores, os usuários das áreas de lazer e cultura, os comerciantes e os gestores do processo de revitalização se reconhecem e interagem baseados em valores como a participação, a colaboração e a ajuda mútua, em ações diretamente orientadas para a solução dos problemas a partir do próprio esforço e de parcerias, buscando recursos para a satisfação de suas necessidades e direitos. Nossa atenção também se concentrou nos conflitos entre comerciantes e membros da Comissão Permanente de Revitalização do Centro Histórico, entre os novos comerciantes e as atividades de prostituição, além de problemas vinculados à população da favela do Porto do Capim: o medo da remoção, a insegurança, a falta de trabalho, as doenças provocadas pela proximidade do mangue e poluição do rio Sanhauá, os conflitos entre associações e destas com os órgãos governamentais.

Identificamos, como resultantes das intervenções urbanas mais recentes de revitalização do centro histórico da cidade de João Pessoa, relatos e experiências que, embora se voltem para a inserção desses bens na lógica de mercado capitalista gerando cenários urbanos, museus de rua, paisagens voltadas para o *marketing* turístico, apontam em outros sentidos, ou seja, para a criação e desenvolvimento de interações sociais que se afastam dessa lógica econômica. Isso foi identificado tanto nos espaços das praças, ruas, bares, shows e festas comemorativas, quanto na experiência da Oficina-Escola de Revitalização do Patrimônio Cultural da cidade de João Pessoa e, também, no Projeto Folia Cidadã, desenvolvido através da Associação Folia de Rua, desde 2000.

Como parte da dinamização cultural do centro histórico, a Associação Centro Histórico Vivo (Acehrvo) passou a realizar fóruns e reuniões semanais com diversas pessoas e entidades, inclusive com associações já existentes, como a Associação de Moradores do Porto do Capim, a Comunidade Santa Marta e a Associação Comercial da Paraíba, favorecendo a solidariedade e a participação de diversos atores sociais no processo. Expressão da nova vida do centro histórico da cidade, a Oficina-Escola e o Projeto Folia Cidadã reúnem meninos e meninas de baixa renda, dando-lhes trabalho e a possibilidade de experimentarem o sentimento de estarem juntos compartilhando conhecimentos, de serem solidários e de valorizarem o patrimônio cultural comum a todos e à memória da cidade.

No centro antigo de João Pessoa, reforçaram-se os vínculos sociais que transformaram esses espaços públicos em *lugares*, seja através de atividades associadas aos espaços culturais/lúdicos (festas, shows, teatro, música etc), seja através da criação e do fortalecimento de associações não-governamentais, que passaram a reivindicar uma maior consciência da importância da preservação do patrimônio cultural, enquanto memória social/coletiva e espaço de discussões dos problemas do centro histórico e de sua população residente, trabalhadora e usuária.

Nosso foco sobre o *Projeto de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa* deteve-se na existência, nas cidades contemporâneas, de espaços de interação social e, em especial, de *sociabilidades públicas*. Esse fenômeno ocorre, principalmente, em um tipo de cidade que é re-significada para se tornar vitrine, espetáculo, lugar de consumo da tradição pelo *marketing* das cidades e suas políticas contemporâneas de patrimônio cultural. As estratégias funcionais de *gentrification* do patrimônio criaram cenários, *embelezaram* as cidades históricas através dessas políticas urbanas e, em contraste, outros laços se fortaleceram a partir de relações

interpessoais fundadas na vivência comum dos problemas da população moradora, comerciante e usuária.

Contudo, outros resultados se tornaram evidentes nessas políticas de *gentrification* no Brasil das duas últimas décadas: as alterações na paisagem urbana, com a recuperação de sítios históricos degradados em áreas de entretenimento urbano e de consumo cultural. Os significados de uma localidade histórica transformaram-se, parcialmente, em um segmento do mercado, considerando-se a apropriação cultural do espaço a partir do fluxo de capitais. Essa *relocalização estética do passado* (Featherstone, 1995; Zukin, 2000; Leite, 2001), na experiência de João Pessoa, resultou num modelo alterado de práticas que lançam *pontes* e ampliam as possibilidades de apropriações diferenciadas do espaço urbano que ultrapassam a simples troca material e simbólica. Além disto, criou efetivamente *lugares públicos*, não apenas nas oficinas e associações ou organizações não-governamentais, mas também nos próprios espaços da Praça Anthenor Navarro e do Largo de São Frei Pedro Gonçalves.

Com efeito, em termos da dinâmica institucional, identificamos, nos depoimentos sobre as experiências pessoais e nas práticas analisadas, nas notícias de jornais e documentos pesquisados, que a tradição continua sendo um argumento central que justifica as atuais intervenções, embora pressuponha o acréscimo à idéia de patrimônio cultural da concepção mercadológica. As duas formas de intervenção, tanto aquela que se apóia na idéia de memória nacional (ou local), como a que se fundamenta no patrimônio cultural como mercadoria cultural, são modalidades de intervenção e apropriação simbólicas, construídas com base em concepções sociais específicas. A primeira forma apela para uma discutível memória compartilhada para

tornar eficazes as ações convergentes dentro de uma nação ou localidade, enquanto a segunda volta-se para as ações de consumo no interior do mercado cultural.

Como vimos, as intervenções voltadas para a lógica da memória nacional se desenvolveram a partir de políticas culturais centralizadas pelo Estado e se fundamentaram numa concepção de patrimônio como lugar político para construção da idéia de nação, relacionando espaço público e cidadania. Já os projetos de *gentrification* contemporâneos, apesar de possuírem a mesma justificativa quanto à centralidade do patrimônio para a tradição nacional, pois possuem uma concepção de mercado que implica uma gestão mista entre Estado e iniciativa privada como forma de intervir no patrimônio como mercadoria cultural, alteram o sentido político do lugar ao considerarem o cidadão um *consumidor*. Embora haja uma re-significação da tradição em ambos os casos, a sociabilidade pública que pode se desenvolver em cada um deles indica concepções diferentes de espaço público.

Destarte, ao considerarmos a dupla inserção da dimensão do consumo à concepção de cidadania, percebemos que, além da perspectiva econômica do consumo, estratificada pela renda e poder aquisitivo, pelas possibilidades reais de aquisição de bens e de participação no mercado de produtos e serviços, há na cultura de consumo uma dimensão que ultrapassa esta da troca econômica. Sociólogos como Featherstone (1995) e Certeau (1994) referem-se a uma lógica mais ampla de estruturação da sociedade baseada no princípio da troca e no uso dos bens culturais, que não se esgota no ato em si das trocas, mas que transforma esse princípio em um ponto de partida para organizar e modelar relações sociais. Canclini afirma que “o consumo serve para pensar” (1995:51-66), referindo-se justamente a essa dimensão política e cultural das práticas de consumo como parte das interações socioculturais mais complexas.

As atuais experiências de revitalização urbana estabelecem essa articulação entre *consumo, tradição e patrimônio*, ao revalorizarem localidades através do destaque dos centros históricos como lugares de convergência da população para um suposto passado e para identidades comuns, representantes da memória da nação, da tradição e da cidadania. Por outro lado, consideram essas intervenções como formas de recuperação de localidades enquanto espaços públicos de lazer, entretenimento e consumo da população. Isso acontece, mesmo que este último sentido de reativação dos aspectos públicos desses espaços esteja condicionado, em grande parte, às práticas de consumo das camadas médias urbanas (Featherstone, 1995).

Embora essas políticas culturais e práticas sociais segreguem esses espaços para o consumo restrito, elas não levam necessariamente ao esvaziamento das interações sociais, nem impedem novas formas cotidianas de apropriação política dos lugares, enquanto espaços de publicização e politização das diferenças e lugares a partir dos quais se podem reivindicar formas de participação política nas decisões sobre os bairros, as praças e as ruas das cidades. Desse modo, identificamos no espaço público uma dimensão sociológica enquanto *lugar* cujas demarcações físicas e simbólicas o qualificam e lhe atribuem sentidos de aproximação e afastamento e de pertencimento, orientando ações sociais e sendo por estas delimitadas.

Neste sentido, defendemos a idéia de que, apesar das restrições que a transformação do patrimônio em mercadoria cultural impõe às características políticas do espaço público, resultantes das relações de mercado e dos limites de acesso ao consumo, estes processos de *gentrification* podem potencializar formas de interação, a partir da diversificação dos usos, acentuada com a própria dinâmica das interações intensificadas nesses espaços revitalizados. Afirmamos, além disso, que essas políticas de usos cotidianos e públicos dos espaços e do patrimônio demarcam diferenças e

criam transgressões na paisagem urbana, ao subverterem os usos esperados, constituindo-se em *lugares* que configuram e qualificam os espaços urbanos como espaços públicos, na medida em que se tornam locais de disputas práticas e simbólicas sobre o direito de estar na cidade, de ocupar seus espaços, de traçar itinerários, de pertencer e de ter identidade.

Na primeira fase da revitalização do centro histórico de João Pessoa (1987-1996), foram privilegiados os monumentos em risco e a necessidade de uma legislação específica para a área delimitada como centro histórico, além de algumas tentativas de mudar usos que resultaram em conflitos freqüentes com os comerciantes. Embora se atribuísse no documento do *Projeto de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa* grande importância à necessidade de que a população devia ser integrada à problemática da preservação e renovação urbana, essa atribuição foi colocada em prática apenas no que se refere ao trabalho desenvolvido em nível educativo/formador da consciência com a Oficina-Escola de Revitalização do Patrimônio Cultural de João Pessoa. À exceção das atividades do Projeto Folia Cidadã, as propostas de meados da década de 1990 privilegiaram outros grupos (artistas, comerciantes de bares, boates, editoras, turistas) em detrimento da população pobre do bairro.

Entretanto, na segunda fase do processo de revitalização do centro histórico de João Pessoa (1997-2002), houve uma articulação maior da população, voltada para a defesa de direitos culturais. Nesse sentido, os moradores da área passaram a reivindicar cidadania, sobretudo, tentando exercer influência sobre os poderes públicos locais, cobrando ações de melhoria da qualidade de vida no centro histórico. Evidenciou-se, a partir do final da década de 1990, o interesse de diversas instituições públicas e privadas pelo tema do patrimônio histórico e cultural na cidade de João Pessoa, passando também o termo “centro histórico” a ter significado no imaginário de parte

da população local, através da mídia e da dinamização cultural do centro histórico. A partir do interesse das instituições públicas e privadas, firmou-se a noção de que o patrimônio cultural representaria uma possibilidade de desenvolvimento econômico, vinculado à dinamização cultural e à potencialização turística da cidade e do Estado. Paralelamente, tornaram-se públicos os problemas sociais e físicos da população e do bairro do Varadouro, o mais antigo da cidade.

A partir dessa discussão pública sobre os problemas e o potencial econômico do patrimônio cultural do bairro e demais áreas urbanas da cidade propícias ao turismo, começaram a se formar novas associações. Inicialmente, eram entidades formadas por voluntários, sem vinculação institucional alguma; depois passaram a elaborar seu estatuto e a eleger a diretoria, buscando formas de financiamento dos projetos sociais e culturais propostos.

Firmou-se, assim, durante o período de 1997-2002, uma nova imagem do centro histórico, não apenas a imagem de seus monumentos arquitetônicos excepcionais, mas também de um patrimônio urbano e cultural próprio da cidade de João Pessoa, embora representado pelo período de europeísmos ecléticos na arquitetura e na urbanização da cidade. Estava em curso o processo de reinvenção do lugar.

Projetos como a Oficina-Escola de Revitalização e o Folia Cidadã, baseados em ações educativas ou de recuperação de crianças e jovens através da arte, passaram também a ser desenvolvidos. A arte, a educação e a cultura, aliadas ao entretenimento e ao lazer, revelaram-se como formas de intensificação das relações interpessoais e um incentivo à participação de diferentes grupos sociais. Ações, inicialmente voluntárias e desinteressadas, depois passaram a se institucionalizar e a buscar fontes alternativas de financiamentos para darem continuidade aos projetos.

Além disto, verificamos que a animação na Praça Anthenor Navarro, no Largo de São Frei Pedro Gonçalves e em outros monumentos restaurados na cidade de João Pessoa foi viabilizada não apenas pelas reformas na estrutura física da área, mas principalmente pela participação intensa da população nos eventos que a Prefeitura patrocinou durante quase dois anos, e continua promovendo. As festas juninas, as prévias carnavalescas, os lançamentos de livros, a festa do Auto de Deus, no Natal, entre outras, delimitaram formas de usos desses lugares. O casario reformado da Praça Anthenor Navarro transformou o lugar num agitado ponto de encontro, por onde circulam pessoas e um burburinho de vozes, música de jazz, no Parahyba Jazz.

Desse modo expressaram-se, nas intervenções mais recentes no centro histórico de João Pessoa, as ambigüidades específicas de uma experiência de *gentrification* que, apesar de transformar em lugar de uso público uma área antes considerada abandonada e degradada, não conseguiu “revitalizar” o patrimônio urbano, no sentido de que não se extinguiu a imagem de abandono e degradação. A área sempre foi vista como perigosa, sobretudo à noite, quando as ruas ficam escuras e vazias, com movimento apenas nos cabarés que até hoje preenchem as noites do bairro do Varadouro. A exceção está na Praça Anthenor Navarro e no Largo de São Frei Pedro Gonçalves, como se fossem ilhas iluminadas. Permanece, assim, a inconstância do poder público como responsável/provedor da iluminação e segurança pública e a crescente redução do uso habitacional da área. Estes são problemas que demonstram avanços e retrocessos próprios da complexidade dos processos de *gentrification*.

A reforma da Praça pareceu-nos, em uma escala reduzida, ter o impacto das demolições das primeiras décadas do século. A pracinha foi demolida, removeram-se bancos e o busto de Anthenor Navarro, refazendo seu traçado e o das ruas em sua volta. As fachadas dos edifícios ecléticos e *art déco* foram pintadas, construindo-se um

novo jardim, com nova iluminação de época. O resultado foi a transformação de um espaço onde circulavam apenas automóveis e se estacionavam carros em cima do que restava da praça e das calçadas, em um espaço para espetáculos públicos, sociabilidades efêmeras e consumo cultural.

Entretanto, a força simbólica dessas *ruínas* transformadas em *reliquias*, dos restos de um passado dos primórdios da urbanização no Brasil e símbolo das ameaças escatológicas de final de século contribuiu para que formas de solidariedade se recompusessem e que fossem geradas outras práticas sociais e sociabilidades fundamentadas em valores centrados nos sentimentos de cidadania, tornando o patrimônio cultural urbano passível de reapropriação por alguns segmentos da população.

Essa dimensão de *espaço público* também pôde ser identificada quando passou a existir uma aproximação entre a população consumidora do centro histórico de João Pessoa e a realidade de vida da população moradora, possibilitando o reconhecimento das diferentes experiências da vida. Não só a situação de vida na favela, mas a própria situação do patrimônio arquitetônico e urbanístico da cidade em ruínas.

A partir de uma articulação entre espaço, ação e forma profunda que a ruína carrega, procuramos entender as novas interações sociais que se estruturaram no centro histórico de João Pessoa. As interações que tiveram continuidade nesse processo na capital paraibana foram além de chamar a atenção e provocar reações das pessoas da cidade em relação às cores das fachadas dos prédios restaurados ou de reativar um interesse econômico maior pelo patrimônio cultural urbano de João Pessoa. Fizeram surgir formas associativas, *usos e contra-usos*, *pontes e portas* que permitem ampliar as reciprocidades e os laços afetivos, sentimentos diversos e trocas interpessoais que fazem com que interações sociais persistam e vínculos sociais mais duradouros sejam

estabelecidos entre as pessoas que vivem e circulam no centro histórico de João Pessoa.

O processo de revitalização continua em andamento, seguindo a forma de construção dos *planos estratégicos* e as tendências e oportunidades de financiamentos e de renovação do convênio com a Espanha. Entre outras, se destacam novas parcerias internacionais, entre França e Brasil/Paraíba/João Pessoa, de transferência de tecnologia. Especificamente, está em desenvolvimento um projeto de reforma/restauração e financiamento de antigos prédios localizados no Varadouro para uso residencial através da Caixa Econômica Federal. Consideramos essa continuidade importante para uma efetiva revitalização do centro antigo da cidade de João Pessoa. Entretanto, receamos que nenhum projeto efetivo seja desenvolvido para a área da favela do Porto do Capim, habitada por milhares de pessoas em precárias condições de vida e ainda poluindo e destruindo a região de mangue ali existente. Continuam, também, os projetos de dinamização cultural como, por exemplo, o *Festival Centro em Cena*, realizado entre janeiro e fevereiro de 2003, em sua terceira edição, ampliada em termos da participação de artistas nacionais, regionais e locais.

As principais intervenções realizadas entre 1988-2002 possibilitaram-nos verificar que o volume de investimentos públicos e privados no patrimônio cultural e na promoção de eventos da cidade de João Pessoa esteve voltado, sobretudo a partir de meados da década de 1990, para a meta de criar um espaço central e enobrecido para a cidade que possibilitasse a captação dos recursos de programas federais e internacionais e viabilizasse o desenvolvimento econômico do Município e do Estado, através do turismo.

De outro ângulo, a dependência da dinamização cultural com relação à manutenção de uma agenda permanente para o centro histórico subsidiada pelo Estado

(Prefeitura e Governo do Estado) dificultou seu desenvolvimento e emperrou outras mudanças relacionadas com a criação de programas sociais que integrassem a população local à problemática da preservação do patrimônio e renovação urbana. Em João Pessoa se privilegiaram, nessa segunda fase da revitalização, aqueles atores que supostamente teriam capacidade de dar continuidade à proposta de revitalização: empresários, comerciantes, proprietários imobiliários, grupos financeiros, artistas. Mas, ao que tudo indica, a escolha dos atores foi menos um erro técnico do que uma escolha estratégica para o tipo de intervenção pretendida que, segundo Zanchetti (2000), numa análise das experiências contemporâneas de revitalização, sobretudo na América Latina, exerce influência sobre a natureza política do processo.

O processo de revitalização da Praça Anthenor Navarro e do Largo de São Pedro Gonçalves (1997-2002) privilegiou um grupo social formado por empresários, comerciantes e agentes financeiros, em detrimento da população pobre do bairro, posta em segundo plano, insegura quanto aos rumos da revitalização e preocupada com a possibilidade de remoção daquele lugar. Ao que tudo indica, a idéia de habitação no centro histórico a partir desse convênio entre a Caixa Econômica Federal e a Prefeitura Municipal de João Pessoa, sob orientação técnica de uma equipe francesa, caminha no sentido não de se manter seus antigos moradores, mas de se voltar para novos possíveis moradores, com outro perfil sócio-econômico.

Assim, se, por um lado, o processo de *gentrification* representado pela revitalização da Praça Anthenor Navarro e do Largo de São Pedro Gonçalves, modificou a paisagem urbana de parte do bairro do Varadouro, por outro, ampliou a visibilidade pública do lugar e estimulou novos *usos e contra-usos*. Entretanto, essas mudanças não alteraram as assimetrias que delimitavam espacialmente as desigualdades sociais do lugar. A escolha dos atores e a dependência dos grupos

culturais e das instituições ligadas ao patrimônio cultural em relação ao apoio e ao subsídio do Estado fizeram com que a continuidade do processo fosse questionada. Sobretudo, a partir do segundo ano posterior à revitalização da Praça Anthenor Navarro, passou-se a criticar abertamente a Comissão e a Prefeitura, por terem feito cenário e pintado fachadas simplesmente.

Contudo, os símbolos mais duradouros da nova vida no centro histórico, as *pontes* lançadas a partir dessa experiência de *gentrification* do patrimônio cultural da cidade de João Pessoa, parecem não estar apenas nos bares e boates ou nas festas e eventos produzidos na Praça ou no Largo de São Frei Pedro Gonçalves, nos quais as sociabilidades, aproximações e afastamentos também acontecem ou se renovam. Esses valores simbólicos, essa forma de aspiração ao sagrado e universal que as obras arquitetônicas e, sobretudo, as ruínas provocam nos indivíduos, associados à aproximação espacial e social na convivência entre artistas e população favelada, entre entidades formadas por comerciantes, por moradores da área, por intelectuais e artistas da cidade como um todo, é que podem nos conduzir à compreensão da complexidade da experiência recente de revitalização do centro histórico de João Pessoa.

As pessoas do bairro e seus usuários hoje se interessam pelos problemas de infra-estrutura e de funcionamento dos equipamentos coletivos da área, com a poluição do rio Sanhauá, com a presença do *Lixão do Róger* e suas danosas conseqüências e com a população da favela Porto do Capim, às margens do rio Sanhauá. Essas pessoas procuram reivindicar seus direitos à cidade e à cultura, através das associações e ONGs que atuam no centro histórico. É a partir desse novo sentido dado ao centro histórico, associado à possibilidade de melhoria da vida dos cidadãos do próprio bairro, que reforçamos o argumento central desta tese. Ou seja, essa experiência, além de representar um exemplo de *gentrification* do patrimônio urbano de uma cidade

histórica de médio porte do Nordeste brasileiro, compreende formas próprias de interação social e de formação de vínculos que vão além da lógica economicista do mercado.

Foi a partir da evidência de novas formas de participação e de interação social na experiência recente de revitalização do centro histórico de João Pessoa que fundamentamos o argumento de que o processo de *gentrification* em João Pessoa mudou parte da paisagem urbana do bairro do Varadouro. Além disso, motivou a população moradora, consumidores e comerciantes a reivindicar pelo bairro e pelo centro histórico como um todo na mídia, no Legislativo e em diversos espaços que lhes foram permitidos. Essa população passou a tomar iniciativas próprias quanto à criação de programas sociais e formas alternativas de ajudar os moradores da favela do Porto do Capim.

Com efeito, em que pese sua singularidade, a revitalização da Praça Anthenor Navarro e do Largo de São Pedro Gonçalves, a exemplo de grande parte das cidades históricas do Brasil e de outros países nos últimos anos, repetiu uma tendência de transformar degradados sítios urbanos em áreas de diversão e de consumo cultural. Como em qualquer empreendimento, a continuidade desses negócios e a autonomia política da revitalização, para assegurar o retorno dos investimentos realizados, foi e, ainda é, uma das principais preocupações dos seus atores e gestores.

Nesse aspecto, a experiência de João Pessoa ganhou maior singularidade, pois, de fato, a forma como a equipe técnica da Comissão Permanente de Desenvolvimento do centro histórico de João Pessoa, bem como os novos comerciantes, prestadores de serviços e artistas instalados na Praça e no Largo têm agido para garantir a continuidade da experiência, é organizando esses grupos em associações, em fóruns ou

reuniões, cujas pautas centram-se nos problemas comuns e nas formas de atuação e de ampliação da participação da população local.

Algumas associações existentes no centro histórico de João Pessoa surgiram a partir da problemática específica do apoio à revitalização do patrimônio cultural. Todavia, passaram a atuar, posteriormente, em programas ou projetos sociais voltados para a população do bairro do Varadouro (em especial crianças e adolescentes moradores da favela Porto do Capim). Essas associações também surgiram em momentos de retração da participação do Governo do Estado e da Prefeitura Municipal que, muitas vezes, mostraram-se omissos em relação à contrapartida prevista no Convênio Brasil/ Espanha.

Os órgãos públicos locais atuaram durante todo o processo de implantação do Projeto de Revitalização (1987) num movimento de aproximação e de afastamento com relação ao patrimônio cultural e histórico, variando suas ações conforme a vontade política dos seus dirigentes. Já as associações, apesar de não possuírem ainda uma estrutura bem organizada e atuarem de forma muitas vezes dispersa e com dificuldades de manter um fórum permanente, conseguiram mobilizar e reunir várias pessoas e entidades em momentos específicos. Conseguiram, de certa forma, alterar a forma de gestão do processo ampliando as pressões desses grupos sobre os poderes públicos e autoridades responsáveis pelo patrimônio cultural da cidade de João Pessoa.

Nesse sentido, consideramos que a estratégia de formação de uma entidade e fóruns para debater e reivindicar a manutenção de uma agenda cultural e melhoria nos equipamentos de um lugar na cidade, ou seja, a revitalização da Praça Anthenor Navarro e do bairro do Varadouro, junto com a formação da Acehrvo (Associação Centro Histórico Vivo) e, depois, com o *Projeto Folia Cidadã*, manteve implícita uma concepção de espaço urbano enquanto *lugar público*. Ao propor a abertura de áreas

públicas substituindo e revitalizando uma praça central, antes ocupada como estacionamento e posto de gasolina, o *Projeto de Revitalização da Praça Anthenor Navarro* articulava essa aproximação, entendendo que a localização por excelência das sociabilidades públicas é a rua com suas calçadas, praças e largos.

Tomou forma, ao lado das práticas de *gentrification* em torno do centro histórico, uma politização do debate acerca das reivindicações sobre direitos culturais e pertencimento à cidade. A Acehrvo e a equipe técnica da Comissão, não apenas se tornaram interlocutoras dos anseios da população do bairro (incluindo-se os comerciantes, moradores, artistas, empresários), como também passaram a ser identificadas como instrumentos pelos quais a população organizada poderia influenciar e garantir a continuidade da revitalização.

A Praça, o Largo e o patrimônio cultural, tanto para aqueles que vivem ou circulam cotidianamente nesses espaços revitalizados como para os novos usuários, passaram a ser vistos como “ponto de encontro”, lugar de diversão e cultura. Por outro lado, passaram a significar *lugares* (no sentido de unirem significado e ação a um espaço físico) nos quais os direitos culturais podem ser afirmados e a identidade comum buscada através das raízes, da história, do sentimento de pertencimento e da memória da cidade. Pode-se acrescentar uma outra dimensão à definição de vida pública, que se afirma como lugar de emergência de novas formas de uso e de ação dos atores sociais envolvidos. Entre esses novos atores, destacam-se, desde os membros das camadas médias presentes na Acehrvo e nas festas e eventos artístico-culturais e de lazer, até as crianças e jovens pobres que foram sendo incorporados ao processo, através do *Projeto Folia Cidadã* e da *Oficina-Escola de Revitalização*.

A Praça Anthenor Navarro e o Largo de São Pedro Gonçalves se tornaram *lugares*, essencialmente à noite, quando as demarcações espaço-temporais intensificam

suas fronteiras, assumindo sentidos além de sua funcionalidade, sentidos construídos e praticados através de relações interpessoais, podendo ser até um espaço evitável (para quem não participa), mas sempre relacional e reflexivo para as ações que o constroem.

O que aparece como característica principal desses lugares urbanos contemporâneos é uma diversidade de conteúdos em torno da qual ocorre essa convergência de sentidos. Essa dimensão permite, através da diversificação simbólica, que um mesmo espaço seja configurado de modo híbrido como diferentes lugares, cujos usos e contra-usos atribuídos fazem representações distintas sobre um mesmo lugar. Entretanto, não basta que esses lugares existam como *evento*; é preciso que, além da convergência de sentidos e da continuidade espaço-temporal, existam certos vínculos mais perenes da vida social e que sejam ampliadas as formas de participação popular. É através desses vínculos e formas de participação que os interesses se tornam convergentes, códigos de condutas são redesenhados, nexos entre identidade e espaços urbanos são refeitos.

A Praça e o Largo revitalizados do bairro do Varadouro, no centro histórico de João Pessoa, se tornaram espaços de disputa e passaram a reter uma dimensão pública, de modo que a permanência das pessoas significa uma forma de pertencer ao bairro e de ter direitos reconhecidos ao se tornarem espaços de coexistência de lugares e interações sociais, ou seja, um lugar de singularidade espacial e socialmente reconhecível. Esse aspecto contrastivo e diferencial implica a existência de representações que podem ser antagônicas: o que pode ser um lugar para uns, pode ser exatamente o que possibilita a construção contrastiva de seus próprios lugares por outros. Essa dimensão de espaço de construção da *diferença* pode também possibilitar que se constitua um espaço de cidadania. Através dele, podem ser demarcadas, social e espacialmente, as confluências ideológicas que se traduzirão na tentativa de

reivindicação de diferentes valores culturais, interesses políticos, visões de mundo e necessidades materiais.

A revitalização de Centros Históricos, bairros, portos, entre outras áreas urbanas, deve ser considerada não como mera nostalgia ou conservação do passado em suas características arquitetônicas monumentais, mas como possibilidade de incorporar à cidade existente, real, a população excluída da cidade planejada, bem como parte da memória e da história dos cidadãos. O propósito é recuperar espaços antes abandonados pelo mercado e pelo Estado, ocupados por novas populações (em geral mais pobres). Por isso, são exigidas intervenções específicas sob ameaça de perda de um patrimônio coletivo, público e privado. A cidadania é o elemento mais dinâmico dessa forma de intervenção nos espaços da cidade, embora a preservação e a utilização da forma urbana antiga, com seus espaços de praças, largos, teatros etc., sejam também aspectos importantes, pelo seu valor histórico e estético.

Os espaços segmentados pelas práticas de *gentrification* na cidade de João Pessoa resultaram em lugares devido à forma predominantemente simbólica com que o patrimônio cultural foi reapropriado, tanto no sentido de reafirmar aspectos de uma tradição já existente quanto de reescrever e reinventar tradições. A finalidade desse processo parece articular os aspectos tradicionais da cultura com as demandas de mercado – que possibilitam transformar o patrimônio em mercadoria cultural – e, a partir disso, legitimam a reinvenção de uma centralidade, reconstruindo os vínculos entre identidade e lugar no contexto urbano contemporâneo.

A noção de tradição, normalmente associada à localidade pela permanência temporal e espacial das relações sociais, pressupõe uma continuidade do tempo e o estabelecimento de nexos entre passado, presente e futuro. Pressupõe ainda uma concepção de espaço definido no qual se mantêm crenças e tradições. O enraizamento

da tradição em contextos locais é o elemento garantidor de sua própria continuidade, ao assegurar a recorrência de práticas sociais no interior do espaço diferenciado e do tempo contínuo.

As categorias de espaço e de tempo estabelecem os parâmetros para as relações identitárias que marcam a diferenciação externa e interna, através das quais grupos ou comunidades criam representações sobre si e sobre os outros. Por isso, a tradição é orientadora das ações, de modo temporalmente contínuo e localizado espacialmente; é um *meio* de identidade e fundamento para a segurança ontológica (Giddens, 1991). São, portanto, as experiências compartilhadas de reconhecimento e estranhamento, aproximações e afastamentos, que criam os nexos contínuos no tempo e espaço, entre passado e presente, e tornam a tradição um meio de identidade através da constituição dos lugares sociais.

Refazem-se, assim, os nexos com os lugares, conferindo sentido a certos espaços das cidades. Esses lugares, entretanto, cuja materialidade é visível em diferentes configurações urbanas, erguem-se em espaços fluidos e mutantes, numa *cartografia do poder* (Arantes, 1996, 1997; Canclini, 1996; Santos, 1994), composta por lugares que se singularizam especialmente pelas representações e práticas construídas pelas pessoas que neles interagem. Incidem reflexivamente sobre as disposições, fronteiras e deslocamentos espaciais, que fazem com que muitas dessas representações reforcem os vínculos da semelhança e da diferença, atribuindo sentido identitário aos espaços sociais.

Com efeito, as políticas de patrimônio cultural se destacam dentre as práticas que criam nexos identitários como lugares sociais, por terem a pretensão de reconstituir os nexos constitutivos da tradição para a vida em uma sociedade nacional,

quando selecionam e destacam certos bens culturais que são representativos de uma tradição nacional, capazes de manter os vínculos comunitários da vida em sociedade.

Nesse caminho, cabe compreender se o patrimônio cumpre ou não essa tarefa, considerando-se a possibilidade de o patrimônio nacional ter perdido sua capacidade de gerar esses vínculos comunitários diante da contínua diferenciação social e do crescente fluxo transacional de culturas. Porém, não podemos descartar a eficácia simbólica que os significados sociais do patrimônio cultural continuam a ter na construção social das sociabilidades e dos lugares cotidianos. Assim, as práticas culturais associadas ao patrimônio podem ser consideradas, de modo emblemático, como processos de relocalização e reafirmação das tradições, cujos projetos de intervenção urbana e preservação arquitetônica reinventam centralidades tradicionais da nação, da região, da cidade.

Esses processos parecem conduzir ao que Simmel (1983) considerava ser a principal consequência da vida nas grandes cidades: uma complexa estratificação prática e simbólica da vida, com reflexos sobre o individualismo e o estilo de vida moderno. É nessas experiências sociais cotidianas e essenciais das sociabilidades públicas que se codificam e se tornam públicas as demandas por direitos e por diferentes sentidos de pertencimento. São reivindicações de pertencimento, associadas às formas de estar na cidade, de ocupar lugares e transitar em espaços, estando assim as demandas por pertencimento disseminadas e fragmentadas localmente no espaço urbano.

O resultado desse complexo processo convergente entre políticas de *gentrification* e *relocalização* da tradição fetichizada gerou um espaço delimitado por fronteiras que definem formas de se interagir com esta tradição reapropriada e re-significada como objeto de consumo e como arte/cultura. Significa dizer que não há

uma *forma casual* de se chegar à Praça Anthenor Navarro e ao Largo de São Pedro Gonçalves, nem é possível permanecer ali de modo fortuito. Para ir ao bairro do Varadouro e, em especial, às áreas revitalizadas, é necessário fazer escolhas (de espaços), elaborar critérios (de percursos), traçar táticas (de permanência), qualificar e ocupar espaços (tornando-os lugares). Ao invés de um espaço homogêneo em sua configuração social, a Praça Anthenor Navarro e o Largo de São Pedro Gonçalves se tornaram espaços públicos entrecortados por diferentes representações sobre o que significa freqüentar e interagir em seus espaços e com essa tradição reapropriada.

Com efeito, o processo de revitalização do centro histórico de João Pessoa se situa entre os movimentos de acentuação das especificidades, memórias e histórias locais. Esses movimentos, por um lado, são homogeneizados sob a ótica da mercadoria, do consumo e sua lógica universalizante; por outro lado, podem também ser apreendidos como fonte e paisagem de temporalidades sociais diversas. Sob este último ponto de vista, destaca-se a importância do cotidiano na concretização dessa multiplicidade de tempos sociais. É no âmbito das práticas culturais e sociais cotidianas que se tecem as relações interpessoais, nessa dimensão do gradual e do possível, onde despontam os enfrentamentos das convenções, os desmembramentos das hierarquias e as nuances da heterogeneidade social política.

A noção de cotidiano e as relações interpessoais fazem aqui o papel de “costurar por dentro” (Pallamin, 2000:29) as relações entre as ações culturais, as práticas sociais e os espaços nos quais ocorrem, situando essa relação espacial não como um pano de fundo dessas ações, mas como uma de suas dimensões constituintes. A cultura, considerada como socialmente situada e espacialmente vivida, possui significações que estão além do valor dos objetos e obras, posto que residem nas relações sociais que lhes dão sentidos.

Dessa forma, as fronteiras, as distâncias, *as pontes e portas*, numa expressão de Simmel (2000b), e as demarcações sócio-espaciais resultaram em formas diferentes de subverter os usos esperados dos espaços urbanos enobrecidos - cujo patrimônio é transformado em mercadoria cultural. Resultaram, ainda, em processos de construção de sociabilidades e de vínculos sociais reforçados através de projetos socioculturais e como resposta à exclusão sócio-espacial. Trata-se de uma reapropriação que vem contribuindo para uma repolitização da vida e dos espaços públicos por meio das associações não-governamentais e seus projetos sociais voltados para a população pobre e moradora do centro histórico. Ampliaram-se, assim, as formas de participação popular e de interações sociais a partir das experiências de revitalização e das práticas de *gentrification* do centro histórico de João Pessoa, bem como de seu patrimônio cultural nos anos recentes.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E FONTES DE PESQUISA

7.1. Referências bibliográficas

- AGUIAR, Wellington & OTÁVIO, José. (1985), *Uma cidade de quatro séculos: evolução e roteiro*. João Pessoa, Governo do Estado da Paraíba.
- ALMEIDA, Horácio de. (1997), *História da Paraíba 2*. João Pessoa, Conselho Estadual de Cultura/SEC; Editora Universitária/UFPB.
- ALMEIDA, Maurílio A. (1982), *Presença de D. Pedro II na Paraíba*. Petrópolis, Vozes.
- ANDERSON, Benedict. (1991), *Imagined Communities*. London, Verso.
- ANDRADE, Carlos Roberto Monteiro de. (1992), “De Viena a Santos: Camillo Sitte e Saturnino de Brito”. In: SITTE, Camillo. Tradução de Ricardo Ferreira Henrique. *A construção das cidades segundo seus princípios artísticos*. Ed. Ática, pp. 206-236.
- AQUINO, Aécio V. (1985), *Nordeste século XIX*. João Pessoa, Ed. Universitária.
- ARANTES, Antonio. (1996), “Cultura e Cidadania”. In: Arantes, Antonio (org). *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Cidadania*, nº 24, pp.9-13.
- _____. (1997), “A Guerra dos Lugares - sobre fronteiras simbólicas e liminaridades no espaço urbano de São Paulo”. In: Fortuna, Carlos (org.). *Cidade, Cultura e Globalização. Ensaios de Sociologia*. Oeiras, Celta Editora.
- _____. (org.). (2000), *O Espaço da Diferença*. Campinas, Ed. Papirus.
- ARANTES, Otília. (1996), “Cultura da cidade: animação sem frase”. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* Nº 24 - Cidadania. pp. 229-242.
- ARENDT, Hannah. (1979), *Entre o passado e o futuro*. São Paulo, Perspectiva.
- _____. (1987), *A condição humana*. Rio de Janeiro, Forense Universitária.
- ARGAN, Giulio. (1992). *História da arte como história da cidade*. Pierre Luigi Cabra. São Paulo, Martins Fontes.
- ASFORA, Valeska. (2000), *Tempo de não escolher – formação profissional para adolescentes*. Dissertação de Mestrado em Serviço Social, Centro de Ciências Humanas Letras e Artes/UFPB, João Pessoa.

- AUGÉ, Marc. (1994), *Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Tradução: Maria Lúcia Pereira. Campinas, Papirus.
- BARBOSA, Cônego Florentino. (1994), *Monumentos Históricos e Artísticos da Paraíba*. João Pessoa, A União Editora..
- BATISTA, Juarez. (1989), *Caminhos, Sombras e Ladeiras*. João Pessoa, A União Editora.
- BAUDELAIRE, Charles. (1980), *Pequenos poemas em prosa*. Tradução: Aurélio Buarque de Holanda. Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira.
- BAUDRILLARD, Jean. (1991), *Simulações e Simulacros*. Tradução: Maria João da Costa Pereira. Lisboa, Relógio D'Água Editores.
- _____. (1996), *A Troca Simbólica e a Morte*. São Paulo, Ed. Loyola.
- BECKER, Bertha. (1999), “Políticas e Planejamento do Turismo no Brasil”. In: YÁZIGI, E. Carlos e Cruz, Rita (org.). *Turismo: Espaço, Paisagem e Cultura*. São Paulo, Hucitec, pp. 181-200.
- BENÉVOLO, Leonardo. (1989), *História da Arquitetura Moderna*. São Paulo, Perspectiva.
- BENJAMIN, Walter. (1985), “Teses sobre filosofia da história”. In: KOTHE, Flávio (org.) *Walter Benjamin*. São Paulo, Ed. Ática.
- _____. (1996), *Sobre a Modernidade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- _____. (1997), “Paris, Capital do Século XIX”. In: FORTUNA, C. (org). *Cidade, Cultura e Globalização: ensaios de sociologia*. Oeiras, Celta Editora.
- BHABHA, Homi.(1998), *O Local da Cultura*. Belo Horizonte, Ed. da UFMG.
- BOGDAN, Robert e BIKLEN, Sari. (1994), *Investigação qualitativa em educação*. Porto, Porto Editora.
- BORJA, Jordi. (1999), “Cidadania ou barbárie: o futuro das cidades é ser um lugar de encontro entre os diferentes”. *Revista República*, ano 3, nº 38, dezembro, pp. 30-33.
- BOSI, Vera. (1987), “Participação e pesquisa na preservação do patrimônio cultural”. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* 22, pp.138-144.

- BOSI, Ecléa. (1994), *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo, Companhia das Letras.
- BOURDIEU, Pierre. (1979), *La Distinction*. Paris, Minuit.
- CAILLÉ, ALAIN. (1989), *Critique de la raison utilitaire – Manifeste du Mauss*. Paris, Éditions la Découverte.
- _____. (1998), “Nem holismo nem individualismo metodológicos”. Marcel Mauss e o paradigma da dádiva”. Tradução de Beatriz Perrone-Moisés, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, ANPOCS, v. 13, nº38, out., pp. 5-37
- CALDEIRA, Teresa Pires. (1985), *A política dos outros*. São Paulo, Brasiliense.
- _____. (1997), “Enclaves fortificados: a nova segregação urbana”. *Novos Estudos*, Cebrap, nº 47.
- _____. (2000), *Cidade de Muros: Crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo, Editora 34/Edusp.
- CALVINO, Ítalo. (1990), *As Cidades Invisíveis*. Tradução Diogo Mainardi. São Paulo, Companhia das Letras.
- CANCLINI, Nestor. (1989), *Culturas Híbridas: Estratégias para Entrar y Salir de la Modernidad*. México, D.F.: Grijalbo.
- _____. (1993), *El Consumo Cultural en México*. México, Consejo Nacional para la Cultura y las Artes.
- _____. (1994), “O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional”. Tradução: Maurício Santana Dias. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, nº 23, pp. 94-115.
- _____. (1995), *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. Tradução: Maurício Santana Dias. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ.
- CASTELLS, Manoel & BORJA, Jordi. (1996), “As cidades como atores políticos”, *Novos Estudos*, nº 45, pp.125-166.
- CASTELLS, Manuel. (1999), *A Sociedade em Rede*. Tradução: Roneide Venâncio Majer. São Paulo, Paz e Terra.
- CAVALCANTI, Lauro. (1993), *As preocupações do belo: monumentos do futuro e do passado na implantação da arquitetura moderna brasileira*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Antropologia Social do Museu Nacional. UFRJ.

- CERTEAU, Michel de. (1994), *A Invenção do Cotidiano: artes do fazer*. Tradução: Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, Vozes.
- _____. (1994a), “Andando na Cidade”. Tradução: Anna Olga de Barros Barreto. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Cidades*, nº 23, pp. 21-31.
- CERTEAU, Michel, GIARD, L. e Mayol, P. (1998), *A Invenção do Cotidiano 2. Morar, Cozinhar*. Tradução: Ephraim Ferreira Alves e Lúcia Endlich Orth. Petrópolis, Vozes.
- CERVELLATI, P. L., SCANNAVINI, R. (1973), *Bologna: política e metodologia del restauro nei centri storici*. Il Mulino, Bolonia.
- CETRULO, Francisco. (1999), “Simmel: Sociabilidade e Sociedade Moderna”. In: D’INCAO, Maria Ângela (org). *Sociabilidade – Espaço e Sociedade*. São Paulo, Grupo Editores, pp.15-33.
- CHARTIER, Roger. (1988), *A história cultural: entre práticas e representações*. Tradução: Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro, Difel/Editora Bertran Brasil S.A.
- CHASTEL, André & BABELON, Jean-Pierre. (1980), “La notion de patrimoine”. *Revue de l’Art* 49. Paris, pp.5-32.
- CHOAY, Françoise. (1979), *O Urbanismo: Utopias e Realidades - Uma Antologia*. Tradução: Dafne Nascimento Rodrigues. São Paulo, Editora Perspectiva.
- _____. (1992), *L’allégorie du patrimoine*. Paris, Seuil.
- CHUVA, Márcia (org.). (1995), *A invenção do patrimônio: continuidade e ruptura na constituição de uma política oficial de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro, IPHAN.
- COHN, Gabriel. (1998), “As diferenças finas: de Simmel a Luhmann”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, V. 13, nº 38, outubro, pp.53-62.
- CONNOR, Steven. (1993), *Cultura Pós-Moderna: introdução às teorias do contemporâneo*. Tradução: Adail Ubirajara e Maria Stela Gonçalves. São Paulo, Edições Loyola.
- COUTINHO, Carlos Nelson. (1980), *A Democracia como Valor Universal*. São Paulo, Livraria Ciências Humanas.
- CRUZ, Rita de C. (2000), *Política de Turismo e Território*. São Paulo, Ed. Contexto.
- CUCHE, Denys. (1999), *A noção de cultura nas ciências sociais*. Tradução: Viviane Ribeiro. Bauru, EDUSC - Editora da Universidade do Sagrado

Coração.

- CURY, Isabelle. (2000), *Cartas Patrimoniais*. Rio de Janeiro, Ed. do Patrimônio/IPHAN.
- DAMATTA, Roberto. (1997), *A casa e a rua*. São Paulo, Brasiliense.
- DEBORT, Guy. (1997), *A sociedade do espetáculo*. tradução Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro, Contraponto.
- DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Félix. (1997), *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Vol. 5. São Paulo, Editora 34.
- DEY, Ian. (1993), *Qualitative Data Analysis – A User-Friendly Guide for Social Scientists*. London/New York, Routledge.
- DILTHEY, W. (1989), *Introduction to the Human Sciences. Selected Works*. Makkreel, R.A.; Rodi, F. (eds). Trad. Michael Neville. Vol I. New Jersey, Princeton University Press.
- D' INCAO, Maria Angela (org.). (1999), *Sociabilidade – Espaço e Sociedade*. São Paulo, Grupo Editores.
- DINIZ, Ariosvaldo da Silva. (1990), A formação do trabalhador urbano na Paraíba(1889-1930). Dissertação de Mestrado apresentada ao Mestrado de Ciências Sociais/CCHLA/ UFPB, 1990.
- DURHAN, Eunice. (1984), “A construção da cidadania”. *Novos Estudos Cebrap* nº 10, São Paulo, CEBRAP.
- FARIAS, Ana Maria de Souza M. (1997), *Urbanização e Modernidade - a construção do espaço urbano de João Pessoa (Dos anos 20 aos anos 70)*. Tese de Doutorado/Programa de Pós-Graduação em História/Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Recife, Universidade Federal de Pernambuco.
- FEATHERSTONE, Mike. (1995), *Cultura de consumo e pós-modernismo*. Tradução: Júlio Assis Simões. São Paulo, Studio Nobel.
- _____. (1997), *O Desmanche da Cultura – Globalização, pós-modernismo e identidade*. Tradução Carlos Eugênio M. de Moura. São Paulo, Studio Nobel/SESC.
- _____. (2000), “O Flâneur, a cidade e a vida pública virtual”. Tradução: Pedro maia Soares. In: Arantes, Antonio (org.). *O Espaço da Diferença*, Campinas, Papyrus, pp.186-207.
- FERNANDES, Florestan. (1975), *A revolução burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro, Zahar.

- FONSECA, Maria Cecília. (1997), *O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro, UFRJ/IPHAN.
- FORTUNA, Carlos e Silva, Augusto S. (2002) “A Cidade do lado da cultura: Espacialidades sociais e modalidades de intermediação cultural”. In: Santos, Boaventura Sousa (org.) *A Globalização e as Ciências Sociais*. São Paulo, Cortez, pp. 419-474.
- FOUCAULT, Michel. (1979), *Microfísica do Poder*. Tradução: Roberto Machado. Rio de Janeiro, Graal.
- FREITAS, Marcelo. (1992), *Dos monumentos arquitetônicos aos sítios históricos urbanos: um estudo sobre a evolução do padrão de intervenção estatal nos sítios históricos no Brasil*. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Urbano, Recife, UFPE.
- FREIRE, Cristina. (1997), *Além dos mapas - os monumentos no imaginário urbano contemporâneo*. São Paulo, SESC: Annablume.
- FREYRE, Gilberto. (1925), “Fisionomia das novas cidades”. *Revista Era Nova* nº1, abril.
- _____. (1979), *Oh de Casa!* Recife, Editora Artenova.
- _____. (1992), *Casa Grande & Senzala*. São Paulo, Ed. Record.
- FRIEDEN, B. J., SAGALYN, L B. (1994) *Downtown, Inc.: how America rebuilds cities*. Cambridge, MIT Press.
- FRISBY, David. (1992), *Sociological impressionism: a reassessment of Georg Simmel's social theory*. London, New York, Routledge.
- FRISBY, David & FEATHERSTONE, Mike. (2000), *Simmel on Culture-Selected Writings*, London, Thousand Oaks, New Delhi, Sage Publications.
- FRÚGOLI, Heitor. (2000). *Centralidade em São Paulo: estratégia, conflitos e negociações na metrópole*. São Paulo, Ed. Cortez/EDUSP.
- GADAMER, Hans-George. (1998), *Verdade e Método: Traços Fundamentais de uma Hermenêutica Filosófica*. Tradução: Flávio Paulo Meurer. Petrópolis: Vozes.
- GIDDENS, Anthony. (1991), *As Conseqüências da Modernidade*. Tradução: Raul Fiker. São Paulo, Ed. Unesp.
- _____. (1997), “A vida numa sociedade pós-tradicional”. In: Giddens et alli. *Modernização Reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. Tradução: Magda Lopes. São Paulo, Ed. Unesp.

- _____. (1999), *A terceira via: Reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia*. Tradução: Maria Luiza Borges Rio de Janeiro, Record.
- GIDDENS, Anthony; BECK, Ulrich & LASH, Scott. (1997), *Modernização Reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. Tradução: Magda Lopes. São Paulo, Editora da Universidade Estadual Paulista.
- GOHN, Maria da Glória. (1979), *Classes populares, periferia e movimentos sociais urbanos: o movimento das sociedades amigos de bairros de São Paulo*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Universidade de São Paulo. São Paulo.
- _____. (1982), *Reivindicações populares urbanas*. São Paulo, Cortez.
- _____. (1985), *A força da periferia*. Rio de Janeiro, Vozes.
- _____. (1997), *Teorias dos Movimentos Sociais – Paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo, Editora Loyola.
- GOMES, Marco Aurélio (org.). (1995), *Pelo Pelô: História, Cultura e Cidade*. Salvador, Editora da Universidade Federal da Bahia/Faculdade de Arquitetura/ Mestrado em Arquitetura e Urbanismo.
- GUATTARI, Felix. (1985), “Espaço e Poder: a criação de territórios na cidade”. *Espaço e Debates*, nº16.
- _____. (1996), “Restauração da Paisagem urbana”. Tradução: Silvana Rubino *Revista do Patrimônio Histórico Artístico Nacional*, nº 23, pp. 293-300.
- GURJÃO, Eliete Queiroz. (1994), *Morte e Vida das Oligarquias – Paraíba – 1889-1945*. João Pessoa, Ed. Universitária/UFPB.
- HABERMAS, Jurgen. (1984), *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Tradução: Flávio Kothe. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.
- _____. (1987), “Arquitetura moderna e pós-moderna”. Tradução: Carlos Eduardo Jordão. In: *Novos Estudos CEBRAP*, nº 18, pp.115-124.
- _____. (1995), “O Estado-nação europeu frente aos desafios da globalização”. *Novos Estudos Cebrap*, nº 43.
- _____. (1996), *Between facts and norms – contributions to a discourse theory of law and democracy*. Cambridge, Massachusetts, MIT Press.

- HALBSWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo, Vértice, 1990.
- HALL, Stuart. (1995), *A Questão da Identidade Cultural*. Campinas, IFCH-UNICAMP.
- _____. (1999), *A Identidade Cultural na Pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP & Cia.
- HARVEY, David. (1992), *Condição pós-moderna*. Tradução: Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo, Ed. Loyola.
- HONORATO, Rossana. (1999), *Se essa cidade fosse minha....A experiência urbana na perspectiva dos produtores culturais de João Pessoa*. João Pessoa, Editora Universitária, UFPB.
- HUYSSSEN, Andreas. (1994), “Escapando da Amnésia - O Museu como Cultura de Massa”. Tradução: Valéria Lamego. In: Hollanda, Heloísa B. (Org.) *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, nº 23, IPHAN, pp.34-57.
- JAMESON, Frederic. (1984), “Postmodernism, or The Cultural Logic of late Capitalism”. In: *New Left Review*, nº 146, jul/aug.
- _____. (1991), “Periodizando os anos 60”. In: Holanda, Heloísa Buarque de. (org), *Pós-modernismo e política*, Rio de Janeiro, Ed. Rocco.
- _____. (1994), “Reification and utopia in mass culture”. *Revista Crítica Marxista*, nº 1, S. Paulo, Brasiliense.
- JACOBS, Jane. (2000), *Morte e Vida das Grandes Cidades*. Tradução: Maria Estela Heider Cavalheiro. São Paulo, Martins Fontes.
- KOWARICK, Lúcio (org.). (1980), *Espoliação Urbana*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- _____. (1988), *As lutas sociais e a cidade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- LACLAU, Ernesto. (1986), “Os novos movimentos sociais e a pluralidade do social”. Tradução: Tradutec. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 2, v. 1, out.
- LASC - Laboratório de Análises de Sociabilidade Contemporânea. *Sociabilidades*. São Paulo, LASC, out. 1996.
- LEFEBVRE, Henri. (1978), *De lo rural a lo urbano*. Barcelona, Ed. Península.
- _____. (1981), *Critique de la vie quotidienne*. Paris: L’Arche Éditeur. Tomo III.

- LE GOFF, Jacques. (1996), *Memória e História*. Tradução: Irene Ferreira, Bernardo Leitão e Suzana Ferreira Borges. Campinas: Editora da UNICAMP.
- LEITE, Rogério Proença de Sousa. (2001), *Espaço público e política dos lugares: usos do patrimônio cultural na reinvenção contemporânea do Recife Antigo*. Campinas, SP. Tese de Doutorado, Departamento de Antropologia/ IFCH/ UNICAMP.
- LE MOS, Carlos. (1985), *O que é patrimônio histórico*. São Paulo, Editora Brasiliense.
- LEWIN, Linda. (1993), *Política e Parentela na Paraíba - um estudo de caso da oligarquia de base familiar*. Tradução: André Villalobos. Rio de Janeiro, Record.
- LINS, Janete & DROULERS, (1985), Maurice. *João Pessoa – Crescimento de uma capital*. João Pessoa, Ed. A União.
- LIRA, Bertrand de Souza. (1997), *Fotografia na Paraíba*. João Pessoa, Conselho Estadual de Cultura/SEC; Editora Universitária/UFPB.
- LOWENTHAL, David. (1998), “Como conhecemos o passado”. Tradução: Lúcia Haddad. In: *Trabalhos da Memória, Projeto História*, nº 17, nov. São Paulo, EDUC.
- MAFFESOLI, Michel. (1996), *No fundo das aparências*. Tradução: Bertha Gurovitz. Petrópolis, Vozes.
- _____. (1998), *O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa*. Tradução: Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro, Forense Universitária.
- MAGALHÃES, Aloísio. (1985), *E Triunfo?* Rio de Janeiro, Nova Fronteira; Brasília, Fundação Nacional Pró-Memória.
- MARIZ, Celso. (1939), *Paraíba Turística – Guia da Cidade de João Pessoa*. João Pessoa, Imprensa Oficial.
- _____. (1978), *Evolução Econômica da Paraíba*. João Pessoa, Editora A União.
- MARQUES, Sonia. (1995), “As Estratégias dos Lugares de Memória: Um Novo Elo entre Cultura e Política”. In: Zancheti, S., Marinho, G. e Millet, V. *Estratégias de Intervenção em Áreas Históricas*, Recife, MDU/Editora Universitária da UFPE, pp. 95-99.
- MARTINS, José de Souza. (1996), *(Des) Figurações. A vida cotidiana no imaginário onírico da metrópole*. São Paulo, Hucitec.

- _____. (1996a), *Henri Lefebvre e o Retorno da Dialética*. São Paulo, Hucitec.
- _____. (2000), *A Sociabilidade do Homem Simples*. São Paulo, Editora Hucitec.
- MEDEIROS, Cândida Regina Vasconcelos de. (2001), “*Expressões e Sentidos da Revitalização do Bairro do Recife: Limpeza, Beleza e Política da Vida*”. Recife, Dissertação aprovada pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano –MDU-UFPE.
- MELUCCI, Alberto. (1995), “The Process of Collective Identity”. In: Klandermans e Johnston (org.). *Social Movements and Culture*. Minneapolis, Un. of Minnesota Press, pp. 41-63.
- MENEZES, José Luís Mota. (1984), *A Fortaleza de Santa Catarina do Cabedelo*. Recife, Pool editorial.
- _____. (1985), *Algumas notas a respeito da evolução urbana de João Pessoa*. Recife, Pool Editorial.
- _____. (2001), “O convento franciscano de Santo Antonio”. In: Governo do Estado da Paraíba/Fundação Seridó. *Paraíba – Arqueologia & Patrimônio*. João Pessoa.
- MENEZES, Ulpiano Toledo Bezerra de. (2000), “Valor Cultural, Valor Econômico: encontros e desencontros”. *Seminário Internacional História e Energia*. São Paulo, Fundação Patrimônio Histórico de Energia de São Paulo.
- MICELI, Sérgio. (1985), “Os Intelectuais Brasileiros e o Estado. In: Soares, Maria Suzana Arrosa. *Os intelectuais nos processos políticos da América Latina*. Porto Alegre, Ed. Da universidade, UFRGS, 1985, pp.124-128.
- _____. (1987), “SPHAN: Refrigério da cultura oficial”. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* 22, pp. 44-47.
- MILLET, Vera. (1988), *A teimosia das pedras: um estudo sobre a preservação do patrimônio ambiental no Brasil*. Olinda, Prefeitura de Olinda.
- MINAYO, Maria Cecília. (1992), *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. Rio de Janeiro, Hucitec-Abrasco.
- MOISÉS, José A. (1978), *Protesto Urbano*. São Paulo, Tese de Doutorado/ Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo.
- MONTEGRO, Antonio Torres, SALES, Ivandro e COIMBRA, Silvia. (1989), *Bairro do Recife: porto de muitas histórias*. Recife, Gráfica Recife.

- MORAES, Roque. (1999), “Análise de Conteúdo”. *Educação*. Porto Alegre, Ano XXII, nº 37, março, pp 7-32.
- MORIN, Júlia. (2001), *A (Re)invenção do local: o Bairro do Recife, seu resgate, novos usos e significados sociais*, Monografia de Conclusão do Bacharelado em Ciências Sociais da Universidade Federal de Pernambuco, Recife.
- MOTTA, Lia. (1987), “A SPHAN em Ouro Preto: uma história de conceitos e critérios”. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, nº 22, IPHAN.
- _____. (2000), “A apropriação do patrimônio urbano: do estético-estilístico nacional ao consumo visual global”. In: Arantes, Antonio (org.). *O Espaço da Diferença*. Campinas, Ed. Papyrus, pp. 256-287.
- NOGUEIRA, Cláudio. (1993), *Plano de Renovação Urbana da Ribeira do Rio Sanhauá*. Monografia de Conclusão do Curso de Arquitetura e Urbanismo/ Departamento de Arquitetura/ UFPB.
- OLIVEIRA, Francisco de. (1972), “A econômica brasileira: crítica à razão dualista”. *Estudos Cebrap* Nº 2. São Paulo, CEBRAP.
- _____. (1999), “Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal”. In: OLIVEIRA, F. & PAOLI, M. C. (orgs), *Os Sentidos da Democracia, políticas do dissenso e hegemonia global*. Petrópolis, Vozes.
- ORLANDI, Eni P. (1999), “N/O limiar da Cidade”. *Rua: Revista do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade*. Campinas, UNICAMP.
- OCTÁVIO, José. (1979), “A Paraíba na década de 20”. In: *João Pessoa, a Paraíba e a Revolução de 30*. Exposições e debates do II SBPC. João Pessoa, Estado da Paraíba.
- _____. (1990), *Os Coretos no Cotidiano de uma Cidade – Lazer e Classes Sociais na Capital da Paraíba*. João Pessoa, Fundação Cultural do Estado da Paraíba.
- PALLAMIN, Vera M. (2000), *Arte Urbana: São Paulo: Região Central (1945-1998). Obras de caráter temporário e permanente*. São Paulo, Annablume: Fapesp.
- PAOLI, Maria Célia. (1989), “Trabalhadores e Cidadania: Experiência do mundo público da história do Brasil moderno”. *Estudos Avançados*, Vol.3, nº7, São Paulo, USP.
- PAOLI, Maria Célia & ALMEIDA, Marco Antonio de. (1996), “Memória, Cidadania, Cultura Popular”. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* Nº 24 – Cidadania, pp. 185-193.

- PERRIN, Jean-Bernard. (1980), “O exemplo francês da proteção, do remanejamento e da valorização do patrimônio histórico urbano”. In: Ministério da Educação e Cultura/SPHAN/Pró-Memória. *Restauração e Revitalização de Núcleos Históricos: análise face à experiência francesa*. Brasília, pp.12-26.
- PESSIS, Anne Marie & MARTIN, Gabriela. (2001), *Arqueologia e Patrimônio Cultural na Paraíba: a igreja de São Pedro Gonçalves em João Pessoa*. João Pessoa.
- PINTO, Irineu Ferreira. (1916), *Datas e Notas para a história da Paraíba*. Imprensa Oficial, Paraíba do Norte.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. (1992), *O Direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo, DPH.
- REIS FILHO, Nestor Goulart. (1968), *Evolução Urbana no Brasil*. São Paulo, Ed. Pioneira.
- _____. (1994), “Algumas Experiências Urbanísticas do início da República: 1890-1920”. *Cadernos do LAP* nº1, agosto.
- REZENDE, Antonio Paulo. (1997), *(Des)Encantos Modernos – histórias da cidade do Recife na década de vinte*. Recife, FUNDARPE.
- _____. (1999), “Recife: os espelhos do passado e os labirintos do presente ou as tentações da memória e as inscrições do desejo”. In: *Projeto História*, nº 18, mai., São Paulo.
- RIEGL, Aloïs. (1984), *Le Culte moderne des monuments*. Paris, Seuil.
- RODRIGUEZ, Walfredo. (1994), *Roteiro Sentimental de uma Cidade*. João Pessoa, Editora A União.
- ROJAS, Jorge. (2001), “La pobreza como depredación humana condicionada aprendida em sociedad: Critérios de sustentabilidad social”. *Revista Política Hoje*. Recife, Mestrado em Ciência Política/UFPE, Nº 11, julho, Ano 7, pp.31-50.
- SALES, Teresa. (1994), “Raízes da desigualdade na cultura política brasileira”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 25.
- SANTOS, Lúcia Leitão. (1996), *Os Movimentos Desejantes da Cidade – uma investigação sobre processos inconscientes na arquitetura da cidade*. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Urbano e Regional, Departamento de Arquitetura, UFPE, Recife.

- SANTOS, Milton. (1996), *A Urbanização Brasileira*. São Paulo, Editora Hucitec.
- SANTOS, Wanderley G. dos. (1979), *Cidadania e Justiça*. São Paulo, Ed. Campus.
- SASSEN, Saskia. (1998), *As Cidades na Econômica Mundial*. Tradução: Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo, Studio Nobel.
- SEABRA, Odete C. L. (1996), “A Insurreição do uso”. In: MARTINS, José de Souza (org.). *Henri Lefebvre e o retorno à dialética*. São Paulo: Edusp, pp. 71-86.
- SEGAWA, Hugo. (1994), “Cidades: Do Semeador ao Jardineiro (passando pelo médico)”. 3º Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. São Carlos, Escola de Engenharia de São Carlos/ Departamento de Arquitetura e Construção/ Mestrado em Arquitetura/ Universidade de São Paulo, 07 a 10 de set..
- SENNET, Richard. (1998), *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. Tradução: Lygia Watanabe. São Paulo, Companhia das Letras.
- SEVCENKO, Nicolau. (1998), *Orfeu extático na metrópole*. São Paulo, Companhia das Letras.
- SILVERMAN, David (1993). *Interpreting Qualitative Data: Methods for Analysing Talk, Text and Interaction*. SAGE Publications, 1993, p.225.
- SIMMEL, Georg. (1971), “The Conflict in Modern Culture”. Tradução: K. Peter Etkorn. In: LEVINE, Donald (org.). *Georg Simmel – On Individuality and Social Forms*. Chicago and London, The University of Chicago Press, pp. 375-393.
- _____. (1971a), “The Categories of Human Experience”. Tradução: Donald Levine. In: LEVINE, Donald (org.). *Georg Simmel – On Individuality and Social Forms*. Chicago and London, The University of Chicago Press, pp. 36-40.
- _____. (1971b), “Conflict”. Tradução: Kurt Wolff. In: LEVINE, Donald (org.). *Georg Simmel – On Individuality and Social Forms*. Chicago and London, The University of Chicago Press, pp.70-95.
- _____. (1973), “A Metrópole e a Vida Mental”. Tradução: Sérgio Marques dos Reis. In: VELHO, Otávio G. *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro, Zahar, pp.11-25.
- _____. (1978), *The Philosophy of Money*. Tradução de L. Bottomore e D. Frisby. Londres, Routledge & Kegan Paul.

- _____. (1983), “Sociabilidade, um exemplo de sociologia pura ou formal”, In: *SIMMEL – Sociologia*. MORAES FILHO, Evaristo de (org.). Tradução de Carlos Alberto Pavanelli et alli. São Paulo, Ática.
- _____. (1986) *Sociología 2: Estudios sobre las formas de socialización*. Madri, Alianza Universidad.
- _____. (1996), “A filosofia da paisagem”. Tradução de Simone Maldonado. *Política & Trabalho* nº 12, set. PPGS/UFPB, pp.15-25.
- _____. (1998) “As ruínas”. Tradução: Jéssé Souza et al. In: SOUZA, Jéssé e OËLZE, Berthold. *Simmel e a modernidade*. Brasília, UNB, pp.79-108.
- _____. (1998a), “O conceito e a tragédia da cultura”. Tradução: Jéssé Souza et al. In: SOUZA, Jéssé. e OËLZE, Berthold. *Simmel e a modernidade*. Brasília, UnB, pp. 137-143.
- _____. (2000), “The Sociology of Space”. Tradução: Mark Ritter e David Frisby. In: FRISBY, David & FEATHERSTONE, Mike. *Simmel on Culture-Selected Wrigings*, London, Thousand Oaks, New Delhi, Sage Publications, pp.137-170.
- _____. (2000a), “The Metropolis and Mental Life”. Tradução: Hans Gerth. In: FRISBY, David & FEATHERSTONE, Mike. *Simmel on Culture-Selected Wrigings*, London, Thousand Oaks, New Delhi, Sage Publications, pp. 174-185.
- _____. (2000b), “Bridge and Door”. Tradução: Mark Ritter. In: FRISBY, David & FEATHERSTONE, Mike. *Simmel on Culture-Selected Wrigings*, London, Thousand Oaks, New Delhi, Sage Publications, pp.170-174.
- _____. (2000c), “Sociology of the senses”. Tradução: Mark Ritter e David Frisby. In: Frisby, David & Featherstone, Mike. *Simmel on Culture-Selected Wrigings*, London, Thousand Oaks, New Delhi, Sage Publications, pp.110-120.
- _____. (2000d), “The Concept of Culture”. Tradução: Tom Bottomore e David Frisby. In: Frisby, David & Featherstone, Mike. *Simmel on Culture-Selected Wrigings*, London, Thousand Oaks, New Delhi, Sage Publications, pp.36-40.
- _____. (2000e), “The Sociology of Sociability”. Tradução: Everett C. Hugues. In: FRISBY, David & FEATHERSTONE, Mike. *Simmel on Culture-Selected Wrigings*, London, Thousand Oaks, New Delhi, Sage Publications, pp.120-130.
- _____. (2000f), “Introduction to Philosophical Culture”. Tradução:

- Mark Ritter e David Frisby. In: FRISBY, David & FEATHERSTONE, Mike. *Simmel on Culture-Selected Writings*, London, Thousand Oaks, New Delhi, Sage Publications, pp.34-36.
- _____. (2000g), “On the Essence of Culture”. Tradução: D. E. Jenkinson. In: FRISBY, David & FEATHERSTONE, Mike. *Simmel on Culture-Selected Writings*, London, Thousand Oaks, New Delhi, Sage Publications, pp.40-45.
- _____. (2000h), “Berlim Trade Exhibition”. Tradução: Sam Whimster. In: FRISBY, David & FEATHERSTONE, Mike. *Simmel on Culture-Selected Writings*, London, Thousand Oaks, New Delhi, Sage Publications, pp.255-258.
- _____. (2000i), “Infelices Possidentes!(Unhappy dwellers)”. Tradução: Mark Ritter e David Frisby. In: FRISBY, David & FEATHERSTONE, Mike. *Simmel on Culture-Selected Writings*, London, Thousand Oaks, New Delhi, Sage Publications, pp.259-262.
- _____. (2000j), “Money in Modern Culture”. Tradução: Mark Ritter e Sam Whimster. In: FRISBY, David & FEATHERSTONE, Mike. *Simmel on Culture-Selected Writings*, London, Thousand Oaks, New Delhi, Sage Publications, pp.244-255.
- SILVEIRA, Rosa Maria G. (1997), “A conquista de uma terra bravia”. In: *A Capitania Real*. Texto mimeografado, Departamento de História/UFPB.
- SINGER, Paul. (1973), “O milagre brasileiro. *Cadernos CEBRAP*. São Paulo, CEBRAP.
- SOARES, Luis Eduardo. (1993), “A crise do contratualismo e o colapso do sujeito universal”. In: *Anuário Antropológico 90*. Rio de Janeiro, Editora Tempo Brasileiro.
- _____. (1993), *Os dois corpos do presidente e outros ensaios*. Rio de Janeiro, Editora Relume-Dumará.
- SOUSA Santos, Boaventura. (1997), *Pela Mão de Alice: o social e o político na pós- modernidade*. São Paulo, Editora Cortez.
- SOUZA, Jessé e OËLZE, B. (1998), *Simmel e a modernidade*. Brasília, UNB.
- SPOSITO, Marília Pontes. (1993), “A Sociabilidade juvenil e a rua: novos conflitos e ação coletiva na cidade”. *Revista Tempo Social*.USP, v. 5 nº 1-2, pp. 146-161.
- TELLES, Vera. (1992), *A Cidadania Inexistente: incivilidade e pobreza*. São Paulo, Tese de Doutorado/ Departamento de Sociologia, USP.
- TOURAINE, Alain. (1998), *Poderemos viver juntos? – iguais e diferentes*.

Tradução: Jaime Clasen e Ephraim Alves. Petrópolis, Vozes.

- TRAJANO FILHO, Francisco Sales. (1999), *Vanguarda e esquecimento: a arquitetura de Clodoaldo Gouveia*. Monografia de Conclusão do Curso de Arquitetura e Urbanismo/ Departamento de Arquitetura/Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa.
- VALLADARES, Lícia. (1977), “Associações voluntárias na favela”, *Ciência e Cultura*, nº 29, São Paulo, SBPC.
- _____, e Boschi, R. (1981), “Problemas teóricos na análise dos movimentos sociais”. Encontro Anual da ANPOCS. Friburgo, ANPOCS.
- VERÍSSIMO, Francisco; BITTAR, William e ALVAREZ, José Maurício. (2001), *Vida urbana: a evolução do cotidiano da cidade brasileira*. Rio de Janeiro, Ediouro.
- VIDAL FILHO, Francisco. (1958), “Nossa Capital em 1850”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba*, nº13. João Pessoa, pp.133-38.
- VIRILIO, Paul. (1999), *O Espaço Crítico e as Perspectivas do Tempo Real*. Tradução: Paulo Roberto Pires. Rio de Janeiro, Editora 34.
- WAIZBORT, Leopoldo. (1996), “Georg Simmel: sociabilidade e moderno estilo de vida”. In: LASC - Laboratório de Análises de Sociabilidade Contemporânea. *Sociabilidades*. São Paulo, LASC, outubro, pp.25-30.
- _____. (2000), *As Aventuras de Georg Simmel*. São Paulo, USP, Curso de Pós-graduação em Sociologia: Ed.34.
- WEBER, Max. (1994), *Economia e Sociedade: fundamentos da Sociologia Compreensiva*. Brasília DF, Editora Universidade de Brasília.
- WEFFORT, Francisco. (1984), *Porque Democracia?* São Paulo, Brasiliense.
- WILLIAMS, Raymond. (1992), *Cultura*. Tradução: Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo, Editora Paz e Terra.
- WOLFF, Kurt H. (1950), *The Sociology of Georg Simmel*. New York, The Free Press.
- ZANCHETI, Silvio; MARINHO, Geraldo e MILLET, Vera. (1995), *Estratégias de Intervenção em Áreas Históricas*, Mestrado em Desenvolvimento Urbano/ CAC, Recife, UFPE.
- ZANCHETI, Silvio. (2000), *Conservação Integrada e Novas Estratégias de Gestão*, 4º Encontro do Seminário Internacional sobre a Revitalização de Centros Históricos de Cidades da América Latina e do Caribe - SIRCHAL, Salvador.

ZUKIN, Sharon. (1996), “Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder”. Tradução: Silvana Rubino. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Nº 24, IPHAN, 1996, pp. 205-219.

_____. (2000), “Paisagens do século XXI: notas sobre a mudança social e o espaço urbano”. Tradução: Pedro Maia Soares. In: Arantes, Antonio (org.). *O Espaço da Diferença*. Campinas, Papyrus, pp.104-115.

7.2. Fontes documentais:

Acuerdo entre la Agencia Española de Cooperación Internacional, la Comisión Nacional Quinto Centenario, el Gobierno del Estado de la Paraíba, para la creación de una Escuela Taller en Joao Pessoa (Brasil). João Pessoa, 1991.

Agencia Española de Cooperación Internacional. *Programa de Preservación del Patrimonio Cultural de Iberoamérica 15 Anos de Cooperación*. Madrid, Setembro de 1999.

Associação Folia de Rua. (2001), *Projeto Folia Cidadã*. Documento aprovado pelo Projeto Cidadão 21 Arte/ Instituto Ayrton Senna.

Associação Folia de Rua. *Projeto Folia Cidadã. Relatório de Atividades 2001*. João Pessoa, 2001.

BID, *Program to Preserve Urban Historical and Cultural Heritage*, Projeto nº. BR-0261.

Caju, Náhya Maria Lyra (org.). (1999), *Nosso Ofício*. (Documento composto de 79 redações individuais dos alunos da Oficina de Alvenaria, Carpintaria, Marcenaria, Jardinagem, Pintura e Serralharia). João Pessoa, Associação Oficina Escola de Revitalização do Patrimônio Cultural de João Pessoa.

Canto, Antonio Carlos de Lima (arqueólogo responsável). (2001), *Levantamento Arqueológico na Antiga Fábrica de Vinho de Caju Tito Silva & Cia – PB*. João Pessoa, 19 de fevereiro.

Carta do Varadouro. Documento resultante do Seminário Centro Histórico de João Pessoa – Caminhos efetivos de revitalização. João Pessoa, 06 de Novembro de 1996.

Convênio MinC nº001/87. Convênio de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Espanha para Realização do Estudo de Revitalização da Cidade de João Pessoa, Paraíba.

Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa.

- (1988), *Projeto de Revitalização do Hotel Globo*. João Pessoa.
- Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa.
(1989), *Restauração do Prédio nº 2 do Largo de São Frei Pedro Gonçalves – Projeto de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa*. João Pessoa.
- Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa.
(1995), *Projeto de Restauração da Antiga Fábrica de Caju Tito Silva & Cia – Projeto arquitetônico e Estudo orçamentário*. João Pessoa, outubro.
- Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa.
(1996), *Informe Geral (1987-1995)*. João Pessoa, fevereiro de 1996. Comissão
- Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa.
(1996), *Igreja de São Bento –1595-1995 – Projeto de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa*. João Pessoa, fevereiro.
- Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa.
(1997), *Projeto de Restauração da Antiga Biblioteca Pública*. João Pessoa, julho.
- Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa.
(1997), *Projeto de Restauração da Igreja de São Frei Pedro Gonçalves*. João Pessoa, novembro.
- Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa.
(1997), *Plano de Revitalização do Varadouro e Antigo Porto do Capim*. João Pessoa, abril.
- Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa.
Relatório de Atividades 1996. João Pessoa, janeiro de 1997.
- Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa.
Relatório de Atividades 1997. Volume II. João Pessoa, março de 1998.
- Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa.
Documento de atualização dos dados do *Projeto de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa*. João Pessoa, março de 1998.
- Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa.
Projeto de Revitalização do Largo e da Ladeira de São Frei Pedro Gonçalves. João Pessoa, Janeiro de 1999.
- Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa.
(1999), *Plano Estratégico de Revitalização do Varadouro e do Antigo Porto do Capim. Termo de Referência*. João Pessoa, Junho.
- Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa.
(1999), *Avaliação Sócio-econômica – Projeto de Revitalização do Varadouro e Antigo Porto do Capim – Etapa Largo de São Frei Pedro Gonçalves*. João Pessoa.

- Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa. (1999), *Revitalização da Faixa de Domínio da Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU – Projeto de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa*. João Pessoa, Janeiro.
- Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa. *Cadastro Técnico – atualização e informatização do cadastro do Projeto de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa*. João Pessoa, fevereiro de 2000.
- Constituição da República Federativa do Brasil – 1988. *Art. 5º, inciso LXXVIII; Art. 23, incisos III, IV, V, VI, VII; Art. 24, incisos VI, VII, VIII, IX; Art. 30, inciso IX; Art. 215, 1º e 2º; Art. 216, incisos I, II, III, IV, V incisos 1º, 2º, 3º, 4º, 5º.*
- Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a Proteção do Patrimônio Histórico e Artístico nacional.
- Decreto nº 5.255 de 31 de março de 1971. O governo do Estado cria na secretaria de Educação e Cultura o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba.
- Decreto nº 9.484 de 10 de maio de 1982. O Governo do Estado da Paraíba dispõe sobre a Delimitação do Centro Histórico Inicial de João Pessoa e dá outras providências.
- Decreto nº 12.239 de 24 de novembro de 1987. O Governo do Estado cria a Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico do Município de João Pessoa. Diário Oficial do Estado da Paraíba. Publicado na Quarta-feira, 25 de novembro de 1987.
- Decreto nº 13.872 de 12 de março de 1991. Regulamenta a Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa, e dá outras providências. Publicado no Diário Oficial do Estado da Paraíba na quarta-feira, 13 de março de 1991.
- Departamento de Estatística e Publicidade. *Realizações do Governo Argemiro de Figueiredo*. Governo do Estado da Paraíba, 1938.
- Estatuto Social da Entidade Civil Oficina Escola de Revitalização do Patrimônio Cultural de João Pessoa-PB*. D. O. E. de 04 de julho de 1991.
- Governo do Estado da Paraíba. (2001), *Paraíba-Brasil. Oficina – Escola de João Pessoa – Dez anos reconstruindo o futuro*. João Pessoa, Textoarte Editora.
- Governo do Estado da Paraíba/ Secretaria de Educação e Cultura/Fundação Seridó. (2001), *Paraíba – Arqueologia & Patrimônio*. João Pessoa.
- IPHAEP/ Governo do Estado/ Secretaria de Educação e Cultura. *Relações de bens*

- imóveis tombados pelo IPHAEP no Estado da Paraíba*. 13 de fevereiro de 2001.
- IPHAEP/Divisão de Cadastro e Tombamento. (2001), *O que é tombamento. Boletim Informativo*. João Pessoa, fevereiro de 2001.
- IPHAN/MINC. (1999), *Notícias do Patrimônio*. Brasília.
- IPHAN. *Lista de Prioridades de Conservação. Ficha de Informações Básicas. Conjuntos Urbanos Nacionais. João Pessoa. 5ª SR*.
- Lei nº 8.465 de 30 de Dezembro de 1997 autorizando a Isenção total ou parcial do IPTU para os imóveis prediais situados no Centro Histórico da cidade de João Pessoa. *Semanário Oficial do Município de João Pessoa*, Nº 572. Prefeitura Municipal de João Pessoa, João Pessoa, 26 à 31 de Dezembro de 1997. pp.22/32.
- Ministério da Cultura. *Programa Monumenta*. Boletim produzido pela Assessoria de Comunicação do Ministério da Cultura, s/d.
- Ministério da Educação e Cultura/IPHAN. (1973), *Anais do II Encontro de Governadores*. Rio de Janeiro, Depto. de Assuntos Culturais-MEC.
- Ministério da Educação e Cultura/SPHAN/Pró-Memória. (1980), *Restauração e Revitalização de Núcleos Históricos: análise face à experiência francesa*. Brasília.
- Ministério da Educação e Cultura. (1980), *Proteção e Revitalização do Patrimônio Cultural no Brasil: uma trajetória*. Brasília, SPHAN/Pró-Memória.
- Ministério da Cultura/IPHAN. (1994), *Bens Móveis e Imóveis Inscritos nos Livros do Tombo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro, IPHAN.
- Ministério da Cultura/IPHAN. (1995) *Cartas Patrimoniais*. MinC-IPHAN, Brasília.
- Ministério da Cultura/IPHAN/ BID/UNESCO. (2001), *Programa Monumenta – Programa de Preservação do Patrimônio Cultural Urbano – Informativo divulgado durante a Oficina de Planejamento Participativo do Programa Monumenta*. João Pessoa, 13/03/2001.
- Prefeitura Municipal de João Pessoa/Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa. *Projeto de Revitalização da Praça Anthenor Navarro*. João Pessoa, maio de 1997.
- Prefeitura Municipal de João Pessoa/Coordenadoria de Comunicação Social/Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa. Oficina-Escola de Revitalização do Patrimônio Cultural de João Pessoa. (2001), *Catálogo Patrimônio Histórico – João Pessoa guarda em pedra a sua memória*. João Pessoa, Multimagem.
- SEBRAE-PB/ Associação Centro Histórico Vivo. (2000), *Mapeamento da*

Participação nas Reuniões da Acehrvo. Material informativo distribuído durante reunião da Acehrvo no Hotel Globo, em 19 de julho de 2000.

SPHAN/MINC/ ICI-Instituto de Cooperação Iberoamericano/Comissão Nacional V Centenário. (1987), *Projeto de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa Convênio Brasil/Espanha. Memorial Geral, Volumes IX, X e XI.* João Pessoa.

SPHAN, Decreto-lei nº 25, de 30 de dezembro de 1937.

TCBR, Tecnologia e Consultoria Brasileira S. A. (1999), *“Avaliação Sócio-econômica da proposta de Revitalização do Varadouro e Antigo Porto do Capim/ Centro Histórico da Cidade de João Pessoa.* Brasília, 09 de julho.

TCBR, Tecnologia e Consultoria Brasileira S. A. (1999), *Análise de Viabilidade Econômica de Áreas no Centro Histórico de João Pessoa-PB. Volume 1- Relatório de Viabilidade.* Novembro. 564B Relatório 03/99.

TCBR, Tecnologia e Consultoria Brasileira S. A./ SEBRAE. *Plano de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa- Estudo comparativo das experiências já desenvolvidas – Relatório Final.* Brasília, maio de 2001.

Termo de Compromisso MinC nº 006/87. Termo de Cooperação que entre si celebram o Ministério da Cultura, o Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, o Governo da Estado da Paraíba e a Prefeitura Municipal de João Pessoa, visando execução de estudo de Proteção e Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa.

7.3. Jornais:

1. Jornal A União – “Ministro quer pólos culturais em todo país”, 11/01/1987, Nacional/p.12.
2. Jornal A União, Seção Nacional, p.12, 13/03/1987. Sobre o fato de o ministro Celso Furtado ter assinado portaria estendendo benefícios da lei Sarney para quem fizer investimentos na preservação do meio ambiente. A portaria define tipos de doações que o contribuinte do Imposto de Renda poderá fazer para abater em sua declaração, em favor de categorias desde unidades de conservação consideradas “sítios ecológicos de relevância cultural”.
3. Jornal A União, 19/03/1987 desmoronou uma casa na General Osório, onde nasceu Virgínius da Gama e Melo (intelectual).
4. Jornal A União – “Pró-memória aprova projeto da prefeitura”, 15/04/1987, Geral/p.04.
5. Jornal A União, 29/04/1987. Manchete com pequena nota e foto do governador Burity visitando as obras de restauração do convento de Santo Antonio com o cônego Fernando Abath, secretário Rui Gomes Dantas da Educação e Sales Gaudêncio da Administração.
6. Jornal A União – “Espanha participa de plano para a cultura da Paraíba”, 07/05/1987, Geral/p.04.
7. Jornal A União – “Igreja de São Bento reaberta próximo dia 30” - Geral p. 07, 05/03/1996. (/ c/ fotos: detalhes da igreja e da diretora da Oficina-escola).
8. Jornal A União – “Centro Cultural com programação permanente” – 10/03/1996. Caderno 2/Roteiro, p.07. (Nota com foto da Igreja e do Adro).
9. Jornal A União – “Prefeitura pretende retomar as obras de recuperação de coreto”, 12/03/1996, Geral/p.06 (Prefeito valoriza a tradição de João Pessoa).
10. Jornal A União – “Ministro fará vistoria em Igreja reformada” - 21/03/1996. 1ª página e p.06/Geral.

11. Jornal A União – “Começa a luta pela defesa dos teatros: preservar os palcos históricos é a meta da ANTM- Associação Nacional de Teatro Monumento” – 21/03/1996. Cultura/p.07.
12. Jornal A União – “Centro histórico terá restauração completa”. 22/03/1996. Cultura/p.08 (Inauguração de São Bento e discussão de projetos culturais com Espanha, Ministério da Cultura e Governo do Estado).
13. Jornal A União – “Projeto prevê a revitalização de Fortaleza”, 23/03/1996. Geral/ p.04.
14. Jornal A União – “Patrimônio cultural é restaurado pela SEC”; “Governo investe no patrimônio cultural”, 29/03/1996. Geral /p.04 e Cultura p.08.
15. Jornal A União – “Weffort inaugura obras de restauração”, 30/03/1996. 1ª pág. e Cultura /p.05 (com foto grande, em destaque, do Ministro Weffort e da Igreja São Bento escrito “Weffort em JP”).
16. Jornal A União – “Weffort inaugura obras e fala sobre financiamento” e “Weffort apóia parceria com iniciativa privada”, 31/03/1996. Geral/p.04 e 1ª pág.
17. Jornal A União – “Obras do coreto dependem do acordo com Oficina-escola”, 05/04/1996, Geral/p.06.
18. Jornal A União – “Igreja de São Bento”, 07/04/1996, Opinião/p.02.
19. Jornal A União – “Manguezais – Litoral paraibano perde quase toda sua reserva”, 07/04/1996, Geral/p.07.
20. Jornal A União – “Turismo e Cultura”, 12/04/1996, Opinião/p.02.
21. Jornal A União – “Igreja de São Pedro está com teto prestes a desabar”, 21/04/1996, Nacional/p.09.
22. Jornal A União – “Confirmada restauração da Igreja de São Pedro Gonçalves”, 08/05/1996, Geral p.04.
23. Jornal A União – “Patrimônio histórico recuperado” e “Governo apóia reforma na estrutura da Igreja”, 22/05/1996, 1ª pág. e Geral/p.06.
24. Jornal A União – “Arquitetura Moderna – João Pessoa no século XX”, 25/05/1996, Cultura / p.01. (foto do prédio da Secretaria de Finanças localizado no Varadouro).
25. Jornal A União – “Patrimônio cultural vai ser preservado em todo o Estado”, 26/05/1996, Política/p.03.
26. Jornal A União – “Experimentalismo fotográfico no Hotel Globo – mostra de artes visuais”, 18/06/1996, Cultura/p.13.
27. Jornal A União – “Conselho quer suspender reabertura do calçadão- Instituto garante que a obra é ilegal”, 04/07/1996, Geral/p.07
28. Jornal A União – “Projeto restaura prédios antigos de João Pessoa”, 05/07/1996, 1ª página e p.06.
29. Jornal A União – “Aberto pela manhã e fechado à tarde”, 05/07/1996, Geral/p.07.
30. Jornal A União – “João Pessoa - Um patrimônio de quatro séculos”, 04/08/1996, Jornal de Domingo/p.04.
31. Jornal A União – “Prédios mal conservados – construções envelhecem e põem em risco vida da população pessoense”, 25/08/1996, Jornal de Domingo/p.03.
32. Jornal A União – “Vida Noturna em João Pessoa - Diversão e agito começam pela cidade baixa”, 01/09/1996, Jornal de Domingo/p.04.
33. Jornal A União – “Preservação dos mangues – a nova dor de cabeça dos ambientalistas”, 08/09/1996, Jornal de Domingo/p.03.
34. Jornal A União – Pequena nota sem título sobre o Lixão do Roger e Centro Histórico, (pequena nota com foto destaque/Gustavo Maia), 10/09/1996, Política/ p.03.
35. Jornal A União – “Centro de João Pessoa sem proteção contra incêndios”, 14/09/1996, Cidade/p.07
36. Jornal A União – “Sebrae e Iphan preservando a memória cultural”, 01/10/1996, Cultura/p.08.
37. Jornal A União – “Convênio revitaliza face cultural de João Pessoa”, 02/10/1996, Administração/p.12.
38. Jornal A União – “São Bento, palco renovado para as artes paraibanas”, 23/10/1996, Cultura/ 1ª pág.
39. Jornal A União – “Fábrica de vinhos será recuperada”; “Reforma do Casarão de Azulejos acaba em 97”; “Adiada a recuperação do coreto”, 25/10/1996, 1ª pág. e p.07.
40. Jornal A União – “Orquestra da UFPB se apresenta hoje à noite na Igreja de São Bento”, 26/10/1996, Serviço/p.02.
41. Jornal A União – “Preservando o Patrimônio Histórico”, 10/11/1996, Administração/p.12.

42. Jornal A União –“centro histórico – centro busca parcerias para resgatar historia da capital”, 13/11/1996, 1ª pág. e p.07 (Carta do Varadouro).
43. Jornal A União – “Futuro prefeito vai restaurar centro histórico”, 15/11/1996, Turismo/p.04.
44. Jornal A União – “Patrimônio/Revitalização – Projeto muda a cara do sítio histórico – Comissão parte para plano de ação agressivo”, 24/11/1996, Cultura/p.08 (foi criada a Sociedade Amigos do Varadouro).
45. Jornal A União – “Premiações: Cultura terá noite de festas”, 10/12/1996, Cultura/p.08 (XI Noite de Cultura no Largo de S. Pedro e H. Globo organizado pelo Governo do Estado e Prefeitura como parte da proposta de revitalização do centro histórico de JP).
46. Jornal O Norte – “Rua da Memória”, 07/03/1997, Carro e Turismo (sobre Projeto Rua da Memória para revitalizar a rua General Osório).
47. Jornal O Norte – “O projeto de revitalização da General Osório”, 07/03/1997, Carro e Turismo/p.8.
48. Jornal Correio da Paraíba – “A vez de João Pessoa”; “Revitalização do Centro Histórico”, 08/03/1997, Informe –Equipe Correio.
49. Jornal A União – “Cidade baixa de cara nova”; “Cidade ganha ‘cara nova’ em tons e cores”, 30/03/1997, 1ª página e p.03 /Jornal do Domingo.
50. Jornal A União – “Cidade Baixa ganha ‘cara nova’ em tons e cores . Comissão do Centro Histórico restaura prédios antigos e garante preservação”, Jornal de Domingo, 30/03/1997.
51. Jornal Correio da Paraíba – “Arquitetos discutem a cena urbana – Projeções, perspectivas e desafios de João Pessoa no próximo milênio”, 30/03/1997, Milenium/Especial p.07.
52. Jornal O Norte – “A força da Cidade Velha – Revitalização vai trazer turismo e renda”, Domingo, 30/03/1997.
53. Jornal A União – “Escolas vão instituir história da cidade”, 17/04/1997, Cidade/p.07.
54. Jornal Correio da Paraíba – “Centro Histórico abrigará o São João da capital”, 22/04/1997.
55. Jornal A União – “Para cuidar da memória da cidade”; “João Pessoa pode perder sua memória”, 27/04/1997, 1ª pág. /Jornal de Domingo Especial/p.01.
56. Jornal Correio da Paraíba – “Prioridade para o Centro”, 08/05/1997 (informações sobre compromisso de campanha do prefeito Cícero Lucena).
57. Jornal O Norte – “Cidade Baixa – Parcerias pela área onde a Paraíba nasceu”, 11/05/1997 (depoimentos do presidente da Funjope e de Cláudio Nogueira sobre a revitalização cultural).
58. Jornal A União – “Funjope abre inscrição para concurso de quadrilha”, 17/05/1997, Cultura/p.01.
59. Jornal A União – “Nova casa para a cultura”, 21/05/1997, Cultura /p.01.
60. Jornal A União – “Funjope realiza I Encontro de quadrilhas no centro histórico”, 25/05/1997, Cultura/p.08.
61. Jornal A União – “Um guia turístico original – paraibano cria o Jampa-mania – um protesto que alia lazer e cultura pelas ruas de João Pessoa”, 08/06/1997,Cultura.p.1.
62. Jornal A União – “Recuperação da memória cultural- governo vai realizar novos investimentos no patrimônio histórico da Paraíba”, 24/06/1997, Cultura-p.08.
63. Jornal A União – “De volta às origens – Funjope inicia restauração do Centro Histórico pela praça Antenor Navarro”, 09/07/1997, Cultura/p.01.
64. Jornal O Norte – “Cidade Baixa – Revitalização do Centro Histórico começa pela Praça Antenor Navarro”, 10/07/1997, Show.
65. Jornal A União – “Cidade Baixa - Turismo e Cultura no Varadouro”, 16/07/1997, Cultura/p.01. (Cidade baixa tem contagem regressiva para se tornar ponto turístico e, sobretudo, de efervescência cultural).
66. Jornal A União – “Cidade Baixa - Turismo e Cultura no Varadouro”, 16/07/1997, Cultura/p.01. (Cidade baixa tem contagem regressiva para se tornar ponto turístico e, sobretudo, de efervescência cultural).
67. Jornal Correio da Paraíba – “Centro histórico será restaurado – Projeto vai resgatar processo de crescimento urbano da Capital”, 05/08/1997.
68. Jornal A União – “Resgate da memória paraibana –governo e instituições se unem para revitalizar o Centro Histórico”, 23/08/1997, 1ª página e Geral/p.06. (Convênio com órgãos públicos).
69. Informativo Memória Viva 5ª Coordenação Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – “Encontro Assinala 10 anos de Cooperação Brasil e Espanha”, Nº 03/09/1997, p.99.

70. Jornal A União – “Perigo no emaranhado das fiações”, 12/09/1997, Jornal de Domingo /p.03 (sobre a falta de infraestrutura do centro da cidade).
71. Jornal Correio da Paraíba – “Ministério libera verba para restaurar biblioteca paraibana”, 14/09/1997.
72. Jornal A União – “Biblioteca Pública da Capital será restaurada”, 14/09/1997.
73. Jornal A União – “Arquitetura em restauração – prédio do Tribunal da Justiça ganhará iluminação e arborização”, 14/09/1997, Cultura/p.08.
74. Jornal A União – “Show vai balançar o Varadouro”, 19/09/1997, 1ª página (Projeto Asa Branca homenageia Luis Gonzaga com a participação de Dominginhos, Alcimar Monteiro, Amazan, Pinto do Acordeon e outros).
75. Jornal A União – “Em nome da história colonial – Encontro comemora 10 anos do acordo de cooperação entre os governos do Brasil e da Espanha”, 28/09/1997, Cultura/p.01 (Encontro Oficinas-escola do Brasil – uma alternativa profissional).
76. Jornal A União – “Centro histórico recebe visita do ministro Weffort”; “Weffort- Paraíba é modelo na área cultural- ministro destaca a capacidade de criação na música erudita e folclore”, 30/09/1997, 1ª página e Política/p.03 e últimas/p.12.
77. Jornal A União – “Projetos preservam memória – governo faz parceria para restaurar patrimônio histórico paraibano”, 01/10/1997, 1ª página e p/05.
78. Jornal O Norte – “Capital sedia encontro de oficinas-escola”, 01/10/1997.
79. Jornal O Norte – “Projeto resgata Centro Histórico – A Prefeitura vem se debruçando na revitalização de áreas que ‘contam’ a historia da cidade quatrocentona”, 12/10/1997/Especial.
80. Jornal A União – “Governo incentiva cultura – parcerias garantem a restauração do patrimônio histórico”, 16/10/1997, Cultura/p.08. Ator: Governador José Maranhão.
81. Jornal Correio da Paraíba – “Área do Porto do Capim terá reforma – Projeto de revitalização do Centro Histórico prevê a demolição de 200 prédios”; “Idéia de retirar famílias é da década de 40”, 21/10/2001 Cidades/p.B-7.
82. Jornal A União – “Projeto da CDL transforma Centro Histórico em área de comércio permanente”, 22/10/1997, 1ª e p..07 (Reunião de comerciantes com o prefeito para discutir problemas do centro histórico).
83. Jornal Correio da Paraíba – “Moda e cultura no Porto do Capim”, 24/10/1997, Cultura /p.03 (artistas e moda alternativos no CH – Capim Fashion).
84. Jornal Correio da Paraíba – “Convênio para restauração – Cores vão dar nova vida ao Centro Histórico”, 30/10/1997.
85. Jornal A União – “Mercado Capim Fashion ocupará armazéns da CBTU – novo espaço alternativo para produtos artesanais será inaugurado no próximo mês”, 01/11/1997, Cultura/p.01.
86. Jornal A União – “Uma cirurgia com cara de passado- Centro Histórico ganha plástica que tinha quando a cidade nasceu”, 02/11/1997, Cidade/p.07.
87. Jornal Correio da Paraíba – “Prefeitura inicia recuperação da Praça da Independência”, 28/01/1998.
88. Jornal Correio da Paraíba – “História da fé e arte – Igrejas da capital conservam estilos arquitetônicos e culturais”, 03/02/1998.
89. Jornal Correio da Paraíba – “Manuel Clemente mostra as belezas do Centro Histórico”, 25/03/1998.
90. Jornal A União – “Pedacos da história em ruínas – pequenos prédios e monumentos sucumbem à ação do tempo e do homem”; “Aliados da Revitalização”; “O Apoio da iniciativa privada”, 03/05/1998.
91. Jornal Correio da Paraíba – “Sino resiste à modernidade da vida urbana – para muitos, badaladas significam muito mais do que um marcador do tempo”, 10/05/1998.
92. Jornal A União – “Um prédio que segue o curso da história – O Palácio da Redenção abre hoje uma série de reportagens sobre o patrimônio histórico paraibano”, “Como preservar a memória coletiva – Iphaep divulga os objetivos que norteiam o tombamento de bens móveis e imóveis de valor histórico”; Seminário vai definir Plano de Metas e interiorização das ações do IPHAEP”; “Mausoléu guardará restos mortais do ex-presidente João Pessoa”, 19/07/1998.
93. Jornal Correio da Paraíba – “Centro velho renasce em novas tintas –revitalização da cor e vida aos casarões antigos da Cidade Baixa”, 05/08/1998.(Depoimento do Secretário de Turismo sobre revitalização e sobre o bairro como o início/origem da cidade).

94. Jornal A União – “Nem tudo é festa no Centro Histórico – revitalização valoriza a área e provoca elevação demasiada dos aluguéis dos prédios históricos”, 06/09/1998.
95. Jornal Correio da Paraíba – “Revitalização valoriza prédios do centro- interesse dos empresários aumentou a especulação a setor imobiliário”, 04/10/1998.
96. Jornal A União – Parque Sólton de Lucena – mais conhecido como ‘Lagoa’, o parque é considerado a maior expressão paisagística da Capital”, Caderno Cultura, 04/10/1998.
97. Jornal A União – “O palacete da Independência- sobrado onde morou João Pessoa é uma das principais relíquias arquitetônicas da Capital”, Caderno Cultura, 11/10/1998.
98. Jornal A União – “Renascendo das ruínas – A revitalização do patrimônio histórico recupera a memória de João Pessoa”, “Plano de Restauração- o que foi feito, o que está em andamento, trabalhos iniciados ou em projeto” 11/10/1998.
99. Jornal A União – “Obras-primas do Modernismo – Conjunto urbanístico Educacional reúne o melhor exemplo da arquitetura moderna de João Pessoa”, 18/10/1998.
100. Jornal A União – “Iphaep discute patrimônio cultural em evento na Capital”, 22/10/1998.
101. Jornal A União – “Iphaep pretende restaurar Igreja do Bonsucesso no município de Lucena”, 24/10/1998.
102. Jornal A União – “Restauração do Palácio da Justiça – Reforma incluiu cuidados especiais com ornamentos internos”, 28/10/1998.
103. Jornal A União – “Uma relíquia dos anos 20 – construído entre 1920 e 1922, o sobrado onde hoje funciona o Iphaep revela características do movimento Art Nouveau e resguarda as propostas arquitetônicas de Antônio Gaudi e Eckman”; “A Igreja do Rosário ainda resiste”; “No Liceu, a manutenção está em dia”, 25/10/1998 – Caderno Cultura.
104. Jornal A União – “Com os ponteiros parados no tempo – relógios só enfeitam prédios na Capital e marcam sempre a mesma hora”, 01/11/1998, Cidade/p.05.
105. Jornal A União – “Uma obra de arte verdadeira- arte e natureza se harmonizam no conjunto arquitetônico da Fazenda Ribamar, no Bairro dos Estados””, 01/11/1998, Caderno Cultura.
106. Jornal A União – “Igreja de São Pedro – começam os trabalhos de restauração” e na página 12 “Murais históricos”; “Todas as homenagens à nova diretoria do IHG”, 06/11/1998.
107. Jornal A União – “Vitrine do ideal neoclássico – Vistas da lateral e do pátio interno do edifício dos Correios e Telégrafos, cujo projeto é de autoria do arquiteto Clodoaldo Gouveia. A construção do prédio foi iniciada em 1921, e concluída em 1926. A inauguração ocorreu em janeiro de 1927”, 08/11/1998.
108. Jornal A União – “Igreja de São Pedro – Começam os trabalhos de restauração”, 06/11/1998, Cidade/p.07.
109. Jornal Correio da Paraíba – “Palácio recupera imponência – Raphael Arnaud entrega restauração do prédio histórico”, 08/11/1998.
110. Jornal Correio da Paraíba – “Reforma na São Pedro Gonçalves deverá ser concluída em fevereiro”, 10/11/1998.
111. Jornal A União – “Grupo vocal feminino Nossa Voz inaugura, hoje, às 21:00h. Pavimento superior do bar e restaurante Parahyba Café localizado na Praça Anthenor Navarro”, 13/11/1998.
112. Jornal Correio da Paraíba – “Patrimônio Histórico – representantes de 86 prefeituras debatem formas de preservação”, 21/11/1998.
113. Jornal Correio da Paraíba – “Prédios antigos viram áreas de risco – várias edificações localizadas no Centro Histórico precisam de recuperação”, 29/11/1998.
114. Jornal A União – “Em defesa da memória cultural”, 07/01/1999, Cultura/p.20.
115. Jornal A União - “Artes plásticas ganharam novo espaço - galerias do Centro Histórico renovam fôlego dos artistas paraibanos”, 20/01/1999, Cultura/p.13.
116. Jornal A União – “Hoje, a abertura do Folia de rua- do Beco da Faculdade de Direito ao Centro histórico, o arrastão do frevo”, 05/02/1999, Geral/p.08 (Ponto alto da festa na Praça Antenor Navarro com show de Moraes Moreira)
117. Jornal A União – “Obras de arte da rua da Areia”, 07/03/1999, Cultura/p.03 (Iphaep ressalta arquitetura de casarões e sobrados do início do século XX localizados na rua da Areia).
118. Jornal A União – “Prodetur II vai investir R\$ 320 milhões na Paraíba”, 10/03/1999. Capa.
119. Jornal A União – “Memorial do TRT instalado no Centro Histórico da capital”, 13/03/1999, Cidades/p.09.
120. Jornal A União – “Sem censura no Espaço”, 25/03/1999, Cultura/p.13.
121. Jornal A União – “Hotel Luso-brasileiro”, 02/05/1999, Sociedade/p.09.

122. Jornal A União – “Pela preservação de prédios históricos- Oficina-escola quer engajamento de órgãos públicos e iniciativa privada”, 18/05/1999, Cidades/p.06
123. Jornal A União – “Iphaep aprova tombamento de prédios históricos”, 04/07/1999, Administração/p.05.
124. Jornal A União – “Líder da ocupação do Centro histórico o Parahyba Café faz seu primeiro aniversário”, 08/07/1999, Cultura/p.13.
125. Jornal A União – “Apenas as ruínas por testemunhas- prédios abandonados da capital abrigam grupos de viciados em drogas e sexo”, 11/07/1999, 1ª página e Cidades/p.07.
126. Jornal A União – “A pedagogia da preservação”, 13/07/1999, Administração/p.05.
127. Jornal A União – “As ruínas onde o perigo fez morada - polícia confirma denúncias de vizinhos de prédios abandonados no centro da capital”, 13/07/1999, Cidades/p.06.
128. Jornal A União – “Obreiros da memória histórica”, 29/07/1999, Cultura/p.13.
129. Jornal A União – “Uma cidade que requer cuidados - ações dos poderes públicos não impedem degradação do patrimônio cultural”; “O preço da corrida para o mar- expansão de J. Pessoa para o litoral provocou a destruição de boa parte do patrimônio histórico”, 05/08/1999, Cultura/p.133 e p.20.
130. Jornal A União – “Maranhão inclui com destaque o turismo e a segurança para investir os recursos do Prodetur II”, Política, p.03, 03/09/1999.
131. Jornal A União – “Uma boate na Igreja-projeto acadêmico transfere a Igreja de São Pedro Gonçalves em espaço de lazer”, 19/09/1999, Cultura/p.13 e manchete de 1ª página e p.16.
132. Jornal A União – “No Centro Histórico- Embaixador espanhol visita obras”, 01/10/1999. Administração/p.05.
133. Jornal A União – “Café com blues na noite da Parahyba- o guitarrista carioca Big Gilson toca hoje com o grupo Blues Dinamite no show de lançamento de seu CD”, Cultura/p.13. (destaque foto da Praça Revitalizada ocupando meia página).
134. Jornal A União – “Comércio falido de móvel usado-lojas da Rua da República não têm como concorrer com magazines”, 14/10/1999, Cidades/p.07.
135. Jornal A União – “Canta Paraíba na Antenor Navarro” , 21/10/1999, Cultura/p.13 (shows agendados para meses finais do ano para divulgação dos artista nordestinos e paraibanos no Centro histórico e em homenagem à Antiga Rádio Tabajara.).
136. Jornal A União – “Arte contemporânea no Centro histórico de São Francisco”, 23/10/1999, Cultura/p.13 (Projeto de Artes Visuais 2000 divulgando arte brasileira).
137. Jornal A União – “Os pontos turísticos da Paraíba- governo investe na revitalização do patrimônio histórico”, 21/11/1999, 1ª página e Política/p.06.
138. Jornal A União – “Preservação gera cidadania – começa amanhã o II Encontro pela preservação dos bens culturais”, 23/11/1999, Cultura/p.20
139. Jornal A União – “Um legado de 500 anos – Encontro discute a partir de hoje preservação dos bens culturais paraibanos”, 24/11/1999, Cultura/p.13.
140. Jornal A União – “Vila Fantasma”, 28/11/1999. Jornal de Domingo.
141. Jornal A União – “Projeto Amanhecer”, 04/12/1999.
142. Joseph Chias –consultor espanhol da Marketing Systems em visita ao governador na Granja.
143. Jornal A União – 09/01/2000, Jornal de Domingo. Álbum da Editora Abril sobre potencial turístico e cultural do Estado da PB, destacando a riqueza do barroco das igrejas da capital. O centro da capital, ruas recuperadas e a igreja de São Francisco são destaques.
144. Jornal A União – De volta, o Casarão de Azulejos – obras de restauração serão inauguradas pelo governador amanhã” e “Revitalização do Centro Histórico”, 11/01/2000, Administração/p.03.
145. Jornal A União – “A João Pessoa que ninguém vê – Placas no centro comercial escondem fachadas de prédios antigos da Capital paraibana”, Cidades, 16/01/2000.
146. Jornal A União – “(Re) fazendo a história – restauradores recuperam peças do Centro Cultural São Francisco”, 16/01/2000, Cultura/p.13.
147. Jornal A União – “Pereira prevê nova realidade cultural no Estado da Paraíba”, 18/01/2000, Política/p.05.
148. Jornal A União – “Arte no centro da cidade – capital sedia de 25 de janeiro a 05 de fevereiro o Festival Centro em Cena”, 18/01/2000, Cultura/p.13.
149. Jornal A União – “Poesia voa começa hoje no Parahyba Café”, 20/01/2000, Cidade/p.10.
150. Jornal A União – “Resgatando a memória do Brasil”, 23/01/2000, Cultura/p.13.
151. Jornal A União – Entrevista do governador Maranhão a Nonato Guedes e Fábica Carolino sobre desenvolvimento turístico, 25/02/2000, Política, p.06.

152. Jornal A União – “Arte e Cultura no Centro – começa amanhã o Festival Centro em Cena, que levará até o dia 05 manifestações artísticas à Praça Anthenor Navarro”, 27/01/2000, Cultura/p.13.
153. Jornal Correio da Paraíba – “Lei cultural define prazos para projetos”, 31/01/2000.
154. Jornal Correio da Paraíba – “Banda de Brasília faz show no Centro Histórico – Alínea 11 apresenta o CD ‘Impeachment em nome dos miseráveis’”, 31/01/2000.
155. Jornal A União – “Festival Centro em Cena entra na 2ª semana”, 01/02/2000, Cultura/p.13.
156. Jornal A União – “Na Cantina do prazer – comércio do sexo no Centro histórico é tema de exposição fotográfica de Ricardo Peixoto”, 04/02/2000, Cultura/p.13.
157. Jornal A União – “Poeta lança livros hoje no Parahyba Café”, 17/02/2000, Cultura/p.17.
158. Jornal A União – “Folia de Rua – ‘Imprensados’ agita o Centro histórico”, 26/02/2000, 1ª página e p.17.
159. Jornal A União – “Elba, Zé e Chico César vão cair na Folia”, 24/02/2000, Cidades/p.07.
160. Jornal A União – “Folia de Rua – versão mirim do Cafuçu é lançada no Centro Histórico”, 29/02/2000, Últimas/p.04.
161. Jornal A União – “Incremento do Turismo – Porto do Capim será revitalizado”, 02/03/2000, Últimas/p.04.
162. Jornal A União – “Cultura na Capital – Orquestra dos EUA na Capital”, 17/03/2000, Administração /p.03.
163. Jornal A União – “O Secretário José Fernandes da SICTCT reúne prefeitos do litoral e divulga projetos do governo para transformar o litoral paraibano em ponto de referência mundial”, 19/03/2000.
164. Jornal A União – “O patrimônio pede socorro”, 26/03/2000, Jornal de Domingo/p.25.
165. Jornal A União – “As relíquias de São Pedro Gonçalves – restauradores da Igreja descobrem púlpitos, tribunas e altar com pintura à folha de ouro”, Cidades/p.07.
166. Jornal Correio da Paraíba – “Santuário da Guia atrai romeiros”, 02/04/2000.
167. Jornal A União, 04/04/2000. Reportagem de divulgação do I Fórum Nordestino de Prefeitos em João Pessoa no dia 06 de abril no Hotel Tambaú com palestra do governador Maranhão sobre “A indústria do turismo”, em seguida a governadora do Maranhão Roseana Sarney falou sobre “Reinventando o turismo”, o objetivo é apresentar estratégias e instrumentos gerenciais que viabilizem a criação de novas fontes de receita para o serviço público.
168. Jornal A União, “Ecoturismo na PB”, 07/05/2000.
169. Jornal Correio da Paraíba – “A mais bela Igreja paraibana considerada a principal das Américas”, 21/05/2000, Cultura e Lazer.
170. Jornal A União, “Aprovada a Lei Maranhão de Incentivo à Cultura”, 01/06/2000.
171. Jornal A União, “Cultura agora é Lei”, 02/07/2000.
172. Jornal O Norte – “Casas em áreas de risco – construções proibidas”, 09/06/2000.
173. Jornal Correio da Paraíba – “Justiça fecha boate que usava menor”, 13/06/2000, Cidades.
174. Jornal Correio da Paraíba – “Cúpula da Basílica pode desabar – construída há 100 anos, a base de madeira foi corroída pelos cupins”, 18/06/2000.
175. Jornal Correio da Paraíba – “Restauradores acham relíquias”, Domingo, 25/06/2000.
176. Jornal Correio da Paraíba – “Programa já restaurou 26 prédios antigos – Centro Histórico de João Pessoa começou a ser recuperado há 3 anos”, 25/06/2000 .
177. Jornal A União, “Novos rumos para o turismo – o governo do Estado lança amanhã o Plano Amanhecer”, 26/07/2000.
178. Jornal A União – “Centro Histórico – Vida nova ao passado”, 29/06/2000, 1ª página e p.10 (Primeiras tentativas de formar a Acehrvo).
179. Jornal A União - “Por um Centro Histórico Vivo – iniciado o movimento para dar continuidade ao processo de revitalização do Centro Histórico de João Pessoa”, 14/07/2000, Dois/p.13.
180. Jornal A União – “Cultura, o melhor negócio”, 16/07/2000, Geral/p.04.
181. Jornal O Norte – “Monumento Histórico inacabado”, 16/07/2000.
182. Jornal o Norte – “Imóveis fechados – Revertendo o quadro – Centro histórico ganha associação que vai brigar contra a crise econômica e evitar que outras casas fechem as portas”, Domingo, 16/07/2000.
183. Jornal O Norte – “Plano Amanhecer-Nasce um novo turismo”, 22/07/2000.
184. Jornal O Norte – “Novas relíquias são descobertas em JP”; “Achado arqueológico pode mudar história”, 25/07/2000, 1ª página e A6 (“A Paraíba está sendo descoberta pelos paraibanos”, arqueólogo Ulisses Pernambuco de Melo Neto, um dia após as descobertas arqueológicas).

185. Jornal Correio da Paraíba – “Arqueólogos acham cidadela de 1585 soterrada em JP”; “Centro Histórico – Encontrada cidadela soterrada em JP”, 25/07/2000, 1ª pág. e Cidades/p.02.
186. Jornal O Norte – “Encontrada cidadela soterrada em João Pessoa, 25/07/2000.
187. Jornal A União – “Descoberto na Capital o mais antigo sítio arqueológico do país, 25/07/2000.
188. Jornal O Norte – “Maranhão quer JP como patrimônio da humanidade”, 26/07/2000, 1ª página e A6. “Patrimônio Histórico da Humanidade - Maranhão quer título para JP. Descoberta de muralha antiga aconteceu pôr conta de trabalhos no Centro Histórico”.
189. Jornal Correio da Paraíba – “Maranhão quer que a Capital seja patrimônio histórico da humanidade”, 26/07/2000, Cidades/p.2
190. Jornal A União – “Patrimônio histórico da humanidade – José Maranhão vai solicitar à UNESCO o tombamento de sítio arqueológico descoberto na capital”, 26/07/2000, 1ª pág. e p.07.
191. Jornal Correio da Paraíba, “Posto será desativado no Varadouro - Revitalização do Centro Histórico inclui retirada de estabelecimento”, João Pessoa, 27/07/2000.
192. Jornal O Norte – “Reconhecimento Nacional – Técnicos visitam ruínas – representantes do Iphan, em Brasília, vêm conhecer a mais nova descoberta arqueológica em JP”, 27/07/2000, B2.
193. Jornal O Norte, “Achado arqueológico - Iphan apóia estudos sobre cidadela”, João Pessoa, 28/07/2000.
194. Jornal Correio da Paraíba – “Achado histórico pode dar título à PB -concessão só depende de documentação”, 28/07/2000, Cidades/p.02.
195. Jornal O Norte, “Patrimônio Histórico - No processo de revitalização do Centro Histórico, surge a cada dia uma surpresa arqueológica no patrimônio de 415 anos”, João Pessoa, 30/07/2000.
196. Jornal Correio da Paraíba, “Roteiro Histórico - Descoberta aumenta acervo da Paraíba e abre portas do turismo”, João Pessoa, 30/07/2000.
197. Jornal A União, “Igreja São Frei Pedro Gonçalves. A idade da muralha. Historiador diz que as ruínas de edificação encontradas na Igreja São Frei Pedro Gonçalves não são do século XVI.”, João Pessoa, 30/07/2000.
198. Jornal Correio da Paraíba – “Paraíba ano 415 – um salto para nova história”, Edição Especial, 05/08/2000.
199. Jornal A União – “Ponte Sanhauá é tombada pelo Iphaep”, 09/08/2000, Manchete 1ª página.
200. Jornal A União – “Fórum elabora propostas para o Centro Histórico”, 09/08/2000, Administração/p.03.
201. Jornal A União – “Área será alvo de pesquisa”, 25/08/2000, Cidades/p.07.
202. Jornal A União – “Maranhão assina decreto e cria os parques ecológicos do estado: Jardim Botânico de JP; Parque Estadual Marinho de Areia Vermelha em Cabedelo e Parque estadual da Mata do Xém-Xém em Bayeux”, Manchete e P.03, 26/08/2000.
203. Jornal A União – 27/08/2000.
204. Sobre a Lei Viva Cultura - Lei municipal 7.380/93 deu novo impulso à produção de cultura no município mas precisa de modificações para facilitar sua aplicação.
205. Jornal A União, “Muralha do Varadouro - Fortificação ou cidadela?”, João Pessoa, 29/08/2000.
206. Jornal A União – “Centro Cultural São Francisco apresenta Opus”, 06/09/2000, Dois/p.17. Artista plástica, escultora: Tânia Bloomfield.
207. Jornal A União – “Em Araruna – Maranhão reabre Igreja Matriz e investe no turismo religioso”, 09/09/2000, Manchete.
208. Jornal A União – “O Passado preservado- governador homologa o tombamento da ponte sobre o rio Sanhauá”, 09/09/2000, Manchete/1ª página e p.13.
209. Jornal A União – “Cinema na Praça – três curtas-metragens serão exibidos hoje”, 28/09/2000, Dois/p.13,
210. Jornal A União – “Centro Histórico – o antigo quer agito”, 29/09/2000, Manchete/1ª página e p.13.
211. Jornal A União, 02/10/2000. “Prefeito se reelege com 74,02% dos votos com a coligação Por amor a JP, contra 21,02% de Luiz Couto o segundo colocado”.
212. Jornal A União, “Convênio Governo - Petrobrás vai restaurar Sítio Histórico de Acauã”, Administração, p. 03, 03/10/2000.
213. Jornal Correio da Paraíba – “Assinado convênio para restaurar sítio de Acauã”, 04/10/2000.
214. Jornal O Norte, “Centro histórico - Revitalização parada”. Domingo, 08/10/2000.
215. Jornal A União – “Saudosa rua da Areia”, 11/10/2000, Dois/p.14.

216. Jornal A União – “E a cidade esqueceu o Sanhauá – o rio esquecido”, 15/10/2000 (reportagem de 4 páginas sobre o rio e sua decadência).
217. Jornal A União – “Centro Histórico vai concluir plano de desenvolvimento”, 18/10/2000, Administração/p.03.
218. Jornal O Norte – “Igreja de João Pessoa – Templos do Descaso – pinturas antigas, torres e telhados das igrejas estão ameaçados por falta de manutenção”, 22/10/2000.
219. Jornal A União – “Governo vai tombar dez monumentos em Campina” e “Um lugar do passado”, 22/10/2000, 1ª página e p.13.
220. Jornal A União – “Praias e rios belos protegidos – Projeto prevê recuperação e preservação de áreas turísticas do litoral sul da Paraíba”, 22/10/2000, Geral.
221. Jornal A União – “Um museu para a memória da cidade”, 29/10/2000, Cultura/p.20.
222. Jornal A União – “Oficina- Escola – inscritos 400 candidatos”, 02/11/2000, Cidades/ p.11.
223. Jornal A União – “Preservando o passado dos trens – IPHAEP e REFESA querem recuperar estações ferroviárias de municípios”, 05/11/2000, Administração/p.03.
224. Jornal A União – “Memorial mostra a evolução da energia elétrica – patrimônio arquitetônico do museu é constituído pelos belos prédios da antiga usina da Cruz do Peixe”, 09/11/2000, Cidades/p.10.
225. Jornal A União – “A Muralha – debate entre historiadores reacende polêmica”, 09/11/2000, Dois/p.13.
226. Jornal A União – “Folia de Rua e Funjope instalam oficina de pandeiro para menores”, 21/11/2000, Dois/p.15.
227. Jornal O Norte – “Patrimônio – Um resgate à História da PB. O Iphaep está fazendo um levantamento histórico dos 51 bens tombados e dos mais de 15 em vias de tombamento”, domingo, 10/12/2000, p.A12/13.
228. Jornal O Norte – “A Paraíba é Pop – Evento reúne artistas no Centro Histórico a partir de hoje em resposta a Micaroa”, 11/01/2001, Show.
229. Jornal Correio da Paraíba – “Centro Histórico recebe artistas locais como opção à Micaroa”, 11/01/2001, Cultura e Lazer.
230. Jornal Correio da Paraíba – “Cidadela será estudada por arqueólogos de PE”, 12/01/2001, Cidades.
231. Jornal O Norte – “Cidadela histórica- Escavações serão retomadas em breve – Comissão do Centro histórico se reuniu para decidir o rumo dos trabalhos a serem realizados na área”; 14/01/2001, Gerais.
232. Jornal O Norte - “Unesco tem informe sobre cidadela- Governo reivindica título de patrimônio histórico da humanidade”; 14/01/2001, Gerais.
233. Jornal O Norte - “Paraíba quer 1,3 milhão de turistas”, 14/01/2001, Gerais.
234. Jornal Correio da Paraíba – “Folia de Rua começa dia 16 de fevereiro”, 24/01/2001, Cidades.
235. Jornal O Norte – “Bandas iniciam intercâmbio hoje no Centro Histórico”, 25/01/2001.
236. Jornal O Norte, “ARTES - Trabalho coletivo marca a atuação do grupo Grilo”, João Pessoa, 25/01/2001.
237. Jornal O Norte – “Cátia de França, Bastianas e Ditarso fazem show hoje no Centro Histórico”, 27/01/2001, Show.
238. Jornal O Norte – “Arte Catarina – Projeto na Fortaleza de santa Catarina usa cultura popular no resgate da cidadania”, 31/01/2001, Show.
239. Jornal O Norte – “Na Duque de Caxias – Calçadão pode voltar às origens”, Cidades, 31/01/2001.
240. Jornal O Norte - “Na grande João Pessoa – O lixo sem destino”, 31/01/2001, Gerais.
241. Jornal Correio da Paraíba – “A boa música – Eleonora Falcone canta no Centro Histórico”, 01/02/2001, Cultura e Lazer.
242. Jornal O Norte – “Nau Catarineta – Apresentação marca retomada de manifestação folclórica”, 02/02/2001.
243. Jornal Correio da Paraíba – “Novo espaço para a arte no Centro Histórico” (nova casa de shows Oficina do Capim na rua Maciel Pinheiro), 03/02/2001.
244. Jornal A União – “Assembléia para o Viva Cultura – Funjope marca para o dia 14 a reunião que vai escolher a nova Comissão Normativa”, 08/02/2001, Cultura.
245. Jornal O Norte, “CIBER-SONS - Francês radicado na Paraíba apresenta experiências com música feita em computador João Pessoa”, 08/02/2001.
246. Jornal O Norte – “Sem patrocinadores – Tristeza invade o Folia de Rua”, 09/02/2001.

247. Jornal A União – “O Casarão da Cultura – Governo do Estado oferece mais um espaço para as artes no centro de João Pessoa”, 09/02/2001.
248. Jornal O Norte, “MÚSICA- Cordel do Fogo Encantado faz show para lançar CD no Parahyba Café”, João Pessoa, 10/02/2001.
249. Jornal Correio da Paraíba , “FoliArte: Exposição mostra a irreverência das Virgens de Tambaú”, Cultura e Lazer, 11/02/2001.
250. Jornal Correio da Paraíba – “Paisagens pessoenses em exposição amanhã”, 11/02/2001.
251. Jornal Correio da Paraíba – “JP pode ser incluída em projeto do Minc – Ministério quer viabilizar a preservação de sítios históricos do País”, 11/02/2001, Cidades.
252. Jornal Correio da Paraíba – “Maroja afirma que Santa Rita não quer região metropolitana”, 11/02/2001, Política (sobre o lixão do Roger).
253. Jornal Correio da Paraíba – “Região metropolitana”, 11/02/2001, Opinião.
254. Jornal A União – “Reunião discute o fim da carência na Zona Azul – em caso de parecer favorável, a permanência inferior a 10 minutos também será cobrada”, 14/02/2001.
255. Jornal A União – “O passado do Folia de Rua – duas exposições mostram a face de dois blocos”, 14/02/2001.
256. Jornal O Norte, “Produtor Durval Leal é responsável pela produção de obras referenciais do audiovisual paraibano”, João Pessoa, 14 /02/ 2001.
257. Jornal Correio da Paraíba – “Muro do Lixão fica pronto em junho”; 14/02/2001, Cidades.
258. Jornal Correio da Paraíba – “Prédio da Telemar pode abrigar a Prefeitura. Cícero assina desapropriação e aguarda entendimentos sobre o valor”, 14/02/2001, Cidades.
259. Jornal Correio da Paraíba – “Comerciantes protestam contra extinção da tolerância na Zona Azul”, 14/02/2001, Cidades.
260. Jornal Correio da Paraíba – “Viva Cultura já tem os nomes da Comissão que selecionará projetos”, 16/02/2001.
261. Jornal O Norte – “Abertura do Folia – Hoje é dia do Anjo Azul”, 16/02/2001.
262. Jornal A União – “Projeto Folia de Rua começou ontem na Capital”, 17/02/2001.
263. Jornal A União – “Policiamento no Folia de Rua- PM vai utilizar o efetivo necessário no evento”; “Paraíso ecológico ameaçado – Lixo , pneus e dejetos de animais poluem a praia do Jacaré”, 17/02/2001.
264. Jornal A União – “Hoje tem baile, artistas e premiação – A união concorre na categoria jornal com seis nomes”, 17/02/2001, Caderno Cultura (Baile dos Artista no Centro Histórico).
265. Jornal O Norte – “No Centro Histórico – Violência marca abertura do Folia, dezenas de pessoas ficaram feridas, entre elas, Ana Gondim, presidente do Folia de Rua”, Domingo, 18/02/2001.
266. Jornal Correio da Paraíba, “Carnaval Tradição resiste, mas faltam incentivos - Agremiações dependem de recursos para desfilar”, 18/02/2001.
267. Jornal Correio da Paraíba – “Em João Pessoa Jardim Botânico será inaugurado em julho”, 22/02/2001, Cidades.
268. Jornal Correio da Paraíba – “Prodetur investirá US\$ 81 mi na PB – Recursos serão aplicados na infra-estrutura turística de 11 municípios”, 22/02/2001, Economia.
269. Jornal A União - “Esse jeito de ser Cafuçú”, 23/02/2001, Caderno Cultura.
270. Jornal Correio da Paraíba – “Obras da cidadela continuam paradas”; “Cultura Paraibana é destaque no Festival de arte na Espanha”, 31/02/2001, Cultura.
271. Jornal A União – “Paraíba na rota do turismo internacional – Roberto Paulino discute incrementos para dinamizar o setor”, 07/03/2001.
272. Jornal Correio da Paraíba – “No dia da mulher- Show musical para comemorar a data hoje no Centro histórico”, 08/03/2001.
273. Jornal O Norte – “Perigo à noite – escuridão em praça causa transtornos”- 10/03/2001, Dia-a-dia.
274. Jornal O Norte – “Obras podem ser paralisadas”, 13/03/2001.
275. Jornal O Norte, “Entidades e instituições - Centro antigo em debate”, 13/03/2001.
276. Jornal Correio da Paraíba – “João Pessoa já tem plano de emergência”, 15/03/2001, Cidades.
277. Jornal A União – “Comércio informal prejudica tráfego de pedestres – Projeto da Prefeitura Municipal visa o ordenamento dos ambulantes que atuam no Centro da Capital”, 17/03/2001.
278. Jornal Correio da Paraíba – “Lixão do Roger: área recebe 700 t de resíduos por dia”; “Capital tem 320 catadores de lixo – maioria das pessoas realiza serviço em condições subumanas”, 18/03/2001.
279. Jornal Correio da Paraíba – “Portugueses visitam a Capital em bugre”, 18/03/2001, Últimas.

280. Jornal O Norte, “Censo revela- Paraíba cresce menos”; “Mais atrações-Estratégia para aquecer o turismo João Pessoa”, 18/03/2001.
281. Jornal Correio da Paraíba – “Casas centenárias viram estacionamento – vereador denuncia demolição de imóveis históricos com aval de proprietários”, 19/03/2001, Cidades.
282. Jornal Correio da Paraíba – “Reurbanização da Orla: Sudema admite embargar obra” – 20/03/2001, Cidades.
283. Jornal Correio da Paraíba – “João Pessoa fica sem dois eventos na área cultural”, 20/03/2001, Cultura e Lazer.
284. Jornal Correio da Paraíba – “História do prédio dos Correios vira tema de plaquete”, 21/03/2001.
285. Jornal O Norte, “Plaquete sobre Centro Histórico será lançada no Parahyba Café”, João Pessoa, 22/03/ 2001.
286. Jornal O Norte – “Resgate necessário” – 22/03/2001, Opinião.
287. Jornal O Norte, “Forró do gogó ao mocotó Jarbas Mariz lança hoje no Parahyba Café seu CD com músicas de Jackson do Pandeiro”, João Pessoa, 23/03/2001.
288. Jornal Correio da Paraíba – “Um Cabeça”; “Cinco artistas expõem no aniversário dos Correios”, 23/03/2001, Cultura e Lazer.
289. Jornal O Norte – “Oficina – escola terá equipe reforçada”, “Vizinhos do presídio do Roger”, 23/03/2001.
290. Correio da Paraíba – “Arquiteto critica obras na orla de JP. Prefeitura da Capital pode ter prejuízo na ordem de R\$ 1,5 milhões”; “Árvores centenárias estão morrendo”, 24/03/2001, Cidades.
291. Jornal Correio da Paraíba – “Funjope nega cancelamento de evento – ator Marcos Palmeira confirmado como o Cristo do “Auto de Deus” ”, 24/03/2001, Cultura e Lazer.
292. Jornal O Norte – “Revitalização – praças são recuperadas”, 24/03/2001.
293. Jornal O Norte – “Políbio Alves - Do Varadouro para o mundo”, Domingo, 25/03/2001.
294. Jornal A União – “Centro Histórico – Governo espanhol renova o acordo por mais dois anos”; “Vinte cidades incluídas no Monumenta”; “Um olhar sobre a paisagem urbana – Exposição de Petrônio Santana mostra a flora e monumentos históricos de João Pessoa”, 25/03/2001, Cultura.
295. Jornal Correio da Paraíba – “Cresce fluxo turístico da Paraíba, numero de vôos aumenta 200% de 1999 até março de 2001”, 25/03/2001, Economia.
296. Jornal A União – “Governo investe pesado no Turismo- setor dá mostras de crescimento e se consolida como alternativa para o desenvolvimento estadual”, 25/03/2001, Política.
297. Jornal Correio da Paraíba – “Vôos turísticos aumentam 200% - trabalho de infra-estrutura realizado pelo Governo incentivou o turismo”, 26/03/2001.
298. Jornal Correio da Paraíba – “Vôos turísticos aumentam 200%. Trabalho de infra-estrutura realizado pelo governo incentivou o turismo”- 26/03/2001, Cidades.
299. Jornal O Norte, “Rodrigues Lima e a visão da cidade- Artista expõe suas pinturas na Reitoria da UFPB até 9 de abril”, João Pessoa, 28/03/2001.
300. Jornal O Norte, “Petrônio também pinta João Pessoa - Mostra está montada no Espaço do Fórum, no Centro Histórico”, João Pessoa, 28/03/2001.
301. Jornal Correio da Paraíba – “230 turistas portugueses desembarcam sexta-feira”, 28/03/2001, Economia.
302. Jornal O Norte, “Período chuvoso - Queixas dos desabrigados- Cerca de 600 famílias perderam tudo com as chuvas rigorosas que caíram ano passado na Capital”, João Pessoa, 28/03/2001.
303. Jornal O Norte – “Escavações no Centro histórico - Encontradas ossadas humanas”, 05/04/2001, Gerais.
304. Jornal Correio da Paraíba – “Descoberta capela do Século XVII sob igreja do Centro Histórico”, 05/04/2001, 1ª página e Caderno Especial/p.E-1, E2, E3.
305. Jornal A União – “Encontrada ossada humana em igreja –Escavações no Centro Histórico levam à descoberta de capela do século XVII”, Cidades, 05/04/2001.
306. Jornal Correio da Paraíba – “Terminal Rodoviário – Ambulantes e pedintes serão removidos”, 05/04/2001, p.B-1.
307. Jornal Correio da Paraíba, “Show de rock agita o Centro Histórico”, Cultura e Lazer, 13-04-2001.
308. Jornal Correio da Paraíba, “Estuários de rios estão morrendo”, Cidades 15-04-2001.
309. Jornal O Norte, “Uma medalha para Políbio - Escritor recebe hoje a comenda Augusto dos Anjos pelo trabalho em prol da cultura paraibana”, 17/04/2001.
310. Jornal O Norte, “Oficina de Máscaras no Porto do Capim João Pessoa”, 17/04/2001.

311. Jornal Correio da Paraíba – “População se sente insegura à noite cidades”, 07/05/2001.
312. Jornal Correio da Paraíba, “Iphaep resgata história de Solânea - Órgão vai cadastrar e solicitar tombamento de imóveis que falam da vida da cidade” Domingo, 07-05-2001.
313. Jornal A União – “Iphaep pode tombar reliquia em Alhandra – Construída no século XVIII, Igreja de N. S. da Assunção possui anexos em pedra calcárea” – 27/06/2001.
314. Jornal Correio da Paraíba, “Semana da consciência turística inicia hoje programação cultural-A música e as manifestações folclóricas são destaques do evento”, Cultura e Lazer, 11/07/2001.
315. Jornal O Norte, “A Função toca hoje à noite no Centro Histórico”, Show, João Pessoa, 13/07/2001.
316. Jornal O Norte – “De 21 a 28 deste mês João Pessoa sedia Encontro Nacional de Arquitetura”, 19/07/2001, Gerais. (sobre programação do XXV ENEA que começou com uma caminhada pelo Centro histórico de J. Pessoa, dita uma volta ao tempo).
317. Jornal Correio da Paraíba – “Para’iwa apresenta hoje no NAC sua produção cultural”, 19/07/2001- Cultura e Lazer (abertura com vídeo sobre CH de JP).
318. Jornal A União – “Investimentos do Prodetur II- Coordenador Omar Gama diz que a Paraíba deve estar entre os primeiros Estados do Nordeste a receber os recursos”, 19/07/2001, Política.
319. Jornal O Norte – “Entidades reivindicam Mudanças no Centro Histórico – Associação dos comerciantes do local e o prefeito em exercício Haroldo Lucena discutiram a implantação de infra-estrutura na área e mais segurança”, 26/07/2001, Gerais.
320. Jornal O Norte – “Turismo em alta na Paraíba – Capital realiza 3 eventos hoje - Plano Amanhecer e Pólo das Baleias serão apresentados e reunião da CTI/NR acontece à tarde” (Informações sobre o Plano Amanhecer elaborado pela Marketing Systems tendo como consultor o espanhol Joseph Chias), 27/07/2000, Economia/A2.
321. Jornal Correio da Paraíba, “Centro Histórico terá mudanças” Cidades, 27/07/2001.
322. Jornal O Norte – “No Centro Histórico - Associações pedem mais segurança à Prefeitura” – Cidades, 28/07/2001.
323. Jornal O Norte - Situação de abandono - Câmara e Assembléia debatem Centro Histórico, Política, João Pessoa, domingo, 29/07/2001.
324. Jornal O Norte, “Engenho do Chopp fecha com show coletivo - Artistas cantam hoje no Centro Histórico em clima melancólico”, João Pessoa, 02/08/2001.
325. Jornal O Norte – “Revitalização do Centro Histórico – Prefeitura como parceira – comemoração pelos 10 anos da Fundação Oficina-Escola da Capital acontece hoje a partir das 15 horas na antiga fábrica de Vinhos Tito Silva”, 03/08/2001, Gerais.
326. Jornal O Norte, “Encontro com Embaixador”, 03/08/2001. “O prefeito Cícero Lucena recebeu, ontem à tarde, em seu gabinete, o embaixador da Espanha no Brasil, José Planas, ocasião em que foram discutidas possibilidades de cooperação turística entre a Prefeitura da Capital e o governo espanhol (...)”.
327. Jornal O Norte – “Revitalização do Patrimônio Histórico – Embaixador da Espanha quer manter parceria”, 04/08/2001.
328. Jornal O Norte – “A saga de um vencedor” – 12/08/2001, Cidades. “Eliseu Santos da Costa, ex-aluno da Oficina-Escola, venceu dificuldades e está se preparando para fazer um curso de especialização na Europa (...)”.
329. Jornal O Norte – “Irregularidades, Placas e faixas em discussão” – 22/08/2001, Cidades.
330. Jornal O Norte – “Habitação – vivendo na miséria – Na grande João Pessoa o número de favelas, onde pessoas vivem em situação precária, cresceu em 700% nas últimas duas décadas” – 26/08/2001, Cidades.
331. Jornal O Norte, “Projetos populares”, João Pessoa, Curtas, 28/08/2001.
332. Jornal Correio da Paraíba – “Revitalização do Centro Histórico”, Domingo, 02/09/2001, Coluna de Walter Santos (sobre comunicado do Banco Mundial de aprovação pelo Programa Monumenta, de recursos da ordem de US\$ 20 milhões para beneficiar o Centro Histórico).
333. Jornal Correio da Paraíba – “Decadência da Maciel Pinheiro provoca fechamento de lojas - empresários dizem que a implantação da Zona Azul ajudou a agravar a crise”, 02/09/2001, Economia/E6 (depoimentos de comerciantes sobre a decadência do comércio na Maciel Pinheiro e necessidade de revitalização).
334. Jornal Correio da Paraíba, Cultura e Lazer, “*Centro histórico: Acústico Arte no Oficina do Capim*”, 05/09/2001.
335. Jornal Correio da Paraíba , “*Projeto abre espaço para o Novo Som da Parahyba*” – “*Banda A Função é a atração de hoje, mesclando rock e regionalismo*”, 13-09-2001.

336. Jornal O Norte – “*No parque Sono de Lucena – mau cheio tem solução*” – 14/09/2001, Cidades.
337. Jornal O Norte – “*Falta de conservação – Igrejas pedem socorro – rachaduras que comprometem a estrutura física e teto ameaçando desabar são problemas enfrentados pelos templos católicos na Capital*”, 25/09/2001.
338. Jornal Correio da Paraíba – “*‘A ema vai gerar’ na Capital com homenagem a Jackson*”, 07/10/2001, Cultura e Lazer.
339. Jornal Correio da Paraíba, “*Construção de aterro será definida durante seminário*”, Cidades, 11/10/2001.
340. Jornal O Norte – “*Na Paraíba Prodetur vai investir R\$ 200 milhões no setor turístico – As ações beneficiarão o litoral Norte, contribuindo para o crescimento da Grande João Pessoa*”, 20/10/2001, Geral-p.A7.
341. Jornal Correio da Paraíba – “*Área do Porto do Capim terá reforma – Projeto de revitalização do Centro Histórico prevê a demolição de 200 prédios*”, Cidades/p. B-7, 21/10/2001.
342. Jornal Correio da Paraíba – “*Prefeitura lança projeto ‘Anfitrião Mirim’*”, 23/10/2001, Cidades.
343. Jornal O Norte – “*No Sebrae – Revitalização do Centro histórico será debatida*”, 30/10/2001, Gerais.
344. Jornal O Norte – “*Parque Sólon de Lucena – Debates sobre revitalização da área terminam hoje*”, 20/11/2001, Gerais.
345. Jornal O Norte – “*Prefeituras não criam Conselho Tutelar*”, 25/10/2001, Cidades.
346. Jornal O Norte – “*Revitalização da Maciel Pinheiro – De volta aos bons tempos, comerciantes têm projeto para restaurar toda a área comercial*”, 26/11/2001, Cidades.
347. Jornal O Norte – “*Caos e criação – evento multimídia movimenta o Centro histórico hoje à noite; Carlos Cardoso lança A menina das Matas; Pau de Dá em Doido ganhou três prêmios*” – 29/11/2001, Show.
348. Jornal Correio da Paraíba , “*Patrimônio barroco-Município de Santa Rita abriga 16 igrejas erguidas na época do Brasil-Colônia*”, Cultura e Lazer, 05/12/2001.
349. Jornal Correio da Paraíba , “*Folia de Rua vai homenagear Jackson do Pandeiro em 2002*”, Cultura e Lazer, 05/12/2001.
350. Jornal O Norte – “*Capoeiristas do NE se reúnem em JP*”- 10/12/2001, Cidades.
351. Jornal Correio da Paraíba, “*Concerto de Natal*”, Cultura, 12-12-2001.
352. Jornal Correio da Paraíba, “*Folia Cidadã encerra 2001 com festa no centro histórico –desfile de bloco carnavalesco marcará o evento que acontece sexta, às 17h00*”, Cultura e Lazer, 16-12-2001.
353. Jornal Correio da Paraíba, “*Centro em Cena - Programação do evento já está definida*”, Cultura e Lazer, 16-12-2001.
354. Jornal O Norte, “*Ruas do centro - Camelôs estão de volta - A previsão é que todo o trabalho de estrutura de camarotes e arquibancadas deve ser concluído hoje no final da tarde, segundo os organizadores*”, Cidades,10/01/2002.
355. Jornal O Norte, Show, “*A Noite de Sivuca-Músico será o grande homenageado hoje na Noite da Cultura, que terá também a inauguração da igreja de São Pedro Gonçalves, restaurada*”, 11.01.02.
356. Jornal Correio da Paraíba, “*Sivuca é homenageado-Músico toca hoje com o JPSax na 16ª Noite da Cultura*”, Cultura e Lazer , 11/01/2002.
357. Jornal O Norte, “*Cores do Varadouro - Flávio Tavares se inspira em local histórico e inicia série de pinturas*”, Show, 13.01.02.
358. Jornal Correio da Paraíba, “*O som da garagem - Bandas paraibanas saem dos ensaios em casa para ganhar os palcos da vida*”, Cultura e Lazer, 14/01/2002.
359. Jornal Correio da Paraíba, “*Governo revitaliza Centro Histórico. A Igreja São Frei Pedro Gonçalves foi reaberta com festa e celebração de uma missa*”, Cidades, 14/01/2002.
360. Jornal Correio da Paraíba, “*Inauguração do jardim botânico vai acontecer em março*”, Cidades,14/01/2002.
361. Jornal O Norte, “*Centro em Cena - Festival será aberto hoje e, em 10 dias, apresentará atrações de dança, música, teatro e cinema*”, “*Álbum: Imagens e versos do Varadouro*”, “*Evento abre espaço para a arte local e atrações de fora*”, 16-01-2002.
362. Jornal Correio da Paraíba, “*Dança do ventre na primeira noite do Centro em Cena - Evento começa hoje, às 20h30, na Praça Pedro Américo e vai até o dia 26*”, Cultura e Lazer, 16-01-2002.

363. Jornal Correio da Paraíba – “*Volta ao passado no Centro Histórico – na parte mais antiga da cidade, o turista pode visitar igrejas e conhecer o Hotel Globo*”, 20/01/2002, Cidades.
364. Jornal Correio da Paraíba, “*José Rufino abre projeto do Centro São Francisco*”, Cultura e Lazer, 24/01/2002.
365. Jornal Correio da Paraíba, “*Carnaval na Paraíba começa mais cedo*”. Cultura e Lazer, 27/01/2002.
366. Jornal O Norte, Cidades, “*Placas e letreiros irregulares - Ameaça ao patrimônio histórico - Pelo menos 90 prédios estão com placas abusivas no Centro Histórico*”, 29-01-2002.
367. Jornal O Norte, “*Perigo - Áreas de risco são visitadas. A Comissão Municipal de Defesa Civil vai realizar uma série de inspeção para avaliar a situação das comunidades antes da chegada do inverno*”, 30/01/2002, Cidades.
368. Jornal Correio da Paraíba, “*Folia de Rua é aberta hoje em JP-Jackson do Pandeiro é o homenageado deste ano na maior prévia carnavalesca do país*”, Cidades, 01-02-2002.
369. Jornal Correio da Paraíba, “*Artistas comandam a folia-Abertura da festa terá vários shows hoje no Centro Histórico*”, Cultura e Lazer, 01-02-2002.
370. Jornal O Norte, “*CARNAVAL 2002- Folia de Rua começa hoje. Prévia carnavalesca de João Pessoa deverá levar às principais ruas da cidade cerca de 400 mil foliões nos 9 dias de festa, segundo os organizadores*”, Cidades, 01/02/2002.
371. Jornal Correio da Paraíba, “*Cafuços ganham a avenida com irreverência e deboche-Saída do bloco mais bem humorado da Capital será às 23h00, no Centro*” Cidades, 08-02-2002.
372. Jornal Correio da Paraíba, “*Noite da Cultura marca a reinauguração de igreja*”, Cultura e Lazer 08-02-2002
373. Jornal Correio da Paraíba – “*CARNAVAL 2002 – Folia de Rua termina hoje*”, Cidades, 09/02/2002.
374. Jornal Correio da Paraíba, “*Centro revive antigos Carnavais-Fantasia, papangus e outros bichos tomarão conta do Varadouro hoje e amanhã*”, 09-02-2002, Cidades.
375. Jornal Correio da Paraíba, “*João Pessoa será cenário de moderno jogo eletrônico sobre luta contra o terror*”, Milenium, 10-02-2002.
376. Jornal Correio da Paraíba – “*Retrato do abandono – Projetos priorizam restauração de prédios, mas falta dinamizar o Centro Histórico*”, 17-02-2002.
377. Jornal Correio da Paraíba, “*MP quer cópia do contrato de obras – Prefeitura de JP tem 5 dias para apresentar documentos sobre reurbanização da orla*”, Cidades, 19-02-2002.
378. Jornal Correio da Paraíba, “*Prefeitura vai desativar lixão até o final do ano*” 21/02/2002, Cidades.
379. Jornal O Norte, “*Dejetos sólidos - Lixo com destino certo. O primeiro aterro sanitário do Estado será construído no Distrito Industrial de João Pessoa. Os recursos estão orçados em R\$ 10 milhões*”, Cidades 21-02-2002.
380. Jornal O Norte - “*Ambulantes na Lagoa - Prefeitura perde a guerra - Guardas retiraram todos os camelôs do Parque Sólton de Lucena no ano passado, mas eles voltaram e estão ocupando quase toda a área*”, Cidades, 23-02-2002.
381. Jornal O Norte – “*Mostra coletiva será aberta hoje no Centro Histórico*”, Show, 23/02/2002.
382. Jornal Correio da Paraíba, “*Ministro garante liberação de R\$ 10 mi para aterro sanitário. José Sarney Filho vai enviar técnicos para avaliarem o impacto ambiental da obra*”, Cidades, 01/03/2002.
383. Jornal Correio da Paraíba, “*Placa irregular será multada em R\$ 6 mil 149 comerciantes do Centro Histórico não retiraram letreiros e vão ser autuados*”, 07/03/2002.
384. Jornal O Norte, Gerais, “*Lixo da capital-Projeto do aterro sanitário da Capital sai em 40 dias. Em reunião realizada ontem, Ministério Público e Creci decidiram se unir para vistoriar imóveis fechados*”, 12/03/2002.
385. Jornal Correio da Paraíba, “*Prefeitura ganha ação sobre aterro. TRF desobriga município de apresentar, até abril, projeto de criação de depósito para lixo*”, Cidades, 19/03/2002.

7.4. Entrevistas:

Alvarez Jorge Ribeiro - Geógrafo e membro da Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa, João Pessoa, 28-11-2001.

Ana Lúcia França de Almeida - Presidente da Associação Comunitária Moradores do Porto do Capim, entrevista encerrada com debate e participação de alguns membros da Associação (Elizângela de Almeida, Nino e Agenor), João Pessoa, 20-02-2001.

Ana Maria Gondim - Presidente da Associação Folia de Rua, em 15-10-2001.

Antigo comerciante, advogado e proprietário da Gráfica e Editora Fênix Ltda – localizada na Praça Anthenor Navarro, João Pessoa, 18-12-2000.

Cláudio Nogueira – Arquiteto e coordenador-adjunto da Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa, em 11-05-2000.

Eliane Castro – Ex-coordenadora-adjunta da equipe técnica que elaborou e implementou o Projeto de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa e Arquiteta da Fundação Casa de José Américo, João Pessoa, 14-02-2002.

Fernando Moura – Presidente da Acehrvo – Associação Centro Histórico Vivo, João Pessoa e proprietário da Editora Textoarte, em 16-01-2001.

Josefa Maria da Conceição e sua filha Maria de Lourdes – antiga moradora (30 anos) da Favela Porto do Capim, Varadouro, João Pessoa, em 08-04-2001.

Prostituta 1 da “Cantina Cidade Antiga” de Ilda Furacão, Praça Antenor Navarro. João Pessoa, 15-04-2001.

Maria Calisto Fidelis - Moradora do Largo de São Frei Pedro Gonçalves e agente comunitária. João Pessoa, 28/11/2001.

Maria José Moura – Dona-de-casa e antiga moradora e proprietária de imóvel alugado no Largo São Frei Pedro Gonçalves, João Pessoa, 28-03-2001.

Prostituta 2 da “Cantina Cidade Antiga” (boate de Ilda Furacão). João Pessoa, 30-04-2001.

Naya Caju, Arquiteta e diretora da Oficina-Escola de Revitalização do Patrimônio Cultural de João Pessoa, João Pessoa, 03-04-2000.

Paulo Costa – Engenheiro e antigo corretor de imóveis da Praça Anthenor Navarro, João Pessoa, 13-12-2000.

Pietro e Arnaldo – Antigos comerciantes e proprietários da alfaiataria na rua Maciel Pinheiro. João Pessoa, em 06-03-2001.

Roberto Zaccara – empresário e sócio do bar e casa de shows principal âncora da Praça Anthenor Navarro, o Parahyba Café. João Pessoa, 11 de maio de 2000.

Rosângela Toscano – Arquiteta da Prefeitura Municipal de João Pessoa e membro da Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa, em 28-11-2001.

Roseana Alves de Assis – Moradora da Favela da Comunidade Porto do Capim e agente de saúde da PMJP. João Pessoa, 08-04-2001.

Silvana Moura – Jornalista e empresária instalada na Praça Anthenor Navarro após revitalização. Editora Textoarte, João Pessoa, 12-12-2000.

Sonia Maria Gonzales – Arquiteta e coordenadora-adjunta da Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa, João Pessoa, 28-03-2001.

Umbelino Peregrino – Arquiteto e representante do Instituto do Patrimônio Histórico - PB, João Pessoa, 28-03-2001.

Valeska Asfora – Mestre em Serviço Social e coordenadora pedagógica do Projeto Folia Cidadã 2001-2002, João Pessoa, 05-10-2002.

7.5. Reuniões da Acehrvo:

Reunião da Acehrvo 11/07/2000. Fórum de Debates sobre o Desenvolvimento do Centro Histórico Vivo, Discussão sobre formalização do estatuto e composição da Associação, João Pessoa, Hotel Globo.

Reunião da Acehrvo 26/07/2001 – com o vice-prefeito Aroldo Lucena, o presidente da Câmara de Vereadores, Fernando Milanez, e Secretários da PMJP: de Educação Neroaldo Pontes; o Presidente da Funjope, Antonio Alcântara; o Sub-secretário de Cultura, STTRANS; representante da PBtur, SETUR, SAELPA, entre outros órgãos públicos vinculados à Prefeitura Municipal de João Pessoa, sobretudo voltados para problemas de infraestrutura e produção de arte e cultura da cidade de João Pessoa.

8. ANEXOS

8.1. Arquivo de fotos em CD-ROM

8.2. Principais temas dos questionários

Percepção e memória do centro histórico de João Pessoa:

O significado do centro histórico; Avaliação pessoal do Projeto de Revitalização em desenvolvimento nesta área; Memórias/lembranças de histórias sobre o passado desta parte da cidade; seleção dos edifícios que mais gosta na área do centro histórico;

Atividades de lazer, cultura e diversão que mais gosta no centro histórico; identificar as mudanças mais significativas na área estudada nos últimos cinco anos e identificar os principais problemas do bairro do Varadouro e especificamente do centro histórico.

Política e participação:

Forma de participação em alguma associação ligada ao centro histórico nos últimos anos; Quem participa junto; Quais são as formas de participação e de reivindicação utilizadas até então e os objetivos futuros; Como começou a participar; Principais conflitos existentes.

Uso e Consumo:

Como se diverte e gasta tempo livre; Como utiliza a Praça Antenor Navarro e como avalia as festas, shows (atividade culturais, diversão e lazer) na Praça e no Largo; Avaliação do crescimento do número de turistas e de pessoas visitando esta parte da cidade e das associações e ONGs que se instalaram na área e seus projetos sociais e culturais com crianças e adolescentes do Varadouro.